



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1908

Terça-feira - 12 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Grão Pará	165	Presidente Nereu.....	299
Anchieta	11	Guaraciaba	166	Rio das Antas.....	307
Antônio Carlos	12	Herval d'Oeste	167	Rio do Sul.....	308
Arabutã	17	Ilhota	172	Romelândia.....	310
Arroio Trinta.....	20	Imbituba	173	Salto Veloso.....	321
Balneário Rincão	23	Iomerê	180	Santa Cecília	322
Barra Velha.....	38	Ipumirim	184	Santa Terezinha do Progresso	323
Bela Vista do Toldo.....	39	Irineópolis	185	Santiago do Sul.....	326
Biguaçu	41	Itá	186	São Bento do Sul.....	328
Blumenau	44	Itaiópolis	187	São Domingos.....	329
Bom Jesus do Oeste	45	Itapiranga.....	188	São João do Oeste	332
Bom Retiro	46	Itapoá	193	São João do Sul	333
Braço do Trombudo	50	Jacinto Machado	195	São Joaquim	334
Brunópolis	51	Joaçaba	200	São José.....	341
Brusque.....	52	Lages	212	São Lourenço do Oeste.....	360
Caçador.....	57	Laguna	213	São Miguel da Boa Vista	380
Camboriú.....	73	Lauro Muller	214	São Pedro de Alcântara.....	381
Campo Alegre	74	Lebon Regis.....	215	Schroeder	389
Campos Novos.....	83	Leoberto Leal.....	216	Seara	390
Canelinha	87	Luzerna	217	Serra Alta	391
Canoinhas.....	88	Maravilha.....	218	Siderópolis.....	392
Capinzal	93	Meleiro	223	Sul Brasil	393
Catanduvas.....	98	Mondaí	226	Timbé do Sul	395
Caxambu do Sul.....	122	Navegantes.....	228	Timbó Grande.....	396
Chapadão do Lageado	124	Nova Trento	230	Três Barras	397
Chapécó	128	Novo Horizonte	232	Treze Tílias	400
Concórdia	135	Otacílio Costa.....	234	Trombudo Central.....	403
Cordilheira Alta	136	Ouro	235	Tunápolis.....	409
Coronel Freitas.....	139	Ouro Verde	237	Turvo	424
Coronel Martins.....	140	Paial	239	Vargem Bonita	425
Curitibanos	142	Palhoça	284	Vidal Ramos.....	426
Dionísio Cerqueira	144	Palmitos	285	Videira.....	428
Eral Velho	146	Papanduva.....	286	Xanxerê.....	430
Flor do Sertão.....	155	Paulo Lopes	287	Xavantina	435
Forquilha.....	156	Penha.....	290	Xaxim.....	436
Fraiburgo.....	157	Pinheiro Preto	293	Zortéa	439
Garopaba.....	159	Pomerode	294		
Governador Celso Ramos	164	Porto União.....	298		

Associações

AMAI.....	440
-----------	-----

Consórcios

AGIR	442
CIS-AMAVI.....	442
CIS/AMOSC.....	442
CIS/AMUREL	486
CIRSURES.....	486

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 1 /2016

CONTRATO DE RATEIO 1/2016 DE 04/01/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC

Os Municípios integrantes do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Consórcio Público constituído nos termos da Lei Federal 11.107, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua: Roberto Trompowski, 68 2º andar – centro Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do Município de Ouro, e de acordo com o Estatuto Social e com a Resolução 02/2014, celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e das respectivas leis municipais de ratificação do Protocolo de Intenções do CPIMMOC, e resolução 10/2015 que estima a receita e fixa a despesa do Consórcio CPIMMOC para o exercício 2016.

DO OBJETO

CLAUSULA SEGUNDA – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelos Municípios Consorciados, para custear as despesas de administração, pessoal, custeio e investimentos dos serviços do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC.

DO RATEIO

CLAUSULA TERCEIRA – Para a execução do objeto deste contrato, cada Município repassará durante o exercício de 2016 ao Consórcio a importância de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) em Doze parcelas, mensais, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) cada, a serem pagas até dia 20 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 20/01/2016:

Município	Valor Mensal	Total no Ano
Água Doce	1.500,00	18.000,00
Capinzal	1.500,00	18.000,00
Catanduvas	1.500,00	18.000,00
Erval Velho	1.500,00	18.000,00
Herval d Oeste	1.500,00	18.000,00
Ibicaré	1.500,00	18.000,00
Joaçaba	1.500,00	18.000,00
Lacerdópolis	1.500,00	18.000,00
Luzerna	1.500,00	18.000,00
Ouro	1.500,00	18.000,00
Tangará	1.500,00	18.000,00
Treze Tilias	1.500,00	18.000,00
Vargem Bonita	1.500,00	18.000,00
TOTAL	19.500,00	234.000,00

Parágrafo Primeiro: No decorrer do exercício 2016, através de assembleia ordinária do consórcio os valores do repasse de cada Município poderão ser alterados para atender as despesas do consórcio conforme a execução orçamentária.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

CLAUSULA QUARTA – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual de cada um dos Municípios consorciados.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

2.009 – Contribuições Financ. a Entidades

3.1.71.00.00.00.00.00 00.01.0000/17 – Transf. a Consórcios Públicos

3.3.71.00.00.00.00.00 00.01.0000/18 – Transf. a Consórcios Públicos

4.4.71.00.00.00.00.00 00.01.0000/21 – Transf. a Consórcios Públicos

CLAUSULA QUINTA – Poderá ser excluído do CPIMMOC, após prévia suspensão e obedecido o devido processo legal, o Município consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLAUSULA SEXTA – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o CPIMMOC deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

A prestação de contas mensal aos Municípios consorciados será efetuada através de balancetes contendo os anexos da Lei 4.320/1964, disponibilizados no site do Consórcio para download do Município.

DAS PENALIDADES

CLAUSULA SÉTIMA – O Consorciado inadimplente com o CPIMMOC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLAUSULA OITAVA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLAUSULA NONA – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

CLAUSULA DECIMA – O presente contrato de rateio entra em vigor em 04/01/2016 a 31/12/2016.

DO FORO

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba/ Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Água Doce, SC, 04 de janeiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal de Água Doce	VITOR JOÃO FACCIN Prefeito Municipal de Ouro
--	---

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF 005.614.419-95 CPF 006.597.239-21

CONTRATO Nº2/2016

CONTRATO DE RATEIO Nº. 2/2016 DE 04/01/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

Os Municípios integrantes do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Consórcio Público constituído nos termos da Lei Federal 11.107, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua: Roberto Trompowski, 68 2º andar – centro Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do Município de Ouro, e de acordo com o Estatuto Social e com a Resolução 10/2015, celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e das respectivas leis municipais de ratificação do Protocolo de Intenções do CPIMMOC, e resolução 10/2015 que estima a receita e fixa a despesa do Consórcio CPIMMOC para o exercício 2016.

DO OBJETO

CLAUSULA SEGUNDA – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelos Municípios Consorciados, para custear as despesas de Implantação e Estruturação, pessoal, custeio e investimentos dos serviços do Licenciamento Ambiental Local do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC.

DO RATEIO

CLAUSULA TERCEIRA – Para a execução do objeto deste contrato, cada Município repassará durante o exercício de 2016 ao Consórcio a importância de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) em 06 (Seis) parcelas, mensais, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) cada, a serem pagas até dia 20 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 20/01/2016:

Município	Valor Mensal	Total no Ano
Água Doce	3.000,00	18.000,00
Capinzal	3.000,00	18.000,00
Catanduvas	3.000,00	18.000,00
Erval Velho	3.000,00	18.000,00
Ibicaré	3.000,00	18.000,00
Joaçaba	3.000,00	18.000,00
Lacerdópolis	3.000,00	18.000,00
Luzerna	3.000,00	18.000,00
Ouro	3.000,00	18.000,00
Tangará	3.000,00	18.000,00
Treze Tílias	3.000,00	18.000,00
TOTAL	33.000,00	108.000,00

Parágrafo Primeiro: No decorrer da execução do contrato de rateio com a implantação dos serviços e mediante a execução orçamentária o presente contrato de rateio poderá ser rediscutido e ajustado conforme o fluxo de caixa com o ingresso das receitas oriundas dos serviços.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

CLAUSULA QUARTA – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual de cada um dos Municípios consorciados.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS****2.009 – Contribuições Financ. a Entidades**

3.1.71.00.00.00.00.00 00.01.0000/17 – Transf. a Consórcios Públicos

3.3.71.00.00.00.00.00 00.01.0000/18 – Transf. a Consórcios Públicos

4.4.71.00.00.00.00.00 00.01.0000/21 – Transf. a Consórcios Públicos

CLAUSULA QUINTA – Poderá ser excluído do CPIMMOC, após prévia suspensão e obedecido o devido processo legal, o Município consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLAUSULA SEXTA – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o CPIMMOC deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

A prestação de contas mensal aos Municípios consorciados será efetuada através de balancetes contendo os anexos da Lei 4.320/1964, disponibilizados no site do Consórcio para download do Município.

DAS PENALIDADES

CLAUSULA SÉTIMA – O Consorciado inadimplente com o CPIMMOC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLAUSULA OITAVA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLAUSULA NONA – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

CLAUSULA DECIMA – O presente contrato de rateio entra em vigor em 04/01/2016 a 30/06/2016.

DO FORO

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba/ Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Água Doce, SC, 04 de janeiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal de Água Doce	VITOR JOÃO FACCIN Prefeito Municipal de Ouro
--	---

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF 005.614.419-95 CPF 006.597.239-21

CONTRATO Nº3/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 3/2016 DE 04/01/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Praça João Macagnan, nº 322, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.398/0001-90, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa INFO DIGITALLE, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços,

mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.4 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2016, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 4.202,76 (quatro mil duzentos e dois reais e setenta e seis centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 350,23 (trezentos e cinquenta reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 301,78 pelo item 1.1, R\$ 48,45 pelo item 1.2. clausula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Clausula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 100,00 (cem reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,00 (um real) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 143,00 (cento e quarenta e três reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 – Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º – Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da Locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e terão a seguinte classificação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 – Manutenção Secretaria Adm. Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diversas

CLÁUSULA QUINTA – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1.1 – O sistema gedoc é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato, que pode ser instalado em 01 (um) único computador/servidor e em até 03 (três) computadores conectados em rede.

5.1.2 – É vedada a cópia ou distribuição do sistema gedoc e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema está protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 – É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários, assim como também é vedada a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

5.1.4 – Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.2 – Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.

c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TREINAMENTO

7.1 – O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;
- b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;
- c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;
- d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO

8.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;
- b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º – Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficará arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetivada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 – A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

- a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;
- c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;
- d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;
- e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
- f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

§ 1º – As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º – A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- I - devolução de garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

11.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Joaçaba – SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Água Doce, SC, 04 de janeiro de 2016

Prefeitura Municipal de Água Doce Contratante – Novelli Sganzerla	Info Digitalle Contratada - José da Silva
Testemunha 1: Cristiano Sava- ris da Silva CPF: 005.614.419-95	Testemunha 2: Gláucia Regina Varaschin CPF: 006.597.239-21

CONTRATO Nº4/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 4/2016 DE 04/01/2016

Que entre si fazem de um lado a Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan n.º 322, em Água Doce – SC, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa, MILENIUM COMÉRCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA, com sede em Catanduvas, na Rua Ipê 1789 – Centro, CEP 89670-000, inscrita no CNPJ nº 03.650.239/0001-03, doravante denominada contratada, neste ato representado pelo Senhor PAULO ZATTERA, inscrito no CPF sob nº 055.186.359-58, brasileiro, de ora em diante denominada de Contratada, tem, entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATADO

O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA a PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, do serviço de conexão à Internet via rádio (24) VINTE E QUATRO HORAS POR DIA com um link mínimo de 1Mb, disponibilizando para a mesma 3 endereços de correio eletrônico (e-mail) reconhecido na Internet.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

O cadastramento do USUÁRIO somente poderá ser feito pelo próprio, mediante o preenchimento de um "Termo de Adesão", constante do Anexo I, o qual após devidamente assinado pelas partes será parte integrante deste contrato.

A CONTRATADA não será responsável, em nenhuma hipótese, por nenhum tipo de instalação, fornecimento de equipamento ou programa para o USUÁRIO.

A CONTRATADA não permitirá duas conexões simultâneas para acesso ao serviço Internet, utilizando o mesmo código e senha privativa do USUÁRIO.

A CONTRATADA poderá, a seu exclusivo critério, considerar imprópria a forma de acesso do USUÁRIO aos recursos disponibilizados com base no presente contrato. Se, e quando, isto ocorrer, o USUÁRIO será notificado por escrito do problema e deverá saná-lo nos prazos determinados.

O serviço objeto do presente contrato poderá ser interrompido temporariamente nas seguintes situações:

- Paradas programadas para manutenção preventiva e/ou corretiva, quando o USUÁRIO será notificado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, por meio de correio eletrônico;
- Falhas nos sistemas de transmissão e/ou roteamento para a Rede Internet via operadoras de conexão;
- Incompatibilidade entre os sistemas, equipamentos e/ou protocolos utilizados pelo USUÁRIO e aqueles utilizados pela CONTRATADA;
- Manutenção ou reparos de emergência (não programados) dos sistemas da CONTRATADA ou, da rede de telecomunicações ou de rede elétrica que suprem as instalações da CONTRATADA;
- Outras ações de terceiros que impeçam a prestação do serviço contratado;
- Motivos de força maior, independentes da vontade da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

O USUÁRIO remunerará os serviços prestados em decorrência do presente contrato, mediante os seguintes pagamentos, cujas datas de vencimento estão especificados no TERMO DE ADESÃO, Anexo I:

Mensalidade:

O valor da mensalidade a que se refere o caput desta Cláusula será conforme TERMO DE ADESÃO DE ACESSO - Anexo I, o qual é parte integrante deste contrato, bem como os valores a serem cobrados por eles;

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional através de crédito em conta, mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do serviço realizado, mediante a apresentação por parte da contratada nota fiscal no último dia do mês em que a prestação do serviço foi efetuada. Também deverá acompanhar a nota fiscal folhas de pagamento dos empregados da empresa autenticadas por cartório ou por funcionário da municipalidade legalmente habilitado para tal, bem como certificado de regularidade do INSS e FGTS do mês em que foi prestado o serviço.

No decorrer do presente contrato só ocorrerá reajuste se ocorrer o disposto no Art 65 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência, a partir da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses com um limite máximo de 48 meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA QUINTA - DO ORÇAMENTO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.029 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/80 – Aplicações Diretas

03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.036 – Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/93 – Aplicações Diretas

16 – DEFESA CIVIL

01 – DEFESA CIVIL

2.011 – Manutenção Fundo Mun. de Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00 000.01.0000/126 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – INADIMPLEMENTO

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município e não justificados, serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Compete ao USUÁRIO:

- Providenciar a instalação, configuração, operação e manutenção de seu equipamento de informática (modem e computador), de modo a adequá-lo às configurações definidas pela CONTRATADA, e que serão repassadas ao USUÁRIO após seu ingresso no mesmo.
- O CONTRATANTE receberá, da CONTRATADA, uma identificação de acesso para cada usuário, denominada "login", que se constitui por um código e senha, cabendo ao USUÁRIO:
- Proteger sua identificação de acesso à rede Internet, "login", que é intransferível, não podendo ser objeto de qualquer tipo de comercialização;
- Assumir integral responsabilidade por si e por terceiros na sua utilização;
- O USUÁRIO poderá solicitar a mudança da senha de acesso, desde que não haja impossibilidade técnica e sempre definidos segundo critérios específicos da CONTRATADA.
- É de exclusiva responsabilidade do USUÁRIO prevenir-se contra a perda de dados, invasão, por terceiros, de seu próprio equipamento e outros eventuais danos causados pela má utilização do serviço.
- Responsabilizar-se pela utilização da conexão ora contratada em conformidade com a ética e a legislação pertinentes. Não veicular mensagem que possam vir a ser consideradas ofensivas ou subversivas aos princípios éticos e morais. Na hipótese de ocorrências dessa natureza, o USUÁRIO será direta e exclusivamente responsabilizado, sujeitando a somente as responsabilidades que lhe são conferidas neste contrato.
- Considerando os padrões de conduta vigentes na utilização da rede Internet, o USUÁRIO deve abster-se de:
- Invadir a privacidade de outros usuários seja na busca de acesso a senhas e dados privativos, modificar arquivos que não sejam de sua autoria ou assumir a identidade de terceiros;
- Desrespeitar leis de direito autoral e de propriedade intelectual;
- Prejudicar intencionalmente outros usuários da rede Internet, através do desenvolvimento de programas, acesso não autorizado a computadores e alterações de arquivos, programas e dados residentes na rede.
- Efetuar o pagamento de acordo com o disposto na Cláusula Quinta.
- O CONTRATANTE é responsável pela utilização do sistema de e-mail disponibilizado (através de POP, IMAP ou Webmail), estando

ciente dos riscos de contaminação por vírus bem como qualquer dano causado por sua utilização.

Compete a CONTRATADA:

- Prover ao USUÁRIO uma conexão de acesso via rádio à Internet, via discada, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, atendendo ao estabelecido no anexo TERMO DE ADESÃO.
- Disponibilizar ao USUÁRIO código e senha exclusivos e privativos escolhidos pelo próprio, a partir da aprovação de seu cadastro para acesso a rede Internet.
- Prestar o serviço de acesso via rádio, à rede Internet durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.
- Comunicar ao USUÁRIO, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a paralisação do serviço para manutenções programadas.
- Fornecer suporte técnico, via telefone, e-mail ou outro meio de comunicação disponível.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A desobediência ou não cumprimento de precisão contratual, ensejará a aplicação, de acordo com a gravidade, de penas individuais ou conjuntas, a critério da Comissão Permanente de Licitações do Município com despacho da autoridade superior, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Rescisão contratual;
- Atestado de idoneidade;
- Proibição de contratar com o Município no período de 2 (dois) anos;
- Multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato não liquidado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 30 (trinta) dias de antecedência, independentemente do prevista na cláusula oitava deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Reconhece-se os direitos da Contratante, previstos no artigo 77 da Lei n. 8.666/93 consolidada, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba - SC, para dirimir possíveis questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscreve-se este, para que produza os legais e desejados efeitos, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, 04 de janeiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

PAULO ZATTERA

Milenium Com. de Mat. e Sistemas de Informática

Contratado

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO DE HOSPEDAGEM

Água Doce, 04 de janeiro de 2016

PLANOS:

1 – Acesso à Internet via rádio com link mínimo de 1Mb instalado no CEI Estrelinha Azul – período até 31/12/2016.

2 – Acesso à Internet via rádio com link mínimo de 1Mb instalado no Ginásio Municipal de Esportes – período até 31/12/2016.

3 – Acesso à Internet via rádio com link mínimo de 1Mb instalado no Quartel do Corpo de Bombeiros – período até 31/12/2016.

VALOR:

1 – R\$ 56,72 (cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) mensais (12 meses), totalizando R\$ 680,64 para o CEI Estrelinha Azul.

2 – R\$ 56,72 (cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) mensais (12 meses), totalizando R\$ 680,64 para o Ginásio Municipal de Esportes.

3 – R\$ 56,72 (cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) mensais (12 meses), totalizando R\$ 680,64 para o Quartel do Corpo de Bombeiros.

Dia para pagamento: até o dia 5 (cinco) do mês subsequente a prestação do serviço.

Instalação: (x) Sim () Não

Deverá ser faturado cada ponto em separado.

Nome/Razão social: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

CNPJ: 82.939.398/0001-90

Endereço: Praça João Macagnan – Centro

Cidade: Água Doce - SC CEP: 89.654-000

Fone(Fax): (49) 3524 0000

Contato: Juciana Souza de Araujo Soares

Cargo: Secretária de Administração

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

PAULO ZATTERA

Milenium Com. de Mat. e Sistemas de Informática

Contratado

CONVENIO 0012016 HNSP

CONVÊNIO Nº 001/2016 DO MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE

4 de janeiro de 2016

Termo de Convênio que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce-SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito em Exercício ao Sr NOVELLI SGANZERLA, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, neste

ato devidamente representado por seu Presidente Sr. ORLANDO FÁVERO, doravante denominados Município/Fundo e de outro lado o Hospital Nossa Senhora da Paz, inscrito no CNPJ sob o nº 82.776.550/0001-61, com endereço na Rua 31 de março nº109, na cidade de Água Doce-SC, neste ato devidamente representado por seu Presidente o Sr ALOIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, inscrito no CPF sob o nº 710421999-49, de agora em diante denominado Hospital, e:

Considerando os princípios constitucionais garantidores do direito à saúde, estabelecidos nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal,

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – SUS (NOB-SUS 1996), que tem por finalidade primordial promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal, da função gestor de atenção à saúde dos seus municípios, com a redefinição das responsabilidades de cada esfera, avançando na consolidação dos princípios do SUS,

Considerando a Lei Federal nº 8.808/90 de 19/09/1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências,

Considerando a Lei Municipal nº 2.404/2015 - de 22 dezembro de 2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar com o Hospital Nossa Senhora da Paz;

Considerando que o Hospital Nossa Senhora da Paz não possui condições financeiras para manter os serviços médicos e hospitalares no sistema de sobreaviso.

Celebram o presente Convênio pelas cláusulas abaixo e na melhor forma do direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é dar continuidade aos sistemas de atendimento médico, triagem e enfermagem, por intermédio do sistema denominado “SOBREAVISO”, nos casos de urgência e emergência, com atendimento diário das 19h00 às 07h00 salvo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos onde o sobreaviso será de 24 horas; uso de equipamentos como aparelhos de ultrassonografia e de Raios “X” e despesas com manutenção do Hospital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para o Hospital, o valor de R\$ 453.810,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e dez reais) reais) o repasse será mensalmente no valor de R\$ 37.817,50 (trinta e sete mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), para o pagamento do “sobreaviso”, sendo que após sua quitação, eventual saldo remanescente poderá ser utilizado no pagamento de outras despesas da referida entidade.

O Hospital Nossa Senhora da Paz, deverá preceder todos os atos necessários para viabilizar e normatizar os serviços objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente convênio serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.302.0042.2.053 – CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO
3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0002.0/25 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA - DA DATA DE REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a cláusula segunda, serão repassados mensalmente pelo Fundo Municipal de Saúde para o Hospital, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município:

1. Repassar mensalmente os recursos, na forma preconizada no presente convênio;
2. Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio;

Do Hospital:

1. Prestar atendimento médico, triagem e enfermagem de “sobreaviso”, para os casos de urgência e emergência diariamente das 19h00 às 07h00 salvo sábados, domingos, feriados e pontos facultativos onde a carga horária do sobreaviso será de 24 horas; para pacientes residentes no município de Água Doce;
2. Disponibilizar instalações, equipamentos e materiais necessários para os atendimentos médicos, inclusive equipamentos como aparelhos de ultrassonografia e Raios “X”;
3. Definir os casos de urgência e emergência, ficando a seu cargo a definição da escala dos médicos e os honorários de atendimento, bem como aplicar as sanções, para o caso de descumprimento das normas regulamentares pelos profissionais de saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente Convênio tem início na data de 01/01/2016, com término previsto para 31/12/2016, sendo que no término, havendo interesse entre as partes, o mesmo poderá ser renovado por igual período na forma da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Município/Fundo e o Hospital poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente Convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso de partes convenientes, e, ainda, se ocorrer às hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o FORO DA Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente Convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Convênio em três vias do igual teor e forma na presença das testemunhas arroladas.

Água Doce, 04 de janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PAZ
ALOIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Presidente do Hospital

ORLANDO FÁVERO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva Juciana Souza de Araujo Soares
CPF: 005.614.419-95 CPF: 016.393.309-09

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

PORTARIA 009/2016

PORTARIA Nº 009/2016 de 11 de janeiro de 2016

“NOMEIA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Conselheiro Tutelar os funcionários abaixo nominados, mediante eleição realizada no dia 04 de outubro de 2015 e conforme Resolução nº 005/2015 de 09 de outubro de 2015:

JANETE GUISENI – CPF 656.897.129-49

JOÃO FRANCISCO VIEIRA BERTON – CPF 148.982.259-34

SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA – CPF 085.070.009-40

GISLAINE BREZOLIN TONIAL – CPF 000.184.789-99

MANOEL CAMPOS QUINTILHAN NETO – CPF 289.493.589-72

Artigo 2º Os nomeados exercerão as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberão seus vencimentos na forma da lei 094/2014 de 09 de dezembro de 2014.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de janeiro de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

PORTARIA 010/2016

PORTARIA Nº 010/2016 de 11 de janeiro de 2016

“DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para HELOISA CRISTINA MENDES, brasileira, inscrita sob CPF o nº 050.351.059-97, a partir de 11/01/2016 para exercer o cargo de Médico Veterinário, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de janeiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2016, “DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 1/2016”, destinado a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação englobando publicações no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional e Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 11 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº3/2015 FMS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 3/2015

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 3/2014, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Gestor Sr. ORLANDO FÁVERO, e de outro lado, GENTE SEGU-RADORA S.A. pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 90.180.605/0001-02, com sede na Rua marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP 90.020-060 – Porto Alegre – RS, neste ato representado pelo Sr. MARCELO WAIS, residente e domiciliado à Rua Mariland, 929/1102 em Porto Alegre, inscrito no CPF sob N.º 632.005.380-15 e portador da Carteira de Identidade N.º 7009036166 RG-SSP/RS, de ora em diante denominada de Contratada, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Inclui o veículo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Seguradora	Valor Uni-tário	Valor Total
39	Chevrolet Spin LTZ 1.8 8V EconoFlex, 5 passageiros, placa QHL-8990, chassi 9BGJC75E0GB119562, casco 110% FIPE Franquia: R\$ 1.215,00 Danos Materiais: R\$ 150.000,00 Danos Corporais: R\$ 200.000,00 Danos Morais: R\$ 30.000,00 APP Morte/Invalidez/DMH: R\$ 32.000,00 Assistência 24 horas com km livre, Vidros, lanternas, retrovisores e faróis	1	Gente Seguradora S.A.	440,30	440,30

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 07 de janeiro de 2016

ORLANDO FÁVERO	MARCELO WAIS
Gestor do FMS	Gente Seguradora S.A.
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Anchieta

PREFEITURA

ADT 1 CT 24_2014 - LOCAÇÃO IMPRESSORA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 024/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA
Valor : 11.050,00 (onze mil cinqüenta reais)
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º Termo Aditivo Ref: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais no sistema de cobrança por página impressa, inclusos serviços de manutenção, preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos, peças e acessórios (exceto papel), para atender às necessidades da secretaria de administração, fazenda e educação.

Anchieta, 06 de Janeiro de 2016

EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 001_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2016

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço para Aquisição de oxigênio medicinal para ser utilizados nos pacientes em observação do Hospital Municipal Anchietaense, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 26/01/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de janeiro de 2016.
Rita Bressan de Lima
Diretora Administrativa

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 019/2016

PORTARIA Nº 019/2016
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR TECNICO EM INFORMATICA – 40H, a partir de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2016.

PORTARIA N 020/2016

PORTARIA Nº 020/2016
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ROZIANE VANDA DA SILVEIRA COELHO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de janeiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 10/05/2014 a 09/05/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2016.

PORTARIA N 021/2016

PORTARIA Nº 021/2016

Constitui Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 770/1997,

Resolve:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC com os seguintes integrantes:

PRESIDENTE

PAULO ANDREY PAULI – Secretario de Planejamento e Desenvolvimento

SECRETARIA

SILVIA TESSARI – Engenheira Civil

LILIAN DE SOUZA – Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento

ELAINE CRISTINA MARTINS – Fiscal de Obras

CONSELHO TÉCNICO

PEDRO PAULO DOS SANTOS – Secretario de Transportes e Obras

MARGARIDA L. SCHMITZ KRETZER – Secretária de Saúde e Assistência Social

MARLISE SONNTAG MAYER – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

CONSELHO COMUNITARIO

MELISSA LONDERO RUPP – Secretária de Administração e Finanças

IRANI HIPOLITO DA SILVA – Coordenadora da Saúde

Sgt MILSO JOSE KRETZER – Rep. Policia Militar

MURILO GENESIO COELHO – Rep. Policia Civil

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de janeiro de 2016.

REGIMENTO INTERNO COMDEC - COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Entende-se por Defesa Civil, para efeitos do presente regimento, o conjunto de medidas preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis, preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar, quando da ocorrência desses eventos.

Parágrafo Único - A Defesa Comunitária está fundamentada no princípio de que nenhum governo tem a capacidade para solucionar sozinho todos os problemas que possam afetar a comunidade e procura, desde as primeiras ações, contar com a participação social para solução dos problemas de todos.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, criada pela Lei Municipal 770 de 12 de Agosto de 1997, se constitui no instrumento de articulação de esforços da Prefeitura com as demais entidades públicas e privadas existentes na jurisdição municipal,

além de manter com os órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estrito intercâmbio para receber subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 3º - A ação administrativa de defesa contra qualquer evento desastroso, que ocorra no Município, obedecerá as determinações estabelecidas neste Regimento Interno da COMDEC.

Art. 4º - A COMDEC ficará subordinada diretamente ao Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - As atividades de Defesa Civil no Município de Antônio Carlos serão organizadas sob forma de sistema, o qual contará com um órgão central, A Comissão de Defesa Civil (COMDEC).

Art. 6º - A Comissão de Defesa Civil, ficará diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, ou no seu impedimento, pelo substituto eventual e terá a seguinte organização:

1. Presidência
2. Secretaria
3. Conselho Técnico
4. Conselho Comunitário

Art. 7º - A Presidência compreende:

I – Presidente

II – Adjunto

§ 1º - O Presidente e Adjunto serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Ficará a cargo da presidência a organização das atividades da mesma.

Art. 8º - A Secretaria compreende:

I – Secretário

§ 1º - O Secretário será pessoa que possua liderança e conhecimento e matéria de Defesa Civil.

§ 2º - O Secretário será designado pelo Presidente da COMDEC.

Art. 9º - O Conselho Técnico será constituído pelos respectivos chefes das seguintes secretarias:

1. Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
2. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
3. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;
4. Secretaria de Saúde e Assistência Social;

Art. 10º - O Conselho Comunitário será constituído pelos seguintes membros:

1. Chefe da Secretaria de Administração e Finanças;
2. Coordenador da Secretaria de Saúde e Assistência Social;
3. Representante da Polícia Militar no Município;
4. Representante da Polícia Civil no Município;

Parágrafo Único - Serão convidados a participarem do Conselho Comunitário, representantes dos seguintes órgãos:

- a) Prefeitura Municipal;
- b) Associação de Moradores;
- c) Associação Comercial e Industrial de Antônio Carlos;
- d) Jeep Club de Antônio Carlos;

Art. 11 - Serão criados os Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) e os mesmos serão constituídos por grupos de pessoas que se reúnem para debater assuntos de Defesa Civil, buscando soluções para problemas que afligem as pequenas comunidades (bairros, vilas, etc).

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 12 - Situação de normalidade caracterizar-se-á pela ausência de eventos desastrosos ou de previsão de não ocorrência concreta desses eventos.

I - FASE DE PREVENÇÃO

Nesta fase serão efetuados estudos, análises, avaliações das situações anteriores, coleta de informações, revisões, defesa do patrimônio, observação, alerta, mobilização, etc.; previamente sistematizadas, de caráter permanente e que tem por finalidade proporcionar dados e atitudes que determinarão medidas acauteladoras para neutralizar, amenizar e prevenir eventos desastrosos.

a) Os integrantes do Conselho Técnico, deverão constituir, de acordo com as atividades pertinentes, as subcomissões de: depósitos, abrigos, relações públicas, segurança, saúde, vistorias e transportes que serão ativadas pelo Secretário da COMDEC, sempre que necessário.

b) Os representantes do Conselho Comunitário, deverão constituir, as subcomissões de voluntários e de donativos, podendo, dependendo da atividade, integrar as subcomissões afetas ao Conselho Técnico e atividades pelo Secretário da COMDEC, sempre que necessário.

c) Para tratar de assuntos pertinentes a Defesa Civil a COMDEC reunir-se-á, em todo ou em parte, a critério do Presidente, no mínimo uma vez por mês.

d) Poderão participar das reuniões, a critério do Presidente, pessoas estranhas ao grupo, tendo em vista assegurar o entendimento e a colaboração dessas pessoas, ou entidades e órgãos que as mesmas representem, nos assuntos de interesse comum. Deverá ser comunicada a participação destas pessoas aos membros do conselho na abertura dos trabalhos.

e) O Presidente acionará a COMDEC, sem necessidade de qualquer ato formal.

f) Cada assunto de Defesa Civil apresentados a COMDEC, é estudado por um relator, cuja atividade é técnica, designado pela Presidente, o qual apresentará o competente relatório da data que for estipulado pelo Presidente.

g) Os trabalhos do relator são sempre escritos e terminam por um parecer técnico.

h) Qualquer membro pode apresentar questões a serem apreciadas, desde que sejam consideradas pelo Presidente como pertinentes.

i) A ata de cada reunião será firmada pelo Presidente e o Secretário.

Art. 13 - Situação de Anormalidade.

Será assim considerada a situação de ocorrência de eventos desastrosos ou de iminentes possibilidades de que venham ocorrer.

II - FASE DE SOCORRO

Nesta fase desencadear-se-á as medidas operacionais onde são estabelecidas atividades já planejadas previamente e que se caracterizam principalmente como de comunicação transporte evacuação, salvamento, segurança e saúde.

a) SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

É decretada pelo Prefeito Municipal quando existir a configuração e indícios que revelem a iminência de fatores anormais e adversos que possam vir a provocar calamidade pública.

b) ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

É decretada pelo Prefeito Municipal quando um fenômeno anormal e adverso afetar gravemente a população com uma ou mais das seguintes consequências:

- Ameaça a existência e/ou à integridade da população - elevado número de mortos, feridos e/ou doentes;
- Paralisação dos serviços públicos essenciais - luz, água, transporte, entre outros;
- Destruição de casas, hospitais;
- Falta de alimentos e/ou medicamentos;
- Paralisação de atividades econômicas - tanto no setor primário como secundário e terciário.

III - FASE ASSISTENCIAL

Desencadear-se-á as medidas operacionais de:

- a) Assistência, caracterizada pelas atividades de triagem e atendimento a flagelados; e
- b) Reabilitação, caracterizada pelas atividades de descontaminação.

IV - FASE DE RECUPERAÇÃO

É a fase onde prevalecem as atividades exercida pelos serviços públicos, pelas ações comunitárias de toda a ordem com o efeito de recuperar as situações afetadas e de se elevar o moral social.

CAPÍTULO IV**DA COMPETÊNCIA**

Art. 14 - Em Situação de Normalidade compete:

I - Ao Presidente da COMDEC

1. Sugerir ou recomendar à Coordenadoria Regional e Estadual de Defesa Civil medidas específicas ou prioritárias para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;
2. Representar a Comissão Municipal de Defesa Civil;
3. Estabelecer contatos com os Municípios vizinhos, em termos de Defesa Civil, a fim de solicitar ajuda e também fornecê-la em caso de necessidade;
4. Solicitar orientação técnica à COREDEC e a CEDEC;
5. Aprovar o plano de Defesa Civil;
6. Adotar as medidas relativas à Organização de Defesa Civil;
7. Supervisionar todas as atividades de Defesa Civil no Município;
8. Solicitar apoio aos Órgãos Federais e Estaduais existentes no Município, na elaboração de planos emergenciais específicos ou gerais de Defesa Civil e para treinamento de pessoal em calamidades similares;
9. Convocar e presidir a COMDEC;
10. Determinar a COMDEC, identificar os fenômenos anormais e adversos de qualquer natureza, com ocorrência periódica no Município.

II - Ao Adjunto da Presidência

1. Substituir o Presidente em seus impedimentos;
2. Fiscalizar e apoiar no que for possível a COMDEC no desenvolvimento dos trabalhos preventivos;

III - Ao Secretário da COMDEC

1. Identificar e acompanhar os fatores anormais e adversos da natureza de ocorrência periódica na área, bem como de outras origens, que possam ocorrer no Município, caracterizando-se eventos desastrosos;
2. Convocar e orientar as diversas subcomissões da COMDEC nos trabalhos de Defesa Civil;
3. Organizar e orientar os Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC junto aos Bairros do Município;
4. Promover palestras, conferências, campanhas educativas, cursos e seminários, com vistas a orientar a comunidade na adoção de medidas em sua própria defesa;
5. Promover desastres similares para treinamento do pessoal e

comunidade;

6. Estabelecer sistema de alerta;
7. Organizar e manter atualizado o cadastro dos meios de socorro e apoio disponíveis em sua área de ação para emprego nas situações de emergência;
8. Elaborar, através das diversas subcomissões da COMDEC, os planos gerais ou específicos de emergência para enfrentar eventos desastrosos e mantê-los atualizados;
9. Organizar e manter atualizado a relação de endereços de todos os integrantes da COMDEC, para a feitura do plano de chamada;
10. Estabelecer procedimentos para que cada integrante do Conselho Técnico elabore o seu plano setorial de sua área definindo as linhas de ações a serem desenvolvidas pelos órgãos bem como as funções, responsabilidades e atribuições de modo a desencadear harmonicamente as atividades de Defesa Civil.
11. Convocar os membros da Comissão Municipal de Defesa Civil, quando determinado.

IV - À Subcomissão de Relações Públicas:

1. Executar campanhas de divulgação, visando motivar a população a participar dos problemas comunitários;
2. Divulgar o telefone da Defesa Civil à população;
3. Comunicar o público em geral objetivando o desenvolvimento de programas educativos;
4. Divulgar a Defesa Civil nas escolas;
5. Outros.

V - A Subcomissão de Segurança

1. Cadastrar recursos;
2. Elaborar planos de segurança levando-se em conta a área sujeita a sinistros, os locais de abrigo, o patrimônio, se há presídios na sujeita a sinistros, trânsito, estrada, comunicações, transportes;
3. Evacuação de áreas onde haja indícios de sinistros;
4. Outros.

VI - A Subcomissão de Depósito

1. Cadastrar os locais de estocagem;
2. Estimativas de capacidade de estoque (alimentos, agasalhos, etc);
3. Previsão de necessidades em recursos humanos e materiais;
4. Definição de normas de funcionamento (sistema de estocagem, de controle, de distribuição, modelos de formulários, etc);
5. Definir as pessoas que coordenarão os locais de depósito e as atribuições que lhe são afetas;
6. Manter em estoque, como reserva técnica, bobinas de lona e alimentos (a bobina de lona plástica é muito bem empregada em caso de vendavais quando é possível deixar às famílias junto aos seus patrimônios, não precisando ir para abrigos públicos).

VII - A Subcomissão de Abrigos

1. Cadastrar os locais de abrigos improvisados (escolas, igrejas, clubes, etc.);
2. Estimar a capacidade dos abrigos improvisados;
3. Previsão de necessidades de recursos humanos e materiais;
4. Planejar normas de funcionamento;
5. Estabelecer formulários para o cadastramento;
6. Prever uma possível instalação de abrigos de emergência onde haverá uma necessidade de estudos mais detalhados (nesses casos prever barracas, geradores de energia, lona plástica, cozinha de campanha, bivaques e depósitos de água).

VIII - A Subcomissão de Saúde

1. Apresentar à Comissão a possibilidade de epidemias e outras que possam ocorrer no Município;
2. Sugerir e coordenar a execução de medidas preventivas na área de saúde;
3. Cadastrar o pessoal médico, paramédico, ambulância, etc;
4. Estabelecer normas de funcionamento da subcomissão (definindo responsabilidades, modelos de formulários, etc);

IX - A Subcomissão de Vistorias

1. Fazer vistorias em lugares que oferecem perigo;
2. Manter controle sobre o nível dos riscos e sobre previsões especializadas objetivando o acompanhamento da situação;
3. Estabelecer o sistema de alerta;
4. Levantar e apresentar a COMDEC hipótese de ocorrências calamitosas decorrentes do desequilíbrio biológico (animal ou vegetal);
5. Outros.

X - A Subcomissão de Transportes

1. Cadastramento dos meios de transportes, aéreo, rodoviário e aquático, oficiais ou não, a serem utilizados em caso de emergência;
2. Levantar as principais vias de transportes com as respectivas distâncias dos centros populacionais mais próximos;
3. Levantar locais para pouso e decolagem de aeronaves, principalmente helicópteros;
4. Prever meios de transportes para evacuação de área sinistral, locomoção do pessoal da Defesa Civil emprenhados, alocação de gêneros alimentícios básicos, agasalhos e medicamentos aos flagelados;
5. Estimar necessidades em recursos humanos, materiais e financeiros;
6. Analisar relatórios de calamidades anteriores e verificar se o Município fica isolado e no caso que alternativa foram tomadas.

XII - A Subcomissão De Donativos – Voluntários

1. Cadastrar pessoas físicas e jurídicas, que possam auxiliar em situação de emergência;
2. Organizar e treinar equipes para colocar nas áreas de assistência social, recreação, materno-infantil;
3. Instruir para as atividades de reconhecimento, triagem e remessa de donativos;
4. Elaborar plano de chamada.

Art. 15 - Em situação de anormalidade compete:

I - Ao Presidente da COMDEC

1. Comunicar a Coordenaria Regional de Defesa Civil a ocorrência do fato no mais curto espaço de tempo, informando a extensão do evento desastroso e das condições do Município em atender à população;
2. Solicitar, quando necessário, a abertura de crédito extraordinário destinado a abrir despesas com a emergência;
3. Solicitar auxílio, utilizando-se do Sistema Estadual de Defesa Civil, após verificada a impossibilidade do Município de manter a situação sob controle;
4. Decretar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, em consonância com critérios estabelecidos pela Defesa Civil Estadual, e determinar a Comissão de Vistoria a feitura de um levantamento técnico dos danos e os consequentes custos e, quanto ao Secretário da COMDEC, o relatório da ocorrência que são documentos necessários para solicitar ajuda ao Sistema Estadual de Defesa Civil ou Federal;
5. Ordenar despesas com dispensa de licitação observando-se legislação em vigor;
6. Prestar contas à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil ou ao Tribunal Contas do Estado de acordo com a origem dos recursos recebidos e o que for acordado em convênios, utilizando-se os elementos contábeis da Prefeitura;
7. Somente encerrar a operação após o completo retorno à normalidade, podendo desativar os órgãos à medida que se tornam desnecessárias à mesma;
8. Supervisionar todas as atividades de Defesa Civil no Município;
9. Solicitar apoio aos Órgãos Federais e Estaduais no Município, para a adoção de medidas de socorro, assistenciais e recuperativas;
10. Encaminhar a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil o relatório final.

II - Ao Adjunto

1. Substituir o Presidente no seu impedimento e apoiar o Secretário da COMDEC no desencadeamento do plano de emergência.

III - Ao Secretário

1. Desencadear o plano de chamada dos elementos julgados necessários a enfrentar a situação;
2. Desencadear o plano adequado à ocorrência;
3. Mobilizar os recursos materiais necessários à emergência;
4. Acionar o posto de chamada da sede da COMDEC ou manter-se no local em que ocorreu o fato, a fim de melhor analisar o quadro existente e assim acionar com mais eficiência a ação de socorro, assistência e recuperação da população atingida;
5. Acompanhar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos núcleos de Defesa Civil nos diversos bairros;
6. Utilizar os voluntários previamente treinados;
7. Utilizar os meios de comunicação para acalmar a população;
8. Manter sob controle o desencadeamento das diversas ações das subcomissões da COMDEC;
9. Propor ao Prefeito a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pela Defesa Civil Estadual;
10. Elaborar relatório parcial e final;

IV - Ao Secretário

1. Desencadear as tarefas que lhe forem impostas pelo Diretor de Operações.

V - A Subcomissão De Relações Públicas

1. Desenvolver programas para elevação do moral da comunidade atingida;
2. Comunicação com o público em geral objetivando informar os fatos e o trabalho da COMDEC;
3. Alertar, orientar e reagrupar famílias;
4. Acompanhar a situação do Município atualizando os registros diários;
5. Apresentar relatórios parciais e final.

VI - A Subcomissão De Segurança

1. Isolamento da área;
2. Salvamento;
3. Combate a incêndios;
4. Proteção policial à vida e ao patrimônio;
5. Resgate e evacuação de flagelados;
6. Apresentar relatórios parciais e final.

VII - A Subcomissão De Depósitos

1. Apresentar relatórios parciais e final do que foi distribuído.

VIII - A Subcomissão De Abrigos

1. Cadastrar os flagelados para fins de estatísticas e logísticas;
2. Recepção, triagem, assistência e amparo as famílias;
3. Apresentar relatórios parciais e final.

IX - A Subcomissão De Saúde

1. Executar a triagem médica nos locais de abrigos;
2. Coordenar a distribuição de medicamentos aos flagelados;
3. Manter rigoroso registro de óbitos, feridos, atendimentos prestados, etc;
4. Coordenar e executar medidas de combate e epidemias;
5. Apresentar relatórios parciais e final.

X - A Subcomissão De Vistorias

1. Realizar perícias nos locais de sinistros, bem como as providências adotadas e os recursos necessários para a recuperação;
2. Manter o acompanhamento dos níveis de rios e sobre previsões especializadas;

3. Estabelecer prioridades quanto as áreas que devem ser evacuadas;
4. Supervisionar e orientar atividades de combate a calamidades decorrentes do desequilíbrio biológico (animal e vegetal);
5. Supervisionar e orientar os serviços de recuperação dentro da respectiva especialidade.

DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Art. 16 - Declarada a Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública o Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil poderá admitir pessoal para a prestação de serviços de natureza eventual, sob a forma e condições previstas no Decreto Federal nº 66.715, de 15 de junho de 1970.

Art. 17 - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC entrosar-se-á com os órgãos da União, do Estado e Entidades Privadas localizadas no Município, com os quais manterá estreita colaboração no desempenho de suas funções, em especial, quando ocorrerem Situações de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Art. 18 - Será sempre em regime de colaboração, a atuação da COMDEC com os órgãos de outras esferas e entidades privadas existentes na jurisdição municipal.

Art. 19 - Toda atividade desenvolvida em prol da Defesa Civil, quando da ocorrência de eventos desastrosos é considerado serviço relevante quando constar nos assentamentos funcionais do interessado.

Art. 20 - Os casos omissos neste Regimento serão objeto de decisão do Presidente "ad referendum" da COMDEC.

Art. 21 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO ANDREY PAULI
Presidente do COMDEC

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016

DESIGNA FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora LISE MARA AREND, inscrita no CPF nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 10 e 11/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016

DESIGNA FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora LIANE LAUX DORZBACHER, inscrita no CPF sob nº. 827.522.069-68, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Saúde e a servidora CRISTIANE MI-CHAESEN, inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, para o cargo de Auxiliar Administrativo, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 12, 13 e 14/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que as fiscais designadas deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor GILMAR EUGENIO COUSSEAU, inscrito no CPF sob nº. 019.863.819-19, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº. 15/2016, nas quais o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que o fiscal designado deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento da ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos

da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de janeiro de 2016.
MARCELO MORCHE
Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 006/2016

PORTARIA Nº 006/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor GILMAR EUGENIO COUSSEAU, inscrito no CPF sob nº. 019.863.819-19, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº. 16/2016, nas quais o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que o fiscal designado deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento da ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de janeiro de 2016.
MARCELO MORCHE
Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 007/2016

PORTARIA Nº 007/2016

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Marcelo Morche, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR com base no art.61 da Lei Complementar nº159 de 29 de dezembro de 2014 o servidor FELIPE PATZLAFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, para no período de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, exercer o cargo de provimento efetivo de Contador, em substituição à servidor titular do cargo, que solicitou exoneração.

Art. 2º No período de substituição, o substituto será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de janeiro 2016.

Art.4º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 08 de janeiro de 2016.
MARCELO MORCHE
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 008/2016

PORTARIA Nº 008/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora JOSIANE BIAVASCHI DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº. 634.975.490-53, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudiólogo, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, para serem gozadas no período de 15 de janeiro de 2016 a 13 de fevereiro de 2016.

Art.2º Fica reduzido em 01 (um) dia, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 12/02/2016.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2016.
MARCELO MORCHE
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 009/2016

PORTARIA Nº 009/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LIANE LAUX DORZBACHER inscrita no CPF sob nº. 827.522.069-68, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretora, férias referentes ao período aquisitivo de 30 de agosto de 2013 a 29 de agosto de 2014, para serem gozadas no período de 15 de janeiro de 2016 a 13 de fevereiro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 010/2016

PORTARIA Nº 010/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ALEX ROMULO PACHECO inscrito no CPF sob nº. 004.674.119-48, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, para serem gozadas no período de 15 de janeiro de 2016 a 13 de fevereiro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001

PORTARIA Nº 001, de 04/01/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JULIAR LUIZ MANENTI, brasileiro, casado, ocupante do cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2015 à 02/01/2016, e gozo das mesmas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002

PORTARIA Nº 002, de 04/01/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, TARCISIO LIDANI, brasileiro, casado, ocupante do cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2015 à 02/01/2016, e gozo das mesmas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003

PORTARIA Nº 003, de 04/01/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, VILMAR MIO-TELLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo em Comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO DE ESPORTES, relativas ao período aquisitivo de 07/01/2015 à 07/01/2016, e gozo das mesmas no período de 07/01/2016 a 27/01/2016, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004

PORTARIA Nº 004, de 04/01/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SIMONE BOLZON BRAMBILA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2015 à 02/01/2016, e gozo das mesmas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005

PORTARIA Nº 005, de 11/01/2016.

Nomeia CONSELHEIRA TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2015 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear a Senhora ANDREIA DOS SANTOS GONÇALVES ZAMBONI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 040.089.399-11 e Identidade nº 3.989.387, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2020.

Artigo 2.º - A Conselheira nomeada foi eleita pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 10/01/2016.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de janeiro de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006

PORTARIA Nº 006, de 11/01/2016.

Nomeia CONSELHEIRA TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2015 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear a Senhora SANDRA CANONICA, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 055.400.959-52 e Identidade nº 4.369.886, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2020.

Artigo 2.º - A Conselheira nomeada foi eleita pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 10/01/2016.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de janeiro de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007

PORTARIA Nº 007, de 11/01/2016.

Nomeia CONSELHEIRA TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2015 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear a Senhora PATRICIA NESI BIAVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 088.798.309-02 e Identidade nº 5.615.638, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2020.

Artigo 2.º - A Conselheira nomeada foi eleita pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 10/01/2016.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de janeiro de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008

PORTARIA Nº 008, de 11/01/2016.

Nomeia CONSELHEIRO TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2015 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear o Senhor FRANCISCO CARICIMI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 462.103.009-44 e Identidade nº 1.308.752-5, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRO TUTELAR, no período de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2020.

Artigo 2.º - O Conselheiro nomeado foi eleito pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossado no dia 10/01/2016.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de janeiro de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009

PORTARIA Nº 009, de 11/01/2016.

Nomeia CONSELHEIRO TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2015 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear o Senhor EVERSON LIDANI, brasileira, solteiro, inscrito no CPF nº 062.442.749-89 e Identidade nº 5.173.236, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, para exercer a função de CONSELHEIRO TUTELAR, no período de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2020.

Artigo 2.º - O Conselheiro nomeado foi eleito pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossado no dia 10/01/2016.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 11 de janeiro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 27/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços de Merenda Escolar, para aquisições futuras, no atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 11 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

DECRETO Nº.366/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO/GP/Nº. 366, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 88/PMBR/2015.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, incisos IV e V do Art. 43 da Lei N. 8.666/93, e:

CONSIDERANDO: Que a Administração deverá verificar a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital, bem como somente poderá classificar propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação previstos no ato convocatório;

CONSIDERANDO: O Item 1.4. do Edital de Pregão Presencial Nº 88/PMBR/2015 que trata das amostras, em que, as vencedoras da licitação deverão apresentar amostras dos itens: Nºs: 05, 13, 14,15, 21, 22, 30, 31, 32, 37, 47, 58, 59, 117, 118, 131, 132, 137, 138, 139, 144, 145, 146, 149, 150 e 153 em até três dias após a licitação, para que o setor competente, através do responsável, teste-os e aprove ou não, sob pena de desclassificação.

DECRETA

Art. 1º - Fica Instituída e Nomeada a Comissão para Avaliação de Amostras do Pregão Presencial Nº. 088/PMBR/2015, constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Fabiana Cristina Rosa

Membro adjunto I: Juliana Serafim

Membro adjunto II: Monique Lemos

Art. 2º - Cabe a Comissão para Avaliação de Amostra do Pregão Presencial Nº. 088/PMBR/2015 - Registro de preços de Materiais de Expediente, Limpeza, Higiene, Copa e Cozinha, Gás, Gêneros Alimentícios, Material Escolar e Suprimento Informática, para aquisições futuras, no atendimento a Diversas Secretarias do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações (Anexo I – Termo de Referencia do edital), analisar e avaliar as amostras a serem apresentadas pelas empresas ganhadoras dos itens do certame licitatório em epígrafe, promover a desclassificação das referidas amostras incompatíveis com as descrições do Edital e promover a listagem da empresa cujas amostras tenham sido aprovadas.

Art. 3º - A Comissão deverá apresentar o laudo de avaliação no máximo até dia 15 (quinze) de Janeiro de 2016, data está prevista em Edital.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 05 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIA SA Nº 020/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Ana Paula Nazário Mariotto, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 27/03/1983, portador(a) do CPF nº 042.000.169-74, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 021/2016

PORTARIA SA Nº 021/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Vagner da Silva Barros, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 01/03/1985, portador(a) do CPF nº 322.970.648-02, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 022/2016

PORTARIA SA Nº 023/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Juliana Mizieski Mendes, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 11/09/1985, portador(a) do CPF nº 057.018.839-30, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 023/2016

PORTARIA SA Nº 023/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Juliana Mizieski Mendes, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 11/09/1985, portador(a) do CPF nº 057.018.839-30, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 024/2016

PORTARIA SA Nº 024/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Roberta Mitchela Bez Birolo Lopes, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 08/10/1980, portador(a) do CPF nº 026.282.699-29, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 025/2016

PORTARIA SA Nº 025/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Tamires de Medeiros, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 16/06/1990, portador(a) do CPF nº 079.910.089-75, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 026/2016

PORTARIA SA Nº 026/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Fernando Farias Topanotti, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 25/06/1982, portador(a) do CPF nº 040.026.509-52, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 027/2016

PORTARIA SA Nº 027/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Aline de Bem Carvalho, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 15/07/1989, portador(a) do CPF nº 069.317.679-25, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 028/2016

PORTARIA SA Nº 028/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Francielly Pagnan, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 06/06/1992, portador(a) do CPF nº 008.697.129-85, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA SA Nº 029/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Greice dos Santos Silveira, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 26/12/1986, portador(a) do CPF nº 063.804.039-65, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIA SA Nº 030/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Eduardo Dalmolin Zaccaron, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 24/01/1981, portador(a) do CPF nº 036.577.209-79, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIA SA Nº 031/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Reginaldo Antonio Joaquim, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 03/07/1968, portador(a) do CPF nº 685.491.139-72, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA SA Nº 032/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo II, Grupo IV da Lei 143/2014, de 17 de julho de 2014,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Rafael Roque Antonio, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 23/02/1985, portador(a) do CPF nº 045.632.689-84, para ocupar o cargo de Motorista de Transporte Escolar/Ônibus, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA SA Nº 033/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo II, Grupo IV da Lei 143/2014, de 17 de julho de 2014,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Eder Geraldo Rodolfo, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 29/12/1978, portador(a) do CPF nº 028.395.419-12, para ocupar o cargo de Motorista de Transporte Escolar/Ônibus, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA SA Nº 034/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Ricardo Teixeira Canarin, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 11/02/1981, portador(a) do CPF nº 032.889.859-77, para ocupar o cargo de Professor de Disciplinas Específicas, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA SA Nº 035/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Josi Raquel Heinen, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 18/01/1983, portador(a) do CPF nº 994.321.370-15, para ocupar o cargo de Nutricionista, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA SA Nº 036/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Ana Paula Cascaes Silvano Meller, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 06/06/1982, portador(a) do CPF nº 039.200.299-09, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA SA Nº 037/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Maria Helena Vieira, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 17/07/1962, portador(a) do CPF nº 744.142.599-91, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIA SA Nº 038/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Margarete Garcia Silvestre, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 01/01/1971, portador(a) do CPF nº 496.401.869-53, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 039/2016

PORTARIA SA Nº 039/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Eneara Montegutti Silveira, brasileiro(a), divorciado(a), nascido(a) em 23/04/1976, portador(a) do CPF nº 016.919.229-60, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIA SA Nº 040/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Beatriz Fernandes Pedro Alves, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 05/01/1975, portador(a) do CPF nº 951.079.409-00, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIA SA Nº 041/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Bruna da Silva Alessio, brasileiro(a), divorciado(a), nascido(a) em 27/08/1988, portador(a) do CPF nº 071.042.149-41, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA SA Nº 042/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Marileia de Mello, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 19/10/1981, portador(a) do CPF nº 029.629.179-09, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA SA Nº 043/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Karina de Souza, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 04/10/1973, portador(a) do CPF nº 889.212.719-53, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIA SA Nº 044/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Janaina Alves da Luz, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 27/09/1988, portador(a) do CPF nº 069.563.179-90, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA SA Nº 045/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Maria Lucia Campos Castellan, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 02/03/1969, portador(a) do CPF nº 693.802.289-53, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIA SA Nº 046/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Rozângela Silveira, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 27/03/1978, portador(a) do CPF nº 028.844.209-16, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIA SA Nº 047/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Tatiane Patrícia da Luz, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 03/03/1984, portador(a) do CPF nº 038.777.399-11, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 048/2016

PORTARIA SA Nº 048/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Aline Borges Bispo, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 13/08/1989, portador(a) do CPF nº 059.640.199-00, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA SA Nº 049/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Andréa Guessi Custódio, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 10/06/1983, portador(a) do CPF nº 040.888.319-77, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 050/2016

PORTARIA SA Nº 050/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Regiani Reck David, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 27/10/1978, portador(a) do CPF nº 023.235.399-90, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 051/2016

PORTARIA SA Nº 051/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Maria Karina dos Reis, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 13/03/1979, portador(a) do CPF nº 031.701.479-00, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 052/2016

PORTARIA SA Nº 052/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Juliana de Oliveira Zaccaron, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 19/09/1985, portador(a) do CPF nº 056.129.659-66, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 07 de junho de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA SA Nº 054/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Eliane Bocianoski, brasileiro(a), divorciado(a), nascido(a) em 31/10/1964, portador(a) do CPF nº 465.667.919-49, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 054/2016

PORTARIA SA Nº 054/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Eliane Bocianoski, brasileiro(a), divorciado(a), nascido(a) em 31/10/1964, portador(a) do CPF nº 465.667.919-49, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 055/2016

PORTARIA SA Nº 055/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de

conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Priscila Luciano Fernandes Valério, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 05/07/1985, portador(a) do CPF nº 043.643.349-44, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA SA Nº 056/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Maria Salete Gonçalves Mazuco, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 01/10/1949, portador(a) do CPF nº 819.422.149-87, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 057/2016

PORTARIA SA Nº 057/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Andrea Rossdeutscher Tcatch, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 22/05/1973, portador(a) do CPF nº 018.699.399-48, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIA SA Nº 058/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Ana Carla Joaquim Lima, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 29/07/1988, portador(a) do CPF nº 064.472.729-21, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIA SA Nº 059/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Albertina de Medeiros Zeferino, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 27/07/1972, portador(a) do CPF nº 951.670.489-15, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de

fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA SA Nº 060/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Jucélia Melo Cardoso, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 07/03/1969, portador(a) do CPF nº 584.058.109-78, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA SA Nº 061/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Chaiane Maximiano, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 02/10/1980, portador(a) do CPF nº 037.232.029-50, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 062/2016

PORTARIA SA Nº 062/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Andreia Carla Stakowski de Souza Borges, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 16/12/1979, portador(a) do CPF nº 023.289.889-89, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 063/2016

PORTARIA SA Nº 063/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Taize Cardoso Torres, brasileiro(a), separado(a), nascido(a) em 12/03/1979, portador(a) do CPF nº 031.110.939-05, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 064/2016

PORTARIA SA Nº 064/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Dorizete Casagrande Fernandes, brasileiro(a), separado(a), nascido(a) em 25/12/1970, portador(a) do CPF nº 653.164.959-34, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 065/2016

PORTARIA SA Nº 065/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Rosane Ribeiro Goulart, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 04/10/1978, portador(a) do CPF nº 036.149.089-50, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 066/2016

PORTARIA SA Nº 066/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Adriana Pedro Estácio Maffei, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 10/10/1973, portador(a) do CPF nº 898.789.929-00, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA SA Nº 067/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Amanda Patrício Ezequiel, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 13/05/1986, portador(a) do CPF nº 051.887.309-95, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA SA Nº 068/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Elen Marcelino Jaques, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 20/09/1980, portador(a) do CPF nº 034.127.119-50, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA SA Nº 069/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Kate Fabre Locatelli, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 21/08/1981, portador(a) do CPF nº 037.446.249-60, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 070/2016

PORTARIA SA Nº 070/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Suelen dos Santos, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 24/03/1988, portador(a) do CPF nº 061.093.879-75, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 071/2016

PORTARIA SA Nº 071/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Jessica Karoline Bernardi, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 10/01/1989, portador(a) do CPF nº 065.762.359-84, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 072/2016

PORTARIA SA Nº 072/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Barbara Tavares Dagostim, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 04/12/1972, portador(a) do CPF nº 952.951.519-72, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 073/2016

PORTARIA SA Nº 073/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Joseanny de Nazaré Pinheiro, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 11/07/1984, portador(a) do CPF nº 888.437.852-49, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 074/2016

PORTARIA SA Nº 074/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Daiane Raquel dos Santos Pereira, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 18/03/1988, portador(a) do CPF nº 017.072.070-54, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 075/2016

PORTARIA SA Nº 075/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Rosilane Pedro Eziquiel, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 08/02/1979, portador(a) do CPF nº 027.949.889-64, para ocupar o cargo de Professor, na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com posse em 04 de fevereiro de 2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 11 de janeiro de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de janeiro de 2016.

Barra Velha

PREFEITURA

AD 001/028/2015 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: PRODUZO SHOWS E EVENTOS

Licitação: Proc. Administrativo 034/2015

Nº Licitação: Inexigibilidade 021/2015

Objeto: Contratação de Show Musical com a Banda DETONAUTAS que será realizado no dia 01 de janeiro de 2016 na programação de verão do Município

Valor do Contrato: R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 01/12/2016

Data do vencimento: 30/01/2016

Barra Velha, 01 de janeiro de 2016

RONALDO DE SOUZA LESSA –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

CONTRATO 002/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME Licitação: Proc. Administrativo 072/2015 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015

Objeto: Pavimentação das Ruas Walter Becker e Antenor Joaquim Goes, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos

Valor do Contrato: R\$ 196.536,56 (cento e noventa e seis mil quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos)

Data da assinatura: 11/01/2016

Data do vencimento: 10/06/2016

Barra Velha, 11 de janeiro de 2016

CELSO FRANCISCO SCHIMITT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS 12/2015

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 033.2015 - PREF – Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 062.2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda., CNPJ 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, São Francisco, Bituruna, PR.

Objeto do aditivo: Majoração do valor inicialmente contratado, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, acumulado durante os meses de julho de 2014 a junho de 2015.

Data da assinatura: 07.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 034.2015 - PREF – Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 010.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Majoração do quantitativo do objeto do Contrato nº 010/2015, acrescentando 351,107 litros de óleo diesel S-10.

Data da assinatura: 10.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 035.2015 - PREF – Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 037.2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Plana - Serviços Técnicos e Administrativos Ltda. - Me, CNPJ 07.756.659/0001-11, Rua Duque Caxias, 594, Alto das Palmeiras, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Redução do valor do Contrato nº 037.2013 no percentual de 16,94% (dezesesseis vírgula noventa e quatro por cento).

Data da assinatura: 18.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 036.2015 - PREF – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 071.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Volpesa - Locações e Transporte Ltda. - EPP, CNPJ 03.393.652/0001-21, Rua Mercedes Corte, 500, Campo da Água Verde, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 18.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 037.2015 - PREF – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 083.2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Carboni Distribuidora De Veículos Ltda, CNPJ 02.952.689/0001-80, Rodovia SC 453, Km 55, Industrial, Videira, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 18.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 038.2015 - PREF – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 057.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Edinei José Wassoaski, CNPJ 17.223.878/0001-99, Rua Willibaldo Hoffmann, 1.085, Sossego, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 18.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 012/2015 - FMS - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 028.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: I9 Soluções Tecnológicas Ltda. - ME, CNPJ 07.569.095/0001-08, Rua São José, 1.663, Alto das Palmeiras, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 03.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 013/2015 - FMS - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Hospital Santa Cruz De Canoinhas, CNPJ 83.192.096/0001-64, Rua João da Cruz Kraling, nº 1050, centro, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 03.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 014/2015 - FMS - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 008.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., CNPJ 00.802.002/0001-02, Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do objeto do contrato, acrescentando-se a quantidade de alguns medicamentos.

Data da assinatura: 04.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 005.2015 - FMDR – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, CNPJ 83.052.191/0012-15, BR 280, Km 219,5, Campo da Água Verde, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência contratual.

Data da assinatura: 03.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 015/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Nilvea Regina Marcondes - Me, CNPJ 09.438.997/0001-30, Rua Eugênio de Souza, 515, sala 01, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para aplicação do cofinanciamento de serviços da proteção social básica.

Valor: R\$ 3.544,80 (três mil, quinhentos quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

Data da assinatura: 18.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 016/2015-FMAS.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Bazzishop Comércio de Eletrônicos Eireli - EPP, CNPJ 08.923.754/0001-25, Avenida Expedicionários, 766, Campo da Água Verde, Canoinhas, SC.

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para aplicação do cofinanciamento de serviços da proteção social básica.

Valor: R\$ 7.848,90 (sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

Data da assinatura: 18.12.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.155/2012 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 128/2012 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.155/2012
Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 128/2012 – FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CONVEM DESTACAR QUE ESTA CONTRATAÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93.

Fornecedor: FEPESE – FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICOS

Valor: R\$15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: 06/01/2016 a 04/07/2016.

ANGELO RAMOS VIEIRA
Secretário Municipal de Saúde.

LEI Nº 3612/2015

LEI Nº 3612/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

INCLUI REDAÇÃO NO ANEXO VI E ALTERA ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 51/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – O art. 164 da Lei Complementar 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 164 - Fica autorizada a criação do cargo de Técnico em Educação e o conjunto de 150 vagas para seu provimento.

Parágrafo único – As atribuições do cargo de Técnico em Educação são as dispostas no Anexo VI, desta lei, com as seguintes cargas horárias:

- I – Técnico em Educação de 40 horas – 50 vagas
- II – Técnico em Educação de 30 horas – 60 vagas
- III - Técnico em Educação de 20 horas – 30 vagas
- IV - Técnico em Educação de 10 horas – 10 vagas

Art. 2º - Os anexos IV e V serão acrescidos das seguintes informações:

Parágrafo único: As demais vagas listadas nos anexos IV e V correspondentes aos demais cargos e permanecem inalterados, para todos os efeitos legais.

Anexo IV – Do Quadro de cargos novos

Ordem	Cargo	Carga Horária	Padrão	Vagas criadas
1	Técnico em Educação	40horas	8	30
1.1	Técnico em Educação	30horas	6	60
1.2	Técnico em Educação	20horas	3	30
1.3	Técnico em Educação	10horas	1	10

Anexo V – Quadro de vagas

Cargo	Vagas	Vagas existentes	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis	Vagas criadas
Técnico em Educação 40horas	00	20	00	20	30

Cargo	Vagas	Vagas existentes	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis	Vagas criadas
Técnico em Educação 30horas	00	00	00	00	60
Cargo	Vagas	Vagas existentes	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis	Vagas criadas
Técnico em Educação 20horas	00	00	00	00	30

Cargo	Vagas	Vagas existentes	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis	Vagas criadas
Técnico em Educação 10horas	00	00	00	00	10

Cargo	Vagas	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis	Vagas criadas	Vagas excluídas
Professor II - 30 horas – Licenciatura Plena – Educação Infantil	230	52	178	100	00
Professor II - 40 horas – Licenciatura Plena – Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	69	11	58	05	00
Professor III - 20 horas – Licenciatura Plena específica – Séries Finais - Filosofia	08	00	08	05	00
Professor III - 10 horas – Licenciatura Plena específica – Séries Finais - Filosofia	03	00	03	01	00
Professor III - 30 horas – Licenciatura Plena Espanhol	05	01	04	04	00
Professor III - 30 horas – Licenciatura Plena Artes	15	01	14	14	00
Professor III - 20 horas – Licenciatura Plena -EJA	25	00	25	05	00

Cargo	Vagas	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis	Vagas criadas	Vagas excluídas
Professor III - 40 horas – Licenciatura Plena Educação Física	40	02	38	25	00
Professor III - 40 horas – Licenciatura Plena específica – Séries Finais - Geografia	06	02	04	04	00
Professor III - 40 horas – Licenciatura Plena específica – Séries Finais - História	06	00	06	04	00
Professor III - 40 horas – Licenciatura Plena específica – Séries Finais - Matemática	06	00	06	04	00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3612 /2015, de 28/12/2015

Sancionada em 28/12/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

PORTARIA SMS N. 01/2016

PORTARIA SMS nº. 01/2016

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER COMO FARMACÊUTICA NO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Angelo Ramos Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Bruna Schmitz de Souza, matrícula 15060, para responder como farmacêutica no Setor de Vigilância Sanitária do Município de Biguaçu.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2016.

Angelo Ramos Vieira

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

PP232-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 232/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2016.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 26 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 26 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP255/2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 255/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VASILHAMES E RECARGA DE GÁS PARA USO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 29 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 29 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.866/2016

DECRETO Nº 10.866, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

FIXA NOVO VALOR PARA AS TARIFAS COMUM E SELETIVA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 75, I, "i", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29.03.1990, e o art. 12 da Lei nº 7.127, de 02.08.2007, e

CONSIDERANDO os estudos técnicos e as conclusões do Processo Administrativo nº 001/2016 (Tarifa Transporte Coletivo) de reposicionamento tarifário conduzido pelo Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, na qualidade de órgão de controle e fiscalização do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes valores tarifários:

I - tarifa comum: R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos);

II - tarifa seletiva: R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos);

III - tarifa especial de domingos:

R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos).

Art. 2º Os estudantes enquadrados na Lei nº 4.175, de 29.12.1992, e alterações posteriores, terão 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o valor da tarifa comum referida no inciso I do artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo único. O Passe Estudante somente poderá ser utilizado no serviço regular remunerado pela tarifa comum.

Art. 3º Os valores acima estabelecidos deverão ser aplicados a partir da zero hora do dia 27 de janeiro de 2016, mantendo-se até então os valores fixados no Decreto nº 10.544, de 08 de janeiro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de janeiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102-16 DE 11 DE JANEIRO DE 2016 PRORROGA CONCURSO PÚBLICO Nº001-2013, DA CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102/2016

PRORROGA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013, DA CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. FICA prorrogado por mais 02 (dois) anos a validade do Concurso Público nº 001/2013 conforme estipula o item 1.8 do referido Edital.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 11 de janeiro de 2016.

Hari Schmidt

Presidente da Câmara Municipal

Janiara Keller Ceccon

1º Secretária da Mesa Diretora

PORTARIA Nº 005/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 005/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEAR SERVIDORES PARA CARGO DE CONSELHEIROS TUTELARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os classificados no Edital nº 002/2015 para ocupar o cargo de Conselheiros Tutelares, pelo mandato eletivo de 04 anos, conforme classificação, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Leis Municipais nº 851/2012 e Lei nº 965/2015, sendo a nomeação a partir de 11/01/2016, conforme relação:

Nome	CPF	Classificação
Taciana Teresinha Roman Fleck	025.484.069-89	1º
Elisabete Klesner Walker	023.417.029-88	2º
Elisangela Trevisan	057.525.629-02	3º
Oneide Roeder Wilsman	782.037.169-20	4º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de janeiro de 2016.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Bom Retiro

PREFEITURA

79.01.16 - P. DES. MÉDICA DEBORA SIQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 79/16 de 07.01.16

Designa Médica Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar em caráter emergencial até a realização da Chamada Pública Debora Cristina Siqueira, para exercer o cargo de Médico - Nível – 11, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Interior, a contar do dia 07 de janeiro de 2016 a 31 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

80.01.16 - P. GRATIF. DEBORA SIQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 80/16 de 07.01.16

Atribui Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 39/2013 de 22.01.13 que alterou o artigo 56 inciso IX da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Debora Cristina Siqueira, ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 – Nível 11 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 39/2013 de 22 de janeiro de 2013, a contar do dia 07 de janeiro de 2016 com término em 31 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

81.01.16 - P. DES.AUX.AUX. ENFERM.. C.TEMP. SONIA M. S. PERES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 81/16 de 07.01.16

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Sonia Maria da Silva Peres, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 06/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Equipe Bairro Capistrano, a contar do dia 13 de junho de 2014 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

82.01.16 - P. DES.AUX.AUX. ENFERM.. C.TEMP. MARLENE H. ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 82/16 de 07.01.16

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marlene Hinckel Almeida, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 06/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom

Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Equipe Bairro Capistrano, a contar do dia 13 de junho de 2014 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

83.01.16 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. SONIA M. S. PERES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 83/16 de 07.01.16
Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Sonia Maria da Silva Peres, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 07 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

84.01.16 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. MARLENE H. ALMEIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 84/16 de 07.01.16
Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Marlene Hinckel Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na

Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 07 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

85.01.16 - P. FÉRIAS ANT. ELI T. PERRONI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 85/16 de 07.01.16
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Eli Terezinha Perroni, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 07 de janeiro com término no dia 05 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

86.01.16 - P. PONTO FACULTATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 86/16 de 08.01.16
Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

RESOLVE:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 05 de junho de 2015, por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais, mantendo apenas os serviços essenciais de coleta de lixo.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

87.01.16 - P. FÉRIAS ANA P. CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 87/16 de 08.01.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias Regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Ana Paula Cabral, Ocupante do cargo de Telefonista - Padrão I – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 07 de janeiro com término no dia 05 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

88.01.16 - P. DES. PROF. MAGDA SPAVIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 88/16 de 08.01.16

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Magda Spavieri, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 08 de janeiro com término no dia 04 de fevereiro de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT - Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Titular em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

89.01.16 - P. FÉRIAS JONAS I. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 89/16 de 11.01.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias Regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Jonas Inocêncio Pereira, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para gozá-las a partir de 11 de janeiro com término no dia 06 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

90.01.16 - P. FÉRIAS ELIANE C. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 90/16 de 11.01.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias Regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Eliane Capistrano Pereira, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 11 de janeiro com término no dia 09 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

91.01.16 - P. FÉRIAS ELIZABETE O. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 91/16 de 11.01.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias Regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Elizabete de Oliveira Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a partir de 11 de janeiro com término no dia 09 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

92.01.16 - P. FÉRIAS MARIA L. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 92/16 de 11.01.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Maria de Lourdes dos Santos, Ocupante do cargo de Diretor de Departamento, Padrão I – Nível 32, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 004/2016 de 08 de janeiro de 2016, para gozá-las a contar do dia 11 de janeiro com término no dia 09 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ERRATA PORTARIA 67.16

Errata

PREFETURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Errata nº 01 da Portaria N.º 67/16 de 05.01.2016

O Município de Bom Retiro vem a público retificar a Portaria nº 67/16 de 05.01.2016, cuja ementa é: Concede Férias Coletivas, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 04/01/2015, Edição 1905.

Exclua-se:

No cargo de Professor:

Soraya Alice Werlich de Lins;

Bom Retiro, 08 de janeiro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 – DL FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2016 FMS

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 – DL FMS

OBJETO: Locação de imóvel mobiliado com aproximadamente 60 m2, com dois quartos, lavação, banheiro, cozinha e sala, localizado próximo a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC.

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Braço do Trombudo, em 11 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 26.01.2016, estará selecionando a melhor proposta Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar do ensino fundamental, infantil e creche da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo. informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 11 de janeiro de 2016. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 10h00min do dia 26.01.2016, estará selecionando a melhor proposta. Contratação de empresa especializada em serviço de assistência técnica em equipamentos de informática, sendo até 120 computadores e 65 impressoras, os serviços incluirão manutenção de problemas técnicos, servidor de internet, servidor de e-mail, servidor de bancos de dados. Essa manutenção se dará no gabinete do Prefeito e em todos os departamentos e secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.. informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 11 de janeiro de 2016. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, CNPJ nº11.481.782/0001-44, com sede na Rua Leopoldo Joenck, 119 - Centro, Município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Ilária Voigt, CPF n. 936.164.579-04, residente e domiciliado na Rua Tamandaré nº 173, centro, município de Braço do Trombudo – SC,

Objeto: Locação de imóvel mobiliado com aproximadamente 60 m2, com dois quartos, lavação, banheiro, cozinha e sala, localizado próximo a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC.

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Vigência até 31.12.2016.

Data da assinatura: 12.01.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 03/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 03/2016

Objeto: Aquisição de tubos de concreto. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 22/01/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 04/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 04/2016

Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos e de referências. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 26/01/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 07h00min às 13h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL N. 022/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 022/2015

1. O Secretário Municipal da Educação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 022/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 022/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 23 de dezembro de 2015, no site da Prefeitura Municipal da Educação.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 022/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.

IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

EDITALN. 025/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 025/2015

1. O Secretário Municipal da Educação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 025/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 025/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 23 de dezembro de 2015, no site da Prefeitura Municipal da Educação.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 025/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.

IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

DECRETO Nº 7.734, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO nº 7.734, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração dos agentes políticos e dos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções de confiança da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, que abaixo menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo único do art. 88 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 1º da Lei Municipal nº 3.248/09, § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143/09, § 1º do art. 3º e art. 5º da Lei Complementar nº 144/09, art. 7º, § 1º do art. 31 e art. 93 da Lei Complementar nº 145/09,

DECRETA:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional ficam exonerados, a partir de 11 de janeiro de 2016:

I – os agentes políticos do Poder Executivo Municipal, relacionados no Anexo I deste Decreto;

II – os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança, relacionados no Anexo II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos conforme a data de vigência nele prevista.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.734, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

ANEXO I

Agentes Políticos

Rogério dos Santos	Chefe de Gabinete
Sergio Bernardo Junior	Procurador-Geral do Município
Leonidas Pereira	Secretário de Governo e Gestão Estratégica
Cristiano Bittencourt	Secretário de Orçamento e Finanças
Zeno Heinig	Secretário da Fazenda
Fabian de Oliveira Lemos	Secretário de Comunicação Social
Ivanor de Mendonça	Secretário de Educação
Ivonir Zanata Webster	Secretária da Saúde
Rodrigo Voltolini	Secretaria de Assistência Social e Habitação
José Luiz Cunha	Secretário de Turismo
Luiz Carlos Rosin	Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Bruno Knihs	Secretário de Trânsito e Mobilidade
Miguel Comandolli Junior	Secretário de Obras e Serviços Públicos

DECRETO Nº 7.734, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

ANEXO II

Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Subprocurador-Geral, Diretor-Presidente, Superintendente, Médico Auditor, Médico Regulador e Diretor-Geral

Nome	Cargo
Aurinho Silveira de Souza	Subprocurador-Geral
Roberto Bolognini	Diretor-Presidente do SAMAE
Juliano Montibeller	Diretor-Presidente do IBPLAN
Cristiano Olinger	Superintendente da FUNDEMA
Delmar Alberto Tøndolo	Superintendente da Fundação Municipal de Esportes
Marciano Giraldi	Superintendente da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Célio Francisco de Carmargo	Diretor-Presidente do IBPREV
José Ricardo Eing	Médico Auditor
Giane Elis Gauze	Médico Regulador
Daniela Burgonovo	Diretor-Geral da Secretaria de Comunicação Social
Jiane Mara de Melo Heil	Diretora-Geral do IBPLAN
Joaquim Costa	Diretor-Geral da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luís Fernando Sanni	Diretor-Geral da Secretaria de Saúde
Marcos Bernhardt	Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda
Rafael Luiz Pinto	Diretor-Geral da Secretaria de Orçamento e Finanças/Setor de Licitações
Rolf Kaestner	Diretor-Geral da Secretaria de Turismo
Renate Klein	Diretora-Geral da Defesa Civil
Rubio Silva Steingraber	Diretor-Geral do IBPLAN/DGI

Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Procurador Adjunto e Diretor

Nome	Cargo/Lotação
Camila Ruediger Pöpper	Procurador Adjunto
Daiana Abreu	Procurador Adjunto
Danielle Mariel Heil	Procurador Adjunto
Danyelle Brem Moraes	Procurador Adjunto
Alcino Cesar da Silva	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão – TI
Alessandra Maass	Diretor/Secretaria de Saúde
Alexandre Adriano Amorim	Diretor/Gabinete do Prefeito
Anderson Merlo	Diretor/Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Antônio Carlos Tillmann	Diretor/Controladoria
Aurélio Augusto Batista Tormena	Diretor/Secretaria de Orçamento e Finanças/Setor Licitações
Ataildo Martinenghi	Diretor/Gabinete do Prefeito
Auri Andrade	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Clotilde Imianosky	Diretor/Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária
Dantes Krieger Filho	Diretor/Procuradoria/PROCON
Edison Luiz Estevão Filho	Diretor/Secretaria de Saúde
Edson Machado	Diretor/Secretaria de Turismo
Fabio Cesar Fuckner	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Irineo Augusto Pereira	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jaqueline Peirão dos Santos	Diretor/Secretaria de Educação
Jeniffer da Silva Pereira Barni	Diretor/Secretaria de Saúde

Joel Cesar Schwamberger	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão/ Recursos Humanos
Julio Cesar dos Santos	Diretor/IBPLAN
Jussara Dell' Agnollo	Diretor/Secretaria de Saúde
Leonel Peralta de Moura	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Marcelo Foppa	Diretor/Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Marcia Terezinha Benvenutti Zen	Diretor/Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Marcio Soares da Costa	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Marcos Cesar Pires	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Marcos Uendel Fumagalli	Diretor/Fundação Cultural de Brusque
Maria Salete Uller	Diretor/Secretaria de Saúde
Maristela Kunescki	Diretor/Secretaria de Educação
Maurino Casagrande	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Nildo Raiser	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Norberto Laurindo	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Orlando Borchardt	Diretor/Secretaria de Educação
Osmar Ristow	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Paulina Coelho Harle	Diretora/Secretaria de Assistência Social e Habitação
Paulo da Silveira Mayer	Diretor/Fundação Municipal do Meio Ambiente
Rafael Lopes de Lima	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Robison Luís Koschnick	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Rogério Adilson Lana	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão/ ESAP
Rosélio Padoan	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Sonia Knih Crespi	Diretor/Procuradoria-Geral do Municípios
Valcir João Heiderscheidt	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Valquíria Kohler	Diretor/Secretaria de Saúde
Vilson Afonsio Moresco	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Adalberto Zen	Diretor/Guarda Municipal
Francisco Antonio de Souza	Diretor/IBPLAN
Valério de Moraes Kosel	Diretor/IBPLAN
Marcel Laurence Paza	Diretor/Fundação Municipal de Esportes
Antonio Carlos Cerchiari Junior	Diretor Administrativo e Financeiro do IBPREV

Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Coordenador

Nome	Lotação
Adalberto Zanon	Procuradoria Geral do Município
Ademir Hodecker	Secretaria Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Ademir Luiz de Souza	Gabinete do Prefeito
Adilson Bunn	Secretaria de Orçamento e Gestão
Afonso Sartori	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Alexandre Kenji Honda	Secretaria de Comunicação Social
Aliani Maria Zorrer	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Altino Maçaneiro	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Amandos Otavio Eggert Junior	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio

Ana Karin Silveira	Secretaria de Orçamento e Gestão
André Luis Vechini	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Bruna Beuting de Souza	Secretaria de Comunicação Social
Carlos Eduardo Severino	Secretaria de Saúde
Catia Fischer Custódio	Gabinete do Prefeito
Célia Pereira dos Santos	Secretaria de Saúde
César Luis Pires	Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Compras
Christiane dos Santos da Silva	Secretaria de Orçamento e Gestão/Setor Licitações
Cintia Fernanda Gonçalves Schlindwein	Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária
Claudinei da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Cleiton Luiz Bittelbrunn	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Cleuvir Antonio Perotoni	Secretaria de Saúde
Cristiano Simoni	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Edione Maria Rescarolli Pedrini	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Edu Gevaerd Neto	Secretaria de Educação
Endrigo Hassmann	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Fernanda Lippert	Secretaria de Saúde
Francielle da Camino	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Giana de Oliveira Becker	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Gilson Machado	Secretaria de Turismo
Giseli Schmidt Decker	Procuradoria Geral do Município
Ivo Marchi	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
João Pedro da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge Coradini	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge de Oliveira	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge Pereira	Secretaria de Assistência Social e Habitação
José Altino Filho	Secretaria de Orçamento e Gestão
Josiane Hammes	Secretaria de Orçamento e Gestão
Julio Lopes de Santa Anna	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Konstantin Harasimov	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Leila Patricia Cipriani	Secretaria de Assistência Social e habitação
Lidiane Suavi	Fundação Cultural de Brusque
Luciana Gomes	Secretaria de Turismo
Luis Carlos Dognini	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Luiz Carlos Ristow	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luiz Fantini	Secretaria de Saúde
Luiz Henrique Ferreira	Secretaria de Orçamento e Gestão
Mara Juciane Souza Pereira	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Marcelo da Silva	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Marcos Zimmermann	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Maria Olga Rodrigues Martins	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Marina Burger Beuting	Secretaria de Educação
Mario Luiz Puhler	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Max Alexandre Teske	Fundação Cultural de Brusque
Michele Dalmarco	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Miriam Lucia Bertotti Barni	Fundação Cultural de Brusque
Norival Minella	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Oberdan Grotti	Secretaria de Comunicação Social
Olga Luisa dos Santos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Paulo Dittrich	Gabinete do Prefeito
Paulo Roberto Mellao Filho	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Pedro Paulo Furtado	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pedro Paulo Oliveira Barcelos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pedro Testoni	Secretaria de Saúde
Pollyana Gerola Giarola	Secretaria de Turismo

Renato Bianchi	Secretaria da Fazenda
Ricardo Ferraro de Souza	Secretaria de Educação
Rivelino Jose Cestari	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Rodrigo Fischer Silveira de Souza	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Rogério Koschnik	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Rogério Todt	DGI
Rosana Hassmann Betoldi	Secretaria de Saúde
Sandra da Conceição Bossa	Secretaria de Educação
Sebastião José Hang	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Silvio Bernardo	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Tafarel de Souza	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Tiago Coradini	Secretaria de Comunicação Social
Valério Crespi	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Vilson Bohn	DGI
Vilson Frena	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Walter Roberto Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Celio Clemer	IBPLAN
Celso Tenório Ferreira	IBPLAN/DGI
Claudemir José da Silva	IBPLAN/DGI
Marcio Ventureli	IBPLAN/DGI
Roxelana Grazielle Moa	IBPLAN/DGI
Vagner Marchi	IBPLAN
Ricardo Mathias Knabben	Gabinete do Prefeito

Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional

Nome	Lotação
Acires Martins	Gabinete do Prefeito/Defesa Civil
Aldair Ribeiro Franca	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Amanda Paloschi	Secretaria de Saúde
Ana Marilu Dunka	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Ananda Cristina Voltolini	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Andressa Zanca	Secretaria de Saúde
Angelita Pedrini	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Antonio Carlos da Luz	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Armin Paulo Fuchs	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Arno Stofela	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Bernardo Cardeal	Secretaria de Saúde
Carlos Alberto Batisti	Secretaria de Saúde
Catia Regina Pereira	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Claudio Eduardo Santanna	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Cristine Moller	Secretaria de Orçamento e Gestão
Daniel José Pavesi	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Daniela Hoefelmann	Secretaria de Educação
Danieli Secati	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Emiliana da Silva	Secretaria de Saúde
Evani Maria Lopes Wehmuth	Secretaria de Turismo
Fabiana dos Santos	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Felipe Takizawa	Secretaria de Orçamento e Gestão/TI
Florentina Luiza Bertotti Vicentini	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Gabriel Casas Mesquita	DGI
Grasiele Dalbosco de Oliveira	Secretaria de Saúde
Grasiele Maffezzolli	Secretaria de Saúde
Hamilton Pereira Rodrigues	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio

Hilário Reis	Secretaria de Educação
Isabela Lourenço	Secretaria de Orçamento e Gestão
Ivo Horner	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jaqueline Rita Bertoldi	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
João Carlos Paza	Secretaria de Saúde
João Pedro Antunes	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
José Ademar Hebile	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luiz Gonzaga Zen	Secretaria de Turismo
Marcela Maria Barbosa	Fundação Cultural de Brusque
Marcos Vinicius Martins	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Maria Luiza Afonso	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Maria Rosemery Censi Costa	Secretaria de Saúde
Mariana Schlindwein Brandt	Secretaria de Saúde
Monique Manrich	Gabinete do Prefeito
Nicole Ferreira	Fundação Cultural de Brusque
Norival José Maurer	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Nourival José Coelho	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pablo Rodrigo Venske	Procuradoria Geral do Município/PROCON
Pedro Tiago Zimath Zanella	Secretaria de Saúde
Rafael da Silva	Procuradoria Geral do Município/PROCON
Renato da Silva Prates	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Ronaldo Guilherme Melo Santos	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Sergio José de Souza	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Tiago da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Valdir Barni	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Valentim Luiz Dada	Secretaria de Educação
Valmir José Costa	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Vanessa Zimmermann Tonieto	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Vilson Testoni	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Karlos Victor Zancanaro Oppermann Moura	IBPLAN/DGI
Luiz Carlos Brehm	IBPLAN/DGI
Rafael Roncaglio	Fundação Municipal de Esportes
Ronaldo Oliveira dos Santos	Fundação Municipal de Esportes

DECRETO Nº 7.735, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO nº 7.735, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Designa o servidor Cristiano Bittencourt, ocupante do cargo efetivo de Contador, para responder interinamente pela Secretaria de Orçamento e Gestão, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários para o bom andamento do órgão municipal.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de janeiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015 IBPREV
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015

A Comissão Eleitoral, nos termos do art. 6º do Edital de Eleição 2/2015, RETIFICA o Edital de Eleição 1/2015, artigo 4º, quanto a data de posse dos Conselheiros para o Biênio 2016/2017, ficando alterada para o dia 25/01/2016 em local e horário a definir.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.
Ana Rosa Lebeck
IBPREV

Lizandra Gabrielle Melim
Secretaria de Orçamento e Gestão

Gilberto Raul Scherer
Controladoria Geral do Município

Maria Matilde Cardoso Antonio Walter Mariani
Representante SINSEB Representante ASPMB

EDITAL N. 023/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 023/2015

1. O Secretário Municipal da Educação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 023/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 023/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 23 de dezembro de 2015, no site da Prefeitura Municipal da Educação.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 023/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.
IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

EDITAL N. 024/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 024/2015

1. O Secretário Municipal da Educação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 024/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 024/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 23 de dezembro de 2015, no site da Prefeitura Municipal da Educação.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 024/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.

IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

PORTARIA Nº 10.424, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 10.424, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

1. RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ADVOGADO, conforme abaixo nominado:

ADVOGADO

NOME
MYUKI DOS ANJOS TANJI DE CARVALHO
GREICE CRISTINE LIBARDO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de janeiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

ROGERIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89-2014-PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89-2014-PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2014 – DISPENSA Nº 16/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, LOCAÇÃO DE PARTE DE UM IMÓVEL RURAL SEM BENFEITORIAS, CONTRATADO: NEIDE MARIA DRIESSEN BAÚ, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 831.489.499-00; AURI MARCEL BAÚ, brasileiro, casado, industrial, inscrito no CPF sob nº 521.196.029-72; e ARLINE BAÚ CARNEIRO, brasileira, casada, industrial, inscrita no CPF sob nº 597.835.329-87; residentes e domiciliados nesta cidade de Caçador/SC; Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 89/2014 datado de 24 de novembro de 2014, O objeto do presente aditivo é a renovação contratual e concessão de reajuste aplicável sobre IGP-M, no percentual de 10,098%, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 55.404,84 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos) para totalidade do presente aditivo, O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 24 de novembro de 2015 e findando em 24 de novembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

ATA DE POSSE - CONSELHO TUTELAR

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016-2020

Aos dez dias do mês de janeiro de 2016, às 14h00min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, situado à Avenida Santa Catarina, 195, no município de Caçador, Santa Catarina, reuniram-se para cerimônia de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no processo de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias de outubro de 2015, Gilberto Amaro Comazetto, Prefeito Municipal de Caçador, Beatriz Ribeiro dos Santos, Secretária Municipal de Assistência Social, Marizete Fátima Iaczinski, Presidente do CMDCA, Familiares das Conselheiras Tutelares eleitas, registrada a presença da Coordenadora da ACEIAS, Sra. Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti, Sr. Mário Luiz Cachinski, Assessor de Gabinete, a Imprensa local e demais convidados, conforme a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, a Lei Municipal nº 3.214/2015, bem como Edital publicado por este Conselho em 02 de abril de 2015 que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares em Caçador. Em atendimento ao que determina o artigo 139º, §2º da Lei 12.696/2012, deu-se início a solenidade de diplomação e posse dos novos conselheiros tutelares municipais. A Cerimônia de Diploma e Posse foi iniciada pelo Sr. Mário Luiz Cachinski, com a abertura do evento. Foram convidados para compor a mesa a Presidente do CMDCA, Marizete Fátima Iaczinski, Beatriz Ribeiro dos Santos, Secretária Municipal de Assistência Social e Gilberto Amaro Comazetto, Prefeito Municipal de Caçador. A Diplomação e Posse dos conselheiros foi realizada por Gilberto Amaro Comazetto, Prefeito Municipal de Caçador estando o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador assim constituído, por ordem alfabética: Conselheiros Tutelares Titulares 2016-2020 Adriana Pegoraro Donatti, Andréia Terezinha de Almeida, Maria Augusta Nhoatto Moreira, Simone Casagrande e Suzana Ribeiro dos Santos; Conselheiros Suplentes 2016-2020: Andréa Romão Martins, Francine de Matias. Não se fazendo presente a Srta. Laís Suéllen Nascimento dos Santos no ato da posse. Em seu pronunciamento a Presidente do CMDCA, Marizete Fátima Iaczinski deixou sua mensagem, fazendo um relato sobre o processo de escolha unificado para conselheira tutelar, onde teve seu início com a alteração na Lei do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e deseja que esta gestão que assume na data de hoje tenham muito sucesso. Beatriz Ribeiro dos Santos, deixa sua mensagem agradecendo a presença de todos e relata que a função das conselheiras tutelares é zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Para concluir os trabalhos convida o Prefeito Municipal de Caçador, Sr. Gilberto Amaro Comazetto, onde em seu pronunciamento deseja sucesso a todos e informa que Caçador foi contemplado com novos equipamentos para o Conselho Tutelar, sendo hoje o dia Nacional da Posse dos Conselheiros Tutelares. Após a entrega do Diploma e da assinatura do termo de posse, a solenidade foi encerrada às quatorze horas e trinta e cinco minutos, sendo que essa ata foi redigida por mim, Cristiani Baldicera Granemann, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, e será assinada pelos presentes.

COMPRAS MÊS 12 - 2015 - PREFEITURA, SAÚDE, SOCIAL, FIA, FUNDEMA, CULTURA E ESPORTE.

Página: 1/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - AZUL	6737	50,000	0,7200	36,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - AZUL	6747	7,000	0,7200	5,04
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR BRANCO	6737	49,000	0,7200	35,28
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR PRETO	6737	49,000	0,7200	35,28
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR PRETO	6747	6,000	0,7200	4,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR VERDE	6737	50,000	0,7200	36,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR VERDE	6747	6,000	0,7200	4,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR PRETO	6737	55,000	10,5600	580,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CANAleta PLÁSTICA 20X10X2100 MM, COM DIVISÓRIA INTERNA	6737	5,000	4,5600	22,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	COTOVELO 90° 50X20 MM	6737	2,000	5,4000	10,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	COTOVELO INTERNO 50X20 MM	6737	5,000	5,4000	27,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DERIVAÇÃO EM T 50X20 MM	6737	3,000	5,4000	16,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO NEMA, 50 A, 5 KA	6689	1,000	56,6500	56,65
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO NEMA, 20 A, 2 KA	6737	1,000	9,7500	9,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	6747	30,000	5,7800	173,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELETÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	6747	8,000	29,3800	235,04
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	6690	6,529	64,2000	419,15
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	6738	14,600	64,2000	937,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	6748	9,100	64,2000	584,22
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FORD RANGER - MDK.3625	6729	6,393,840	1,0000	6,393,84
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FORD RANGER - MDK.3625	6731	2,313,100	1,0000	2,313,10
AGF. ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA	Contratação de Serviços de Operação de Sistema Anti Granizo	6691	0,226	23,290,9450	5,267,87
AGF. ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA	Contratação de Serviços de Operação de Sistema Anti Granizo	6692	0,116	23,290,9450	2,700,03
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	ABA GEL COMPOSTO 96G	6699	2,000	18,9000	37,80
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	CARRINHO DE MÃO	6700	1,000	249,0000	249,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	CORRENTE	6700	1,830	48,9000	89,49
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	RAÇÃO PARA EQUINOS	6694	12,000	41,5000	498,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	RATICIDA 100GR	6699	2,000	7,5000	15,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	RATICIDA 100GR	6700	4,000	7,5000	30,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	SHAMPOO PARA EQUINOS	6699	1,000	16,0000	16,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	TERRACORTIL SPRAY	6699	1,000	35,9000	35,90
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	TERRAMICINA TPS C/AG 77 100G	6699	1,000	21,0000	21,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	TRISSULFIN PO SACHE 50G	6699	1,000	11,0000	11,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	VACINA PARA EQUINOS (GRIPE, TOSSE)	6699	1,000	25,0000	25,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	VALLECALCIO 500ML	6699	1,000	35,0000	35,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	VENENO MATO MATO	6694	1,000	45,0000	45,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	VETFLOGIN 10 ML	6699	1,000	10,5000	10,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO, BRANCO, PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA	6707	100,000	75,3600	7.536,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL TOALHA BRANCO, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA DUAS DOBRAS C	6707	200,000	16,4000	3.280,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM 42 LUGARES - SESC	6841	2,000	3.780,0000	7.560,00
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	543	3,000,000	3,1000	9.300,00
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	2523	2,000,000	3,1000	6.200,00
BOTTIN CONSULTORIA LTDA - ME	Contratação de empresa recuperação créditos previdenciários	6881	1,000	127,000,0000	127.000,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKX 1716 AGRALÉ VOLARE V8 2012	6735	481,370	1,0000	481,37
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKX 1716 AGRALÉ VOLARE V8 2012	6736	319,600	1,0000	319,60
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	CASCO P-45	6686	8,000	419,8983	3.359,19
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	6686	40,000	64,4000	2.576,00
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	2503	7,000	64,4000	450,80
CAPRI TINTAS LTDA	TINTA ACR. STD. CONCRETO, LATA18 LTS	6743	5,000	100,0000	500,00
CAPRI TINTAS LTDA	TINTA ACR. STD. CONCRETO, LATA18 LTS	1047	25,000	100,0000	2.500,00
CASA DAS FECHADURAS	ABERTURA DE CADEADO	6753	1,000	30,0000	30,00
CASA DAS FECHADURAS	ABERTURA DE COFRE	6753	2,000	100,0000	200,00
CASA DAS FECHADURAS	CADEADO E 50	6753	1,000	25,0000	25,00
CASA DAS FECHADURAS	CADEADO E-30	6753	1,000	12,5000	12,50
CASA DAS FECHADURAS	CHAVE YALE	6753	25,000	7,0000	175,00
CASA DAS FECHADURAS	CHAVE YALE	6753	3,000	6,5000	19,50
CASA DAS FECHADURAS	CILINDRO FECHADURA	6753	6,000	45,0000	270,00
CASA DAS FECHADURAS	CILINDRO FECHADURA	6753	1,000	35,0000	35,00
CASA DAS FECHADURAS	FECHADURA P/ PORTA	6753	2,000	20,0000	40,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	6688	50,000	38,0000	1.900,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	6688	60,000	38,0000	2.280,00
ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA- EPP	Conclusão dos serviços de construção de creche pertencente a	6819	0,079	848,488,7900	67.343,55
ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA- EPP	Conclusão dos serviços de construção de creche pertencente a	6821	0,142	848,488,7900	120.229,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA-COMI	CONFECÇÃO DE ETIQUETAS ADESIVAS	6693	500,000	0,3200	160,00
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA	CABO DE REDE	6739	80,000	1,6000	128,00
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE	6739	50,000	1,6500	82,50
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA	SWITCH 8 PORTAS	6739	20,000	75,0000	1.500,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	BALANCEAMENTO R-13/14/15/16/17/18	6718	4,000	10,0000	40,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	BALANCEAMENTO R-13/14/15/16/17/18	6720	4,000	10,0000	40,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	BALANCEAMENTO R-13/14/15/16/17/18	6818	1,000	10,0000	10,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Conserto de rodas de ferro	6818	1,000	50,0000	50,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Conserto pneu aro 13,14,15,16,17	6718	1,000	20,0000	20,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Conserto pneu aro 13,14,15,16,17	6818	6,000	20,0000	120,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Conserto pneu aro 18	6818	2,000	30,0000	60,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	CONSRTO PNEU/CAMARA 750 X 16	6818	1,000	22,0000	22,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Geometria de automóveis	6718	1,000	55,0000	55,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Geometria de automóveis	6720	1,000	50,0000	50,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM PNEU 750 X 16	6818	5,000	20,0000	100,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM PNEU R -13/14/15/16/17	6718	2,000	15,0000	30,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	MONTAGEM PNEU R -13/14/15/16/17	6720	4,000	15,0000	60,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Vulcanização pneu Aro 13, 14, 15, 16 e 17	6718	2,000	50,0000	100,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO I	PESQUISA SOBRE QUALIDADE DE VIDA DE PROFESSORES	6758	1,000	4,340,0000	4,340,00
GEOVANI ERLEI FAVERO - ME	AValiação DE IMÓVEL	6820	1,000	370,0000	370,00
GERMINO COFFERRHME	PLACA PARA VEÍCULO	6721	1,000	80,0000	80,00
GGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP	ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA	6687	1,000	1,365,0000	1,365,00
GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA	IMPRESSÃO DE JORNAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 A 2015	6816	23,000	1,973,0000	45,379,00
IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO VAN CAP. 15 PESSO	344	2,000,0000	1,7900	3,580,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	343	22,000	12,2090	268,60
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500 ML C/ GÁS C/ 12		287,000	14,1560	4,062,77
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	342	176,000	12,5169	2,202,97
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GALAO 20 LTS- VASILHAME	342	1,000	23,6927	23,69
JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTD/	PINCEL 395 "2"	6744	2,000	2,7000	5,40
JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTD/	PINCEL 395 "4"	6744	2,000	4,6000	9,20
JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTD/	ROLO KIT (CABO + ROLO) 1228	6744	3,000	9,0000	27,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	6719	1,000	22,0000	22,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	REFIL PARA CARIMBO	6719	2,000	12,0000	24,00
KERBER PRÉ MOLDADOS LTDA	BLOCO DE CONCRETO CINZA (PAVER)	548	1,461,000	30,4823	44,534,64
KERBER PRÉ MOLDADOS LTDA	BLOCO DE CONCRETO CINZA (PAVER)	549	414,000	30,4823	12,619,68
KERBER PRÉ MOLDADOS LTDA	BLOCO DE CONCRETO VERMELHO	549	225,000	47,9874	10,797,17
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CAIXA DE ARQUIVO MORTO	6728	50,000	3,0000	150,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CANETA AZUL, CAIXA COM 50 UNIDADES	6728	1,000	45,0000	45,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CANETA MARCA TEXTO (VÁRIAS CORES)	6728	5,000	2,3500	11,75
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 01, CAIXA COM 500 GR	6728	5,000	8,0000	40,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 02, CAIXA COM 500 GR	6728	5,000	8,0000	40,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 04, CAIXA COM 500 GR	6728	5,000	8,0000	40,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 06, CAIXA COM 500 GR	6728	5,000	8,0000	40,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	COLA BASTAO	6728	10,000	3,5000	35,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	COLA BRANCA COM 90 GR	6728	10,000	2,5000	25,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	ENVELOPE PARDO 17X25	6728	1,000,000	0,2000	200,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	ENVELOPE PARDO 21X29	6728	1,000,000	0,2400	240,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	ENVELOPE PARDO 23 X33	6728	1,000,000	0,4000	400,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	ENVELOPE PARDO 31X41	6728	500,000	0,5400	270,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 19 MM X 50 M	6728	10,000	2,8000	28,00

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	GRAMPO 26/6, GRAMPO DE ARAVE DE AÇO REVESTIDO, CAIXA COM 500	6728	3,000	4,7100	14,13
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	PAPEL A4, CAIXA COM 10 RESMAS	6728	5,000	160,0000	800,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	Pasta de papelão com elástico	6728	10,000	2,5000	25,00
LUCIANA RASADOR	LOCAÇÃO DE TERRENO RURAL	6746	4,000	350,0000	1,400,00
LUCIANA RASADOR	LOCAÇÃO DE TERRENO RURAL	6746	1,000	225,8100	225,81
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	6749	1,000	40,0000	40,00
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	FILTRO DE ÓLEO	6749	1,000	40,0000	40,00
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	ÓLEO DE MOTOR	6749	4,500	42,5400	191,43
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 4856 GOL 1.6 4P. 2010	2457	142,500	1,0000	142,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 4856 GOL 1.6 4P. 2010	2458	307,800	1,0000	307,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - KOMBI VW- MGZ 0346 2010	545	2,096,650	1,0000	2,096,65
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - KOMBI VW- MGZ 0346 2010	546	1,140,000	1,0000	1,140,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHD 4146 GOL VOLKSWAGEN 2011	6705	707,500	1,0000	707,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHD 4146 GOL VOLKSWAGEN 2011	6706	1,408,850	1,0000	1,408,85
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 2536 MOTO HONDA/BIZ 2012	2458	28,500	1,0000	28,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLD 7938 FORD FIESTA 2012	1034	1,159,000	1,0000	1,159,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLD 7938 FORD FIESTA 2012	1035	783,750	1,0000	783,75
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PALIO HLX 5 PT 110CV - FLEX/MFV 8962	6741	800,000	1,0000	800,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - STRADA FIAT MJO 1647 2012	545	765,700	1,0000	765,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - STRADA FIAT MJO 1647 2012	546	365,000	1,0000	365,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAISO)	MAQUINA PLASTIFICADORA	6701	1,000	640,0000	640,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAISO)	REFIL PARA MAQUINA PLASTIFICADORA 80 X 110	6701	100,000	0,5000	50,00
POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - EPP	CARNE DE IPTU:	6742	26,213,000	0,3200	8,388,16
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	6757	1,000	20,0000	20,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU 165 R 13	6756	1,000	14,0000	14,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16	6756	2,000	25,0000	50,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 1000 X 20	6756	3,000	28,0000	84,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 19,5 L X 24	6756	5,000	68,0000	340,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Montagem pneu aro 20/11 R 22.5	6756	3,000	20,0000	60,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Montagem pneu R-16/17.5	6756	2,000	16,0000	32,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 22, 40 E 42 RADIAL	6756	1,000	52,0000	52,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	6756	2,000	30,0000	60,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	6756	2,000	34,0000	68,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Troca pneu aro 20/11 R 22.5	6756	2,000	15,0000	30,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split	6814	12,000	150,0000	1,800,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva microondas	6814	4,043	47,0000	190,00
STANG E STANG LTDA	Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domin		845,775	3,2690	2,764,84
STANG E STANG LTDA	Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domin	2479	3,242,582	3,2690	10,600,00

Página: 5/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
STANG E STANG LTDA	Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domin	2499	3,059,039	3,2690	10,000,00
STANG E STANG LTDA	Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domin	2548	585,255	3,2690	1,913,20
STANG E STANG LTDA	Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domin	2554	845,775	3,2690	2,764,84
STANG E STANG LTDA	Óleo diesel comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados do	2509	5,386,987	2,5990	14,000,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO, 10 MICRA	6708	50,000	74,0500	3,702,50
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	PANO DE PRATO PRONTO COR BRANCA, TAMANHO 100X0,60, AVULSO,	6708	100,000	5,6000	560,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	CONCERTO EM COMPUTADOR	6703	1,000	234,0000	234,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	CONCERTO EM IMPRESSORA	6704	1,000	220,0000	220,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	HD 1TB	6750	1,000	430,0000	430,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	PLACA DE VIDEO 1 GB	6750	1,000	235,0000	235,00
THOMÉ COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE TINTAS	ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BRANCOLATAS 18 LT	6745	7,000	120,0000	840,00
THOMÉ COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE TINTAS	THINNER 2900, GALÃO 3,6 LTS	6745	2,000	32,0000	64,00
THOMÉ COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE TINTAS	TINTA CINZA SINTÉTICO, GALÃO 3,6 LTS	6745	10,000	39,0000	390,00
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO MICROÔNIBUS,	2511	7,230,000	2,2000	15,906,00
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO MICROÔNIBUS,	6751	300,000	2,2000	660,00
VISAUTO VISTORIAS LTDA- EPP	VISTORIA DE VEÍCULO	6733	1,000	95,0000	95,00
Total Geral do Mês —>					608,247,94

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO VIDROS LOMBADA - ME	TROCA DE PARABRISA	2505	1,000	120,0000	120,00
CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEI	Contratação do CIEE/SC		5,839	841,6100	4.913,80
CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA - EPP	Consultas na especialidade de ANESTESIOLOGIA	2507	20,000	80,0000	1.600,00
CLÍNICA NEUROCIRURGICA VIDEIRA S/S LTDA - I	Contratação de consultas na especialidade de NEUROLOGIA a se	2483	35,000	95,0000	3.325,00
COLUSSI & CIA LTDA	01 (UM) VEICULO TIPO AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO - veículo	2477	0,850	138.400,0000	117.640,00
COLUSSI & CIA LTDA	01 (UM) VEICULO TIPO AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO - veículo	2478	0,150	138.400,0000	20.760,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	BOBINA PLÁSTICA	2521	3,000	54,7500	164,25
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	FITA FITASA	2521	1,000	9,5000	9,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	FITA FITASA	2521	2,000	27,5000	55,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	FITA FITASA	2521	1,000	7,9900	7,99
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	FITA CETIM	2521	2,000	16,9000	33,80
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	SACO PLASTICO	2521	2,564	22,9000	58,72
COMUNICACOM COM REPRESENTACOES LTDA	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	2488	1,000	4.500,0000	4.500,00
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	TAXAS DE CONDOMINIO	2520	1,000	180,0000	180,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 1 link de 10000/5000 kbps para a Sede da Secr	2494	2,000	2.318,0000	4.636,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 2 links de 5000/1000 kbps para o prédio do J	2494	2,000	568,1000	1.136,20
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades	2494	1,120	6.531,2500	7.315,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 5 links de 1000/500 kbps para pontos a serem	2494	0,800	1.083,0000	866,44
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Confeção e instalação de placas de identificação dos postos	2567	1,000	595,0000	595,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Confeção e instalação de placas de identificação dos postos	2567	2,000	740,0000	1.480,00
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	Placas em chapa de aço galvanizado com adesivos impressão di	2487	3,000	130,0000	390,00
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	ANEL DE VEDACAO	2455	1,000	5,0000	5,00
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	FILTRO DE COMBUSTIVEL	2455	1,000	31,3200	31,32
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	FILTRO DE OLEO	2455	1,000	41,5000	41,50
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	LIMPA VIDRO	2455	1,000	10,0000	10,00
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	MAO DE OBRA MECANICA	2455	1,000	124,9800	124,98
GRIFFE VEÍCULOS (GRIFFE CITROEN)	OLEO MOTOR	2455	4,000	42,8000	171,20
HANNA INSTRUMENTS BRASIL IMP. E EXP. LTDA	FOTOMETRO PARA CLORO TOTAL	2508	1,000	1.879,0000	1.879,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	Licenças de acesso TS (Terminal Service) - 200 (duzentos) po	2492	2,000	6.900,0000	13.800,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	Servidor de Banco de Dados - Processador de 04 (quatro núcle	2492	2,000	790,0000	1.580,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	Servidor para TS (terminal Service) - Processador de 04 quat	2492	2,000	790,0000	1.580,00
IDS - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CON	MANUTENÇÃO MENSAL	2491	2,000	1.500,0000	3.000,00
LENISE HEINZMANN (médica)	CONTRATAÇÃO DA DRA. LENISE HEINZMANN para realização de cons	2462	4,000	75,0000	300,00
LIGA CACADORENSE DE FUTEBOL DE SALAO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM	2561	1,000	750,0000	750,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	ENDREDON MALHA	2489	3,000	49,5000	148,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	MANTA DE LÁ SOLTEIRO	2489	3,000	29,5000	88,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	TRAVESSEIRO	2489	3,000	12,5000	37,50
PERFLASA COM. PRODUTOS METALURGICOS LT	BARRA DE FERRO	2522	12,000	37,0000	444,00
PERFLASA COM. PRODUTOS METALURGICOS LT	CANTONEIRA DE FERRO	2522	3,000	124,0000	372,00

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PERFLASA COM. PRODUTOS METALURGICOS LT	ELETRODO 3.25	2522	3,000	15,0000	45,00
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Caçador x Chapecó - Saída	2502	2,000	73,3000	146,60
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Caçador x Curitiba - Saída	2502	3,000	52,3800	157,14
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Caçador x Florianópolis - Saída	2502	12,000	120,5800	1,446,96
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Caçador x Joinville - Saída	2502	2,000	90,8300	181,66
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Chapecó x Caçador - Retorno	2502	2,000	73,8200	147,64
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Curitiba x Caçador - Retorno	2502	3,000	56,2700	168,81
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Florianópolis x Caçador - Retorno	2502	18,000	122,0500	2,196,90
REUNIDAS TURISMO SA	Bilhetes de passagens Joinville x Caçador - Retorno	2502	2,000	92,9400	185,88
SCARDUA & CIA LTDA- ME	Exame radiográfico periapical odontológico digital com laudo	2518	188,000	15,0000	2,820,00
SCARDUA & CIA LTDA- ME	EXAMES RADIOGRAFICOS PANORAMICOS ODONTOLÓGICOS COM LAUDO.	2518	11,000	60,0000	660,00
SERVICO FUNERARIO SAO PEDRO	TRANSLADO	2528	192,000	1,8000	345,60
				Total Geral do Mês —>	202.652,39

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANTONIO FOPPA - BEBIDAS	BARRA DE GELO		10,000	10,0000	100,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	"CESTA BÁSICA CONTENDO OS SEGUINTE PRODUTOS:05 KG AÇÚCAR	1048	20,000	69,5500	1.391,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	KIT CONTENDO OS SEGUINTE PRODUTOS: 02 KG AÇÚCAR	1048	15,000	36,6000	549,00
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	1055	1,000,000	0,6200	620,00
DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - EPP (DI FRAT	JANTAR (TIPO BUFFET) SEGUINDO O SEGUINTE CARDÁPIO:	1033	650,000	32,5000	21.125,00
FOTO BONI LTDA - ME	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	1045	1,000	1.500,0000	1.500,00
MARCOS BULLE DA COSTA	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	1046	1,000	950,0000	950,00
MARCOS BULLE DA COSTA	COLHER DESCARTÁVEL	1036	8,000	2,4900	19,92
MARCOS BULLE DA COSTA	GARFO DESCARTÁVEL	1036	30,000	2,4900	74,70
MARCOS BULLE DA COSTA	GUARDANAPO	1036	30,000	0,8900	26,70
MARCOS BULLE DA COSTA	PRATO DESCARTÁVEL C/ 10 UNIDADES	1036	150,000	0,8900	133,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MGR 0784 UNO 2009	1038	1,000	71,2500	71,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MGR 0784 UNO 2009	1038	1,000	80,0000	80,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE		90,000	3,9703	357,33
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE		85,000	3,9703	337,48
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	1049	420,000	3,9703	1.667,53
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	1051	120,000	3,9703	476,44
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	DOCINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE TIPO: BRIGADEIRO: LEITE		1.300,000	0,5500	715,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	DOCINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE TIPO: BRIGADEIRO: LEITE		1.400,000	0,5500	770,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	DOCINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE TIPO: BRIGADEIRO: LEITE		1.400,000	0,5500	770,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	DOCINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE TIPO: BRIGADEIRO: LEITE	1049	1.400,000	0,5500	770,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	DOCINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE TIPO: BRIGADEIRO: LEITE	1051	1.200,000	0,5500	660,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI PIZZA - MASSA (ASSADA): FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENT		1.846,000	0,6500	1.199,90
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI PIZZA - MASSA (ASSADA): FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENT		780,000	0,6500	507,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI PIZZA - MASSA (ASSADA): FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENT		800,000	0,6500	520,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SALGADOS TIPO		65,000	24,5000	1.592,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SALGADOS TIPO		62,000	24,5000	1.519,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SALGADOS TIPO		72,000	24,5000	1.764,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SALGADOS TIPO	1049	65,000	24,5000	1.592,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SALGADOS TIPO	1051	59,000	24,5000	1.445,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	PAO FRANCES		80,000	9,9347	794,78
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	PAO FRANCES	1051	70,500	9,9347	700,40
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA		78,000	4,2185	329,04
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	1049	250,000	4,2185	1.054,63

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	1051	80,000	4,2185	337,48
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	Sanduíche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01		180,000	2,9778	536,00
S.O.S PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TELHADOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA TROCA DE TELHADO	1037	1,000	14.600,0000	14.600,00
	Total Geral do Mês —>				61.657,58

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALMIR SCHNEIDER E CIA LTDA- ME(PURIFICADO	BEBEDOURO DE COLUNA	89	2,000	690,0000	1,380,00
ALMIR SCHNEIDER E CIA LTDA- ME(PURIFICADO	BEBEDOURO ECOLÓGICO	89	2,000	485,0000	970,00
ALMIR SCHNEIDER E CIA LTDA- ME(PURIFICADO	KIT DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICO	89	2,000	68,0000	136,00
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A (CASAS PERI	EDREDON	110	13,000	69,9000	908,70
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A (CASAS PERI	TRAVESSEIRO	110	20,000	14,9000	298,00
ASSIS FRANCISCO MARINI & FILHO LTDA	COLCHÃO DE SOLTEIRO	91	6,000	265,0000	1,590,00
BENOIT ELETRODOMESTICOS LTDA	LIQUIDIFICADOR	92	1,000	149,0000	149,00
BR BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA - EPP	CONJUNTO MATERNAL	107	1,000	618,9400	618,94
BR BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA - EPP	CUBOS DE ATIVIDADES	107	1,000	129,1500	129,15
BR BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA - EPP	TATAME DE EVA	107	20,000	45,1000	902,00
BR BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA - EPP	TORRE DE HANOI	107	1,000	34,6500	34,65
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	TOALHA DE MESA	109	3,000	19,2000	57,60
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	TOALHA DE MESA	109	3,000	24,0000	72,00
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	TOALHA DE MESA	109	3,000	28,8000	86,40
DANESE INFORMATICA LTDA - ME	CURSO DE ROBOTICA OPERACIONAL	93	1,000	2,250,0000	2,250,00
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES	FILTRO PURIFICADOR DE ÁGUA	108	1,000	499,0000	499,00
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES	JARRA ELÉTRICA	108	1,000	178,0000	178,00
FLÁVIO NUNES DA SILVA ME	BALANCE- DISCO DE EQUILIBRIO INFLÁVEL	106	1,000	99,0000	99,00
FLÁVIO NUNES DA SILVA ME	BOLA FEIJÃO	106	1,000	109,0000	109,00
FLÁVIO NUNES DA SILVA ME	BOLA SUIÇA	106	1,000	89,0000	89,00
FLÁVIO NUNES DA SILVA ME	MEIA BOLA CRAVO INFLÁVEL	106	1,000	109,0000	109,00
FLÁVIO NUNES DA SILVA ME	PRANCHA DE PROPRIOCEPÇÃO E EQUILIBRIO CIRCULAR	106	1,000	90,0000	90,00
FLORICULTURA A JARDINEIRA LTDA- ME	BANCO DE PEDRA ARDOSIA	88	2,000	280,0000	560,00
IVANETE SCARIOTE ME	BONE DE BRIM BORDADO	101	40,000	10,0000	400,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	Impressora Multifuncional	98	1,000	999,0000	999,00
LUHRS INDÚSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚF	FRITADEIRA ELÉTRICA	104	1,000	369,0000	369,00
LUIZ AMAURY BERNARDINO DE LIMA - ME	CINTA VERMELHA COM BRASÃO CROMADO	100	40,000	19,5000	780,00
MABONI SORVETES EIRELLI ME	XICARA COM PIRES	112	24,000	2,9900	71,76
MARCOS BULLE DA COSTA	BANDEJAS	113	4,000	12,9900	51,96
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	EDREDON	111	2,000	79,5000	159,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	FRONHA	111	20,000	5,9500	119,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	LENÇOL	111	3,000	27,5000	82,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	LENÇOL	111	17,000	12,5000	212,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	PLÁSTICO ATOALHADO	111	4,500	12,5000	56,25
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	BOLO	87	6,000	37,5000	225,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	COPOS PLASTICO DESCARTAVEIS	87	2,000	8,0000	16,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	DOCINHOS	87	500,000	0,5000	250,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	ERVILHA EM CONSERVA.	87	3,000	1,9900	5,97
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	GUARDANAPOS DE PAPEL	87	10,000	1,3000	13,00

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MAIONESE TRADICIONAL	87	5,000	2,1300	10,65
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MILHO VERDE EM CONSERVA.	87	3,000	1,9900	5,97
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	REFRIGERANTE - 2 LT VARIOS SABORES	87	12,000	5,9900	71,88
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	SALGADINHO SORTIDO	87	600,000	0,5000	300,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	TORTA SALGADA	87	2,000	24,5000	49,00
PAULO ROBERTO DE DOMÊNICO - ME (HIPER 1;	LIXEIRA 66 LITROS	114	4,000	19,9000	79,60
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CARTAZES PARA OUTDOOR	94	2,000	250,0000	500,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE JOGO AMERICANO	94	1,000,000	0,4350	435,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE PANFLETOS	94	3,000,000	0,2200	660,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	FAIXA EM TNT	94	3,000	105,0000	315,00
SANVILLE-PROD.ORTOPED.NACIONAIS E IMP. LT	BOLA FELJÃO	102	1,000	130,0000	130,00
SANVILLE-PROD.ORTOPED.NACIONAIS E IMP. LT	CUNHA EM ESPUMA PEQUENA	102	1,000	130,0000	130,00
SANVILLE-PROD.ORTOPED.NACIONAIS E IMP. LT	ROLO SÓLIDO EM COURVIM MÉDIO	102	1,000	240,0000	240,00
SENAC CAÇADOR/SERV.NAC. APREND. COMERC	CURSO DE AUTOMAQUIAGEM	90	1,000	2,000,0000	2,000,00
SENAC CAÇADOR/SERV.NAC. APREND. COMERC	CURSO DE ESTÉTICA DE UNHAS	90	1,000	2,000,0000	2,000,00
SUL AMERICA COMÉRCIO DE LIVROS LTDA	LIVROS	115	1,000	759,7800	759,78
TÂNIA CRISTINA ALMEIDA CORREA NUNES - ME	CABO COAXIAL	95	150,000	1,5000	225,00
TÂNIA CRISTINA ALMEIDA CORREA NUNES - ME	CAMERA INTELBRAS INFRA 20M 3,6MM 720L DIGITAL	95	4,000	299,0000	1,196,00
TÂNIA CRISTINA ALMEIDA CORREA NUNES - ME	CONNECTOR BNC MOLA	95	8,000	4,5000	36,00
TÂNIA CRISTINA ALMEIDA CORREA NUNES - ME	DVR INTELBRAS 04 CANAIS HÍBRIDO C/ 01 HDD 01 TB HOMOLOGADO	95	1,000	1,248,0000	1,248,00
TÂNIA CRISTINA ALMEIDA CORREA NUNES - ME	FORTE 12V 5A	95	1,000	99,0000	99,00
TÂNIA CRISTINA ALMEIDA CORREA NUNES - ME	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	95	1,000	380,0000	380,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	MICRO COMPUTADOR	99	1,000	1,690,0000	1,690,00
TRAQUINAGEM COMÉRCIO DE BRINQUEDOS EIF	TATAME DE EVA	97	50,000	64,0000	3,200,00
VIA BRASIL CALÇADOS LTDA 02	TENIS	105	8,000	39,9000	319,20
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	ABACO ABERTO DE ARGOLAS EM MDF	103	1,000	22,6000	22,60
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	ALINHAVOS BOTA	103	1,000	61,7000	61,70
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	ALINHAVOS DE ANIMAIS	103	1,000	71,3000	71,30
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	ALINHAVOS SORTIDOS	103	1,000	29,0000	29,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	ARAMADO ASPIRAL	103	1,000	61,5000	61,50
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	BATE MARTELO	103	1,000	29,4000	29,40
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	EMPURRE E ESTIMULE	103	2,000	103,0000	206,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	EMPURRE E ESTIMULE	103	2,000	72,0000	144,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	EMPURRE E ESTIMULE	103	2,000	103,0000	206,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGC	NUMERAIS E QUANTIDADES EM EVA	103	1,000	51,5500	51,55
Total Geral do Mês —>					32.089,51

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANDRESSA FERNANDA DAMACENO MACHADO -	AUTOCLAVE ANALÓGICA	553	1,000	2.509,6000	2.509,60
ANDRESSA FERNANDA DAMACENO MACHADO -	MESA MAYO EM INOX	553	1,000	324,6000	324,60
ANDRESSA FERNANDA DAMACENO MACHADO -	PINÇA HEMOSTÁTICA	553	2,000	30,6000	61,20
ANDRESSA FERNANDA DAMACENO MACHADO -	PINÇA HEMOSTÁTICA	553	2,000	30,6000	61,20
IMPLANVET IMPLANTES VETERINÁRIO LTDA	AFASTADOR	552	2,000	12,0000	24,00
IMPLANVET IMPLANTES VETERINÁRIO LTDA	BALANÇA DIGITAL	552	1,000	1.550,0000	1.550,00
IMPLANVET IMPLANTES VETERINÁRIO LTDA	PINÇA INTESITINAL	552	2,000	99,0000	198,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	AGULHA DE SUTURA	554	16,000	22,0000	352,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	ESTOJO INOX	554	2,000	48,0000	96,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	MESA PARA INSTRUMENTAL	554	1,000	560,0000	560,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	PINÇA BACKHAUS	554	8,000	25,0000	200,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	PINÇA HEMOSTÁTICA	554	2,000	24,0000	48,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	PINÇA HEMOSTÁTICA	554	2,000	24,0000	48,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	PINÇA MOSQUITO	554	8,000	21,0000	168,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	PINÇA RETA	554	4,000	28,0000	112,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	PORTA AGULHA	554	2,000	28,0000	56,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	SELADORA BIVOLT	554	1,000	475,0000	475,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	TESOURA RETA	554	2,000	31,0000	62,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	TESOURA R/F	554	2,000	19,0000	38,00
MED SINAL INDÚSTRIAL E COMÉRCIO DE MÓVEI	TESOURA R/R	554	2,000	19,0000	38,00
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRI	CABO PARA BISTURI	551	2,000	6,0000	12,00
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRI	ESTOJO PARA ESTERILIZAÇÃO	551	2,000	21,0000	42,00
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRI	MESA CIRÚRGICA	551	1,000	750,0000	750,00
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRI	PINÇA ANATÔMICA	551	2,000	10,0000	20,00
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRI	PINÇA ANATÔMICA	551	2,000	10,0000	20,00
Total Geral do Mês —>					7.825,60

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FOTO BONI LTDA - ME	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO	131	1,000	1.600,0000	1.600,00
				Total Geral do Mês —>	1.600,00

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE TREINAMENTO E PREPARAÇÃO	352	0,308	24.603,0000	7.589,40
ELEODIR RODRIGUES DA ROSA	SERVIÇO DE COZINHEIRA	340	1,000	2.260,0000	2.260,00
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO SITUADO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ PARA	345	3,000	2.350,0000	7.050,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA-COM)	LONA IMPRESSÃO DIGITAL	341	52,000	30,0000	1.560,00
				Total Geral do Mês —>	18.459,40

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

O setor de compras da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a Resolução nº. 81, de 05/09/2011, torna público, para conhecimento dos interessados a contratação por dispensa de licitação realizada em 06/01/2016 e ratificada pela autoridade competente em 07/01/2016. Maiores informações por e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br.

Objeto da Dispensa de Licitação:

Contratação da empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CNPJ: 09.427.503/0001-12 - para a prestação do serviço de desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site da Câmara Municipal pelo período de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato.

Fundamento legal: Art. 24, XXVI da Lei 8666/1993.

Valor da dispensa: R\$ 3.726,00.

Prazo: 12 meses da assinatura do contrato.

Caçador, 11 de janeiro de 2016.

Ricardo Pelegrinello,

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

PORTARIA Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA nº 001, de 06 de janeiro de 2016.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Stéfani Cividini Back.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes

da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo 03/10/2014 a 02/10/2015, à servidora Stéfani Cividini Back, ocupante do cargo de Tesoureira, com pagamento juntamente com o pagamento mensal da competência 01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 06 de janeiro de 2016.

Ricardo Pelegrinello,

PRESIDENTE

Fernando Scolaro,

VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira

1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira

2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 002, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA nº 002, de 08 de janeiro de 2016.

Concede 10 dias de férias à servidora Juliana Maciel Kohl.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 06/11/2014 a 05/11/2015, a serem gozadas no período de 11/01/2016 a 20/01/2016 à servidora Juliana Maciel Kohl, ocupante do cargo de advogada, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 08/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 08 de janeiro de 2016.

Ricardo Pelegrinello,

PRESIDENTE

Fernando Scolaro,

VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira

1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira

2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

DL 001/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 001/2016 – PMC

Data: 04/01/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICO MUNICIPAL - CIGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CIGA, CONFORME NORMATIZADO POR LEI MUNICIPAL Nº 2.311/11 e 2.312/11, EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 008/2011.

Valor total: R\$ 16.920,00 (Dezesseis Mil Novecentos e Vinte Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal de Administração.

Empresa: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "XXVI", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 04 de Janeiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PATRICIA DAIANA PAUL, inscrita no CPF/MF sob nº 065.698.639-59, aprovada em 04º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de FISIOTERAPEUTA, na Função de FISIOTERAPEUTA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Janeiro de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOCELI SCHIESSL, inscrita no CPF/MF sob nº 023.137.969-22, aprovada em 53º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de Janeiro de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 11 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.531 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.531 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 005/2015 E PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ÚNICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar o Resultado Final dos Aprovados no Concurso Público Municipal nº 005/2015 e PROCESSO SELETIVO nº 003/2015 EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ÚNICO, seguindo a ordem de classificação descrita no ANEXO I, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os Candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 17 de Novembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

12 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

ANEXO I
CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2015 E PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

Inscrição	Cargo	Candidato	Data de Nascimento	Pontos	Classificação
01	Médico I	Siegrid Kurzawa Zwiener dos Santos	02/06/1982	10,00	1º
03	Médico I	Jürgen Beuther	22/04/1991	9,00	2º
13	Médico I	Margarita Conceição Rojas Soto	31/10/1960	7,00	3º
14	Médico I	Rosimar Barrozo Braga		ausente	ausente

Inscrição	Cargo	Candidato	Data de Nascimento	Pontos	Classificação
02	Médico II	Ingrid Kurzawa Zwiener Ostermayer	06/06/1980	10,00	1º
06	Médico II	Jürgen Beuther	22/04/1991	9,00	2º
10	Médico II	Margarita Conceição Rojas Soto	31/10/1960	7,00	3º
04	Médico II	Ricardo Gomes Martins	28/12/1978	7,00	4º
07	Médico II	Francisco José Carvalho Vieira		ausente	ausente
12	Médico II	João Adolfo Oswald Scharan		ausente	ausente

Inscrição	Cargo	Candidato	Data de Nascimento	Nota	Classificação
11	Médico IV	Juliana Süssenbach Krauss	20/02/1984	7,00	1º
08	Médico IV	Douglas Henrique Golox	12/08/1966	6,00	2º
05	Médico IV	Francisco José Carvalho Vieira		ausente	ausente

DECRETO Nº 9.532 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.532 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear NATASCHI LARETSA AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000848, Registro no Sistema sob nº 955547, ao Cargo Público e para exercer a Função de Agente Administrativo II, Categoria Funcional Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. NATASCHI LARETSA AUGUSTIN, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.533 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.533 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JULIANA SÜSSENBACH KRAUSS, Matrícula Funcional nº 000849, Registro no Sistema sob nº 955548, ao Cargo Público de Médico IV, para exercer a Função de Médico Plantonista, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02 e suas alterações, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 38,94 (trinta e oito reais, noventa e quatro centavos) por hora, além de 50% (cincoenta por cento) = R\$ 19,47 (dezenove reais, quarenta e sete centavos) a título de Gratificação Especial Médica, adicional noturno por hora efetiva mais 25% = R\$ 14,60 (quatorze reais, e sessenta centavos), pagamento de 100% (cem por cento) de Gratificação Médica Especial para os finais de semana e feriados efetivamente trabalhados.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JULIANA SÜSSENBACH KRAUSS, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 005/2015, homologado pelo Decreto 9.531 de 17 de Novembro de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.679 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.679 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARISTELI KUSS, Matrícula Funcional nº 000783, Registro no Sistema sob nº 955407, no Cargo Público Técnico em Nível Médio, e exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na

Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.504 de 14 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.680 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.680 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARIA CARMEM ONGHERO, Registro no Sistema sob nº 955513, no Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 06 de Agosto de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 06 de Agosto de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 08 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.521 de 14 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.681 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.681 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 12.583 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 12.583 de 16 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – A revogação de que trata o caput deste artigo em razão da Servidora Pública Municipal ARLETE SCHADECK ter pedido sua exoneração em data de 01 de Dezembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.682 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.682 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILVIA PASDA UHLIG, Matrícula Funcional nº 000173, Registro no Sistema sob nº 299980, no Cargo Público de Professor

I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Março de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Março de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 11 de Janeiro de 2016 à 22 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.683 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.683 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal JÉSSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, no Cargo Público e exercendo a Função de Odontólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 06 de Junho de 2014 a 05 de Maio de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 06 de Junho de 2014 a 05 de Maio de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 12 de Janeiro de 2016 à 21 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.684 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.684 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias Assessor de Serviços de Obras e Engenharia, LUCINEI JOSÉ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955222, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 03 (zero três) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 17 (dezesete) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Assessor de Serviços de Obras e Engenharia gozará as férias no período de 31 de Dezembro de 2015 á 19 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.326 de 08 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.685 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.685 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LEONICE IOHANSON, Registro no Sistema sob nº 955471, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Julho

de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.356 de 08 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.686 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.686 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LUIZ ANTÔNIO CÂNDIDO, Matrícula Funcional nº 000409, Registro no Sistema sob nº 954259, ao Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2014 a 14 de Abril de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de Abril de 2015 a 14 de Abril de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 05 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.462 de 11 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.687 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.687 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, OSMARIO VERÍSSIMO MICHALSKY, Matrícula Funcional nº 000258, Registro no Sistema sob nº 313720, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Motorista de Veículos e Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Fevereiro de 2015 a 31 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de Fevereiro de 2015 a 31 de Janeiro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 05 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.467 de 11 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.688 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.688 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, SANDRO JOSÉ CARDOSO DE MEIRA, Matrícula Funcional nº 000682, Registro no Sistema sob nº 955121, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Motorista de Veículos e Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 24 (vinte e quatro) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 06 (zero seis) dias .

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 12 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.470 de 11 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.689 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.689 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal SUELE REGINA STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000839, Registro no Sistema sob nº 955523, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 06 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 08 (zero oito) dias; 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016 = 02 (zero dois) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 06 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.617 de 17 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

12 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 12.690 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.690 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 12.659 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 12.659 de 07 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único – A revogação de que trata o caput deste artigo em razão da Portaria nº 12.497 de 14 de Dezembro de 2015 a qual Concede Férias e Autoriza Pagamento de Um Terço de Férias a Servidora Pública Municipal LUCIELLE KAROLYNE CUBAS.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

12 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016 FMAS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (eletrônico) Nº 01/2016 – FMAS

Objeto: Aquisição de 420 (quatrocentos e vinte) cestas básicas (devidamente montadas) para doação a famílias em vulnerabilidade social, devidamente cadastradas no Serviço Social do Município de Campo Alegre.

- MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens).

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.Estimado (R\$)
01	20	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 KG	10,75
02	420	PCT	AÇUCAR REFINADO 5 KG	13,90
03	420	PCT	ARROZ PARBOILIZADO 5 KG	11,99
04	420	PCT	MACARRÃO MASSA SÊMOLA 1 KG	4,50
05	420	LATA	ÓLEO DE SOJA 900 ML	3,59
06	420	PCT	BISCOITO DOCE SORTIDO 800G	5,73
07	420	PCT	LEITE EM PÓ INTEGRAL, 400 G	8,99
08	420	PCT	CAFÉ COM SELO DE PUREZA ABIC 500 G	7,99
09	420	PCT	FARINHA DE MILHO 1 KG	2,99
10	420	PCT	SAL REFINADO 1 KG	1,35
11	420	PCT	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDOS 500 G (polentina)	2,75
12	420	POTE	MARGARINA VEGETAL COM SAL 500 G	3,65
13	420	POTE	DOCE DE FRUTAS CREMOSO 400 G	2,50
14	420	LATA	EXTRATO DE TOMATE 350 G	2,99
15	420	PCT	FEIJÃO PRETO 1 KG	4,85
16	420	UND	SABÃO EM PEDRA	1,75
VALOR UNITÁRIO DE CADA CESTA BÁSICA				
VALOR TOTAL PARA AS 420 CESTAS (sendo que cada cesta conterá 1 unidade de cada produto descrito)				R\$ 37.913,40

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 12/01/2016, às 09h45min do dia 22/01/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 22/01/2016 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	8	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	100	Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF
Projeto	2.950	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 01/2016 - FMS

Objeto: Fixar percentual de desconto que será concedido sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma, da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, em vigor, para futuras aquisições de medicamentos que não compõe a farmácia básica municipal. Medicamentos estes prescritos por médicos, necessários e imprescindíveis para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde

- A previsão orçamentária para os gastos com os medicamentos (referente ao objeto da licitação) é de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), que poderão ser consumidos até 31/12/2016, sendo emitido empenho prévio estimativo.

O critério de julgamento será pelo requisito MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o preço máximo ao consumidor de qualquer dos medicamentos divulgados na Revista ABC Farma, da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico, em vigor

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 22/01/2016, no protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início da realização da sessão pública do Pregão: 22/01/2016, às 14 horas, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.06 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 57 – Assistência Farmacêutica; Projeto: 2.030 – Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 – Material de Distribuição Gratuita; Recurso: 00.01.0099 – Receita Impostos e Transf. De Impostos - Saúde- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "01/2016 - FMS".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 07 de janeiro de 2016.

Carolina da Costa Telma

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº02/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 04/2016.

Dispensa de Licitação Nº 02/2016.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL CIGA E REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO- REGIN, DE ACORDO COM A LEI 8.663/93, ARTIGO 24, INCISO XXVI.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2016.

Jairo Luft.

Prefeito em exercício.

AVISO DE INEGIXIBILIDADE Nº1/2016.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016.

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDENCIA, SEDEX, CARTA COMERCIAL, REMESSA LOCAL COM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA, IMPRESSO ESPECIAL, SERVIÇO CAIXA POSTAL, CORREIO INTERNACIONAL, ENTREGA DE CARNES DE IPTU, PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS AMPARADO NO ART. 25, INCISO I DA LEI FEDERAL 8.666/93.

Fornecedor: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos.

Valor: R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Campos Novos, 11 de janeiro de 2016.

JAIRP LUFT

Prefeito em exercício.

AVISO DISP 02/2016 ALUGUEL BARRACÃO P/ PNEUS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 07/2016

Dispensa nº 02/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/01/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE BARRACÃO LOCALIZADO NA RUA JOÃO GONÇALVES DE ARAUJO, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA DESTINADO A DEPOSITO TEMPORARIO DE PNEUS INSERVIVEIS PARA DESTINO FINAL ADEQUADO FEITO PELA EMPRESA PLANETA SOLUÇÕES AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA -SC.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

AVISO DISP 03/2016 ALUGUEL CAPS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 08/2016

Dispensa nº 03/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/01/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRICULA Nº 39.038 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DESTA, SITUADA NA RUA CORONEL LUCIDORO Nº 439, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CAPS.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO 7456/2015 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.456/15 DE 18/12/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento da Fundação Hospitalar Dr José Athanázio o valor de R\$ 534.000,00 (Quinhentos e trinta e quatro mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSE ATHANAZIO
UNIDADE: 01 – Adm. Da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Fundação Hosp. Dr. Jose Athanázio– Recursos próprios
Elementos de despesa: 9 3.1.90.00.00.00.00.00.00.0607–Aplicações Diretas R\$534.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSE ATHANAZIO
UNIDADE: 01 – Adm. Da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Fundação Hosp. Dr José Athanázio – Recursos próprios
Elementos de despesa: 11 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0607–Aplicações Diretas R\$534.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua republicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito Municipal em exercício

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 01/16

PORTARIA Nº 01/16 DE 05/01/16

ABRE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Sindicância para apurar eventual responsabilidade do servidor JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA, que no dia 18 de dezembro de 2015, infringiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; fato ocorrido devido ao seguinte motivo:

· Registrou ponto na entrada e recusou-se a cumprir suas funções determinadas durante o expediente, seguindo de ofensas pessoais ao seu colega de trabalho senhor OSVALDO DE SOUZA; ainda, sem autorização e justificativa, ausentou-se do local de trabalho.

Art. 2º A comissão permanente de sindicância nomeada pela Portaria nº 280/15 de 09/02/2015 terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
05 de janeiro de 2016.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 07/16

PORTARIA Nº 07/2016 DE 11/01/16

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, a partir da presente data:

Ana Elisa Mara Marcon – Presidente

Dayana Taize dos Santos Ribeiro – Secretário

Marcia Nunes– Membro

Leticia Piccoli Caiper – Suplente

Art. 2º. O membro suplente substituirá quaisquer dos membros titulares da comissão em caso justificado de impedimento, afastamento, suspeição ou falta. Havendo substituição, o suplente substituto funcionará até o final do processo em lugar do titular.

Art. 3º. Compete à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo autuar, instruir e processar, no âmbito do Município, os processos de sindicância, processos administrativos disciplinares e todo e qualquer processo administrativo instaurado pelo Prefeito Municipal, sem prejuízo da competência de eventuais comissões especiais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 280/15 de 09/02/2015.

Prefeitura de Campos Novos, 11 de janeiro de 2016.

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EX CT 001/2016**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 001/2016
PROTOCOLO Nº 001/2016
PROCESSO Nº 001/2016

DATA DE ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Engenheiro.
CONTRATADO: Josué Fabiano Melo
VALOR: R\$ 6.118,81 (Seis mil, cento e dezoito reais, e oitenta e um centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 11.01.2016 até 31.12.2016.

Campos Novos – SC, 11 de Janeiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EX CT 002/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 002/2016
PROTOCOLO Nº 002/2016
PROCESSO Nº 002/2016

DATA DE ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.
CONTRATADA: Vanda Poltronieri Mocelin
VALOR: R\$ 939,48 (Novecentos e trinta e nove reais, e quarenta e oito centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 11.01.2016 até 31.12.2016.

Campos Novos – SC, 11 de Janeiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EX CT 003/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 003/2016
PROTOCOLO Nº 003/2016
PROCESSO Nº 003/2016

DATA DE ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Motorista II.
CONTRATADO: Ademir Luiz Pacheco
VALOR: R\$ 1.825,06 (Um mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e seis centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 11.01.2016 até 31.12.2016.

Campos Novos – SC, 11 de Janeiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EX CT 004/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 004/2016
PROTOCOLO Nº 004/2016
PROCESSO Nº 004/2016

DATA DE ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquina.
CONTRATADO: Alefe Domingos de Andrade
VALOR: R\$ 1.825,06 (Um mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e seis centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 11.01.2016 até 31.12.2016.

Campos Novos – SC, 11 de Janeiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EX CT 005/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 005/2016
PROTOCOLO Nº 005/2016
PROCESSO Nº 005/2016

DATA DE ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquina.
CONTRATADO: Oziel de Camargo
VALOR: R\$ 1.825,06 (Um mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e seis centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 11.01.2016 até 31.12.2016.

Campos Novos – SC, 11 de Janeiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 003/2016

PORTARIA SAMAE CNO 003/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor EDSON DANIEL MOCELIN, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1, no período de 04/01/2016 à 02/02/2016, durante as férias de Joneci Ferreira.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 004/2016

PORTARIA SAMAE CNO 004/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, JOSUÉ FABIANO MELO, para o cargo de ENGENHEIRO, Padrão 10, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 005/2016

PORTARIA SAMAE CNO 005/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, VANDA POLTRONIERI MOCELLIN, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão 2, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 006/2016

PORTARIA SAMAE CNO 006/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, ADEMIR LUIZ PACHECO, para o cargo de MOTORISTA II, Padrão 5, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 007/2016

PORTARIA SAMAE CNO 007/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, ALEFE DOMINGOS DE ANDRADE, para o cargo de Operador de Máquina, Padrão 05, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 008/2016

PORTARIA SAMAE CNO 008/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, OZIEL DE CAMARGO, para o cargo de Operador de Máquinas, Padrão 5, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 02/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 02/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de materiais médico hospitalar, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Anexo II, para o exercício 2016. DATA DE ABERTURA: 22 de janeiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 11 de janeiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 03/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de materiais odontológicos, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Anexo II, para o exercício 2016, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 20 de janeiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 11 de janeiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 5.762/2015

LEI Nº. 5.762 DE 17/12/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a instalação de empresa para empreendimento comercial, através de cessão de uso a empresa GLOBO ESQUADRIAS DE PVC LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº.10.177.304-0001/82, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 780,97m² (setecentos e oitenta metros, noventa e sete decímetros quadrados), no Bairro Campo da Água Verde, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 34.553.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para a instalação da empresa com atividades em exploração do ramo de comércio e varejista de vidros, fabricação de esquadrias de PVC em geral, vedada à construção de edificação residencial na área cedida.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

- I. O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;
- II. O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;
- III. O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

I. O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

II. Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

- a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;
- b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;
- c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;
- d) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

e) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.

f) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

III. Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Será rescindida a presente cessão de uso se o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversão ao Município.

Art. 4º - Poderá ocorrer a rescisão parcial do termo de cessão de uso, caso o terreno seja utilizado parcialmente, durante a vigência deste termo.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar par a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

I. PESSOA JURÍDICA:

- a) Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;
- e) Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

I. PESSOA DOS SÓCIOS:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Emprego e Desenvolvimento – CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 17 de dezembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.763/2015

LEI Nº. 5.763 DE 17/12/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a implantação da empresa com atividades em recuperação/reciclagem de materiais em plásticos, papel e papelão, através da cessão de uso a Empresa MARIA AMÉLIA DA SILVA TRINDADE, inscrita no CNPJ nº. 12.256.971/0001-86, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 293,58 m² (duzentos e noventa e três metros e cinquenta e oito décimos quadrados), parte de uma área com 428.912,75 m², no Loteamento Santa Cruz, conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob nº. 8.451

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em recuperação/reciclagem de materiais em plásticos, papel e papelão na área cedida.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

- I. O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;
- II. O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;
- III. O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

- I. O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.
- II. Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:
 - a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;

- b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;
- c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;
- d) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;
- e) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.
- f) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

III. Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Reverterá também a propriedade ao Município o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversão ao Município.

Art. 4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único: A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar par a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

I. PESSOA JURÍDICA:

- a) Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;
- e) Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

I. PESSOA DOS SÓCIOS:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Emprego e Desenvolvimento – CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 17 de dezembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 008/2016

PORTARIA Nº. 008/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado JUARES MOISSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 07/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme comunicação interna nº 001/Gabinete/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de janeiro de 2016.
WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/01/2016.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 009/2016

PORTARIA Nº. 009/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o Sr. Jonas dos Santos Lima, comissionado no cargo de Supervisor II, estará em férias no período de 21/12/2015 à 19/01/2016, conforme comunicação interna nº 005/DP/2016; resolve:

NOMEAR INTERINAMENTE

Art. 1º - Fica nomeada interinamente ANDREIA FONTANA KAUVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor II, no período de férias do titular do referido cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2016.
WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 010/2016

PORTARIA Nº. 010/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o preâmbulo da Portaria nº. 835/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 5.441/2014, resolve:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2016.
WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 011/2016

PORTARIA Nº. 011/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o preâmbulo da Portaria nº. 470/2015 e da Portaria nº 972/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.307/1990; Lei Municipal nº. 2.741/1996, resolve:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2016.
WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 012/2016

PORTARIA Nº 012/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora SANDRA CARVALHO DO PRADO, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 27/12/2015 a 25/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2016.
WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 013/2016

PORTARIA Nº. 013/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias a MARIA APARECIDA PIOTROWSKI WZOERK efetiva no cargo de Educador Social junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015 a desfrutar no período de 11/01/2016 a 09/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias a PAULO CESAR SAFANELLI comissionado no cargo de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 08/01/2016 a 17/01/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 014/2016

PORTARIA Nº. 014/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 638/2015 e prorrogado pela Portaria nº 851/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme julgamento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2016.
WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 09/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º 240/2015
Dispensa de Licitação n.º 09/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, XIII, XVI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, CONTRATAÇÃO CONFORME PRECONIZA O ART. 24, XIII, PRIMEIRA PARTE E XVI SEGUNDA PARTE DA LEI 8666/93. Contratados: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Valor R\$ 40.920,00 (quarenta mil novecentos e vinte reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 42/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 236/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 42/2015
1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 28/01/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 137/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 223/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 137/2015 (PRESENCIAL)
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 27/01/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FUNR 01/2016 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FUNR. 1/2016
PREGÃO N.º FUNR. 1/2016 (ELETRÔNICO)
O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/01/2016, às 11h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL SENDO: 08 CAPACETES COM LANTERNA, 12 BALACLAVAS E 10 PARES DE LUVA, DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 29/12/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.
Wilson Pereira
Prefeito e. e./ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 01/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 01/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 01/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/01/2016, às 11h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 27/01/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 02/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 02/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 02/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/01/2016, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 29/01/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 05/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º FMS 43/2015
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 05/2015
O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ Nº 83.192.096/0001-64.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM, NA ATENÇÃO BÁSICA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AO PREÇO DA TABELA SIA/SUS.
Valor: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 005/2016

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 848/2013, que colocou a servidora Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon, matrícula nº 332747/01, à disposição da Diretoria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 04 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 006/2016

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3905/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Silvana Salete Bonato, matrícula nº 319104/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 007/2016

PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3898/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Lucimar Patricio Burile, matrícula nº 331040/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 008/2016

PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 0001/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional ao servidor Pablo Vitorio Isganzella Gramazio, matrícula nº 154504/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 010/2016

PORTARIA Nº 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime

administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 010/2016, Tracy Mary Bettinardi, matrícula nº 407472/03, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade sanitária central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 04 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 013/2016

PORTARIA Nº 013, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 013/2016, Marlene Terezinha Heller, matrícula nº 331880/03, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade sanitária central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 07 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGAZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 014/2016

PORTARIA Nº 014, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 014/2015, Adriana Mandeliche, matrícula nº 325953/07, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de

quarenta (40) horas semanais, na unidade sanitária central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 07 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 015/2016

PORTARIA Nº 015, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 015/2016, Rosemari Pires Saretta, matrícula nº 333042/07, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF Parizotto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 08 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças interino

PORTARIA 016/2016

PORTARIA Nº 016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 08 de janeiro de 2015 a 07 de março de 2016, conforme requerimento protocolado sob o nº 3261/2015, da servidora Salete Joceli de Freitas, matrícula nº 399566/03, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 08 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 018/2016

PORTARIA Nº 018, DE 10 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e fundamentado no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 10 de janeiro de 2016, Rosangela Lopes de Abreu, para exercer as funções de Conselheiro Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 10 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Rosangela Lopes de Abreu

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Rosangela Lopes de Abreu, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 018/2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de janeiro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 019/2016

PORTARIA Nº 019, DE 10 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e fundamentado no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 10 de janeiro de 2016, Sandra Fachin, para exercer as funções de Conselheiro Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 10 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Sandra Fachin

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Sandra Fachin, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 019/2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de janeiro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 020/2016

PORTARIA Nº 020, DE 10 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e fundamentado no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 10 de janeiro de 2016, Marisa Salete de Vargas Almeida, para exercer as funções de Conselheiro Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 10 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Marisa Salete de Vargas Almeida

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Marisa Salete de Vargas Almeida, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 020/2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de janeiro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 021/2016

PORTARIA Nº 021, DE 10 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e fundamentado no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 10 de janeiro de 2016, Marisete da Motta, para exercer as funções de Conselheiro Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 10 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Marisette da Motta

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Marisete da Motta, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 021/2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de janeiro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: GLADSTONE RICARDO LENZI

Cargo: MÉDICO

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: AMANDA FRIES DE ANDRADE

Cargo: MÉDICO

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

Catanduvras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2016- PREGÃO Nº 0004/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2016

PREGÃO Nº 0004/2016

Objeto: Aquisição de material de expediente e didático por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 27 de janeiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras – SC, 11 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2016- PREGÃO Nº 0005/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2016

PREGÃO Nº 0005/2016

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 26 de janeiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras – SC, 11 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

Edital nº. 001/2016

ABRE INSCRIÇÕES, DEFINE NORMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA O PROCESSO SELETIVO A PROVER, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, VAGAS EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CATANDUVRAS, SC.

A Prefeita Municipal de Catanduvras, Estado de Santa Catarina, Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei nº. 2.173 de 10 de junho de 2008, Lei nº. 2.426, de 22 de novembro de 2013, Lei Complementar nº. 66, de 21 de junho de 2010 e Lei Complementar nº. 19, de 04 de janeiro de 2002 e de outra legislação municipal aplicável à matéria, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acham abertas, no período de 11 de janeiro de 2016 a 27 de janeiro de 2016, as inscrições ao Processo Seletivo destinado a provimento, em caráter temporário, para atender à necessidade de vagas de cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme adiante são identificados, o qual se regerá pelas disposições da legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

TABELA DE CARGOS

CARGO	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	RENUMERAÇÃO
Agente de Serviços Gerais	06 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Agente de Construção e Manutenção	02 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Agente de Copa e Higienização	02 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	25 horas semanais	R\$ 533,57
Agente de Copa e Higienização	04 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Motorista de Ônibus	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "D"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.135,53
Motorista de Caminhão Basculante	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.135,53
Operador de Máquinas Pesadas Retro-escavadeira	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.517,69
Operador de Máquinas Pesadas Moto-niveladora	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.517,69
Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.517,69
Professor de Educação Infantil	04 + CR	Diploma de curso de nível médio e técnico profissionalizante, correspondente à profissão (Magistério)	R\$ 80,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	06 + CR	Diploma de curso de nível médio e técnico profissionalizante, correspondente à profissão (Magistério)	R\$ 80,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Cuidador Infantil	20 + CR	Ensino Médio	R\$ 50,00	30 horas semanais	R\$ 868,25
Auxiliar Administrativo	01 + CR	Ensino Médio	R\$ 50,00	40 horas semanais	R\$ 1.203,31
Auxiliar de Consultório Dentário	CR	Diploma de curso de nível médio e técnico profissionalizante, correspondente à profissão, com registro no respectivo conselho profissional	R\$ 80,00	40 horas semanais	R\$ 1.037,97
Agente Comunitário de Saúde*	06 + CR	Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital do Processo Seletivo Público** e haver concluído o Ensino Fundamental.	R\$ 50,00	40 horas semanais	R\$ 1.098,56
Médico	01 + CR	Diploma de Curso Superior correspondente à profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 150,00	20 horas semanais	R\$ 8.169,78
Professor de Educação Física	03 + CR	Diploma de Curso Superior, no curso de licenciatura plena em Educação Física	R\$ 150,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Professor de Artes	01 + CR	Diploma de Curso Superior, no curso de licenciatura plena para Artes	R\$ 150,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Professor de Inglês	01 + CR	Diploma de Curso Superior no curso de licenciatura plena em Letras – Língua Estrangeira	R\$ 150,00	20 horas semanais	R\$ 987,58

* Para ingresso no cargo é necessário a realização do curso introdutório de Agente Comunitário de Saúde de Formação Inicial e Continuada, o qual será oferecido pela Prefeitura Municipal, após a convocação do processo seletivo.

**ESF I – Centro: MICROÁREA 01 – Rua Severiano Guerreiro, Rua Santa Catarina, Rua da Paz, Rua da Pátria, Rua João Anísio Borges Guerreiro, Rua Costa e Silva (Lado Direito), Rua Irineu Bornhausen, Bairro Regina (Erveira), Loteamento Por do Sol. MICROÁREA 03 – Rua Coronel Rupp, Rua Duque de Caxias, Rua Almirante Barroso (Lado Direito), Rua da Pátria, Rua Severiano Guerreiro, Rua da Paz, Rua Felipe Schmidt, Rua Santa Catarina, Rua Almirante Tamandaré (Lado Esquerdo), Ruas Trajetos Loteamento Pinheiro. MICROÁREA 05 – Rua Maria Celina da Costa (Lado Esquerdo), Rua Celina Leon Karl, Rua Valentim Bittencourt, Rua da Pátria, Rua da Paz, Rua Alfredo Gomes (Lado Direito), Rua da Liberdade, Rua Pedro Ascoli, Rua Santa Catarina, Rua Felipe Schmidt, Rua Severiano Guerreiro, Rua Ipê, SC 463 Saída Água Doce. MICROÁREA 06 – Rua Alfredo Gomes (Lado Esquerdo), Rua da Liberdade, Rua Santa Catarina, Estrada Pedra Lisa, Rua Pedro Ascoli, Rua da Pátria, Rua Oraci Bucco (Lado Direito), Rua Eri Gomes Bittencourt, SC 463 Saída Água Doce. ESF II – Bairro Sayonara: MICROÁREA 02 – Rua 7 de Abril, Rua Julio de Castilhos, Rua Costa e Silva, Rua Irineu Bornhausen, Rua Ângelo Guerra, Transversal: Rua Ipê, Rua Nereu Ramos, Rua Rui Barbosa, Rua Olavo Bilac, Rua Tiradentes, Rua Senador Feijó. MICROÁREA 03 – Rua Almirante Tamandaré, Rua Duque de Caxias, Rua 7 de Abril, Rua Coronel Rupp, Rua Senador Feijó, Rua Tiradentes, Rua Hercílio Luz, Rua Rui Barbosa, Rua Olavo Bilac, Rua Nereu Ramos. MICROÁREA 04 – Rua Wenceslau Brás, Rua Almirante Barroso, Rua Duque de Caxias, Rua Coronel Rupp, Rua Nereu Ramos,

Rua Tiradentes, Rua Olavo Bilac, Rua Ruy Barbosa, Rua Hercílio Luz, Rua Senador Feijó.

1.1 O Processo Seletivo a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), site: www.unoesc.edu.br e e-mail: concursopublico.jba@unoesc.edu.br, e compreenderá:

1ª Etapa – Prova objetiva de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter classificatório;

2ª Etapa – Avaliação de títulos para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Inglês, Professor de Educação Física e Cuidador Infantil, de caráter classificatório;

2ª Etapa – Prova prática para os cargos de Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retro-escavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora e Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira, de caráter classificatório;

3ª Etapa – Comprovação de requisitos e exames médicos, a ser realizada pela Administração Municipal após a homologação do Processo Seletivo.

1.2 A Prefeitura Municipal nomeou uma Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo, por meio do Decreto nº. 2.127, de 30 de dezembro de 2015.

1.3 O presente Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos discriminados na tabela do item 1 deste Edital e atribuições constantes no Anexo III.

1.4 O regime jurídico dos candidatos empossados será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Catanduvas, SC.

1.5 As etapas deste Processo Seletivo serão realizadas na cidade de Catanduvas, SC, data e local a serem determinados no dia 04 de fevereiro de 2016, conforme Cronograma do Anexo IV.

1.6 O local de exercício dos candidatos nomeados e contratados será o Município de Catanduvas, SC.

1.6.1 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão convocados, observada estritamente a ordem de classificação nos cargos, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Municipal.

1.7 A homologação do resultado final deste Processo Seletivo poderá ocorrer por cargos, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério da Administração.

1.8 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo serão convocados, observada estritamente a ordem de classificação nos cargos, para a realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos, realização de exames médicos e apresentação de documentos.

1.9 Para todos os fins deste Processo Seletivo será considerado o horário oficial de Brasília, DF.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972, Constituição Federal, § 1º do art. 12, de 05 de outubro de 1988, e Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998, art. 3º).

2.2 Ter na data da nomeação, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos.

2.3 Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do Serviço Militar.

2.4 Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5 Possuir aptidão física e mental.

2.6 Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da nomeação.

2.7 Comprovação de inexistência de condenação por crimes:

- a) Cometido em função do serviço público, contra qualquer pessoa;
- b) Cometido, fora do serviço público, contra qualquer pessoa;
- c) Referente ao uso ou tráfico de entorpecentes;
- d) Contra o patrimônio;
- e) Contra a fé pública; e
- f) De qualquer natureza, contra o erário público.

2.8 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

3.1 As inscrições devem ser realizadas no site www.unoesc.edu.br, das 13h do dia 11 de janeiro de 2016 às 21h30min do dia 27 de janeiro de 2016.

3.1.1 Os candidatos poderão efetivar apenas inscrição para um cargo no Processo Seletivo. Assim, quando do processamento das inscrições, se for verificada a existência de mais de uma inscrição e efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, será considerada nula. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nessa situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

3.1.1.1 Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, cartão de crédito, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

3.2 Dos procedimentos para a inscrição

3.2.1 Para inscrição o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo disponíveis na página da Funoesc (www.unoesc.edu.br) e acessar o link para inscrição correlato ao certame;

b) cadastrar-se no período entre 13h, do dia 11 de janeiro de 2016 às 21h30min, do dia 27 de janeiro de 2016, observado o horário oficial de Brasília, DF, por meio do requerimento específico disponível na página citada (vide Anexo X);

c) optar pelo cargo que deseja concorrer; e,

d) imprimir o boleto bancário que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o CANCELAMENTO da inscrição. ATENÇÃO: O banco confirmará o pagamento do boleto à Funoesc, e a inscrição via internet somente será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário, até a data do vencimento constante no documento.

3.2.2 Da reimpressão do boleto

3.2.2.1 O boleto bancário poderá ser reimpresso até um dia antes da data do término das inscrições; a cada reimpressão do boleto constará a mesma data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária e seus correspondentes.

3.2.2.2 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e/ou lotéricas na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento do boleto de inscrição para o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento. No caso de pagamento do boleto, o candidato poderá, ainda, realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, Internet Banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

3.2.2.3 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para este Processo Seletivo.

3.2.2.4 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica sua insubsistência.

3.3 Disposições gerais sobre a inscrição no processo seletivo

3.3.1 A Funoesc não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado causa.

3.3.2 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.3.3 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do certame o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.4 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.5 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.6 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.7 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.3.8 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não

será deferida a solicitação de inscrição que não atender, rigorosamente, ao estabelecido neste Edital.

3.3.9 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.3.10 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão ou cancelamento do Processo Seletivo.

3.3.10.1 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.

3.3.11 Não haverá isenção total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que preencherem os requisitos da Lei Estadual nº. 10.567/97 (Doador de Sangue).

3.3.11.1 O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo, conforme calendário constante no Cronograma (Anexo IV), com cópia da carteira de Doador de Sangue e/ou comprovação dessa condição, expedida pela entidade coletora oficial, e que comprove a última coleta nos 365 dias anteriores ao término das inscrições do certame.

3.3.11.2 A Comissão avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão nos sites: www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, e o resultado será divulgado até a data indicada no cronograma deste Edital (Anexo IV), não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

3.3.11.3 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o último dia das inscrições.

3.3.11.4 Os requerimentos de isenção realizados após o prazo estipulado no cronograma deste Edital serão desconsiderados e terão a solicitação de isenção automaticamente indeferida.

3.3.11.5 Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os recursos deverão ser protocolados no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 13h, em requerimento próprio disponibilizado no Anexo V.

3.3.11.6 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga, terá sua isenção cancelada.

3.3.11.7 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa via fax ou correio eletrônico.

3.3.11.8 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção.

3.3.12 Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.13 As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Funoesc do direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.3.13.1 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, como aqueles relativos à CPF, notas e desempenho nas provas, entre outros, considerando-se que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando, também, cientes os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.3.14 A Funoesc disponibilizará nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), conforme cronograma constante no Anexo IV, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal (Anexo V).

3.3.15 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Processo Seletivo.

3.3.16 O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.17 O candidato, pessoa com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários e, ainda, entregar pessoalmente ou enviar, até o dia 27 de janeiro de 2016, impreterivelmente, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento (AR), para a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funoesc – localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 13h – laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.3.17.1 Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado à Funoesc, por inexistir a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico concursopublico.jba@unoesc.edu.br tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nessa situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

3.3.17.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.17.2.1 Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata em razão do tempo despendido com a amamentação.

3.3.17.3 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.4 Da confirmação da inscrição

3.4.1 As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (endereço e sala), assim como orientações para a realização das provas, estarão disponíveis, conforme cronograma do Anexo IV, nos sites da Funoesc (www.unoesc.edu.br) e da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC (www.catanduvas.sc.gov.br). As informações também poderão ser obtidas por meio da Central de Atendimento da Funoesc, pelo e-mail concursopublico.jba@unoesc.edu.br.

3.4.2 No caso de a inscrição do candidato não ter sido aceita em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos nos quais os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, estes serão incluídos em local de provas especial, que será comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.1 A inclusão, caso realizada, será analisada pela Funoesc com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a impropriedade da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.4.3 Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento poderão ser comunicados no dia e na sala de realização das provas.

3.4.4 A confirmação de inscrição NÃO será enviada ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

3.4.5 A alocação dos candidatos nos locais designados para as provas será definida pela Funoesc.

4. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 As pessoas com deficiência, assim entendido aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

4.1.1 Do total de vagas existentes e que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

4.1.2 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e entregar pessoalmente ou enviar o laudo médico até o dia 27 de janeiro de 2016, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), para a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funoesc – localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 13h. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da organizadora e, no caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

4.1.3 Conforme o § 2º do art. 37, do Decreto Federal nº. 3.298/1999, se na aplicação do percentual da reserva de vagas do total de vagas reservadas a cada cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

4.2.1 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente no momento da inscrição no Processo Seletivo, com justificativa acompanhada de parecer original (ou cópia autenticada em cartório) emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser entregue pessoalmente ou enviado até o dia 27 de janeiro de 2016, via SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR) no endereço citado no subitem 4.1.2 deste Edital. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha se manifestado nesse sentido.

4.2.1.1 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Funoesc não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à organizadora. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este certame e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.2.2 O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação; a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3 A relação definitiva dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvassc.gov.br, no dia 29 de janeiro de 2016.

4.3 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado no Processo Seletivo, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência por cargo.

4.3.1 O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a organizadora por meio do e-mail concursopublico.jba@unoesc.edu.br ou, ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 4.1.2 deste Edital, para a correção da informação, por se tratar apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

4.4 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, por ocasião da convocação para ingresso no cargo, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do art. 43 do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

4.4.1 A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência da qual é portador com as atribuições do cargo.

4.5 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), conforme especificado no Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência.

4.6 A não observância do disposto no subitem 4.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

4.6.1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

4.7 O candidato convocado, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.8 O candidato na condição de pessoa com deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo de atuação será eliminado do Processo Seletivo.

4.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção deste certame consistirá na aplicação de prova objetiva de múltipla escolha para todos os cargos; avaliação de títulos para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Inglês, Professor de Educação Física e Cuidador Infantil, e prova prática para os cargos de Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora e Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira.

5.1 Da prova objetiva de múltipla escolha

5.1.1 Serão aplicadas provas objetivas de múltipla escolha, de caráter classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo I deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Nível	Cargo	Específicas	Conhecimentos gerais	Português	Matemática	Títulos ou prova prática
-------	-------	-------------	----------------------	-----------	------------	--------------------------

Alfabetizado	Agente de Serviços Gerais	10	5	5	5	Não
	Agente de Construção e Manutenção	10	5	5	5	Não
	Agente de Copa e Higienização 25	10	5	5	5	Não
	Agente de Copa e Higienização 40	10	5	5	5	Não
	Motorista de Ônibus	10	5	5	5	Sim
	Motorista de Caminhão Basculante	10	5	5	5	Sim
	Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira	10	5	5	5	Sim
	Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora	10	5	5	5	Sim
	Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira	10	5	5	5	Sim
Médio	Professor Educação Infantil	10	5	5	5	Sim
	Cuidador Infantil	10	5	5	5	Sim
	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	10	5	5	5	Sim
	Agente Comunitário de Saúde	10	5	5	5	Não
	Auxiliar Odontológico	10	5	5	5	Não
	Auxiliar Administrativo	10	5	5	5	Não
Superior	Médico	10	5	5	5	Não
	Professor de Artes	10	5	5	5	Sim
	Professor de Inglês	10	5	5	5	Sim
	Professor de Educação Física	10	5	5	5	Sim

5.1.1 As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter classificatório, constarão de 25 (vinte e cinco) questões para todos os cargos; serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, tendo em vista que cada questão vale 0,4 (zero vírgula quatro décimos).

5.1.2 Serão considerados classificados os candidatos que não zerarem a prova objetiva.

5.1.3 As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.4 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão por erro do candidato.

5.1.5 Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.6 O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato, os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão de Respostas, como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.8 Não será permitido que as marcações no Cartão de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da Funoesc devidamente treinado.

5.1.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura ótica.

5.2 Da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha

As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Catanduvas, SC, com data prevista para o dia 07 de fevereiro de 2016 (domingo), às 9h (nove horas), com 3h (três horas) para a sua realização.

5.2.1 Os locais de realização das provas escritas, para os quais deverão se dirigir os candidatos serão divulgados no dia 04 de fevereiro de 2016, nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.2.1.1 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos horários ou dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Processo Seletivo.

5.2.2 Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes ao cadastro do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas escritas.

5.2.3 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante em seu cadastro ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.2.4 O Caderno de provas contém as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do certame.

5.2.4.1 Ao terminar a conferência do Caderno de provas, caso esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu se encontra devidamente identificado no Caderno de provas.

5.2.4.2 No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação; é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.2.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, documento de identidade original, lápis preto e borracha.

5.2.6 Será admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos com inscrições homologadas afixada na entrada do local de aplicação.

5.2.7 Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de aplicação se o candidato estiver de posse do protocolo de inscrição, atestando que ele deveria estar devidamente relacionado naquele local.

5.2.7.1 A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Funoesc com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

5.2.7.2 Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.8 No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial de Brasília, DF, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador do certame, assim como de dois membros da comissão, testemunhas do fato.

5.2.8.1 Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de dois candidatos que, com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os Cadernos de Provas, Cartões de Respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.2.9 Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala. Poderá haver, inclusive, coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos.

5.2.9.1 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.2.9.2 Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital, deverão declarar e assumir a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento desse procedimento acarretará a ELIMINAÇÃO do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador do certame, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.2.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

5.2.11.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo, ainda, submetido à identificação especial.

5.2.11.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.2.11.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.2.11.4 Candidato que esteja portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

5.2.11.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 5.2.11 ou não apresentar o boletim de ocorrência conforme especificações do subitem 5.2.11.1 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo.

5.2.11.6 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e sua assinatura.

5.2.11.7 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.2.11.8 Os candidatos deverão colocar seus objetos pessoais de natureza eletrônica, inclusive celular, que deverá estar desligado, no saco plástico porta-objetos disponibilizado pela fiscalização e guardá-lo embaixo de sua carteira, sob pena de serem eliminados do presente Processo Seletivo caso não procedam dessa maneira.

5.2.12 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da Funoesc sobre tais equipamentos.

5.2.12.1 No caso de o candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo de seleção. Para evitar qualquer situação nesse sentido, o candidato deverá evitar portar, no ingresso ao local de provas, quaisquer equipamentos anteriormente relacionados.

5.2.12.2 Não será permitida, também, ao candidato, a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto estiver dentro da unidade de aplicação destas.

5.2.12.3 Para a segurança de todos os envolvidos no certame, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique essa situação, o candidato será encaminhado à Coordenação, à qual deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, devendo desmuniar a arma, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, a qual deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova.

5.2.13 Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.).

5.2.14 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala apenas poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador do certame.

5.2.15 Não haverá segunda chamada para as provas escritas. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.2.16 Não haverá na sala de provas marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pela Coordenação do certame, conforme estabelecido no subitem 5.2 deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.2.17 O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o rascunho e, também, apenas a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização.

5.2.18 Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Caderno de Provas e o Cartão de Respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do certame.

5.2.19 Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo, o candidato que durante a realização de qualquer uma das provas:

- a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
- b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer questões/itens das provas;

- c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, calculadoras e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers, e/ou que se comunicar com outro candidato;
- e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou outros candidatos;
- f) fazer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;
- g) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas e no Cartão de Respostas;
- h) recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização;
- i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas;
- j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.2.9.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;
- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

5.2.19.1 Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e, caso seja verificado que não houve intenção de burlar o Edital, o candidato será mantido no certame.

5.2.20 Visando à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas.

5.2.20.1 Ao término da prova, o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso aos sanitários.

5.2.21 A ocorrência de quaisquer situações contidas no subitem 5.2.18 e 5.2.19 implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.21.1 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.22 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.2.23 Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.

5.2.24 São de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta do local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.2.24.1 O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação, especificando os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

6. DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA SEGUNDA ETAPA

6.1 Da avaliação de títulos

6.1.1 A avaliação de títulos tem caráter apenas classificatório, e se submeterão a essa etapa os candidatos aprovados nas provas escritas objetivas de múltipla escolha que concorrem aos cargos de: Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Inglês, Professor de Educação Física e Cuidador Infantil.

6.1.2 Os títulos, acompanhados do Formulário de Envio de Títulos (Anexo IX) devidamente preenchido e assinado, deverão ser entregues identificados com nome e cargo, em envelopes lacrados, em cópia autenticada ou acompanhada dos respectivos originais, para conferência e autenticação da pessoa responsável por sua recepção, no período de inscrições deste Edital e consoante cronograma constante no Anexo IV, no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 13h.

6.1.3 Serão avaliados todos os títulos entregues.

6.1.4 Os documentos não serão devolvidos em hipótese alguma, mesmo que o candidato opte por entregar seus originais.

6.1.5 Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas, ou conferidos com os originais, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

6.1.6 A entrega dos documentos referentes à avaliação de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados por Comissão Avaliadora, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e legislação municipal pertinente.

6.1.7 A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

6.1.7.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital, exceto Correios.

6.1.8 Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo, assinatura do responsável e data.

6.1.9 Cada título será considerado uma única vez, não valendo sobreposição de horas para o cômputo de carga horária.

6.1.10 Os títulos considerados neste Processo Seletivo, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

PROCESSO SELETIVO PARA CANDIDATOS AOS CARGOS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	
ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Doutorado com registro em órgão competente.	3,00 (três) pontos
b) Curso de Mestrado com registro em órgão competente.	2,00 (dois) pontos
c) Curso de Pós-graduação na área específica, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	2,50 (dois e meio) pontos
d) Graduação com habilitação plena na área, com registro em órgão competente.	1,50 (um e meio) pontos
e) Magistério completo em nível médio com apresentação de Diploma.	1,00 (um) ponto

PROCESSO SELETIVO PARA CANDIDATOS AOS CARGOS DE PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE INGLÊS E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Doutorado com registro em órgão competente.	3,00 (três) pontos
b) Curso de Mestrado com registro em órgão competente.	2,00 (dois) pontos
c) Curso de Pós-graduação na área específica, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	3,00 (três) pontos
d) Graduação com habilitação plena na área, com registro em órgão competente.	2,00 (dois) pontos

PROCESSO SELETIVO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CUIDADOR INFANTIL	
ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de Cuidador Infantil com carga horária de no mínimo 150 (cento e cinquenta) horas.	10,00 (dez) pontos

6.1.11 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados no quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária.

6.1.12 Os diplomas expedidos por instituição estrangeira deverão estar revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

6.1.13 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.1.14 Outros comprovantes de conclusão de curso como: comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

6.1.15 Para receber a pontuação relativa aos títulos de doutorado, mestrado e pós-graduação, latu sensu, serão aceitos somente os diplomas e/ou certificados com registro em órgão competente em que conste a carga horária. Nos documentos que comprovarem a realização de especialização, deverá constar que o curso foi realizado de acordo com a Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou, ainda, do Conselho Estadual de Educação (CEE).

6.1.16 Para receber a pontuação relativa ao título de graduação, com licenciatura plena, os candidatos entregarão o diploma e/ou certificado com registro em órgão competente.

6.1.17 Não receberá pontuação o candidato que apresentar diplomas ou certificados que não comprovem que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE.

6.1.18. A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou de ensino para o Cargo de Cuidador Infantil devem ter sido realizados na forma presencial não se computando pontos para cursos virtuais/online.

6.1.19 Para efeito de pontuação não será considerada fração de mês nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

6.1.20 A nota da avaliação de títulos será somada à da prova escrita objetiva para apuração da nota final do candidato.

6.1.21 A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

6.2 Da prova prática

6.2.1 As provas práticas têm caráter classificatório e serão aplicadas somente aos candidatos dos cargos de Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora e Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira.

6.2.2 Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos horários, data e local a serem determinados no dia 04 de fevereiro de 2016, conforme Cronograma do Anexo IV, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

6.2.3 Os candidatos aos cargos descritos realizarão prova prática na área de conhecimento em que atuarão, a fim de comprovar seu domínio sobre as tarefas determinadas pelo examinador técnico na área.

6.2.3.1 Os critérios de avaliação serão divulgados também no dia 04 de fevereiro de 2016.

6.2.4 A prova prática terá sua realização no dia 06 de fevereiro de 2016, quando já terá sido divulgada a relação dos candidatos com inscrições deferidas, em horários e locais diversos, de acordo com cada cargo, conforme estabelecido em Edital a ser publicado em 04 de fevereiro de 2016.

6.2.5 Todos os candidatos com inscrições deferidas para os cargos assinalados no item 6.2.1 serão convocados para esta fase e deverão comparecer no local indicado para realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início:

- a) munidos de documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova;
- b) trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

6.2.5.1 Os candidatos deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção sua Carteira Nacional de Habilitação original e entregar-lhe uma fotocópia da mesma. Poderão também apresentar o comprovante autenticado de aprovação em exame de alteração de categoria junto ao Detran e, quando da contratação, deverão apresentar cópia autenticada do referido documento.

6.2.6 Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela Funoesc (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

6.2.7 Será eliminado do processo seletivo, nesta fase, o candidato que:

- a) retirar-se do recinto da prova durante sua realização sem a devida autorização ou não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada;
- b) não apresentar a documentação exigida;
- c) não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento dos pontos da prova prática; d) faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;
- e) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentando usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;
- f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.2.8 A Funoesc reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado nos sites da www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6.2.9 A prova prática será realizada perante os membros integrantes da Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo; o candidato será acompanhado do Instrutor e de um dos membros da comissão no transcorrer de toda a prova.

6.2.10 Veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Catanduvas, SC, no estado em que se encontrarem.

6.2.11 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa,

os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará a desclassificação do candidato.

6.2.12 Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e/ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.2.13. Terminado o prazo, o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

6.2.14 Concluída a prova, o candidato assinará o termo de realização da prova prática, que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

6.2.15 Para a prova prática, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), e o candidato será avaliado de acordo com as normas a serem publicadas.

6.2.16 Os resultados das provas práticas serão divulgados no site da Funoesc ou da Prefeitura Municipal no dia 12 de fevereiro de 2016, não sendo possível o conhecimento de seu resultado via telefone, fax ou e-mail.

7. DOS PROGRAMAS

7.1 Os programas/conteúdos programáticos das provas deste certame compõem o Anexo I do presente Edital.

7.2 O Anexo I, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

7.2.1 As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº. 6.583, de 29/09/2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas.

7.3 A Prefeitura Municipal de Catanduvas e a Funoesc não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo quanto ao conteúdo programático.

7.4 Os itens das provas escritas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

7.5 Cada item das provas escritas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

8. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

8.1 Será classificado o candidato que obtiver aprovação na prova escrita objetiva de múltipla escolha.

8.2 A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva de múltipla escolha e na avaliação de títulos ou prova prática para os cargos que a exigirem.

8.2.1 Para os cargos com avaliação de títulos a média final será calculada somando-se a nota da prova escrita objetiva com a nota da avaliação de títulos, conforme fórmula a seguir:

$$NF = ((NPO \times 7) + (NAT \times 3)) / 10$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva/escrita.

NAT = Nota da avaliação de títulos.

8.2.2 Para os cargos com prova prática, será feita a soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva com os pontos obtidos na prova prática, conforme fórmula a seguir:

$$NF = ((NPO \times 6) + (NAT \times 4)) / 10$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva/escrita.

NAT = Nota da prova prática.

8.3 Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

- a) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- b) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Gerais;
- c) maior pontuação na prova objetiva de Português;

- d) maior pontuação na prova objetiva de Matemática;
- e) maior idade; e
- f) sorteio público.

8.3.1 Os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão a idade como primeiro critério de desempate, hipótese em que terá preferência o mais idoso. Caso persista o empate, deverá ser observado o critério estabelecido no item 8.4, conforme estabelecido na Lei em vigor.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

9.1 Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, a partir das 17h do dia da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha (domingo).

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias, vide cronograma (Anexo IV), em requerimento próprio, conforme modelo do Anexo VI.

9.3 A interposição de recursos poderá ser feita somente via protocolo, apenas no prazo recursal, à Funoesc, no seguinte endereço: Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 17h.

9.3.1 Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial e divulgação da pontuação provisória nas provas objetivas, avaliação de títulos e provas práticas, incluído o fator de desempate estabelecido, até 2 (dois) dias úteis após o dia subsequente à divulgação/publicação oficial das respectivas etapas, com exceção do recurso da classificação final, que contará com o prazo de 01 (um) dia útil (Anexos V a VIII).

9.4 Os recursos julgados serão divulgados nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

9.5 Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina o subitem 9.3 deste Edital.

9.6 O recurso deverá ser individual, por questão ou resultado, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores, etc. e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.7 Serão rejeitados, também, liminarmente os recursos enviados fora do prazo, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E, ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fac-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

9.8 A decisão da Banca Examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

9.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

9.10 O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

9.11 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.12 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.13 A publicação do resultado final e homologação do Processo Seletivo, findados todos os recursos, será disponibilizada nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.2 Os candidatos classificados serão convocados para a realização da Comprovação de Requisitos e Exames Médicos e serão submetidos à apreciação da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC.

10.2.1 O exame médico indicará se o candidato será considerado apto ou inapto, sendo que serão informados no ato da convocação os

exames necessários.

10.2.1.1 A partir do exame médico e da avaliação dos exames, o candidato será considerado APTO ou INAPTO.

10.2.1.2. Além do previsto no item anterior, os candidatos com deficiência terão apurada, por uma equipe multiprofissional, a compatibilidade de suas limitações para com o exercício das atribuições do cargo, do que poderá resultar sua APTIDÃO ou INAPTIDÃO. Concluída por essa equipe a inexistência de deficiência, na hipótese de má-fé comprovada, o candidato perderá a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação dos portadores de deficiência.

10.2.1.3 A Administração Municipal orientará ao candidato o dia, o horário e o local para a realização do exame médico admissional.

10.2.1.4 O resultado será emitido sob a forma de Atestado Médico, sendo entregue uma cópia ao candidato.

10.2.1.5 Quando for evidenciada alguma alteração clínica na avaliação de saúde ou em exame complementar, o médico deverá, tomando como parâmetro as características do cargo, considerar o candidato APTO ou INAPTO.

10.2.1.6 O não comparecimento do candidato no dia, hora e local marcados para a realização do exame médico admissional poderá implicar na eliminação do certame. O candidato é responsável pelo exame médico.

10.3 Os candidatos aprovados não localizados serão convocados por meio de publicação em Diário Oficial.

10.4 O candidato convocado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC em data determinada na publicação do Diário Oficial.

10.4.1 Caso não compareça, o candidato será reclassificado para o final da lista, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

10.5 O candidato que, por qualquer motivo, não apresentar a documentação e os exames exigidos, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis – art. 20, da Lei nº. 291/2011 – perderá automaticamente o direito à nomeação.

10.6 A validade deste Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contados da data da homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

10.7 O candidato que desejar relatar à Funoesc fatos ocorridos durante a realização do Processo Seletivo ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato por e-mail: concursopublico.jba@unoesc.edu.br ou telefone: (49) 3551-2075.

10.8 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone na Funoesc enquanto estiver participando do Processo Seletivo, e na Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, se aprovado, mediante correspondência, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento (AR). Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

10.8.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este Processo Seletivo, divulgados nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br.

10.9 O candidato que desejar comprovante de comparecimento na prova escrita deverá solicitá-lo ao Coordenador do certame em que o candidato efetuou a referida prova.

10.10 A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

10.11 A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da Funoesc, inclusive os pareceres referentes.

10.12 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

10.13 A Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC e a Funoesc se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas.

10.14 Os resultados divulgados nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação.

10.15 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do certame.

10.16 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital poderão ser feitas somente por meio de Edital de Retificação.

10.17 Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da expiração do prazo de validade do certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

10.18 O prazo de impugnação deste Edital será de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da sua data de publicação.

10.19 Os candidatos classificados no Processo Seletivo fora da quantidade das vagas oferecidas, ressalvados os casos de renúncias e desistências, não terão direito líquido e certo à nomeação na hipótese de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo, cabendo a Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, de acordo com a necessidade, promover a convocação dos candidatos classificados remanescentes (fora da quantidade de vagas oferecidas).

10.20 Durante a realização de qualquer prova/fase e/ou em nenhuma das etapas deste Processo Seletivo será permitida a utilização de qualquer tipo de aparelho que realize a gravação de imagem, de som, ou de imagem e som pelo candidato, pelos seus familiares ou por quaisquer outros estranhos ao Processo Seletivo. Caso haja qualquer necessidade de realização de uma ou mais modalidades de gravação aqui citadas, visando à produção do conhecimento a ser avaliado pela banca examinadora da organizadora do Processo Seletivo, caberá à Funoesc e, somente a ela, a realização, o uso e a guarda de todo e qualquer material produzido.

10.21. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Funoesc, assessorados pela Comissão Especial de Processo Seletivo constituída.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Catanduvas, SC, 11 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS

Conteúdos programáticos de Português, Matemática, Conhecimentos Gerais/Legislação e Conhecimentos Específicos para o cargo de Agente de Serviços Gerais, Agente de Construção e Manutenção, Agente de Copa e Higienização, Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante e Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoviveladora, Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira

Português

Ortografia (emprego das letras: e, i, g, j, s, ss, c, ç, r, rr); pontuação; acentuação e separação silábica; encontros vocálicos; encontros consonantais; sinônimos, antônimos; sufixos e prefixos; flexões do substantivo (gênero, número e grau); tipos de frases (exclamativa, interrogativa, afirmativa, imperativa); classes de palavras (substantivo, adjetivo, verbo, pronome e numeral); interpretação de texto.

Matemática

Números naturais, racionais, reais e suas operações; Sequências numéricas; Expressões algébricas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso; Noções de razão; Números decimais e operações; Interpretação de gráficos e tabelas; Noções de Polígonos Perímetro; MMC; MDC; Decomposição de números naturais; Operações básicas: adição, subtração, multiplicação, divisão; Problemas envolvendo operações básicas; Noções de sólidos geométricos e suas planificações e Noções de porcentagem.

Conhecimentos Gerais/Legislação

História e geografia de Catanduvas. Atualidades sociais, políticas e econômicas locais, regionais e nacionais. Lei Orgânica do Município de Catanduvas. Estatuto do Servidor Público do Município de Catanduvas.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Agente de Serviços Gerais

Conhecimentos e habilidades do uso de ferramentas. Prevenção e combate de incêndio, noções básicas de uso de extintores. Uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções básicas de higiene e limpeza, manutenção e conservação das instalações. Acondicionamento, separação e distribuição de materiais e equipamentos de trabalho.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Agente de Construção e Manutenção

Execução de trabalhos de alvenaria, concretagem, ferramentas e equipamentos utilizados na reforma e na construção civil. Assentamento de tijolos; materiais básicos na execução de serviços; conhecimentos e habilidades do uso das ferramentas; acondicionamento de materiais. Uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); noções sobre o manuseio e utilização de equipamentos de proteção.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Agente de Copa e Higienização

Noções básicas de higiene, limpeza, conservação e manutenção; equipamentos, utensílios e produtos utilizados na limpeza e cozinha; uso adequado dos EPI's Equipamentos de Proteção Individual; armazenamento de produtos, Higiene e manipulação de alimentos.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Motorista de Ônibus e Motorista de Caminhão Basculante

Cidadania; Sinalização; Direção Defensiva; Transporte de Cargas; Direção de Ambulâncias; Transporte de Urgência e Emergência; Condução de Veículo da Espécie; Conhecimento Básico de Máquinas Leves; Noções Básicas de Lubrificantes e Combustíveis; Direção e Operação Veicular; Manobras; Manutenção e Conservação de Veículo; Noções de Mecânica Básica de Autos; Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, abrangendo os seguintes tópicos: Administração de Trânsito, Regras Gerais para Circulação de Veículos, os Sinais de Trânsito, Registro e Licenciamento de Veículos, Condutores de Veículos, Deveres e Proibições, as Infrações às Legislação de Trânsito, Penalidades e Recursos.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Motoviveladora e Trator de Esteira
Condução e Operação de Máquinas da Espécie; Conhecimento Básico de Máquinas Pesadas, Motorizadas e Não Motorizadas; Conhecimento sobre Instrumentos do Painel de Comando; Direção Defensiva; Direção e Operação Veicular; Legislação e Sinalização de Trânsito; Manobras; Manutenção de Veículo; Noções de Mecânica Básica; Realização de Trabalhos Operacionais; Cidadania; Lubrificantes e Combustíveis; Inspeção Inicial da Máquina e Equipamento; Cuidados com Pneus e Rodas; Cuidados com Sistema de Esteiras; Sistema Hidráulico, Relações com o Meio Ambiente (Política Ambiental); Primeiros Socorros; Segurança na Operação e Normas de Segurança; Uso de Uniforme e Equipamentos de Proteção Individual.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Professor de Educação Infantil, Cuidador Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Consultório Odontológico e Auxiliar Administrativo

Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, ss, c, ç, sc, sc, xc, z); classes de palavras (Advérbio, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Preposição, Conjunção e Numeral) pronomes (possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos, interrogativos); flexões do substantivo (gênero, número e grau); prefixos e sufixos; homônimos, parônimos, sinônimos, antônimos, polissemia; emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica; emprego da crase e dos porquês; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise); o processo de coordenação e subordinação (emprego dos conectivos); verbo: tempo, modo, vozes, conjugações; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância).

Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações; Sequências numéricas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso; Razão e proporção; Regra de três simples e composta; Equações e inequações do 1º grau; Números decimais e operações; Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis; Interpretação de gráficos e tabelas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Geometria plana e área de figuras planas; Círculo e circunferência; MMC e MDC; Equações do 2º grau; Noções de probabilidade; Porcentagem; Geometria Espacial e Geometria Analítica; Análise Combinatória; Números complexos; Determinantes, Matrizes e Sistemas Lineares;

Função do 1º e do 2º grau; Estatística: Média, mediana e moda; Medidas de Dispersão: Desvio Médio, Variância e Desvio Padrão; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Trigonometria; Progressões Aritméticas e Geométricas; Função Exponencial e Logarítmica e Função Modular.

Conhecimentos Gerais/Legislação

História e geografia de Catanduvas. Atualidades sociais, políticas e econômicas locais, regionais e nacionais. Lei Orgânica do Município de Catanduvas. Estatuto do Servidor Público do Município de Catanduvas.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Educação Infantil

Concepção de criança e de pedagogia da Educação Infantil, O debate sobre a qualidade da educação e da Educação Infantil, A qualidade na perspectiva da legislação e da atuação dos órgãos oficiais no Brasil; Competências dos sistemas de ensino; Caracterização das instituições de Educação Infantil no Brasil; Qualidade da educação Infantil quanto às professoras, aos professores e aos demais profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Cuidador Infantil

O papel do cuidador infantil, o processo de desenvolvimento infantil; nutrição infantil, cuidados com o recém-nascido, musicalização e brincadeiras na educação infantil, primeiros socorros na educação infantil, alimentação na educação infantil.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais

Objetivos Gerais do Ensino Fundamental, Avaliação no Ensino Fundamental, Orientações didáticas conforme os Parâmetros curriculares para Ensino Fundamental; A organização do currículo escolar: áreas e temas transversais, A escola e a Construção da cidadania no ensino fundamental, O ensinar, o construir e o agir no Ensino fundamental.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde

Visita domiciliar, Atribuições do ACS, Educação em saúde e Promoção da saúde.

Conhecimento específico para o Cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico

Odontologia social. Histórico, legislação e papel do A.C.D - Atendente de Consultório Dentário. Promoção e prevenção em saúde bucal: Conceito Saúde e Doença, Biofilme Dentário, Cárie dentária, Doença periodontal, Controle químico e mecânico do biofilme dentário, Utilização de fluoretos, Odontologia preventiva, Vigilância Epidemiológica, Políticas de Saúde / SUS, Estratégia da Saúde da Família e o ASB. Cariostáticos e selantes oclusais. Materiais, equipamentos e instrumentais: manutenção e conservação. Materiais dentários: forradores e restauradores. Esterilização e desinfecção de materiais odontológicos e de superfície. Educação em Saúde. Noções de radiologia, odontopediatria, prótese, cirurgia, endodontia, dentística e anatomia bucal e dental (notação dentária). Ética profissional. Ergonomia aplicada à Odontologia e trabalho a 4 mãos. Semiologia / Ficha Clínica.

Conhecimento específico para o Cargo de Auxiliar Administrativo

Regras básicas de comportamento profissional no atendimento para com o público interno e externo. Protocolo e arquivamento de documentos. Conhecimentos básicos em informática. Organização, visão e habilidades em serviços rotineiros do setor administrativo. Correspondências Oficiais. Desenvolvimento motivacional, trabalho em equipe, ética, criatividade, flexibilidade, relacionamento interpessoal, administração do tempo, avaliação e feedback.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Médico, Professor de Artes, Professor de Inglês e Professor de Educação Física

Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, sc, sc, xc, z); emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica; emprego da crase e dos porquês; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise); flexões do substantivo (gênero, número e grau); preposições; o processo de coordenação e subordinação (emprego de conjunções); análise sintática, sintaxe de concordância: nominal e verbal; sintaxe de regência: nominal e verbal; conjugação verbal, emprego dos modos e tempos; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância).

Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações; Sequências numéricas; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso; Razão e proporção; Regra de três simples e composta; Equações e inequações do 1º grau; Números decimais e operações; Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis; Interpretação de gráficos e tabelas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano e planificações; Geometria plana e área de figuras planas; Círculo e circunferência; MMC e MDC; Equações do 2º grau; Noções de probabilidade; Porcentagem; Geometria Espacial e Geometria Analítica; Análise Combinatória; Números complexos; Determinantes, Matrizes e Sistemas Lineares; Função do 1º e do 2º grau; Estatística: Média, mediana e moda; Medidas de Dispersão: Desvio Médio, Variância e Desvio Padrão; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Trigonometria; Progressões Aritméticas e Geométricas; Função Exponencial e Logarítmica e Função Modular.

Conhecimentos Gerais/Legislação

História e geografia de Catanduvas. Atualidades sociais, políticas e econômicas locais, regionais e nacionais. Lei Orgânica do Município de Catanduvas. Estatuto do Servidor Público do Município de Catanduvas.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Médico

Doenças prevalentes da infância; cuidados primários na infância: crescimento e desenvolvimento; aleitamento materno; imunização; triagem neonatal; doenças diarreicas e terapia de reidratação oral; dermatoses na infância; parasitoses intestinais na infância; doenças infecciosas: intraútero e de maior relevância em saúde pública; sinais e sintomas em pediatria – diagnósticos diferenciais: icterícia, hipotireoidismo, obesidade, tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis; distopias genitais; ginecologia da infância e da adolescência; mastopatias benignas e malignas; urgências ginecológicas; oncologia ginecológica; prevenção de câncer de mama, rastreamento do câncer de mama; aborto; sistema amniótico; modificações gerais e locais do organismo materno; relações útero-fetais; gravidez; assistência pré-natal; puerpério e lactação; doenças intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal; mortalidade pré-natal. Acolhimento, Abordagem em emergências clínicas: parada cardiorrespiratória, anafilaxia, urgências e emergências hipertensivas, hipertensão arterial sistêmica, hepatites, hepatopatias agudas e complicações das hepatopatias crônicas, diarreia, hemorragias digestivas, pancreatite, coledocolitíase, insuficiência renal aguda e crônica, emergências em pacientes sob diálise, nefrolitíase, distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-base, intoxicação exógena aguda, síndrome de abstinência alcoólica, estado confusional agudo, tentativa de suicídio, crise de ansiedade, transtornos mentais comuns, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, meningite, paralisias flácidas agudas, tétano, infecções do trato urinário, infecções dos tecidos moles, doenças sexualmente transmissíveis, infecções virais comuns, dengue, leptospirose, influenza, rubéola, sarampo, botulismo, malária, esquistossomose, febre amarela, coqueluche, mononucleose, tuberculose, hanseníase, HIV/Aids, infecções agudas e crônicas do aparelho respiratório, acidentes por animais peçonhentos, notificação de doenças, neutropenia febril, anemia, diabetes mellitus, insuficiência adrenal, hipotireoidismo e hipertireoidismo, doenças dermatológicas, artrite reumatoide, lúpus eritematoso sistêmico, artrose, osteoporose, violência sexual, abordagem da exposição ocupacional a material biológico.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Artes

A arte e a educação, Histórico do ensino de Arte no Brasil e perspectivas, Histórico do ensino de Arte no Brasil e perspectivas, teoria e prática em arte nas escolas brasileiras, a arte como conhecimento, o conhecimento artístico como articulação de sentidos, conteúdos de arte no ensino fundamental, caracterização geral e eixos de aprendizagem, artes visuais.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Inglês

Concepção de Língua. Abordagens de ensino de língua estrangeira. Metodologia do ensino da língua inglesa. Compreensão de textos. Relação texto-contexto. Estratégias de leitura em língua inglesa. Gramática da língua inglesa. Leitura em língua inglesa. Inglês escrito e falado. Coerência, coesão, referência, substituição, marcadores discursivos, termos da oração. Fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica da língua inglesa.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Educação Física

Esportes Coletivos e individuais: Regras, aspectos técnicos, táticos e história. Pedagogia do Esporte. PCNs da Educação Física (séries iniciais e finais). Conteúdo da Educação Física Escolar, Ludicidade, Recreação, Jogos. Didática aplicada a Educação Física. Metodologia de Ensino da Educação Física Escolar. Fisiologia do Exercício. Treinamento Desportivo. Cineantropometria.

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATESTADO

Atesto para os devidos de direito que o(a) Sr(a) _____ é portador(a) da deficiência _____, código internacional da doença (CID) _____, sendo compatível a deficiência apresentada pelo(a) paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo _____, conforme Edital do Processo Seletivo.

Data: _____.

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a) e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO III ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente de Serviços Gerais, Agente de Copa e Higienização e Agente Comunitário de Saúde

Execução de serviços auxiliares, de menor complexidade nos diversos setores da administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; serviços de vigia e proteção de bens públicos; execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos, de bens públicos e de estradas municipais, limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; para os agentes comunitários de saúde iniciar a vinculação da população com os serviços de Estratégia da Saúde da Família, para um atendimento mais humanizado.

Agente de Construção e Manutenção, Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora, Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira

Desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; serviços de borracheiro; execução de serviços de construção e reparo de calçamentos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; pequenos reparos.

Auxiliar de Consultório Odontológico e Auxiliar Administrativo

Funções inerentes às atividades técnico profissionais, relacionadas à área de apoio às atividades esportivas, de saúde pública, contábeis, financeiras e de controle interno.

Médico

Execução de tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de administração, clínica geral em medicina, assistência social; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal.

Cuidador Infantil

Cuidar da higiene, conforto e alimentação da criança; observar as possíveis alterações no estado geral da criança; zelar pela integridade física e mental; prestar primeiros socorros; promover atividades lúdicas e de entretenimento; e demais atividades correlatas.

Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Inglês e Professor de Educação Física

1. Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos:

1.1 Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, de seus cursos, programas e atividades;

1.2 Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político-pedagógico da escola;

1.3 Zelar pela aprendizagem dos educandos;

1.4 Cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar integralmente de todos os períodos destinados ao planejamento, à avaliação ao desenvolvimento profissional e demais previstas no calendário escolar.

1.5 Estabelecer, com o apoio dos demais agentes da escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar;

1.6 Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade;

1.7 Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

2. Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e no ensino fundamental, voltadas para planejamento, administração, supervisão e inspeção escolar:

2.1 Coordenar a elaboração e a execução do projeto político-pedagógico da escola;

2.2 Realizar as tarefas administrativas inerentes à sua área;

2.3 Realizar as atividades pedagógicas definidas no projeto político-pedagógico da escola;

2.4 Velar pelo plano de trabalho de cada docente;

2.5 Prover os meios de recuperação dos alunos de menor rendimento;

2.6 Promover a articulação da escola com as famílias e com a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

2.7 Informar os pais e responsáveis sobre frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do projeto político-pedagógico da escola;

2.8 Acompanhar o processo de desenvolvimento dos alunos, em colaboração com os docentes e famílias;

2.9 Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino, em relação aos aspectos pedagógicos administrativos, financeiros, de recursos humanos e de materiais;

2.10 Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional dos docentes;

2.11 Acompanhar e supervisionar o funcionamento da escola, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino;

2.12 Assegurar o cumprimento das dias letivos e horas-aula estabelecidas.

ANEXO IV CRONOGRAMA

ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

	Prazo Previsto
Publicação do Edital Normativo do Processo Seletivo	11/01/2016
Período de Inscrições via internet	11/01/2016 a 27/01/2016
Prazo para solicitação da isenção da taxa de inscrição	11/01/2016 a 19/01/2016
Divulgação da análise preliminar dos pedidos de isenção	20/01/2016
Prazo para interposição de recurso contra análise preliminar dos pedidos de isenção	21/01/2016 e 22/01/2016
Divulgação definitiva dos pedidos de isenção	25/01/2016
Prazo para solicitação de condições especiais para realização das provas objetivas	11/01/2016 a 27/01/2016
Prazo para entrega de títulos	11/01/2016 a 27/01/2016
Prazo para entrega de laudo médico para pessoas com deficiência	11/01/2016 a 27/01/2016
Divulgação da relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas	29/01/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto às inscrições deferidas ou indeferidas	01/02/2016 e 02/02/2016
Divulgação da relação dos candidatos com inscrições deferidas após recursos	03/02/2016
Divulgação da relação definitiva dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência	03/02/2016
Divulgação dos critérios de avaliação, locais e horário das provas objetivas e práticas	04/02/2016
Realização das provas práticas	06/02/2016 às 9h
Realização das provas objetivas	07/02/2016 às 9h
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares	07/02/2016 às 17h
Prazo de recursos quanto aos gabaritos oficiais preliminares	10/02/2016 e 11/02/2016
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos	12/02/2016
Divulgação e resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	12/02/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	15/02/2016 e 16/02/2016
Divulgação do resultado oficial definitivo das provas objetivas/práticas e avaliação de títulos após recurso	17/02/2016
Divulgação e publicação do resultado oficial da classificação final oficial preliminar do concurso público	17/02/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado da classificação final oficial preliminar do concurso público	18/02/2016
Divulgação e publicação do resultado final e homologação do concurso público	19/02/2016 às 12h

ANEXO V

MODELO DE RECURSO EM FACE DO INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO DA TAXA OU INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Recurso em Face do Indeferimento da Isenção da Taxa ou Indeferimento de Inscrição
Nome do Candidato:
Cargo:
Inscrição nº.:
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de ____ de 20__.
Assinatura do(a) recorrente

ANEXO VI

MODELO DE RECURSO EM FACE DA PROVA OBJETIVA

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Recurso em Face de Questões da Prova Objetiva
Nome do Candidato:

Cargo:
Inscrição nº.:
Área/Disciplina:
Nº. DA QUESTÃO _____
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de _____ de 20__.
Assinatura do(a) recorrente

Obs.: Para cada questão contraditada da prova objetiva, apresentar um recurso, nos termos deste modelo.

ANEXO VII

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Recursos relativos à Avaliação de Títulos
Nome:
Cargo:
Inscrição nº.:
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de _____ de 20__.
Assinatura do(a) recorrente

MODELO DE RECURSO EM FACE DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

ANEXO VIII

MODELO DE RECURSO EM FACE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA OU CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR OFICIAL

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC	
Recursos relativos às pontuações da Classificação da Prova Objetiva e Classificação Final Preliminar Oficial	
() Prova Objetiva	() Da Classificação
Nome:	
Cargo:	
Inscrição nº.:	
Razões que fundamentam e justificam o recurso:	
Data: ____ de _____ de 20__.	
Assinatura do(a) recorrente	

ANEXO IX

FORMULÁRIO PARA A RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Nome do Candidato:

Cargo:

Inscrição nº.:

(Preenchimento pela Funoesc)

I – TÍTULOS DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE

(Identificar Curso e Instituição apenas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Inglês e Professor de Educação Física)

1. () Conclusão de curso de Doutorado com registro em órgão competente:

2. () Conclusão de curso de Mestrado com registro em órgão competente:

3. () Conclusão de curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, que tenha sido aprovado, na Área de Educação ou de Ensino:

4. () Conclusão do curso de Graduação – Licenciatura Plena, na disciplina específica do cargo pretendido:

5. () Conclusão do curso de Magistério:

II – TÍTULOS DE CAPACITAÇÃO

(Identificar Curso e Instituição apenas para o cargo de Cuidador Infantil)

a) Identificação completa dos títulos de participação em cursos, seminários, simpósios, congressos e outros cursos de capacitação, atualização ou treinamento profissional

Nº. horas

Declaração:

Declaro que todos os títulos identificados são verdadeiros e autênticos, conforme cópias ou originais anexados ao presente.

Joaçaba, SC, em ____/____/____

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável pela
Abertura do Envelope ANEXO X
ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

- Para acesso ao link de inscrições pelo sistema da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), o candidato deve acessar os endereços, a sua escolha:

Processo Seletivo: <<https://acad.unoesc.edu.br/academico/portal/modules/evento/eventoInscricaoLogin.jsps?cod=2597>>.

- Caso o candidato já tenha efetuado algum cadastro na instituição Funoesc e possua código e senha de acesso (alunos, ex-alunos, professores e funcionários) deve inseri-los no primeiro quadrante.

- Se tiver esquecido sua senha, informe seu código e clique em "esqueceu senha?". Informe os dados solicitados e cadastre uma nova senha, que será enviada por e-mail.

- Todavia, se não possuir cadastro siga os próximos passos e, ao final da página, informe seu CPF, no terceiro quadrante.

- No módulo Cadastro de Pessoa, o candidato deve informar os dados obrigatórios (documentos, endereço, telefones, e-mail, etc.) para o preenchimento da ficha de inscrição.

- No módulo Programa de inclusão, o candidato deve selecionar o cargo desejado e clicar em incluir. Note-se que o candidato pode optar por apenas 1 (um) cargo.

- Para confirmar a inscrição, o candidato necessita informar a senha numérica de 5 (cinco) dígitos, por exemplo, 12345, no campo senha e no campo confirmar senha. Após, clicar em confirmar inscrição abaixo do programa selecionado.

- Para concluir, clicar novamente em confirmar inscrição e em Ok.
- Nesse momento, sua inscrição foi efetuada com sucesso.
- Para que a efetivação da inscrição seja confirmada e homologada, é necessário que o candidato, na sequência, imprima o boleto bancário para pagamento e recolha o valor correspondente em qualquer banco. Não serão aceitos recolhimentos, transferências e por agendamento. O recolhimento do boleto deverá ser feito até o vencimento e respeitando, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, DF, sob pena de a inscrição não ser processada e recebida.
- OBSERVAÇÃO: Os candidatos que tiverem dificuldades de acesso ao portal da Funoesc devem entrar em contato com o setor de Extensão da Funoesc Joaçaba por meio do telefone (49) 3551-2173 – Lucimara ou 3551-2075 – Carolina, no horário das 07h às 13h.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº PL/82/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº PL/82/2016 de 11 de janeiro de 2016.

ADMITE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas/SC, LUAN RIBEIRO DA SILVA, para exercício do Cargo em Comissão de Assessor de Imprensa, com os vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas/SC, 11 de janeiro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente

Registrado e Publicado em Secretaria em 11.01.2016.

Monalisa Ruaro

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabri

1ª Secretária

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 06/2016
Pregão Presencial Nº.: 01/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 26 de Janeiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 26 de Janeiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:00hs às 18:00hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 11 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 04/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	04/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado...:	PINHALNET LTDA..
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE DOMÍNIO SISTEMA E-MAIL E SITE.
Valor :	R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).
Vigência :	Início : 05/01/2016 Término : 31/12/2016.
CAXAMBU DO SUL, 05 de Janeiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 05/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	05/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	FABRICIO LUCAS ZAMADEI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL LIBERAL DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS BÁSICOS; MONTAGEM DE ORÇAMENTOS, EMISSÃO DE TERMOS DE RECEBIMENTO E MEDIÇÕES DE OBRA, EMISSÃO DE RELATÓRIOS E PARECERES TÉCNICOS, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS CONTRATADAS PELO MUNICÍPIO, COM CARGA HORÁRIA DE 32 HORAS SEMANAIS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.
Valor :	R\$ 75.720,00 (setenta e cinco mil setecentos e vinte reais).
Vigência :	Início : 08/01/2016 Término : 31/12/2016.
CAXAMBU DO SUL, 08 de Janeiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 001/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 11.01.2016 à 09.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Caciane Momm	2015/2016	Secretaria da Saúde
Cleide Josiane Eduardo Ferreira	2015/2016	Secretaria da Saúde
Daiana de Souza	2015/2016	Secretaria da Saúde
Marcia Michels	2015/2016	Secretaria da Saúde
Mariza Borges dos Santos	2015/2016	Secretaria da Saúde
Roselene Schneider de Oliveira	2015/2016	Secretaria da Saúde

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 002/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 11.01.2016 à 09.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Ademar Podgaietsky	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adenizia Cleonice Farias Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adelcio da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adriana Machado Correia	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Claudinei França	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Claudia Adriana Amorin	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Cleber Meurer	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Clobson Scheidt	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Dalva Passig da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Eva Aparecida k. Abreu	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Gerusa Anacleto	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Isolete Sebold Pereira	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
João Clemente	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Juliana Maria Longen	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes..
Liliane Scheidt Jasper	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Luzia Preti Palhano	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Maicon de Souza	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Marcia Schwambach Schmidt	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Maria Zenaide Senem Souza	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Meirelein Grach Machado	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Neide Sebold da Silva	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Nerci Ramos	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Patricia Aparecida Batista	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Pedro Lopes	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Raquel Francisco	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rogério Capistrano	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rosemari Raymundo	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Samir Pereira da Silva	2013/2014	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Sergio Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Simone Cordeiro dos Santos	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Solange S. Marquez	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Vera Lucia Graci Demetrio	2013/2014	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Tatiane de Souza	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Zuleide Diel Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Silvania Pereira da Silva Medeiros	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 003/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 11.01.2016 à 09.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Alceu Pereira	2013/2014	Secretaria Municipal da Saúde
Claudete Huller Roling	2013/2014	Secretaria Municipal da Saúde
Mauricio de Andrade	2014/2015	Secretaria Municipal da Saúde
Sinara Regina Prim de Melo	2014/2015	Secretaria Municipal da Saúde
André Sebold	2014/2015	Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente
Geraldo Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente
Santos Avelino da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Izolene Batista Correa	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Jaques Ernani Bezerra	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Sérgio Pereira	2013/2014	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Adriana Martins	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social

Claudirene Ferreira	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Deize Regina dos Santos Cruz	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
Luciani Paul Kerschbaum	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Simone Iara da Silveira	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Zilá de Souza	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Sandra Regina Chiquio	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
Marcelo de Souza	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Mauricio Jasper	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Fabio Franz	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Carlos Roberto Goedert	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Evaristo Franzen	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Santos Avelino da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Roni Capistrano	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Carlos Joel Padilha	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Joelcio Carlos Cabral	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Acir Mello	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Cleusa Francisco Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Jaqueline Francisco	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Sirley Chiquio Medeiros	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Neusa Francisco Luckmann	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Crislei Sebold	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Silvia Herschbaum Maciel	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

PORTARIA 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 004/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04/05/2014 à 03/05/2015, a AVANESA KERSCHBAUM WILL, Matricula nº 229//02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 04.01.2016 à 02.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 005/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99, e Lei Complementar nº. 0030 de 09.07.2007,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/01/2014 à 14/01/2015, a servidora CLEIDE JOANITA FRANZEN MACHADO – Matriculada sob o nº2273/05, ocupante do Emprego Publico de Técnico de Enfermagem - 40 (quarenta) horas, no Programa de Saúde da Família-PSF, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 12.01.2016 à 10.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 006/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 20.11.2014 a 19.11.2015, a CAMILA MOMM, Matricula nº 2665/01, ocupante do cargo em Comissão de Coordenadora Administrativa, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 12.01.2016 à 10.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 007/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0013 de 23.01.97 e nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 97 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão exercer a Função Pública de Conselheiro Tutelar do Município de Chapadão do Lageado-SC, no período de 11/01/2016 a 09/01/2020.

Parágrafo único. Os membros de que trata o caput desde artigo, são os seguintes:

- I – GORETI FRANÇA CLEMENTE;
- II – MARILÉIA MICHELS KEMPNER;
- III – CLEIDE LOPES PADILHA;
- IV – LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA; e
- V – LUZIA MOREIRA DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 11 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º01-2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº01/2016 de 11/01/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

NOMEAR

JEAN CARLOS AIRES, carteira de identidade nº5.009.707, para o cargo comissionado de ASSESSOR LEGISLATIVO nos termos da Lei da Câmara Municipal, do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº001/2016

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei nº 5.994, de 27 de abril de 2011, INTIMA (LOTES SUJOS), os proprietários de imóveis abaixo descritos, para que efetuem a roçada e limpeza dos mesmos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	QUADRA	LOTE	NOME
87918	4508	5	MARCOS PAULO DUTRA
14426	793	20	RAISA PARTICIPAÇÕES LTDA

Os proprietários que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, efetuaram a roçada de seus imóveis, deverão comunicar o fato imediatamente, por escrito, à Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O não atendimento ao presente edital sujeitará os proprietários infratores a multa, e autorizará o Município a efetuar a roçada, com a cobrança do preço público correspondente.

Chapecó – SC, 06 de Janeiro de 2016.

WILSON LOBO DE CARVALHO

Secretário de Desenvolvimento Urbano

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos dos artigos 222,223 e 224 da Lei nº 04, de 31 de maio de 1990, NOTIFICA (OBRAS), os proprietários de imóveis abaixo descritos, para regularizem junto ao Município de Chapecó ou apresentem defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	T.O.I NO.	QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO
-	1320/2015	-	LR 46/02	ARI JUNG
3104	1492/2015	93	45	BENESSERE INCORPORAÇÕES S/A
4024	1479/2015	136 A	8	CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
4024	1479/2015	136 A	9	CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
4024	1479/2015	136 A	10	CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
4024	1479/2015	136 A	11	CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
174	1487/2015	6	8	ERI ANTONIO BENVENUTTI
50611-7	364/2014	2054	3	JACIR PRADELLA

Os proprietários que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, regularizarem sua situação de pendência, deverão comunicar o fato imediatamente, por escrito, à Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O não atendimento ao presente edital sujeitará os proprietários infratores a multa, e autorizará o Município a tomar as medidas cabíveis.

Chapecó - SC, 06 de Janeiro 2016.

WILSON LOBO DE CARVALHO

Secretário de Desenvolvimento Urbano

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 01, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 01, de 06 de Janeiro de 2016.

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC, representado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano Senhor Wilson Lobo de Carvalho, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal nº. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284, 285 e 286, Lei Complementar municipal nº. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169 – A, I, da Lei municipal nº.170/83), faz saber que os contribuintes abaixo identificados, os quais se encontram em local incerto e não sabido, são sujeitos passivos de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

CLEO RIBEIRO DO PRADO	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6643/2015 - L
CRB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6656/2015 - L
CRB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6650/2015 - L
CRB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6653/2015 - L
EDMUNDO BREANCINI	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6599/2015 - L
EDMUNDO BREANCINI	NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 6601/2015 - L
EDUARDO LARI ROSETTO	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6593/2015 - L
EDUARDO LARI ROSETTO	NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 6602/2015 - L
ENIO FRANCISCO NONNENMACHER	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6711/2015 - L
ENIO FRANCISCO NONNENMACHER	NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 6713/2015 - L
EZIDIO DOS SANTOS	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6644/2015 - L
IVONE MARIA TILLMANN	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6623/2015 - L
IVONE MARIA TILLMANN	NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 6624/2015 - L
MARIA IVONE BALEN GANOATTO	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6646/2015 - L

Chapecó, 06 de Janeiro de 2016.

WILSON LOBO DE CARVALHO

Secretário de Desenvolvimento Urbano

EDITAL SEDUC Nº 001/2016**EDITAL SEDUC Nº 001/2016**

Dispõe sobre a realização de Chamada Pública visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA sob o regime da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016, em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, com aproveitamento de fases, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015, respeitadas as hipóteses legais autorizativas, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob a supervisão de Comissão de Acompanhamento conforme Portaria SEDUC n. 001, de 08 de janeiro de 2016, e considerando os itens a seguir:

1. A divulgação do Extrato deste Edital, bem como dos Editais de Convocação dar-se-á no Órgão Oficial de Publicação do Município, via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/). O inteiro teor deste Edital, os Editais de Convocação, comunicados e/ou documentos correlatos serão publicados no website www.chapeco.sc.gov.br, sendo obrigação dos candidatos acompanhar todas as publicações e/ou atos relativos a presente Chamada Pública.

2. A Chamada Pública destina-se à admissão em caráter temporário de professor nas diversas áreas de atuação e/ou disciplinas, conforme disponibilidade de vagas existentes no Magistério Público Municipal, em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, com aproveitamento de fases, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015, respeitadas as hipóteses legais autorizativas, de acordo com as necessidades da Administração e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

3. A inscrição na Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelos candidatos das condições estabelecidas neste Edital.

4. A Secretaria de Educação do Município divulgará, em cada oportunidade, Edital de Convocação para nova inscrição e respectiva escolha de vagas no Órgão Oficial de Publicação do Município, bem como no website da Prefeitura Municipal de Chapecó (www.chapeco.sc.gov.br), ficando sob a responsabilidade dos candidatos o acompanhamento da Chamada Pública.

5. Os candidatos interessados deverão dirigir-se pessoalmente ou mediante procuração (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante), com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição (candidato ou procurador), ao local designado, nos dias e horários estabelecidos, conforme previsto no respectivo Edital de Convocação divulgado no Órgão Oficial de Publicação do Município, bem como no website (www.chapeco.sc.gov.br), munidos dos seguintes documentos (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório):

- a) Cédula de Identidade e CPF;
- b) Comprovante da habilitação, nos termos do Edital de Convocação;
- c) Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015;
- d) Formulário próprio de inscrição para Chamada Pública (Anexo I), devidamente preenchido em 02 (duas) vias.

6. Os candidatos deverão inscrever-se na(s) área(s) de atuação e/ou disciplina(s) de seu interesse, apresentando novamente a documentação exigida (itens 5 c/c 15) a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação.

7. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

8. Havendo dois ou mais professores habilitados será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o mais idoso.

9. Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

10. O servidor inativo do magistério poderá assumir vaga de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais.

11. Respeitadas as hipóteses legais autorizativas, o candidato contratado poderá ter seu contrato prorrogado, conforme necessidade da Rede Municipal, desde que em mesma vaga e, portanto, na mesma área de atuação e/ou disciplina, observadas as demais disposições editalícias correlatas, bem como a legislação em vigor.

12. O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o item 15 deste Edital na Unidade Escolar, no momento em que se apresentar ao trabalho (data de início prevista no Edital de Convocação e em comprovante de escolha de vagas), sendo permitido prazo maior para entrega do Laudo Médico, o qual dependerá do Cronograma de atendimento do SASSM.

13. O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalícias e legais pertinentes.

14. O professor que possuir penalidade de demissão no Serviço Público Municipal de Chapecó nos últimos 05 (cinco) anos será impedido de

realizar escolha de vagas na Chamada Pública de que trata este Edital, nos termos da legislação em vigor.

15. Para admissão, o candidato deverá entregar na Unidade Escolar fotocópia legível dos seguintes documentos, juntamente com o formulário de dados fornecido pela Secretaria de Educação:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Título de Eleitor;
- d) Quitação Militar;
- e) Certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Certidão de Casamento ou escritura pública de convivência (para união estável) ou certidão de nascimento para os solteiros;
- g) Uma foto 3x4 recente;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- i) Comprovante de Conta Cartão na Caixa Econômica Federal (cópia do cartão);
- j) Folha Corrida expedida pelo Poder Judiciário de seu Município (original);
- k) Carteira de Vacinação dos filhos de zero a sete anos de idade, com as vacinas devidamente em dia;
- l) Inscrição do PIS e/ou PASEP;
- m) Comprovante da habilitação exigida para o cargo público/área de atuação/disciplina (cópia autenticada em cartório);
- n) Laudo Médico expedido pela Medicina de Trabalho do Município, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;
- o) Declaração de bens, se for o caso;
- p) Declaração de dependentes, se for o caso, para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
- q) Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, exceto os acumuláveis, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal;
- r) Declaração de não participação em empresa;
- s) Declaração de não penalizado em exercício de função pública;
- t) Cópia da Carteira de Trabalho onde conste a foto e o verso contendo os dados do trabalhador;
- u) Comprovante de endereço.

16. Os formulários a que se referem às alíneas "o", "p", "q", "r" e "s" serão fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação no momento da Escolha de Vagas, devendo ser preenchidos pelo candidato e entregues na Unidade Escolar, conforme item 12 deste Edital.

17. O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, nos termos deste Edital, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados.

18. A inexistência das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

19. Aplicam-se, no que couber, as disposições previstas em Edital de Processo Seletivo Público n. 002.2015.

20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento, respeitada a legislação em vigor.

Município de Chapecó, 12 de janeiro de 2016.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO
Secretária de Educação

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
CHAMADA PÚBLICA
EDITAL SEDUC Nº 001/2016

Edital de Convocação: Edital SEDUC Nº ____/2016 Nº Inscrição: ____
(para preenchimento exclusivo SEDUC)

*Preenchimento obrigatório pelo candidato

Área de Atuação/Disciplina*: _____

Nome*: _____ Idade*: _____

Data Nascimento*: ____/____/____ Local*: _____

Estado Civil*: _____ RG*: _____ CPF*: _____

E-mail*: _____

Fone Fixo*: _____ Celular*: _____

Escolaridade*:
() Pós Graduação (Especialização/Mestrado/Doutorado) _____
() Licenciatura Plena _____

() Licenciatura Curta _____
 () Estudos Adicionais _____
 () Magistério _____
 () Cursando _____ Período: _____
 () Ensino Médio _____
 () Outro: _____

Tempo de Serviço (para preenchimento exclusivo SEDUC, conforme documentação apresentada):

- Magistério Municipal: _____ anos, _____ meses, _____ dias;
 - Magistério Estadual: _____ anos, _____ meses, _____ dias;
 - Magistério Particular: _____ anos, _____ meses, _____ dias;
 Total: _____ anos, _____ meses, _____ dias.

Assinatura do Candidato*: _____

Assinatura do Responsável pelo recebimento da Inscrição: _____

Data: ____/____/____

ATENÇÃO: O preenchimento deste documento (duas vias) em desacordo com as orientações nele contidas e/ou com as disposições editais correlatas autorizará a recusa do recebimento da respectiva inscrição.

EDITAL SEDUC Nº 002/2016

EDITAL SEDUC Nº 002/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015 mediante Chamada Pública, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2016.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, com aproveitamento de fases, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2016, mediante apresentação no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nês, situado na Rua Assis Brasil, 20 D, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015 e Formulário próprio de inscrição para Chamada Pública - Anexo I do Edital SEDUC Nº 001/2016, devidamente preenchido em 02 (duas) vias, conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
18/01/2016	08:30h às 11:30h e 13:45h às 17:15h	Educação Infantil, Habilidades Artístico-Culturais, Arte e Geografia.
19/01/2016	08:30h às 11:30h e 13:45h às 17:15h	1ª a 5ª Série e EJA, Matemática, Língua Portuguesa e Ensino Religioso.
20/01/2016	08:30h às 11:30h e 13:45h às 17:15h	Educação Especial, História e Ciências.
21/01/2016	08:30h às 11:30h e 13:45h às 17:15h	Educação Física, Língua Estrangeira – Inglês e Língua Estrangeira - Espanhol.

2. CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos inscritos a comparecer em respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2016, mediante apresentação no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nês, situado na Rua Assis Brasil, 20 D, Centro, Chapecó/SC, pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a escolha (candidato ou procurador), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	BANCA/ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
11/02/2016	08:00h	Banca 01 - Educação Física
	08:00h	Banca 02 - Língua Portuguesa
	13:30h	Banca 02 - Língua Estrangeira - Espanhol
	14:00h	Banca 02 - Língua Estrangeira - Inglês

12/02/2016	08:00h	Banca 01 - Educação Especial
	08:00h	Banca 02 - Arte
	11:00h	Banca 02 - História
	14:00h	Banca 02 - Ciências
15/02/2016	08:00h	Banca 01 - Educação Infantil
	08:00h	Banca 02 - Geografia
	11:00h	Banca 02 - Ensino Religioso
	13:30h	Banca 02 - Matemática
16/02/2016	08:00h	Banca 01 - 1ª a 5ª Série e EJA
	08:00h	Banca 02 - Habilidades Artístico-Culturais

3. DO QUADRO DE VAGAS:

3.1. O Quadro de Vagas será apresentado no momento da escolha, de acordo com as necessidades da Administração e mediante as condições editalícias e legais correlatas.

3.2. O candidato inscrito para a disciplina de Língua Estrangeira – Inglês e/ou Língua Estrangeira – Espanhol deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

3.3. O candidato inscrito para as disciplinas de Instrutor de Libras e/ou Intérprete de Libras que não possua comprovante de aprovação no exame de Proficiência em PROLIBRAS/MEC deverá comprovar domínio na respectiva Língua.

Município de Chapecó, 12 de janeiro de 2016.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO
Secretária de Educação

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Inciso VII do Art. 13 e Art. 77 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 130/01, Lei Complementar 132/01, e Lei Complementar nº 320/07, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, conforme especificado abaixo, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e demais disposições legais aplicáveis e de acordo com as normas deste Edital.

Cargo	Nº Vagas	Carga Horária	Vencimento	Escolaridade Mínima
Agente Comunitário de Saúde – ACS	12 + CR	40 horas semanais	R\$ 1.082,95	Ensino Fundamental Completo (até 8ª série)
Agente de Combate às Endemias - ACE	01 + CR	40 horas semanais	R\$. 1.082,95	Ensino Fundamental Completo (até 8ª série)

As vagas de ACS são distribuídas nas regiões: CSF Marechal Bormann, CSF Colonia Cella, CSF Jardim América, CSF Quedas do Palmital, CSF São Pedro, CSF Sul, CSF Leste, CSF Linha Cachoeira, CSF Sede Figueira, CIS EFAPI, CSF Alta Floresta, CSF Goio Ên, CSF Chico Mendes, CSF Bela Vista, CIS OESTE, CIS Santa Maria, CSF Vila Real, CSF Belvedere, CSF Cristo Rei, CSF Eldorado, CSF Santo Antonio, CSF Jardim do Lago.

As inscrições serão realizadas junto a Gerência do Trabalho e Educação na Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, Rua Marechal Floriano Peixoto, 700L, 3º andar, Ala Norte da Arena Condá, Centro, Chapeco/SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min as 17h00, no período de 18 de Janeiro de 2016 à 16 de Fevereiro de 2016, observando-se rigorosamente os termos do edital de abertura. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 20,00 (vinte reais), e deverá ser pago através de depósito na conta corrente nº 60135-7, agência 0321-2 do Banco do Brasil.

O Edital completo pode ser obtido no site www.chapeco.sc.gov.br ou no mural de publicações do Município. Maiores informações na Gerência do Trabalho e Educação na Saúde da Secretaria Municipal da Saúde.

Município de Chapecó, 08 de Janeiro de 2016.
Luciano José Buligon
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.840, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

LEI Nº. 6.840, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a Apresentação de Artistas de Rua nos Logradouros Públicos do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam permitidas manifestações culturais de artistas de rua no espaço público aberto, tais como praças, anfiteatros, largos e vias desde que observados os seguintes requisitos:

- I - não utilizar palco ou qualquer outra estrutura sem a prévia comunicação ou autorização junto ao órgão competente do Poder Executivo;
- II - obedecer aos parâmetros de incomodidade e os níveis máximos de ruídos estabelecidos pela Lei Complementar nº 541, de 26 de novembro de 2014;
- III - ter início após as 08:00 h (oito horas) e serem concluídos até às 22:00 h (vinte e duas horas);
- IV - não utilizar equipamentos sonoros com potência superior a 50 (cinquenta) watts.

Art. 2º Durante a atividade ou evento, fica permitida a comercialização de bens culturais duráveis como CDs, DVDs, livros, quadros e peças artesanais, desde que sejam de autoria do artista ou grupo de artistas de rua em apresentação e sejam observadas as normas que regem a matéria.

Art. 3º A permissão que trata o art. 1º desta Lei fica condicionada a observância das Leis em vigência, pelo Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 04 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

RESULTADO DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 21/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS N° 21/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency.

RESULTADO FINAL DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 08/01/2016 foi recebida nova proposta orçamentária com nova composição de BDI. A mesma foi remetida a análise do Departamento de Engenharia e Arquitetura o qual emitiu um parecer na data de 11/01/2016 o qual alega: "De acordo com o item 9.2.1 do acórdão 2.622/2013, somente nos casos em que o BDI apresentado encontrar-se fora do estipulado no item 9.1 do mesmo acórdão deverá ser feita análise pormenorizada dos itens. Portanto, como BDI apresentado é de 22,80 % se encontra entre o mínimo e máximo estabelecido e está de acordo com as exigências do TCU." De consequência, mantém-se o resultado final da fase de classificação proferido na sessão do dia 07/12/2015, publicada no DOM/SC edição 1886 em 08/12/2015, ou seja, o procedimento licitatório tem como vencedora a empresa LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME com o menor preço Global de R\$ 911.450,86 (novecentos e onze mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos). Deverá ser dado prosseguimento a este processo, efetuando-se a adjudicação e posterior homologação do presente certame. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da Comissão de Licitações

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 043/2016

DECRETO Nº043/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 01/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 044/2016

DECRETO Nº044/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 17, § 1º da Lei Complementar nº 092/2013 e art. 6º, § 1º e 2º da Lei Complementar nº 100/2013,

DECRETA

Art 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Profissionais da Educação para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I- Representante da Secretaria Municipal da Educação
Kátia Ana Di Domenico

II- Representante dos Profissionais da Educação
Sonia Fátima Cenci

III -Representante da Secretaria Municipal de Administração
Madian Gleicon Romanini

IV – Representante do Conselho Municipal de Educação
Emanuelle Cella Tozzo

V - Representante do Departamento Pessoal
Kely Cristina Ranzan

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 045/2016

DECRETO Nº045/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 16, da Lei Complementar nº 093/2013 e art. 6º, § 1º da Lei Complementar nº 100/2013,

DECRETA

Art 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Servidores Municipais para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I - Presidente: Sonia Cristina Della Torres Briancini

II –Membros
Kátia Rosy Grando
Madian Gleicon Romanini
Valdinei Garbozza
Cachtuize Magnanti

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º os servidores serão avaliados, mediante o preenchimento de formulário específico, levando em conta os seguintes fatores:

- I – Assiduidade e pontualidade;
- II – produtividade;
- III – responsabilidade;
- IV – disciplina;
- V – dedicação ao serviço público;
- VI – cooperação;
- VII – criatividade;
- VIII – organização e planejamento;
- IX – conhecimento do trabalho;
- X – bom senso e iniciativa;

Art. 4º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 15/2015- FMS

Extrato DO CONTRATO ADM N. 15/2015 FMS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. 14/2014 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC
CONTRATADA: INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação por 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 14/2014 FMS, que possui o seguinte objeto: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RONDA OSTENSIVA NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Carolina Giacomelli Vivian.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 16/2015 - FMS

Extrato DO CONTRATO ADM N. 16/2015 FMS
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. 20/2013 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação por 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 20/2013 FMS, que possui o seguinte objeto: "locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, de softwares e sistemas".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Daniela Ramos Silva/ Ernesto Muniz de Souza Jr.
Cordilheira Alta, SC, 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 51/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 051/2015
Processo Administrativo n. 124/2015
Pregão Presencial n. 73/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: DE MARCO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTIVO NOVO - ITEM 01 - PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.
VALOR: R\$ R\$ 53.900,00
VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de sua assinatura até 31/03/2016.
RECURSOS: Projeto Atividade 2.074,
Elemento 449000;
Signatários: Alceu Mazzioni e Rafael Tozzo.
Cordilheira Alta, SC, em 18/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 52/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 052/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 78/2014
Processo Administrativo n. 78/2014
Pregão Presencial n. 53/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 78/2014, que possui o seguinte objeto: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RONDA OSTENSIVA NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Carolina Giacomelli Vivian.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 53/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 053/2015
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 31/2014
Processo Administrativo n. 22/2014
Tomada de Preços n. 01/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 31/2014, que possui o seguinte objeto: "SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA LINHA COLONIA BÁCIA, ÀS MARGENS DA BR 282".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Ademir Barcella.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 54/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 054/2015
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 79/2013
Processo Administrativo n. 67/2013
Pregão Presencial n. 22/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação

por doze meses da vigência do Contrato Administrativo n. 79/2013, que possui o seguinte objeto: "locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, de softwares e sistemas".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Daniela Ramos Silva/ Ernesto Muniz de Souza Jr.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 55/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 055/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 86/2014
Processo Administrativo n. 84/2014
Concorrência n. 01/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI LTDA
Objeto: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo n. 86/2014, que possui o seguinte objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE ACESSOS CONCENTRADOS PARA FORMAÇÃO DE REDE PRIVADA BASEADA EM CABEAMENTO DE FIBRA ÓPTICA", até a data da homologação de Procedimento Licitatório vindouro com mesmo objeto, ou até 31/12/2016.
VIGÊNCIA: até a data da homologação de Procedimento Licitatório vindouro com mesmo objeto, ou até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Patrick Canton.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 56/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 056/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 14/2014
Processo Administrativo n. 02/2014
Convite n. 02/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: HIDROSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS S/S ME
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 14/2014, que possui o seguinte objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na área de saneamento, com ênfase no tratamento de água, efluentes, bem como em projetos e programas ambientais que venham a ser implantados no município, com carga horária mínima de 20h semanais".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
Signatários: Alceu Mazzioni e Gary Bitencourt.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 57/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 057/2015
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 29/2015
Processo Administrativo n. 45/2015
Concorrência n. 02/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: PLANATERRA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 29/2015, que possui o seguinte objeto: "contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica da Rua Ludovico J. Tozzo, num total de 4.690m², sendo que o asfalto será sobre calçamento existente, item 01".
VIGÊNCIA: até 31/12/2016.
FUNDAMENTO: A presente prorrogação de vigência faz-se

necessária pelo atraso na efetivação de parte do repasse financeiro, de n.1018242-82/2014 pela União Federal, através do Ministério das Cidades, para pagamento da obra.
Signatários: Alceu Mazzioni e Izair José Gambatto.
Cordilheira Alta, SC, em 23/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 58/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 058/2015
Processo Administrativo n. 108/2015
Tomada de preço n. 05/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME
Objeto: Contratação de Empresa especializada para execução de base para instalação de academia ao ar livre, e instalação dos equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria de Educação.
VALOR: R\$ 39.423,18
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até 31/12/2016.
RECURSOS: Projeto Atividade 1.008 – Modalidade de Aplicação 449000;
Signatários: Alceu Mazzioni e Jair Coling.
Cordilheira Alta, SC, em 28/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 59/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 059/2015
Processo Administrativo n. 103/2015
Tomada de preço n. 04/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME
Objeto: Contratação de Empresa especializada para realização de reforma no Colégio Municipal da Linha Bento - LOTE 03 - para manutenção das atividades da Secretaria de Educação.
VALOR: R\$ 54.962,56
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até 31/12/2016.
RECURSOS: Projeto Atividade 2.013 – Modalidade de Aplicação 339000;
Signatários: Alceu Mazzioni e Jair Coling.
Cordilheira Alta, SC, em 28/12/2015.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 60/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 060/2015
Processo Administrativo n. 103/2015
Tomada de preço n. 04/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de reforma no Colégio Municipal De Fernando Machado - LOTE 01 - e Colégio Mediação - LOTE 02 - para manutenção das atividades da Secretaria de Educação.
VALOR: Lote 01 R\$ 28.135,08 – Lote 02 R\$ 13.909,28
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até 31/12/2016.
RECURSOS: Projeto Atividade 2.013 – Modalidade de Aplicação 339000;
Signatários: Alceu Mazzioni e Stoffel Wilbert.
Cordilheira Alta, SC, em 28/12/2015.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 01 A 08/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016

Contratado: IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA

Objeto: Contratação dos serviços para manutenção e assistência técnica no Sistema de Custo Operacional para Veículos e Máquinas, e Sistema de Controle e Administração dos Serviços Prestados, implantados nas dependências da Garagem da Prefeitura Municipal e treinamento de novo funcionário.

Valor: R\$ 5.750,40 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2016

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

Objeto: Disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 002/2012.

Valor: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) mensal.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

Contratado: Jurecy Golo Grandó

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SENDO UMA SALA COMERCIAL DE ALVENARIA MEDINDO 200 M² EDIFICADA SOB LOTE Nº 12 DA QUADRA Nº 61, LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE BARROSO, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR OCUPANDO UM ESPAÇO DE 100 M², E OS OUTROS 100 M² SERÃO UTILIZADOS PARA SALA DE CURSOS QUE A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESENVOLVERÁ DURANTE O ANO E PARA OFICINAS DO CRAS.

Valor: R\$ 2.612,15 (Dois mil seiscentos e doze reais e quinze centavos) mensal.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO DE CORONEL FREITAS-SC

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA CASA COLONIAL, EM MADEIRA DE 9 X 11 M EDIFICADO SOB OS LOTES 24-E E 25 DA QUADRA 62, LOCALIZADO NA AV.SANTA CATARINA, CENTRO, CIDADE DE CORONEL FREITAS – SC

Valor: R\$ 741,13 (Setecentos e quarenta e um reais e treze centavos) mensal.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

Contratado: ANTONIO FERNANDES BARRO

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SENDO UM BARRACÃO NOVO COM ESTRUTURAS METÁLICAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 238, 88 M², EDIFICADO SOB O LOTE URBANO Nº 02 QUADRA D, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 379,26 M², SITUADO NA RUA ANGELO PELIZZA LOTEAMENTO PELIZZA, NA CIDADE DE CORONEL FREITAS.

Valor: R\$ 1.672,16 (Um mil seiscentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos) mensal.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016

Contratado: CELSO CARLOS LEITES

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 1800 M², PROTEGIDO POR CERCA, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, COM BARRAÇÃO DE ALVENARIA ANEXO COM ÁREA DE 300 M², que será destinado como local para guarda dos veículos apreendidos. Não é de responsabilidade do locador a degradação dos veículos depositados no local.

Valor: R\$ 1.761,78 (Um mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos) mensal.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2016

Contratado: PAULO ZOTTIS

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SENDO UM BARRACÃO EM ALVENARIA MEDINDO APROXIMADAMENTE 240 M² (DUZENTOS E QUARENTA METROS QUADRADOS) EDIFICADO SOB O LOTE Nº 22 DA SÉRIE M, QUADRA Nº 84, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 1000 M², SITUADO NA AVENIDA SANTA CATARINA, CENTRO, CORONEL FREITAS- SC.

Valor: R\$ 1.608,00 (Um mil seiscentos e oito reais) mensal.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016

Contratado: LUIZ PROVENSI SOBRINHO

Objeto: LOCAÇÃO DO ANDAR TÉRREO DE IMÓVEL DE 155 M² (CENTO E CINQUENTA E CINCO METROS QUADRADOS), SITO A RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 525, EDIFICADA SOBRE O LOTE Nº 20ª DA QUADRA 51, CENTRO NA CIDADE DE CORONEL FREITAS (SC) PARA O FUNCIONAMENTO DO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR.

Valor: R\$ 1.761,78 (Um mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos) mensal.

Vigência: 31/12/2016

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 002 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 002 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA FESTA E EXPOSIÇÃO - FEIRA AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL DE CORONEL MARTINS – EDIÇÃO 2016 – VI FEXPOCEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os senhores Evandro Belatto, Kátia Ramos de Amaral, Sandra Mara Bolzan, Jefferson Pastorelo, Marcos Cezar Pozzer, João Paulo Garcia e Fábio Henrique dos Santos, para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Organizadora da Festa e Exposição - Feira Agroindustrial e Comercial de Coronel Martins – VI FEXPOCEL, a ser realizada nos dias 04, 05 e 06 de março de 2016.

Parágrafo único: Na ausência do Presidente, fica indicado o segundo nome como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização da VI FEXPOCEL, além de requisitar recursos financeiros, pessoal, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único – A Comissão fica responsável pela correta aplicação dos recursos e de efetuar a devida prestação de contas, de acordo com as normas vigentes.

Art. 3º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 07 de janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 004, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 004, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EFETIVOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 24 e 28 da Lei Complementar nº 040, de 29 de abril de 2014, e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a exoneração do Servidor Público Sr. Andrius Antonio May;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Sr. Rudinei Smaniotto, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Controle Interno, em substituição ao Sr. Andrius Antonio May, para compor a Comissão de Avaliação de desempenho dos Servidores Efetivos e em estágio probatório dos aprovados e admitidos em concurso público, com a incumbência de realizar a avaliação especial de desempenho dos servidores públicos municipais que se encontram em estágio probatório, para os efeitos do disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 040/2014, de 29/04/2014, com base nos formulários de avaliação semestral, sob a presidência do primeiro:

- Zenaide Belato – Auxiliar de Enfermagem
- Evandro Belatto – Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Finanças
- Ilso Antonio Mores – Mecânico Auxiliar
- Geneci da Costa Pertussatti – Fiscal de Tributos
- Rudinei Smaniotto – Coordenador do Controle Interno

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 06 de Janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 005 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 005 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno da Servidora, Sr.^a Geneci da Costa Pertussatti, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, a partir do dia 11 a 20 de janeiro de 2016, em virtude da falta de profissional Junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 08 de janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 26/01/2016, às 09:00h, e início da sessão do Pregão no dia 26/01/2016, às 09h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 04 de janeiro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello Secretário Mun. Saúde Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº2/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº2/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de passagens de serviços de transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual, para atender a pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Curitibanos e demais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 27/01/2016, às 09:00h, e início da sessão do Pregão no dia 27/01/2016, às 09h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 05 de janeiro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello Secretário Mun. Saúde Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº3/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº3/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O registro de preços para aquisição de gás medicinal em cilindros de 1m³, 4m³ e 7m³, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, SAMU e Corpo de Bombeiros Militar conforme anexo. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 26/01/2016, às 14:00h, e início da sessão do Pregão no dia 26/01/2016, às 14h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 05 de janeiro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello Secretário Mun. Saúde Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE FOLHAS SERRILHADAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO DO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 22/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 8 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi

Diego Sebern Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016

O Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. Aldo Dolberth, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO DE PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTES EDITAIS.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 28 de Janeiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 28 de Janeiro de 2016, no Setor de Licitação, localizado na Cel. Vidal Ramos, 860.

A Prefeitura, setor de Licitações e demais setores da administração, não se responsabiliza por envelopes encaminhados via Correio, transportadora ou outra forma a não ser os que forem protocolados no Protocolo Central.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito à Rua Cel. Vidal Ramos, 860 no Setor de Licitação, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitiba, 11 de Janeiro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Ildomar Egger

Objeto: Locação de imóvel, para funcionamento do Programa resgatando vidas (Amigo de Valor) vigência: 01/01/16 à 31/12/2016.

Valor R\$ 10.440,00 - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 002/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Elói de Lara Brasil

Objeto: Locação de imóvel, para funcionamento da CASA LAR

Origem: DL 006/2015 PMAS vigência: 01/01/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira 30/12/2015 Valor - R\$ 15.840,00

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 003/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Ernesto Dalberto

Objeto: Locação de imóvel, para funcionamento do Conselho Tutelar

Origem: DL 006/2015 PMAS vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Valor R\$ 9.240,00 - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 006/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Silvana Neila Bosi

Objeto: Locação de imóvel, para funcionamento do Conselho Tutelar

Origem: DL 006/2015 PMAS vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Valor R\$ 10.560,00 - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 013/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Luiz Gonzaga Dias

Objeto: Locação de imóvel, para funcionamento do Cras

Origem: DL 017/2015 PMAS vigência: 06/01/16 à 05/07/2016. Valor R\$ 5.280,00 - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 012/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Lucas Tressoldi Cia Ltda

Objeto: Prestação de serviços de transporte de adolescentes participantes dos Programas Sociais Origem: Pregão 010/2015 PMAS vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Valor R\$ 14.400,00- Dionísio Cerqueira 30/12/2015

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2015 Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Contratado: Isterm Soluções Térmicas Ltda

Objeto: Contratação de empresa para execução de instalações de divisórias isopaineis conforme projeto e memorial descritivo anexo visando dar sequência ao projeto de ampliação e adaptações das instalações do frigorífico de aves do PA Tracutinga em Dionísio Cerqueira sc conforme contrato de repasse nº 371-402-94/2011 - MDA/CAIXA..Origem: Processo Nº. 008./2015 - DL Nº.008./2015 vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 30/12/2015 Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 016/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: NBM Empreendimentos Ltda.

Objeto: Locação de Imóvel, destinado a residência médico do programa mais médico, em cumprimento à portaria nº 23 de 01/10/2013 do Ministério da saúde. Origem: DL 023/2013 FMS – R\$ 13.404,00 Vigência: 05/01/16 à 04/01/2017. - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: NBM Empreendimentos Ltda.

Objeto: Locação de Imóvel, destinado a residência médico do programa mais médico, em cumprimento à portaria nº 23 de 01/10/2013 do Ministério da saúde. Origem: DL 003/2015 FMS – R\$ 11.220,00 Vigência: 01/01/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 004/2012.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Valdir Antonio Scalco.

Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Secretaria de Saúde Origem: DL 005/2012 fMS vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Valor R\$ 23.292,00- Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 023/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: RSC Imobiliária Ltda.

Objeto: Locação de apartamento, destinado a instalações do CAPS

centro de Atenção Psicossocial. Origem: DL 044/2015 FMS vigência: 02/01/16 à 01/01/2017. Valor R\$ 13.18.600

Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 023/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Inviolável Três Fronteiras Ltda.

,Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento e locação de equipamentos para o CAPS- Centro de Atendimento Psicossocial... Origem: Pregão 041/2015 FMS vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Valor R\$ 7.080,00

Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 015/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para realização de coleta e destinação correta de medicamentos vencidos recolhida pela Receita Federal e Polícia Federal e Vigilância Sanitária Origem: Pregão 039/2015 FMS – R\$ 28.000,00 - Vigência: 01/01/16 à 31/12/2016.

- Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 005/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Otto & Kuss Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem para os acompanhantes dos pacientes internados junto ao Centro de Oncologia de Cascavel, (CEONC) conforme solicitação médica.Origem: Pregão 039/2015 FMS – R\$ 52.920,00 - Vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 013/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Rádio Tri Fronteira Ltda.

Objeto: Contratação de espaço em emissora de rádio visando para divulgação de campanhas da vigilância em saúde e conscientização no combate a Dengue DST,S , Campanhas de vacinação e riscos sanitários .Origem: CV 013/2014 FMS – R\$ 2.800,00 - Vigência: 01/01/16 à 29/02/2016. - Dionísio Cerqueira 30/12/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 014/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Carlos Brandão dos Santos

,Objeto: Locação de imóvel para funcionamento do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas. Origem: DL 035/2015 FMS vigência: 18/01/16 à 17/01/2017. Valor R\$ 17.220,00

Dionísio Cerqueira 11/01/2016

João Stahl – Gestor do FMS

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 005/2016. Objeto: Contratação de empresa de imunização e controle de insetos e desratização nas escolas Municipais. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 11/01/2016

Flavio Berté - – Prefeito Municipal Exercício

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2041/2015

DECRETO 2041, de 18 de dezembro de 2015.

Abre crédito adicional Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85 e de conformidade com a Lei Municipal n. 1410 de 15 08 dezembro de 2015, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.220,77 (quatro mil, duzentos e vinte reais e setenta e sete centavos), com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Unidade: 01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Projeto/Atividade: 2.029 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Elemento: 4.4.71.00.00.00.03.0000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 4.220,77

Art. 2º. A fonte de recurso para abertura do crédito especial que trata o art. anterior será coberta pela anulação parcial do superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício 2014 na respectiva fonte de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 18 de dezembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2041/2015, de 18 de dezembro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00

Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Decreto n.º 2011/2015	462.000,00
Decreto n.º 2012/2015	7.000,00
Decreto n.º 2013/2015	50.000,00
Decreto n.º 2016/2015	24.500,00
Decreto n.º 2020/2015	115.000,00
Decreto n.º 2021/2015	14.250,00
Decreto n.º 2024/2015	30.000,00
Decreto n.º 2028/2015	6.000,00
Decreto n.º 2030/2015	32.000,00
Decreto n.º 2034/2015	269.600,00
Decreto n.º 2038/2015	5.780,00
Decreto n.º 2039/2015	75.000,00
Decreto n.º 2041/2015	4.720,77
Total	1.727.305,02
Saldo	134.078,32

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

DECRETO 2042/2015

DECRETO 2042, de 30 de dezembro de 2015.

Homologa Inscrições do Processo Seletivo n. 005/2015, de que trata o Edital n. 005, de 26 de novembro de 2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 005, de 26 de novembro de 2015, homologa as inscrições do Processo Seletivo nº 005/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 005/2015, originado pelo Edital n. 005, de 26 de novembro de 2015, conforme abaixo:

Cargo: Agente de Serviços Gerais I

Insc:	Nome	Cargo
3346	KATIA FEDRIGO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
3427	JONEI DE MORAES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
4015	ANTONINHO AMALCABURIO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
4081	RENATO BORDIN	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I

Cargo: Auxiliar Técnico em Edificações

Insc:	Nome	Cargo
3263	LAIANE DAISE FAITA	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES
3331	PAULO ROBERTO DO PRADO	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES
3394	ELIAS ANTONIO DE LIMA	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES
3491	GIOVANI GRAZIANI FERRARI	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES

3516	ADEMIR DE JESUS LIMA	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES
4060	LUCAS DAVID DE AZEVEDO	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES
4080	RONALDO PIOVESAN	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES
4090	RENÂ DICH SIQUEIRA	AUXILIAR TECNICO EM EDIFICACOES

Cargo: Médico Veterinário

Insc:	Nome	Cargo
3282	ISADORA CASSANIGA	MEDICO VETERINARIO
3354	THAIS MICHELLE ANTONIOLLO MULLER	MEDICO VETERINARIO
3395	FELIPE BERNARDON	MEDICO VETERINARIO
3510	SANDRO GIGLIOLI	MEDICO VETERINARIO
3523	SARA FERNANDA RAITHZ JORDÃO	MEDICO VETERINARIO
3748	ANDERSON SECCO	MEDICO VETERINARIO
3770	MAYRA CARRARO DI REGORIO	MEDICO VETERINARIO
3959	LUANA REGINA CAMPIONI	MEDICO VETERINARIO
4045	MORGANA MAIRA BRANDALISE	MEDICO VETERINARIO
4051	SARA HÉLEN ZARTH	MEDICO VETERINARIO
4069	ODAIR JOSÉ PETRY	MEDICO VETERINARIO
4087	CLEVERTON MARCON	MEDICO VETERINARIO
4091	JEAN PIOLI DOS SANTOS	MEDICO VETERINARIO
4110	LETICIA FARINEA POHL	MEDICO VETERINARIO

Cargo: Professor de Educação Musical

Insc:	Nome	Cargo
3437	KEZI DE OLIVEIRA	PROF. DE EDUCACAO MUSICAL
4104	JULIANO DE OLIVEIRA	PROF. DE EDUCACAO MUSICAL

Cargo: Professor de Inglês

Insc:	Nome	Cargo
3305	TAISA BRITO SOUZA	PROF. DE INGLES
3393	ITAMARA FERREIRA	PROF. DE INGLES
3438	JONAS TEODORO DE SOUZA	PROF. DE INGLES
4107	KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERTI	PROF. DE INGLES
4118	VANDREIA SCHREIDER	PROF. DE INGLES
3567	BRUNA PRIMO	PROF. DE INGLES

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 30 de dezembro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 30 de dezembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2043/2016

DECRETO n. 2043, de 04 de janeiro de 2016.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para as licitações na modalidade de Pregão e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e de acordo com a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n. 1386, de 27 de janeiro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem o grupo de Pregoeiros e Equipe de Apoio de Licitações na modalidade de pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito deste Município, a partir desta data.

Gizelle Fornari – Pregoeiro Oficial

Cristiane Bordin Camaroto – 1º Pregoeiro Substituto

Alduir Antonio Mocelin – 2º Pregoeiro Substituto

Equipe de Apoio:

Alessandra Tonial

Djalmo de Andrade

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1709 de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de janeiro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 04 de janeiro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2044/2016

DECRETO 2044, de 04 de janeiro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 32.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.009 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00.03.0010 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.03.0011 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.03.0012 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.03.0010 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.03.0011 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 04 de janeiro de 2016.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2044/2016, de 04 de janeiro de 2016

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2015

Fonte de Recurso 0410 – Convênio de Trânsito Militar

Ativo Financeiro	17.205,05
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	17.205,05
Deduções	
Decreto n.º 2044/2016	12.000,00
Total	12.000,00
Saldo	5.205,05

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

Fonte de Recurso 0411 – Convênio de Trânsito Civil

Ativo Financeiro	15.346,43
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	15.346,43
Deduções	
Decreto n.º 2044/2016	10.000,00
Total	10.000,00
Saldo	5.346,43

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

Fonte de Recurso 0412 – Convênio de Trânsito Prefeitura

Ativo Financeiro	18.985,87
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	18.985,87
Deduções	
Decreto n.º 2044/2016	10.000,00
Total	10.000,00
Saldo	8.985,87

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Aviso de Chamamento Público nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, faz conhecer a todos o Chamamento público para atualização dos registros cadastrais e ingresso de novos interessados em conformidade com art. 34, §1º da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações. O registro cadastral fica permanentemente aberto aos interessados. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital de Chamamento na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Edital de Credenciamento nº 001/2016

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para o Credenciamento será a partir do dia 11 de janeiro de 2016.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde .

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 001/2016

Edital de Pregão Presencial nº 001/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 25/01/2016.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 002/2016

Edital de Pregão Presencial nº 002/2016

Objeto: Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final do lixo no Município.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 25/01/2016.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

LEI 1412/2016

Lei nº 1412, de 08 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a Alteração no Patrimônio Municipal, Autoriza a Alienação e Baixa de Bens Inservíveis para a Municipalidade e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica declarado como inservíveis para uso da Administração Pública Municipal os bens móveis abaixo relacionados, podendo os mesmos serem alienados (vendidos em leilão público).

- TRATOR - MASSEY FERGUSON 4x4 5310 ANO/MOD: 2006 COR: VERMELHO COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1901);
- PLANTADEIRA GIHAL CH 2200 R IAL 2 LINHAS (Reg. Patrimonial nº 1924);
- CONCHA TRASEIRA EM FERRO VERDE PICCIN (Reg. Patrimonial nº 1921);
- GRADE GOBI ARADORA TATU 16 DISCOS (Reg. Patrimonial nº 1936);
- PLANTADEIRA 2 LINHAS VENCETUDO MOD. SA 7300 ANO 1999;
- CARREGADEIRA - MICHEGAN MODELO: 55 III A ANO/MOD: 1977 COR: AMARELA, COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1967);
- CAMINHÃO BASCULANTE - FORD/ 13000 ANO/MOD: 1985/1985, COR: VERDE, COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1969);
- RETROESCAVADEIRA - NEW HOLLAND LB 90 4x4 ANO/MOD: 2006/2007 COR: AMARELA, COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1968);

· EQUIPAMENTOS PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS:

(01 MESA DE VIBRAÇÃO, 03 FORMAS PARA TUBOS, 01 COLUNA, 01 MÁQUINA VIBRATÓRIA DE VIBRADORES FIXOS, 01 CARRO PARA TRANSPORTAR MOLDES EXTERNOS (COM 02 RODAS), 01 PÓRTICO COM GUINCHO DE ELEVAÇÃO)

Art. 2º - Os preços mínimos dos bens a serem leiloados terão como referência inicial o Laudo de Avaliação da Comissão que será nomeada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo-único - Todos os demais critérios, normas e condições para o Leilão serão determinados no Edital Público de Leilão de acordo com a Legislação vigente.

Art. 3º- Fica a Contabilidade do Município autorizada a baixar do Patrimônio Municipal os bens efetivamente vendidos.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 08 de janeiro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 08 de janeiro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI 1413/2016

Lei nº 1413, de 08 de janeiro de 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal Receber por Doação com Encargos Bens Móveis e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal de Erval Velho autorizado a receber por doação com encargos do Ministério da Saúde através da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde conforme Termo de Doação nº 03/2015 de 28 de dezembro de 2015 da Superintendência Estadual em Santa Catarina os veículos abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	PLACA	RENAVAM	ANO/MODELO	VALOR DECLARADO R\$
01	GM/CORSA WIND	JFP4842	730178455	1999/2000	10.534,00
02	FORD/RANGER XL	AJX0775	759218340	2001/2001	27.262,00
03	PEUGEOT/BOXER	MEU9555	955525535	2007/2008	47.410,00

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado empenhar e pagar todas as despesas necessárias para a regulamentação da documentação do referido veículo, inclusive aquelas que tenha ocorrido antes dos recebimento dos mesmos, conforme estabelece a Clausula Primeira do Termo de Doação.

Art. 2º- Os veículos de que trata essa Lei será incorporado ao Patrimônio Municipal, pelo valor declarado acima.

Art. 3º- Fica autorizado o Poder Executivo a quitar todas as despesas necessárias com a remoção dos veículos de Florianópolis para Erval Velho, inclusive despesas com diárias dos motoristas.

Art. 4º- As despesas decorrentes da aplicação da Presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente do Município.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 08 de janeiro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 08 de janeiro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3163/2015

PORTARIA 3163, de 29 de dezembro de 2015.

Exonera Servidor e Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora BARBARA LUANA GOMES ROVEDA, do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria nº 3063, de 02 de março de 2015 e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 29 de dezembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3164/2016

PORTARIA 3164, de 04 de janeiro de 2016.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro à 31 de janeiro de 2016, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Alessandra Tonial	Téc. em Tesouraria	01/03/2014	A	28/02/2015
Ana Claudia Nogueira da Silva	Agente Comunitário de Saúde	09/05/2014	A	08/05/2015
Ana Claudia Piovezan Bof	Aux. de Saúde Bucal	01/03/2014	A	28/02/2015
Angelita P. B. Girardi	Fiscal de Tributos	02/02/2013	A	01/02/2014
Caroliny Bazzi Rissotto	Fisioterapeuta	01/03/2014	A	28/02/2015
Cristiane Bordin Camaroto	Agente Administrativo	03/06/2014	A	02/06/2015
Daniela Foiatto	Psicóloga	02/01/2015	A	01/01/2016
Deonir Ferrari	Operador de Máquinas	07/04/2014	A	06/04/2015
Elenice Ap. Savi	Aux. de Saúde Bucal	01/09/2014	A	31/08/2015
Fabio Trombetta	Motorista	07/01/2015	A	06/01/2016
Flavio Ferrari	Operador de Máquinas	16/08/2014	A	15/08/2015
Franciela Rita Davoglio	Agente Administrativo	05/05/2014	A	04/05/2015
Gelson Claudir Lorenzetti	Técnico Agrícola	02/06/2014	A	01/06/2015
José Angelo Bordin	Médico Veterinário	02/05/2014	A	01/05/2015
Josi Chiamulera	Agente Comunitário de Saúde	14/06/2014	A	13/06/2015
Jussara Christófolli	Agente Comunitário de Saúde	24/04/2014	A	23/04/2015
Luciano de Oliveira	Motorista	07/01/2014	A	06/01/2015
Luis Alberto Saccol	Motorista	15/09/2013	A	14/09/2014
Mario Lourenço de Almeida	Agente de Serviços Externos	17/03/2014	A	16/03/2015
Márcia Rose Ferrari	Agente Comunitário de Saúde	11/07/2014	A	10/07/2015
Marília Mônica Marin	Agente Comunitário de Saúde	14/03/2014	A	13/03/2015
Marisa Dejacometti Piccoli	Engenheira	01/04/2014	A	31/03/2015
Osmar José Stortti	Agente de Serviços Gerais I	02/08/2014	A	01/08/2015
Silvia Leticia Correa	Odontóloga	23/04/2014	A	22/04/2015
Silvana C. F. Herrmann	Odontóloga	13/11/2014	A	12/11/2015
Terezinha F. Savi de Sordi	Agente Comunitário de Saúde	01/08/2014	A	31/07/2015
Vilma Pires Fontana	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de janeiro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3165/2016

PORTARIA 3165, de 04 de janeiro de 2016.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro à 31 de janeiro de 2016, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Celso Antonio Girardi	Motorista	05/12/2014	A	04/12/2015
Charlene Ap. M. Fiorese	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Claudete O. da Silva Piovesan	Professor	18/07/2013	A	17/07/2014
Daniela Terezinha de Mattos	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Dionilde Sutil	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Ducinei Cardozo de Aguiar	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2015	A	01/01/2016
Eliane Pinto Lisot	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Elisiane de Lima de Oliveira	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Elissonia Sutil Mazzetto	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Flavia Aparecida Girardi	Professor	01/08/2014	A	31/07/2015
Francine Assmann	Téc. Atividades Administrativas	02/01/2015	A	01/01/2016
Giceli de Fátima B. Bonadiman	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Giuliana Ganzer	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Jackson Luiz Nunes	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Juliano de Oliveira	Diretor de Cultura	04/02/2014	A	03/02/2015
Laura Taiza Vettori	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Loreli Pinto Giacomini	Professor	24/12/2014	A	23/12/2015
Marcia Carabolante Cofferi	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2015	A	01/01/2016
Marcilei F. da Silva Vettori	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2015	A	01/01/2016
Maria Helena Dahmer Olivo	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Maria Nelci Filippiaki	Agente de Serviços Gerais II	06/03/2014	A	05/03/2015
Marli Ferreira da Silva	Agente de Serviços Gerais II	14/03/2014	A	13/03/2015
Marta Ana Schmidt	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Naimo Balestrin	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Neidy Dayana A. Filippin	Coordenador de Cultura	11/08/2014	A	10/08/2015
Norma Bernart	Professor	01/08/2014	A	31/07/2015
Patricia de Sordi	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Paula Recalcatti Palavro	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Rejane Provensi Barcaro	Assessor Téc.Pedagógico	02/05/2014	A	01/05/2015
Rúbia Bof	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Severino Antonio Parisotto	Coordenador de Cultura	04/02/2014	A	03/02/2015
Simara Pedroso Vettori	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Sonia Regina Silva	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Tamara Rizzotto Favaro	Professor	01/01/2015	A	31/12/2015
Tânia M. Antunes Alberti	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016
Vânia Recalcatti Piovesan	Assessor Tec. Pedagógico	01/03/2014	A	28/02/2015
Vera M. Cezar Borin	Professor	02/01/2015	A	01/01/2016

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de janeiro de 2016.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3166/2016

PORTARIA 3166, de 04 de janeiro de 2016.

Concede férias proporcionais aos servidores conforme especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

Considerando que no mês de janeiro ocorre o período de recesso escolar, razão em que neste período os servidores efetivos da Secretaria de Educação estão em gozo de férias coletivas, a fim de adequar o período de férias com recesso escolar,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias proporcionais de 11/12 a serem gozadas no período de 02 de janeiro de 2016 à 28 de janeiro de 2016, conforme respectivos períodos aquisitivos aos servidores relacionados abaixo:

Funcionário	Cargo	Período Aquisitivo
Carlos Andre Burnier	Motorista	02/02/2015 a 01/02/2016
Solange da Luz	Agente de Serviços Gerais II	02/02/2015 a 01/02/2016
Solide Contini	Agente de Serviços Gerais II	02/02/2015 a 01/02/2016

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2016.

. Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de janeiro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3167/2016

PORTARIA 3167, de 04 de janeiro de 2016.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal em consonância com a Lei de Licitações,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

Titulares:

Gizelle Fornari – Presidente
Alessandra Tonial - Secretária
Cristiane Bordin Camarotto

Suplentes:

Alduir Antonio Mocelin
Djalmo de Andrade
Adriana Galhotto dos Santos

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 04 de janeiro de 2016.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3168/2016

PORTARIA 3168, de 05 de janeiro de 2016.

Exonera Servidor e Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido o Senhor DIEGO TORTELLI, do cargo de Motorista, nível 04, matrícula n.593, nomeado pela Portaria n.1917 de 12 de fevereiro de 2008, lotada no Quadro de Pessoal do Município, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 05 de janeiro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3169/2016

PORTARIA 3169, de 08 de janeiro de 2016.

Nomeia Membros para Integrar Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrar a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis para uso da Municipalidade, conforme relação constante no anexo único desta Portaria:

- * NILSON FATTORI – (Empresário do ramo Mecânica);
- * MARCOS ANTONIO PARMAGNANI– (Empresário do ramo do comércio);
- * JOSÉ CARLOS MARCON – Diretor de Manutenção e Almoxarifado;
- * JOSÉ PRIMO – Funcionário Efetivo (Operador de Máquinas);
- * JOSÉ LINDOMAR RECALCATTI – Funcionário Efetivo (Técnico em edificações).

Art. 2º. Compete a Comissão examinar os bens, procedendo à avaliação dos mesmos e declarar através de laudo seu valor comercial

para ser alienado através de leilão público.

Parágrafo único - Para o bom andamento dos trabalhos, a comissão além de vistoriar os bens poderá solicitar registros e relatórios dos mesmos junto aos departamentos competentes.

Art.3º. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para realização dos trabalhos e entrega do competente laudo ao Senhor Prefeito Municipal.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 08 de janeiro de 2016.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças
ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N. 3169

RELAÇÃO DE VEÍCULOIS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- TRATOR - MASSEY FERGUSON 4x4 5310 ANO/MOD: 2006 COR: VERMELHO COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1901);
- PLANTADEIRA GIHAL CH 2200 R IAL 2 LINHAS (Reg. Patrimonial nº 1924);
- CONCHA TRASEIRA EM FERRO VERDE PICCIN (Reg. Patrimonial nº 1921);
- GRADE GOBI ARADORA TATU 16 DISCOS (Reg. Patrimonial nº 1936);
- PLANTADEIRA 2 LINHAS VENCETUDO MOD. SA 7300 ANO 1999;
- CARREGADEIRA - MICHEGAN MODELO: 55 III A ANO/MOD: 1977 COR: AMARELA, COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1967);
- CAMINHÃO BASCULANTE - FORD/ 13000 ANO/MOD: 1985/1985, COR: VERDE, COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1969);
- RETROESCAVADEIRA - NEW HOLLAND LB 90 4x4 ANO/MOD: 2006/2007 COR: AMARELA, COMBUSTIVEL: DIESEL (Reg. Patrimonial nº 1968);
- EQUIPAMENTOS PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS:
(01 MESA DE VIBRAÇÃO, 03 FORMAS PARA TUBOS, 01 COLUNA, 01 MÁQUINA VIBRATÓRIA DE VIBRADORES FIXOS, 01 CARRO PARA TRANSPORTAR MOLDES EXTERNOS (COM 02 RODAS), 01 PÓRTICO COM GUINCHO DE ELEVAÇÃO)

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2016

DECRETO N º 002/2016

ATUALIZA UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA MUNICIPAL - UFRM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto atualizado, de acordo com o INPC acumulado nos meses de Janeiro a Dezembro de 2015, em 11,28 % a UFRM, a qual passará a valer R\$ 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos).

Parágrafo único: A atualização de que trata este artigo passará a vigorar a partir do dia 01 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

DECRETO Nº 003/2016

DECRETO Nº. 003/2016

PROMOVE A REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º - Em conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e de acordo com a Lei Municipal nº 611/2014, fica promovida a reposição salarial inflacionária nos vencimentos dos Servidores do Município de Flor do Sertão – SC, dos membros do ESF e Agentes políticos do Poder Legislativo e Executivo Municipal, a partir do mês de Janeiro de 2016, em 11,28% (onze virgula vinte e oito por cento), relativamente à inflação medida pelo INPC acumulado no ano de 2015.

Art.2º - O Reajuste de que trata o artigo 1º, é decorrente de reposição salarial estabelecida entre Janeiro a Dezembro de 2015 e será aplicado sobre o vencimento base.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 04 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 169/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, A SER EXECUTADA NA RUA JOSEPHINA LODETTI VASSOLER, BAIRRO SANTA CRUZ, FORQUILHINHA-SC, CONFORME CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO, ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC, DE ACORDO COM O PROGRAMA BADESC CIDADES.

Às oito horas do dia onze do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que os recursos proferidos foram julgados mantendo-se à decisão pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, CREMA ENGENHARIA LTDA, CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, CONSTRUTORA NUNES LTDA, BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES SA, para as 09:00 horas do dia 13 de janeiro de 2016, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 11 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 03/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de janeiro de 2016 às 07:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de janeiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

NOTA DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO 03/PMF/2015

NOTA DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, tornar sem efeitos a publicação feita neste veículo de comunicação no dia 11/01/2016 edição nº 1907, página 142, do Pregão Presencial Nº. 03/PMF/2015, que tem por objeto REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Forquilha/SC, 11 de janeiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0003/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos da educação básica da rede municipal, estadual e alunos com necessidades especiais do município de Fraiburgo, durante os dias letivos do ano de 2016, em conformidade com o Termo de Referência (ANEXO I) e com o Decreto municipal nº 0016/2012 (ANEXO VIII) do Edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 15:00 horas do dia 25.01.2016. Abertura: Às 15:00 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 11 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0148_2015-PMF RP 0106

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0148/2015 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0106/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de gás oxigênio industrial, gás acetileno industrial e gás para solda mig, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de janeiro a abril de 2016, Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a abril de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 28/01/2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 11 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF07_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF07

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: TER-
RAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA ME. OB-
JETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO
DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA ES-
TRUTURADO EM CONCRETO ARMADO, COM ÁREA DE 54,00 M²,
PARA FECHAMENTO LATERAL DO C.E.M SANTO ANTÔNIO, LOCA-
LIZADA NA RUA PRESIDENTE HERMES DA FONSECA, NO BAIRRO
SANTO ANTÔNIO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE
OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUAN-
TITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$
10.558,41 (DEZ MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E
QUARENTA E UM CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 08.01.2016.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 08.01.2016 A 10.03.2016.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRA-
TO E EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO
ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0240/2015 – PMF. MODALI-
DADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0022/2015. RECURSOS: 01.0301

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
FRAIBURGO (SC), 08 DE JANEIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

PORTARIA Nº 0021/2016

PORTARIA Nº 0021, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0031/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALINE APARECIDA FER-
NANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.503.429-
07, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFAN-
TIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de
janeiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0022/2016

PORTARIA N.º 0022, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 0010/2016

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições le-
gais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 0010, de 06 de janeiro
de 2015, que designou representantes titulares e suplentes para
acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos admi-
nistrativos e das atas de registros de preços de todos os órgãos
da administração direta, indireta, autarquias, fundos e fundações
do município de Fraiburgo, corrigindo o nome do 1º suplente dos
representantes da Secretaria de Ação Social, MARIA SIRLENE FLO-
RES BONALDO.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0010,
de 06 de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0023/2016

PORTARIA Nº 0023, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDREA HILDEBRAND DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de janeiro de 2016 até 11 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0024/2016

PORTARIA Nº 0024, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT16PMF07, Processo Administrativo Licitatório nº 0240/2015, Tomada de Preços nº 0022/2015, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de muro em alvenaria estruturado em concreto armado, com área de 54,00 m², para fechamento lateral do C.E.M Santo Antônio, localizada na rua Presidente Hermes da Fonseca, no Bairro Santo Antônio, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXO AO PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 11 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0025/2016

PORTARIA Nº 0025, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Conselheiros Tutelares

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;
Considerando a Lei Complementar nº 072, de 31 de julho de 2006 e suas alterações;
Considerando o ofício de 11 de janeiro de 2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ;
Considerando a resolução nº 18/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2016/2020;
Considerando a ata de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente e seus suplentes, para exercerem função pública honorífica no Município de Fraiburgo, no período de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020:

MEMBROS TITULARES

CLAUDINEI DE OLIVEIRA
ANDRÉ FELIPE SCHUEDA
LUCIANE BEATRIZ DOS SANTOS
CENELÂNDIA VALIM LOPES
VILMA SALETE BRIDI MAFRA

MEMBROS SUPLENTE

ROSANE SALES
VERA LUCIA DE OLIVEIRA
LECILDA GOMES RIBEIRO
JUCIANE DE FATIMA FERNANDES
CLEUDE BIANCHI
ACIR RIBEIRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2015

CLASIFICAÇÃO PRELIMINAR DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2015

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA - 40horas

Nº Inscrição	Candidato
012	Lucia Eckert Madalosso
210	Naira S. B. F. Thomaz
072	Juliana de Abreu
141	Iara dos S. Martins Westrup
091	Mª Goreth de Matos
098	Cristiane Abreu dos Santos
209	Kacilda de Souza
128	Alcina Mª de Souza
040	Tania Maria Vieira
048	Rosinei R. Pereira Lopes
142	Tatiane Agostinho
023	Marilene dos Santos
089	Conceição da S. Pacheco Pereira
149	Rosangela Lemos Delamuta
017	Gisele C. F. Thomaz Voss
067	Amanda Cristina N. Gerchevski
096	Greicy Pacheco Cardoso
160	Josiane Faraco da Luz
155	Joelma de Bona
181	Adriana dos Santos Oliveira
215	Sirlei Pereira de Abreu
090	Gislaine Kelli João
154	Ana Paula Raupp
173	Mirian M. Espindola da Silveira
206	Fabiana Custódio
108	Itamara Meneghel Demetrio
120	Adriana Ilda Torquato
124	Lays Alves dos Anjos
136	Simone Rogalsky
117	Erica Amboni Rocha
192	Fernanda Alves Cândido
166	Sandra Izabel Inácio Pedro
099	Kirley Lisboa
016	Andresa de Oliveira Fernandes
180	Darlene Pires Custódio
024	Ondina Marinet da Silva
041	Otilia D. Rodrigues Stefen
153	Georgina Dornelle Saraiva
167	Querlen B. C. de Oliveira
137	Chirlem Pacheco Cardoso
100	Etielle Pacheco de Sousa
131	Fernanda Benta da Silveira
146	Silvia A. de Souza Soares
211	Mercedes A. de Aguiar
018	Marilete Pinto de Oliveira
132	Janaina Elenir Marcelino
112	Renata Vieira Marcelino
079	Priscila Cunha Maria
081	Daiany Tolentino da Rosa
094	Rosimari Maria da Silva

179	Cristina Farias
135	Lilian Bortolatto Nunes
118	Pietra Gonzales da Silva
195	Verônica Marques de Souza
113	Luana de Lima Araujo
161	Amanda Martins Lourenço
143	Fernanda Aline Martins
178	Bruna Soares de Jesus
148	Lucilene Maciel Alexandre
097	Jéssica Helena C. dos Santos
051	Simone Menezes D. Nascimento
238	Idalimar Madruga Garcia dos Santos
010	Daniela P. Casagrande
177	Chirley Coutinho Domingos
030	Rosinete Cardoso
026	Silvia Regina de Aguiar
104	Bibiana Casulo Jaquet da Silva
032	Ana Paula Prata de Lima Santos
227	Karine Maria Schutz
224	Darllon Aldeir Paez

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
049	Jussandra Lopes
095	Bruna Joana David
031	Adirleia Sousa da Silva
144	Daiane C. M. Martins
121	Vanessa Souza
139	Aline Denise Ferreira
127	Tatiana Inácio Martins
080	Débora Pires Custódio
033	Raiana Kosarevitz
003	Rosiana Rodrigues Cardoso
186	Sheila Cristina J. M. Silveira

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
063	Indiamara Joice de Araujo
198	Jaqueline da Silva Silveira
111	Mônica Cardoso Ribeiro
123	Claudia Marques
196	Luciane Adelino Monteiro
53	Vera Monteiro
043	Mª Inêz Ferreira Martins
045	Vivian de Abreu
070	Carmem da Motta Nunes
218	Shirley N. dos Passos
087	Cristiani Pacheco Freitas Souza
105	Katia de S. Gonçalves de Amorim
106	Josiane Terezinha G. de Souza
122	Glauce de Cassia T. Fogaça
037	Vanessa da S. João Gonçalves
130	Mariane Furtado Nascimento
174	Renata R. de Souza Soares
077	Edinete Lemos
187	Elizandra Celina da Silva
234	Liliane Gomez Wasem
197	Angela Maria Zanelato
056	Rosimere da Silveira

054	Joyce Ferreira Rosa
134	Maria Cristina de Abreu
217	Jaqueline B. Santana da Silveira
008	Osana Vieira
176	Tatiane P. Texeira da Rosa
057	Naiane da Silveira Severino
052	Clarissa Rodrigues Veronese
019	Vanessa Ojeda da Rocha
028	Márcia Regina dos Anjos
093	Valdirene R. Estevão Silveira
115	Santa Laura Martins
015	Rozane Fátima Torres Koch
036	Charlene Pacheco de Lima
171	Damaris Maiocchi
059	Angelica de Amorim Constante
191	Ana Alice da Silva Freitas
156	Marilisa Menezes
229	Paula Geraldine da Costa Lazzarini

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
086	Carulina Medeiros Duarte
231	Sandra Regina Silveira
152	Sheila Ruschel
005	Sônia Regina de Souza Gonçalves
205	Simoni de Sousa Crescencio
027	Eva Antoria Almeida
029	Jucimere Terezinha Lopes
226	Doraci Vieira
221	Eliana de Castro Silva
078	Leandra Carine da Costa
061	Juliana Muchalowski Borges

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ CONTAÇÃO DE HISTÓRIA – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
098	Cristiane Abreu dos Santos
159	Mª Madalena Ponciano Torres
129	Tais Minae Gomes Massuda
022	Gabriela Mandelli Garbelotto

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
031	Adirleia Sousa da Silva
092	Joyce Grazielle Kwiatkowski

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ CONTAÇÃO DE HISTÓRIA – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
043	Mª Inêz Ferreira Martins

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
039	Nathália de Oliveira Santos
061	Juliana Muchalowski Borges

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ MUSICALIZAÇÃO – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
129	Tais Minae Gomes Massuda

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ MUSICALIZAÇÃO – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
021	Heloiza F. de Oliveira

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
126	Aniele dos Santos Abreu
039	Nathália de Oliveira Santos

084	Felipe de Paula Dias
-----	----------------------

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
065	Eliete Serafini
060	Antônio de R. Sampaio Junior
212	Ricardo Teixeira Ferreira
118	Pietra Gonzales da Silva
047	Guilherme Castro Carvalho
194	Daniel Marcelino Rabello
182	Mirele Monguilhott
213	Mariana Barbosa Drago
073	Willian Vargas Paes
168	Zulmar L. Amorim II
204	Ana Maria Von Hoonholtz
068	Ruy Castro Silveira
013	Monique de Souza Santos
163	Tatiane do N. Oliveira
223	Roberto Colling Nardon
145	Mª Cristina Cândido da Silva
239	Jean Garcia dos Santos

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 30horas

Nº Inscrição	Candidato
102	Alvaro F. Carvalho Alvares

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
184	Eliane Pacheco da Silva
125	Bruna de Souza
133	Patricia de Toledo Ramos
006	Adriana Teixeira Fraga
185	Bruno Saraiva Lopes
151	Andrea Soares Bivanco

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 10horas

Nº Inscrição	Candidato
204	Ana Maria Von Hoonholtz

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA P/ EXPRESSÃO CORPORAL – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
213	Mariana Barbosa Drago
163	Tatiane do N. Oliveira

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA P/ EXPRESSÃO CORPORAL – 30horas
Sem inscritos**CARGO: PROFESSOR DE ARTES – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
046	Gislaine Nair Vieira
014	Thiago Antunes

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
158	Isabel Cristina Santos
228	Andrea Mª do Nascimento
235	Aloiso de Mello Filho - Indeferido

CARGO: PROFESSOR DE ARTES – 30horas

Nº Inscrição	Candidato
150	Nidia Di Paula Batalha

CARGO: PROFESSOR DE ARTES – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
--------------	-----------

074	Joseane A. do Nascimento
103	Celso José Barbosa de Souza
066	Cláudia Pires Bento Lobo
170	Mª de Fátima D. Pacheco
229	Paula Geraldine da Costa Lazzarini
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
021	Heloiza F. de Oliveira

CARGO: PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ARTES – 10horas

Nº Inscrição	Candidato
150	Nidia Di Paula Batalha
085	Elza Helena S. H. de Souza
066	Cláudia Pires Bento Lobo
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
228	Andrea Mª do Nascimento

CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
192	Fernanda Alves Cândido
069	Betina Lorensi Lopes
203	Joise Luiz Bento
201	Kasiara Dias

CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 30horas

Nº Inscrição	Candidato
200	Adriana Regina Tomé

CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
126	Aniele dos Santos Abreu
138	Ândrea Jeanine Tecchio
157	Camila Cristina Rodrigues
039	Nathália de Oliveira Santos
169	Suelen Pienis

CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 10horas

Nº Inscrição	Candidato
192	Fernanda Alves Cândido
203	Joise Luiz Bento

CARGO: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
192	Fernanda Alves Cândido
203	Joise Luiz Bento

CARGO: PROFESSOR GEOGRAFIA – 10horas

Nº Inscrição	Candidato
226	Doraci Vieira

CARGO: PROFESSOR HISTÓRIA – 10horas

Nº Inscrição	Candidato
220	Mauricélia T. Albuquerque
023	Marilene dos Santos
085	Elza Helena S. H. de Souza
066	Cláudia Pires Bento Lobo
232	Renata Silvana de Carvalho
226	Doraci Vieira

CARGO: PROFESSOR CIÊNCIAS – 10horas

Nº Inscrição	Candidato
119	Manoel dos P. Matias Pereira
150	Nidia Di Paula Batalha
236	Jussara Mª Araujo Manenti

SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
091	Mª Goreth de Matos

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA – 20horas

Nº Inscrição	Candidato
119	Manoel dos P. Matias Pereira
184	Priscilla Marcelino Martins

SEM HABILITAÇÃO

Nº Inscrição	Candidato
231	Sandra Regina Silveira
236	Jussara Mª Araujo Manenti

CARGO: NUTRICIONISTA – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
082	Taize da Silva Aguiar
216	Gabriela da Silva Abreu Silveira

CARGO: PSICOLOGO – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
076	Flora Curia Gomes
188	Karyni Cardoso Teixeira
062	Fábio Borges

CARGO: FONOAUDIOLOGO – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
230	Micheli Machado

CARGO: MOTORISTA – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
202	João Batista de Souza Dias
011	Edson do Nascimento
009	Alexandre José Pereira
007	Anderson da Silva
001	Batista Santana
038	Elton Filipi Coelho
199	Rondinelli Miranda Sanseverino
190	Érico Zanini Feitosa
020	Mário Sérgio dos S. Pereira
237	Carlos Adriano da Silva Dutra
083	Atanásio Gonçalves Filho
225	João Alexandre Junckes de Souza

CARGO: MERENDEIRA – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
109	Andrea de Amorim Carlsem
116	Daniele Lingner Oscar
055	Zelina A. Soares de Freitas
207	Eliane Bento
114	Mª Madalena T. Puchalski
193	Luciana do Nascimento
165	Rosélia do N. Oliveira
183	Gislei Aparecida da C. Campos

CARGO: SERVENTE – 40horas

Nº Inscrição	Candidato
110	Iara Santos
240	João Daniel Marques
034	Lisiane Duarte
241	Volnei de Souza
219	Rosimaria Rodrigues
214	Meryvone Mª Cardoso
044	Valcira de Medeiros
035	Amarildo Rodrigues

147	Mª Salete Vieira de Souza
208	Neide Custódio Machado
140	Rozineia P. Machado da Rosa
164	Zilma dos S. Abreu
071	Malvina Soares Estácio
107	Dalva Maria da Rocha
025	Mercedes Batista Cardoso
050	Maurina Gonçalves
058	Juliana Zilli Valnier
101	Carmina Amorim
06.4	Regina Sebastião Dias
175	Sílvia Alves Flor
002	Maria Laura Martins
162	Sebastiana de Oliveira
222	Lidia Santana Soares da Silva
088	Edemir Torquato
233	Rosa Maria Furtado Scheidt
004	Rosilei de Paula
042	Elizabete Pereira

Garopaba, 11 de janeiro de 2016.

Publicada a presente Classificação Preliminar no DOM/SC em 12/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ERRATA Nº 02 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2015

ERRATA N.º 2: Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2015.

Na LISTA DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2015 DEFERIDOS E INDEFERIDOS, onde se lê:

CARGO: TÉCNICO DE RAIO-X

Neylor Cravo Cardoso	INDEFERIDO
----------------------	------------

Leiam-se:

CARGO: TÉCNICO DE RAIO-X

Neylor Cravo Cardoso	DEFERIDO
----------------------	----------

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 11 de janeiro de 2016

Honorato Timóteo Pacheco
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 12/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 007/2016; DL nº. 001/2016; Contratada: LIMA & LIMAADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA ME; CNPJ: 20.194.970/0001-82; Objeto: Locação de imóvel comercial localizado na Rua Trinta de Dezembro, s/n, centro, Garopaba, SC, para uso das Secretarias de Administração, Planejamento Territorial e Meio Ambiente e Turismo e Esportes.; Valor Total: R\$ 116.451,62 (Cento e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos). Data da Assinatura: 12/01/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 001/2016. Processo nº 007/2016; LOCATARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. LOCADORES: LIMA & LIMA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA ME, inscrito no CNPJ sob o nº. 20.194.970/0001-82 E LATINA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.414.875/0001-04; Objeto: Locação de imóvel comercial localizado na Rua Trinta de Dezembro, s/n, centro, Garopaba, SC, para uso das Secretarias de Administração, Planejamento Territorial e Meio Ambiente e Turismo e Esportes. Valor: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) mensal, perfazendo o valor total do contrato em R\$ 116.451,62 (Cento e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos). Data da Assinatura: 11/01/2016.

PORTARIA 062/2015

PORTARIA N.º 062, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RONYE PAES, Matrícula Funcional n.º 3815, referente a 2014/2015, no período de 11/01/2016 a 09/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 11/01/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA 066/2015

PORTARIA N.º 066, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETARIO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, CPF n.º 007.436.769-20, para responder interinamente e com ônus, pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 11/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar a partir de 11/01/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 057/2016.

PORTARIA N.º 057, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO ELEITO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, o(a) Senhor(a) JUCIARA DOS SANTOS DE SOUZA, CPF n. 854.399.759-34, candidato(a) selecionado(a) através de Processo Eletivo, para a Função Pública de Conselheiro Tutelar, a ser empossado(a) em 10/01/2016, como membro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Garopaba.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 02/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, INCLUINDO MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/01/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 22/01/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 03/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/01/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 22/01/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL 01/2006 ADM GERAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001-2016

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ - SC torna público o EDITAL Nº 001/2016 que abre as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 12 de Janeiro de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município Grão-Pará/SC: (www.graopara.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da FAEPEL: (www.faepesul.org.br/concursos).

Grão-Pará - SC, 12 de Janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

EDITAL PR 02/2016 FISIOTERAPIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará
Estado de Santa Catarina
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 02/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2016-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 28/01/2016, às 14:00 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 11 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 01-2016

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 10/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2016-PR

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARTESANATO JUNTO AOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO. Data e Horário de Abertura: 26/01/2016, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 11 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL 002 2016 - FAMGP

A FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP torna público o EDITAL Nº 002/2016 que abre as inscrições para o CONCURSO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL. O Edital completo estará disponível a partir do dia 12 de Janeiro de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município Grão-Pará/SC: (www.graopara.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da FAEPEL: (www.faepesul.org.br/concursos).

Grão-Pará - SC, 12 de Janeiro de 2016.

ALEXANDRE BONIN BAGGIO	AMILTON ASCARI
Superintendente	Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL 003 2016 - PROCESSO SELETIVO - SAÚDE

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ - SC torna público o EDITAL Nº 003/2016 que abre as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para atuar nos Programas de Saúde da Família - PSF do Município de Grão-Pará-SC a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 12 de Janeiro de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município Grão-Pará/SC: (www.graopara.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da FAEPEL: (www.faepesul.org.br/concursos).

Grão-Pará - SC, 12 de Janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL 004 2016 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ - SC torna público o EDITAL Nº 004/2016 que abre as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento temporário em cargos do Magistério Público Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 12 de Janeiro de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município de Grão-Pará/SC: (www.graopara.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da FAEPEL: (www.faepesul.org.br/concursos).

Grão-Pará - SC, 12 de Janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 16.16 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 21/16, Edital de Pregão Presencial Nº 16/16. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Materiais de Construção; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 25/01/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 25/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 17.16 SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 22/16, Edital de Pregão Presencial Nº 17/16, Objeto: SERVIÇOS COM CAMINHÃO PLATAFORMA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS – REGISTRO DE PREÇOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 26/01/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 26/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 18.16 AQUISIÇÃO DE TINTA E MÃO-DE-OBRA ESCOLA PADRE ALFREDO KASPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 23/16, Edital de Pregão Presencial Nº 18/16. Objeto: Aquisição de Tintas e Materiais e mão-de-Obra para Pintura da Escola Municipal Padre Alfredo Kasper; recebimento de propostas até às 10 horas do dia 26/01/16; a abertura do Edital será às 10 horas do dia 26/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 19.16 MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA ESCOLAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 24/16, Edital de Pregão Presencial Nº 19/16, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 27/01/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 27/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA Nº 056/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESTITUIR por Término de Mandato, a Senhora ROSIMÉRI VARGAS LATENIKI (Matr. 3558), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, a partir de 09 de Janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2016

PORTARIA Nº 057/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESTITUIR por Término de Mandato, a Senhora ANTONIA SERLI LUCIAN DE FIGUEIREDO (Matr. 3629), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, a partir de 09 de Janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIA Nº 058/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESTITUIR por Término de Mandato, a Senhora MARCIA DOS SANTOS (Matr. 3559), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, a partir de 09 de Janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESTITUIR por Término de Mandato, o Senhor MARIO ANTONIO MARCON (Matr. 3557), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, a partir de 09 de Janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESTITUIR por Término de Mandato, o Senhor SIDNEY DE LIMA (Matr. 3678), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, a partir de 09 de Janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA Nº 061/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESTITUIR por Término de Mandato, o Senhor DIEGO DALAGNOLI (Matr. 4057), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, a partir de 09 de Janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2016

PORTARIA Nº 062/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora CLARISSE SIMON (Matr. 4183), a partir de 11 de janeiro de 2016, aprovada e classificada em 9º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro Específico de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei Complementar Nº. 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2016

PORTARIA Nº 063/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 954/2015, da Servidora MARGIANE APARECIDA MARTINS (Matr. 1090), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período

aquisitivo compreendido entre 02 de fevereiro de 2014 e 01 de fevereiro de 2015, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2016

PORTARIA Nº 064/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 711/2015, da Servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de junho de 2013 e 02 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 065/2016

PORTARIA Nº 065/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 711/2015, da Servidora TATIANA SAUCEDO (Matr. 2798), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2013 e 30 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2016

PORTARIA Nº 066/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 880/2015, da Servidora ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA (Matr. 3022), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de março de 2014 e 08 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA Nº 067/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 735/2015, da Servidora MAIRA JACIARA R. DE MORAIS DORÉ (Matr. 3392), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de novembro de 2013 e 15 de novembro de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 19 (dezenove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 631/2015, da Servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante em Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 23 de junho de 2013 e 22 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA Nº 069/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora LILIAN TANIA AMORIM (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 11 de janeiro de 2016 a 03 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2016

PORTARIA Nº 070/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 404/2015, da Servidora NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matr. 3062), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Diretora de Gestão e Administração, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de julho de 2013 e 27 de julho de 2014, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0148/2016**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0148/2016

"Concede Progressão Funcional a Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências".

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional ao servidor ALAN LUCAS DE ALMEIDA, portador da CI nº 11/R 3.427.613 - SSP-SC, CPF sob nº 949.983.709-44, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Contador, Nível – 8, Referência "A", para o Nível-8, Referência "B" constante do Anexo VI-Quadro Permanente de Pessoal, conforme dispõe a Lei Complementar nº 287/2011.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 04 de janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0149/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0149/2016

"Concede Progressão Funcional a Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências".

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional ao servidor JEFERSON ALFREDO MENDONÇA, portador da CI nº 11/R- 2.146.524 - SSP-SC, CPF sob nº 780.714.539-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 5, Referência "A", para o Nível-5, Referência "B" constante do Anexo VI-Quadro Permanente de Pessoal, conforme dispõe a Lei Complementar nº 287/2011.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 04 de janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0150/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0150/2016 (Republicação)

"Concede revisão geral anual nos vencimentos dos Servidores Públicos e Comissionados do Poder Legislativo Municipal de Herval d'Oeste – Estado de Santa Catarina e dos agentes políticos do Poder Legislativo a título de reposição salarial e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a revisão anual geral no percentual de 11,27% (Onze vírgula vinte e sete

por cento) aos servidores públicos da Câmara Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, ocupantes de cargos efetivos, comissionados e contratados, bem como aos agentes políticos do Poder Legislativo, considerando as perdas inflacionárias (INPC/IBGE) do período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Art. 2º A reposição de que trata a presente resolução será aplicada sobre o vencimento a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 04 de Janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0151/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0151/2016

“Concede férias à Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica”

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, ao servidor JEFERSON ALFREDO MENDONÇA, portador da CI nº 11/R-2.146.524 - SSP-SC, CPF sob nº 780.714.539-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 5, Referência “B”, constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal no período de 01 de fevereiro de 2016 a 02 (dois) de março de 2016, referente ao período aquisitivo de 10 (Dez) de Janeiro de 2015 a 09 (Nove) de Janeiro de 2016.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 08 de janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Presidente

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 062 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL DE EXPEDIENTE

PROCESSO Nº. 344/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2015 – MULTIENTIDADES
REGISTRO DE PREÇO
Prefeitura Municipal de Ilhota
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Educação
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Esporte
Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, conforme Anexo I do Edital.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 26/01/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/01/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes. OBS: pela grande quantidade de itens, essa licitação poderá ocorrer em 2 dias, tendo o início da sua continuidade no dia 27/01/16 às 09:30 horas.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

OBSERVAÇÃO: Do dia 04/01/2016 à 15/01/2016 a prefeitura estará fechada, mas o setor de licitações manterá expediente normal, das 08:00 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas. Caso algum interessado necessite de atendimento presencial nesse período, basta ligar no Telefone: (0xx47) 3343-8824, ou agendar a data para atendimento no email: licitacao@ilhota.sc.gov.br e alex.compras@ilhota.sc.gov.br.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 12 de janeiro de 2016.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 249, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 249, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006 e na Lei nº 3.083, de 13 de abril de 2007, e

CONSIDERANDO a solicitação no Processo nº 22119/2015, de 18/22/2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Contribuintes, para um período de 02 (dois) anos, os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo:

1. Titular Osmarina Teixeira Machado do Carmo;

1.1. Suplente: Cleber de Melo.

2. Titular: Eraldo Bittencourt Mota;

2.1. Suplente: Cristiano Abílio João

II – Representantes da ACIM - Associação Empresarial de Imbituba:

1. Titular: Andreia Leydeane Miranda;

1.1. Suplente: Daniela de Souza Inácio Raimundo.

III – Representantes da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba:

1. Titular: Paulo Sérgio Martins;

1.1. Suplente: Marcos Luiz de Assis.

IV – Representantes da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil:

1. Titular: Felipe Ribeiro Marins;

1.1. Suplente: Michel Pereira Frausino.

V - Representantes do Poder Legislativo:

1. Titular: Tatianne de Bona;

1.1. Suplente: João Floriano.

VI – Representantes do CRC – Conselho Regional de Contabilidade:

1. Titular: Nil Marlene Arantes;

1.1. Suplente: Jair Figueiredo Alves.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 225, de 23 de novembro de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnini

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

RESOLUÇÃO CMC Nº 01, de 01 de abril de 2015.

INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

O Conselho Municipal de Contribuintes de Imbituba, nos termos do Art. 202, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes de Imbituba, Estado de Santa Catarina, segundo as normas que seguem, complementadas pelos dispositivos aplicáveis contidos na legislação municipal:

CAPITULO I

DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da Finalidade

Art. 2º O Conselho Municipal de Contribuintes, órgão de caráter deliberativo, nos termos da Seção III, Subseção I, Capítulo V, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, tem por finalidade o julgamento dos recursos administrativos-tributários em segunda instância, a saber:

I - Recurso ordinário;

II – Pedido de Esclarecimento;

III – Pedido de Reconsideração.

Seção II

Da Organização

Art. 3º O Conselho é composto de 07 (sete) Conselheiros titulares e 07 (sete) suplentes, das mesmas representações, sendo:

I - um representante da Associação Empresarial de Imbituba;

II - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba;

III - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

IV - um representante do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

V - dois representantes do Poder Executivo, escolhido dentre servidores municipais versados em assuntos fazendários; e

VI - um representante do Poder Legislativo.

Art. 4º A presidência do Conselho será exercida por pessoa escolhida entre os membros titulares, através de votação secreta e eleita pelo maior número de votos, e nomeado pelo Prefeito Municipal, cabendo-lhe as atribuições definidas na Seção I do Capítulo II deste Regimento.

Art. 5º Perderá o cargo o Conselheiro que faltar a três sessões consecutivas, sem motivo justificado, ou a oito alternadas, durante cada ano, salvo concessão de licença.

CAPITULO II

DA COMPETÊNCIA E DOS IMPEDIMENTOS

Seção I

Da Competência

Art. 6º Compete ao Conselho:

I - conhecer e julgar os recursos administrativos tributários em segunda instância;

II - fazer baixar em diligências os processos, ordenando perícias, vistorias ou prestação de esclarecimentos, bem como determinar o saneamento de falhas, irregularidades, incorreções e omissões, indispensáveis à apreciação dos recursos;

III - elaborar, aprovar e alterar o seu regimento Interno;

IV - resolver os casos omissos.**Art. 7º Ao Presidente do Conselho, compete:**

- I - convocar e presidir as sessões, manter a ordem dos trabalhos, resolver as questões de ordem e apurar as votações;
- II - dirigir os trabalhos do Conselho;
- III - representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;
- IV - convocar as sessões extraordinárias do Conselho nos termos deste Regimento, de acordo com a necessidade dos serviços;
- V - comunicar à autoridade competente, de ofício ou a requerimento de qualquer Conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios, em processo submetido a julgamento do Conselho;
- VI - despachar o expediente do Conselho;
- VII - despachar os pedidos que versem sobre matéria estranha à competência do Conselho, inclusive os recursos não admitidos por Lei, determinando a devolução dos processos às repartições competentes;
- VIII - conceder licença aos componentes do Conselho em caso de doença, ou quando solicitada para qualquer fim;
- IX - comunicar ao Prefeito Municipal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o término do mandato dos Conselheiros, titulares e suplentes;
- X - elaborar e apresentar anualmente ao Secretário Municipal de Fazenda e ao Prefeito Municipal relatório circunstanciado dos trabalhos realizados pelo Conselho;
- XI - proceder à distribuição dos processos;
- XII - comunicar ao Chefe do Poder Executivo a falta de comparecimento de qualquer Conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou a 08 (oito) alternadas, durante cada ano, salvo concessão de licença na forma prevista neste Regimento, para efeito de nomeação de substituto;
- XIII - apreciar as arguições de impedimentos ou suspeições dos membros do Conselho;
- XIV - homologar os pedidos de desistência formulados pelos recorrentes;
- XV - apreciar pedidos dos Conselheiros, ou do Representante da Fazenda, referentes à prorrogação de prazos para julgamento de processos;
- XVI - cumprir e fazer cumprir este regimento.

Art. 8º Ao Secretário Geral compete:

- I - secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
- II - dirigir o expediente da Secretaria.
- III - secretariar as sessões do Conselho e preparar as pautas de distribuição e julgamento de processos;
- IV - distribuir os processos ao Relator;
- V - encaminhar os processos com vista ao Representante da Fazenda e aos Conselheiros;
- VI - dar baixa nos processos devolvidos pelo Representante da Fazenda ou pelos Conselheiros;
- VII - preparar e encaminhar para julgamento ou despacho do Presidente os processos e demais expedientes;
- VIII - expedir notificações, intimações e ofícios;
- IX - receber e organizar as correspondências do Conselho, bem como os processos;
- X - distribuir papéis, registrando o seu andamento, até a solução final;
- XI - preparar extratos de publicação;
- XII - fazer afixar, ou publicar, as pautas de julgamento e as ementas de acórdãos do Conselho;
- XIII - fazer retornar à repartição competente os processos julgados ou findos, para cumprimento das decisões proferidas;
- XIV - manter coletânea atualizada de Leis, Decretos e Regulamentos de matérias tributárias, bem como fichário da jurisprudência do Conselho;
- XV - expedir Certidões.
- XVI - intimar a parte contrária para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação, após remessa dos autos à

Fazenda Pública, sempre que exitosa diligência à autoridade notificante com a juntada de novos documentos e ou novas informações.

Art. 9º Aos Conselheiros compete:

- I - relatar os processos que lhes forem distribuídos;
- II - proferir o voto nos julgamentos;
- III - redigir acórdãos;
- IV - solicitar ao Presidente diligências necessárias à instrução dos processos que relatarem;
- V - solicitar vistas de processos, com suspensão ou adiamento de julgamento, para exame e apresentação do voto em separado;
- VI - sugerir medidas de interesse do Conselho;
- VII - apreciar a arguição de impedimento do Presidente, cabendo ao Vice-Presidente presidir o ato de julgamento de impedimento e proferir o seu voto.

Art. 10. No caso de licença, suspeição, impedimento ou impossibilidade de comparecimento a qualquer sessão, o Conselheiro deverá comunicar o fato ao seu suplente, convocando-o para substituição.

Seção II**Dos Impedimentos e da Suspeição**

Art. 11. Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes ficam impedidos de atuar em processos:

- I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;
 - II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que seja titular, sócio, acionista, membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;
 - III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;
 - IV - que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.
- Parágrafo Único – O impedimento poderá ser arguido por quaisquer partes, bem como pelos membros deste Conselho, até o início da sessão de julgamento.

Art. 12. Poderá o Conselheiro dar-se por suspeito por motivo relevante de ordem geral ou íntima, cuja apreciação caberá ao Presidente do Conselho.

CAPITULO III**DA ORDEM DOS TRABALHOS****Seção I****Do Funcionamento do Conselho**

Art. 13. O Conselho realizará sessões ordinárias e extraordinárias. § 1º As sessões ordinárias serão realizadas, quinzenalmente, em dia e hora a serem fixados.

§ 2º As sessões extraordinárias serão realizadas em dia e hora fixados pelo Presidente do Conselho, conforme a necessidade.

§ 3º O Calendário das reuniões ordinárias será remetido à Secretaria Municipal da Fazenda para conhecimento e devida publicação.

Seção II**Do Preparo para o Julgamento**

Art.14. Os recursos encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes deverão ser entregues com a documentação completa e com as folhas devidamente numeradas.

Art. 15. O recurso deverá conter expressamente a numeração atribuída ao processo de primeira instância.

Parágrafo único. O pedido de Esclarecimento e o Pedido de Reconsideração serão processados nos mesmos autos do Recurso Ordinário e distribuídos diretamente ao relator do acórdão cujo esclarecimento ou reconsideração for requerido.

Art. 16. Na instrução do processo serão obedecidas as seguintes normas:

I - as folhas do processo devem ser devidamente numeradas e rubricadas a tinta, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres dispostos em ordem cronológica de protocolo;

II - qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

III - em caso de referência a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á também a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

IV - qualquer novo documento juntado ao processo deve ser numerado e rubricado, continuando a numeração do processo;

V - os despachos, informações e quaisquer atos processuais deverão:

a) ser escritos em linguagem clara, correta, concisa, precisa e isenta de acrimônia ou parcialidade;

b) ser legíveis, sem emenda ou rasuras;

c) ser fundamentados;

d) conter a identificação do servidor, do órgão em que tem seu exercício, data e assinatura.

Art. 17. Recebido o recurso pelo Conselho, será dado vista dos autos ao Representante da Fazenda para manifestação e não sendo o recurso de iniciativa do sujeito passivo interessado, a parte contrária será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, querendo, suas contra-razões.

Art. 18. Encerrado o prazo do artigo anterior, será promovida, em sessão e por sorteio, a distribuição dos processos ao relator que deverá, na sessão seguinte, solicitar pauta para julgamento ou pedir as diligências que entender necessárias.

Parágrafo Único – Restando exitosa diligência à autoridade notificante com a juntada de novos documentos e ou novas informações, o feito será remetido à Fazenda Pública e, após, será intimada a parte contrária para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação.

Art. 19. As pautas de julgamento serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo também afixadas no mural de entrada da Prefeitura, indicando, para cada caso:

I - número do protocolo;

II - nome do recorrente;

III - nome do Procurador do Recorrente, se houver;

IV - nome do Relator;

V - local, data e hora da sessão.

Art. 20. O recorrente poderá intervir no processo:

I - pessoalmente ou por intermédio de procurador;

II - por seus dirigentes legalmente constituídos;

§ 1º A intervenção de dirigentes ou de procurador não produzirá efeito se, no ato, não for feita a prova de que os mesmos são detentores dos poderes de representação;

§ 2º Às partes interessadas é facultada vistas dos autos, vedada sua retirada e permitido o fornecimento de cópias por solicitação do interessado;

§ 3º O interessado arcará com o custo de reprodução das partes dos autos que solicitar.

Seção III

Das Sessões

Art. 21. As sessões do Conselho serão públicas, em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 22. O Julgamento dos processos exigirá a presença dos 6 (seis) conselheiros.

§ 1º Aberta a sessão e não havendo quorum para julgamento, aguardar-se-á por 20 (vinte) minutos, e, em persistindo a situação, o Presidente encerrará os trabalhos.

§ 2º O Conselheiro Titular, nas hipóteses previstas neste regimento, poderá ser substituído pelo seu suplente, valendo a presença deste para composição do quorum indicado no caput.

Art. 23. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta.

Art. 24. A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

I - julgamento dos Processos;

II - apreciação de redução a termo de acórdãos;

III - leitura do expediente e sorteio de processos;

IV - assuntos gerais de competência do Conselho.

V - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

§ 1º As atas serão assinadas pelo Presidente e pelos Conselheiros.

§ 2º O Relator, o Representante da Fazenda, o Contribuinte ou seu Procurador, poderão requerer preferência de julgamento ao Presidente.

Art. 25. O julgamento poderá ser adiado, mediante declaração do Presidente da sessão:

I - a pedido do relator;

II - se o pedir, pela primeira vez, o Representante da Fazenda ou o Contribuinte, antes de iniciada a sessão, em requerimento acompanhado de prova de justo impedimento;

III - sobrevindo o pedido de desistência.

Art. 26. Anunciado o feito a ser julgado, o Presidente concederá a palavra ao relator para proceder a leitura do relatório, na sequência terá início a discussão.

§ 1º Nenhum julgamento far-se-á sem a presença do Presidente do Conselho.

§ 2º Salvo nos casos de impedimento, licença ou suspeição, o relator não poderá ser substituído pelo seu suplente no julgamento do processo, devendo o feito ter o julgamento adiado para a próxima sessão.

Art. 27. Qualquer questão preliminar ou prejudicial suscitada no julgamento será decidida antes do mérito, não se conhecendo deste, se incompatível com a decisão daquela.

§ 1º Versando a preliminar sobre a nulidade suprável, o Conselho converterá o julgamento em diligência, cumprindo ao Presidente ordenar a remessa dos autos ao órgão competente, para que este supra a nulidade.

§ 2º Rejeitada a preliminar ou prejudicial, ou se com elas não for incompatível a apreciação do mérito, seguirá a discussão e julgamento da matéria principal, e sobre esta deverão pronunciar-se os Conselheiros vencidos na preliminar.

Art. 28. Concluídos o relatório e os debates iniciais, o sujeito passivo e o Representante da Fazenda poderão fazer uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, com direito a réplica por 05 (cinco) minutos.

Parágrafo Único: A sustentação oral deverá ser requerida ao Presidente, antes de iniciado o julgamento.

Art. 29. Findos os debates, terá início a votação, com o voto do Relator, o qual não poderá ser interrompido.

§ 1º Em discussão o voto do Relator, os Conselheiros poderão falar uma primeira vez, afirmando, de logo, o respectivo voto.

§ 2º Depois do pronunciamento do último Conselheiro, intervindo na discussão, o Relator poderá usar da palavra para sustentar ou modificar suas conclusões.

§ 3º Em seguida poderão os demais Conselheiros voltar a usar da palavra, igualmente, para sustentar ou modificar suas conclusões.

§ 4º Mesmo ausente na sessão em que houve a exposição da causa pelo Relator, o Conselheiro poderá votar na sessão de retomada de votação interrompida por pedido de vista, ou nas subsequentes.

§ 5º Na retomada de votação interrompida de sessão anterior, havendo mudança na composição do Conselho, o Conselheiro que não ouviu a leitura do relatório poderá solicitar ao Presidente, se não se sentir suficientemente esclarecido para votar, que determine a releitura.

Art. 30. Os Conselheiros falarão sempre sem limitação de tempo e nenhum se pronunciará, sem que o Presidente lhe conceda a palavra, nem aparteará o que dela estiver usando, salvo expresso consentimento, podendo o Presidente, em caso de eventual diálogo generalizado na discussão, apelar pela ordem de suspender, temporariamente a sessão.

Art. 31. Com exceção do Relator, o Conselheiro que não se considerar suficientemente esclarecido sobre a matéria, poderá pedir vista do processo, suspendendo-se o julgamento.

§ 1º O suplente que estiver substituindo o conselheiro titular na sessão será o último a votar ou pedir vista do processo.

§ 2º O conselheiro que pedir vista dos autos, deverá apresentá-lo na sessão seguinte para a continuidade do julgamento, proferindo o seu voto.

Art. 32. Antes de proclamada a decisão, qualquer Conselheiro, pedindo a palavra pela ordem, poderá modificar o seu voto já proferido.

Art. 33. Concluída a votação, os votos serão consignados na Ata de Julgamento, que acompanhará os autos.

Art. 34. Os votos fundamentados por escrito e em separado, serão juntados ao processo na sessão em que forem proferidos.

Art. 35. Ainda que ausente na sessão, o Conselheiro poderá ser sorteado a relatar, devendo o processo lhe ser encaminhado pela secretaria.

Parágrafo Único – Os processos que o Conselheiro Titular se der por impedido ou suspeito serão redistribuídos.

Art. 36. Permanecerão em pauta os processos dos quais se tenha concedido vista, que não foram julgados por falta de "quorum" ou exiguidade de tempo, ou cujo julgamento haja sido suspenso por qualquer outro motivo.

Art. 37. O julgamento do pedido de esclarecimento dar-se-á na sessão subsequente ao recebimento do pedido pelo relator, dispensada a prévia publicação da pauta.

CAPITULO IV DO ACÓRDÃO

Art. 38. O acórdão, com a ementa respectiva, deverá ser redigido com relatório breve da questão e fundamentação da decisão, e terá a data da sessão em que se concluir o julgamento.

§ 1º Vencido o Relator, em preliminar de que resulte não se conhecer o mérito, ou na questão principal, ainda que em parte, redigirá o acórdão o Conselheiro designado pelo Presidente.

§ 2º Se o Relator deixar a função de Conselheiro, aplicar-se-á ao caso a regra do parágrafo anterior.

§ 3º Se o Relator licenciar-se ou afastar-se poderá redigir o acórdão, aplicando-se, se não o fizer, de igual modo, a regra do parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 39. O acórdão será conferido, pela conclusão, e assinado na próxima reunião do Conselho.

Art. 40. O acórdão será assinado pelo Presidente e pelo Relator devendo ser lido em sessão, para efeito de publicação.

CAPITULO V DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. A restauração de processos extraviados far-se-á segundo as normas regulamentares vigentes.

Art. 42. Qualquer Conselheiro, por si, poderá propor a alteração deste Regimento, devendo a proposta ser apresentada em sessão do Conselho.

§1º Aceita a proposta de alteração do regimento, nomeará o Presidente um Relator, o qual apresentará parecer no prazo que lhe for designado.

§ 2º O parecer será discutido e aprovado por maioria simples.

§ 3º A aprovação, ou não, da proposta, será efetivada sob a forma de Resolução.

Art. 43. Quando no julgamento dos recursos o Conselho concluir pela ocorrência de qualquer falta funcional ou violação das disposições de caráter penal, poderá determinar que, antes do arquivamento do processo, seja ele remetido às autoridades competentes para os fins cabíveis.

Art. 44. Não se realizarão sessões:

I - nos feriados e dias de ponto facultativo;

II - na Quarta-feira de cinzas;

III - no período de 20 de dezembro a 10 de janeiro.

Art. 45. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Nil Marlene Arantes

Presidente

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 01/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

ERRATA

Onde se lê "tipo menor preço global", referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 08 de janeiro de 2016, ler-se-á "tipo menor preço por item".

Imbituba, 12 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016 (PMI - SEAPI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

ERRATA

Onde se lê "das 13:00 às 19:00 horas", referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 08 de janeiro de 2016, ler-se-á "das 7:00 às 13:00 horas".

Imbituba, 12 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 02/2016 (PMI - SEAPI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 02/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
ERRATA

Onde se lê "das 13:00 às 19:00 horas", referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 08 de janeiro de 2016, ler-se-á "das 7:00 às 13:00 horas".

Imbituba, 12 de janeiro de 2016.
Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 03/2016 (SEAST)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PMI
PROCESSO Nº 03/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, comunica, que realizará às 10:00 horas, do dia 22 de janeiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de 800 (Oitocentos) conjuntos de fotos para os usuários do Plantão Social e casos especiais da Secretaria da Municipal de Assistência Social - SEAST".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de janeiro de 2016.
Célia David da Silva
Secretária Municipal da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 05/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 05/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 08:00 horas do dia 22 de JANEIRO de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios exigidos, nos veículos das SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, TURISMO, SOCIAL, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDES, SEFAZ, PGM, SEGOV, FUNREBOM, SEDURB, EDUCAÇÃO E SAÚDE da prefeitura de Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de janeiro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA PMI/GGP Nº 05/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 05, de 07 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Fisioterapeuta - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 13/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Fernando Lucas Hara Pereira	Fisioterapeuta - ESF	050.021.579-04	08/01/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição a servidora Sra. Rute Maria Krieger Bernardino, Fisioterapeuta, matrícula nº 4465, inscrita no CPF sob o nº 026.444.409-47, que encontra-se afastada por licença maternidade, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 06/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 06, de 08 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Assistente Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Paula Jeremias de Souza	Assistente Social	037.568.419-01	11/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de janeiro de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 07/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 07, de 08 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre a exoneração a pedido de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a Sra. LAISA BITENCOURT DA ROSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 085.610.169-90, do cargo/função de Assessora IV, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP nº 120, de 25 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de janeiro de 2016.

Imbituba, 08 de janeiro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 08/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 08, de 11 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Assistente Social - CREAS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Laisa Bitencourt da Rosa	Assistente Social CREAS	085.610.169-90	11/01/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado,

em substituição a servidora Sra. Karine Cristiane Stangler Abella, Assistente Social, matrícula nº 5167, inscrita no CPF sob o nº 009.524.700-98, que encontra-se afastada por licença maternidade, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de janeiro de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 01/2016

RETIFICAÇÃO

Fica retificado o presente Extrato de Abertura do Processo Seletivo Simplificado:

Onde se lê:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 15/2016

Leia-se:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 01/2016

EXTRATO DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nº (s) 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; 3.597, de 10 de dezembro de 2009; 3.690, de 24 de maio de 2010; 3.726, de 13 de julho de 2010; 3.777, de 4 de novembro de 2010; Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Agente Comunitário de Saúde - área 04 (Vila Nova Alvorada) e Agente Comunitário de Saúde - área 14 (Vila Esperança)

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Agente Comunitário de Saúde - área 04 (Vila Nova Alvorada)	Diploma de conclusão de ensino Fundamental e residir na área de atuação. (Vila Nova Alvorada)	RT	40h	R\$ 1.014,00
Agente Comunitário de Saúde - área 14 (Vila Esperança)	Diploma de conclusão de ensino Fundamental e residir na área de atuação. (Vila Esperança)	RT	40h	R\$ 1.014,00

*RT = Reserva Técnica

0.2 Para candidatar-se ao(s) cargo(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 08 à 21 de janeiro de 2016, junto a Gerência de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Localizada a Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina, das 07:00 às 13:00 horas e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / Editais / Editais SEMUSA

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1648/2016

DECRETO Nº. 1648 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Altera o Decreto nº 1647 de 08 de janeiro de 2016 referente à homologação das inscrições do Processo Seletivo - Edital nº 0002/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0002/2015:

ASSISTENTE DE CRECHE

NºInscrição	Nome	CPF	
52	Ana Paula Cordeiro	051.679.109-51	
18	Andreia Fantinel	035.306.349-56	
3	Carla Pelle	071.373.989-44	
40	Claudia de Bastiani	098.308.499-88	
33	Daiane Mafioletti	081.606.369-97	
67	Gabryelle Pazin	080.104.859-18	
59	Giovana Manoela do Araujo	053.242.369-00	
48	Jaciara Regina Becker	047.188.769-23	
21	Jaqueline Quaglioto Pelizzari	089.934.259-06	
47	Jordana Vigolo	060.635.899-45	
35	Larissa Grifante	091.091.519-90	
30	Lourdes Fantinel	023.176.149-00	
53	Luana Viecelli	105.482.269-70	
60	Mariana Gabriela do Araujo	103.899.819-07	
19	Marina Fappi	091.769.889-45	
61	Natalia Borga	097.200.629-08	
62	Simone Ribeiro da Rosa	007.091.359-55	
63	Sirlei Maria da Fonseca	707.527.709-00	
45	Sirlei Vanusa Passoni Spricigo	015.181.209-89	

AGENTE COMUNITARIO

Nº Inscrição	Nome	CPF	
57	Cristiane Peretti	073.716.289-93	
24	Giovana Crestani Franco	102.217.579-37	
14	Irene Oss Barichello	645.692.509-63	
1	Iva Perosa Pelle	867.381.949-00	
13	Ivanir Perosa Pelle	658.811.259-91	
16	Leonilde Ferronato Faccin	837.758.469-72	
17	Maria Inês Colombo Oltramari	944.530.209-53	
65	Marisa Oss Cenci	019.131.889-22	
74	Shaiane Harz	072.638.579-44	
34	Vanderleia Rettore Bertelli	010.361.319-63	

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
--------------	------	-----	-------------------

22	Carmem Salete Dal Santo Gaio	022.804.589-42	24
42	Carolina Sipp Zardo	051.839.219-89	18
31	Edina Nava	024.116.169-02	19
25	Fabiana Carniel Rigo	053.500.289-01	24
39	Franciele Alves de Gois	050.153.649-38	15
11	Jaine Patricio	079.710.829-75	20
27	Marcelina Falchetti Peretti	949.649.719-53	20
69	Maria Ap de Oliveira de Araujo	573.698.449-00	13
32	Rachel Simone Meneguzzi Manenti	006.829.979-60	30
10	Salete Maria Gelain Fabian	529.806.349-72	15
46	Simone Gorisch Rosinek	008.526.909-32	10
44	Sirléia Maria Passoni	047.757.979-56	30
38	Vera Lucia Gelain Vigolo	529.811.189-00	15

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
51	Cristiane Alves dos Santos	081.780.739-00	9
58	Edenir S de Lima Ribeiro	758.002.339-34	0
6	Juliana Maria Dias	088.030.459-61	0
5	Margarete Serighelli Tasca	049.409.219-05	0
73	Mariane Marcondes	086.431.009-94	1
66	Silvania de Camargo dos Santos	027.036.559-16	6
12	Vania Carla Kozlowski	058.876.209-19	15

ARTES - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
23	Rafaella Irene Carpenedo Cavan	047.477.889-48	18
49	Sabrina Pessin	005.798.229-58	14

HISTORIA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
9	Angela Katia Ruaro	881.923.349-53	18
71	Michel Leobet	070.505.949-97	10

MATEMATICA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
8	Cesar Dacol	154.109.199-04	16
72	Silvana Quaglioto	007.067.029-30	16

EDUCAÇÃO FISICA - HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
20	Daniela Carla Bridi	049.732.279-00	30
2	Débora Turmina	078.910.269-20	30
70	Ederson Leobet	009.456.649-66	10
7	Marina Elena Buss	081.237.829-69	27

INGLÊS - NÃO HABILITADO

Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação

41	Ana Sipp	949.657.659-15	0
64	Guilherme Petry	091.154.979-09	0
CIÊNCIAS - HABILITADO			
Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
43	Aline Maria Turco	045.372.579-11	14
CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO			
Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
54	Leonardo Bottega	068.560.419-50	0
GEOGRAFIA - HABILITADO			
Nº Inscrição	Nome	CPF	Titulos Pontuação
26	Nelci Severo Dalmolin	332.437.009-49	19
MERENDEIRA			
Nº Inscrição	Nome	CPF	
36	Debora Ferreira de Souza	008.455.269-79	
37	Eva Luciane Ansiliero Pagno	015.105.039-27	
29	Marilde Toldo Bridi	649.351.759-15	
55	Zelia Maria Santini	846.797.009-04	
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº Inscrição	Nome	CPF	
50	Eliane Aparecida Rigo	063.815.589-39	
15	João Luiz Maciel	599.753.009-44	
FAXINEIRA			
Nº Inscrição	Nome	CPF	
28	Alessandra Ferreira dos Santos	063.748.449-55	
68	Ana Claudia Motta	007.370.919-08	
4	Melânia Ap Volpato Barichello	008.205.029-52	
56	Vera Lúcia Corrêa Ribeiro	032.551.149-77	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 11 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORGA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Município de Iomerê - FMS

Dispensa de Licitação Nº 0001/2016

O Município de Iomerê através do Fundo Municipal da Saúde, torna público a dispensa de licitação para serviços de lavagem e pintura em Posto de Saúde e terminal de ônibus.

Contratado: Anildo Rodrigues da Silva.

Valor: 7.330,50 (sete mil trezentos e trinta reais e cinquenta centavos)

Iomerê, 11 de janeiro de 2016.

Milto Luiz Borge

Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 01/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 01/2016 para locação de tendas e banheiros químicos. A abertura das propostas se dará no dia 25/01/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 11 de janeiro de 2016.

Milto Borga

Prefeito Municipal em exercício

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2016/INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto a partir do dia 15 de janeiro de 2016, as inscrições para credenciamento de prestadores de serviços de inseminação artificial. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Agricultura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-3429, ou (0XX49) 3438-3422 ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim-SC, em 11 de janeiro de 2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2016,PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 25/01/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 25/01/2016. Objeto da licitação: aquisição de peças e serviço conserto escavadeira Hidráulica Volvo MOD. EC 140, destinado as atividades do DMER. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 11/01/2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ADITIVOS SAUDE

Aditivo Nº : 1AD 62/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FARMÁCIA MANUFARMA LTDA EPP
Valor : 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto : Aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato.
Contratada....: FARMÁCIA MANUFARMA LTDA EPP
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Aditivo Nº : 1AD 63/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ITA FARMA CENTRO LTDA ME
Valor : 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015
Objeto : Aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato.
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Aditivo Nº : 1AD 70/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ROMAN & CIA LTDA
Valor : 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto : Aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato.
Contratada....: ROMAN & CIA LTDA
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Aditivo Nº : 1AD 81/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Valor : 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto : Termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato.
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Aditivo Nº : 1AD 82/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: MARIA CECILIA ROMAN ME
Valor : 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto : Termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato.
Contratada....: MARIA CECILIA ROMAN ME
Vigência : Início: 30/12/2015 Término: 31/12/2016
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 1/2016

Processo Licitatório nº 2/2016 - Pregão Presencial nº 1/2016 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum para frota municipal e equipamentos (roçadeiras, motosserras e máquinas de cortar grama). Contrato nº 07/2016. Contratada: Auto Posto Buba Ltda. Valor Unitário: R\$ 3,759 o litro. Valor Total: R\$ 136.451,70. Vigência: até 31/12/2016. Itaiópolis, 06 de janeiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 1/2016 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS
Processo Licitatório nº 1/2016 - Pregão Presencial nº 1/2016 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum para os veículos do Programa Bolsa família, CRAS e Conselho Tutelar. Contrato nº 08/2016. Contratada: Auto Posto Irmãos Linzmeier Ltda. Valor Unitário: R\$ 3,758 o litro. Valor Total: R\$ 24.427,00 Itaiópolis, 06 de janeiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO – PE Nº 2/2015

Processo Licitatório nº 2/2015 – Pregão Eletrônico nº 2/2015. Objeto: aquisição de combustíveis (óleo diesel S 500 e S10) para a frota municipal. CONTRATO nº 05/2016. CONTRATADA: Rudipel – Rudnick Petróleo Ltda. Valor: ITEM 01 (65.000 litros de óleo diesel S 500) R\$ 2,765 o litro e ITEM 02 (65.000 litros de óleo diesel S 10) R\$ 2,915 o litro. Valor Total: R\$ 369.200,00. PRAZO: 30/04/2016. Itaiópolis, 04/01/2016. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 55/2015

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 55/2015

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: F.F. Ramos Construção Civil Ltda.

OBJETO: serviços de mão de obra no assentamento de lajotas, colocação de meio-fios e tubos de concreto, confecção de bocas de lobo, nas Ruas: Duque de Caxias, Paulino Karasinski e Padre José Kielczwski. Fica prorrogado o prazo do contrato por 60 dias, a contar deste. Itaiópolis, 29/12/2015 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 63/2014

Nº ADITIVO: 2º

Nº CONTRATO: 63/2014

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Quantum Engenharia Elétrica Ltda.

OBJETO: serviços de manutenção, ampliação e projetos elétricos e luminotécnico do sistema de iluminação pública do Município de Itaiópolis. A duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2016. Itaiópolis, 14/12/2015 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 69/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2013 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2013

Nº ADITIVO: 4º

Nº CONTRATO: 69/2013

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIOPOLIS - CRAS

LOCADORA: Karla Cristiane Klemke

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2016.

Fica reajustado o valor do aluguel em R\$ 865,56, a contar de 1º/01/2016. Itaiópolis, 09/12/2015, José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS - PR Nº 22/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

Nº ADITIVO: 1º

Nºs DE CONTRATOS: 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 94, 97, 101 e 112/2015

CONTRATADAS: Soetur Turismo Ltda.; Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME; Transportes Jatzombek Ltda. ME; Transebo Transportes Coletivos Ltda.; Melnik e Kovalhczuk Ltda. ME; Rafael Grossel ME; Adilson Tomporowski ME; Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda.; Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda.; Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME; Janaína Fernanda Pinotti ME; Trans Pinotti Ltda. EPP e Adilson Tomporowski ME.

Nº ADITIVO: 2º

Nºs DE CONTRATOS: 77, 78, 79, 82, 86, 88 e 90/2015

CONTRATADAS: Aristeu Olsen Eirelli ME; Stylus Transportes Coletivos Ltda.; Trans Pinotti Ltda. EPP; Baluci Transportes Ltda. ME; Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME; Erivaldo Kuhl MEI e Ilário Casal Mendes MEI.

OBJETO: serviços de Transporte Escolar. Ficam prorrogados os contratos até 31/12/2016. Itaiópolis, 23/12/2015 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

ERRATA PREGAO 190/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO
LICITATORIO NA PREGAO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº190/2015

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 190/2015, que tem como objeto:

Contratação de empresa para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos compactáveis, do Município de Itapiranga. Fica retificado, a redação do item 6.3.1 e 6.3.2. A data da sessão publica prevista para o dia 18/01/2016 as 08:00 horas, em razão de alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório não serão prorrogados, a teor do art. 21 § 4º, da lei 8.666/93, pois a alteração não altera a formulação das propostas.

Itapiranga, 11 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DOS CONTRATOS 140 A 190/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2015
PARTES: Município de Itapiranga e NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 172/2015.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a disponibilização de acesso a banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados no mercado, valores de referência para servir de subsídio na realização de procedimentos licitatórios do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 7.990,00
VIGÊNCIA: 01 de dezembro de 2016
Itapiranga – SC. 01 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Caibi Empreendimentos Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 164/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para execução em regime de empreitada global do projeto para ampliação e reforma do subsolo do Ginásio Bela Vista, nesta cidade.
VALOR: R\$ 71.180,10
VIGÊNCIA: 15 de março de 2016
Itapiranga – SC. 09 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Jacó Astor Juchen 38427362900
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 72.657,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017
Itapiranga – SC. 18 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Informática Itapiranga Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial nº 022/2015.
OBJETO: Contrato de fornecimento e instalação de link dedicado e prestação de serviços de provedor de internet, instalação de sistema de telefonia VOIP e provedor de internet via rádio
VALOR: R\$ 79.320,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 18 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 200/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Edgar Beumer - Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 36.804,60
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Edgar Beumer - Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 73.774,80
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2015
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transportes Coletivos Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 005/2015.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 33.179,25
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transportes Coletivos Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 012/2013.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 64.087,20
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Mees & Walker Transportes Ltda – Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 047/2015.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 44.280,00

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Mees & Walker Transportes Ltda – Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 147.486,95

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Ferraria e Transportes Joclema Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 047/2015.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 49.200,00

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Ferraria e Transportes Joclema Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 46.730,25

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Alan César Klein 06478326900

ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 62.162,10

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Uruguai Ltda – Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 50.839,20

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Rudolfo Eri Freese Ltda – Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 51.801,75

VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2015

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Chapeação Esperança Ltda – Me

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Fornecimento de passagens para o transporte de alunos no município de Itapiranga, no ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 17.360,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2015

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transporte Coletivo Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Fornecimento de passagens para o transporte de alunos no município de Itapiranga, no ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 28.620,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2015

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Rudolfo Eri Freese Ltda – Me

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Fornecimento de passagens para o transporte de alunos no município de Itapiranga, no ano letivo de 2016.

VALOR: R\$ 37.120,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Embriosêmen Equipamentos Agropecuários Ltda Epp

ORIGEM: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 012/2015.

OBJETO: Aditamento de quantidade do item nº 12 da Tomada de Preços para aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 4.625,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 22 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2015

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Inovação Computação Móvel Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 048/2012.
OBJETO: Cessão mensal de direito de uso do programa para automação de coleta de leitura com impressão simultânea de faturas.
VALOR: R\$ 1.902,95
VIGÊNCIA: 15 de março de 2016.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2015
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Knapp & Cia Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços nº 091/2015.
OBJETO: Termo aditivo de vigência do contrato para prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas em estradas, ruas, pedreiras e em outros locais de interesse público do município.
VIGÊNCIA: 30 de abril de 2016.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Serni Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 081/2014.
OBJETO: Prestação de serviços coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos recicláveis do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 57.772,35
VIGÊNCIA: 31 de março de 2016.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Mário E. Kunzler – Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 61.768,80
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Romeu Becker 99094681900
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 38.822,85
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2015
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Emerson Knapp 03633838910
ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.
OBJETO: Fornecimento de passagens para o transporte de alunos no município de Itapiranga, no ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 14.580,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2015
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 195/2013.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 39.667,50
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 157/2012.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 106.273,80
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2015
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 012/2013.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município, para o ano letivo de 2016.
VALOR: R\$ 79.695,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Associação Esportiva, Recreativa, Cultural Bom Humor
OBJETO: Comodato do imóvel “Escola” que compreende uma sala, banheiro e cozinha, localizada na Linha Santa Fé Alta, interior do município de Itapiranga - SC
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2026.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 290/2011
PARTES: Município de Itapiranga e Ivan Rohden
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 216/2011.
OBJETO: Locação de uma Sala Comercial – loja nº 01, com 114,42 m², sita à Rua do Comércio, nesta cidade de Itapiranga – SC. A locação desta sala comercial é destinada ao funcionamento do PRE-VIDADE, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.317/2006.
VALOR: R\$ 19.197,99
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 291/2011
PARTES: Município de Itapiranga e Marlei Rohden
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 216/2011.
OBJETO: Locação de uma Sala Comercial, com 75 m², sita à Rua São Jacó, nº 02, sala nº 203, nesta cidade de Itapiranga – SC., destinada ao funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Itapiranga - SC.
VALOR: R\$ 6.647,38
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2015
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Irma Bach Rockenbach
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 201/2012.

OBJETO: Locação de 01 galpão de madeira, localizado na linha Chácara, próximo a oficina mecânica do município, destinado para depósito de materiais do setor de urbanismo.

VALOR: R\$ 13.810,87

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Jornalística Jornal Expressão Ltda – Me

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2015.

OBJETO: Contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais e institucionais desta municipalidade.

VALOR: R\$ 21.755,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Jornalística Força Do Oeste Ltda - Me

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 032/2015.

OBJETO: Contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais e institucionais desta municipalidade.

VALOR: R\$ 21.755,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Maxcopy Equipamentos E Suprimentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2014.

OBJETO: Locação de equipamentos fotocopiadores, destinados para atender as necessidades administrativas do município.

VALOR: R\$ 2.400,00

VIGÊNCIA: 31 de março de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Serni Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 43/2014.

OBJETO: Prestação de serviços coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos compactáveis, do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 82.172,52

VIGÊNCIA: 31 de março de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa De Crédito De Livre Admissão De Associados Itapiranga – Sicoob

ORIGEM: Pregão Presencial nº 170/2013.

OBJETO: Contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para proceder a arrecadação de tributos municipais.

VALOR: R\$ 96.000,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial de nº 120/2014.

OBJETO: Locação de sistemas para gestão pública.

VALOR: R\$ 22.621,22

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2015

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial de nº 186/2012.

OBJETO: Locação de sistemas para gestão pública.

VALOR: R\$ 139.155,08

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Fimak Saneamento & Locação De Equipamentos Eireli - Me

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 149/2015.

OBJETO: Aditamento do prazo de vigência da Tomada de Preços para execução do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo ligações prediais, poços de visita e rede coletora de esgoto, na Avenida Uruguai, trecho entre as Ruas Sete de Setembro e Padre Teodoro Treis, no centro da cidade de Itapiranga.

VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Associação Antônio Vieira (ASAV)

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 181/2013.

OBJETO: Locação do imóvel para funcionamento da Escola Municipal Integral Rural Oscar Puhl.

VALOR: R\$ 7.255,50

VIGÊNCIA: 29 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2015

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2014.

OBJETO: Aditamento do prazo de vigência da Concorrência para execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica, em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, em ruas da cidade de Itapiranga, conforme financiamento contrato nº 2013028101 BADESC CIDADES II.

VIGÊNCIA: 31 de junho de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 183/2015.

OBJETO: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

VALOR: R\$ 15.630,00.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Brásidas Eireli - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 174/2015.
OBJETO: Aquisição de equipamentos diversos, destinados para a oficina mecânica, da secretaria de transportes, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 40.329,00.
VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Terra Nova Sociedade Beneficente Do Vale Do Pirapocú
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 184/2015.
OBJETO: Serviços na execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar.
VALOR: R\$ 264.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Associação Beneficente Pella Bethania
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 185/2015.
OBJETO: Acolher e dar atendimento a Jaqueline Ferreira, que se encontra em situação de risco pessoal e social, em regime de abrigo, encaminhada pela Secretaria de Assistência Social do Município, através da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga - SC.
VALOR: R\$ 26.040,00.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Empresa De Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural De Santa Catarina S.A. – EPAGRI
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 182/2013.
OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI para o Município, conforme descrito no Plano Anual de Trabalho (PAT) da empresa.
VALOR: R\$ 38.310,48
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2015
PARTES: Município de Itapiranga e TRSIS LTDA
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 193/2015.
OBJETO: Locação e cessão de uso do Sistema TRRURAL - Versão AMEOSC.
VALOR: R\$ 2.388,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cespro – Processamento De Dados Ltda
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 194/2015.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução

de serviços técnicos profissionais de manutenção da seção de legislação do site da prefeitura municipal de Itapiranga – SC.
VALOR: R\$ 2.750,00.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Info Digitalle
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 195/2015.
OBJETO: Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows.
VALOR: R\$ 3.696,00.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 04 DE 07/01/2016

Portaria nº 4 de 07 de janeiro de 2016.
Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.
RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Elia-na Simon matrícula nº 14176/02, no período de 07/01/2016 até 04/07/2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 07 de janeiro de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Adriana Arnhold
Assessora de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA PREGÃO Nº 58/2015

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 11 de janeiro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCK DUTRA POHL e ROSILDA APARECIDA BOLDORI, nomeados pelo(a) Decreto Municipal nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 58/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO) PARA ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA E DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	RICARDO LUIZ ALVES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	1	R\$ 11.670,80

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor

recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 11 de janeiro de 2016.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCK DUTRA POHL Membro	ROSILDA APARECIDA BOLDORI Membro
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP RICARDO LUIZ ALVES	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2622/2016 INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 44/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2622/2016

Data: 06 de janeiro de 2016.

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 44/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica instaurado o Processo de Sindicância investigatória – PSI nº 44/2016, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

a) Sandra Regina FernandesPresidente
b) Rosilda Aparecida Boldori Membro
c) Priscila de Araújo Carneiro Membro
§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Of. SMS 03/2016, de 04 de janeiro de 2016.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2623/2016 EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE PESCA, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2623/2016

Data: 06 de janeiro de 2016.

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE PESCA, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Sra. ROSANE MARIA MINATTI CAVALARI, do cargo de Assessor Especial de Pesca, da Secretaria de Agricultura e Pesca.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2624/2016 EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE IMPRENSA, DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2624/2016

Data: 07 de janeiro de 2016.

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE IMPRENSA, DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. Luiz Antonio Piazzetta, do cargo de Assessor Especial de Imprensa da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2625/2016 EXONERA ASSESSORA ESPECIAL DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2625/2016

Data: 07 de janeiro de 2016.

EXONERA ASSESSORA ESPECIAL DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. MARIZA KORELO, do cargo de Assessora Especial de Urbanismo da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MONETÁRIA – UFM PARA O ANO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 412, parágrafo único da Lei nº. 35/91, de 30 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º - Atualiza conforme INPC – FGV a Unidade Fiscal do Município de Jacinto Machado, para o ano de 2016, que passa a valer R\$ 67,06 (Sessenta e sete reais e seis centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 04 de janeiro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ESTABELECE FORMAS E PRAZOS DE PAGAMENTO NO CALENDÁRIO FISCAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao que determina a Lei nº. 035/91 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º. Os prazos e formas de pagamento dos tributos e taxas municipais, para o exercício financeiro de 2016 ficam estabelecidos conforme quadro abaixo:

1. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

PARCELAS	DATA DE VENCIMENTO
Parcela Única com 30% (trinta por cento) de desconto	15/03/2016
1ª parcela c/ 20% (vinte por cento) de desconto	15/03/2016
2ª parcela c/ 20% (vinte por cento) de desconto	15/04/2016
3ª parcela c/ 20% (vinte por cento) de desconto	15/05/2016
1ª parcela s/ desconto	15/03/2016
2ª parcela s/ desconto	15/04/2016
3ª parcela s/ desconto	15/05/2016
4ª parcela s/ desconto	15/06/2016
5ª parcela s/ desconto	15/07/2016

2. TAXA DE LICENÇA P/ LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Pagamento em Parcela Única s/ desconto 15/04/2016

3. TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PREÇO PÚBLICO

Descontos, prazos e formas de pagamento, idêntico aos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 2º. As demais disposições sobre os Calendários Fiscais Municipais, que não coincidirem com este decreto e de que trata o decreto nº. 226/93, de 24.11.93, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Deverá o Diretor de Cadastro Tributação e Fiscalização, em parceria com o Diretor do Departamento de Finanças, tomar todas as providências necessárias cabíveis, para a cobrança no corrente exercício do ISSQN, quota fixa e variável, cabendo aos departamentos, estabelecerem prazos de pagamentos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 04 de janeiro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 119 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 119 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (80) – 3.3.90.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

TOTAL R\$ 7.500,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos da COSIP no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 30-2, Agência 1084 da CEF.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 30 de dezembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

LEI Nº. 802 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº. 802 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, faz saber a todos os habitantes do Município, que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2016 estima a Receita, e fixa a Despesa em R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais), sendo R\$ 23.650.000,00 (Vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 6.350.000,00 (Seis milhões, trezentos e cinquenta mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 26.555.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), fixa em R\$ 21.270.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e setenta mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal, em R\$ 4.055.000,00 (quatro milhões e cinquenta e cinco mil reais) as transferências financeiras para os Fundos Municipais e em R\$ 1.230.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta mil reais) as transferências financeiras ao Poder Legislativo.

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1 .	RECEITAS CORRENTES	27.871.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.813.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	259.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	490.500,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	19.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	62.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.580.500,00
9.1	DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(3.628.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	647.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	2.312.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.070.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	79.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.163.000,00
	TOTAL:	26.555.000,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	695.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	1.900.000,00
04 –	SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA	150.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	10.615.000,00
06 –	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	5.825.000,00
07 –	SECRETARIA DA AGRIC., IRRIG. E M. AMBIENTE	842.000,00
08 –	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.000.000,00
09 –	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	188.000,00
12 -	FUNDO MUNICIPAL DOM TURISMO	30.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
	TOTAL:	21.270.000,00

	Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	3.215.000,00
	Transferências Financeiras para o F.M.A. Social	840.000,00
	Transferências Financeiras p/ Câmara Municipal de Vereadores	1.230.000,00
	TOTAL:	5.285.000,00
	TOTAL GERAL:	26.555.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administrativa	2.595.000,00
08	Assistência Social	150.000,00
12	Educação	9.960.000,00
13	Cultura	390.000,00
15	Urbanismo	3.545.000,00
18	Gestão Ambiental	26.000,00
20	Agricultura	671.000,00
22	Indústria	168.000,00
23	Comércio e Serviços	30.000,00
26	Transporte	2.280.000,00
27	Desporto e Lazer	430.000,00
28	Encargos Especiais	1.000.000,00
99	Reserva de Contingência	25.000,00
	TOTAL:	21.270.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.285.000,00
	TOTAL GERAL:	26.555.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	16.865.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargo Sociais	9.680.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.135.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	4.380.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	3.680.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	700.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00
	TOTAL:	21.270.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDOS	4.055.000,00
	TRANSF. FINANC. P/ CÂMARA VEREADORES	1.230.000,00
	TOTAL GERAL:	26.555.000,00

§ 3º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de

despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 1.885.000,00 (hum milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.215.000,00 (três milhões, duzentos e quinze mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.780.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.730.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00
	TOTAL:	1.885.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.215.000,00
	TOTAL GERAL:	5.100.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	5.090.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.100.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.815.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.720.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.095.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	275.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	275.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.100.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.085.000,00 (Hum milhão e oitenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	217.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	211.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00

2	RECEITAS DE CAPITAL	28.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.000,00
	TOTAL:	245.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	840.000,00
	TOTAL GERAL:	1.085.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.080.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	TOTAL:	1.085.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	957.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	275.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	682.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	123.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	TOTAL:	1.085.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO - FASSP para o exercício de 2016, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	15.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00
	TOTAL:	15.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FASSP, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	15.000,00
	TOTAL:	15.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
	TOTAL:	15.000,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

Art. 6º - O Orçamento da entidade SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE para o exercício de 2016, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.200.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	1.028.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00
	TOTAL:	1.300.000,00

§ 2º A Despesa da entidade SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	1.290.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	1.300.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	980.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	470.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	510.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	310.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	310.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	1.300.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 7º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2016, estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.230.000,00 (Hum milhão, duzentos e trinta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.230.000,00 (Hum milhão, duzentos e trinta mil reais).

§ 1º As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.230.000,00
----	-------------	--------------

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.135.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	860.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	275.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	95.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	95.000,00
	TOTAL:	1.230.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 8º - As despesas do FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, no exercício de 2016, serão destacadas em órgãos próprios da Administração Municipal Direta e Descentralizada.

Parágrafo Único: As Receitas auferidas pelos Fundos serão

contabilizadas em contas específicas da Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	5.000,00
	Passivos Contingentes	5.000,00

UNIDADE GESTORA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	25.000,00
	Passivos Contingentes	25.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º Não se efetivando até o dia 12/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita estimada, por Decreto, para projetos, atividades ou operação especial, observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 11 - O Executivo Municipal fica autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Decreto, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – o ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito.

III – a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas.

IV – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas e aprovadas no exercício vigente.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Os recursos oriundos de operações de crédito e convênios

não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante autorização da Câmara de Vereadores.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o Exercício de 2016, por meio de autorização da Câmara de Vereadores, poderá o Executivo Municipal realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão remetidos à Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 18 - Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, por ato do Chefe do Poder Executivo as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, verificadas ainda as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Art. 19 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei, cujas metas fiscais dos Programas e Ações passam a vigorar conforme constantes na Lei Orçamentária/2016.

Art. 20 - Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, com os ajustes de que trata o artigo anterior.

Art. 21 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 23 de dezembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 002/2015

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 002/2015

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 002/2015 DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARATER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015, PUBLICADO NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1901, PÁG. 250 À 252, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Onde lê-se:

6. DAS VAGAS, FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA E ESCOLARIDADE

6.1 Serão oferecidas:

VAGAS	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE (mínima)	REMUNERAÇÃO
01	Encanador2	40 horas semanais	Ensino médio completo	R\$ 1.264,36

2 – CNH categoria A/B.

Leia-se:

6. DAS VAGAS, FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA E ESCOLARIDADE

6.1 Serão oferecidas:

VAGAS	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE (mínima)	REMUNERAÇÃO
01	Encanador2	40 horas semanais	Ensino fundamental completo	R\$ 1.264,36

2 – CNH categoria A/B.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado - (SC), 08 de Janeiro de 2016.

ADELOR EMERICH
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.887 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.887 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE TAXAS DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O prazo para recolhimento da taxa de renovação anual do Alvará

Sanitário referente ao exercício 2016, para todos os estabelecimentos, será até dia 31/03/2016.

Art. 2º As taxas expedidas para processos de Alvará Sanitário inicial, análise de projeto hidrossanitário para construção, alvará para habitação (habite-se) e demais taxas de expediente, terão vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos necessários junto à Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 3º No caso de descumprimento dos prazos fixados no presente decreto serão aplicados encargos de acordo com o disposto no art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Parágrafo único – O não pagamento da taxa de Alvará

Sanitário fica sujeito à inscrição em Dívida Ativa do Município ao final do exercício financeiro.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 07 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 6/2015, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015- EDITAL 03 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 6/2015, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDITAL 03

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS RECURSOS JULGADOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba, SC, CEP 89600-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS RECURSOS JULGADOS, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e demais disposições da legislação vigente. Este Teste Seletivo reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, pelas Leis Complementares Municipais nºs. 210/2011, 273/2014, 80/2004 e 97/2005, pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 03, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS											
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
145	VANESSA DO PRADO SOUZA	2,64	0,66	1,65	3,06	8,01	0,00	0,00	8,01	APROVADO(A)	1º
319	THAINÁ CRISTINA CARNIEL SCHEUER	2,97	0,66	1,65	2,38	7,66	0,00	0,00	7,66	APROVADO(A)	2º
457	LIDIR DOS SANTOS	2,97	0,33	1,32	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	3º
317	VALESKA LIERMANN	2,31	0,33	1,65	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	4º
211	LUCIANE APARECIDA EBERT LIMBERGER	2,64	0,33	1,65	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	5º
332	LEILA TEREZINHA MOLINA DE MOURA	2,64	0,00	1,32	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	6º
419	JUSSARA TEREZINHA BECKI PEREIRA	2,31	0,33	1,32	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	7º
234	MARIO TADEU GRILLO	2,31	0,33	1,65	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	8º

244	VANESSA ARTIGAS SOARES CORDAZZO	1,98	0,33	1,32	2,38	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	9º
408	JOSIELI DADALT LEMES	2,64	0,33	0,99	1,70	5,66	0,00	0,00	5,66	APROVADO(A)	10º
464	FABIANE APARECIDA DE JESUS	1,98	0,00	1,32	1,70	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	11º
402	NOEMI LOURDE PICINATTO	2,31	0,00	1,32	1,36	4,99	0,00	0,00	4,99	REPROVADO(A)	--
6	LUCELIA APARECIDA DE OLIVEIRA	1,98	0,33	1,65	0,68	4,64	0,00	0,00	4,64	REPROVADO(A)	--
438	IVONE DOMINGUES	0,99	0,00	0,99	0,34	2,32	0,00	0,00	2,32	REPROVADO(A)	--
390	KARINA APARECIDA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE DANÇA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
396	INGRID LIMA DA SILVA	3,30	0,99	1,32	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	1º
56	FRANCIELE GALDINO	2,97	0,99	1,32	1,36	6,64	0,00	0,00	6,64	APROVADO(A)	2º
243	WILSON FELIPE NICHELE	2,31	0,66	1,32	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	3º
356	FERNANDA LEVINSKI	2,31	0,33	0,66	1,02	4,32	0,00	0,00	4,32	REPROVADO(A)	--

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
120	MAIARA ZAMBIAZZI	2,97	1,65	1,65	2,72	8,99	0,00	0,00	8,99	APROVADO(A)	1º
190	BIANCA RADEL MARTINS SIMON	2,97	1,65	1,32	2,72	8,66	0,00	0,25	8,91	APROVADO(A)	2º
303	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	2,97	1,32	1,65	2,72	8,66	0,00	0,25	8,91	APROVADO(A)	3º
92	ANGELA APARECIDA FERRONATO RAMOS	2,97	1,32	1,32	2,72	8,33	0,00	0,25	8,58	APROVADO(A)	4º
384	JOSIANE REGINA HABECH	2,97	1,32	1,32	2,72	8,33	0,00	0,00	8,33	APROVADO(A)	5º
296	JÉSSICA APARECIDA CHIAMULLERA	2,64	1,65	1,32	2,72	8,33	0,00	0,00	8,33	APROVADO(A)	6º
139	KEITY MARA GAZZOLA	2,64	1,32	0,99	3,06	8,01	0,00	0,25	8,26	APROVADO(A)	7º
302	LUCIANE CARPEGIANI	2,64	1,32	1,32	2,72	8,00	0,00	0,25	8,25	APROVADO(A)	8º
460	ELIANI FATIMA BALESTRIN DAROLD	2,97	1,65	0,99	2,38	7,99	0,00	0,25	8,24	APROVADO(A)	9º
12	SANDRA MARIA BERTELLI	2,97	1,65	0,99	2,38	7,99	0,00	0,25	8,24	APROVADO(A)	10º
213	DANIELLA PATRÍCIA APARECIDA ANTUNES	2,97	1,32	1,32	2,38	7,99	0,00	0,25	8,24	APROVADO(A)	11º
9	MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES	2,97	0,66	1,32	3,06	8,01	0,00	0,00	8,01	APROVADO(A)	12º
359	CRISTIANE LIMA	2,64	0,66	1,65	3,06	8,01	0,00	0,00	8,01	APROVADO(A)	13º
394	KELY DOS SANTOS	2,31	1,32	1,65	2,72	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	14º
67	ELAINE MASSIGNANI	2,97	0,99	1,65	2,38	7,99	0,00	0,00	7,99	APROVADO(A)	15º
165	TAIZE CONTE	2,64	1,65	1,32	2,38	7,99	0,00	0,00	7,99	APROVADO(A)	16º
212	HETIENE NEVES DOS SANTOS	2,64	1,32	1,65	2,38	7,99	0,00	0,00	7,99	APROVADO(A)	17º
381	TAIANE GOMES DE ALMEIDA	1,98	1,65	1,32	2,72	7,67	0,00	0,25	7,92	APROVADO(A)	18º
307	TATIANE REGINA POLIDORO ZANIN	1,98	1,32	1,65	2,72	7,67	0,00	0,25	7,92	APROVADO(A)	19º
180	ANGELA RODRIGUES DA SILVA SCHMIDT	2,97	0,99	1,32	2,38	7,66	0,00	0,25	7,91	APROVADO(A)	20º
80	CLEONICE DE JESUS COELHO DE OLIVEIRA	2,64	1,32	1,65	2,04	7,65	0,00	0,25	7,90	APROVADO(A)	21º
357	LUANA LAIS FERRONATTO DE MORAES	2,31	1,65	1,65	2,04	7,65	0,00	0,25	7,90	APROVADO(A)	22º
158	FABIANA APARECIDA LOURENÇO	2,31	0,99	1,32	3,06	7,68	0,00	0,00	7,68	APROVADO(A)	23º
239	MARGARETE DE OLIVEIRA	1,98	1,32	1,32	3,06	7,68	0,00	0,00	7,68	APROVADO(A)	24º

169	ROBERTA GABRIELA BUCCO	2,64	1,65	0,99	2,38	7,66	0,00	0,00	7,66	APROVADO(A)	25º
449	JULIANA CRISTINA CHIESA	2,64	1,32	1,32	2,38	7,66	0,00	0,00	7,66	APROVADO(A)	26º
50	RÚBIA SIBÉLIS CHIAMULERA DUARTE	1,98	1,65	1,65	2,38	7,66	0,00	0,00	7,66	APROVADO(A)	27º
336	DIELE TRINDADE	2,97	0,99	1,65	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	28º
280	IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA	2,64	1,32	1,65	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	29º
182	ANDREIA APARECIDA SCALABRIN	2,31	0,66	1,32	3,06	7,35	0,00	0,25	7,60	APROVADO(A)	30º
216	ELIZABETE DA CRUZ	2,64	0,99	1,32	2,38	7,33	0,00	0,25	7,58	APROVADO(A)	31º
97	MARIA HELENA DAHMER OLIVO	2,64	0,99	1,32	2,38	7,33	0,00	0,25	7,58	APROVADO(A)	32º
259	MÁRCIA VALMORBIDA BOGONI	2,64	0,66	1,65	2,38	7,33	0,00	0,25	7,58	APROVADO(A)	33º
170	TATIANE APARECIDA POLO	2,31	1,32	1,65	2,04	7,32	0,00	0,25	7,57	APROVADO(A)	34º
253	ARLETE TRIQUES HOFFELDER	1,98	0,99	1,32	3,06	7,35	0,00	0,00	7,35	APROVADO(A)	35º
149	JÉSSICA RIBEIRO DE GRACIA	2,64	0,66	1,32	2,72	7,34	0,00	0,00	7,34	APROVADO(A)	36º
152	LICIANE BULGARELLI	2,64	0,33	1,65	2,72	7,34	0,00	0,00	7,34	APROVADO(A)	37º
434	LIZIANE LAGO	2,31	1,32	0,99	2,72	7,34	0,00	0,00	7,34	APROVADO(A)	38º
64	MARIAH NINA BELLÓ	2,31	0,99	1,32	2,72	7,34	0,00	0,00	7,34	APROVADO(A)	39º
69	FABIANA BARBOSA	2,31	0,66	1,65	2,72	7,34	0,00	0,00	7,34	APROVADO(A)	40º
79	GRACIELE SANDRA PLOSS FUHR	2,31	1,65	0,99	2,38	7,33	0,00	0,00	7,33	APROVADO(A)	41º
311	PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA	1,98	1,65	1,32	2,38	7,33	0,00	0,00	7,33	APROVADO(A)	42º
45	GISÉLI BORSOI	2,97	0,99	1,32	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	43º
422	JESSICA ZUFFO HACKBARTH	2,64	1,32	1,32	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	44º
412	SILVANA SCALABRIN	2,31	1,65	1,32	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	45º
382	IARA HOFFMANN DOS SANTOS	2,31	1,32	1,65	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	46º
127	JOSELIA ZAMBIAZZI	1,98	0,99	0,99	3,06	7,02	0,00	0,25	7,27	APROVADO(A)	47º
71	GABRIELA PEREIRA ZANINI	2,31	0,33	1,65	2,72	7,01	0,00	0,25	7,26	APROVADO(A)	48º
333	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS	2,31	0,99	1,32	2,38	7,00	0,00	0,25	7,25	APROVADO(A)	49º
93	BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES	2,31	0,99	1,32	2,38	7,00	0,00	0,25	7,25	APROVADO(A)	50º
116	GELISE CIARNOSKI	1,98	0,99	1,65	2,38	7,00	0,00	0,25	7,25	APROVADO(A)	51º
78	PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI CASTELO BRANCO	2,64	1,32	1,32	1,70	6,98	0,00	0,25	7,23	APROVADO(A)	52º
251	DAIANA ALVES DE CAMPOS	2,64	0,99	1,65	1,70	6,98	0,00	0,25	7,23	APROVADO(A)	53º
341	PÂMELA RODRIGUES OLIVO	2,31	0,99	0,99	2,72	7,01	0,00	0,00	7,01	APROVADO(A)	54º
38	ALINE MARIANI	2,31	0,66	1,32	2,72	7,01	0,00	0,00	7,01	APROVADO(A)	55º
77	TAVIANI DIRLEI TEIXEIRA	2,64	0,66	1,32	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	56º
154	MONICA LINHARES VAS	2,31	0,66	1,65	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	57º
100	MARISTELA DA SILVA MATOS	1,98	1,32	1,32	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	58º
57	CINTIA CRISTIANE SIMON	1,98	1,32	1,32	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	59º
147	ANDRESSA GERHARDT DALA LASTA	1,98	0,99	1,65	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	60º
376	CRISTINA PICCOLI	2,64	0,99	1,32	2,04	6,99	0,00	0,00	6,99	APROVADO(A)	61º
409	TANIA LINO	2,64	0,99	1,32	2,04	6,99	0,00	0,00	6,99	APROVADO(A)	62º
47	JULIANE A. C. BELANDI	2,31	1,32	1,32	2,04	6,99	0,00	0,00	6,99	APROVADO(A)	63º
28	KARINA ALBERTI DA FONSECA	1,98	1,32	1,65	2,04	6,99	0,00	0,00	6,99	APROVADO(A)	64º
108	FERNANDA KRUG	2,97	0,99	1,32	1,70	6,98	0,00	0,00	6,98	APROVADO(A)	65º
23	MAIELEN NELZI DA SILVA	2,97	0,66	1,65	1,70	6,98	0,00	0,00	6,98	APROVADO(A)	66º
247	VANESSA ELIZA MAZIERO	2,64	1,32	1,32	1,70	6,98	0,00	0,00	6,98	APROVADO(A)	67º
237	SAIONARA APARECIDA BELOTTO	2,97	0,99	1,65	1,36	6,97	0,00	0,00	6,97	APROVADO(A)	68º
62	LUCIA SALETE SIEPMANN	2,64	1,65	1,32	1,36	6,97	0,00	0,00	6,97	APROVADO(A)	69º
114	JULIANA APARECIDA THOMAZI SAMOURA	1,65	0,99	1,65	2,38	6,67	0,00	0,25	6,92	APROVADO(A)	70º

204	RUTE CARDOSO DA ROCHA	2,64	0,66	1,32	2,04	6,66	0,00	0,25	6,91	APROVADO(A)	71º
189	EULEZIA FATIMA VANZIN LISSA DAL PRA	2,31	0,99	1,32	2,04	6,66	0,00	0,25	6,91	APROVADO(A)	72º
238	CLAUDIA ROSANE CAMARA	1,98	1,32	1,32	2,04	6,66	0,00	0,25	6,91	APROVADO(A)	73º
83	JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI	1,98	0,99	1,65	2,04	6,66	0,00	0,25	6,91	APROVADO(A)	74º
175	LUCIANA DA CRUZ PIAIA	1,65	1,32	1,65	2,04	6,66	0,00	0,25	6,91	APROVADO(A)	75º
208	ARLETE GELATI	1,65	0,99	1,32	2,72	6,68	0,00	0,00	6,68	APROVADO(A)	76º
426	KATHIA ALVES GRONDEK	1,65	0,99	1,32	2,72	6,68	0,00	0,00	6,68	APROVADO(A)	77º
252	NEUSA VASTRES ARENHART	1,32	1,32	1,32	2,72	6,68	0,00	0,00	6,68	APROVADO(A)	78º
338	DEVILIN SOARES	2,64	0,33	1,32	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	79º
401	LORINES COLHS CHILEME	2,31	0,99	0,99	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	80º
261	JAQUELINE RUPPENTHAL BENTO	2,31	0,99	0,99	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	81º
46	LUIZA MATTEVI	2,31	0,99	0,99	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	82º
271	MAYARA MACHADO	2,31	0,66	1,32	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	83º
14	BEATRIZ RODRIGUES CHINATO	1,98	0,99	1,32	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	84º
351	CAMILA DE CASSIA VALMORBIDA	2,64	0,99	0,99	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	85º
113	PAMELA TERÊNCIO DA SILVA	2,64	0,66	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	86º
87	ANDRÈIA BONASSI RAMPON	2,31	0,99	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	87º
255	KARINE GRASSMANN	2,31	0,99	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	88º
184	PATRICIA APARECIDA SBRUZZI	2,31	0,99	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	89º
137	MADELEINE MARIA LUVIZON	1,98	1,32	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	90º
195	CAROLLINE AYALA DE OLIVEIRA	1,98	1,32	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	91º
65	KARLIN VAGNER	1,98	1,32	1,32	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	92º
30	ADRIANA POSPOR	1,65	1,32	1,65	2,04	6,66	0,00	0,00	6,66	APROVADO(A)	93º
466	SILVANA MARIA DORINI	2,31	1,32	1,32	1,70	6,65	0,00	0,00	6,65	APROVADO(A)	94º
209	TAYLA REGINA DE BAIRIO	2,64	0,99	1,65	1,36	6,64	0,00	0,00	6,64	APROVADO(A)	95º
320	LUCILENE APARECIDA FERNANDES	1,65	0,33	1,32	3,06	6,36	0,00	0,25	6,61	APROVADO(A)	96º
85	ROSELEI BAUERMANN MEIS-TERLIN	1,65	0,66	1,65	2,38	6,34	0,00	0,25	6,59	APROVADO(A)	97º
378	IVETE TERESINHA FERRONATO	1,32	0,99	1,65	2,38	6,34	0,00	0,25	6,59	APROVADO(A)	98º
224	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	2,97	0,00	1,32	2,04	6,33	0,00	0,25	6,58	APROVADO(A)	99º
400	SANDRA VACCARI	2,31	0,99	0,99	2,04	6,33	0,00	0,25	6,58	APROVADO(A)	100º
386	TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO	2,64	1,32	0,99	1,36	6,31	0,00	0,25	6,56	APROVADO(A)	101º
201	GISLAINE ANTUNES PEREIRA	1,98	0,33	1,32	2,72	6,35	0,00	0,00	6,35	APROVADO(A)	102º
272	PRISCILA DE QUADROS	2,31	0,66	0,99	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	103º
89	VANESSA ALBERTI WILLMSEN	1,98	0,99	0,99	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	104º
66	ROSALI SILVA SANTOS	1,98	0,66	1,32	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	105º
279	JULIANE DE MELLO DA SILVA	1,98	0,66	1,32	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	106º
17	CLAUDETE APARECIDA COMIN	1,65	0,66	1,65	2,38	6,34	0,00	0,00	6,34	APROVADO(A)	107º
177	TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE FREITAS	2,31	0,99	0,99	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	108º
115	SIMONE SCHINDLER	2,31	0,66	1,32	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	109º
155	LUIZA PEREIRA DUARTE	1,98	1,32	0,99	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	110º
458	CAROLINE APARECIDA BARILLI GUTERRES	1,98	0,99	1,32	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	111º
104	JULIANA APARECIDA DE BARBA	1,98	0,99	1,32	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	112º
236	MARTA BEHREND ROCHA	1,98	0,66	1,65	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	113º
416	INILCE LUCIANA PRESTES DE OLIVEIRA	1,98	0,66	1,65	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	114º
54	LUCIANE CUNHA	1,98	0,66	1,65	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	115º

323	MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI	1,65	0,99	1,65	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	116º
122	MARCIANA APARECIDA ROSA	2,64	0,33	1,65	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	117º
289	SOLANGE FORTES	2,31	1,32	0,99	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	118º
329	ROSEMAR SCHAITEL	2,31	0,99	1,32	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	119º
346	VILMA CAROLINA BROETO	2,31	0,99	1,32	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	120º
249	TATIANE LURDES BRUNETTO TESSARI	1,98	1,32	1,32	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	121º
369	GISELE LUIZ SERAFIM	1,98	1,32	1,32	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	122º
70	LIRA HECKLER	1,98	0,99	1,65	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	123º
287	SOLANGE FIÓRIO	1,65	1,32	1,65	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	124º
263	UDILEI DE SOUZA CHATEL PIOVESAN	2,31	1,32	1,32	1,36	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	125º
392	INDIANARA FERREIRA	2,31	0,99	1,65	1,36	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	126º
133	GISLEIDE APARECIDA RODRIGUES	2,64	1,32	1,32	1,02	6,30	0,00	0,00	6,30	APROVADO(A)	127º
375	LUCIANA BITENCOURT DOS SANTOS	2,64	0,99	1,65	1,02	6,30	0,00	0,00	6,30	APROVADO(A)	128º
63	ROSANGELA SHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA	1,32	0,99	1,32	2,38	6,01	0,00	0,25	6,26	APROVADO(A)	129º
370	REGINA TEDESCO GEHM	1,65	0,99	1,32	2,04	6,00	0,00	0,25	6,25	APROVADO(A)	130º
148	IDAIANE ROVER DE NARDI	2,64	0,33	1,32	1,70	5,99	0,00	0,25	6,24	APROVADO(A)	131º
35	CARLA FIORESE KRUG	2,31	0,66	1,32	1,70	5,99	0,00	0,25	6,24	APROVADO(A)	132º
222	ANA MARIA RODRIGUES PAIANO	2,31	0,66	1,32	1,70	5,99	0,00	0,25	6,24	APROVADO(A)	133º
446	MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ	2,31	0,33	1,65	1,70	5,99	0,00	0,25	6,24	APROVADO(A)	134º
168	ANDERSON TAVARES	1,65	0,33	1,32	2,72	6,02	0,00	0,00	6,02	APROVADO(A)	135º
441	BRUNA BRANCO DE CAMARGO	2,31	0,33	0,99	2,38	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	136º
277	MICHELLI NOVELLO	1,65	0,66	1,32	2,38	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	137º
5	ANDREA DA CRUZ MOREIRA	1,65	0,66	1,32	2,38	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	138º
72	VANESSA NITZ	1,32	0,99	1,32	2,38	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	139º
393	VANICE DA SILVA BILHAR DA SILVA	2,31	0,66	0,99	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	140º
187	LIZIANE SBRUZZI	2,31	0,66	0,99	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	141º
254	ROSEMARI DE SOUZA DUTRA DE MATTOS	2,31	0,33	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	142º
383	MAIRA GALDINO	1,98	0,66	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	143º
193	LAIZ LEBKUCHEN	1,98	0,66	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	144º
421	THAIS PALAVICINI	1,98	0,66	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	145º
136	FRANCIELE DA SILVA	1,65	0,99	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	146º
98	LETÍCIA DE FÁTIMA GONÇALVES TIEPPO	1,65	0,66	1,65	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	147º
417	LIGIA PFLEGER SENEM	2,31	0,66	1,32	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	148º
360	ANA PAULA FIORESE	1,98	1,32	0,99	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	149º
82	MARIA SALETE PIGATTO	1,98	0,66	1,65	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	150º
210	TAIS GARRIDO DE SOUZA	2,31	0,99	1,32	1,36	5,98	0,00	0,00	5,98	APROVADO(A)	151º
328	FABÍOLA TEIXEIRA GOETZE	2,31	0,99	1,32	1,36	5,98	0,00	0,00	5,98	APROVADO(A)	152º
34	ROSÂNGELA RIBEIRO BEHERNS PINTRO	1,32	0,33	1,32	2,72	5,69	0,00	0,25	5,94	APROVADO(A)	153º
179	BEATRIZ APARECIDA BENINCÁ CIARNOSCHI	1,98	0,00	1,32	2,38	5,68	0,00	0,25	5,93	APROVADO(A)	154º
21	SUELEN APARECIDA FERLIN	1,98	0,66	0,99	2,04	5,67	0,00	0,25	5,92	APROVADO(A)	155º
126	MONALIZA SURDI GEMELLI	1,65	0,99	0,99	2,04	5,67	0,00	0,25	5,92	APROVADO(A)	156º
215	JANETE RODRIGUES	1,32	0,99	1,32	2,04	5,67	0,00	0,25	5,92	APROVADO(A)	157º
235	MARIA LUIZA DEZANET	1,98	0,99	0,99	1,70	5,66	0,00	0,25	5,91	APROVADO(A)	158º
361	THAIANE CRISTINA BONATTO	1,98	0,66	1,32	1,70	5,66	0,00	0,25	5,91	APROVADO(A)	159º

218	JUREMA CARICIMI	1,32	1,32	1,32	1,70	5,66	0,00	0,25	5,91	APROVADO(A)	160º
256	JULIANA DRESCH GIUSTI	1,98	0,66	1,65	1,36	5,65	0,00	0,25	5,90	APROVADO(A)	161º
49	ANDRÉA DE ANDRADE	1,32	0,00	1,32	3,06	5,70	0,00	0,00	5,70	APROVADO(A)	162º
284	KARLA DALILA HACK	1,32	0,99	0,66	2,72	5,69	0,00	0,00	5,69	APROVADO(A)	163º
91	NOELI SALETE SCHEUER ZARDO	1,32	0,66	1,32	2,38	5,68	0,00	0,00	5,68	APROVADO(A)	164º
354	JOICE FRANCIÉLE PAROLIN DE CARVALHO	1,32	0,66	1,32	2,38	5,68	0,00	0,00	5,68	APROVADO(A)	165º
374	FERNANDO POGGERE	2,31	0,33	0,99	2,04	5,67	0,00	0,00	5,67	APROVADO(A)	166º
321	IODETE CORDOVA PASSOS	1,98	0,66	0,99	2,04	5,67	0,00	0,00	5,67	APROVADO(A)	167º
217	CALINCA MICHELI ROCHA	1,98	0,66	0,99	2,04	5,67	0,00	0,00	5,67	APROVADO(A)	168º
364	JANICE GONÇALVES DA ROSA	1,98	0,33	1,32	2,04	5,67	0,00	0,00	5,67	APROVADO(A)	169º
60	JESSICA CAROLINE SILVA DE SOUZA	1,98	0,33	1,32	2,04	5,67	0,00	0,00	5,67	APROVADO(A)	170º
75	TAYNA ANDOLFATTO	1,65	1,32	0,99	1,70	5,66	0,00	0,00	5,66	APROVADO(A)	171º
36	FABIANA PAROLIN ANTES	1,65	0,99	1,32	1,70	5,66	0,00	0,00	5,66	APROVADO(A)	172º
343	NEIVETE GONÇALVES DAPPER	2,31	0,66	1,32	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	173º
306	MAIARA FERNANDA DE ALCANTARA	1,98	0,99	1,32	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	174º
439	PAULA MEISTERLIN	1,98	0,66	1,65	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	175º
459	PAMELA WASEN	1,65	1,32	1,32	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	176º
81	KELI FRANCISCATTO DALLA LANA	1,65	0,99	1,65	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	177º
206	NEUSA TREZINHA FORTES	1,98	0,33	1,32	1,70	5,33	0,00	0,25	5,58	APROVADO(A)	178º
389	ROSILENE SALETE DA SILVA	1,65	0,00	1,65	2,04	5,34	0,00	0,00	5,34	APROVADO(A)	179º
298	CARLA APARECIDA MELOTTI	1,98	0,66	0,99	1,70	5,33	0,00	0,00	5,33	APROVADO(A)	180º
461	SANDRA ANDREIA RECALCATTI	1,65	0,66	1,32	1,70	5,33	0,00	0,00	5,33	APROVADO(A)	181º
144	LILIAN PIOVESAN	1,65	0,66	1,32	1,70	5,33	0,00	0,00	5,33	APROVADO(A)	182º
221	MAIELI DE AGOSTINI TIEPO	2,64	0,33	0,99	1,36	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	183º
163	JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN	2,31	0,33	1,32	1,36	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	184º
185	LILIANE DE OLIVEIRA	1,98	0,66	1,32	1,36	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	185º
61	LUCELIA SOBRINHO	2,31	0,66	1,32	1,02	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	186º
191	KAREN ALINE DE FREITAS THOMAZ SAVARIS	1,32	0,66	1,32	1,70	5,00	0,00	0,25	5,25	APROVADO(A)	187º
260	ANGÉLICA BIANCHETTI DA SILVA	1,32	0,66	1,32	1,70	5,00	0,00	0,25	5,25	APROVADO(A)	188º
58	ELAINE CRISTINA HORN	1,98	0,00	0,99	2,04	5,01	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	189º
121	MARISETE DE CORDOVA PASSOS DAHMER	1,65	0,33	0,99	2,04	5,01	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	190º
387	PATRICIA BOTTEGA	1,98	0,00	1,32	1,70	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	191º
264	ANDRÉA SCHMIDT CARDOZO DA SILVA	1,65	0,33	1,32	1,70	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	192º
32	ADRIANA APARECIDA DOS REIS ALVES	1,65	0,99	0,99	1,36	4,99	0,00	0,25	5,24	REPROVADO(A)	--
186	CAMILA THAIS ALVES DA ESPADA	2,31	0,00	1,32	1,36	4,99	0,00	0,00	4,99	REPROVADO(A)	--
362	LÚCIA CATARINA ALVES DE JESUS	1,98	0,33	1,65	1,02	4,98	0,00	0,00	4,98	REPROVADO(A)	--
363	SUELLEN APARECIDA BECKER	1,32	0,66	0,99	1,70	4,67	0,00	0,00	4,67	REPROVADO(A)	--
285	CHARLENE ALMEIDA	1,32	0,33	1,32	1,70	4,67	0,00	0,00	4,67	REPROVADO(A)	--
44	GISLAINE CLARO DOS SANTOS	1,65	0,33	1,32	1,36	4,66	0,00	0,00	4,66	REPROVADO(A)	--
198	VALÉRIA APARECIDA MARIA NUNES VELHO	1,32	0,66	1,32	1,36	4,66	0,00	0,00	4,66	REPROVADO(A)	--
273	NALIGIA MATTIUZ	1,32	0,66	1,32	1,36	4,66	0,00	0,00	4,66	REPROVADO(A)	--
266	TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER	0,99	0,99	1,32	1,02	4,32	0,00	0,25	4,57	REPROVADO(A)	--
308	DENYSE CARLETI	1,65	0,33	0,66	1,70	4,34	0,00	0,00	4,34	REPROVADO(A)	--

146	LEONILCE BASOTTI SLOGO	1,32	0,66	0,66	1,70	4,34	0,00	0,00	4,34	REPROVADO(A)	--
228	FERNANDA FACHIN VIEIRA	1,32	0,33	0,99	1,70	4,34	0,00	0,00	4,34	REPROVADO(A)	--
267	DILCÉLIA PARIZE PIOVESAN	0,99	0,33	1,32	1,70	4,34	0,00	0,00	4,34	REPROVADO(A)	--
283	ELIDIANE FRANCIELI LIERMANN	0,99	0,33	1,32	1,70	4,34	0,00	0,00	4,34	REPROVADO(A)	--
274	ROSILDE CALDEROLI BORTOLINI	1,32	0,66	0,99	1,36	4,33	0,00	0,00	4,33	REPROVADO(A)	--
39	REJANE DOS SANTOS	1,32	0,33	1,32	1,36	4,33	0,00	0,00	4,33	REPROVADO(A)	--
40	FRANCIELI NEIVA MEDEIROS	1,98	0,66	0,99	0,68	4,31	0,00	0,00	4,31	REPROVADO(A)	--
181	SONIA MAIA MORAES ZENATTI	1,65	0,33	1,65	0,68	4,31	0,00	0,00	4,31	REPROVADO(A)	--
452	LUCIANA SALETE DA CAS	0,99	0,33	1,32	1,36	4,00	0,00	0,25	4,25	REPROVADO(A)	--
105	GRAZIELA DE MARCO BASSO	0,99	0,00	1,32	1,70	4,01	0,00	0,00	4,01	REPROVADO(A)	--
229	ALINE PRONER	0,66	0,66	0,99	1,70	4,01	0,00	0,00	4,01	REPROVADO(A)	--
20	JESSICA FABIANA PAGNO	1,65	0,66	1,32	0,34	3,97	0,00	0,00	3,97	REPROVADO(A)	--
141	IVONE R DE SOUZA KACZUR	0,66	0,33	1,32	1,36	3,67	0,00	0,25	3,92	REPROVADO(A)	--
10	LUCIELE HENGERS	1,65	0,00	0,66	1,36	3,67	0,00	0,00	3,67	REPROVADO(A)	--
262	JESSICA KANGENSKI DA SILVA	1,32	0,66	0,66	0,68	3,32	0,00	0,00	3,32	REPROVADO(A)	--
15	CICELE CRISTINA HARO GUEDES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
207	LUCIANA DE FÁTIMA BARBOSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
447	RAQUEL PELISSARI KATSCHOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
13	LEANIR AP.P.PALAVECHINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
388	SIDIANE LEITE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
344	MAIARA SLAVIERO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO – CIÊNCIAS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
48	PATRÍCIA TREVISOL	2,64	1,32	1,32	2,38	7,66	0,00	0,25	7,91	APROVADO(A)	1º
131	FRANCIELLI MELLO FERRI	1,98	0,99	1,65	2,72	7,34	0,00	0,00	7,34	APROVADO(A)	2º
335	MARIA REGINA FALCHETTI	2,31	1,65	1,32	1,70	6,98	0,00	0,25	7,23	APROVADO(A)	3º
200	NORIDIANE FERREIRA MAGAINS	2,31	1,65	1,65	1,36	6,97	0,00	0,00	6,97	APROVADO(A)	4º
22	JULIANA LETICIA DEBERTOLIS CAVALLI	2,31	0,99	1,32	1,36	5,98	0,00	0,25	6,23	APROVADO(A)	5º
88	VALDEMAR DA CRUZ	2,31	0,33	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	6º
282	TATIANE FATTORI BORTOLI	2,31	0,66	0,99	1,70	5,66	0,00	0,25	5,91	APROVADO(A)	7º

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO – LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
423	PATRÍCIA DALLA COA	2,97	0,99	1,65	2,72	8,33	0,00	0,00	8,33	APROVADO(A)	1º
150	WANEISSA FRANCO SOBRAL	2,97	1,65	1,65	2,04	8,31	0,00	0,00	8,31	APROVADO(A)	2º
468	ANDREIA DE CÓRDOVA	1,98	1,32	1,32	1,36	5,98	0,00	0,00	5,98	APROVADO(A)	3º

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO – LÍNGUA PORTUGUESA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
413	CÍCERO DA SILVA E SOUZA AARÃO	3,30	0,99	1,32	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	1º
334	ELIXANDRA MELISSA VIEIRA	2,31	1,65	1,32	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	2º
245	FABIANI REGINA BOF	2,64	0,99	1,32	2,04	6,99	0,00	0,25	7,24	APROVADO(A)	3º
286	JULIANA SOBOTKA TIEPO	2,31	0,99	1,32	1,36	5,98	0,00	0,00	5,98	APROVADO(A)	4º
31	SONIA STOFFELDE SOUZA	2,64	0,66	1,65	0,68	5,63	0,00	0,25	5,88	APROVADO(A)	5º
331	LAYANA GABRIELA SILVA PAIVA	2,64	0,33	0,99	1,02	4,98	0,00	0,00	4,98	REPROVADO(A)	--

140	KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERTI	1,65	0,33	0,99	1,70	4,67	0,00	0,25	4,92	REPROVADO(A)	--
188	LIDIANE GOMES SIQUEIRA SILVA	1,32	0,66	1,32	1,36	4,66	0,00	0,00	4,66	REPROVADO(A)	--

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO – MATEMÁTICA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
437	ROSANGELA DURIGON CERONI	2,31	1,65	1,32	2,38	7,66	0,00	0,25	7,91	APROVADO(A)	1º
86	ANDRÉIA APARECIDA RODRIGUES DA CRUZ	2,64	1,65	1,32	1,70	7,31	0,00	0,25	7,56	APROVADO(A)	2º
433	FERNANDA CORSO	1,98	1,65	1,65	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	3º
415	FABIANA SERENA	1,98	0,66	0,99	2,38	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	4º
226	CÉLIA FRIGO	1,65	1,32	1,32	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	5º
428	SHIRLEN FERREIRA TONET	2,64	0,99	0,99	1,02	5,64	0,00	0,00	5,64	APROVADO(A)	6º
19	ROBERTO CARLOS DA SILVA	1,98	0,99	0,99	1,02	4,98	0,00	0,00	4,98	REPROVADO(A)	--
352	GUSTAVO FAUSTO SAAVEDRA TERAN	1,65	0,99	1,32	0,34	4,30	0,00	0,25	4,55	REPROVADO(A)	--
443	JOSÉ J. FALCHETTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
407	DJWLLY KANAÃ ROSA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
176	MARISETE ALVES DIAS	3,30	1,65	1,65	2,04	8,64	0,00	0,00	8,64	APROVADO(A)	1º
350	PATRICIA PELISSER	3,30	1,65	1,65	1,36	7,96	0,00	0,25	8,21	APROVADO(A)	2º
27	VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA	2,97	1,32	1,65	2,04	7,98	0,00	0,00	7,98	APROVADO(A)	3º
276	JANAITA DALMORO	2,31	1,32	1,32	2,72	7,67	0,00	0,25	7,92	APROVADO(A)	4º
288	ALZIRA MAESTRI	1,98	0,99	1,32	2,72	7,01	0,00	0,25	7,26	APROVADO(A)	5º
300	MIRIAM MARIA SCHLINDWEIN	1,98	1,32	1,32	2,38	7,00	0,00	0,25	7,25	APROVADO(A)	6º
11	LUCIANE CALDART	2,64	0,99	1,65	1,70	6,98	0,00	0,25	7,23	APROVADO(A)	7º
16	JOSELAINE DE SOUZA	2,64	0,99	1,32	2,04	6,99	0,00	0,00	6,99	APROVADO(A)	8º
250	SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI	2,64	1,32	1,65	1,36	6,97	0,00	0,00	6,97	APROVADO(A)	9º
325	MARCIA SOLANGE DEBARBA VERGANI	2,31	0,99	1,32	2,04	6,66	0,00	0,25	6,91	APROVADO(A)	10º
227	LUCIANE FERREIRA BRANDÃO	2,31	1,65	1,32	1,36	6,64	0,00	0,25	6,89	APROVADO(A)	11º
84	DANIELA SOUZA	1,98	0,99	1,32	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	12º
156	ROSANGELA MARIA DALLA COSTA	1,65	1,32	1,32	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	13º
7	MANUELA DI DOMENICO	2,97	0,66	1,32	1,70	6,65	0,00	0,00	6,65	APROVADO(A)	14º
173	THAIS LIANA BELLÓ COLUSSO	2,64	0,66	1,65	1,70	6,65	0,00	0,00	6,65	APROVADO(A)	15º
205	DANIELA APARECIDA SIMIONI	2,64	0,66	1,65	1,70	6,65	0,00	0,00	6,65	APROVADO(A)	16º
125	ELAINE RODRIGUES	2,97	1,32	1,32	1,02	6,63	0,00	0,00	6,63	APROVADO(A)	17º
454	ANDREA LANGE	2,64	1,32	1,65	1,02	6,63	0,00	0,00	6,63	APROVADO(A)	18º
436	DANIELI FELL FERNANDES DA SILVA	1,65	1,32	1,32	2,04	6,33	0,00	0,25	6,58	APROVADO(A)	19º
358	DANIELI FAVARO	2,31	0,66	1,65	1,70	6,32	0,00	0,25	6,57	APROVADO(A)	20º
313	EDELIR FATIMA DEITOS	1,98	1,32	1,65	1,36	6,31	0,00	0,25	6,56	APROVADO(A)	21º
258	CARINA BUCHALI MARCA	2,64	1,32	1,65	0,68	6,29	0,00	0,25	6,54	APROVADO(A)	22º
55	ANA CLAUDIA HERMANN	2,31	0,99	1,32	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	23º
440	FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND	1,98	1,32	1,32	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	24º
123	LEILA TREVISOL	1,65	1,32	1,65	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	25º

106	ELIETE GRIGGIO TONIN	1,32	1,65	1,65	1,70	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	26º
242	NEIDE SANTANA	2,31	0,99	1,65	1,36	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	27º
59	JULIANA SBRUZZI	2,64	1,32	1,32	1,02	6,30	0,00	0,00	6,30	APROVADO(A)	28º
118	KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN	2,64	0,99	1,65	1,02	6,30	0,00	0,00	6,30	APROVADO(A)	29º
124	ANA RAQUEL MARCON	1,98	1,32	0,99	1,70	5,99	0,00	0,25	6,24	APROVADO(A)	30º
96	MARLENE DOLSAN	2,64	1,32	1,32	0,68	5,96	0,00	0,25	6,21	APROVADO(A)	31º
431	TICIANA DE RESENDE	1,65	0,99	1,65	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	32º
26	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	2,64	0,99	0,99	1,36	5,98	0,00	0,00	5,98	APROVADO(A)	33º
225	LUCINÉIA APARECIDA SLAVIERO	2,31	0,99	1,32	1,36	5,98	0,00	0,00	5,98	APROVADO(A)	34º
219	MARIA ELIZABETE ALVES	1,32	0,99	1,65	1,70	5,66	0,00	0,25	5,91	APROVADO(A)	35º
425	ALEXANDRA APARECIDA DE MATTOS GIRARDI	2,31	0,99	1,65	0,68	5,63	0,00	0,25	5,88	APROVADO(A)	36º
372	PATRICIA DEMARTINI	2,31	0,99	1,32	0,68	5,30	0,00	0,50	5,80	APROVADO(A)	37º
345	EUNICE RIBEIRO DE CAMPOS DA SILVA	1,32	0,66	1,32	2,38	5,68	0,00	0,00	5,68	APROVADO(A)	38º
297	FRANCELI FRIGO	1,65	0,66	1,65	1,70	5,66	0,00	0,00	5,66	APROVADO(A)	39º
24	SHIRLEI IARA MOREIRA	2,31	0,33	1,65	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	40º
294	KÁTIA REGINA VACARI DA ROSA	2,31	0,66	1,32	1,02	5,31	0,00	0,25	5,56	APROVADO(A)	41º
368	AMARILIA APARECIDA RIBEIRO DAMBROS	1,98	1,32	0,99	1,02	5,31	0,00	0,25	5,56	APROVADO(A)	42º
110	MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI	2,64	0,66	1,65	0,34	5,29	0,00	0,25	5,54	APROVADO(A)	43º
157	NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO	1,98	0,33	1,32	1,70	5,33	0,00	0,00	5,33	APROVADO(A)	44º
314	MÁRCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS	1,98	0,33	1,65	1,36	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	45º
41	LUCIANA SCHULER ROSEGHINI	2,31	0,66	1,32	1,02	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	46º
128	FABIANA SCHMIDT DOS SANTOS	2,31	0,66	1,32	1,02	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	47º
101	SIMONE DALLA NORA	2,31	0,66	1,32	1,02	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	48º
391	ALEXANDRA APARECIDA RIGO ZANCHETTA	1,65	0,99	1,65	1,02	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	49º
365	LUANA APARECIDA FILIPINI	2,31	0,99	1,32	0,68	5,30	0,00	0,00	5,30	APROVADO(A)	50º
309	CONSTANCIA RODRIGUES	1,65	0,00	1,65	1,70	5,00	0,00	0,25	5,25	APROVADO(A)	51º
220	VARNEI BARCARO	1,65	0,99	0,99	1,36	4,99	0,00	0,00	4,99	REPROVADO(A)	--
327	GIOVANA APARECIDA RODRIGUES	1,65	0,66	1,32	1,36	4,99	0,00	0,00	4,99	REPROVADO(A)	--
318	VANESSA MATOS DE SOUZA PEREIRA	1,65	0,66	1,32	1,36	4,99	0,00	0,00	4,99	REPROVADO(A)	--
18	VANDRÉIA PEREIRA CARDOSO DOS PASSOS	1,98	0,66	1,32	1,02	4,98	0,00	0,00	4,98	REPROVADO(A)	--
427	MARCIA BORSOI	1,65	1,32	0,99	1,02	4,98	0,00	0,00	4,98	REPROVADO(A)	--
172	SHEILA APARECIDA MARTINAZZO PAGLIOSA	1,98	0,33	1,32	1,02	4,65	0,00	0,00	4,65	REPROVADO(A)	--
456	KELY JULIANA VICENTE	1,98	0,33	1,32	1,02	4,65	0,00	0,00	4,65	REPROVADO(A)	--
397	LUCIANA MARIA ALBUQUERQUE CAVANUS	1,65	0,66	1,32	1,02	4,65	0,00	0,00	4,65	REPROVADO(A)	--
95	FÁTIMA ZARTH	1,65	1,32	1,32	0,34	4,63	0,00	0,00	4,63	REPROVADO(A)	--
174	EDA NAIR BASEGGIO	0,99	1,32	0,99	1,02	4,32	0,00	0,25	4,57	REPROVADO(A)	--
385	LUCIANE DONDONI	0,99	0,66	1,32	1,36	4,33	0,00	0,00	4,33	REPROVADO(A)	--
465	SIMONE APARECIDA FRANÇA	1,98	0,99	0,66	0,68	4,31	0,00	0,00	4,31	REPROVADO(A)	--
153	JOICE SALETE ROSSONI NEGRI	1,65	0,00	1,32	1,02	3,99	0,00	0,00	3,99	REPROVADO(A)	--
202	LILIAN CRISTINE MOREIRA	1,32	0,66	1,32	0,68	3,98	0,00	0,00	3,98	REPROVADO(A)	--
398	LILIAN THAIS DIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
51	ALESSANDRA COLUSSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
76	AMANDA LUZIA FERRANDIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA											
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
467	FELIPE BURTULUZZI	2,64	1,32	1,65	2,72	8,33	0,00	0,00	8,33	APROVADO(A)	1º
469	CLÁUCIA KÄFER MAIOLI	2,64	1,65	1,65	2,04	7,98	0,00	0,00	7,98	APROVADO(A)	2º
348	LUÍS FERNANDO SIMI LENZ	2,97	1,65	0,99	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	3º
167	MÁRCIO ALEX CARDOSO BELAR-DONY	2,64	1,65	1,32	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	4º
355	ALINE ZAGONEL	2,31	1,65	1,65	2,04	7,65	0,00	0,00	7,65	APROVADO(A)	5º
161	LUCIANE BORGES DO AMARAL	2,64	0,99	1,32	2,38	7,33	0,00	0,00	7,33	APROVADO(A)	6º
134	CLAITON ANTONIO PEREIRA	2,64	1,65	0,99	2,04	7,32	0,00	0,00	7,32	APROVADO(A)	7º
463	RODRIGO ROSANELLI	1,98	0,99	1,32	2,72	7,01	0,00	0,00	7,01	APROVADO(A)	8º
450	DIEGO DA SILVEIRA PADILHA	2,31	1,32	1,32	2,04	6,99	0,00	0,00	6,99	APROVADO(A)	9º
395	FABIANE TAIS FORMIGUERI	2,64	1,32	1,32	1,70	6,98	0,00	0,00	6,98	APROVADO(A)	10º
241	KLEBER DUARTE MOREIRA	2,64	1,32	1,32	1,70	6,98	0,00	0,00	6,98	APROVADO(A)	11º
94	JULIO PASQUAL RIGO	1,65	1,32	1,32	2,04	6,33	0,00	0,25	6,58	APROVADO(A)	12º
377	ANDRÉIA MARIA BERNARDT	2,31	0,99	0,99	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	13º
291	DAIANA APARECIDA VALMORBIDA	1,98	1,65	1,32	1,36	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	14º
233	FABIANO ZARDO	1,98	1,32	1,65	1,36	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	15º
33	DIONATHAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	1,65	0,66	1,32	2,38	6,01	0,00	0,25	6,26	APROVADO(A)	16º
444	ALEXANDRE OLIVEIRA DA LUZ	2,64	0,33	0,99	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	17º
240	CARISE APARECIDA ALVES SOUZA	1,98	0,66	1,32	2,04	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	18º
268	GABRIELA ABATTI	1,65	0,99	1,32	1,70	5,66	0,00	0,00	5,66	APROVADO(A)	19º
342	MAIELI DA SILVA AMORA	1,98	1,32	0,99	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	20º
159	CLARICE DE FATIMA CHRISTOFOLLI SCHMAUTZ	1,65	0,33	1,32	1,70	5,00	0,00	0,25	5,25	APROVADO(A)	21º
414	ISABEL CRISTINA CATTANI	1,32	0,99	0,99	1,70	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	22º
164	KARINI SIMADON	1,65	0,33	1,32	1,36	4,66	0,00	0,00	4,66	REPROVADO(A)	--
373	MACKSUEL OSMAR DA SILVA	1,65	0,00	1,32	1,36	4,33	0,00	0,00	4,33	REPROVADO(A)	--
453	JOSÉ TARCISIO ALMEIDA ADÃO	1,32	0,00	1,32	1,36	4,00	0,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--
295	ANA PAULA ABE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
430	LUAN PATRIC MELERE SOBRINHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, DE 6º AO 9º ANO – ARTE

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
349	ROSANA SIMI LENZ	2,97	1,65	1,32	1,36	7,30	0,00	0,00	7,30	APROVADO(A)	1º
248	GERUSA SCAPINI SLOGO	2,31	0,66	1,32	2,38	6,67	0,00	0,00	6,67	APROVADO(A)	2º
367	MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	2,64	0,66	1,65	1,70	6,65	0,00	0,00	6,65	APROVADO(A)	3º
3	ANDRESSA STREY	2,97	0,99	1,32	1,36	6,64	0,00	0,00	6,64	APROVADO(A)	4º
339	SUELI FERRAZ DOS SANTOS	2,31	0,33	1,32	2,04	6,00	0,00	0,25	6,25	APROVADO(A)	5º
109	LENITA LAVRATTI PEREIRA	1,32	0,99	1,32	1,70	5,33	0,00	0,00	5,33	APROVADO(A)	6º
171	NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN	0,99	0,33	1,32	2,38	5,02	0,00	0,25	5,27	APROVADO(A)	7º
347	ANA CLAUDIA ALBERTI	2,31	0,33	0,99	1,02	4,65	0,00	0,00	4,65	REPROVADO(A)	--
366	ELISA CARMEM RIBEIRO DOS SANTOS	0,99	0,00	1,32	2,04	4,35	0,00	0,00	4,35	REPROVADO(A)	--
112	CLECIANE CALEGARI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

246	SABRINA APARECIDA DADALT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, DE 6º AO 9º ANO – GEOGRAFIA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
160	ROSANE TERESINHA KATAFESTA	1,32	0,33	1,65	3,06	6,36	0,00	0,25	6,61	APROVADO(A)	1º
29	ROSILDE BACHES	1,65	0,99	1,32	2,04	6,00	0,00	0,25	6,25	APROVADO(A)	2º
68	ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIM	1,98	0,99	1,32	1,36	5,65	0,00	0,25	5,90	APROVADO(A)	3º

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, DE 6º AO 9º ANO – HISTÓRIA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1	TIAGO HOFFELDER	2,97	1,65	1,65	2,04	8,31	0,00	0,00	8,31	APROVADO(A)	1º
315	ANA MARA DE FREITAS SOARES	2,64	1,32	1,32	2,38	7,66	0,00	0,25	7,91	APROVADO(A)	2º
232	MARIA HELENA ELEUTÉRIO DA SILVA	1,98	1,32	1,32	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	3º
178	JAQUELINI STORTI CASSANIGA	1,98	0,99	1,65	2,38	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	4º
230	DANIELI SCHLEMMER	2,64	0,99	1,65	1,36	6,64	0,00	0,00	6,64	APROVADO(A)	5º
223	SELMAR JOSÉ KLEIN	2,31	1,32	1,32	1,36	6,31	0,00	0,25	6,56	APROVADO(A)	6º
142	ELTON DIONATA QUEIROZ	2,64	1,32	1,65	0,68	6,29	0,00	0,00	6,29	APROVADO(A)	7º
353	OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI	1,65	0,33	1,32	2,72	6,02	0,00	0,25	6,27	APROVADO(A)	8º
129	ROSANE SALETE DE LIMA	2,31	0,66	1,65	1,02	5,64	0,00	0,25	5,89	APROVADO(A)	9º
462	FRANCIANE INES CARDOSO SCHNEIDER	1,65	1,32	0,66	2,04	5,67	0,00	0,00	5,67	APROVADO(A)	10º
135	CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	2,64	0,33	1,32	1,36	5,65	0,00	0,00	5,65	APROVADO(A)	11º
406	MARLENE PASTORI BOTT	1,65	0,66	1,32	1,70	5,33	0,00	0,25	5,58	APROVADO(A)	12º
330	REJANE SALETE FLORES COR-DAZZO	1,65	0,66	1,65	1,36	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	13º
269	MARIDIANI APARECIDA PAZ PADILHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
199	SÍLVIO ANTONIO DE OLIVEIRA	1,98	0,66	1,32	3,06	7,02	0,00	0,00	7,02	APROVADO(A)	1º
304	JHOSER CRISTIAN DA CRUZ	2,31	1,32	0,66	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	2º
4	RONALDO DALLA COSTA	1,32	1,65	1,32	1,70	5,99	0,00	0,00	5,99	APROVADO(A)	3º
25	ALMIRO DE OLIVEIRA	0,99	0,99	1,32	2,04	5,34	0,00	0,00	5,34	APROVADO(A)	4º
405	ROBSON VEIGA	1,65	0,33	0,99	2,04	5,01	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	5º

PROFESSOR DE MÚSICA (COM HABILIDADE EM TRABALHAR COM FANFARRA)

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
310	ODERLAN LIMA CAVALCANTI	2,97	1,65	1,32	2,38	8,32	0,00	0,00	8,32	APROVADO(A)	1º
445	JOCEMIR CLAYTON MOREIRA	1,98	0,99	1,32	2,04	6,33	0,00	0,00	6,33	APROVADO(A)	2º
322	THIAGO PELLICOLI DEITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

Joaçaba, SC, 22 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba, SC

PLOSS**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016/PLOSS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLOSS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016/PLOSS

O Diretor-executivo do PLOSS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR a Dispensa de licitação nº 01/2016/PLOSS nos seguintes termos:

- Modalidade: Dispensa de Licitação nº 01/2016/PLOSS.

- Objeto: locação de software do sistema de saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2016.

- Valor total mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 11 de janeiro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLOSS

Lages

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 197/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERM O ADITIVO AO CONTRATO 197/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.703.684/0001-50 com sede Rua Antônio Edu Vieira, 646 – S-01 Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2015, correlato à Tomada de Preços nº 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Ampliação do CEIM Iraci Souza Steinke, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 11 de novembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 197/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERM O ADITIVO AO CONTRATO 197/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.703.684/0001-50 com sede Rua Antônio Edu Vieira, 646 – S-01 Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2015, correlato à Tomada de Preços nº 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Ampliação do CEIM Iraci Souza Steinke, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato. Conforme solicitação da Secretaria da Educação, com anuência da Secretaria da fazenda Of. 334/2015 e com parecer jurídico PROGEM (Favorável), ADITA-SE ao valor inicial do contrato a quantia de R\$ 38.300,21 (trinta e oito mil e trezentos reais e vinte e um centavos), correspondendo a 24,01%.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 22 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES N. 01/2016

Edital de Convocação do Conselho Municipal de Contribuintes n. 01/2016

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do disposto no art. 15 do Regimento Interno, vem, por meio deste, convocar os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, bem como dar ciência aos interessados, de sessão extraordinária a ser realizada no dia 19.01.2016, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Voluntário Carpes, 155, Centro, Laguna/SC, onde serão julgados os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo n. 3639/14 (Apenso 5397/13 e 2191/13)

Interessado: Shwanck Comércio e Transportes Ltda.

Relator: Nelson Abraham Netto

Processo Administrativo n. 1297/15

Interessado: Vilmar João Constantino

Relator: Samir Ahmad

Processo Administrativo n. 4452/14

Interessado: Laboratório Spillere Ltda.

Relator: Nelson Gomes Mattos

Processo Administrativo n. 674/15 (Apenso 1877/15; 086/15; 2301/14; 740/15; 2433/14; 1038/08; 3656/08)

Interessado: Laguna Navegação Ltda.

Relator: Ivo Perin

Observação: Os processos para julgamento estão à disposição dos interessados para consulta.

Publique-se no Diário Oficial do Município.

Laguna, 11 de janeiro de 2016.

Luís Fernando Nandi Vicente

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Lauro Muller

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 201/2015 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 201/2015 PMLM

Contrato 201/2015

Processo Licitatório nº 93/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 93/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição remanescente de certame anterior de mobiliário para a creche de Barro Branco atendendo as demandas da Secretaria de Educação do município de Lauro Muller - SC

Contratado: ALF COM. DE ELETRODOMESTICOS LTDA

Valor global: R\$ 6.353,00 (seis mil trezentos e cinquenta e três reais).

Vigencia :03/12/2015 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL02/2016. PROCESSO Nº03/2016

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação Nº DL02/2016. Processo nº03/2016

Com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1471/2014OBJETO: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública – MIP para o ano de 2016. Valor total de R\$ 72.600,00 (Setenta e dois mil e seiscentos reais).

R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais) é o valor mensal estimado da despesa. Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente serviços de telefonia móvel para o ano de 2016. Valor total de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), R\$ 400,00 (quatrocentos reais) é o valor mensal estimado da despesa delegada. CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA CNPJ:12.075.748/0001-32. DATA DE RATIFICAÇÃO: 12/01/2016

Lebon Régis, 12 de janeiro de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal.

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 003/2016**

DECRETO Nº 003, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL"

O Prefeito Municipal em Exercício de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 20,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	20,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	20,00
Função	04	Administração	20,00
Sub-função	122	Administração Geral	20,00
Programa	003	Gestão Geral e Administrativa	20,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	20,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20,00
Modalidade Aplicação	93	Aplicações Diretas de correntes de Operações entre Órgãos	20,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	20,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			20,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	20,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	20,00
Função	04	Administração	20,00
Sub-função	122	Administração Geral	20,00
Programa	003	Gestão Geral e Administrativa	20,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças	20,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	20,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			20,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de janeiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE POSSE DO CONSELHO TUTELAR DE LUZERNA

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016-2020

Aos dez dias do mês de janeiro de 2016, às 08h00min, no Gabinete do Prefeito, situado Av 16 de Fevereiro, no município de Luzerna, Santa Catarina, reuniram-se para cerimônia de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no processo de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias de outubro de 2015, a Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Sra Elaine Weirich, o Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Juliano Schneider, e demais servidores e convidados, conforme a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, a Lei Municipal nº 045/97 e suas alterações, bem como Edital publicado por este Conselho em 01/04/2015 que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares em Luzerna. Em atendimento ao que determina o artigo 139º, §2º do ECA (incluído pela Lei nº 12696, de 2012) deu-se início a solenidade de diplomação e posse dos novos conselheiros tutelares municipais. Foram convidados para compor a mesa a Presidente do CMDCA, Elaine Weirich, o Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Juliano Schneider. A Cerimônia de Diploma e Posse foi iniciada pela Presidente do CMDCA . A Diplomação e Posse dos conselheiros foi realizada por Juliano Schneider, prefeito em exercício, estando o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Luzerna assim constituído, por ordem alfabética: Conselheiros Tutelares Titulares 2016-2020: Ana Paula Valduga, Lauriane Sarita Matte, Márcia Gatelli Patzlaff, Margarete T. Peliciolli, Tatiana Krug; Conselheiros Suplentes 2016-2020: Daiane Kleinubing, Gabriela Dezanet, Júlio Cesar Fuhr, Marilena M. de Souza, Neiva Marli Furh Junges. Após a entrega do Diploma e da assinatura do termo de posse, a solenidade foi encerrada às 08h30min sendo que essa ata foi redigida por mim, Tatiane Schmitz, estagiária dos conselhos, e será assinada pelos presentes. Compareceram os seguintes conselheiros tutelares: Tatiana Krug, Márcia Gatelli Patzlaff, Neiva Marli Furh Junges, Marilena M. de Souza, Ana Paula Valduga, Margarete T. Peliciolli, Lauriane Sarita Matte, Gabriela Dezanet.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 24/2016

DECRETO Nº 24, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada PATRÍCIA DIAS DA CUNHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.442.679-30, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 05 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 25/2016

DECRETO Nº 25, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARIA CRISTINA MACHADO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 028.906.629-85, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 03 ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 26/2016

DECRETO Nº 26, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada ALICE BREMM PITON, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.209.069-58, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 04 ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 27/2016

DECRETO Nº 27, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada DIRCE TEREZINHA EBERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 050.236.129-88, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 11 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 28/2016

DECRETO Nº 28, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada ELENIR KOROCH DA COSTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 021.800.889-90, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 06 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 29/2016

DECRETO Nº 29, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada GRACIELA ALBUQUERQUE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 070.401.249-98, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 04 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 30/2016

DECRETO Nº 30, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada IRMA GUERRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 693.010.349-72, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 08 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 31/2016

DECRETO Nº 31, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada LOURDES MARIA SCHWARTZ VERTMANN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 526.185.529-20, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 03 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 32/2016

DECRETO Nº 32, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada ELENITA LEVISKI RAFFLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 781.818.609-34, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 09 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 33/2016

DECRETO Nº 33, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada IJANI FREITAG DE SOUZA LIMA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 590.056.379-00, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 05 ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 34/2016

DECRETO Nº 34, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada IVONE WERMUTH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 016.796.169-19, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 07 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 35/2016

DECRETO Nº 35, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada LUCIANE HAEBERLING ROSSA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.774.899-70, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 01 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 36/2016

DECRETO Nº 36, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARINEZ ECHER SCHAEFER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.351.829-51, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 12 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 37/2016

DECRETO Nº 37, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARIA JANETE ROS-SATTO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 430.851.729-04, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 08 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 38/2016

DECRETO Nº 38, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARIA REZENDE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 800.080.979-68, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 06 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 39/2016

DECRETO Nº 39, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada CLAUDINETE DE JESUS SILVA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 955.922.453-00, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 04 ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 40/2016

DECRETO Nº 40, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre criação de sala de situação e definição dos órgãos que a compõem e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme a Lei Federal nº 8.080/1990 e o Decreto Federal nº 7.508/2011 e segundo a Nota Técnica 08/2015/DIVE,

DECRETA:

Art. 1º Fica por este Decreto criada a SALA DE SITUAÇÃO, para coordenação e monitoramento das ações de controle e combate ao mosquito transmissor da Dengue, Febre Chicungunya e Zika Vírus, Aedes Aegypti.

Art. 2º Caberá à Sala de Situação, entre outras atribuições, coordenar as ações e operações formadas por equipes de diferentes áreas com funções específicas para o planejamento de metas e estratégias para o combate do mosquito Aedes Aegypti, em nível municipal.

Art. 3º A Sala de Situação funcionará junto ao Setor de Vigilância em Saúde (Epidemiológica, Sanitária e Ambiental), sala anexa à Prefeitura Municipal de Maravilha, sita à Av. Euclides da Cunha, nº 60, Centro, Maravilha/SC.

Art. 4º Comporão a Sala de Situação os seguintes órgãos e entidades, através da indicação de representantes:

- Secretaria Municipal de Saúde;
- Setor de Vigilância em Saúde;
- Coordenação da Atenção Básica.
- Secretaria Municipal Educação;
- Secretaria Municipal de Obras;
- Corpo de Bombeiros;
- Defesa Civil e,
- Sociedade Civil Organizada

Art. 5º A Sala de Situação estará sob a coordenação do Sr. Francis Balestreri, Biólogo e Coordenador Municipal da Dengue.

Art. 6º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 43/2016

DECRETO Nº 43, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada ELENIR ANA CENADESE DELAZERE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 771.030.929-15, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 10 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIA n.º 006/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita LUCIANA FAUSTINO, do cargo de Conselheira Tutelar, exercendo suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 007/2016

PORTARIA n.º 007/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MARIA APARECIDA NATAL MATEUS, do cargo de Conselheira Tutelar, exercendo suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 008/2016

PORTARIA n.º 008/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita PAULA SERAFIM PEDRO, do cargo de Conselheira Tutelar, exercendo suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 009/2016

PORTARIA n.º 009/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MARIVALDA T. M. FOGAÇA, do cargo de Conselheira Tutelar, exercendo suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 010/2016

PORTARIA n.º 010/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora MARIVALDA TESSA MARTINS FOGAÇA, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, para exercer suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A nomeação poderá ser rescindida a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Janeiro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 011/2016

PORTARIA n.º 011/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora PAULA SERAFIM PEDRO, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, para exercer suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A nomeação poderá ser rescindida a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Janeiro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 013/2016

PORTARIA n.º 012/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora LUCIANA FAUSTINO, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, para exercer suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A nomeação poderá ser rescindida a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Janeiro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 014-2016

PORTARIA n.º 014/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor HENRIQUE ANTONIO MANFREDINI, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, para exercer suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A nomeação poderá ser rescindida a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Janeiro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº012/2016

PORTARIA n.º 010/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei 1505/2011, de 20 Julho de 2011, Lei 1517/2011, 1682/2015 e 1699/2015 de 24 de Novembro de 2015, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora MARIA APARECIDA NATAL MATUS, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, para exercer suas atividades no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A nomeação poderá ser rescindida a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Janeiro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC – CIS/AMEOSC

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.1007/05.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 001/2016.

VALOR: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 11 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 002/2016 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC – CIS/AMEOSC

OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de MONDAÍ, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 001/2016.

VALOR: R\$ 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 11 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: EL CONTABILIDADE LTDA.

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de treinamento e assessoria no âmbito da Administração Pública, compreendendo as áreas administrativa, financeira, patrimonial, planejamento, tesouraria, contábil e contraditórios ao Tribunal de Contas do Estado, com contínua capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades administrativas, mediante a realização de reuniões, instruções no local de trabalho e orientações a distância via e-mail, telefone, fax e outros meios eletrônicos, com encontros presenciais no Município e o restante podendo ser a distância ou com as ferramentas de internet, telefone e acesso remoto, para Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 16/2015.

VALOR: R\$ 80.575,00 (oitenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 1º de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 11 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 001/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2016

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito em Exercício, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 02/2016 e, com fulcro no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Constitui-se como objeto do presente Termo, contratação dos serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Mondaí, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Ameosc (CIS-AMEOSC), CNPJ nº. 02.311.972/0001-22.

VALOR: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

Mondaí – SC, 11 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 001/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 001/2016 - registro de preços
TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico destinado para manutenção atividades Fundo Municipal da Saúde do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 22 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 22 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondaí.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 11 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 002/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 002/2016 – registro de preços

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de Material Didático Pedagógico para o 6º e 7º ano do Ensino Fundamental da Rede de Ensino Fundamental no Município de Mondaí - SC..

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14h55min do dia 22 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 22 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 11 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 003/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 003/2016 – registro de preços

TIPO: Melhor preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetor de câmara de ar, destinados para manutenção veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 25 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 25 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 11 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 143/2015 PMN --- RETIFICADO III ---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 143/2015 PMN

--- RETIFICADO III ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA OBRA DE AMPLIAÇÃO (COM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO) E REGULARIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA HOSTIM DA COSTA, LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 11/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 11/02/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 11 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 186/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 186/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: 26/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 26/02/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 11 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 86/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (KIT DENGUE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E CONTROLE DE COMBATE A DENGUE A SER UTILIZADO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 22/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 22/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 11 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

PORTARIA 88 COMISSÃO ESPECIAL LICITAÇÃO SERVIÇOS ÁGUA E ESGOTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 88 DE 11 DE JANEIRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Especial de Licitação para Concessão da Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Jan Ullrich – Presidente;
- b) Humberto Galvez Júnior – Membro;
- c) Douglas Lemos – Membro;
- d) Raul Couto Neto – Membro;
- e) Soraia Youshai – Membro;

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 83/2015 RETIFICAÇÃO DA DECISÃO

Procedimento Administrativo nº 83/2015
Retificação da Decisão, publicada no DOM/SC no dia 20/10/2015.
Edição nº 1851 pg 252.

1. Do Pedido

A empresa com menor orçamento foi à empresa Auto Glass – MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA - inscrita no CNPJ 07.571.746/0037-05, no dia 27 de Outubro de 2015 a Empresa alega não ter os vidros orçados, para fornecer, bem como não faz serviço de funilaria, atrasando ainda mais o conserto do veículo Ideia. Cabe a esta Administração, a análise da Situação e Deliberar por Retificação da Decisão. Que é a seguinte:

2. Da Retificação Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este

encarregado para deliberação, decide esta Administração que:
É RETIFICADA A DECISÃO publicada no DOM/SC no dia 20/10/2015 Edição nº 1851 pg. 252, pois a empresa, não pode fornecer os serviços por falta de Mercadoria, deixando este Ente sem o serviço solicitado, Mediante a falta de execução do Serviço, por força alheia a vontade da empresa, esta Administração Retifica sua Decisão Administrativa, quanto ao conserto do veículo Idea, proferida no processo PA nº 83/2015, publicado no DOM/SC – Edição nº 1851 do dia 20/10/2015 pg. 252.

Sanados os pontos do Parecer nº 624/2015, o e-mail que trata sobre o não fornecimento encontra-se na pg. 63, o que impossibilitou a execução do serviço, foi à falta de fornecimento em um dos vidros, bem como a exigência por parte da empresa Autoglass em receber, antes de executar o serviço, bem como a empresa Autoglass, não fazer serviços de funilaria, isso tudo relatado a Secretaria de Governo, por via telefônica, bem como os três novos orçamentos, nas paginas 64,65, 66,67 e 68, do presente processo nº 83/2015.

Diante o exposto, os itens 2.1 e 2.3 onde designamos a empresa supracitada, no devido conserto dos vidros do veículo IDEIA placa AWT 9032, fica revogado tal citação, sendo assim mediante aos fatos, todo o conserto do veículo ficará sobre a responsabilidade deste Ente, através do menor valor, garantindo a Supremacia do Interesse Público quanto ao menor preço, não gerando prejuízo ao erário, após a devida publicação desta, a Secretaria de Obras, encaminhará o veículo para o devido conserto, na Empresa Giro Máximo, CNPJ 95.848.503/0001-28, serviços devidamente descritos no orçamento OR nº 2025, anexo ao processo, valor de R\$ 3.246,00 (Três mil Duzentos e Quarenta e Seis Reais).

Eis que, esgotadas as prerrogativas administrativas, seja encerrado e arquivado definitivamente o presente procedimento administrativo, PA nº 83/2015, com a devida solução.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos
Pregoeiro Titular

Carla Claudino Pedro Paulo da Costa
Pregoeiro Substituto Equipe de Apoio

Barbara Andressa Garcia Franciele Justino
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Anna Claudia Gaya Costa
Encarregada Processo Administrativo
Navegantes, 05 de Janeiro de 2016.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2016

DECRETO nº 001/2016

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 001/2014 – QUINTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 15 a 28 de janeiro de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 08 de janeiro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 001 /2016)

CARGO: PROF E. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 40HS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
2º	26372	Sandra Pereira da Silva Scalvin

CARGO: PROF E. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 20HS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
6º	28631	Jéssica de Moura Rambor

CARGO: PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
15º	29944	Tais Michalski

ANEXO II EXAMES

(Decreto nº 001/2016)

CARGO	EXAMES CLINICOS
PROF E. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	AUDIOMETRIA, VIDEOLARINDOSCOPIA
PROF EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	AUDIOMETRIA, VIDEOLARINDOSCOPIA E RAO X COLUNA LOMBAR

ANEXO III CARTA DE DESISTENCIA

(Decreto nº 001/2016)

Nova Trento, _____ de janeiro de 2016.

Exmo. Sr.

Prefeito Municipal Gian Francesco Voltolini

Nesta

Assunto: Desistência de Nomeação no Cargo de

Exmo Senhor,

Eu,, candidato(a) aprovado(a) no concurso público para o provimento do cargo efetivo de, na Disciplina de, convocada através do Decreto 001/2016 de 08 de fevereiro de 2016,horas semanais na Escola, do Quadro Permanente de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Edital nº 001/2014, homologado pelo Decreto nº 003/2015, publicado no D.O.M. de 21/01/2015, venho manifestar minha DESISTÊNCIA de ser nomeado(a) para exercer o cargo em questão. Neste contexto, manifesto ainda minha inteira ciência de que tal decisão descarta qualquer possibilidade futura de reconsideração da situação aqui registrada, ao tempo em que também registro minha ciência de que o próximo candidato aprovado para o mesmo cargo, poderá ser nomeado na vaga ora liberada.

NOME

CPF:

PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIA Nº 003/ 2016

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal ALINE MAZZOLA, matrícula nº 925, concursada no cargo de Auxiliar Contábil Financeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo de 04/04/2010 a 03/04/2015, a contar de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIA Nº 015/ 2016

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/2016, ao Servidor Público Municipal DÉCIO PEDRO MULLER, matrícula nº 5116, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Descentralizados, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de janeiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 014,015,016,017-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 014/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 2.344,40 (dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 36.300,00
Objeto : A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma parcelada os Materiais de Consumo e Limpeza utilizados na manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Novo Horizonte/SC, para o ano de 2.016, conforme quantitativos e especificações constantes no edital.

Contrato Nº.: 015/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: SCS COMÉRCIO LTDA ME
Valor : 2.503,90 (dois mil quinhentos e três reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 36.300,00
Objeto : A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma parcelada os Materiais de Consumo e Limpeza utilizados na manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Novo Horizonte/SC, para o ano de 2.016, conforme quantitativos e especificações constantes no edital.

Contrato Nº.: 016/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CLEBER TADEU BRIDI ME
Valor : 2.033,20 (dois mil e trinta e três reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 36.300,00
Objeto : A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma parcelada os Materiais de Consumo e Limpeza utilizados na manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Novo Horizonte/SC, para o ano de 2.016, conforme quantitativos e especificações constantes no edital.

Contrato Nº.: 017/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 2.201,10 (dois mil duzentos e um reais e dez centavos)
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 36.300,00
Objeto : A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma parcelada os Materiais de Consumo e Limpeza utilizados na manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Novo Horizonte/SC, para o ano de 2.016, conforme quantitativos e especificações constantes no edital.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Janeiro de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 036/2015 - PR Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/01/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATADO: ANDRIANI E ANDRIANI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.038,00 (Um mil e trinta e oito reais).
Novo Horizonte/SC - DATA: 08/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 060/2015 - PR Nº 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/15
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/15
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/01/2016
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a Aquisição parcelada de Materiais de Consumo e Limpeza utilizados na manutenção das Escolas Municipais da Rede Municipal de Ensino Novo Horizonte/SC, para o ano de 2.016, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.344,40 (dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)
CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.503,90 (dois mil quinhentos e três reais e noventa centavos)
CONTRATADO: CLEBER TADEU BRIDI ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.033,20 (dois mil e trinta e três reais e vinte centavos)
CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.201,10 (dois mil duzentos e um reais e dez centavos)
DATA: 08/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO PL Nº 003/2016-PREGÃO PRESENCIAL
Nº 002/2016**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 003/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme termo de referência do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 22/01/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 12 de Janeiro de 2016. MERCI MOSCHEN DE MACEDO – Prefeita Municipal em Exercício.

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 009/2015

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando aquisição de leites especiais, fraldas, tiras reagentes, lancetas e curativos ácido graxo essencial para uso nas unidades de Saúde, Farmácia Básica e para atender as determinações judiciais e auxílio de concessão. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 25/01/2016 e abertura da sessão será às 14:30 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 11/01/2016
Luiz Carlos Xavier
Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 0060/2015
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0033/2015
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2016
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: IRMÃOS DAMBROS
Objeto: Aquisição de Óleo Diesel S10
Vigência: 06/01/2016 até 31/12/2016
Valor total: R\$ 268.318,00 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e dezoito reais)
Data de assinatura: 06/01/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N 0060/2015
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0033/2015
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 0002/2016
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: POSTO DE COMBUSTIVEIS PARQUE LDA - EPP
Objeto: Aquisição de Óleo Diesel Comum, Gasolina Comum, Arla
Vigência: 06/01/2016 até 31/12/2016
Valor total: R\$ 224.010,00 (duzentos e vinte e quatro mil e dez reais)
Data de assinatura: 06/01/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N 0060/2015
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0033/2015
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 0003/2016
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Objeto: Aquisição de Óleos lubrificantes
Vigência: 06/01/2016 até 31/12/2016
Valor total: R\$ 87.829,20 (oitenta e sete mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte centavos)
Data de assinatura: 06/01/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0059/2015
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0032 /2015
CONTRATO Nº 01/2016
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto: Contratação de seguros para os veículos da frota do município
Vigência: 04/01/2016 até 31/12/2016
Valor total: R\$ 17.690,00(dezessete mil seiscentos e noventa reais).
Data de assinatura: 04/01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0059/2015
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0032 /2015
CONTRATO Nº 02/2016
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: GENTE SEGURADORA S.A
Objeto: Contratação de seguros para os veículos da frota do município
Vigência: 04/01/2016 até 31/12/2016
Valor total: R\$ 32.520,00(trinta e dois mil quinhentos e vinte reais).
Data de assinatura: 04/01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0059/2015
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0032 /2015
CONTRATO Nº 03/2016
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
Objeto: Contratação de seguros para os veículos da frota do município
Vigência: 04/01/2016 até 31/12/2016
Valor total: R\$ 22.740,00(vinte e dois mil setecentos e quarenta reais).
Data de assinatura: 04/01/2016

TERMO ADITIVO ANO 2016

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO Nº 061/2015

Processo Licitatório N. 0048/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0026/2015

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: Clínica IBS Ltda

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO DE SAÚDE

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal

N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO N. 086/2013

Processo Licitatório N. 0050/2013

Modalidade de Pregão n. 25/2013

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE MAO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENCAO DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA.

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal

N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 04/2015 AO CONTRATO Nº 014/2013

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: ELETRÔNICA BEBBER LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ANTENA DE TELEVISÃO.

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal

N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 04/2015 AO CONTRATO Nº 036/2014

Processo Licitatório 0007/2014

Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0001/2014

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: BONISSONI ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA.

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal

N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 04/2015 AO CONTRATO N.025/2013

Processo Licitatório 0001/2013

Pregão Presencial n.0001/2013

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: IPM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA.

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal

N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015

Ouro Verde

PREFEITURA

0003/2016PR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0003/2016 PR O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de impressoras e multifuncionais com escâner e fax, serviços de assistência técnica completa e manutenção, com fornecimento de todo o suprimento (cartucho de tonner componentes mecânicos/eletrônicos) que forem necessários, menos o papel utilizado para as cópias para as Secretarias do Município sendo: Administração, Gabinete da Prefeita, Saúde, Agricultura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Assistência Social, CRAS do Município de Ouro Verde/ SC. Conforme especificações no edital. Sessão Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min do dia 25 de janeiro de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min do dia 25 de janeiro de 2016.. Obt. Informações Secre. Geral de Adm. - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 11 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

0004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0004/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo de merenda escolar da Escola Municipal Benvenuto Tacca e Creche Maria José de Meneze do Município de Ouro Verde/ SC. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 26 de janeiro de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 26 de janeiro de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 12 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

EXTRATO ADITIVO E ATAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VII DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0002/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para Execução de Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública, no perímetro urbano do município contratante, a ser fornecido pela CONTRATADA diretamente no Município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:87.373,08 (oitenta e sete mil trezentos e setenta e três reais e oito centavos). Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VII DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0003/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para Execução de Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública, no perímetro urbano do município contratante, a ser fornecido pela CONTRATADA diretamente no Município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:10.872,60 (dez mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos). Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO V DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0046/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CERTA DE SISTEMA INFORMATIZADOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas para gestão pública da secretaria de saúde. Valor certo e ajustado de R\$:13.751,52 (treze mil setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos). Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO V DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0115/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: Fornecimento, pela CONTRATADA, de sistema de Gestão da Assistência Social, através de licença e locação de uso de software, bem como sua manutenção, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VI DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0106/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: EMPRESA PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Valor certo e ajustado de R\$: 50.870,28 (cinquenta mil oitocentos e setenta reais e vinte e oito centavos). Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VI DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0108/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EMPRESA PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Valor certo e ajustado de R\$: 3.437,04 (três mil quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos). Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VI DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0109/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: EMPRESA PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Valor certo e ajustado de R\$: 3.437,04 (três mil quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos). Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 06 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0059/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AMELIO REMOR JUNIOR & CIA LTDA -EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível Aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:14.261,70.Data da assinatura:22/12/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0059/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível Aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:13.928,59.Data da assinatura:22/12/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0059/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa SUPERMERCADO R MARTINI LTDA -ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível Aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de

Administração, Saúde, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:8.231,49.Data da assinatura:22/12/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0059/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa SIPROLIMP SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível Aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:12.646,64.Data da assinatura:22/12/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0059/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa CLEBER TADEU BRIDI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível Aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:5.508,48.Data da assinatura:22/12/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

PP 001/2016 PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. 001/2016

1 Preâmbulo

1.1 ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 O recebimento dos Envelopes n.º 01 – CREDENCIAMENTO, n.º 02 – PROPOSTA COMERCIAL e n.º. 03 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, os documentos para credenciamento dos licitantes, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, deverão ser entregues até às 08hs30min do dia 27 de janeiro de 2016, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, situada na Rua Goiás , 400, cidade e Município de Paial.

1.3 O início da abertura dos envelopes dar-se-á a partir das 08hs45min do dia 27 de janeiro de 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 DO OBJETO: A presente licitação visa à seleção da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), tipo menor preço por item, para a contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e especial da rede de Ensino do Município para o ano letivo de 2016, conforme itinerário/percursos identificados e descritos no anexo I:

1.5 No percurso previsto em seu itinerário, conforme consta no anexo I, deve ser considerada a ida e o retorno para cada dia letivo.

1.6 Para efeito deste Processo de Licitação, Modalidade de Pregão Presencial, considera-se:

1.6.1 Ônibus – Veículo com capacidade mínima até 40 Lugares para passageiros sentados

1.7 Condições para a Realização dos Serviços:

1.7.1 Os serviços, objeto da presente licitação, serão prestados em conformidade com o calendário escolar/letivo, beneficiando a todos os alunos residentes nas localidades e adjacências, conforme itinerários/percursos, descritos no objeto da licitação.

1.7.2 Os serviços serão prestados, nos dias letivos e em dias não letivos, em que forem realizados eventos cívicos ou extraclasse, conforme determinado pela Secretaria Municipal de Educação do Município, ou pela Unidade Escolar, com o consentimento da mesma.

1.7.3 No itinerário/percurso em que ocorrer o transporte de passageiros, a(s) empresa(s) vencedora(s), deverá(ão) assegurar condições ideais de conforto e segurança aos alunos transportados.

1.7.4 Os veículos, seus proprietários e condutores deverão estar em estrita concordância com as normas da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, O Código de Trânsito Brasileiro, especialmente às disposições contidas nos artigos 136 a 139 do mesmo diploma legal.

2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Das restrições de ordem jurídica:

2.1.1 Para habilitar-se à licitação, o interessado deverá ser pessoa jurídica de direito privado;

2.1.2 Não poderá participar da licitação o interessado que estiver enfrentando processo de falência ou de liquidação judicial ou extrajudicial, assim como aqueles que já tiverem a falência decretada.

2.1.3 Não poderá participar da licitação o interessado que estiver sendo penalizado com as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

2.2 Das restrições de ordem técnica e operacional:

2.2.1 Não poderá participar da cotação de itinerário/percurso o veículo que não apresentem condições de trafegabilidade ou faltando equipamentos de uso obrigatório;

2.2.2 Não poderá participar da cotação de itinerário/percurso o veículo que apresente irregularidades na documentação e débitos juntos aos órgãos competentes;

2.2.3 Não poderá participar da cotação de itinerário/percurso o veículo que não disponha de Certificado de Inspeção de Segurança Veicular, emitido por órgão ou entidade competente, e em vigência na data da abertura dos envelopes contendo a documentação;

2.2.4 Não poderá participar da cotação de itinerário/percurso o veículo que não disponha de Autorização para Transporte Coletivo de Escolares, emitida pelo DETRAN/SC e em vigência na data da abertura dos envelopes contendo a documentação da proponente;

2.2.5 Não poderá participar da cotação de itinerário/percurso o veículo que possua mais de 15 (quinze) anos de uso até a data da licitação;

2.2.6 Não poderá participar da cotação de itinerário/percurso o veículo que não disponha da quantidade mínima de assentos exigida pelo anexo I desta licitação;

2.2.7 Não poderão participar da cotação de itinerário/percurso veículo que não disponha de itens mínimos de segurança como estepe, macaco, chave de roda, triângulo e outros. O estepe não poderá, em hipótese alguma, estar alocado na área reservada aos passageiros;

2.2.8 Não poderá participar da cotação do itinerário o motorista que não atenda aos requisitos fixados pelo art. 138, da Lei 9.503/97 – Código de Transito Brasileiro, a saber:

2.2.8.1 Idade superior a vinte e um anos;

2.2.8.2 Ser habilitado no mínimo na categoria D;

2.2.8.3 Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

2.2.8.4 Possuir certificado vigente de formação em curso de condutores de escolares, nos termos da resolução CONTRAN Nº 789/94 ou alterações posteriores.

3 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Da apresentação dos envelopes

3.1.1 No dia, hora e local designados neste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo o credenciamento, as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL – SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016
ENVELOPE Nº. 01 – CREDENCIAMENTO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL – SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016
ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL – SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016
ENVELOPE Nº. 03 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

3.1.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto ao Departamento de Licitações.

3.1.3 Caso sejam remetidas as propostas por via postal, ser-lhe-ão apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário aprazado.

3.1.4 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Paial e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2, no Departamento de Licitações desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste edital.

3.1.5 Caso algum licitante apresente os envelopes em horário posterior ao fixado no subitem 1.2, não será admitida a sua participação no certame licitatório mesmo que ainda não tenha sido iniciada a abertura dos envelopes das propostas.

3.1.6 Ocorrendo a apresentação de propostas fora do prazo previsto, sendo o respectivo licitante credenciado a participar ou não, tal fato será registrado na ata da sessão identificando o proponente, bem como o tempo de atraso ocorrido.

3.2 Do credenciamento

3.3 O Envelope nº. 01 – CREDENCIAMENTO deverá conter:

3.3.1 Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores, com ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação;

3.4 As licitantes poderão substituir o documento referido no subitem 3.3.1, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Paial.

3.4.1 A procuração ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo II, deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida em original ou cópia autenticada.

3.4.2 Documentos de Identificação do representante (fotocópias do RG e CPF);

3.4.3 Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III.

3.4.4 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

3.4.5 Será desconsiderado o documento de credenciamento inserto nos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e/ou “DOCUMENTAÇÃO”.

3.4.6 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

3.4.7 No caso da proponente ser microempresa ou empresa de pequeno porte, para ter direito ao enquadramento da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, a proponente deverá apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Comprovante de Opção pelo Simples Nacional, ambos documentos com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias a contar da data final de recebimento dos envelopes.

3.4.8 A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

4 DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1 O Envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

4.1.1 Razão social, endereço completo, número do CNPJ/MF e número da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente, se houver;

4.1.2 Número deste Pregão;

4.1.3 Número do item, descrição do itinerário (de acordo com o item 1.4) e preço unitário por dia letivo.

4.1.4 Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante;

4.1.5 A identificação do veículo com que efetuará a prestação do serviço

4.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

4.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, despesas com pneus, combustíveis, lubrificantes e outros materiais, custos com manutenção, remuneração do motorista, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a prestação de serviços, objeto da presente licitação, bem como qualquer outra despesa necessária ao bom e fiel cumprimento do objeto desta licitação.

4.4 Nos termos do art. 40, X, da lei 8.666/93, definir-se-á como valor máximo para o veículo descrito no subitem 1.6.1 o valor de R\$ 3,89 (três reais oitenta e nove centavos) por quilometro rodado:

4.4.1 Propostas com valor igual a 0 (zero), serão desconsideradas pela administração.

4.5 Nos termos do art. 4.º, inciso X, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, para verificação dos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital, deverão as licitantes apresentar juntamente com a proposta de preços a Autorização para Transporte Coletivo de Escolares, emitida pelo DETRAN/SC e em vigência na data da abertura dos envelopes;

4.5.1 Caso a proponente deixe de apresentar o documento exigido no item 4.5 deste edital, a proposta da empresa licitante será desclassificada e não participará da fase de lances;

4.6 No caso da proponente apresentar mais de uma proposta escrita, considerar-se-á a de menor valor.

4.7 Não serão aceitas, nem levadas em consideração, as propostas encaminhadas por telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fac-símile.

4.8 Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) para validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01.

5 DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

5.1 Habilitação Jurídica (Art. 22, § 2º, Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97, da Lei 8.666/93):

5.1.1 Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

5.2 Regularidade Fiscal (Art. 29 Inc. III):

5.2.1 Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.2.2 Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante;

5.2.3 Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante.

5.2.3.1 A prova de regularidade deverá englobar todos os tributos (mobiliários e imobiliários), independente se for através de certidão única ou individualizada.

5.3 Regularidade Social (Art. 29 Inc. IV):

5.3.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;

5.3.2 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da sede da proponente;

5.4 Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31, Inc. II):

5.4.1 Certidão Negativa de Falência e liquidação extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do licitante;

5.5 Capacidade Operacional:

5.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com a qualificação técnica exigida, no que se refere a todos os veículos e motoristas vinculados à execução do objeto, mediante apresentação dos seguintes documentos:

5.5.1.1.1 Comprovante de propriedade do veículo em nome da empresa participante ou de pelo menos um dos sócios, no qual deverá constar que o(s) veículo(s) tem(êm) data de fabricação do chassi e da carroceria igual ou superior à 2000.

5.5.1.1.2 Descrição do veículo com que irá executar o itinerário cotado, juntamente com a declaração de que conhece integralmente o itinerário cotado conforme anexo IV deste edital.

5.5.1.1.3 O comprovante de propriedade estabelecido no subitem 5.5.1.1 poderá ser substituído por contrato de locação registrado em cartório, em nome da empresa participante ou de pelo menos um dos sócios devidamente registrado no DETRAN.

5.5.1.1.4 Carteira(s) de habilitação do(s) motorista(s) da empresa participante, devendo os mesmos ter habilitação da categoria "D" ou superior.

5.5.1.1.4.1 Comprovante de vínculo dos motoristas com a empresa (exceto quando o motorista indicado for sócio da empresa) através da apresentação da ficha de registro dos funcionários e CTPS assinada.

5.5.1.1.5 Prontuário expedido pelo DETRAN, a fim de comprovar que o motorista não cometeu nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

5.5.1.1.6 Certificado (carteira) de conclusão de curso de Formação de Condutor de Veículos de Transporte de Escolares, conforme Resolução CONTRAN Nº 789/94 ou alterações posteriores, em nome do(s) motorista(s) da empresa participante e/ou apresentação da carteira de habilitação do motorista da empresa participante, quando nela constar a existência de habilitação para o Transporte Escolar.

5.5.1.1.7 Certificado de Inspeção e Segurança Veicular, nos termos do item 2.2.3 deste edital, emitido por empresa que possua certificação pelo INMETRO, atestando a condição de trafegabilidade e de que se trata de veículo de transporte rodoviário escolar.

5.6 Demais Documentos

5.6.1 As empresas licitantes apresentarão, também:

5.6.1.1 Declaração de que conhece integralmente o itinerário cotado, ao quais se submeterá (modelo do anexo IV).

5.7 As licitantes poderão substituir os documentos referidos nos subitens 5.1, 5.2, 5.3, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Paial.

5.8 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, o pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Paial, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

5.9 Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados nos subitens 5.1, 5.2, 5.3, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 03 – DOCUMENTAÇÃO.

5.10 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

5.11 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

5.11.1 As autorizações, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

5.11.1.1 Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

5.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

5.12.1 Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.12.2 Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

5.13 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.14 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no subitem 5.2, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6 DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

6.1 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo o Credenciamento, e em seguida as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação.

6.2 Após a abertura do envelope contendo os documentos do credenciamento e verificada a demonstração dos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital através da apresentação da Autorização para Transporte Coletivo de Escolares, emitida pelo DETRAN/SC, serão classificadas, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

6.2.1 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:

6.2.1.1 Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

6.2.1.2 A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.

6.2.1.3 A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.

6.2.1.4 Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.

6.2.2 Caso não haja pelos menos 3 (três) propostas válidas com valor igual ou superior em até 10% em relação a melhor proposta, o pregoeiro classificará para a fase de lances as 3 (três) melhores propostas, independentemente do valor ofertado.

6.2.3 Serão desclassificadas as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos

subitens 4.1 e 4.2 e 4.5 deste edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexeqüível.

6.2.3.1 Considerar-se-á inexeqüível a proposta cujo valor seja inferior a 50% (cinquenta por cento) da média do valor das demais propostas ou do valor previamente cotado pela Administração, adotando-se o menor valor.

6.2.3.2 As propostas declaradas inexeqüíveis serão classificadas, caso o proponente manifeste-se verbalmente, comprometendo-se a executar o objeto pelo preço proposto, o qual será lavrado na ata da sessão.

6.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

6.3.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.3.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

6.3.3 A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

6.3.3.1 Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

6.3.3.2 O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

6.3.4 Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.

6.3.5 Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.3.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.4 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.6 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.7 Encerrada a etapa de lances, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006.

6.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada.

6.8 Ocorrendo o empate previsto no item 6.7.1, proceder-se-á da seguinte forma:

6.8.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.8.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.7.1 deste edital, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese prevista no item 6.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.8.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.10 O disposto no item 6.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11 A Microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo de 5

(cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

6.12 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 5 e subitens, deste edital.

6.13 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 5 e seus subitens, deste edital.

6.13.1 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação.

6.13.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.13.2.1 A sanção a ser aplicável na hipótese do subitem 6.13.2 será aquela disposta no item 13.

6.14 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.14.1 Ocorrendo a situação referida no subitem 6.14, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

6.15 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

6.16 Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

6.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.17.1 A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

6.17.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.18 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

6.18.1 A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

6.19 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6.19.1 Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.

6.20 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.21 Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão, inclusive a consulta da regularidade de documentos emitidos pela internet que foram apresentados vencidos e/ou não apresentados.

7 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste edital.

7.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação

será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

7.3 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

7.4 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

8 DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

8.1 Os licitantes vencedores obrigam-se a executar os serviços objeto desta licitação durante os dias letivos do ano de 2016, conforme calendário escolar e determinação da Secretaria Municipal de Educação.

8.2 Fica facultado à Prefeitura Municipal de Paial, no decorrer dos anos letivos, aumentar ou diminuir o itinerário previsto no item 1.5 (Anexo I), com o correspondente ajuste do valor do contrato, nas seguintes situações:

8.2.1 desistência ou transferência de alunos;

8.2.2 desativação de escolas;

8.2.3 necessidade justificada de mudança de itinerário.

8.3 Poderá a Administração alterar a capacidade do veículo para os itinerários, mediante acordo entre as partes, quando houver aumento ou diminuição do número de alunos ou a quantia estimada for superior à quantia de alunos matriculados, observando-se em qualquer caso:

8.3.1 O número de alunos do respectivo itinerário não poderá exceder a capacidade lotação do veículo substituinte;

8.3.2 O veículo substituinte deverá atender aos requisitos fixados nos subitens 2.2 e 5.5;

8.4 A contratada fica obrigada a transportar os alunos, cuja relação será fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a ordem de serviço, sem que lhes sejam cobrados qualquer valor.

8.5 A empresa contratada devesse:

8.5.1 Apresentar semestralmente Autorização Transporte Coletivo de Escolares emitido pelo DETRAN/SC, comprovando-a junto à Secretaria Municipal de Educação.

8.5.2 Informar a Prefeitura Municipal de Paial, por meio de ofício, quando houver alteração no quadro de motoristas ou dos veículos, anexando à documentação do (s) substituto (s) exigida no edital.

8.5.3 Realizar o transporte com veículos apropriados para número de alunos conforme exigido no item 1.4 deste edital.

8.5.4 Na ocorrência de paralisações na operação das linhas sob sua responsabilidade, ressalvados os casos de força maior, cabe às empresas contratadas promover as ações necessárias para o pronto restabelecimento dos serviços.

8.5.5 A contratada poderá substituir o veículo indicado para o transporte dos alunos desde que o faça por outro de idêntica ou superior capacidade e por veículo de ano novo do que aquele a ser substituído, sem que isso lhe assegure reajuste no preço, salvo se a substituição decorrer de necessidade da administração, devidamente justificada.

9 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 FORMA DO PAGAMENTO – O pagamento do objeto da presente Licitação será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente daquele a que se referirem os serviços, mediante a apresentação do competente documento fiscal.

9.1.1 Quando o último dia destinado ao pagamento, conforme subitem anterior, não for dia útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

9.1.2 O valor a ser pago, será o equivalente ao total do(s) item(ns), vencido(s), pela(s) respectiva(s) empresa(s) licitante(s).

9.1.3 Ao final de cada mês, o Município, mediante relatório das Escolas freqüentadas pelos alunos transportados, apurará o valor devido à(s) empresa(s) licitante(s), conforme o número do item/itinerário contratado e dias letivos constantes do mencionado relatório.

9.2 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Para a efetuação do pagamento deverá a CONTRATADA:

9.2.1 Até o 5º dia útil subsequente ao mês em que ocorreu a prestação de serviço enviar ao setor de empenhamento ou órgão competente a 1ª via da nota fiscal, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação.

9.2.2 Constar na nota fiscal o número do contrato;

9.2.3 Não estar em débito com a tesouraria municipal;

9.2.4 Abrir conta bancária em nome da empresa;

9.2.5 Anexar a nota fiscal comprovante do recolhimento dos impostos do mês anterior ou as certidões negativas exigidas na habilitação e cópia da Gfip do mês anterior onde conste o nome dos funcionários que efetuam o transporte.

9.2.6 O não cumprimento de um dos itens constante do presente inciso acima acarretará o sobrestamento do(s) pagamento(s), até que sejam solucionadas as pendências apontadas.

9.2.7 Além do especificado nos subitens 9.2.1 à 9.2.5, deverá apresentar ainda:

9.2.7.1 Certidão negativa de débitos junto ao INSS e FGTS.

9.2.7.2 E cópia das folhas de pagamento dos motoristas relativos ao mês da prestação dos serviços, salvo se este figure como sócio ou proprietário individual, juntamente com a SEFIP mensal;

9.3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2016:

Órgão – 04 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade – 01 – Gerencia de ensino

Proj./Ativ. – 2.008 – Programa de transporte escolar para rede de ensino

Fonte Recurso – (33) 3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações diretas

9.3.1 Em se tratando de transporte escolar de alunos do ensino fundamental e ensino médio, que freqüentam Unidades Escolares da Rede Estadual, os recursos serão próprios do Município.

10 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

10.1.1 A impugnação será dirigida ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

10.2 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.3 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

10.4 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.5 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.6 Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

11 DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

11.1 Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de até 05 (cinco) dias, assinar(em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 13, deste edital.

11.2 No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora:

11.2.1 Indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

11.2.2 Apresentar apólice de seguro, cuja cópia da apólice deve ser remetida a Prefeitura, com as seguintes coberturas mínimas:

11.2.2.1 Despesas médico hospitalares do condutor, no valor mínimo de R\$ 5.500,00;

11.2.2.2 Despesas médico hospitalares do passageiro, no valor mínimo de R\$ 10.000,00;

11.2.2.3 Acidentes pessoais de passageiros – condutor (morte acidental e invalidez permanente), no valor mínimo de R\$ 50.000,00;

11.2.2.4 Acidentes pessoais de passageiros transportados (morte acidental e invalidez permanente), no valor mínimo de R\$ 50.000,00 por passageiro;

11.2.2.5 Responsabilidade civil com cobertura de danos corporais contra terceiros, no valor mínimo de R\$ 100.000,00;

11.2.2.6 Responsabilidade civil com cobertura de danos materiais contra terceiros, no valor mínimo de R\$ 100.000,00;

11.2.2.7 Responsabilidade civil com cobertura de danos corporais e materiais dos passageiros, no valor mínimo de R\$ 500.000,00;

11.2.2.8 Responsabilidade civil com cobertura de danos morais de passageiros e terceiros, no valor mínimo de R\$ 100.000,00.

11.2.3 Apresentar semestralmente Autorização Transporte Coletivo de Escolares emitido pelo DETRAN/SC, relativa ao(s) veículo(s) da empresa participante, nos termos do art. 136, II da Lei 9.503/97;

11.2.4 O contrato terá prazo de vigência da data de assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93 e Prejulgado 1615 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

11.2.5 A prorrogação do contrato será feita por acordo entre as partes, através de termos aditivos, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias, devendo ser justificada e autorizada pela autoridade superior nos termos do § 2º do Art. 57, do mesmo diploma legal.

11.2.5.1 Na prorrogação anual do contrato previsto no presente subitem poderá haver revisão anual com base na variação do INPC ocorrido no ano imediatamente anterior.

11.2.6 Ficam vedadas as prorrogações contratuais para o exercício subsequente quando houver até o exercício vigente:

11.2.6.1 Aditamentos que acrescerem quantitativos do objeto, cujo somatório acumulado dos aumentos resulte em valor que supere a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente pactuado devidamente corrigido;

11.2.6.2 Aditamentos que resultem na mudança da forma de execução, ressalvados aqueles destinados a atendimento às modificações nas normas ou leis vigentes;

11.2.6.3 Aditamentos que impliquem na redução ou aumento das obrigações das partes, ressalvadas as hipóteses previstas nos subitens 11.2.6.1 e 11.2.6.2.

11.2.7 A autoridade superior poderá a seu critério, quando verificado a inexistência de vantagem para a administração, recusar a prorrogação do contrato e determinar a instauração de novo certame licitatório.

11.3 Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12 DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

12.2 A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1 determinada por ato unilateral da administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.2.2 amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

13 DAS PENALIDADES

13.1 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do subitem 12.1 do presente instrumento convocatório.

13.1.1 Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

13.2 A penalidade de multa, prevista no subitem 13.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 8.666/93, conforme o art. 87, § 2º do mesmo diploma legal.

13.3 A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

13.4 Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Paial, no endereço citado no preâmbulo deste edital, ou através do telefone (49) 3451-0045, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

14.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

14.3 Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública

do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

14.4 É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.5 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

14.6 A Prefeitura Municipal de Paial reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

14.7 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Paial não serão consideradas como motivos para impugnações.

14.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.

14.9 Os casos omissos neste edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

14.10 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

14.10.1 adiada a abertura da licitação;

14.10.2 alterados os termos do edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

14.11 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá, SC, excluído qualquer outro.

15 DOS ANEXOS DO EDITAL

15.1 Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

I. Anexo I – ITENS DO EDITAL

II. Anexo II – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

III. Anexo III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

IV. Anexo IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CONHECE O ITINERÁRIO;

V. Anexo V – MINUTA DO CONTRATO.

Paial, 26 de janeiro de 2016.

LIDACI LOPES CROMIANSKI

Prefeita Municipal de Paial

ANEXO I

ITENS DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016

Linha	Roteiro	Km total anual	Valor máximo km rodado	Total estimado
03	Manhã: Parte da comunidade de Linha Pavão até a propriedade de Oscar Gonçalves em Linha Monte Carlos desse até as quatro encruzilhadas passando pela propriedade de Otavio Oliveira, subindo até o centro da comunidade de Linha Verde, desce em direção a comunidade de Linha Sede Irani i, indo até a antiga balsa, retorna, passando pela Cascata cruzando por Poço Redondo, até o centro do município de Paial.	27.200	R\$ 3,89	R\$
	Ao Meio Dia: Saí do CEMPA, passando pela escola Francisco Maciel Bagestan, cruzando por Linha Auler (passando pelo asfalto) passando pela propriedade de Flavio Baú, por Linha Poço Redondo, passa pela cascata indo até antiga balsa, retornando vai até o centro da comunidade de Linha Verde, contornando passa pela propriedade de Jair Antunes, segue até a encruzilhada de Altir Oldoni, seguindo até as quatro encruzilhadas, subindo na propriedade de Oscar Gonçalves e de HarriVatermannna comunidade de Linha Monte Carlos, retorna para as quatro encruzilhada de AltirOldoni, desce na encruzilhada de Manuel Otavio de oliveira, vindo até a propriedade de Jose Barufke, até Paial.			
	A Tarde: Saída do Centro De Educação Municipal De Paial, passando pela escola Francisco Maciel Bagestan, cruzando pela Linha Auler (passando pelo asfalto), pela propriedade de Flavio Baú, passando por Posso Redondo, passa pela Cascata indo até a antiga Balsa, subindo até a encruzilhada de Linha Verde, passa pela propriedade de Jair Antunes, vindo até encruzilhada do Oldoni, vindo até as quatro encruzilhadas, sobe até a propriedade de HarriVatermann, retorna as quatro encruzilhada, seguindo até o Pavão.			
	TOTAL GERAL DA LINHA 136,00 km DIÁRIOS			

OBSERVAÇÕES:

- O preço máximo por km rodado a ser considerado como critério de desclassificação é de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos).
- O valor orçado é com base na média de preços praticados em linhas contratadas realizadas por veículo de igual capacidade.
- O itinerário deverá ser realizado com veículo do tipo ônibus.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016

ANEXO II**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Paial, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Paial, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2013.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)**

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº. 01 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paial, SC.

Local, _____ de _____ de 2013.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO IV

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016

DECLARAÇÃO

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2016 da Prefeitura Municipal de Paial, através de seu representante legal, DECLARA que conhece integralmente os itinerários abaixo relacionados, para os quais apresenta a proposta e que aceita todas as condições para cumprimento das obrigações constantes no EDITAL RELATIVO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO

Nº. 002/2016, cuja execução será efetuada com os seguintes equipamentos (veículos) e profissionais habilitados (motoristas):

ITEM	Itinerário	Veículo	Nome do Motorista	CNH do Motorista
xxx(do itinerário)		Placa e nº RENAVAN		

Local e Data

Assinatura e identificação do representante legal da empresa

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO.

TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE Nº

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAIAL – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.376.0001-59, com sede na Rua Goiás, 400, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular, a senhora LIDACI LOPES CROMIANSKI, Prefeita municipal, residente e domiciliada no município de Paial, SC., inscrita no CPF/CIC sob o nº, e a empresa, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na rua, cidade e Município de, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor, portador da carteira de identidade nº, CPF sob o nº e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 002/2016, Pregão Presencial de nº 0001/2016, homologado e adjudicado no dia XX de XX de 2013, e que se regerá nos termos da lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O MUNICÍPIO contrata com a CONTRATADA para execução de serviços de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e especial da rede de Ensino do Município para o ano letivo de 2016, conforme item, constantes do quadro seguinte:

Linha	Roteiro	Total km anual	Valor máximo km rodado	Total estimado

Sub-cláusula Única – Os serviços de transporte escolar serão executados da seguinte forma:

I. O percurso previsto, em seu itinerário, conforme consta acima será considerado a ida e o retorno, para cada dia letivo.

II. Condições para a Realização dos Serviços:

- Os serviços, objeto do presente contrato, serão prestados em conformidade com o calendário escolar/letivo, beneficiando a todos os alunos residentes nas localidades e adjacências, conforme itinerários/percursos, descritos no objeto constante no caput desta Cláusula.
- Os serviços serão prestados, nos dias letivos e em dias não letivos, em que haja eventos cívicos e outros eventos extraclasse, conforme for determinado pela Secretaria Municipal de Educação do Município, ou pela Unidade Escolar, com o consentimento desta.
- No itinerário/percurso em que ocorrer o transporte de passageiros, a(s) empresa(s) vencedora(s), deverão assegurar condições ideais de conforto e segurança aos alunos transportados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo da execução:

A CONTRATADA executará os serviços, ora licitados, iniciando-se a partir da data da assinatura do contrato até o último dia letivo do ano de 2016 tendo a vigência contratual em 31/12/2016 podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93 e Prejulgado 1615 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Os licitantes vencedores obrigam-se a executar os serviços objeto deste contrato durante os dias letivos do ano de 2016, conforme calendário escolar e determinação da Secretaria Municipal de Educação.

I. Fica facultado ao Município de Paial, no decorrer do ano letivo, aumentar ou diminuir o itinerário previsto na Cláusula Primeira, com o correspondente ajuste do valor do contrato, nas seguintes situações:

- desistência ou transferências de alunos;
- desativação de escolas;
- necessidade justificada de mudança de itinerário.

II. A contratada obriga-se a transportar os alunos, cuja relação será fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a ordem de serviço, sem que lhes sejam cobrados qualquer valor.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor:

Os Valores pela execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato, conforme proposto no precedente processo licitatório para cada item/itinerário, é o somatório dos itens/itinerários, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	Itinerário	Veículo Necessário	Capacidade Mínima do Veículo	Preço por Dia Letivo (R\$)
VALOR TOTAL POR DIA LETIVO R\$				

R\$ (.....) por dia letivo.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária:

Os valores relativos às despesas decorrentes do presente contrato são os consignados no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2016, em dotações orçamentárias específicas e detalhadas em cada órgão e unidade de Governo, sendo assim caracterizados:

Órgão – 04 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade – 01 – Gerencia de ensino

Proj./Ativ. – 2.008 – Programa de transporte escolar para rede de ensino

Fonte Recurso – (33) 3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações diretas

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento e das condições de pagamento:

Parágrafo Primeiro: O pagamento, pela execução dos serviços aqui contratados, será efetuado pelo MUNICÍPIO à CONTRATADA, observadas as seguintes condições:

I. O pagamento do objeto da presente Licitação será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente daquele a que se referirem os serviços, mediante a apresentação do competente documento fiscal.

II. Quando o último dia destinado ao pagamento, conforme subitem anterior, não for dia útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

III. Quando os valores se referirem a recursos oriundos do Convênio identificado na sub-cláusula da cláusula anterior deste contrato, o pagamento será efetuado quando das disponibilidades decorrentes das transferências do mencionado Convênio.

IV. O valor mensal a ser pago, conforme Cláusula anterior, será o equivalente ao total do(s) item(ns), vencido(s), pela(s) respectiva(s) empresa(s) licitante(s) multiplicado pelos dias letivos ocorridos no respectivo mês.

V. Ao final de cada mês, o Município, mediante relatório das Escolas freqüentadas pelos alunos transportados, apurará o valor devido à(s) empresa(s) licitante(s), conforme o número de itens / itinerário contratado e dias letivos constantes do mencionado relatório.

Parágrafo Segundo: Para a efetuação do pagamento deverá a CONTRATADA:

I. Até o 5º dia útil subsequente ao mês em que ocorreu a prestação de serviço enviar à Tesouraria Municipal a 1ª via da nota fiscal, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação.

II. Constar na nota fiscal o número do contrato;

III. Emitir nota fiscal para cada nível de ensino, correspondente a proporcionalidade de alunos transportados (ensino infantil, fundamental municipal, fundamental estadual, médio e especial).

IV. Não estar em débito com a tesouraria municipal.

V. Apresentação os seguintes documentos:

a. certidão negativa de débitos junto ao INSS e FGTS,

b. e cópia das folhas de pagamento dos motoristas relativos ao mês da prestação dos serviços, salvo se este figure como sócio ou proprietário individual, juntamente com a SEFIP.

VI. Abrir conta bancária em nome da empresa;

Parágrafo primeiro. O não cumprimento de um dos itens constante do presente inciso acima acarretará o sobrestamento do(s) pagamento(s), até que sejam solucionadas as pendências apontadas.

Parágrafo segundo. No ato do pagamento efetuar-se-á os seguintes descontos:

a) ISS e INSS, exceto para as empresas, exceto para as empresas enquadradas como Micro-Empresa nos termos da lei complementar federal nº 123/2006.

CLÁUSULA SEXTA - Do Reajuste:

1. O valor do objeto do presente contrato são irrevogáveis, salvo a ocorrência de fatos elencados na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

2. No caso de reajuste na forma da disposição do item anterior, o Município poderá adotar como parâmetro de reajuste, em até 100 % (cem por cento) da variação do preço ocorrido entre a data da contratação e data da concessão do reajuste ou entre a datas de concessão dos reajustes, mediante apresentação de planilha de composição individualizados os itens de custos.

3. Juntamente com a apresentação das planilhas previstas no item anterior deverão apresentar a documentação comprovando a variação do preço ocorrido entre a data da contratação e da data da concessão do reajuste ou entre as datas de concessão de reajustes.

4. Na renovação anual do termo de contrato poderá haver revisão anual pelo INPC pela variação do ano anterior, assegurando a recomposição do preço. Na revisão anual deduzir-se-á os percentual concedidos na forma do item 2 desta cláusula

CLÁUSULA SÉTIMA - São Obrigações do MUNICÍPIO:

1. Zelar pelo cumprimento de todas as disposições contratuais e daquelas constantes do processo licitatório;

2. Comunicar aos órgãos de trânsito quando tomar conhecimento de irregularidades, envolvendo os veículos utilizados para o transporte;

3. Comunicar a CONTRATADA, com antecedência, sempre que necessários os serviços de transporte escolar em eventos extra-classe;

4. Empenhar as despesas e garantir o pagamento na forma prevista na Cláusula Quinta do presente.

CLÁUSULA OITAVA - São Obrigações da CONTRATADA:

1. Obedecer às normas constantes do Processo de Licitação e neste contrato; executando os serviços em estrita observância às determinações do MUNICÍPIO e às normas técnicas e de segurança inerentes ao objeto deste Termo Contratual;

2. Não sub-empregar a execução dos serviços.

3. Providenciar apólice de seguro cuja cópia da apólice deve ser remetida ao Departamento de Licitações, conforme subitem 11.2.3 do edital de processo de licitação nº. 002/2016.

4. Adotar as providências necessárias para que o(s) veículo(s) e condutores estejam em estrita concordância com as normas da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código Nacional de Trânsito – especialmente às disposições contidas nos artigos 136 a 139 do mesmo diploma legal;

5. Conforme o art. 136, Inciso III, do Código nacional de Trânsito, o veículo deverá ter pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 centímetros de largura, à meia altura, em toda as extensões das partes laterais e traseiras da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo com carroceria na cor amarela as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

6. Instalar, conf. o art. 136, Inciso VI, do Código nacional de Trânsito, cintos de segurança em número igual ao da lotação.

7. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas Trabalhistas e de Segurança no Trabalho, tanto em relação ao pessoal utilizado na consecução do objeto do presente, quanto do pessoal que, por qualquer eventualidade, possa permanecer junto ao(s) veículo(s);

8. Submeter-se às determinações do MUNICÍPIO e ao cronograma do calendário escolar;

9. Executar os serviços de transporte escolar nos itinerários / percursos, conforme consta do objeto contratual, sem qualquer discriminação aos estudantes transportados;

10. Fornecer ao MUNICÍPIO a respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços, emitida segundo as normas fiscais e tributárias pertinentes, conforme o cronograma de pagamentos estabelecido na Cláusula Quinta deste instrumento contratual;

11. Apresentar semestralmente Autorização Transporte Coletivo de Escolares emitido pelo DETRAN/SC, relativa ao (s) veículo (s) da

empresa participante, nos termos do art. 136, II da Lei 9.503/97;

12. Informar ao Município de Paial, por meio de ofício, quando houver alteração no quadro de motoristas, anexando à documentação do (s) substituto (s) exigida no Edital.

13. Realizar o transporte com veículos apropriados para número de alunos conforme estabelecido na Cláusula Primeira deste Contrato.

14. Na ocorrência de paralisações na operação das linhas sob sua responsabilidade, ressalvados os casos de força maior, cabe às empresas contratadas promover as ações necessárias para o pronto restabelecimento dos serviços e,

15. Atender as demais normas e obrigações constantes do edital de Processo de Licitação nº. 002/2016, anexo do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - Das Sanções Administrativas:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

a. Advertência

b. Suspensão ao direito de licitar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

c. Declaração de idoneidade, com fulcro no Capítulo IV, seção II, da Lei nº 8666/93 e Lei 10.520/2002. e,

d. Multa

I - A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

II - As multas serão as seguintes:

a. Até 0,5% (meio por cento), sobre o valor da fatura, por inobservância de quaisquer das responsabilidades arroladas na Cláusula quarta, deste instrumento.

b. Até 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, no caso de desistência de Fornecimento.

III - A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas nos seguintes casos:

a. fizer declaração falsa;

b. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

c. ensejar o retardamento da execução do objeto;

d. não mantiver a proposta;

e. falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;

f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

g. fornecer produtos em desconformidade com o especificado;

h. descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

IV - a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, será aplicado nos casos em que o CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a contratada praticou falta grave.

§ 1º A cobrança da multa prevista no inciso II, alínea "a", será descontada quando da apresentação da nota fiscal e, a prevista na alínea "b", por intermédio de notificação de cobrança sendo a CONTRATADA obrigada a fazer o recolhimento aos cofres públicos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial.

§ 2º A punição definida no inciso III será por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurar os motivos de sua punição.

§ 3º A punição definida no inciso IV será por até 2 (dois) anos, ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 4º As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º, da Lei n. 10.520/02.

§ 5º Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º Além das penalidades acima citadas a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

Sub-Cláusula Primeira - na aplicação das sanções previstas nesta cláusula será assegurado à CONTRATADA o direito à defesa e ao contraditório.

Sub-Cláusula Segunda - A multa prevista nesta Cláusula será remida nos casos de força maior, devidamente comprovada por autoridade habilitada.

CLÁUSULA DÉCIMA: - Da Rescisão Contratual

Constituem motivo para a rescisão contratual:

1. O inadimplemento de obrigações contratuais;

2. Quando verificado, pela fiscalização do MUNICÍPIO, a execução inadequada;

3. O desrespeito aos alunos transportados;

4. Ocorrências de fatos relacionados aos alunos que possam se enquadrar como desrespeitos e violação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

5. A ocorrência de problemas de manutenção do(s) veículo(s) utilizados na execução dos serviços;

6. Quando da ocorrência regular de paralisação dos serviços, decorrente de problemas mecânicos e de manutenção do(s) veículo(s);

7. Quando constatada a infringência às disposições previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - especialmente às disposições contidas nos art. 136 a 139 do CTB;

8. Sub-contratação do objeto do presente contrato.

Sub-Cláusula Primeira - Havendo a rescisão do presente contrato, esta se processará de conformidade com as disposições dos artigos 77, 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

Sub-Cláusula Segunda - A CONTRATADA, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão, conforme preceitua o inciso IX, do art. 55, combinado com o art. 77, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Aditamento:

Presente, mediante justificativa, a alteração do(s) itinerário(s) / percursos, tanto pela majoração ou diminuição da distância a ser percorrida diariamente ou modificação na capacidade dos veículos, desde que observado o subitem 11.3 do edital, poderão as partes celebrar Termo Aditivo ao Contrato, contanto que seja observada a disposição do art. 65, I, "b" combinado com § 1º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93, e o estabelecido no item 2 da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato esta vinculada ao Pregão Presencial nº. 0001/2016, Processo de Licitações nº. 002/2016 e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei 8.666/93 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sra.(_____), Secretária da Educação, responsável pelo recebimento, verificação de atendimento das especificações técnicas do objeto e sua quitação total de entrega e recebimento, nos termos do art. 67 da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Itá (SC), com a renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Paial-SC., aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2016.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

PP 002/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

1 - PREÂMBULO

1.1 – ELISETE ESPOSITO WORTMANN, gestora municipal, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL no dia 22 de janeiro de 2016, às 08hs30min, para o REGISTRO DE PREÇOS aquisição do objeto indicado no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h15min do dia 22 de janeiro de 2016, no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás, 400, Centro.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h30min do dia 22 de janeiro de 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, situada no endereço citado no item 1.2.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de medicamentos de distribuição gratuita para a Farmácia Básica Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes a Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação desde que protocolizadas de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE PAIAL - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Paial e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes no momento do credenciamento.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

b) Número deste Pregão;

c) Número do item, descrição do bem nos termos do anexo "E" deste Edital, marca, quantidade, preço unitário e preço total, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Und.	Marca	Preço unit.	Preço total

d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

Observação: A proposta poderá ser elaborada no sistema eletrônico Betha Auto-cotação e apresentada ao Município em via impressa e em arquivo magnético (CR-Rom ou pen drive) para importação das informações, visando agilizar os procedimentos licitatórios.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com três casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
- f) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B".
- g) Registro na ANVISA, em vigor, através da comprovação da publicação no DOU ou de documento extraído da internet, fazendo constar o número de cada item cotado.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "f" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Paial.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes através do Cadastro de Licitantes do Município de Paial, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "f", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "C", deverá vir anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados durante a sessão pública, a critério do Pregoeiro inclusive a consulta e saneamento de certidões que possam ser obtidas junto a internet.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los em 10 (dez) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de assinatura.

9.2 - Os medicamentos deverão ser entregues mediante a expedição da autorização de fornecimento.

9.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a entregar os medicamentos, objeto desta licitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento.

9.4 - O objeto desta licitação deverá ser entregue de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30 e das 13h00 às 17h30, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada a Avenida Júlio Bender, 721, Centro neste Município.

9.5 - Os medicamentos deverão apresentar validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.

9.6 - Imediatamente após a entrega dos medicamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Departamento Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes do item 15 e seus subitens.

10 - DOS VALORES MÁXIMOS

10.1 - Os preços unitários, previamente orçados pela Administração Municipal, e que deverão ser utilizados como preço máximo pelas licitantes vencedoras sob pena de desclassificação estão relacionados no Anexo "E" deste Edital.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A Prefeitura Municipal de Paial efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo de 15 (quinze) dias após a data da apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), por parte da(s) contratada(s), devidamente atestada(s) pelo(s) responsável(is), compatível com a quantidade adquirida.

11.2 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à seguinte dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2016:

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.0345 - Programa Farmácia Básica do Município

3.3.90.30.32.02.0.0.02 (20) - Aplicações Diretas

3.3.90.30.32.02.0.0.02 (21) - Aplicações Diretas

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

12.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

12.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

12.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

12.6 - Decididos os recursos, caberá a autoridade competente efetuar a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) bem como homologar o processo.

13 - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo "D") pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

13.2 - É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.3 - A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e/ou diretamente aos vencedores. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras do Município de Paial para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no item 15 deste Edital.

13.4 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.5 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará após a assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de assinatura, mediante a expedição das Autorizações de Fornecimento.

13.6 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

13.7 - Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

13.8 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

14.2 - A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 13.3 do presente instrumento convocatório.

15.1.1 - Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

15.2 - Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

15.2.1 - multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada

ao total de 20% (vinte por cento).

15.2.2 - multa de até 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

15.3 - Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

16 – DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS

16.1 - A contratação do objeto licitado será efetivada após a assinatura da Ata de Registro de Preços e mediante a emissão da(s) Autorização(ões) de Fornecimento.

16.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.3 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

16.4 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.4.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei 8.666/93.

16.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

16.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

17 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 15 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 10.3 do Edital;

17.2.2.2 - por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial da União.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Paial, no endereço citado no subitem 1.2 deste Edital, ou através do telefone (49) 3451-0045, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30.

18.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

18.3 - O Município de Paial reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

18.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Paial não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.6 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.7 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá, SC, excluído qualquer outro.

19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

17.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" – Modelo de termo de credenciamento;
- b) Anexo "B" – Modelo de declaração de atendimento à legislação trabalhista de proteção à criança e ao adolescente;
- c) Anexo "C" – Modelo de declaração de atendimento ao inc. vii, do art. 4º, da lei nº 10.520/2002;
- d) Anexo "D" – Minuta da ata de registro de preços;
- e) Anexo "E" – Relação itens.

Paial – SC, em 08 de janeiro de 2016.

Elisete Esposito Wortmann
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Paial, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Paial, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paial, SC.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "D"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELIZETE ESPOSITO VORTMANN, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº ____/20____, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 002/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa _____, inscrita no

CNPJ _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do CPF nº. _____, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Descrição	Quant.	Und.	Marca	Preço unit.	Preço total

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 002/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, ____ de _____ de 2016.

Representante legal
DETENTORA DA ATA

ELISETTE ESPOSITO WORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Visto:
Assessor Jurídico

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2016

ANEXO "E"

RELAÇÃO DE ITENS

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo
1	500,00	Compr		Levofloxacino 500 mg	1,82
2	150,00	Fr		Acebrofilina xarope adulto 120ML	4,91
3	100,00	Fr		Acebrofilina. Xarope pediátrico. Frascos 120 ml.	4,13
4	1.800,00	Compr		Acetato de dextroalfatocoferol + ácido ascórbico + cloridrato de piridoxina + sulfato de manganês + luteína + óxido de zinco + cianocobalamina + riboflavina + mononitrato de tiamina + ácido fólico + ômega 3 + niacina + selênio + vitamina a + cobre + ácido docosahexaenóico (DHA) + ácido eicosapentaenóico (EPA) + zeaxantina	7,90

5	300,00	Compr	acetazolamida 250	0,76
6	200,00	UN	Acetonida de triancinolona orobase 10 g. Bisnaga.	12,58
7	3.000,00	Compr	Aciclovir 400 mg	2,40
8	60.000,00	Compr	Ácido acetil salicílico 100 mg. Genérico.	0,16
9	2.500,00	Compr	Acido acetilsalicílico 100 mg tamponado	0,531
10	1.500,00	Compr	Acido acetilsalicílico tamponado 325 MG	0,719
11	1.000,00	Compr	Ácido acetilsalicílico tamponado, 81 mg	0,281
12	3.000,00	Compr	ácido fólico 5mg	0,31
13	20,00	Amp	Acido tranexâmico 250mg/ml	3,233
14	1.500,00	Compr	Ácido ursodesoxicólico. 150 mg	3,23
15	2.000,00	Compr	ACIDO VALPROICO 250 mg	0,50
16	3.000,00	Compr	Acido valproico 500 MG	1,05
17	100,00	Fr	Ácido valpróico 50mg/ml. Xarope, frasco de 100 ml	4,14
18	50,00	Amp	Adrenalina injetavel 01 MG/ML.	2,10
19	2.500,00	Compr	Agomelatina 25mg.	8,61
20	600,00	Compr	Albendazol 400 MG	2,72
21	400,00	Fr	Albendazol. Suspensão oral.	1,72
22	2.400,00	Compr	Alendronato de sódio 70 mg	0,56
23	6.000,00	Compr	Alopurinol 100mg	0,38
24	4.000,00	Compr	Alopurinol 300 mg	0,19
25	450,00	Compr	Alprazolam 1,0 mg	0,50
26	200,00	Fr	Ambroxol, cloridrato 15MG/5ML frasco de 120 ML	2,25
27	200,00	Fr	Ambroxol, cloridrato 30MG/5ML frasco de 120ML	2,33
28	2.500,00	UN	Amilorida 5 mg + clortalidona 25 mg	0,96
29	2.000,00	Compr	Amilorida 5 mg + hidrocortotiazida 50 mg	0,14
30	1.000,00	Compr	aminofilina 100 mg	0,08
31	5,00	Amp	aminofilina 24 mg	1,10
32	3.000,00	Compr	Amiodarona 100 mg	0,45
33	2.500,00	Compr	Amiodarona. 200 mg. Genérico.	0,57
34	1.800,00	Compr	amitriptilina 10 mg	8,25
35	20.000,00	Compr	Amitriptilina 25 mg	0,07
36	80,00	Fr	Amoxicilina + clavulanato de potassio 50 mg + 12,5 mg/ml, suspensão oral. Frasco de 100 ml	18,00
37	80,00	Fr	Amoxicilina 400 mg/5ml. Frasco de 150ml	18,25
38	200,00	Fr	Amoxicilina 50 mg/ml. Pó para suspensão oral. Frasco de 60ml	3,31
39	1.200,00	Compr	Amoxicilina 500mg + clavulanato de potassio 125 MG	1,30
40	3.000,00	Compr	Amoxicilina, 500 mg. Genérico.	0,20
41	25.000,00	Compr	Anlodipino 5 mg. Genérico.	0,08
42	1.000,00	Compr	Anlodipino, besilato 5mg + atenolol 25 mg. Genérico.	2,67
43	1.000,00	Compr	Anlodipino, besilato 5MG+ramipril 5MG	2,52
44	1.600,00	Compr	Atenolol 100 mg+clortalidona 25 mg. Genérico.	1,26
45	5.000,00	Compr	Atenolol 25 mg. Genérico.	0,06
46	10.000,00	Compr	Atenolol 50 mg. Genérico.	0,07
47	2.500,00	Compr	Atenolol 50mg + clortalidona 12,5 mg. Genérico.	1,01
48	3.000,00	Compr	Atenolol+clortalidona 50/12,5 MG	0,56
49	15,00	Fr	Atropina colírio 1%. Frasco de 10 ml.	6,91
50	50,00	Amp	Atropina injetável 1mg/ml	6,28
51	1.000,00	Compr	azitromicina 500mg, comprimidos	0,66
52	200,00	Fr	Azitromicina po para suspensão diluente oral frasco 600MG	4,45
53	150,00	Fr	Beclometasona, dipropionato, spray oral 250 mcg/dose. Frascos com 200 doses.	65,77
54	150,00	Amp	Benzilpenicilina. Benzatina 1.200.000 UI já diluída.	20,00
55	50,00	Fr	Benzoilmetronidazol 40 MG/ML suspensão oral fr 100ML	2,24
56	500,00	Amp	Betametasona, dipropionato 5 mg+fosf. dissodico de betametasona 2mg. Ampolas.	11,23
57	30,00	Fr	bimatoprost 0,03% - timolol 0,5% colírio 3 ml	74,00
58	3.000,00	Compr	Biperideno 2 MG	0,45
59	100,00	Compr	Bisacodil 5MG	0,438
60	2.500,00	Compr	Bisoprolol, fumarato 2,5 mg	2,22
61	1.000,00	Compr	Bisoprolol, fumarato 5 mg + Hidroclorotiazida 12,5 mg	2,73
62	15,00	Fr	Brimonidina, tartarato 1,5 mg/ml, colírio. Frasco de 5 ml	40,00
63	30,00	Fr	Brimonidina, tartarato 2MG/ML colírio frasco 5ML	76,00
64	80,00	Compr	Bromoprida 10 MG	0,31
65	50,00	Fr	Bromoprida 4mg/ml. Frasco de 20 ml.	1,60
66	200,00	Fr	Budesonida aerossol nasal, 32 mcg/dose, frasco com válvula dosificadora 120 doses	23,50
67	200,00	Fr	Budesonida aerossol nasal, 50 mcg/dose frasco com válvula dosificadora 120 doses.	30,50

68	600,00	Compr	Bupropiona cloridrato, 300 mg, revestidos de liberação prolo	4,77
69	2.000,00	Compr	Bupropiona, cloridrato 150 mg	1,96
70	1.500,00	Compr	Butilbrometo de escopolamina + dipirona sódica	0,47
71	1.500,00	Compr	Butilbrometo de escopolamina 10 mg	0,55
72	100,00	Fr	Butilbrometo de escopolamina. Gotas. Frascos de 10 ml	10,45
73	100,00	Amp	Butilbrometo de escopolamina. Injetável.	1,44
74	200,00	Fr	Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica. Gotas de 10 ml	9,25
75	100,00	Amp	Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica. Injetável.	2,646
76	25.000,00	Compr	Captopril 25mg. Genérico.	0,06
77	3.000,00	Compr	Captopril 50 mg. Genérico.	0,06
78	10.000,00	Compr	CARBAMAZEPINA 200 mg	0,14
79	80,00	Fr	Carbamazepina. Solução oral 2%. Frascos de 100 ml	9,13
80	1.500,00	Compr	Carbonato de calcio 500 mg	0,07
81	20.000,00	Compr	Carbonato de calcio 600mg associado com vitamina d3 400ui	0,84
82	1.400,00	Compr	Carbonato de lítio CR 450 mg	1,96
83	2.500,00	Compr	Carbonato de lítio. 300 mg.	0,15
84	60,00	Fr	Carboximetilcelulose 1% colirio 15ml	22,00
85	3.500,00	Compr	Carvedilol 3,125 mg	0,37
86	6.000,00	Compr	Carvedilol 12,5 mg. Genérico.	0,45
87	8.000,00	Compr	Carvedilol 25 mg. Genérico.	0,64
88	4.000,00	Compr	CARVEDILOL 6,25 mg	0,38
89	15,00	Fr	Cassia angustifolia +associações geléia lax. Pote 250g	62,45
90	3.500,00	Compr	CEFALEXINA 500 mg	0,49
91	100,00	Fr	Cefalexina 50mg/ml c/ 60ml. Suspensão oral.	12,13
92	100,00	Amp	Ceftriaxona 1 g. Intramuscular, frasco ampola+diluyente	13,00
93	600,00	Compr	Cefuroxima 250 mg	19,41
94	400,00	Compr	Celecoxibe 200mg	3,44
95	100,00	Fr	Cetoconazol shampoo 2% c/ 100 ml	9,78
96	500,00	Compr	Cetoprofeno 100 mg	0,80
97	50,00	Amp	Cetoprofeno 50mg/ml ampolas 2ml	2,71
98	8,00	Cx	Cianocobalamina 5 mg+piridoxina 100mg+tiamina 100mg, injetável. Caixa com 3 conjunto de 2 ampolas.	39,00
99	30,00	Cx	Cianocobalamina 5mg+dexametasona 4mg+piridoxina 100 mg+tiamina 100mg, injetável. Ampola I de vitaminas e ampola II com dexametasona. Conjunto com 2 ampolas. Caixa com 3 conjuntos de 2 ampolas.	34,50
100	3.000,00	Compr	CICLOBENZAPRINA 10 mg	1,43
101	315,00	Compr	Cicloprimogina	0,38
102	3.000,00	Compr	Cilostazol 50mg	0,53
103	2.000,00	Compr	CIMETIDINA 200 mg	0,12
104	100,00	Amp	Cimetidina sol. Inj. 150 mg /1ml	0,876
105	1.500,00	Compr	Cinarizina 25 mg	0,063
106	1.000,00	Compr	CINARIZINA 75 mg	0,104
107	8.000,00	Compr	Ciprofibrato 100 mg	1,44
108	10,00	Fr	Ciprofloxacino 3,5 mg+dexametasona 1 mg/ml. Sol oftálmica. Frasco de 5ml	24,71
109	1.600,00	Compr	Ciprofloxacino 500 mg. Genérico.	0,31
110	30,00	Fr	Ciprofloxacino colírio 0,35%	4,74
111	120,00	Cart	Ciproterona, acetato+etinilestradiol 2mg+0,035mg. Caixa com 21 drageas.	1,90
112	5.000,00	Compr	Citalopram 20 mg	1,20
113	30,00	Fr	Clobetasol 0,5 mg/g. Solução capilar. Frasco com 50 ml.	23,20
114	3.000,00	Compr	Clonazepam 02 mg	0,15
115	150,00	Fr	Clonazepam 2,5 mg/ml. Sol oral. Gotas. Frasco 20 ml	5,78
116	6.000,00	Compr	Clonidina 0,100 mg	0,20
117	1.800,00	Compr	Clopidogrel, bissulfato 75 mg	0,60
118	450,00	Compr	Clordiazepóxido 5mg + amitriplina 12,5mg	7,39
119	100,00	Fr	Cloreto de sódio 0,9%. Pediátrico. Gotas nasais, sem conservantes.	12,28
120	20,00	Fr	Cloridrato de benzidamina spray	28,00
121	800,00	Compr	Clorpromazina, cloridrato 100mg	0,66
122	1.300,00	Compr	Clorpromazina, cloridrato 25mg	0,30
123	10.000,00	Compr	Clortalidona 25 mg	0,09
124	50,00	tb	Colagenase 0,6U/g + cloranfenicol 0,01 g/g. Pomada 30g	23,50
125	3.600,00	Compr	COLCHICINA 0,5 mg	0,38
126	1.000,00	Compr	COMPLEXO B co	0,05
127	5.000,00	Compr	Cumarina 15 mg + troxerrutina 90 mg	1,06
128	2.000,00	Compr	Dapaglifozina 10 mg	4,20

129	40,00	Cart		Desogestrel 75 mcg cart 28 comp.	16,12
130	100,00	Cart		Desogestrel+ etinilestradiol, 150mcg+30mcg cartela com 21 comprimidos	16,66
131	4.000,00	Compr		Desvenlafaxina, sal succinato, 50 mg, liberação controlada	7,00
132	30,00	Fr		Dexametasona 0,1%. Solução oftálmica. Frasco 5ml.	10,00
133	30,00	Fr		Dexametasona 1mg+neomicina 5 mg+polimixina B 6000 UI + hipromelose 5mg. Sol. Oftálmica. Frasco 5ml.	18,25
134	30,00	Amp		Dexametasona 4mg/ml. Injetável. Ampola de 2,5ml	2,10
135	30,00	Cx		Dexametasona associada a dipirona sódica e hidroxibetalamina, ampola 1:1,5mg+500mg/ml; ampola 2:5mg/ml sol. Injetável. Caixa com 3 conjuntos de 2 ampolas.	39,00
136	100,00	tb		Dexametasona, acetato 0,1%, creme, bisnaga 10 g	1,05
137	50,00	Fr		Dexametasona, elixir 120 ml	1,85
138	2.500,00	Compr		DEXCLORFENIRAMINA 2 mg	0,091
139	200,00	Fr		Dexclorfeniramina, maleato, 0,4 mg/ml xarope frasco 100 ml	8,43
140	15,00	Fr		Dextrama 70 1 mg+hipromelose 3 mg+glicerol 2mg. Sol. Oftálmica. Frascos de 15 ml.	4,66
141	3.000,00	Compr		Diacereina 50 mg	4,50
142	3.000,00	Compr		DIAZEPAN (10 mg)	0,13
143	50,00	Amp		Diazepan injetavel. 10mg/2ml	0,924
144	20,00	Fr		Diclofenaco dietilamonio 11,6 mg. Aerosol. Frascos de 85 ml.	17,90
145	100,00	Fr		Diclofenaco resinato 15mg/ml sol oral, gotas. Frasco 20 ml	2,96
146	50,00	Amp		Diclofenaco sódico 25mg/ml Sol. Injetável. Ampola 3ml	1,50
147	3.500,00	Compr		DICLOFENACO SÓDICO 50 mg	0,13
148	50,00	Fr		Diclofenaco sodico colirio 1mg/ml frasco de 5 ml	6,50
149	400,00	tb		Diclofenaco, sal dietilamonio 11,6 mg/g equivalente 10mg/g do sal potássico, gel, bisnaga	4,38
150	4.000,00	Compr		DIGOXINA 0,25 mg	0,25
151	2.000,00	Compr		Diltiazem cloridrato, 30 mg	1,15
152	2.000,00	UN		Diltiazem, cloridrato 90 mg	1,54
153	50,00	Fr		DIMENIDRATO 25 mg/ml + PIRIDOXINA 5 mg/ml GOTAS	10,84
154	100,00	Amp		Dimenidrato 50mg/ml+piridoxina 50 mg/ml. Injetável	2,60
155	1.500,00	Compr		Dimenidrinato 50mg+clor. De pirodoxina 10 mg	0,61
156	20.000,00	Compr		Diosmina +hesperidina 450/50 mg	0,86
157	8.000,00	Compr		Dipirona sódica 500 mg	0,11
158	100,00	Amp		Dipirona sódica 500 mg/ml Sol. Injetável 2ml.	0,89
159	300,00	Fr		Dipirona sódica 500mg/ml. Sol. Oral. Gotas. 20 ml	2,40
160	5.000,00	Compr		Divalproato de sódio ER 250 mg	1,20
161	2.000,00	Compr		Divalproato de sódio ER 500 mg	2,77
162	600,00	Compr		Domperidona 10mg	9,53
163	8.000,00	Compr		Doxazosina mesilato 4mg	0,94
164	7.000,00	Compr		Doxazosina, mesilato 2mg	0,24
165	500,00	Compr		Doxiciclina 100 mg	0,13
166	150,00	Fr		Dropropizina 1,5 mg/ml xp pediatrico 120 ml	6,15
167	150,00	Fr		Dropropizina 3 mg/ml xarope frasco 120 ml. Adulto.	11,26
168	2.000,00	Compr		Ebastina 10 mg	3,25
169	30.000,00	Compr		Enalapril 10mg	0,11
170	10.000,00	Compr		Enalapril 20 mg (genérico)	0,22
171	600,00	Compr		Enalapril 20ml+hidroclorotiazida 12,5	0,47
172	30.000,00	Compr		Enalapril 5 mg (generico)	0,17
173	20,00	Amp		Enoxaparina 80 mg/0,8ml	29,00
174	200,00	Compr		Eritromicina 500 mg	0,84
175	20,00	Fr		Eritromicina, esteolato 250 mg. Sol oral.	5,10
176	1.800,00	Compr		Escitalopram 10 mg	2,00
177	1.000,00	Compr		Escitalopram 15 mg	5,50
178	8.000,00	Compr		Espironolactona 25 mg (Generico)	0,21
179	200,00	Amp		Estradiol, valerato+norestisterona, enantato 5mg+50mg/ml ampola 1ml	10,50
180	5.000,00	Compr		Estrogênios conjugados 0,625 mg	1,05
181	30,00	UN		Estrogênios conjugados creme vaginal	36,00
182	5.000,00	UN		Extrato de plantas, castanha da india 100 mg aesculus hippocastanum l.	3,50
183	3.500,00	Compr		Extrato de plantas, isoflavona de soja 75 mg (glycine max)	0,90
184	2.000,00	Compr		Extrato seco de passiflora alata 80 mg + extrato seco de erythrina mulungu 60 mg + extrato seco de leptolobium elegans 20 mg + extrato seco de adonis vernalis 20 mg	2,50
185	2.000,00	Compr		Extrato seco de pnus pinaster 50mg	2,90
186	1.000,00	Compr		Ezetimiba 10 mg	4,50
187	1.000,00	Compr		Ezitimiba+sinvastatina 10/20 mg	4,41
188	2.000,00	Compr		Fenitoina 100 mg	0,50
189	200,00	Fr		Fenobarbital 40 mg/ml	4,90

190	1.000,00	Compr	Fenofibrato 200 mg	2,44
191	1.000,00	Compr	Fenorbabital 100 mg	0,19
192	80,00	Fr	Fenoterol, brometo 5mg/ml. Frasco de 5ml	3,80
193	1.300,00	Compr	Fexofenadina 180 mg	5,80
194	2.000,00	Compr	Finasterida 5 mg	0,32
195	20,00	Amp	Fitomenadiona 10mg/1ml sol. Injetavel	1,65
196	400,00	CAP	Fluconazol 150mg, comprimidos	0,37
197	8.000,00	Compr	Flunarizina 10 mg	0,63
198	15.000,00	Compr	Fluoxetina 20 mg	0,15
199	1.400,00	Compr	Flutamida 250 mg	6,30
200	30,00	Fr	Fluticasona furoato+vilanterol, trifenato (relvar ellipta) 100/25 mg	73,50
201	60,00	Fr	Formoterol 12 mcg+budesonida 400 mcg. Dose caps. Pó inalante, refil com 60 capsulas.	71,43
202	60,00	Fr	Formoterol, fumarato associado a budesonida 12 mcg + 400 mcg/dose capsulas po inalante refil com 60 cápsulas	45,78
203	20,00	Amp	Furosemida 100mg/ml	1,30
204	10.000,00	Compr	Furosemida 40 mg Genérico	0,07
205	2.000,00	Compr	Gabapentina 300 mg	0,50
206	360,00	Cart	Gestodeno +etinilestradiol 0,075mg+0,02mg cartela c/21	19,61
207	600,00	Compr	Ginkobiloba 120 mg	1,12
208	2.000,00	Compr	Ginkobiloba 80 mg	0,80
209	10.000,00	Compr	Glibenclamida 5mg. Genérico	0,11
210	2.000,00	SACH	Glicosamina +condroitina,em sais sulfatos 1,5MG+1,2 G SACHE 4,13g	4,80
211	500,00	SACH	Glicosamina 1,5g po oral sache 3,95g	3,58
212	2.000,00	Compr	Glicosamina 500mg + condroitina 400mg	2,57
213	50,00	Amp	Glicose 50% amp. 10ml	0,50
214	1.000,00	Compr	Glimepirida 1 mg	0,62
215	2.000,00	Compr	Glimepirida 2mg	0,29
216	2.000,00	Compr	HALOPERIDOL 5 mg	0,61
217	20,00	Amp	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	1,76
218	60,00	Amp	Haloperidol, sal decanoato 50 mg/ml, solução injetavel, ampola 1 ml	14,00
219	50,00	Amp	Heparina sódica 0,25 ml 5.000 UI	12,15
220	80.000,00	Compr	Hidroclorotiazida 25mg	0,07
221	50,00	Amp	Hidrocortisona sol. Injetavel 500mg	9,00
222	100,00	tb	Hidrocortisona. Em creme 1%	11,64
223	1.000,00	Compr	Hidroxicloroquina 400 mg	2,42
224	100,00	Fr	Hidroxido de aluminio 62mg/ml frasco 100ml	2,57
225	15.000,00	Compr	IBUPROFENO 300 mg	0,08
226	5.000,00	Compr	Ibuprofeno 600 mg	0,10
227	500,00	Fr	Ibuprofeno. Gotas. 100mg/ml. Frasco de 20ml	2,94
228	6.000,00	Compr	Imipramina 25 mg	0,35
229	400,00	Compr	Imipramina pamoato 75mg	42,43
230	60,00	Fr	Ipratropio brometo 0,25mg/ml sol. P/inalação fr 20ml	1,31
231	120,00	Compr	Isossorbida 5 mg sub - lingual	0,2666
232	6.000,00	Compr	Isossorbida, mononitrato 20 mg	0,266
233	500,00	Compr	Itaconazol 100 mg	0,678
234	100,00	Compr	Ivermectina 6 mg	0,55
235	2.000,00	Compr	Levodopa 200 mg + benserazida 50 mg	2,25
236	6.000,00	CAP	Levodopa associada a benserazida 100 mg + 25 mg capsula BD	1,26
237	1.000,00	Compr	Levodopa+benserazida 100mg/25mg HBS. Capsula de liberação prolongada.	1,90
238	60,00	Fr	Levomepromazina 4%. Frasco de 20ml. Gotas.	19,00
239	60,00	Compr	Levonogestrel 0,75 mcg	1,867
240	200,00	Cart	Levonorgestrel +etinilestradiol 50mcg+30 mcg/75 mcg+40mcg/125mcg+30mcg , dragea a + dragea b + dragea c blister	7,95
241	400,00	Cart	Levonorgestrel+etinilestradiol 0,15mg+0,03mg com 21	5,08
242	3.000,00	Compr	Levotiroxina sódica 100 mcg	0,21
243	1.350,00	Compr	Levotiroxina sódica 112 mcg	0,233
244	6.000,00	Compr	Levotiroxina sódica 50mcg	0,21
245	5.000,00	Compr	Levotiroxina sodica 75 mcg	0,22
246	1.350,00	Compr	LEVOTIROXINA SODICA 88 mcg	0,233
247	50,00	tb	Lidocaina + Hidrocortisona + subacetato de aluminio + oxido de zinco. Bisnaga de 25 g	6,69
248	50,00	Amp	Lidocaína, cloridrato 2% injetável, sem vaso constritor 20 ml	10,09
249	50,00	tb	Lidocaina,cloridrato,2% geleia bisnaga 30 gramas	2,10
250	1.000,00	Compr	Linagliptina 5mg	6,33
251	2.400,00	Compr	LORATADINA 10 mg	0,29

252	50,00	Fr	Loratadina xarope 100 ml	2,98
253	2.700,00	Compr	Losartana 100mg + hidroclorotiazida 25 mg	0,60
254	2.000,00	Compr	Losartana potassica 25mg	1,39
255	2.000,00	Compr	Losartana potassica 50 mg + hidroclorotiazida 12,5 mg	0,28
256	30.000,00	Compr	Losartana potássica 50 mg. (Genérico)	0,08
257	1.000,00	Compr	LOVASTATINA 10mg	4,90
258	100,00	Fr	Mebendazol 20mg/ml frasco com 30ml suspensão oral	1,18
259	100,00	Amp	Medroxiprogesterona(acetato) 150mg injetavel	22,40
260	900,00	Compr	Medroxiprogesterona, acetato 10mg	1,17
261	3.000,00	Compr	MELOXICAM 15 mg	0,14
262	450,00	Compr	MESALAZINA 800 mg	5,00
263	15.000,00	Compr	Metformina 500mg	0,15
264	18.000,00	Compr	Metformina 850 mg. Generico	0,13
265	4.000,00	Compr	Metformina, cloridrato+sitagliptina fosfato 1000mg+50mg	4,02
266	6.000,00	Compr	Metildopa 250mg	0,30
267	3.000,00	Compr	Metildopa 500 mg	0,42
268	2.500,00	Compr	Metroclorpramida 10mg	0,075
269	150,00	Fr	METOCLOPRAMIDA 4mg/ml gts C/ 10 ML	1,18
270	100,00	Amp	Metoclopramida 5mg/ml solução injetavell ampola 2 ml	0,58
271	800,00	Compr	Metoprolol, succinato 100 mg, liberação controlada	2,60
272	4.000,00	Compr	Metoprolol, succinato 50 mg, liberação controlada.	1,60
273	900,00	Compr	Metoprolol, tartarato 100 mg	0,58
274	2.000,00	Compr	Metorolol, succinato 25 mg, liberação controlada	1,87
275	600,00	Compr	Metotrexato 2,5	0,917
276	30,00	tb	Metronidazol 100mg/g. Creme vaginal c/ aplicador	4,00
277	1.000,00	Compr	Metronidazol 400 mg	1,50
278	150,00	tb	Miconazol 2% creme vaginal bisnaga 80g	6,93
279	150,00	tb	Miconazol 20 mg/g creme dermatologico 28 g	2,23
280	20,00	UN	Mometasona furoato 0,05 % nasal spray frasco 60 doses	47,00
281	50,00	tb	Mupirocina. Pomada	31,00
282	50,00	tb	Neomicina+bacitracina pomada 10 g	1,25
283	1.000,00	UN	Nicotina goma 2mg	1,44
284	1.000,00	UN	Nicotina goma 4mg	1,59
285	1.000,00	UN	Nicotina pastilha 4 mg	1,54
286	10.000,00	Compr	Nifedipina 10 mg	0,19
287	1.500,00	Compr	Nifedipina Retard 20 mg	0,091
288	8.000,00	Compr	Nimesulida 100 mg	0,10
289	100,00	Fr	NIMESULIDA 50 mg/ml C/15 ml	1,89
290	800,00	Compr	NIMODIPINO 30 mg	1,04
291	50,00	UN	Nistatina 100.000 UI/ml. Solução oral 50 ml	2,05
292	100,00	Fr	Nistatina. Creme vaginal c/ aplicador	4,50
293	2.000,00	Compr	Nitrofurantoina 100mg	0,34
294	100,00	Compr	Norestirona 0,35 mg/ 35 comp.	7,23
295	100,00	Compr	Noretisterona 0,35 mg	121,00
296	4.000,00	Compr	Nortriptilina 25mg	0,35
297	100,00	Fr	Óleo mineral 100 ML	3,62
298	900,00	Compr	Olmesartana, medoxomila 40 mg+anlodipino 5mg	2,00
299	50.000,00	Compr	Omeprazol 20mg	0,08
300	1.800,00	Compr	Oxcarbamazepina 300mg	0,82
301	4.500,00	Compr	Oxibutina, cloridrato 5mg, liberação controlada	0,97
302	3.000,00	UN	Paracetamol +codeína 30mg	0,93
303	600,00	Fr	Paracetamol 200mg/ml 15 ml	0,80
304	20.000,00	Compr	Paracetamol 500 mg	0,08
305	12.000,00	Compr	Paracetamol 750 mg	0,08
306	8.000,00	Compr	Paracetamol+carisoprodol+diclofenaco sódico+cafeína 300mg+50mg+125mg+30mg	0,39
307	6.000,00	Compr	Paroxetina 10 mg	3,90
308	10.000,00	Compr	Paroxetina 20 mg	0,20
309	2.000,00	Compr	Paroxetina 20 mg CR	4,96
310	500,00	Compr	Pentoxifilina 400mg	1,63
311	100,00	Compr	Permaganato de potássio 100mg comp.	0,105
312	100,00	Fr	Permetrina. Loção 5%. 100ml	8,21
313	200,00	Fr	Permetrina. Shampoo 10mg/ml. Frasco de 100 ml	11,00
314	800,00	Compr	Piracetam 800 mg	0,933
315	2.500,00	Compr	Piroxicam 20 mg	0,46

316	1.500,00	UN	Plantago ovata forsk. Pó efervescente. Embalagem de 3,5g	1,99
317	1.000,00	Compr	Prednisolona 20mg	0,19
318	3.000,00	Compr	Prednisolona 5 mg	0,11
319	100,00	Fr	Prednisolona sol. Oral 3 mg/ml solução oral frasco 100 ml	8,32
320	4.000,00	Compr	Pregabalina 150 mg	3,50
321	3.000,00	Compr	Pregabalina 75 mg	2,50
322	8.000,00	Compr	Prometazina 25 mg	0,16
323	2.000,00	Compr	Propatlnitrato 10 mg	0,427
324	22.000,00	UN	Propranalol 40mg	0,04
325	300,00	Fr	Protetor solar fator 30. Frasco 120 ml	18,75
326	1.350,00	Compr	Ramipril 5 mg	1,21
327	1.200,00	Compr	REPAGLINIDA 2 mg	1,78
328	20,00	tb	Retinol +aminoacidos+metionina+cloranfenicol,10.000oui +25mg+5mg+5mg/g pomada oftalmica bisnaga 3,5g	10,00
329	50,00	tb	Retinol 5000 ui + Colecalciferol 900 ui + oxido de zinco 150 UI + oleo de figado de bacalhau 86 Bisnaga de 45 g	9,00
330	30,00	Fr	Retinol acetato 50.000 UI+colecalfiferol 10.000UI/ml. Sol. Oral. Frasco de 10 ml	12,35
331	150,00	Compr	Risedronato sodico	22,00
332	2.200,00	Compr	Risperidona 1 mg	5,49
333	1.000,00	Compr	Risperidona 2 mg	0,50
334	2.000,00	Compr	Rivaroxabana 20 mg	6,89
335	2.000,00	Compr	Roflumilaste 500 mg	5,54
336	2.000,00	Compr	Rosuvastatina calcica 10mg	0,88
337	1.000,00	UN	sais p/ reidratacao oral	0,68
338	100,00	Fr	Salbutamol 0,4 MG/ML, xarope frasco 100ML	1,46
339	200,00	Fr	Salbutamol 100MCG/DOSE aerosol oral frasco c/200doses	12,00
340	150,00	Fr	Salmeterol xinafoato 50mcg+fluticasona propionato 250mcg. Discus com 60 doses	100,00
341	400,00	Compr	Selegilina 5mg	1,48
342	1.000,00	Compr	sertralina 50 mg	0,20
343	500,00	Compr	simeticona 40mg	0,12
344	100,00	Fr	simeticona 75mg/ml suspensão oral gotas frasco de 15ml	1,30
345	50.000,00	Compr	Sinvastatina 20mg (genérica)	0,38
346	2.000,00	Compr	Sitagliptina 100 mg	7,07
347	2.000,00	Compr	Sitagliptina, fosfato+metformina cloridrato XR 50/500 mg	2,89
348	600,00	Compr	Sotalol 120 mg	1,567
349	100,00	tb	Sulfadiazina de prata 1% Creme 50g	7,28
350	2.000,00	Compr	sulfametoxazol + trimetoprima 400mg+80mg	0,10
351	100,00	Fr	Sulfametoxazol 40 MG + trimetoprima 8 MG/ML susp. Oral 100 ml	1,785
352	50,00	Fr	sulfato ferroso 25mg/ml de ferro II, solução oral gotas frasco de 30 ml	0,99
353	3.500,00	Compr	Sulfato ferroso, 40 mg de ferro II	0,05
354	40,00	LATA	Suplemento em pó. Hipercalórico. Sem sabor, lata de 350g,	49,99
355	30,00	Fr	T5imolol, maleato 0,5% sol. oftalmica. Frasco 5 ml	3,61
356	450,00	Compr	Telmisartana+hidroclorotiazida 80+12,5 mg	4,05
357	1.000,00	Compr	teofilina 200mg	0,80
358	2.000,00	Compr	Terbinafina 250 mg	6,36
359	1.500,00	Compr	TiamazoL 10 MG	0,40
360	3.000,00	Compr	tibolona 1,25 mg	1,82
361	100,00	Fr	Tiotropio brometo,2,5mcg/dose p/inalação c/inalador fr 4ML C/ 60 doses	300,00
362	20,00	Fr	Tobramicina 0,3% sol. oftalmica frasco de 5ml	1,95
363	5.000,00	Compr	Topiramato 50 mg	0,50
364	1.500,00	Compr	TOPIRAMATO 25 mg	1,25
365	800,00	Compr	Trazodona 50mg (generico)	0,98
366	100,00	tb	Triancilona,acetonido 1mg/gbisng. De 10g	12,63
367	1.350,00	Compr	Valproato de sodio/acido vaproico cr 500mg	1,50
368	1.000,00	Compr	Valsartana 320 mg	1,00
369	600,00	Compr	Valsartana+hidroclorotiazida 160+12,5	1,27
370	900,00	Compr	Valsartana+hidroclorotiazida+anlodipino 160+12,5+10mg	3,52
371	600,00	Compr	Varfarina sodica 2,5 mg	0,29
372	5.000,00	Compr	VARFARINA SÓDICA 5 mg	0,20
373	15.000,00	Compr	venlafaxina 150 mg	1,90
374	4.000,00	Compr	VENLAFAXINA 37,5 MG	0,65
375	10.000,00	Compr	venlafaxina 75mg	1,20

376	600,00	Compr		Verapamil 80 MG	0,09
377	800,00	Fr		Vitamina D, colecalciferol 3.300 UI/ml Sol. oral, gotas. Frasco de 10 ml	43,00
378	2.000,00	Compr		Zolpidem 10MG	2,63

1.1 - Todas as especificações acima citadas são as mínimas a serem observadas.

PP 002/2016 PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

1 - PREÂMBULO

1.1 – ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal de Paial, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 27 de janeiro de 2016, às 13hs45min, para o Registro de Preços para possível contratação do objeto indicado no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 57/2007 e 71/2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 13hs30min do dia 27 de janeiro de 2016, no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás, 400, Centro.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 13hs45 do dia 27 de janeiro de 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, situada no endereço citado no item 1.2.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de gasolina comum, diesel comum e diesel S10 para veículos e máquinas da frota municipal e do fundo municipal de saúde conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes a Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação desde que protocolizadas de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada,

bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Paial e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes no momento do credenciamento.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do item, descrição dos itens nos termos do anexo "E" deste Edital, quantidade, marca, unidade de medida, preço unitário e preço total, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Preço Unitário	Preço Total

- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com até três casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);

f) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B".

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "f" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Paial.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes através do Cadastro de Licitantes do Município de Paial, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "f", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "C", deverá vir anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o

máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes serão registrados eletronicamente com formulário que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão, inclusive a consulta da regularidade, de documentos emitidos pela internet que foram apresentados vencidos e/ou não apresentados.

7.12.2 - Quando apresentado documento previsto para habilitação do licitante, e este estiver vencido, a critério do pregoeiro, poderá o mesmo ser sanado através de consulta ao site do órgão emissor, devendo para tanto tal procedimento ocorrer durante a sessão pública.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los em 10 (dez) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.1 - O prazo de validade do contrato será até 31/12/2016, contando a partir da data da assinatura do mesmo.

9.2 - O combustível deverá ser disponibilizado diretamente no equipamento, na sede da licitante, dentro do perímetro urbano do município de Paial. Eventuais custas com deslocamento ou transporte do combustível deverão ser suportados pela proponente vencedora.

9.3 - O combustível deverá ser disponibilizado para uso diariamente conforme a necessidade de cada máquina, mediante apresentação de guia de solicitação de fornecimento pelo órgão/unidade do Município.

9.4 - Por ocasião da entrega a Contratada deverá informar na respectiva nota fiscal a data e hora do abastecimento, placa do veículo ou o

número do patrimônio da máquina ou equipamento a ser abastecido, respectivo horímetro/quilometragem.

10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - O Município de Paial efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento dos materiais, através de depósito em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

10.2 - As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão às seguintes previstas na Lei Orçamentária do Exercício anual de 2016:

02.01.2.002. 3.3.90.30.01.00.00.00 (5/2016) Gabinete;
03.01.2.005. 3.3.90.30.01.00.00.00 (19/2016) Administração;
08.01.2.027. 3.3.90.30.01.00.00.00 (99/2016) Cras;
08.01.2.026. 3.3.90.30.01.00.00.00 (94/2016) FAS;
04.01.2.008. 3.3.90.30.01.00.00.00 (32/2016) Educação;
06.01.2.020.3.3.90.30.01.00.00.00 (66/2016) Agricultura;
06.01.2.024.3.3.90.30.01.00.00.00 (86/2016) Dmr;
07.01.2.037.33.90.30.01.00.00.00 (5/2016) FMS;

10.3 - Durante todo o prazo de validade da Ata de Registro de Preços o(s) fornecedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a manter atualizados todos os documentos relacionados nas alíneas "a" a "f" do item 6.1 deste Edital, para que a Administração Municipal possa efetuar o pagamento.

11 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

11.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Setor de Compras deste Município (sob pena de não conhecimento), que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão, ficando suspensos os demais procedimentos até seu julgamento.

11.2 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

11.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

11.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem às contra razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.6 - Decididos os recursos, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

12 - DO REGISTRO DOS PREÇOS

12.1 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo "D") pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

12.1.1 - É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.2 - A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará diretamente ao licitante vencedor ou através do Diário Oficial dos Municípios - DOM. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras do Município de Paial para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no item 14 deste Edital.

12.2 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada renegociar e/ou registrar seus preços.

12.3 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará após a assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante a emissão e o recebimento da Autorização de Fornecimento, a qual passa a ter força de Contrato entre as Partes.

12.4 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

12.5 - Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no Art 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

12.6 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

13.2 - A rescisão contratual poderá ser:

13.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

13.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

14 - DAS PENALIDADES

14.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do item 12.1.1 do presente instrumento convocatório.

14.1.1 - Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

14.2 - Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

14.2.1 - multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

14.2.2 - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

15 - DO CONTRATO E DOS PREÇOS

15.1 - A contratação do objeto licitado será efetivada após a assinatura da Ata de Registro de Preços e assim que forem emitida(s) a(s) Autorização(ões) de Fornecimento.

15.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.3 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

15.4 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

15.4.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei 8.666/93.

15.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

15.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

16 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

16.1.1 - Automaticamente:

16.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

16.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

16.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

16.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

16.2.1 - A pedido, quando:

16.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

16.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

16.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 14 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

16.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

16.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 10.3 do Edital;

16.2.2.2 - por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

16.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

16.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

16.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

16.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita diretamente a Detentora da Ata, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Paial, no endereço citado no subitem 1.2 deste Edital, ou através do telefone (49) 3451-0045, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

17.3 - O Município de Paial reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

17.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Paial não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.6 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da Lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87, do referido diploma legal.

17.7 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá, SC, excluído qualquer outro.

18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) Anexo "B" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- c) Anexo "C" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- d) Anexo "D" – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- e) Anexo "E" – MINUTA DO CONTRATO
- f) Anexo "F" - RELAÇÃO DE ITENS.

Paial, 09 de janeiro de 2016.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Paial, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Paial, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paial, SC.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "D"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2016

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por sua titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o nº _____, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 002/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do CPF nº. _____, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Preço unitário	Preço Total

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 31/12/2016 a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 002/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, ____ de _____ de 2016.

Representante legal
DETENTORA DA ATA

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01.	02.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Visto:
Assessor Jurídico

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Anexo "E" – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE Nº

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAIAL – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.376.0001-59, com sede na Rua Goiás 400 centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular a senhora LIDACI LOPES CROMIANSKI, Prefeita municipal, residente e domiciliada no município de Paial - SC, inscrito no CPF/CIC sob o nº, e a empresa, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na rua, cidade e Município de, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor, portador da carteira de identidade nº, CPF sob o nº e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 003/2016, Pregão Presencial de nº 002/2016, homologado e adjudicado no dia ____ de _____ de 2016, e que se regerá nos termos da lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto registro de preços para aquisição de gasolina comum, diesel comum e diesel S10 para veículos e máquinas da frota municipal e do fundo municipal de saúde para o exercício 2016.

1.1.1. A quantidade total é estimada, não sendo obrigatória a aquisição integral do objeto, podendo o CONTRATANTE adquirir mais ou menos quantidade, em virtude da demanda.

1.2. Integram e completam o presente termo de contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos e condições do certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ENTREGA, DO REAJUSTE, DA VIGÊNCIA E PRAZO:

2.1. O valor unitário pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ ____ (_____), totalizando o montante estimado de R\$ ____ (_____);

2.2. Os valores serão pagos pela CONTRATANTE a CONTRATADA, em 15 dias após a entrega do produto, contados da apresentação da nota fiscal/fatura referente ao objeto licitado, no protocolo do órgão contratante.

2.3. O prazo de validade do contrato será até 31/12/2016, contando a partir da data da assinatura do mesmo.

9.4. O combustível deverá ser disponibilizado diretamente no equipamento, na sede da licitante, dentro do perímetro urbano do município de Paial. Eventuais custas com deslocamento ou transporte do combustível deverão ser suportados pela proponente vencedora.

2.5. O combustível deverá ser disponibilizado para uso diariamente conforme a necessidade de cada máquina, mediante apresentação de guia de solicitação de fornecimento pelo órgão/unidade do Município.

2.6. Por ocasião da entrega a Contratada deverá informar na respectiva nota fiscal a data e hora do abastecimento, placa do veículo ou o número do patrimônio da máquina ou equipamento a ser abastecido, respectivo hodômetro/quilometragem.

2.7. Os valores do presente edital serão reajustáveis nos termos do inciso XI do artigo 40 e alínea "d", do inciso II do artigo 65 da lei 8.666/93 com redação dada pela lei 8.883/94, de acordo com os índices oficiais do governo federal, através da portaria interministerial

dos órgãos competentes, devidamente comprovados com notas fiscais de compra, antes e após o aumento, do produto pelo vencedor. O contratado, porém, deverá fazer o reajuste pelo preço à vista que conste na bomba de seu estabelecimento e nunca, superior aos índices oficiais do governo federal objeto desta licitação.

2.8. Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução dos valores do presente contrato, nos mesmos índices, fixados na forma do parágrafo anterior.

2.9. O presente contrato terá vigência até 31/12/2016, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. O pagamento do objeto do presente contrato será com recursos próprios do orçamento vigente nas seguintes dotações orçamentárias:

02.01.2.002. 3.3.90.30.01.00.00.00 (5/2016) Gabinete;
03.01.2.005. 3.3.90.30.01.00.00.00 (19/2016) Administração;
08.01.2.027. 3.3.90.30.01.00.00.00 (99/2016) Cras;
08.01.2.026. 3.3.90.30.01.00.00.00 (94/2016) FAS;
04.01.2.008. 3.3.90.30.01.00.00.00 (32/2016) Educação;
06.01.2.020.3.3.90.30.01.00.00.00 (66/2016) Agricultura;
06.01.2.024.3.3.90.30.01.00.00.00 (86/2016) Dmr;
07.01.2.037.33.90.30.01.00.00.00 (5/2016) FMS

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto especificado na cláusula primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da licitação e especificados pela CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

5.2. Efetuar a entrega conforme emissão da ordem de compra ao contratado, cuja entrega do objeto deverá ser efetuada de forma imediata.

5.3 – A CONTRATADA deverá informar na respectiva nota fiscal a data e hora do abastecimento, placa do veículo ou o número do patrimônio dos veículos a serem abastecidos e respectiva quilometragem.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

6.1. Pelo atraso injustificado na entrega do(s) combustível(is) objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades de:

6.1.1. multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

6.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no Art. 7º, da Lei 10.520/02, e, multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

6.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO:

8.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

9.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na lei federal nº 10.520/2002 e a lei federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. Este contrato esta vinculado ao certame licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO –

12.1. Fica designado como Fiscal de Contrato o Sr. Gilmar Cardoso, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Itá, Estado de SC, como competente para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Paial - SC, de de 2016.

Aldair Antonio Rigo
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Visto:
Assessor Jurídico

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Anexo "G" – RELAÇÃO DE ITENS

1. DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Referência	R\$ Unitário	R\$ Total
1	Gasolina comum	Litros	30.000	3,729		
2	Óleo Diesel S10	Litros	20.000	3,08		
3	Diesel 500 aditivado	Litros	116.000	3,112		

Observações:

1.1. Os valores de referência deverão ser adotados como preço de referência.

1.2. O valor proposto para a gasolina comum equivalem aos atualmente contratados pela administração; já os equivalentes ao diesel foram obtidos mediante pesquisa de mercado em 05 postos de combustíveis da cidade de Chapecó.

Palhoça

PREFEITURA

ATA COM O RESULTADO PARA A FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº192/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº192/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº192/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução do Sistema de Drenagem da Rua Manoel Cândido Antônio, localizada no bairro Enseada de Brito; Rua Secundino Altino Ramos, Rua Goiânia, Rua Genoino Pereira da Silva e Rua 324, Rua Cantinho do Pescador e Rua Salvador, localizadas no bairro Praia de Fora; Servidão Jaci Manoel Sotero, localizada no Centro de Palhoça e Rua Cecília Luiza Weingartner, localizada no bairro Rio Grande, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME

STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME

VINICIUS GOEDERT ME

JG MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Palhoça, 11 de Janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º024/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 024/2015, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 056/2012 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO GERÔNIMO LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 01/2016 SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 01/2016. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 01/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, LOCALIZADO NO BAIRRO PROGRESSO, MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da entrega dos envelopes: 27/01/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 27/01/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 11 de Janeiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 081/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 081/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de edificação de pontes de concreto no interior do município. Tipo Empreitada Global, tipo "MENOR PREÇO POR LOTE"; Entrega dos envelopes: Até as 08:30 hs do dia 01/02/2016; Início da Sessão Pública: As 08:45 hs do dia 01/02/2016. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Convênio com a Defesa Civil. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 11 de janeiro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

Edital de Chamada Pública nº 02/2016

O Município de Paulo Lopes/SC comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de recebimento dos Projetos de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93. O prazo para a entrega dos envelopes será até o dia 05 de fevereiro de 2016, no horário das 07:00 às 13:00 horas. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia.

Paulo Lopes, 11 de janeiro de 2016.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ERRATA EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

ERRATA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público a retificação do extrato do 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/2012 DE 05/12/2012, conforme Processo Licitatório 70/2012. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 30/12/2015 Edição nº 1900 página 399.

Onde se lê o presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 119/2012 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2016, leia-se o presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 119/2012 até 02/12/2016, à partir de 01/01/2016. As demais informações presente nos extratos de termos aditivos continuam inalteradas.

Paulo Lopes, 11 de janeiro de 2016
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 008/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA GESTAÇÃO, a Servidora Pública Municipal, Juliana Cardoso de Souza Nunes, brasileira, portadora do CPF nº 037.806.019-82 matrícula nº 10884, ocupante do Cargo Professora, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, por dois meses, com vínculo contributivo ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, que ora regularizamos conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes SC em 08 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 009/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE MANDATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Luana Leal Zandim, portadora do CPF nº 048.697.679-39, matrícula 11070, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, nomeada pela portaria nº 193/2014, a partir do dia 09 de janeiro de 2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 010/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE MANDATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Cristiane Aparecida Pires Cargnin, portadora do CPF nº 986.112.919-72, matrícula 11068, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, nomeada pela portaria nº 191/2014, a partir do dia 09 de janeiro de 2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º

do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 011/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE MANDATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Mirka Stancowich, portadora do CPF nº 774.030.889-72, matrícula 11069, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, nomeada pela portaria nº 194/2014, a partir do dia 09 de janeiro de 2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 012/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE MANDATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Elisangela Felizardo da Silva Martins, portadora do CPF nº 038.762.549-65, matrícula 11066, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, nomeada pela portaria nº 192/2014, a partir do dia 09 de janeiro de 2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 013/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE MANDATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Roziane Terezinha Fortunato, portadora do CPF nº 052.262.129-50, matrícula 11067, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, nomeada pela portaria nº 195/2014, a partir do dia 09 de janeiro de 2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 014/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve,

NOMEAR E DAR POSSE a Roziane Terezinha Fortunato para o cargo de Conselheira Tutelar do Município de Paulo Lopes brasileira, portadora do CPF nº 052.262.129-50 matrícula nº 11166, para o período de 10/01/2016 à 10/01/2020 conforme Edital nº 001/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 015/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve,

NOMEAR E DAR POSSE a Luana Leal Zandim, para o cargo de Conselheira Tutelar do Município de Paulo Lopes brasileira, portadora do CPF nº 048.697.679-39 matrícula nº 11167, para o período de 10/01/2016 à 10/01/2020 conforme Edital nº 001/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 016/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve,

NOMEAR E DAR POSSE a Cristiane Aparecida Pires Cargnin, para o cargo de Conselheira Tutelar do Município de Paulo Lopes brasileira, portadora do CPF nº 986.112.919-72 matrícula nº 11168, para o período de 10/01/2016 à 10/01/2020 conforme Edital nº 001/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 017/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve,

NOMEAR E DAR POSSE a Mirka Stancowich, para o cargo de Conselheira Tutelar do Município de Paulo Lopes brasileira, portadora do CPF nº 774.030.889-72 matrícula nº 11169, para o período de 10/01/2016 à 10/01/2020 conforme Edital nº 001/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 018/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve,

NOMEAR E DAR POSSE a Elisangela Felizardo da Silva Martins, para o cargo de Conselheira Tutelar do Município de Paulo Lopes brasileira, portadora do CPF nº 038.762.549-65 matrícula nº 11170, para o período de 10/01/2016 à 10/01/2020 conforme Edital nº 001/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 019/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Maria Aparecida Santos, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 613.396.019-15, matrícula nº 65, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, a disposição na Secretaria Municipal de Administração, com gozo no período de 12/01/2016 à 10/02/2016, referente ao quinquênio de 01/09/2007 à 31/08/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Julho de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - PSICÓLOGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 15/01/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: PSICÓLOGO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
10º. 20053 MELINA ZILLI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de janeiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____, Bairro: _____

_____, Cidade _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada Saída

() Efetivo Cargo: ____/____/____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____/____/____

PP01/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016– FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/01/2016 até às 17h00min

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/01/2016

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 11 de Janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PP01/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ELÉTRICA, PARA IMPLANTAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA 20ª FESTA DO MARISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS EM ANEXO.

Recebimento dos Envelopes até: 22/01/2016 até às 13:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 22/01/2015 às 15:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 11 de Janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PP03/2015 - PMP - CANCELADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE CANCELAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 – PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ELÉTRICA, PARA IMPLANTAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA 20ª FESTA DO MARISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS EM ANEXO.

Motivo: O cancelamento ocorreu em virtude de a licitação ter transcorrido no ano de 2015 e não ter sido formalizado o contrato, já que a 20ª Festa Nacional do Marisco não ocorreu no Município de Penha .

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 11 de Janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº01/2016

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 444/2015 ao contrato nº 358/2015 PMP, firmado entre a Sra. CRISTIANE DE BORBA e esta PREFEITURA, em 18 de junho de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 06 de janeiro 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº02/2016

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 445/2015 ao contrato nº 359/2015 PMP, firmado entre a Sra. CRISTIANE DE BORBA e esta PREFEITURA, em 18 de junho de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 06 de janeiro 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº03/2016

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 505/2015 ao contrato nº 200/2015 PMP, firmado entre o Sr. MANOEL FREDERICO DOS PASSOS e esta PREFEITURA, em 23 de fevereiro de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 11 de janeiro 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 019, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 019, DE 07 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR HELIO BROCARDI.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor HELIO BROCARDI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 19/01/2014 a 18/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 05 de janeiro de 2016 a 03 de fevereiro 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 06 de janeiro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.

Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratada: HOFGARTEN BISTRÔ LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Percentual de participação para Festa: 26% - Casa do Churrasco Alemão.

Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.

Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Juergen Schwartz – Hofgarten Bistrô Ltda - ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural

DECRETO Nº 3.044, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 3.044, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

FIXA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 nas repartições públicas municipais de Pomerode, conforme segue:

I - 1º de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal (Feriado Nacional);

II - 08 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (Ponto Facultativo);

III - 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (Ponto Facultativo);

IV - 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (Feriado Municipal);

V - 27 de março, domingo, Páscoa;

VI - 28 de março, segunda-feira, Segunda-Feira de Páscoa (Feriado Municipal);

VII - 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (Feriado Municipal);

VIII - 22 de abril, sexta-feira, Tiradentes (Emenda de Feriado);

IX - 1º de maio, Domingo, Dia do Trabalho (Feriado Nacional);

X - 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (Feriado Municipal);

XI - 27 de maio, sexta-feira, Corpus Christi (Ponto Facultativo);

XII - 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);

XIII - 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);

XIV - 31 de outubro, segunda-feira, Dia da Reforma (Feriado Municipal);

XV - 01 de novembro, terça-feira, Transferência do feriado do Dia do Servidor Público;

XVI - 02 de novembro, quarta-feira, Finados (Feriado Nacional);

XVII - 14 de novembro, segunda-feira, Proclamação da República (Ponto Facultativo);

XVIII - 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional); e

XIX - 25 de dezembro, domingo, Natal (Feriado Nacional).

Parágrafo Único. Ficam excetuados da vantagem de que trata o "caput" deste artigo os serviços de coleta de resíduos sólidos realizados pelos servidores da Autarquia SAMAE.

Art. 2º O disposto no Artigo 1º deste Decreto não se aplica à Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a qual deverá obedecer o Calendário Escolar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 07 de janeiro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2016 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2016 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.

Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratada: EDI – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor ofertado – Box 12 – R\$14.300,00 (catorze mil e trezentos reais).

Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.

Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Moacir José Possamai – Edi – Comércio de Alimentos Ltda ME – Contratada.

Pomerode/SC, 07 de Janeiro de 2016.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: PARK BLUMENAU RESTAURANTE EIRELI - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Percentual de participação para Festa: 29% - Restaurante do Pavilhão Principal.
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Bento Irineu Linhares – Park Blumenau Restaurante Eireli – EPP – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: RESTAURANTE TÍPICO COLONIAL WUNDERWALD LTDA - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Percentual de participação para Festa: 17,3% - Restaurante do Biergarten.
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Sebastião Vilmar Bernadino – Restaurante Típico Colonial Wunderwald Ltda – EPP – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: POMERODE BAR RESTAURANTE E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Percentual de participação para Festa: 15% - Restaurante do Pavilhão Cultural.
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Manfredo Zmazek Goede – Pomerode Bar Restaurante e Comércio de Bebidas Ltda - ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: DIEGO LUIZ DE SOUZA FERNANDES 05338213710.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 01 – R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Diego Luiz de Souza Fernandes – Diego Luiz de Souza Fernandes 05338213710 – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: CASARÃO DA VILA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 02 – R\$1.880,00 (um mil e oitocentos e oitenta reais).
Valor ofertado – Box 03 – R\$1.150,00 (um mil e cento e cinquenta reais).
Valor ofertado – Box 04 – R\$3.100,00 (três mil e cem reais).
Valor Total ofertado – R\$6.130,00 (seis mil e cento e trinta reais) – Boxes 02, 03 e 04.
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Silvio Pedro Machado – Casarão da Vila Ltda - ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: BAR E LANCHONETE CONTINI LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 05 – R\$6.301,00 (seis mil e trezentos e um reais).
Valor ofertado – Box 07 – R\$5.101,00 (cinco mil e cento e um reais).
Valor Total ofertado – R\$11.402,00 (onze mil e quatrocentos e dois reais) – Boxes 05 e 07.
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Sérgio Utpadel – Bar e Lanchonete Contini Ltda - ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: RESTAURANTE E LANCHONETE KOMABEM LTDA - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 08 – R\$1.502,00 (um mil e quinhentos e dois reais).
Valor ofertado – Box 09 – R\$25.507,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e sete reais).
Valor Total ofertado – R\$27.009,00 (vinte e sete mil e nove reais) – Boxes 08 e 09.
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Fabio Aguiar Kanczewski – Restaurante e Lanchonete Komabem Ltda - EPP – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: MARLI FLORES ZAWODINE ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 06 – R\$55.555,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Simone Aparecida da Luz Antunes – Marli Flores Zawodine ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: BLU LANCHES EIRELI - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 10 – R\$11.000,00 (onze mil reais).
Valor ofertado – Área Externa 03 – R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais).
Valor Total ofertado – R\$24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Pedro Antônio Linhares – Blu Lanches Eireli - EPP – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: ERWIN WELSCH FILHO 29126371987.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Box 11 – R\$11.822,00 (onze mil e oitocentos e vinte e dois reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Erwin Welsch Filho – Erwin Welsch Filho 29126371987 – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: DE MORAES SANTANA E CIA LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Área Externa 01 – R\$8.080,00 (oito mil e oitenta reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Luis Carlos dos Santos Santana – De Moraes Santana e Cia Ltda ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015 / 2015 – 33FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2015.
Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: ADAMYRIA NOGUEIRA DA SILVA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIRS DURANTE A 33ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, PAVILHÃO CULTURAL, BIERGARTEN, BOXES DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor ofertado – Área Externa 02 – R\$6.200,00 (seis mil e duzentos reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Jorge Heidorn – Adamyria Nogueira da Silva ME – Contratada.

Pomerode/SC, 23 de Dezembro de 2015.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

PREFEITURA

Presidente Nereu

PREFEITURA

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e Marcio Jpsé Pavanello, inscrita no CPF 020.869.359-94. Objeto: Serviços de assessoria e consultoria jurídica sendo: patrocinar ações judiciais e extrajudiciais nas esferas Federal, Estadual e Municipal; atuar na esfera judicial e administrativa; emitir pareceres jurídicos; atender consultas do chefe do executivo, secretariado e fundos; realizar audiências e emitir relatórios jurídicos. Data: 05 de janeiro de 2016. Vigência: 05/02/2016. Valor Global: R\$ 6.000,00

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Antônio Francisco Comandoli
Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - SOFTWARE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo Agropecuário e IPM Informática Pública Municipal, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41. Objeto: Locação de Software de Gestão Pública Municipal. Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.762,08

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Antônio Francisco Comandoli
Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - SOFTWARE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Assistência Social e IPM Informática Pública Municipal LTDA, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.762,08

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Claudelice Belegante
Gestora

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - SOFTWARE CULTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Municipal de Cultura e IPM Informática Pública Municipal LTDA, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.762,08

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Antonio Francisco Comandoli
Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - SOFTWARE FIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Municipal para Infância e Adolescência e IPM Informática Pública Municipal LTDA, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.762,08

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Antonio Francisco Comandoli
Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - SOFTWARE FUNDO DA HABITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Municipal de Habitação de Interesse Social e IPM Informática Pública Municipal LTDA, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.762,08

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Antonio Francisco Comandoli
Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 01/2016 - SOFTWARE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Municipal de Saúde e IPM Informática Pública Municipal LTDA, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.762,08

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.
Benito Brand
Gestor

EXTRATO AO CONTRATO 02/2016 - VETERINÁRIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo Agropecuário e Hellen Neves Lissaraca Espindola, inscrita no CPF 732.939.541-20. Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO COM FINALIDADE DE COBRIR 30 DIAS DE FÉRIAS DE FUNCIONARIO PÚBLICO MUNICIPAL. Data: 05/01/2016 Vigência: 05/02/2016. Valor Global: R\$ 3.981,00

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.

Antonio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 03/2016 - SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Departamento de Licitações e Compras

CREDENCIAMENTO 03/2016

O Município de Presidente Nereu, torna público que fará realizar do dia 26/01/2016 ao dia 31/12/2016 das 13:00 as 18:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 13:00 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 11 de janeiro de 2016.

BENITO BRAN

GESTOR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 03 / 2016

“OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU”

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.488.313/0001-45, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, faz saber pelo presente EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 03/2016 que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, a partir do dia 26/01/2016 às 13:00 horas até 31/12/2016 de interessados em prestar os serviços constantes no objeto desta licitação. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 13:00 às 18:00, no Centro Administrativo Municipal, na Praça Leão Dehon, nº. 50, centro, na cidade de Presidente Nereu/SC.

1 – OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público tem como Objetivo o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU com os valores constantes na tabela (anexo I).

2 -DO CREDENCIAMENTO

2.1 – Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal.

2.2 - O credenciamento, para pessoas jurídicas, consistirá basicamente na apresentação dos seguintes documentos:

- a) – Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) – Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13 de setembro de 2002. Será feita consulta on-line.
- d) – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, (alvará de localização e/ou DIC documento de identificação de Contribuinte).
- e) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- f) – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciante.
- g) – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciante.
- h) – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- j) - Prova de regularidade relativa a Justiça do Trabalho.
- l) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e

sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

m) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

n) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de CONSULTAS MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de valores deste edital.

2.3 Em se tratando de pessoas físicas, ou seja, profissionais liberais, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) – Certidão Negativa Federal;

b) – Certidão Negativa Estadual;

c) - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do seu domicílio;

d) - carteira de identidade e CPF.

e) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

f) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada pela credenciante.

g) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de CONSULTAS MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de valores deste edital.

h) – Comprovação de habilitação profissional (Diploma de Nível Superior) para desempenho da função para a qual pretende o credenciamento.

i) – CRM (certificado de Registro Medicina).

2.4 - As informações relativas à habilitação, são de inteira responsabilidade do credenciante, que responderá cível e criminalmente por estas.

2.5 - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por tabelião ou, por Servidor Municipal.

2.6 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

3 – DO CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE:

3.8 – De acordo com o artigo 199 da Constituição Federal, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde/SUS, seguindo suas diretrizes, mediante contrato de direito público, com a preferência de entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

3.9 – O credenciamento dos serviços laboratoriais mencionados no item 1, deverá atender às especificações e condições especiais, segundo as normas de vigilância.

3.10 – A prioridade do credenciamento será do prestador que melhor atender ao interesse público. A Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Nereu distribuirá o serviço de forma a garantir o atendimento ininterrupto à população, prevenindo-se de situações de impedimento do prestador por motivo imprevisível, optando pela distribuição do serviço entre os fornecedores que melhor preencherem os requisitos exigidos neste Edital, podendo ser credenciados vários prestadores, quantos forem necessários à boa distribuição e prestação dos serviços.

Prefeitura de Presidente Nereu - SC

Secretaria Municipal de Saúde

3.11 – As unidades contratadas deverão atuar em conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, atuais e futuros.

4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

Poderão prestar serviços ao município de Presidente Nereu, em caráter complementar, as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e ANEXOS e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS, pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis.

4.1 – Estão impedidas de participar as instituições e/ou empresas:

4.1.1 – Que cumprirem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.2 – Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

4.1.3 – Constituídas sob a forma de Consórcio; e

4.1.4 – Que não tiverem infra-estrutura laboratorial e pessoal técnico específico para a prestação dos serviços pleiteados.

4.2 Os serviços de consultas médicas de ginecologia deverão ser prestados em consultório particular, onde o mesmo deve ficar a no máximo 60 km de distância da sede da Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu.

4.3 Os demais serviços de consultas médicas serão prestados em consultório na própria Unidade Básica de Saúde Adilsio da Silva, com sede no endereço Avenida João XXIII, Centro – Presidente Nereu – SC.

5 – A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME OBRIGA A:

5.1 – Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde; Prefeitura de Presidente Nereu - SC

Secretaria Municipal de Saúde

5.2 – Executar os serviços de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.3 – Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

5.4 – A coleta dos materiais de exame deverá ser feita em postos de coleta no município e Presidente Nereu de responsabilidade da empresa contratada;

5.5 – Entregar os resultados em meio físico e/ou magnético, em conformidade com o cronograma previamente apresentado pelo laboratório definindo o tempo hábil de realização dos exames de acordo com a sua complexidade e em conformidade com o for estabelecido ou permitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e

b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

6.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 03 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 03 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: 7 - FORMA DE PAGAMENTO:

7.1 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA, emitida pelo Secretário da Saúde;

b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei;

8 - VIGÊNCIA:

8.1 – O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

8.2 - O credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903630000000	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE

0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903950000000	SERVICOS MEDICO-HOSP ODONTOLOG LABORATO
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

10 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

11.2 – O(A) credenciado(a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao descredenciamento.

11.3 - Pelo atraso injustificado na realização das consultas, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

11.4 - Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

11.5 - O processo licitatório, os termos do contrato e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 hs, através do telefone (47) 3362-1108 ou fax 3362-1115, ou pessoalmente (Praça Leão Dehon, 50 Presidente Nereu/SC) junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Presidente Nereu/SC ou pela internet no site www.presidentenereu.sc.gov.br no link 'licitações'.

Presidente Nereu, 11 de janeiro de 2016.

BENITO BRAND

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

TABELA DE PREÇO DE REFERÊNCIA

ITENS	QTDADE	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	1.000,00	UN	SERVICOS MEDICOS DE GINECOLOGISTA	95.000,00		
2	1.000,00	UN	SERVICOS MEDICOS DE PEDIATRA	110.000,00		
3	144,00	UN	SERVICOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA	15.840,00		
4	144,00	UN	SERVICOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE CARDIOLOGISTA	15.840,00		

ANEXO II

DECLARAÇÃO

À Comissão de Licitações

Declaração de Idoneidade

(Razão Social da Credenciante) ., através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Assinatura

ANEXO III

MODELO

À Comissão de Licitações

DECLARAÇÃO

A empresa (ou pessoa física)declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de credenciante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento Público nº. 03/2016, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao
Município de Presidente Nereu
Comissão de Licitação

A empresa (ou pessoa física), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº, declara que concorda em prestar os serviços de consultas médicas, com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº 03/2016 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretaria da Saúde, de segunda-feira a sexta-feira.

..... de de 2016

Assinatura

ANEXO V

TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2016, "OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR":

CONSULTAS MEDICAS PROFISSIONAIS DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro,, (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob n.º , estabelecida na Rua em ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade com RG n.º ... e CPF n.º , residente e domiciliado na Rua em..., doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de GINECOLOGIA, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA E CARDIOLOGIA PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU conforme tabela de valores abaixo discriminados:

ITENS	QTDADE	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	1.000,00	UN	SERVICOS MEDICOS DE GINECOLOGISTA	95.000,00		
2	1.000,00	UN	SERVICOS MEDICOS DE PEDIATRA	110.000,00		
3	144,00	UN	SERVICOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA	15.840,00		
4	144.00	UN	SERVICOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE CARDIOLOGISTA	15.840,00		

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 03/2016.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
 - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
 - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
 - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
 - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903630000000	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903950000000	SERVICOS MEDICO-HOSP ODONTOLOG LABORATO
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 03/2016 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, de de 2016.

BENITO BRAND

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº 0001/2016 - PMRA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0001/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Manutenção do Software de Gestão Escolar para o Ensino Fundamental, denominado "Escola Via net", para o exercício de 2016, para os módulos pedagógico e biblioteca. Empresa Contratada: Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.072.953/0001-16. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR TOTAL DE R\$ 6.204,12 (Seis mil, duzentos e quatro reais e doze centavos). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente.

Rio das Antas (SC), 11 de Janeiro de 2016.

Alcir José Bodanese

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5086, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5086, de 04 de janeiro de 2016.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DO PLANO DIRETOR”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente do Plano Diretor, prevista no artigo 71, da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, os membros abaixo relacionados:

I - Representante do Departamento de Projetos: Sra. Denise Peres Farias;

II - Assessor do Plano Diretor: Sra. Luciani Souza Lopes;

III - Representante do Departamento de Urbanismo: Sr. Thomas Henry Grandberg;

IV - Representante do Departamento Meio Ambiente: Sr. Diego Bortolozzo;

V - Representante da Divisão de Trânsito: Sra. Bianka Regina da Silva;

VI - Representante do Departamento de Fiscalização: Sr. José Luiz do Nascimento;

VII - Advogado da Procuradoria Jurídica do Município: Ricardo Pereira.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

04 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

DECRETO Nº 5087, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5087, de 04 de janeiro de 2016.

“ALTERA ARTIGO 2º, DO DECRETO Nº 5043, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o Decreto nº 80, de 15 de março de 2007, que regulamenta a modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º- Altera o artigo 2º, do Decreto nº 5043, de 01 de dezembro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º- Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os servidores: ALEXIS RAIZER GUANABENS, matrícula nº 236691, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula nº 4480-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, e

CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA, matrícula nº 2874602, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo”.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

04 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5089, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5089, de 05 de janeiro de 2016.

“ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 102/2015 DE 12/11/2015”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica anulado o processo licitatório representado pela Tomada de Preços nº 102/2015, de 12 de novembro de 2015.

Parágrafo único - A anulação prevista no caput deste artigo, se dá devido ao único licitante interessado ser declarado inabilitado do presente certame.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

05 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 0007/RH

PORTARIA Nº. 0007/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, com efeito retroativo, a partir de 04 de janeiro de 2016, os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano 2016, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino
Adriana Casagrande	Educação Infantil	40 horas	CEI Titio Karan	CEI Elgídio Dalmarco
Adriana Schmidt de Souza	Ensino Religioso	10 horas	CE Roberto Machado	EM Ella Kurth
Ana Lucia Kammers dos Santos	Educação Infantil	40 horas	CEI Titio Karan	CEI Ruth Schroeder Ohf
Carla Aparecida Alves	Educação Infantil	40 horas	CEI Profª Belmarli da Silva	CEI Shirley Dolores Sedrez
Djanna Zita Fontanive	Ensino Religioso	20 horas	EM Ella Kurth	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
Eliza Cristine Martins	Educação Infantil	40 horas	CEI Francisco Fleisner	CEI Tia Bea
Janete Ana Buzzi Possamai	Educação Infantil	40 horas	CEI Ruth Schroeder Ohf	CEI Augusto Bosco
Marcia Eliana Chiquetti	História	10 horas	CE Daniel Maschio - Geografia	CE Ricardo Marchi - História
Marcia Wessner Vinotti	Educação Infantil	40 horas	CEI Navegantes	CE Ricardo Marchi
Maria Angélica Marques	Educação Infantil	40 horas	CEI Favinho de Mel I	CEI Francisco Fleisner
Mariana Minatti Giacomini	Educação Infantil	40 horas	EM Ella Kurth	CEI Cobras
Mariane Regina Machado	Educação Infantil	40 horas	CE Ricardo Marchi	CEI Titio Karan
Marineuza Schmitt Dalponte	Educação Infantil	40 horas	CEI Ruth Schroeder Ohf	CEI Augusto Bosco
Marlete Ribeiro Borges Tamanini	Ensino Religioso	10 horas	CE Roberto Machado	CE Pedro dos Santos
Simone Stock Pfleger	Educação Infantil	40 horas	CEI Augusto Bosco	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
Zenaide Kuster	Educação Infantil	40 horas	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 01 INTELLI BR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 1
CONTRATO Nº 23/2015

PARTES: Município de Romelândia e INTELLIBR SISTEMAS LTDA.
ALTERAÇÃO: PRORROGAR A VIGENCIA DO CONTRATO POR 12 MESES ATÉ 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: CESAR MURILO MULLER DE JESUS

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 01 TOS -FMS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 1
CONTRATO Nº 23/2014

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de Romelândia e T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

ALTERAÇÃO: PRORROGAR O PRAZO DA VIGENCIA POR 12 MESES ATE 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Romelândia SAMUEL LUCAS DONDOERFER ROSSA e pela Contratada: JULEIDE INES D'AGOSTINI

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 02 IMPACTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 2
CONTRATO Nº 6/2015

PARTES: Município de Romelândia e IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME.

ALTERAÇÃO: PRORROGAR A VIGENCIA DO CONTRATO POR 12 MESES ATE 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: Daniel Pozzer

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 02 MHNET-FMS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 2
CONTRATO Nº 11/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de Romelândia e MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI- EPP.

ALTERAÇÃO: PRORROGAR PRAZO POR 12 MESES ATE 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Romelândia SAMUEL LUCAS DONDOERFER ROSSA e pela Contratada: Patrick canton

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 03 JONAS-FMS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 3
CONTRATO Nº 31/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de Romelândia e JONAS ALBERTO KRINDGES.

ALTERAÇÃO: PRORROGAR O PRAZO POR 12 MESES ATE 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Romelândia SAMUEL LUCAS DONDOERFER ROSSA e pela Contratada: JONAS ALBERTO KRINDGES

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 03 TOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 3
CONTRATO Nº 9/2014

PARTES: Município de Romelândia e T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

ALTERAÇÃO: PRORROGACAO DO PRAZO POR 12 MESES ATE 31/12/2016 E REAJUSTE.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: Juleide Inês D'Agostini

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 04 GOV-BR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 4
CONTRATO Nº 53/2015

PARTES: Município de Romelândia e GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em Serviços Ltda..

ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR 12 MESES ATÉ 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: MARCOS VINICIUS CARDOSO

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 05 TAINAN
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 5
CONTRATO Nº 65/2015

PARTES: Município de Romelândia e TAINAN PICCININ PIRAN MEI..

ALTERAÇÃO: PRORROGAR O PRAZO POR 121 MESES ATE 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: TAINAN PICCININ PIRAN

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 06 MHNET
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 6
CONTRATO Nº 78/2014

PARTES: Município de Romelândia e MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP.

ALTERAÇÃO: PRORROGAR PRAZO POR 12 MESES ATE 31/12/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: PATRICK CANTON

Romelândia – SC, 04/01/16

EXTRATO ADITIVO 07 ACESSE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 7
CONTRATO Nº 62/2015

PARTES: Município de Romelândia e ACESSE CONCURSOS LTDA - ME.

ALTERAÇÃO: ADITAR 25% NO VALOR DE R\$ 1.917,50 DO TOTAL DE R\$ 7.670,00.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: ALTAIR LUIS ROLING

Romelândia – SC, 08/01/16

PORTARIA 7918

PORTARIA Nº 7918/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr EVANDRO LUIZ SCHÄFER, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2014, para serem gozadas de 11 de janeiro de 2016 à 09 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 7919

PORTARIA Nº 7919/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr ADELAR VICENTE OTT, referente ao período aquisitivo de 22 de julho de 2012 a 21 de julho de 2013, para serem gozadas de 11 de janeiro de 2016 à 09 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 7920

PORTARIA Nº 7920/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. EDINEIA PAULA MENEGHINI MICHELS, referente ao período aquisitivo de 16 de maio de 2014 à 15 de maio de 2015, para serem gozadas de 11 de janeiro de 2016 à 09 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário, em especial as disposições da Portaria de nº 7904 de 04 de janeiro de 2015.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 7921

PORTARIA Nº 7920/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. EDINEIA PAULA MENEGHINI MICHELS, referente ao período aquisitivo de 16 de maio de 2014 à 15 de maio de 2015, para serem gozadas de 11 de janeiro de 2016 à 09 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário, em especial as disposições da Portaria de nº 7904 de 04 de janeiro de 2015.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 7922

PORTARIA Nº 7922/2016

SUSPENDER FÉRIAS REGULAMENTARES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 11 de janeiro de 2016, do Servidor Público Sr. JONES VANDERLEI HASS, cargo de Motorista,

concedidas pela Portaria n.º 7916/2016, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidor que possa ser nomeado para exercer as funções do cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 7923

PORTARIA Nº 7923/2016

SUSPENDER FÉRIAS REGULAMENTARES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 11 de janeiro de 2016, do Servidor Público Sr. VOLMIR MASSOLINI, cargo de Motorista, concedidas pela Portaria n.º 7891/2016, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidor que possa ser nomeado para exercer as funções do cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

TESTE SELETIVO 01/2015 GABARITO DEFINITIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

GABARITO DEFINITIVO**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 05**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	C	B	D	A	C	D

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	C	B	D	A	C	D

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 07

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	C	B	D	A	C	D

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	C	B	D	A	C	D

ASSISTENTE SOCIAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	D	D	A	C	D	B	A

AUXILIAR DE DENTISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	C	B	B	D	B	C

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	A	A	B	D	B	B	C	D

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	B	D	B	D	D	A	B

ENFERMEIRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	A	D	B	B	A	C	A

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	A	D	B	A	C	B

FISIOTERAPEUTA NASF

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	D	A	B	D	D	C	D	A

MÉDICO VETERINÁRIO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	B	D	B	C	A	A

MOTORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	B	C	B	D	D	A	C

MOTORISTA – EDUCAÇÃO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	B	C	B	D	D	A	C

MOTORISTA – SAÚDE

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	B	C	B	D	D	A	C

ODONTÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	A	D	C	D	D	C	A	D

OPERADOR DE MÁQUINAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	C	C	D	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	B	C	B	D	D	A	C

PSICÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	A	C	C	D	D	C

PSICÓLOGO CRAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	A	D	B	C	B	C

PSICÓLOGO NASF

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	A	B	C	A	B	D

TÉCNICO ADMINISTRATIVO I

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	A	C	B	D	B	C	D	A

TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	A	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	C	A	D	A	C	D	A

Romelândia 11 de janeiro de 2016

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 01/2015 JULGAMENTO OS RECURSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DEROMELÂNDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº01/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÃO EGABARITO

Após a comissão organizadora analisar e julgar os recursos impetrados constatou-se que não houve recurso deferido, os recursos impetrados são insuficientes para anulação de questões.

Justificativas serão enviadas para os e-mails dos candidatos impetrantes. Decisão: manter o gabarito provisório.

Romelândia 11 de janeiro de 2016
VALDOCISAUL
Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 01/2015 NOTAS E CLASSIFICAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 05											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
128	SERGIO JOSE RECH	0,70	0,70	0,70	3,90	6,00		6,00	APROVADO(A)	1º	28/07/1978
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
134	FERNANDO DOMINGUES	1,05	1,05	0,70	5,85	8,65		8,65	APROVADO(A)	1º	27/09/1997
137	LIANE MARIA SCHUSTER	0,70	0,70	0,35	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	07/11/1982
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 07											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
168	MARCOS ALBERTO MAYER	0,70	0,70	0,70	3,90	6,00		6,00	APROVADO(A)	1º	28/01/1986
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
118	DANIELA RAMPAZZO	1,05	1,05	0,35	5,20	7,65		7,65	APROVADO(A)	1º	25/10/1983
150	JÉSSICA MARA BIRKHEUER	0,70	0,70	1,05	5,20	7,65		7,65	APROVADO(A)	2º	18/04/1995
161	ANDRESA CARLA BAGNARA	1,05	0,35	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	3º	07/07/1995
147	LAINIR SALETE BACH	0,70	0,70	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	4º	10/12/1978
127	ANDERSON LUIZ SCHUSTER	0,35	0,70	0,70	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	5º	17/06/1996
ASSISTENTE SOCIAL											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
62	IVANETE GONÇALVES	0,70	0,70	0,35	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	1º	14/03/1980
84	ELIANE BAÚ	1,05	0,70	0,70	2,60	5,05		5,05	APROVADO(A)	2º	10/08/1984
148	VALQUIRIA GIOTTO GENZ	0,70	0,00	0,00	3,25	3,95		3,95	REPROVADO(A)	--	14/12/1986
163	ÉDINA BENELLI CICHELEIRO	0,35	0,35	0,35	2,60	3,65		3,65	REPROVADO(A)	--	05/12/1977
85	JULIANA MANZONI BORGES DA SILVA	0,35	0,00	0,00	0,65	1,00		1,00	REPROVADO(A)	--	18/04/1985
AUXILIAR DE DENTISTA											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
106	JULIANE MARCIA VERGÜTZ	0,70	0,00	0,00	3,25	3,95		3,95	REPROVADO(A)	--	13/04/1983
99	JEISCIANE EDUARDA GIOTTO	0,35	0,00	0,35	1,95	2,65		2,65	REPROVADO(A)	--	12/01/1998

AUXILIAR DE ENFERMAGEM											
Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
181	CLAUDETE CONRADO BECKER	0,70	0,35	0,35	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	1º	05/03/1986
95	JULIANA BONFIM RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	3,90	3,90		3,90	REPROVADO(A)	--	30/09/1983
37	LURDES MAGRO EBERT	0,70	0,35	0,00	1,95	3,00		3,00	REPROVADO(A)	--	15/03/1962

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS											
Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
81	SILVINHA DE SOUZA MACHADO	0,70	0,70	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	10/08/1986
183	PALOMA CIERVINSKI	0,70	0,70	0,35	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	2º	22/06/1993
187	JAQUELINE RAQUEL HIRT FON- TOURA DA SILVA	0,70	0,35	0,70	3,25	5,00		5,00	APROVADO(A)	3º	09/10/1981
82	ROBSON LUIS DA SILVA	0,35	0,70	0,70	2,60	4,35		4,35	REPROVADO(A)	--	08/02/1990
162	JOSEMAR COPATTI	0,35	0,00	0,35	3,25	3,95		3,95	REPROVADO(A)	--	02/01/1995
194	DJEISON DA SILVA	0,70	0,00	0,35	2,60	3,65		3,65	REPROVADO(A)	--	13/12/1996
151	ELENA ANTUNES ALVES	0,35	0,00	0,35	1,95	2,65		2,65	REPROVADO(A)	--	26/10/1962
113	ARLINDO STEFFLER	0,35	0,35	0,35	1,30	2,35		2,35	REPROVADO(A)	--	06/07/1962
109	JURACI CATARINA MARTINAZZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	REPROVADO(A)	--	04/05/1966

ENFERMEIRO											
Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
96	JOCIELE RAQUEL REICHERT	0,70	0,35	0,70	5,20	6,95		6,95	APROVADO(A)	1º	04/07/1990
190	ANDREA PAULA PINTO	0,70	0,35	0,70	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	26/01/1983
140	SAHRA REGINA DA SILVA	0,70	0,35	0,35	4,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	3º	04/08/1991
61	SOLANGE TARELI	0,00	0,70	0,70	4,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	4º	16/08/1993
190	ANDREA PAULA PINTO	0,35	0,70	0,00	4,55	5,60		5,60	APROVADO(A)	5º	26/01/1983
33	DAYANE ANDRÉIA DIEHL	0,00	0,70	0,70	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	6º	27/04/1993
8	TALITA MARIA CADONÁ	0,35	0,35	0,35	3,90	4,95		4,95	REPROVADO(A)	--	11/10/1993
169	CARINE LAWISCH KOPALSKI	0,00	0,35	0,35	3,90	4,60		4,60	REPROVADO(A)	--	11/10/1991
165	GABRIELA THAIS HAMERSCHMITT	0,70	0,35	0,70	2,60	4,35		4,35	REPROVADO(A)	--	09/02/1992
77	JANE MAIRA JORIS	0,35	0,00	0,00	3,25	3,60		3,60	REPROVADO(A)	--	18/02/1990

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO											
Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
104	LAURA ZANDONÁ	0,70	0,35	0,70	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	1º	30/11/1989
178	JULIANA CASSOL	0,00	0,35	0,70	3,25	4,30		4,30	REPROVADO(A)	--	04/05/1986
10	CAROL BIANCA PANDOLFO	0,00	0,00	0,00	3,90	3,90		3,90	REPROVADO(A)	--	16/10/1993
87	DINARA KARLA TUMELERO	0,70	0,00	0,35	2,60	3,65		3,65	REPROVADO(A)	--	18/08/1993
44	ELZO LUIZ IMIG	0,00	0,70	0,00	2,60	3,30		3,30	REPROVADO(A)	--	16/01/1967
110	KELI JOHNER	0,00	0,35	0,35	1,95	2,65		2,65	REPROVADO(A)	--	02/03/1992
43	CLARICE KONIG IMIG	0,35	0,35	0,70	0,65	2,05		2,05	REPROVADO(A)	--	19/03/1974
171	FERNANDA SMANIOTTO PINTO	0,35	0,00	0,35	1,30	2,00		2,00	REPROVADO(A)	--	07/07/1983

FISIOTERAPEUTA NASF

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
130	EVELYN TAVARES GUARNIERI	0,70	0,00	0,70	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	1º	22/01/1995
2	XANA SEHNEM SIMON	0,70	0,70	1,05	1,95	4,40		4,40	REPROVADO(A)	--	12/06/1981
159	TAISA BRAMBATTI	0,35	0,35	0,70	2,60	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	30/07/1982

MÉDICO VETERINÁRIO

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
67	TIAGO HENRIQUE FRONCHETTI	1,05	0,70	1,05	5,20	8,00		8,00	APROVADO(A)	1º	29/11/1991
63	DANDARA MONIQUE SCHNEIDER	1,05	0,00	0,70	5,85	7,60		7,60	APROVADO(A)	2º	22/01/1992
32	JESSICA FERLIN	0,70	0,70	0,35	5,20	6,95		6,95	APROVADO(A)	3º	25/11/1992
121	AGUACY OLIVEIRA BRAZ	0,70	0,35	0,35	5,20	6,60		6,60	APROVADO(A)	4º	25/07/1953
145	JULIANA BOFF	0,70	0,35	0,00	3,90	4,95		4,95	REPROVADO(A)	--	03/08/1988
125	SUELLEN REGINA COCCO	0,70	0,35	0,00	3,90	4,95		4,95	REPROVADO(A)	--	18/11/1991

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
92	JULIANO MIGUEL BIAZI	1,05	1,05	0,70	4,55	7,35	10,00	8,68	APROVADO(A)	1º	03/05/1977
154	EDERSON ZATT	1,05	0,35	0,70	5,20	7,30	9,00	8,15	APROVADO(A)	2º	07/10/1986
89	DELCIR BEILKE	1,05	1,05	0,70	3,90	6,70	8,50	7,60	APROVADO(A)	3º	27/04/1988
152	GILLIARD GROSBELLI	0,70	0,35	0,35	5,20	6,60	7,00	6,80	APROVADO(A)	4º	07/09/1987
192	ANSELMO HENSEL	0,00	0,70	0,35	3,25	4,30	8,50	6,40	REPROVADO(A)	--	24/08/1957
93	ADRIANO FLORES	0,35	0,00	0,00	3,25	3,60	8,50	6,05	REPROVADO(A)	--	07/11/1990

MOTORISTA – EDUCAÇÃO

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
179	CLAIR JOSÉ LIMBERGER	1,40	1,05	0,70	4,55	7,70	9,50	8,60	APROVADO(A)	1º	04/07/1979
39	DARI MACHADO DE ALMEIDA	1,40	0,70	1,05	3,90	7,05	9,50	8,28	APROVADO(A)	2º	14/08/1970
132	VILMAR PAULETTI	0,70	1,05	0,70	4,55	7,00	9,50	8,25	APROVADO(A)	3º	06/01/1983

MOTORISTA – SAÚDE

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1	LUAN JUNIOR KLAUK	1,05	0,35	0,70	5,85	7,95	9,50	8,73	APROVADO(A)	1º	13/04/1994
186	JAIR IVAN RODRIGUES DA FONSECA	1,40	1,05	0,70	4,55	7,70	9,50	8,60	APROVADO(A)	2º	08/09/1969
75	LEONARDO BUSSE	0,35	1,05	0,70	5,85	7,95	9,00	8,48	APROVADO(A)	3º	24/06/1994
188	DAVID FABIAN PICCININ SAIDENFUS	1,40	0,70	0,70	4,55	7,35	9,50	8,43	APROVADO(A)	4º	14/10/1991

ODONTÓLOGO

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
144	KELLYN ZANELLA	1,05	0,70	1,05	3,25	6,05		6,05	APROVADO(A)	1º	17/02/1993
201	CAROLINE LOWIS	1,05	0,35	0,35	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	2º	20/02/1992

174	ANDRA EDUARDA SASSETT DO-NATI	0,70	0,00	0,35	3,25	4,30		4,30	REPROVADO(A)	--	08/11/1990
30	ALINE AVRELLA	0,00	0,70	0,70	2,60	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	09/08/1995
66	ANDREIA MENEGATTI ZILLI	0,70	0,35	0,70	1,95	3,70		3,70	REPROVADO(A)	--	23/08/1990
136	JULIANA LANGER	0,00	0,35	0,70	2,60	3,65		3,65	REPROVADO(A)	--	28/11/2015
203	FABIANE FELKIKER	0,70	0,00	0,70	1,95	3,35		3,35	REPROVADO(A)	--	29/05/1992
143	FABIANA TONIN	0,00	0,00	0,70	0,65	1,35		1,35	REPROVADO(A)	--	17/10/1994

OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTI- CA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
177	IVANDRO ROBERTO MORAS	0,70	1,05	0,70	5,85	8,30	5,50	6,90	APROVADO(A)	1º	14/03/1988
119	ALDOIR CARTERI	1,40	0,35	0,70	3,25	5,70	2,50	4,10	APROVADO(A)	2º	04/07/1971
141	JOSE AGENOR OTT	0,35	0,35	0,70	2,60	4,00	3,50	3,75	REPROVADO(A)	--	10/08/1972
155	LEONIR MARCOS RODRIGUES DA FONSECA	0,00	0,35	0,35	3,25	3,95	3,50	3,73	REPROVADO(A)	--	25/02/1981

PSICÓLOGO

Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
156	HENRIQUE MANOROV MOHR	0,70	1,05	0,35	3,25	5,35		5,35	APROVADO(A)	1º	11/02/1987
116	MARLI TERESINHA FILIMBERTI	1,05	0,00	0,35	2,60	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	21/01/1965
64	PAMELA KOCH	0,70	0,35	0,35	2,60	4,00		4,00	REPROVADO(A)	--	02/04/1993
80	TAIS CAMILA PRIMON	0,35	0,00	0,00	3,25	3,60		3,60	REPROVADO(A)	--	08/11/1993
24	KARINE NEU	0,70	0,35	0,00	1,95	3,00		3,00	REPROVADO(A)	--	14/08/1991
158	JUSSARA CONSOLADORA COLLE	1,05	0,35	0,00	0,65	2,05		2,05	REPROVADO(A)	--	21/09/1969
173	CRISTIANA MARTA BELUZZO	0,00	0,00	0,00	1,95	1,95		1,95	REPROVADO(A)	--	17/01/1987

PSICÓLOGO CRAS

Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
40	FRANCIELI CRISTINA WINGERT	0,70	0,00	0,70	4,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	1º	29/12/1993
5	FRANCIELI PANDOLFO	0,70	0,35	0,70	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	2º	21/02/1989
98	KALINE CARLA MARCON	0,70	0,00	0,35	4,55	5,60		5,60	APROVADO(A)	3º	01/06/1992
25	KARINE ZAMBIAZI	0,00	0,70	0,70	3,25	4,65		4,65	REPROVADO(A)	--	26/03/1990
16	ANA LUIZA COPINI	0,70	0,35	0,00	2,60	3,65		3,65	REPROVADO(A)	--	19/09/1993

PSICÓLOGO NASF

Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
111	DAYANE BOUFLEUR GRASEL	1,05	0,35	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	20/09/1988
166	EDUARDO HUBNER	0,00	0,70	1,05	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	15/02/1992
202	MICHELI CARLA BORTOLOTTI	0,70	0,35	0,00	3,90	4,95		4,95	REPROVADO(A)	--	31/12/1991
189	CRISTIANE JOICE BECKER	0,70	0,35	0,35	1,95	3,35		3,35	REPROVADO(A)	--	24/07/1986
160	CAROLINE COMIN	0,70	0,00	0,35	1,95	3,00		3,00	REPROVADO(A)	--	05/09/1990

TÉCNICO ADMINISTRATIVO I

Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
196	GIANA DIEINIFFER ESCEMBACH	1,05	0,35	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	08/03/1997
142	NAIRA LÚCIA VACCARIN CAMBRUZZI	1,05	0,00	0,35	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	2º	16/10/1991
126	VINICIUS FERREIRA	0,70	0,70	0,00	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	3º	20/01/1996
195	FABIANA ROBERTA KOELZER MONTEIRO	1,05	0,70	0,35	2,60	4,70		4,70	REPROVADO(A)	--	03/02/1998
6	CARLOS DE CASTRO	0,35	0,35	0,70	3,25	4,65		4,65	REPROVADO(A)	--	06/07/1995
191	SARAJANE CANOVA	0,35	0,00	0,35	2,60	3,30		3,30	REPROVADO(A)	--	27/11/1994
135	CRISTINA MARTINI	1,05	0,00	0,00	1,95	3,00		3,00	REPROVADO(A)	--	06/01/1985
149	NAILDE SCHAEFFER DA SILVA	0,35	0,00	0,00	2,60	2,95		2,95	REPROVADO(A)	--	02/01/1979

TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

Inscri- ção	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
94	JUCIANI CAMBRUZZI	1,05	0,35	0,00	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	1º	03/02/1988
199	DANIELA FIOR	0,70	0,70	0,35	3,25	5,00		5,00	APROVADO(A)	2º	03/09/1981
120	ANGELA MARIA DIEHL	0,35	0,00	0,00	3,90	4,25		4,25	REPROVADO(A)	--	07/06/1979
123	MEILAS GUILHERME LUDWIG	0,00	0,35	0,00	3,25	3,60		3,60	REPROVADO(A)	--	13/05/1991
138	FABRICIO PIZZATTO SIMON	0,00	0,35	1,05	1,95	3,35		3,35	REPROVADO(A)	--	14/03/1997
108	GIOVANE HENSEL	0,00	0,35	0,70	1,95	3,00		3,00	REPROVADO(A)	--	28/04/2015
70	JOÉL SAKREZENSKI	0,35	0,00	0,35	1,95	2,65		2,65	REPROVADO(A)	--	04/01/1996
182	FERNANDO POPI BERNARDI	0,35	0,00	0,35	0,65	1,35		1,35	REPROVADO(A)	--	30/04/1990
133	DIEGO RODRIGO BUGS	0,00	0,00	0,35	0,00	0,35		0,35	REPROVADO(A)	--	04/07/1986

Romelândia 11 de janeiro de 2016
 VALDOCI SAUL
 Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 002, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

EMENDA A LEI ORGÂNICA nº 002, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 24 - SEÇÃO DAS PROIBIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições, amparado pelo artigo 68, inciso II, da Lei Orgânica do Município, vem propor emenda a Lei Orgânica do Município de Salto Veloso:

Art. 1º. O artigo 24 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os agentes políticos, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o 2º grau, ou por adoção e os servidores e empregados públicos municipais, não poderão contratar com o Município.

Art. 2º Esta emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR N. 036/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR N. 036/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

ALTERA O ARTIGO 25 DA LEI COMPLEMENTAR N. 001/2014, QUE DISPÕE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS, FIXA SUAS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES, ESTABELECE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 25 da Lei Complementar n. 01/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25 - Os servidores que desempenharem função gratificada terão adicionados aos seus vencimentos os valores em conformidade com a tabela do anexo III, sendo esta uma vantagem não incorporável, bem como não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina e de férias.

Art. 2º Passa a integrar a Lei Complementar n. 01/2014, o anexo III, que trata do quadro das funções gratificadas, conforme a tabela a seguir:

Código	Valor em reais (R\$)
FG1	1.000,00
FG2	750,00
FG3	500,00
FG4	250,00

Art. 3º – As despesas decorrentes com a execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário que dispõem sobre a mesma matéria no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 11 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 002/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 22 de Janeiro de 2016 às 10h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para veículos da frota municipal. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 11 de janeiro de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 22 de janeiro de 2016 às 14h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para REGISTRO DE PREÇOS com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABCFARMA (Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico) vigente do mês, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados pelo Fundo Municipal de Saúde, que são necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas carentes do município. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 11 de Janeiro de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 008/2016 FERIAS VALMIR BERTOLLO

PORTARIA Nº 008/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Valmir Bertollo, matr. 7315/01 lotado na secretaria municipal de Infraestrutura. Período aquisitivo de 16/02/2014 a 15/02/2015, período de gozo de férias de 05/01/2016 a 03/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 009/2016 FERIAS SILVIO DE BAIRROS

PORTARIA Nº 009/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Silvio de Bairros, matr. 5231/01 lotado na secretaria municipal de Agricultura. Período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, período de gozo de férias de 07/01/2016 a 05/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 010/2016 FERIAS MARCIA M. W. SCHMITD

PORTARIA Nº 010/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora pública municipal, senhora Marcia Maria Wschenfelder Schimt, matr. 8338/01 lotado na secretaria municipal de Educação. Período aquisitivo de 05/05/2013 a 04/05/2014, período de gozo de férias de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 04/01/2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 012/2016 FERIAS VOLMIR C. BRAGANHOLI

PORTARIA Nº 012/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Volmir Conchi Braganholi, matr. 10839/01 lotado na secretaria municipal de Saúde. Período aquisitivo de 09/02/2012 a 08/02/2013, período de gozo de férias de 11/01/2016 a 08/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 013/2016 EXONERA CONSELHEIRAS TUTELARES

PORTARIA Nº 013/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRAS TUTELARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exoneradas, as seguintes conselheiras tutelares: Andreia F. E. Scherer matrícula 10405/01 CPF: 071.078.819-30, Sonia F.S.Campos matrícula 10421/01 CPF: 084.175.649-38, Zenaide Barandt matrícula 13016/01 CPF:027.790.419-60, Maria A. Foscarini matrícula 10944/01 CPF: 039.538.839-25, Maria C. Arnt matrícula 10413/01 CPF:040.466.779-10, Mara L. Vidal matrícula 12718/01 CPF:045.714.309-65, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência social, a partir de 11 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 11 de Janeiro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 015/2016 NOMEAÇÃO CONSELHEIROS TUTELARES

PORTARIA Nº 015/2016

NOMEIA CONSELHEIRAS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam nomeada pelo período de quatro (4) anos, a partir desta data para desempenhar a função de conselheiras tutelares, carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, as seguintes pessoas:

- GISELDA DEOLA, CPF: 061.783.659-00, RG: 4551670
- JAQUELINE CORA, CPF: 098.748.249-13, RG: 6704004
- JANINHA RODRIGUES, CPF: 062.817.739-39, RG: 5021853-0
- IVONE FABRIS MILANI, CPF: 685.631.160-53, RG: 7032465
- LAUDELINA JULIA DOS SANTOS BERTOLLO, CPF: 034.301.949-38, RG: 4567404

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 14/2016 FERIAS FUNCIONÁRIOS INFRAESTRUTURA -CORRETA

PORTARIA Nº 014/2016

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias coletivas regulamentares, aos servidores públicos municipais lotados na secretaria municipal de Infraestrutura

Matr. Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo férias
12190/01 Walmor Bernstein	10/06/13 a 09/06/2014	05/01/2016 a 03/02/2016
12076/01 Adecir Ribeiro	12/03/2014 a 11/03/2015	05/01/2016 a 03/02/2016
10855/01 Claudir de Almeida	21/02/2013 a 20/02/2014	05/01/2016 a 03/02/2016
10197/01 Lauri J. Levianilli	09/08/2014 a 08/08/2015	05/01/2016 a 03/02/2016
10537/01 Olavio Grunewald	01/02/2013 a 31/01/2014	05/01/2016 a 03/02/2016
8133/01 Ilair Wommer	06/03/2014 a 05/03/2015	04/01/2016 a 02/02/2016
7749/01 Giovanni L. Benini	28/05/2013 a 27/05/2014	05/01/2016 a 03/02/2015

Art. 2º. Fica retificada portaria 007/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 011 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº011/2016 FERIAS ERONI ALLEBRANDT

PORTARIA Nº 011/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Eroni Allebrandt, matr. 1368/01 lotado na secretaria municipal de Administração. Período aquisitivo de 01/02/2005 a 31/01/2006, período de gozo de férias de 11/01/2016 a 09/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA N°1300/5

**TERMO DE CONVOCAÇÃO ADEMIR ANTONIO
DETOFOL**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO,SC, por seu Prefeito JACOB GILMAR JUNGES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem à presença de Vossa Senhoria visando CONVOCÁ-LO para apresentação junto ao setor de Recursos Humanos, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob de abandono da função, com a finalidade de retornar ao serviço público, tendo em vista a necessidade verificada no momento.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 11 de janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

Ilmo Sr. Ademir Antonio Detofol
Av. Tancredo Neves-Centro
Santa Terezinha do Progresso- SC

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 01/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 01/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 01/2016.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos municípios de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 22 de janeiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 22 de janeiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2016.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 012015-HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL
CNPJ: 01.612.781/0001-38
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, por meio da Secretaria Municipal da Administração, conjuntamente com a empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, torna público para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	
3923	CEZAR VALENTIM CARASEK
3579	FERNANDO OTTONI
3934	JULSIMAR GUERRA
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	
2955	ALANA LOPES
3036	AMANDA REGINA SETTE
3812	ANA LUCI SAGAS NUNES
3918	ANA PAULA GUEDES MATIELLO
3348	ANARELI ROSSET
3940	DANIELA CORDAZZO RIBAS
3879	DEBORA HETKOWSKI
2910	EDIVAN MATTIELLO
3738	EDSON ANTONIO PALUDO
3819	FABIANA DE PARIS PACAZZA
4017	JOSIMAR CASAGRANDE
3983	MAIELI RAVANELLO
3515	PATRICIA FIORELI BRUNETTO
3458	PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE
3997	PRISCILA DEMARTINI
4028	RODRIGO ANTONIO DE ALMEIDA
3991	TADEU PAULO TOAZZA
3408	TALINE LUNEDO COSTA
3955	TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO
3459	TENILE CARLA DE LIMA

3987	VANESSA PAULA BAÚ
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	
3843	AISLAN KERLI CENI
3410	ELISA SEGALIN
3622	GABRIELA GIACHINI RAVANELLO
3933	JULIANA REBELATTO FORTI
3830	MARIVANIA GHELLER
3921	PAULA PEDROTTI
3542	RODRIGO MARCOS SIMON
4018	ROGELSO SALVI
3928	TATIANE VERONÊSE
3229	VANESSA CRISTINA MAIA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	
4014	ALCIONE SOTIL DOS SANTOS
3988	ANA PAULA BATISTI GUEDES
3816	ANA PAULA DELAI PACASSA
4007	CAMILA PEREIRA DOS SANTOS
3228	ELIANE TERESINHA LUNEDO MAIA
3943	ERIDIANE PEDROTTI BRUNETTO
3151	FABIA GARCEZ FARIAS
3915	FRANCIELI SPANHOL DOS SANTOS RIGO
3976	GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS
3580	IVANETE FÁTIMA SOMAVILA
3931	IVANETE MARIA BEVILAQUA SANTIN
4019	JOVANIA CASAGRANDE BERTOLDO
2917	JUDILE BOLZAN
4024	MARIVANE LOURDES SOTILLE
3087	ROSELI MARIA GIRARDI CARARO
3932	SABINA MEIRA SAGAS
3769	SAMARA TALASKA CORREA DA SILVA
3936	SANDRA MARA BOTTEGA COBALCHINI TREVISOL
3450	TAINARA CRISTINA RIGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO	
3475	EDUARDO FREITAS DOS SANTOS
4004	RUDINEI PEREIRA ANTUNES
FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS	
3945	ADRIANA RESTELATTO
3811	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI
3977	ANDRÉ VENTURIN
4010	BENHUR SUTIL ANTUNES
3989	CATIANE PIVA VANZIN
3541	CLAUDIA KELLY ENDERLE
3951	DANIEL BAREA
4023	DANIMAR GUEDES
3055	DOUGLAS FERNANDO TUMELERO
3245	FABRICIO BOTTEGA
3984	JAIR GILBERTO SOMAVILA
4005	JAISON LEANDRO LUNARDI
3941	JOSIANE APARECIDA DE LIMA
3939	JOSIANE SCUDELLA
4029	LUCAS ZATTERA MARTINELLO
3916	MARCELI REGINA ARALDI
3920	MARILENE VALCARENGHI TOAZZA
3085	MATEUS AUGUSTO RANZAN
3366	MONICLEIA DE CESARO GUEDES
3937	RUDINEI TOAZZA
3978	SIDINEI MOREIRA PEREIRA
3326	SUZIELI PAVÃO

4000	VANDERLEI BORDIGNON
MECÂNICO	
3197	GILMAR VALGOI
3277	JANDIR SADI MAIA
3288	JUNEOR PEDRO SERAGLIO
3845	LAUDIMAR DE CESARO
3544	MAYCON DOS SANTOS LOURENÇO
4032	VANDERLEI LUIS BAÚ
MÉDICO VETERINÁRIO	
3894	ANGELO ROMEU LUNEDO
3805	BRUNA PALAVICINI
3402	CÁSSIO GRIGOL
4020	CRISTIAN LUIS SCHWENGBER
3980	DAYANNA PASTAL
3925	DOUGLAS MICHEL MULLER FRITZEN
3423	EVANDRO VANSIN FORTI
4009	JEAN CARLOS DESCHAMPS
3981	JOÃO AUGUSTO SOLDI
4035	JONAS BETTANIN
3434	LAÍS MUNIZ ARRUDA PEREIRA
3194	LEANDRO OSOKOSKI HILLESHEIM
3534	MARISA NICARETTA ROSINA
2822	RAFAEL TOAZZA
4021	RENAN CAMILLO DE BORTOLI
3416	RODRIGO LANZARIN
3444	SANDRO LUIZ SAVOLDI
3935	TIAGO ANTONIO PEREIRA DA PAIXÃO
MOTORISTA	
3318	ADENILSON VIEIRA
3122	ALMIR BRUNETTO
3927	GILMAR SPANHOL DOS SANTOS
3776	JAIME CAMPANHOLO
3974	JOEL LEMES TRINDADE
3794	JOSIANO CARARO
OPERADOR DE MÁQUINAS I	
4006	ARNALDO ZAT
3748	CLAUDECIR TREVISOL
3761	JOSINEI CARLO LUNEDO
OPERADOR DE MÁQUINAS II - MOTONIVELADORA	
3762	ALEXSANDRO VERONESE
3275	ELDER CAMPANHOLO
OPERADOR DE MÁQUINAS II - RETROESCAVADEIRA	
4015	EDIVAN SOTIL DOS SANTOS
2835	EVANDRO RAVANELLO
3950	GELSON VIEIRA
3586	ITAMAR ROMEU AFONSO JANTSCH
3226	IVAN CARLOS GROLI
4001	JULIANO ISATON
2972	LEONOAR PAULINO COMACHIO
3734	RANGEL SALVI
PROFESSOR DE ARTES (1º AO 5º ANO)	
3204	CÁSSIA SANTORE
3125	EDICLERI VANZIN PELINSON
3626	NEUSA PEREIRA DOS SANTOS
3553	ODETE FERREIRA DOS SANTOS RISSARDO
3044	VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA
PROFESSOR DE INGLÊS (1º AO 5º ANO)	
3146	ROSELI NUNES NOVAIS CHITOLINA
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	
2954	ALCIONE DALLA RIVA
3826	ANA PAULA MARTINI
3164	ANA PAULA RECK
3211	DANIELA BRITES DE OLIVEIRA

3614	DANIELA FARINON
3917	DIANEI FORTTI
4011	DIOGO FABRIS
4008	EDUARDA TRZECIAK
3979	ELISABETH ZANIN
4036	ERASMO JUNIOR DALZUCHIO
4016	FERNANDA CAPELARO CASAGRANDE
3938	FERNANDA FAREZIN
4031	FLAVIA FRANZOSI
3536	FRANCIELLE RODIGHERI
3946	JHONATAN ALCEU VALCARENGHI
3764	JOÃO CARLOS DA SILVEIRA
4026	JUNEOR GREGOLON
3986	KAULY EMERSON BATISTI GUEDES
3172	LUANA PASINATO
3481	LUCIDIO CUCHI
3806	MAIKON TIAGO LUNEDO
3477	MAIQUELI CARLA DAL BELLO
3407	MAURICIO GUSATTI
4013	MICHELI CRISTINA FORTUNA
4003	MONIQUELI RAVANELLO
3944	ODAIR JOSE PRATI
3953	RAFAEL GEREMIA
3844	RAQUEL PEREIRA ANTUNES
3777	TRASSANI DOS SANTOS DE ALMEIDA
3996	VANESSA ANDREANE DA SILVA
3924	WAGNER DOUGLAS FRANZOSI
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
3993	KELI MARIA PRATI
4022	LUCIENE RODRIGUES DA SILVA
3994	VERIDIANA PEDROTTI

Município de Santiago do Sul, 07 de janeiro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 001, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 001, de 08 de janeiro de 2016.

“NOMEIA DIRETOR DE OPERAÇÕES TÉCNICAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o servidor ADAIR CHAVES, ocupante do cargo de Operador de Rede de Água e Esgoto, matrícula n.º 350, para exercer o cargo de Diretor de Operações Técnicas do SAMAE, classificado como Símbolo CC2 no Anexo II da Lei n.º 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei n.º 3.589/2015), no período de 11/01/2016 à 30/01/2016, em substituição ao servidor Valdecir Ribeiro, em virtude do mesmo estar fruindo férias.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 11 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 002, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 002, de 08 de janeiro de 2016.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor ADAIR CHAVES, Operador de Rede Água e Esgoto, a Gratificação de Função, nível FG-05, função de AGENTE DE DIVISÃO, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 11 de janeiro de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2158 DE 07 01 16 DISPENSA A PEDIDO A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE ORZEKOWSKI ZAREMBSKI

DECRETO Nº 2158, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a Dispensa de empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/2007, nº 0018, de 28/01/2008 atualizada, nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada:

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando a dispensa do emprego, firmado pela empregada Simone Orzekowski Zarembski, protocolo sob nº 2529, na data de 08 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a pedido a empregada Simone Orzekowski Zarembski, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogado o Dec. 1761 de 11 de novembro de 2014 no que diz respeito a empregada.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

DEC 2159 DE 11 01 16 TORNA SEM EFEITO DEC 2126 DE 07 12 15 QUE NOMEOU CANDIDATA PARA O CARGO DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL ANA LUCIA DE LIMA BRAGANHOLI

DECRETO Nº 2159 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 2126, de 07 de dezembro de 2015, o qual nomeou candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital do concurso público nº 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público nº 001/2013;
- Considerando o Decreto nº 2126, de 07 de dezembro de 2015, que nomeou a candidata;
- Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato do provimento;
- Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que a candidata não tomou posse do cargo de Técnico em Saúde Bucal, no prazo legal que findou em 06 de janeiro de 2016;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 2126, de 07 de dezembro de 2015, que nomeou Ana Lucia de Lima Braganholi, para exercer o cargo de Técnico em Saúde Bucal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 1899 DE 11 01 16 FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 1899 , DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A) EMPREGADA(A)	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Rosângela Maria Zanin	Técnico em Enfermagem	23/05/13 a 22/05/14	20	15/02/16 a 05/03/16
Laercio Castro de Oliveira	Vigia	25/09/13 a 24/09/14	30	12/02/16 a 15/03/16
Giovana Gomes Gutierrez	Enfermeiro	01/03/14 a 28/02/15	30	10/02/16 a 10/03/16
Dileto Styburski	Motorista	01/08/12 a 31/07/13	30	01/02/16 a 01/03/16
Ilza Picoli Demarchi	Técnico em Enfermagem	28/12/12 a 27/12/13	30	01/02/16 a 01/03/16
Graciele Nascimento da Silva	Técnico de Saúde Bucal	11/02/15 a 10/02/16	30	15/02/16 a 13/03/16
Patricia Zanesco Simionato	Odontólogo	10/02/15 a 09/02/16	30	15/02/16 a 13/03/16
Flavia Maria Percisi de Oliveira	Técnico em Enfermagem	02/04/13 a 01/04/14	30	01/02/16 a 01/03/16
Eliane de Souza e Silva Justen	Agente Comunitário de Saúde	13/02/14 a 12/02/15	30	01/02/16 a 01/03/16
Gustavo Bortoli Valgoi	Farmacêutico	17/11/12 a 16/11/13 17/11/13 a 17/11/14	15 15	01/02/16 a 15/02/16 16/02/16 a 01/03/16
Lucia Zarembski Granosik	Agente Comunitário de Saúde	02/06/14 a 01/06/15	30	01/02/16 a 01/03/16
Adriana Lucia Pretto	Agente Administrativo	01/03/12 a 28/02/13	12	11/01/16 a 22/01/16
Odirlei Guadagnin	Secretario Municipal de Transportes Obras e Serviços públicos	27/03/14 a 26/03/15	10	11/01/16 a 20/01/16
Odila Giroto Elger	Assistente Financeiro	11/01/11 a 10/01/12	10	12/01/16 a 21/01/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 1900 DE 11 01 16 DESIGNA KAREN PAOLA ANGHINONI RESPONSÁVEL SETOR SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 1900, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidora pública municipal como responsável pelo Setor de Pessoal do Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pelo inciso I, do artigo 40 da Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

· Considerando a concessão de férias à servidora Odila Giroto Elger, responsável pelo Setor de Pessoal do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Karen Paola Anghinoni, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como responsável pelo Setor de Pessoal deste Município, no período de 12/01/2016 a 21/01/2016, enquanto perdurar as férias da servidora Odila Giroto Elger.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 1901 DE 11 01 16 DESIGNA VIANEI FERRARINI MEOTI PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA Nº 1901, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidor público municipal para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 66/11/12 atualizada;

· Considerando que o servidor Odirlei Guadagnin, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos estará em gozo de férias no período de 11 a 20/01/16;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado temporariamente o servidor Vianei Ferrarini Meoti, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para responder, sem acréscimo de remuneração, pela Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, no período de 11 a 20/01/16, podendo para tanto assinar e despachar documentos pertinentes a referida Secretaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 001/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 001/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 25 de janeiro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM PARA UTILIZAÇÃO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, AUTOMÓVEIS E DEMAIS VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@sao-domingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 08 de janeiro de 2016.

Paula Natana Comachio

Pregoeira Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 002/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 002/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 26 de janeiro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, AUTOMÓVEIS E DEMAIS VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@sao-domingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 08 de janeiro de 2016.

Paula Natana Comachio

Pregoeira Oficial.

São João do Oeste

PREFEITURA

CONT.71.15.CIGA

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2015 E CONTRATO 071/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 037/2015

OBJETO: "Serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, para publicações no DOM SC e REGIN "

VALOR TOTAL: 7.740,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de dezembro de 2015

Sérgio Luis Theisen

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016-2020

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016-2020

Aos dez dias do mês de janeiro de 2016, às 9h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, situada à Rua Padre Pedro Baldoncini, s/nº, no município de São João do Sul, Santa Catarina, reuniram-se para cerimônia de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no processo de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias de outubro de 2015, estavam presentes os representantes governamental e da sociedade civil, autoridades, representantes de organizações sociais e convidados, conforme a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, a Lei Municipal nº 1749/2015, de 25 de março, bem como Edital publicado por este Conselho em 31 de março de 2015 que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares em São João do Sul. Em atendimento ao que determina o artigo 139º, §2º do município de São João do Sul, deu-se início a solenidade de diplomação e posse dos novos conselheiros tutelares municipais. Foram convidados para compor a mesa a Presidente do CMDCA Edilene dos Santos, o Prefeito Municipal João Rubens dos Santos, o Vice-Prefeito Moacir Francisco Teixeira, a Secretária Municipal de Assistência Social Janete Oliveira Farias Cardoso e o Presidente da Câmara Municipal o Vereador Natanael Cândido Vieira. A Cerimônia de Diploma e Posse foi iniciada pela Presidente do CMDCA que agradeceu a presença de todos e passou a palavra para os demais membros da mesa. A Diplomação e Posse dos conselheiros foram realizadas pelo Prefeito Municipal, o senhor João Rubens dos Santos, estando o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul assim constituído, por ordem alfabética: Conselheiros Tutelares Titulares 2016-2020: Francisca Romana Barros com 243 votos; Maria Margarete Bauer Cechinel com 264 votos; Mirian Josiane Monteiro de Quadros com 252 votos; Sandra Alexandre com 229 votos e Simone de Matos Costa com 202 votos. Conselheiros Suplentes 2016-2020: Joselaine Benfato Reos da Cunha com 199 votos; Josiane Feliciano Bianchini com votos e Sabrina Aparecida Delfino com 194 votos. Após a entrega do Diploma e da assinatura do termo de posse, a solenidade foi encerrada às 10h00min, sendo que essa ata foi redigida por mim, Mara Elenir Vefago, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e será assinada pelos presentes.

São Joaquim

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a Homologação das Inscrições do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO	
Nº Inscrição	Candidato
239	ANA LUCIA DA SILVA RIBEIRO
51	BEATRIZ NUNES
238	CASSIA MAGALY REIS CARVALHO
241	CASSIO BRENO REIS CARVALHO VIEIRA
219	DANIELA DE SENA AMARAL
123	EDUARDO FELIPE
300	ELIELI PRISCILA DA SILVA
299	FERNANDA ABADIA FRANÇA MARTINS
92	GRASIELA MENDONÇA GOULART
105	GUSTAVO PEREIRA ANDRADE
38	HILDA MARA NUNES
169	IZABEL SANTOS DE SOUZA
35	JAISON COMIN LIMA
309	JANAINA UIARA DE ANDRADE
106	JOELMA DOM DE JESUS
72	JUCEMAR DE OLIVEIRA
54	KALINE GOSS DE MELO
103	MARCELO RODRIGUES ZAPELINI
294	MARIA EDUARDA SILVA
303	MATEUS ALVES MACEDO
197	NATHIELLE WALDRIGUES BRANCO
83	REGIANE OLIVEIRA ZEFERINO
81	RICARDO PEREIRA OLIVEIRA
302	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA
112	TAIANE GARCIA DOS SANTOS
104	VANUSA MICHELI FERREIRA
262	YASMIN FELISBINA SANTOS
Candidatos no Cargo:	27
CONTADOR	
Nº Inscrição	Candidato
269	DAIANE RAUPP MARTINS
79	HEILDSON DE OLIVEIRA
252	JOSÉ NOCY PEREIRA
5	LARA APARECIDA SCHMIDT
242	MATHEUS CAMARGO BRANCO
Candidatos no Cargo:	5
COORDENADOR JURÍDICO	
Nº Inscrição	Candidato
235	ALCERI CHIODELI JUNIOR
20	ALEX DA SILVA ANHAIA
263	ANDERSON DENIS PERIN
86	ANDERSON DORVAL COSTA
213	ANDERSON ELI RODRIGUES
12	CRISTIANE NUNES NESI

33	CRISTIANO COSTA DA ROSA
324	DANIELA GOULART MATOS
173	DINO DORFANI
152	DONATO PADILHA NETO
268	EVANDRO LUIZ SCHONINGER
266	EVERTON ANNITO BUNN
306	FERNANDA GABRIELA VIEIRA
291	FERNANDO RABE CAON
273	HORTENCIA DE LURDES PADILLHA
221	KERLEN PITZ GODINHO DE LIMA COSTA
178	LEONARDO HERING PEDROSO
37	LILIAN BIOLO NUNES
320	LUANA BOEIRA PEREIRA
292	LUANA FUCKS SASSO
95	LUCAS DA SILVA
297	LUCAS TADEU CHIARELLI
102	LUIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
336	MARCELLO LOPES DE SOUZA
257	PATRICIA MARTINS PROENÇA BORGES
17	PAULO VICTOR KOZIURA ROMERO MAGRI
314	RENAN AMARANTE DA SILVA SOUZA
270	RICARDO TADEU DE MORAES
67	RODRIGO RIBEIRO MELO
206	SILVANO CARDOSO ANTUNES
21	UESLEI JOSÉ MACHADO
23	WAGNER CARBONI DA SILVA
Candidatos no Cargo:	32

FARMACÊUTICO

Nº Inscrição	Candidato
202	BOLIVAR SOARES
31	CORA MARIA PAES ALMEIDA
140	ELISANDRA PADILHA MESQUITA
267	FABIOLA ROSSI CAMPOS BUNN
308	FERNANDA GRAZZIOTIN OSSANI
237	FERNANDO AGUSTO RIBEIRO
53	FRANCIELI CANTON
8	HILDA CORDOVA MEDEIROS
34	JESSICA NUNES VIEIRA
100	LUIZI MACEDO SILVA
32	NICOLLE VIEIRA MADUREIRA
193	RICARDO FERREIRA DA SILVA
312	SHANA FORGERINE ZANETTE
211	TOBIAS MEDEIROS SOUZA
Candidatos no Cargo:	14

MOTORISTA

Nº Inscrição	Candidato
200	AGNALDO LUIZ DE OLIVEIRA
142	ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS BERNARDO
64	ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA
99	ANDERSON NIADA PADILHA
217	BRUNO BORGES SANTOS
283	BRUNO QUIRINO PADILHA
63	CARLOS ROBERTO DA SILVA
246	CLAUDINEI FERNANDES

127	CLEBER ANTONIO DA ROSA
258	CRISTIANO CASSÃO NORONHA
201	DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA
285	EDINEI DE LIMA KUSTER
177	EDVALDO ALVES DE FREITAS
248	FABIANO BORGES DE SOUZA
228	JOACIR ARTISMO DE SOUZA
280	JONILSON BORGES DE JESUS
234	JOSE CARLOS ANTUNES
198	JOSE NAZARENO LEMOS OLIVEIRA
319	JULIANO HASCKEL
289	MARCELO IUNG
304	MARCOS ANTONIO DA SILVA
159	MILTON CLAUDIR MACIEL VIEIRA
143	OLAVO PEREIRA DA SILVA
131	PAULO SERGIO BONFIM
233	RENI DA SILVA ROSA
166	ROBERTO CAVANHOLI
145	VAGNER BORGES COSTA
316	VILIAN BORGES COSTA

Candidatos no Cargo: 28

OPERADOR DE MÁQUINAS

Nº Inscrição	Candidato
161	EVERTON OLIVEIRA PEREIRA
141	GIOVANE DONIZETE DE MACEDO RODRIGUES
82	HELISON PEREIRA GUIMARAES
25	JULIANO ANTUNES RICARDO
281	MARCELO DOS SANTOS GUEDES

Candidatos no Cargo: 5

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H

Nº Inscrição	Candidato
164	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS
176	CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES
113	DAIANE APARECIDA VITORINO
75	DEIZIANE PADILHA
116	DEYSE MERY COSTA DA SILVA
205	DIRECÍIA DE OLIVEIRA SOUZA
287	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA
184	EDMARA MARTINS
61	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO
256	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL
160	FABIANA DOMINGOS DE SOUZA
210	FABIANA MOREIRA HENRIQUE
240	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS
9	GRAZIELI MAURÍCIO
223	JANETE BARBOSA DE SOUZA
78	JUCELIA LEONOR RODRIGUES
214	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL
157	LUIZA CARDOSO DE OLIVEIRA SOUZA
80	MARCILÉIA APARECIDA ANDRADE
163	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO
194	MARIA REJANE FELTRIN MARCA
288	MARÍLIA BORGES FERNANDES
226	MARLI PEREIRA CARDOSO
168	MARLISE PADILHA NESI
181	MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS
148	NEOMAR NESI DE MATOS
189	NEURA CANDIDA DE LIMA
137	NEURA MARA DOS SANTOS
318	PAULA MARTORANO NUNES

196	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO
124	RITA DE CASSIA RODRIGUES BORGES
118	ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA
76	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING
229	VANEZA GODINHO
77	VIVIANE PEREIRA DA SILVA

Candidatos no Cargo: 35

PROFESSOR DE ARTES 20H

Nº Inscrição	Candidato
330	ANDREIA RAMOS FLORES
162	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES
212	ELIANE OLIVEIRA NUNES
250	ERICA DE SOUZA AMARAL
117	LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES
39	LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA
224	ROSEMERY DA SILVA MELO
216	SABRINA ARCARO MATOS

Candidatos no Cargo: 8

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

Nº Inscrição	Candidato
185	ADRIANA APARECIDA MACEDO
230	CHAYANE CRISTINA DE SOUZA
121	DAIANE MARTINS DE SOUZA
59	DANIELA MARTINS DE SOUZA
305	DENISE NUNES PEREIRA
195	JOSIELY ZANELLA FERNANDES
271	KELLY GUIMARÃES DUTRA
218	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA

Candidatos no Cargo: 8

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Nº Inscrição	Candidato
69	ALINE RODRIGUES
101	ANNELISE SILVA SANTOS
192	HELOISA VANESSA PALHANO
120	LUCIANA ZANDONADI DA ROSA
6	MILLENA MARIA PICCOLIN
119	RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA
175	YASMIN SILVA RODRIGUES

Candidatos no Cargo: 7

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

Nº Inscrição	Candidato
180	ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO
255	GENECI RIBEIRO LIMA
58	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA
46	LUCIA PEREIRA ARAÚJO

Candidatos no Cargo: 4

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

Nº Inscrição	Candidato
138	CLAUDIONEI GÓSS
84	JOÃO LEANDRO SOUZA
133	JULIANO ARRUDA SCHWEITZER
60	THAIANA ARRUDA CAVALHEIRO

Candidatos no Cargo: 4

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

Nº Inscrição	Candidato
136	CLARA APARECIDA FORMIGA
73	CLAUDIA ELENICE PADILHA
42	DAYANI APARECIDA CAMARGO NUNES DE SOUZA
15	ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL
128	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL
215	JAMAIANA DE LOURDES SOUZA GUEDES
188	JOZIANI DOS SANTOS
Candidatos no Cargo:	7
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
111	EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN
85	JANAINA BORGES HABITZREUTER
293	JUNIA AANA AMARAL MUNIZ
165	MAIARA PADILHA NESI
98	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO
274	RITA DE CASSIA DO AMARAL MUNIZ
153	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT
290	THAYSE GREICE DA SILVA
Candidatos no Cargo:	8
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
Nº Inscrição	Candidato
48	ADRIANA BAESSO
186	ADRIANA SANTOS DE CARVALHO
337	ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA
66	ADRIANO QUIRINO DA SILVA
114	ADRIANO RODRIGUES TAVARES
260	AMANDA BORGES FERNANDES
70	ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL
158	ANDERSON ARTISMO DUARTE
279	ANDRÉIA CRISTIANE BIOLO
150	CLAUDIO PORTO VELHO
47	CLEO RODRIGO NEZI
199	CRENDI MELO RIBEIRO
89	CRISLAINE POLLI FARIAS
68	DAIANA ALVES
295	DAIANA SILVA SOUZA
167	DAIANI ROSA PADILHA
247	DALIANE DE SOUZA ANTUNES UMEMIYA
36	DANIELE HUGEN RODRIGUES
278	DARIO AUGUSTO RODRIGUES DABOIT
24	DARLENE DA SILVA RODRIGUES
220	DAYANNE PEREIRA DE OLIVEIRA
40	DEISE DA SILVA
249	DENIZE SALIB VIEIRA DA ROSA
244	DIEGO DE MACEDO
110	DIOGO XAVIER
296	DONIZETE PEREIRA BORGES
190	ELAINE LOPES ARTISMO
144	EMILANE NUNES DA ROSA PEREIRA
45	EVELUZE OLIVEIRA DE BRIDA
26	FABIANA DE SOUZA HUGEN
3	GISELE PAUL
107	HENRIQUE MORITZ NETO
232	IDEVALDO DOS SANTOS
332	INGRID ROSA LIMA
259	ISRAEL DA SILVA AMARAL
62	ITALIA VLADIS COSTA

187	JAISON DOS SANTOS
147	JAISON NUNES PEREIRA
11	JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS
282	JEFFERSON ANTONIO BIOLO MONTEIRO
276	JOÃO PAULO MORAIS ROSA
243	JOSE TEODORO DE SENA AMARAL
227	KELAN APARECIDA VARGAS
331	KHUELLEN SIRLENE PEREIRA VELHO
251	LARISSA ALVES MATOS
97	LIAMARA SIMONI DE ALMEIDA FONSECA
174	LISIANA APARECIDA BERNARDO
329	LUCIANO COSTA PADILHA
151	MARIA DO SOCORRO PONTE LINHARES
326	MARIA NAZARÉ PADILHA
207	MARIA ZELIA MARQUES BITTENCOURT
204	MARISTELA DA SILVA LIMA
57	MAURICIO TOMI KOBAYASHI
264	NILSON PEREIRA SCHLISCHTING
87	PATRÍCIA CAMARGO PALMA
261	RAFAELA FERREIRA MATTOS
126	TATIANA DA SILVA SOUZA
130	VALÉRIA SILVA RODRIGUES
310	VERA LUCIA PADILHA
170	ZILDA TAVARES DE JESUS
Candidatos no Cargo:	60
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	
Nº Inscrição	Candidato
14	ERNESTO EDUARDO DE MELO LEMOS
149	FABIANO DE OLIVEIRA BARBOSA
132	KARINE JORDÃO
19	KELVIN JHONATHAN SALESIO
171	PATRICIA BORGES VELHO
Candidatos no Cargo:	5

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
11 de janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a Homologação das Inscrições do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

2º PROFESSOR 20H	
Nº Inscrição	Candidato
127	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS
99	ANDREA ARRUDA CAMARGO
49	CLAUDIA ELENICE PADILHA
219	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL
251	FRANCIALLY SOUZA DE ABREU
178	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL
165	MARIA INÊS LUCIANO

230	NALVA GRAZIELA MATTOS
110	NEOMAR NESI DE MATOS
237	PATRICIA DA SILVA
205	VERÔNICA RODRIGUES BORGES
Candidatos no Cargo:	11
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ESTRELA BRILHANTE	
Nº Inscrição	Candidato
184	ANDREA APARECIDA PADILHA
259	DANIELA QUIRINO CAMARGO
256	KARINE APARECIDA DOS SANTOS
25	MAGAIVER MACHADO FERNANDES
158	MARISTELA FATIMA LOPES ARTISMO
Candidatos no Cargo:	5
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF FLOR DE LIZ	
Nº Inscrição	Candidato
174	DANIELLE OLIVEIRA MIGUEL
19	ELAINE CRISTINA RODRIGUES
265	GISELI CANDIDO DA SILVA
235	MARIA DE JESUS GUIMARÃES DA SILVA
Candidatos no Cargo:	4
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF GIRASSOL	
Nº Inscrição	Candidato
262	ARGENTINA DAS GRAÇAS FOGAÇA ALMEIDA
54	BRUNA CRISTINA PEREIRA
81	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA
30	ERETUZA PADILHA ARAÚJO
220	FRANCIÉLE MOSSI HUGEN
189	KEILA DA SILVA MATOS
58	LEOSANE DORIZETE MARCHESINE DE LIMA
228	LUCIANA VIEIRA
83	LUZIANE RIBEIRO SOUZA
236	MIRELE DA CRUZ ALMEIDA
140	PAULA BORGES VELHO
104	REGIANE DE FATIMA THOMAZ
130	ROZIANE DE SOUZA AZI
Candidatos no Cargo:	13
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF NOVOS TEMPOS	
Nº Inscrição	Candidato
243	ALINE ROSA CARVALHO
234	CAMILA EDUARDA FERRASSO
221	DANIELA APARECIDA ALANO
96	JAQUELINA DA ROSA
21	LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA
38	SILVANA SANTOS ROSA
188	TAIINA FERNANDES DOS SANTOS
160	VIVIANE GUIMARÃES PADILHA
Candidatos no Cargo:	8
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF RAIOS DE SOL	
Nº Inscrição	Candidato
103	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS
78	CRISTIANA DA SILVA SOUZA OLIVEIRA
207	CRISTIANE DE FATIMA BARBOSA
145	DAYANE DA SILVA XAVIER
109	FERNANDA ANTUNES
172	GLADES APARECIDA MARTINS GOBETTI

175	KARLINE LEITE IZIDORO
246	MAIARA CASSAO SILVA
80	SIMONI ALI HUSEIN
223	VILCELENE MACEDO AMARAL PEREIRA
Candidatos no Cargo:	10
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FAXINEIRA	
Nº Inscrição	Candidato
120	ARIADNY DAVOGLIO DE ARAÚJO
26	ARISTEU DA SILVA RAMOS
97	FABIANE REGINALDA ALVES NUNES
249	FRANCIANE IUNG ANDRE
151	JOZE CARLA DE SOUZA
118	LENITA DE FATIMA SOUZA DIEL
42	LIDIANE POLLI
201	MARCIANA DAS GRAÇAS HASCKEL
245	MARIA COSTA LIMA
125	MARIA DORVALINA TAVARES DE JESUS
193	MARISETE APARECIDA RIBEIRO
51	MICHELE CASSÃO MUNIZ
225	NAIR MATTOS DE SOUZA
222	RENILDA BIANQUINI SANTOS
92	ROSA ELIZABETE OLIVEIRA
86	ROSANA NUNES DE JESUS
43	SIMONE DE FATIMA ROSA
77	TATIANA DA SILVA SOUZA
14	VANESSA ELISETTE ROTTA
143	VANUSA APARECIDA PINTO
Candidatos no Cargo:	20
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDEIRA	
Nº Inscrição	Candidato
39	EDNÉIA NAZARÉ BORGES VELASCO
146	ELIZA CABRAL GOMES ALVES
124	ELZA DOS SANTOS
45	EMÍLIA MARCIA RODRIGUES
240	HELENA MARIA RODRIGUES
154	IRENE SALETE MACHADO
226	JOCENARA DE FÁTIMA SILVA FONSECA DE OLIVEIRA
218	JORGE GIOVANE PEREIRA
48	JOSIANE LEHMKUHL
94	MARIA HELENA DA SILVA SOUZA
116	ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO
119	ROSA MARIA DAVOGLIO
17	TATIANE DE FATIMA IENDRAS
141	VANDERLEIA DE BARROS MELLO
Candidatos no Cargo:	14
ENFERMEIRO DE SAMU	
Nº Inscrição	Candidato
70	ALESSANDRA WALTRICK MUNIZ
159	ANDRÉIA DE SOUZA
203	ANTONIO IVANDEL RIBEIRO
112	ARIANA OLIVEIRA
65	FELIPE PACHECO COSTA NUNES
257	IVANISE DE OLIVEIRA GOULART
261	JOÃO RICARDO PALHANO
263	LETÍCIA ALVES KRIEGER
72	MARÍLIA TASCA
5	MILLENA MARIA PICCOLIN
213	PAULA FERREIRA MATTOS

22	ROBERTO ELIÉSER SILVÉRIO ZANCHI
33	SABRINA CARDOSO LUDVECH
117	THAIS DA SILVA AMARAL
8	THAISI SOUZA BATISTA
152	ZILMARA RIBEIRO SOUZA
Candidatos no Cargo:	16
MOTORISTA	
Nº Inscrição	Candidato
46	ADRIANO QUIRINO DA SILVA
229	BRUNO QUIRINO PADILHA
167	DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA
171	EVALDO DA ROSA GOULART
157	JAISON DOS SANTOS
68	LUCAS SANTOS ROSA
129	ROBERTO CAVANHOLI
18	VILSON RIBEIRO DA ROSA
Candidatos no Cargo:	8
ORIENTADOR DE TECELAGEM	
Nº Inscrição	Candidato
199	ENOEMIA DE LOURDES MEDEIROS
Candidatos no Cargo:	1
PROFESSOR ANOS INICIAIS 20H	
Nº Inscrição	Candidato
224	ANA MARIA MATOS DO AMARAL
176	ANA PAULA DOS SANTOS
183	ANGELINA COSTA LINHARES
102	CIRINHA DE OLIVEIRA
50	DEIZIANE PADILHA
7	GRAZIELI MAURICIO
41	ISMENIA DE SOUZA ARRUDA
11	LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES
9	LINDOLFO RODRIGUES DOS SANTOS
134	LUIZA CARDOSO DE OLIVEIRA SOUZA
198	MARIA GORETE GARCIA
194	NERIZE COSTA GUEDES
100	NEURA MARA DOS SANTOS
164	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO
84	RITA DE CASSIA RODRIGUES BORGES
133	SUZANA RAMOS NUNES RIBEIRO
190	VANEZA GODINHO
Candidatos no Cargo:	17
PROFESSOR DE ARTES 10H	
Nº Inscrição	Candidato
270	ANDREIA RAMOS FLORES
210	ERICA DE SOUZA AMARAL
153	FRANCIELI MACHADO DE SOUZA
82	LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES
209	MARCIA RIBEIRO
250	SABRINA ARCARO MATOS
Candidatos no Cargo:	6
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H	
Nº Inscrição	Candidato
150	ADRIANA APARECIDA MACEDO
142	CÉLIA TEREZINHA PEREIRA

241	DENISE NUNES PEREIRA
66	JULIANO CARVALHO
180	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA
Candidatos no Cargo:	5
PROFESSOR DE DANÇA	
Nº Inscrição	Candidato
166	GUILHERME SOUZA SANTOS
268	SARAH MATOS TIVES
56	SUELEN AMARAL
Candidatos no Cargo:	3
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10H	
Nº Inscrição	Candidato
163	EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA
266	LUCAS GABRIEL HUGEN
Candidatos no Cargo:	2
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
89	ADRIANA PEREIRA DE SOUZA
208	ADRIELI COSTA MARTINS
69	ANNELISE SILVA SANTOS
217	CASSIANO SUHRE DA ROSA
3	JUCELINO HECK
75	MAIANE VIEL
Candidatos no Cargo:	6
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H	
Nº Inscrição	Candidato
73	AMELIA MACHADO VIEIRA
106	ANA PAULA DE LIMA
122	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES
135	CLEUZA APARECIDA BORGES
216	DAIANE BIRK DA SILVA
4	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA
233	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA
121	EDMARA MARTINS
44	ELIANA OLIVEIRA DA SILVA
85	ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA
40	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO
200	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS
91	IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL
114	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI
88	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA
31	JAQUELINE APARECIDA SERAFIMHUGEN
90	KARINE JORDÃO
192	KELN APARECIDA VARGAS
161	LUANA PEREIRA DE SOUZA
255	LUCIANA DE FATIMA DA SILVA
74	MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA
123	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO
191	MARLI PEREIRA CARDOSO
202	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL
52	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING
144	SONIA LARA BORGES
111	VERÔNICA SCHLISCHTING MULLER
53	VIVIANE PEREIRA DA SILVA
Candidatos no Cargo:	28

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
148	ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO
36	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA
239	JOSIELLI DA SILVA PADILHA
170	LUÃ ALANO PADILHA
Candidatos no Cargo:	4
PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
105	CLAUDIONEI GÓSS
264	DANIELA MENDES RODRIGUES
16	GIZELI RIBEIRO MATTOS
93	JULIANO ARRUDA SCHWEITZER
132	MARIA ZALMIRA PEREIRA DA SILVEIRA
98	SUELEN SOUZA CAVALHEIRO
254	VALÉRIA DA SILVA BATISTA
Candidatos no Cargo:	7
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
101	CLARA APARECIDA FORMIGA
29	DAYANI APARECIDA CAMARGO NUNES DE SOUZA
10	ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL
87	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL
128	GABRIEL ALMEIDA DA SILVA
181	JAMAIANA DE LOURDES SOUZA GUEDES
Candidatos no Cargo:	6
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10H	
Nº Inscrição	Candidato
55	MARIA JULIA RUPNIEVSKI
Candidatos no Cargo:	1
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
27	FABIANA PORTO
196	GEISELA MENDONÇA GOULART
187	JANAINA UIARA DE ANDRADE
156	JOZIANI DOS SANTOS
247	LUIZ ALBERTO BRAGA BEAL
147	MAIARA FIGUEIREDO
28	MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS
71	MARISTELA SCHMIDT LIMA
47	PATRICIA NUNES DE BRIDA
242	TAMARA NUNES DA SILVA
Candidatos no Cargo:	10
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H	
Nº Inscrição	Candidato
76	EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN
60	JANAINA BORGES HABITZREUTER
126	MAIARA PADILHA NESI
67	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO
131	MARLISE PADILHA NESI
137	RENATA STEFFEN DE BETIO
23	TAIZE DE SOUZA VELHO
113	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT

Candidatos no Cargo:	8
PROFESSOR DE MÚSICA	
Nº Inscrição	Candidato
211	GRAZIELI CRISTINI DA SILVA
252	HAIMON SADER MATOS TIVES
37	MARILÉIA APARECIDA OLIVEIRA
248	SAMARA GARCIA PEREIRA
63	SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA
Candidatos no Cargo:	5
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 20H	
Nº Inscrição	Candidato
238	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA
Candidatos no Cargo:	1
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 40H	
Nº Inscrição	Candidato
32	GILBERTO MARTINS
Candidatos no Cargo:	1
PROFESSOR DE TURISMOLOGIA	
Nº Inscrição	Candidato
12	DAIANI BECCARI NUNES
162	PRISCILA PIRES BERTOLLO
Candidatos no Cargo:	2
PROFESSOR DO AEE 20H	
Nº Inscrição	Candidato
253	DAIANE PACHECO TRISTÃO
182	DANIELA DE SENA AMARAL
1	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ
258	MARIELA TAINA DE JESUS
61	PATRÍCIA CAMARGO PALMA
169	ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA
Candidatos no Cargo:	6
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR 20H	
Nº Inscrição	Candidato
138	CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES
79	DAIANE APARECIDA VITORINO
173	FABIANA MOREIRA HENRIQUE
186	JANETE BARBOSA DE SOUZA
35	LAURA MARISTELA ROCHA MORAES
185	MARIA IZABEL BORGES
Candidatos no Cargo:	6

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
11 de janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

TP 01/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 03/2016

Tomada de preço 01/2016

Objeto: Contratação de empresa para realizar reforma da Rede
Hidro Sanitária e Elétrica do Ginásio de Esportes Juraci Santos

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 29/01/2016 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 96.847,13

Os Processos serão regidos pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo
contido nos editais. Interessados poderão obter a cópia do edital,
no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente
ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda
pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 11 de janeiro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 5565/2016

DECRETO Nº 5565/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ELAINE CRISTINA CAON DE SOUZA, matrícula: 41.715-7, ocupante do cargo de médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5566/2016

DECRETO Nº 5566/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora RAQUEL CHAGAS NOGUEIRA DE PAULA, matrícula: 42.040-9, ocupante do cargo de médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30 de novembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5567/2016

DECRETO Nº 5567/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora KELIN MULLER, matrícula: 32.571-6, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5568/2016

DECRETO Nº 5568/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora FRANCIELE ESPINDULA, matrícula: 41.667-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5569/2016

DECRETO Nº 5569/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora GIZELLE REGINA CARDOSO, matrícula: 22.713-7, ocupante do cargo de Psicólogo, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5570/2016

DECRETO Nº 5570/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JAQUELINE BITENCOURT, matrícula: 39.764-4, ocupante do cargo de Monitor, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 01/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 28/01/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processos administrativo:

Processo Administrativo nº	21.662/2014
Recorrente	JP AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA
Procurador habilitado nos autos	JOSELAINE PALADINI
Relator	NADIR TEREZINHA KOERICH

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos.

São José, 11 de Janeiro de 2015.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 02/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 28/01/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processos administrativo:

Processo Administrativo nº	21.662/2014
Recorrente	JP AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA

Procurador habilitado nos autos	JOSELAINE PALADINI
Relator	NADIR TEREZINHA KOERICH

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos.

São José, 11 de Janeiro de 2015.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 03/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 11/02/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processos administrativo:

Processo Administrativo nº	8843/2015 apenso ao Processo 4274/2015
Recorrente	UNIVALI
Procurador habilitado nos autos	VILSON SANDRINI FILHO OAB 11.498
Relator	VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos.

São José, 11 de Janeiro de 2015.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO DO CONVÊNIO Nº 65/2015/FUNESJ

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO DO CONVÊNIO Nº 65/2015/FUNESJ

Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de 2016, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline Silva, resolve arquivar o Termo de Convênio do projeto apresentado para o Edital nº 03/2015/FUNESJ, antes de sua assinatura e da produção de seus efeitos, com o Conselho Comunitário de Potecas, com sede na Rua José Antonio Pereira, 2190, Bairro Potecas, CEP 88111-490, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 07.771.886/0001-16. Na ocasião, foi solicitado a complementação de documentos exigidos para a celebração do Termo de Convênio, de modo que não foi possível a entidade assinar na data dos demais convênios por não apresentar a documentação requerida. Estendeu-se o prazo até o dia quatro de Janeiro de 2016, contudo, a entidade não compareceu na sede da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, assim como não realizou contato por outro meio. Deste modo, por insuficiência de documentação, dá-se o arquivamento da minuta e do plano de trabalho apresentado, sem a assinatura do mesmo.

São José, 08 de Janeiro de 2016.

Karoline Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

LEI N.º 5.530 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, inclusive orientações para a elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município de São José para o exercício de 2016.

Art. 2º O Orçamento do Município de São José para o exercício de 2016, será elaborado, executado e acompanhado observando as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas, em especial, as estabelecidas nesta lei e as possíveis alterações, compreendendo:

- I - os objetivos, as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014 a 2017, aprovado pela Lei Municipal nº. 5.373, de 27 de dezembro de 2013;
- II - a estrutura do Orçamento Anual dos Órgãos da Administração Pública Municipal;
- III - as diretrizes para elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre a política das despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS, DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º Os objetivos, as prioridades e as metas fiscais de receita, de despesa, de resultado primário e nominal, do montante da dívida pública e da política de pessoal para o exercício de 2016, especialmente as metas que estão dispostas nesta Lei, foram extraídas do Plano Plurianual para o período compreendido entre os exercícios de 2014 a 2017.

§ 1º Os recursos a serem estimados na Lei Orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para atender as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2016, o Poder Executivo Municipal poderá incluir e/ou excluir Ações, aumentar e/ou diminuir metas físicas, financeiras e outras metas de resultados, estabelecidas nesta Lei, com a devida autorização legislativa, a fim de compatibilizar e ajustar as despesas orçadas às receitas arrecadadas; atender as demandas prioritárias da sociedade, de forma a preservar também o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 4º O Orçamento do Município de São José para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, a Autarquia São José Previdência, as Fundações e os Fundos Especiais e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional vigente e suas possíveis alterações.

Art. 5º Para efeito da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

- I - Programa é o instrumento de organização de maior nível da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Função representa o maior nível de agregação das ações do Governo nos diversos setores;
- III - Subfunção representa o desdobramento das funções de governo, os meios e instrumentos de ação organicamente articulados para alcançar os objetivos pretendidos e, mais do que isso, servindo de ligação, entre o planejamento de longo e médio prazo e o orçamento anual.
- IV - Órgão é o maior nível da classificação institucional;
- V - Unidade Orçamentária é o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos;
- VI - Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais, resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo, objetivando o atendimento aos anseios da população;
- VII - Atividade é um instrumento de programação para alcançar o

objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto, necessário à manutenção da ação de governo;

VIII - Operação Especial representa as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais, não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

IX - Receita Pública, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental;

X - Despesa Pública, pelo enfoque orçamentário, são todas as saídas consignadas no orçamento para cobertura das necessidades públicas, em qualquer esfera governamental;

XI - Despesas Correntes, classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação de investimento ou aquisição de um bem de capital;

XII - Despesas de Capital, classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação de um investimento ou aquisição de bens de capital;

XIII - Concedente é o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

XIV - Conveniente é o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta, com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XV - Execução física é a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

XVI - Execução orçamentária representa o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XVII - Execução financeira refere-se ao pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Art. 6º No Orçamento Anual, cada programa governamental identificará as ações necessárias para atingir os objetivos e metas, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, funções e subfunções, inclusive pela natureza da despesa, esta, até o grau de modalidade de aplicação, bem como a identificação dos órgãos e suas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação, detalhando-os posteriormente em elementos de despesas, fontes de recursos e seus respectivos valores, através da aprovação por ato do Executivo Municipal do QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa.

Art. 7º A Proposta Orçamentária do Município de São José, relativa ao exercício de 2016, deverá ser elaborada, executada e acompanhada em conformidade com os princípios orçamentários, contábeis, administrativos e financeiros geralmente aceitos e os demais princípios aplicáveis à matéria.

Art. 8º O Orçamento Anual para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobradas, as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir por decreto os necessários elementos de despesas com suas respectivas fontes de recursos e valores, inclusive no decorrer de sua execução, tudo de conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001, de 04/05/2001, Portarias Conjuntas nº 01/2010, de 18/06/2010 e nº 02/2010, de 19/08/2010, Portaria MOG nº 042/1999, de 14/04/1999 e demais legislações pertinentes à matéria e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;

III - Demonstrativo por Programa de Trabalho – Despesa por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

IV - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

VI - Demonstrativo da Despesa por Órgãos, Funções de Governo e Subfunções;

VII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário;

VIII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015;

XIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; e

XIV - Demonstrativo da previsão do Resultado Primário para 2016 e posição em 31/07/15 do Resultado Nominal.

§ 1º Os Orçamentos, do Poder Legislativo, da Autarquia São José Previdência, das Fundações e dos Fundos Especiais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 9º A Mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, inciso I da Lei nº 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e Não Arrecados de 2013 e 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a nível de Grupo de Natureza, realizada nos exercícios de 2013 e 2014, fixada para 2015 e prevista para 2016;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Órgão e Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu percentual de comprometimento, realizada em 2012 e 2013, fixada para 2014 e a prevista para 2015;

V - Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo Financeiro, posições em 31/12/2014 e 31/07/2015;

VI - Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato posição em 31/12/2014, posição em 31/07/2015 e projetada para 2016;

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A elaboração do Orçamento Anual, sua aprovação, sua execução e seu acompanhamento deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo Único: Na programação das despesas não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio das contas públicas.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único: Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo Municipal, colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12 Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento.

Art. 13 Na execução e no acompanhamento do orçamento, verificado que o comportamento da receita própria poderá afetar o equilíbrio financeiro e o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde e educação, não incluídas no inciso I deste Artigo.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município de São José, aqueles constantes dos anexos desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 O Orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, imprevistos e imprevisíveis, para obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 5º, da Portaria MPO nº 42/99.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a riscos fiscais, dispostos no parágrafo anterior deste artigo, caso estes não se concretizem até o dia 09 de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares, em atendimento às dotações insuficientes.

§ 3º Para efeito desta Lei entende-se como eventos fiscais imprevistos, também as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e as decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual, se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 17 A Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Programação Financeira das Receitas e Despesas e o Cronograma de Execução Mensal para suas Unidades Gestoras, inclusive do Poder Legislativo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação de empenhos para obtenção das metas fiscais e do equilíbrio financeiro, se necessário.

§ 1º A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação dos diversos Órgãos na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base às ações constantes dos programas definidos no PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios definidos pela Constituição da República.

§ 3º São vedados quaisquer procedimentos que motivem o início e a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os recursos financeiros para a devida liquidação.

Art. 18 Os projetos, as atividades e os encargos especiais, priorizados na Lei Orçamentária para 2016, com dotações vinculadas a recursos de transferências, operações de crédito, alienação de bens, convênios e outros instrumentos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º Os recursos vinculados previstos no orçamento da receita, oriundos de transferências, convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros desta natureza, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos oriundos de transferências, convênios, operações de créditos, alienação de bens, acordos e outros desta natureza, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 3º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º, do artigo 43, da Lei nº 4.320/64, será apurado em cada fonte de recursos, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme dispõem o inciso I, parágrafo único, do artigo 8º, e 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constante do anexo desta Lei, será expurgada para efeito de cálculo do orçamento da receita para o exercício.

Art. 20 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, de proteção a fauna e flora, de cooperação técnica e aquelas voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal.

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21 Os procedimentos administrativos de bloqueio das respectivas dotações orçamentárias, da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador da despesa de que trata os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/00, deverão estar inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa para

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no inciso I, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos, quando da alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, vinculados a convênios e/ou operações de crédito.

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público, no exercício de 2016 estão demonstrados nesta Lei.

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e os recursos previstos no Orçamento, ou autorizados por créditos adicionais.

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016, a preços correntes.

Art. 25 A Lei Orçamentária para 2016 autorizará o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou encargo especial, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem.

Parágrafo Único: Os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2016 poderão receber reforços de dotações, por créditos adicionais suplementares.

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou encargos especiais, no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades estabelecidas por esta lei.

Art. 27 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde.

Parágrafo Único: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 A Lei Orçamentária de 2016 conterá autorização para contratação de operações de crédito no atendimento as Despesas de Capital, observado os limites de endividamento dispostos na legislação vigente.

Art. 30 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31 Ultrapassado o limite de endividamento definido na Resolução nº 43 do Senado Federal, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo Municipal obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar as estruturas

de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos públicos ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 33 Ressalvada a hipótese do inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal e encargos sociais em 2016, de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), respectivamente.

Art. 34 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, os Chefes dos Poderes, Executivo e Legislativo, poderão autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal e encargos não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estabelecidos no inciso III, do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 Se a despesa de pessoal ultrapassar no final de cada quadrimestre o percentual decorrente da aplicação do artigo 34 desta Lei, o Executivo Municipal ficará impedido de;

I – Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salva os derivados de sentenças judiciais ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso x, do artigo 37, da Constituição Federal.

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – Provimento de cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de Educação e Saúde.

V – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal e nas hipóteses, ressalvadas no inciso IV deste artigo, de falecimento de servidores nas áreas de educação e saúde e na Assistência Social exclusivamente para os serviços de Acolhimento Institucional com 24 horas diárias.

Art. 36 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal e encargos, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação das despesas com horas extras, excetuada a hipótese prevista no inciso V, do artigo anterior; e

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 37 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São José, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outro elemento de despesa, que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização".

§ 2º Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem

a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados no elemento de despesa "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização", e computados como Despesas de Pessoal, na apuração de seu limite, estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 39 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 41 O Executivo Municipal enviará a Proposta Orçamentária de 2016 até o dia 30 de outubro de 2015 à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar o orçamento do exercício anterior.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidos e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ter seus saldos reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, acordos e ajustes com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, ONGs e demais entidades privadas, para realização de obras, serviços, eventos ou cooperação técnica de competência do Município ou não.

Art. 44 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos só poderão ser reconhecidas de caráter público, se as dotações consignadas para este fim estiverem devidamente bloqueadas no

Sistema Orçamentário.

Art. 45 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas Físicas e demais prioridades, sempre que houver necessidade.

Art. 46 É autorizado ao Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2016, a incluir novas Fontes de Recursos e seus elementos de despesas, para execução dos Orçamentos.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.531 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São José, para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal para o exercício de 2016, referente aos Poderes do Município, seus fundos, fundações, autarquia e unidades da administração municipal; e

II - O Orçamento da Seguridade Social para o exercício de 2016, abrangendo todos os programas, projetos e ações dos fundos, fundações, autarquia e unidades da administração municipal, vinculados à Seguridade Social.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO

Art. 2º Fica estimada a receita e fixada a despesa do Orçamento Consolidado do Município de São José para o exercício financeiro de 2016, em R\$ 932.000.000,00 (novecentos e trinta e dois milhões de reais), nos termos do § 5º do artigo 165, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, com a seguinte composição:

I – O Total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de São José para o exercício de 2016, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os Fundos, as Fundações e a Autarquia São José Previdência de R\$ 932.000.000,00 (novecentos e trinta e dois milhões de reais), está assim distribuído:

1 – de Recursos Próprios do Município	R\$ 375.564.000,00
2 – de Recursos Vinculados	R\$ 556.436.000,00
Total	R\$ 932.000.000,00

II – O Orçamento Fiscal do Município de São José para o exercício de 2016 referente aos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os Fundos, as Fundações e a Autarquia São José Previdência, é de R\$ 728.023.573,42 (setecentos e vinte e oito milhões, vinte e três mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).

III – O Orçamento da Seguridade Social do Município de São José para o exercício de 2016, referente aos programas, projetos e ações dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os Fundos, as Fundações e a Autarquia São José Previdência, Fundos, das Fundações e da Autarquia São José Previdência, vinculados à Seguridade Social é de R\$ 203.976.426,58 (duzentos e três milhões,

novecientos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º Caberá a Chefe do Poder Executivo Municipal o detalhamento, a monetarização e aprovação por ato próprio, do QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa, em razão da classificação e monetarização individual por elemento de despesa e por fonte de recurso, conforme determina a portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 4º A Receita Total do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2016, de R\$ 932.000.000,00 (novecentos e trinta e dois milhões de reais) será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, contribuições, transferências correntes e de capital, de outras receitas correntes, de receitas de capital e operações de crédito, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos diversos anexos, tendo os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA TOTAL

Receitas Correntes	624.730.474,29
Receita Tributária	188.746.636,98
Receita de Contribuições	10.411.678,38
Receita Patrimonial	12.086.359,48
Receita de Serviços	5.288.365,89
Transferências Correntes	408.268.734,70
Outras Receitas Correntes	43.510.046,34
(-) Dedução para o FUNDEB	43.581.347,48
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	20.298.580,54
Receita de Contribuições	20.298.580,54
Receitas de Capital	286.970.945,17
Operações de Crédito	58.878.859,77
Alienação de Bens	17.694.197,90
Transferências de Capital	210.397.887,50
TOTAL	932.000.000,00

Art. 5º A Despesa Total do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2016 de R\$ 932.000.000,00 (novecentos e trinta e dois milhões de reais) será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional - programática e econômica:

DESPESA TOTAL

1 – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA

Legislativa	21.222.108,00
Judiciária	470.000,00

Administração	65.820.137,84
Segurança Pública	21.509.246,12
Assistência Social	42.574.426,58
Previdência Social	52.402.000,00
Saúde	109.000.000,00
Trabalho	1.641.138,28
Educação	198.977.639,62
Cultura	32.000.000,00
Direitos da Cidadania	470.189,01
Urbanismo	255.401.434,08
Habitação	50.163.961,12
Saneamento	24.263.000,00
Gestão Ambiental	5.611.230,00
Ciência e Tecnologia	8.290.390,00
Agricultura	200.770,00
Indústria	175.500,00
Comércio e Serviços	222.500,00
Transporte	12.361.329,35
Desporto e Lazer	11.300.000,00
Encargos Especiais	17.873.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	932.000.000,00

2 - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Despesas Correntes	541.705.746,36
Pessoal e Encargos Sociais	254.127.757,61
Juros e Encargos da Dívida	4.140.000,00
Outras Despesas Correntes	283.437.988,75
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	24.600.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.600.000,00
Despesas de Capital	349.594.253,64

Investimentos	344.279.253,64
Amortização da Dívida	5.315.000,00
Reserva de Contingência	16.100.000,00
TOTAL	932.000.000,00

3 - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ	21.222.108,00
CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA	2.079.908,24
SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS	27.077.489,58
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	6.166.482,60
SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA	112.002,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.390.300,00
CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL	436.802,89
CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	451.100,00
SECRETARIA DE GOVERNO	558.640,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO	630.100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12.258.832,15
SECRETARIA DE FINANÇAS	1.864.016,51
SECRETARIA DE RECEITA	6.468.133,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	176.977.639,62
SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO	35.761.864,33
FUNDO MUNIC.DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	470.189,01
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.733.426,58
SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12.740.638,28
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	5.678.371,90
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	31.375.796,89
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	256.608.766,76
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	11.200.000,00
FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENTÁVEL	5.804.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	31.335.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC	665.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	22.000.000,00
SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	33.500.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ	109.000.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	26.567.000,00
FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	3.200.000,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.801.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	45.426.391,24
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA	470.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE EM. DA DEFESA CIVIL	659.000,00
FUNDO M. ANTIDROGAS - FMAD	1.523.000,00
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI	1.237.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG	500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	932.000.000,00

CAPÍTULO III
DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 6º O Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 760.836.840,17 (setecentos e sessenta milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta reais e dezessete centavos), incluídas as Transferências Financeiras.

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2016, correspondente a importância de R\$ 760.836.840,17 (setecentos e sessenta milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta reais e dezessete centavos), será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	510.512.676,30
Receita Tributária	186.740.232,37
Receita de Contribuições	27.410,35
Receita Patrimonial	5.263.710,99
Receita de Serviços	3.967.719,46
Transferências Correntes	317.723.820,64
Outras Receitas Correntes	40.371.129,97

(-) Dedução para o FUNDEB	43.581.347,48
Receitas de Capital	250.324.163,87
Operações de Crédito	47.778.859,77
Alienação de Bens	17.694.197,90
Transferências de Capital	184.851.106,20
TOTAL	760.836.840,17

§ 2º A Despesa da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, assim especificada:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	354.671.576,50
Pessoal e Encargos Sociais	165.812.100,00
Juros e Encargos da Dívida	4.140.000,00
Outras Despesas Correntes	184.719.476,50
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	16.100.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	16.100.000,00
Despesas de Capital	269.495.315,50
Investimentos	264.180.315,50
Amortização da Dívida	5.315.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00
Transferências Financeiras	120.519.948,17
TOTAL	760.836.840,17

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 7º O Orçamento da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 21.222.108,00 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e oito reais).

§ 1º A Receita da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Transferências Financeiras	21.222.108,00
TOTAL	21.222.108,00

§ 2º A Despesa da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da

seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	17.122.108,00
Pessoal e Encargos Sociais	11.000.108,00
Outras Despesas Correntes	6.122.000,00
Despesas de Capital	4.100.000,00
Investimentos	4.100.000,00
TOTAL	21.222.108,00

CAPÍTULO V

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Art. 8º O Orçamento da Fundação de Esportes e Lazer, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	4.949.533,18
Receita Patrimonial	110.138,96
Transferências Correntes	4.837.894,22
Outras Receitas Correntes	1.500,00
Receitas de Capital	159.464,77
Transferências de Capital	159.464,77
Transferências Financeiras	6.091.002,05
TOTAL	11.200.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	6.406.035,23
Pessoal e Encargos Sociais	1.630.000,00
Outras Despesas Correntes	4.776.035,23
Despesas de Capital	4.793.964,77
Investimentos	4.793.964,77
TOTAL	11.200.000,00

CAPÍTULO VI DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DE ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Art. 9º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 5.804.000,00 (cinco milhões, oitocentos e quatro mil reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	1.216.120,66
Receita Tributária	817.185,11
Receita Patrimonial	11.162,18
Outras Receitas Correntes	387.773,37
Receitas de Capital	2.185.316,53
Transferências de Capital	2.185.316,53
Transferências Financeiras	2.402.562,81
TOTAL	5.804.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	4.157.613,47
Pessoal e Encargos Sociais	1.670.000,00
Outras Despesas Correntes	2.487.613,47
Despesas de Capital	1.646.386,53
Investimentos	1.646.386,53
TOTAL	5.804.000,00

CAPÍTULO VII DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO

Art. 10 O Orçamento da Fundação de Cultura e Turismo, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais).

§ 1º A Receita da Fundação de Cultura e Turismo, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	17.044.697,43
--------------------	---------------

Receita Patrimonial	1.095,41
Receita de Serviços	683.724,30
Transferências Correntes	15.742.689,33
Outras Receitas Correntes	617.188,39
Receitas de Capital	7.000.000,00
Transferências de Capital	7.000.000,00
Transferências Financeiras	7.955.302,57
TOTAL	32.000.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação de Cultura e Turismo, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	19.938.335,75
Pessoal e Encargos Sociais	2.680.000,00
Outras Despesas Correntes	17.258.335,75
Despesas de Capital	12.061.664,25
Investimentos	12.061.664,25
TOTAL	32.000.000,00

CAPÍTULO VIII DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

Art. 11 O Orçamento da Fundação Educacional de São José, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal Educacional, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	14.127.556,04
Receita Patrimonial	129.385,95
Receita de Serviços	636.922,13
Transferências Correntes	13.361.247,96
Transferências Financeiras	7.872.443,96
TOTAL	22.000.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal Educacional, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica,

distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	7.208.249,61
Pessoal e Encargos Sociais	6.006.749,61
Outras Despesas Correntes	1.201.500,00
Despesas de Capital	14.791.750,39
Investimentos	14.791.750,39
TOTAL	22.000.000,00

CAPÍTULO IX

DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA

Art. 12 O Orçamento da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	13.201.419,46
Receita de Contribuições	7.569.248,56
Receita Patrimonial	5.445.952,05
Outras Receitas Correntes	186.218,85
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	20.298.580,54
Receita de Contribuições	20.298.580,54
TOTAL	33.500.000,00

§ 2º A Despesa da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	17.350.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.186.000,00
Outras Despesas Correntes	16.164.000,00
Despesas de Capital	100.000,00
Investimentos	100.000,00
Reserva de Contingência	16.050.000,00
TOTAL	33.500.000,00

CAPÍTULO X

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 13 O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 109.000.000,00 (cento e nove milhões de reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	45.179.225,75
Receita Tributária	1.189.219,50
Receita Patrimonial	457.003,10
Transferências Correntes	42.259.151,90
Outras Receitas Correntes	1.273.851,25
Transferências Financeiras	63.820.774,25
TOTAL	109.000.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	92.476.215,22
Pessoal e Encargos Sociais	63.539.800,00
Outras Despesas Correntes	28.936.415,22
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	8.000.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.000.000,00
Despesas de Capital	8.523.784,78
Investimentos	8.523.784,78
TOTAL	109.000.000,00

CAPÍTULO XI

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 14 O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 26.567.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Habitação, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas de Capital	26.550.000,00
Operações de Crédito	11.100.000,00

Transferências de Capital	15.450.000,00
Transferências Financeiras	17.000,00
TOTAL	26.567.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Habitação, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	217.000,00
Outras Despesas Correntes	217.000,00
Despesas de Capital	26.350.000,00
Investimentos	26.350.000,00
TOTAL	26.567.000,00

CAPÍTULO XII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 15 O Orçamento do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	2.846.500,00
Receita de Contribuições	2.815.019,47
Receita Patrimonial	29.980,53
Outras Receitas Correntes	1.500,00
Transferências Financeiras	353.500,00
TOTAL	3.200.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	1.860.000,00
Outras Despesas Correntes	1.860.000,00
Despesas de Capital	1.340.000,00

Investimentos	1.340.000,00
TOTAL	3.200.000,00

CAPÍTULO XIII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 16 O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 22.801.000,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e um mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	13.682.545,47
Receita Patrimonial	630.262,47
Transferências Correntes	12.843.730,65
Outras Receitas Correntes	208.552,35
Transferências Financeiras	9.118.454,53
TOTAL	22.801.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	17.950.412,58
Pessoal e Encargos Sociais	1.103.000,00
Outras Despesas Correntes	16.847.412,58
Despesas de Capital	4.850.587,42
Investimentos	4.850.587,42
TOTAL	22.801.000,00

CAPÍTULO XIV

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 17 O Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	470.000,00
Receita Patrimonial	7.667,84
Outras Receitas Correntes	462.332,16
TOTAL	470.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo de Reparelhamento da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	150.000,00
Outras Despesas Correntes	150.000,00
Despesas de Capital	320.000,00
Investimentos	320.000,00
TOTAL	470.000,00

CAPÍTULO XV**DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

Art. 18 O Orçamento da Comissão Municipal de Defesa Civil de São José - COMDEC, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 659.000,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil reais).

§ 1º A Receita da COMDEC, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas de Capital	569.000,00
Transferências de Capital	569.000,00
Transferências Financeiras	90.000,00
TOTAL	659.000,00

§ 2º A Despesa da COMDEC, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	279.000,00
Outras Despesas Correntes	279.000,00
Despesas de Capital	380.000,00
Investimentos	380.000,00
TOTAL	659.000,00

CAPÍTULO XVI**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS**

Art. 19 O Orçamento do Fundo Municipal Antidrogas, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.523.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte e três mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal Antidrogas, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	600.100,00
Transferências Correntes	600.100,00
Transferências Financeiras	922.900,00
TOTAL	1.523.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal Antidrogas, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	1.202.600,00
Outras Despesas Correntes	1.202.600,00
Despesas de Capital	320.400,00
Investimentos	320.400,00
TOTAL	1.523.000,00

CAPÍTULO XVII**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**

Art. 20 O Orçamento do Fundo Municipal do Idoso, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.237.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta e sete mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal do Idoso, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	600.100,00
Transferências Correntes	600.100,00
Transferências Financeiras	636.900,00
TOTAL	1.237.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal do Idoso, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	916.600,00
Outras Despesas Correntes	916.600,00
Despesas de Capital	320.400,00
Investimentos	320.400,00
TOTAL	1.237.000,00

CAPÍTULO XVIII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Art. 21 O Orçamento do Fundo Municipal de Segurança, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Segurança, para o exercício de 2016, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	300.000,00
Transferências Correntes	300.000,00
Receitas de Capital	183.000,00
Transferências de Capital	183.000,00
Transferências Financeiras	17.000,00
TOTAL	500.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Segurança, para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	300.000,00
Outras Despesas Correntes	300.000,00
Despesas de Capital	200.000,00
Investimentos	200.000,00
TOTAL	500.000,00

CAPÍTULO XIX

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 22 Os recursos da Reserva de Contingência do Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2016, fixados na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), são destinados, por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, abaixo especificados:

- Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor R\$ 10.000,00
- Intempéries R\$ 30.000,00
- Passivos Contingentes R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 23 Os recursos da Reserva de Contingência do Orçamento da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2016, que perfazem a importância total de R\$ 16.050.000,00 (dezesseis milhões e cinquenta mil reais), são destinados, por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, a atender os passivos contingentes e os riscos fiscais, abaixo especificados:

- Reclamações de Proventos R\$ 5.000.000,00
- Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor R\$ 2.000.000,00
- Superávit Orçamentário R\$ 9.050.000,00
- TOTAL R\$ 16.050.000,00**

§ 1º Para efeito dos artigos 22 e 23, desta Lei entendem-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura administrativa municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as despesas decorrentes de criação expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do Poder Público Municipal, os processos de reclamações trabalhistas, os processos de ações indenizatórias, a frustração na cobrança da dívida ativa, a apuração de superávit primário, as reclamações de proventos e no atendimento ao superávit orçamentário do Instituto de Previdência.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 05 de dezembro de 2016, poderão ser usados, por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

CAPÍTULO XX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 24 Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a realizar operações de créditos, inclusive por antecipação de receitas, para atender a deficiência de caixa, nos prazos e limites estabelecidos nas legislações vigentes, mediante lei autorizativa específica.

Art. 25 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos, Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, objetivando a execução de obras, serviços e com aquisição de equipamentos de interesse da comunidade.

Art. 26 As dotações consignadas no Orçamento de 2016 com recursos vinculados a convênios, a contratos e a operações de créditos, ou a qualquer outro título, somente serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso financeiro no fluxo de caixa.

Art. 27 Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar correções de redação e valores resultantes de erros, omissões ou equívocos, sem que interfira ou dê conotação diferente à estrutura do projeto ou da atividade, ou altere o valor total, verificados quando da votação e execução do orçamento para o exercício de 2016.

Art. 28 Os saldos orçamentários, provenientes dos Créditos Adicionais Especiais ou Extraordinários, abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2015, não consignados no orçamento de 2016, poderão ser reabertos, mediante ato da Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 29 O Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício de 2015, utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 30 É autorizada ao Poder Executivo Municipal abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício de 2015 em dotações consignadas às funções "Educação" e "Saúde", utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 31 Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, até o limite de 10% (dez por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício de 2015, para acorrer dotações insuficientes à cobertura de despesas de pessoal, encargos sociais e demais despesas referentes a folha de pagamento, utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 32 É autorizado ao Poder Executivo Municipal abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, em atendimento às necessidades dos Orçamentos dos Fundos, das Fundações, da Câmara de Vereadores e da Autarquia São José Previdência, em até 5% (cinco por cento) do total orçado para cada Órgão/Unidade Gestora, utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 33 O Executivo Municipal fica autorizado a suplementar os Créditos Adicionais Especiais, abertos no decorrer do exercício, dentro dos limites estabelecidos nesta lei.

Art. 34 Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a designar um Órgão Central para movimentar dotações orçamentárias, necessárias à execução do Orçamento do exercício de 2016.

Art. 35 São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Suplementares e/ou Especiais as anulações totais ou parciais de recursos não mais utilizáveis ou ainda não comprometidos; o superávit financeiro do exercício anterior; o excesso e/ou o seu provável excesso de arrecadação; o produto resultante de operações de créditos e os recursos resultantes da realização de novos convênios, novos contratos ou repasses.

Art. 36 As ações, as obras, os serviços, as aquisições de máquinas e equipamentos, demais investimentos, os programas de manutenção dos próprios municipais, as atividades para conservação da máquina pública, inclusive as ações de origem parlamentar, inseridas no Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2016, ainda não contempladas, passam a integrar o Plano Plurianual, do período compreendido entre os exercícios de 2016 a 2017.

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016 criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos públicos ou em caráter temporário na forma da lei.

Art. 38 O Executivo Municipal está autorizado, caso necessário, a abrir créditos adicionais até a importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), utilizando como fontes de recursos as descritas

no artigo 35 desta lei, objetivando apropriar despesas referentes ao valor total dos precatórios devidos pela municipalidade, com pagamento no exercício de 2016.

Art. 39 A presente lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016.

Paço Municipal, em São José (SC), 11 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA - SA - N.º 01/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 01/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DANIELA FIDELIS, matrícula n.º 26679-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde no cargo de Agente de Combate as Endemias, Licença para Tratamento de Saúde por 19 (dezenove) dias, de 30.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 02/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 02/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSEMARY SOUZA DA SILVA, matrícula n.º 15599-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde no cargo de Enfermeiro (a), Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 06.12.2015 à 04.01.2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 03/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 03/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LILIAN BORTOLON, matrícula n.º 41650-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde no cargo de Médico (a), Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 07.12.2015 à 05.01.2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 04/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 04/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NIVEA APARECIDA CORREA, matrícula n.º 10866-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, licença para Tratamento de Saúde por 19 (dezenove) dias, de 30.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 05/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 05/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA LOURDE GELSLEUS-TER WILL, matrícula n.º 15207-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 07.12.2015 à 22.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 06/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 06/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NEIDE JUSSARA SIMÃO, matrícula n.º 2783-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 45 (quarenta e cinco) dias, de 04.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 07/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 07/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FERNANDA DOS SANTOS FUCHS, matrícula n.º 21644-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 16 (dezesesseis) dias, de 02.12.2015 à 16.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 08/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 08/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIA VIEIRA, matrícula n.º 13639-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 16 (dezesesseis) dias, de 02.12.2015 à 16.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 09/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 09/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CERES HELENA CAMPOS DOS SANTOS, matrícula n.º 21721-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 09 (nove) dias, de 12.12.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 10/2016

PORTARIA- SA – Nº 10/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) JULIANA LOPES DE SOUZA, matrícula nº 23184-3, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 05 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 11/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 11/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANESSA COELHO DELA VE DOVA, matrícula n.º 41307-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 03.11.2015 à 02.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 05 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 01 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 01 de 08 de janeiro de 2016.

ANDREY VICENTE DA LUZ, Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições, considerando o teor do Art. 2º da Portaria n.º 03, de 06 de agosto de 2015 e a análise de sua efetiva aplicabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 2º da Portaria n.º 03, de 06 de agosto de 2015 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Será realizado o rodízio dos Fiscais nas áreas de atuação a cada semestre, contado da publicação desta Portaria, sendo a determinação da área decidida por meio de sorteio, que ocorrerá em reunião conjunta com os Fiscais, do qual será lavrada ata que será assinada pelos presentes.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 08 de janeiro de 2016;

Andrey Vicente da Luz

Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 045/2015/SF

PORTARIA Nº 045/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 1.765.539,15 (hum milhão, setecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e quinze centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

224 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Educação R\$ 58.837,54
Total desta Atividade R\$ 58.837,54

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

248 – 3.1.90.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais, Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 539.121,98
249 – 3.1.90.13.00.00.0099 – Obrigações Patronais, Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 12.647,50
Total desta Atividade R\$ 551.769,48

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

394 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Educação R\$ 385.008,57
Total desta Atividade R\$ 385.008,57
Total do Órgão R\$ 995.615,59

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários

2156 – 3.1.90.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais, Recursos Próprios R\$ 769.923,56
Total desta Atividade R\$ 769.923,56
Total do Órgão R\$ 769.923,56
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.765.539,15

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.765.539,15 (hum milhão, setecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e quinze centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

395 – 3.1.90.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais, Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 376.979,83
400 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais, Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 169.011,45
402 – 3.3.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários, Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 5.778,20
Total desta Atividade R\$ 551.769,48
Total do Órgão R\$ 551.769,48

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

08.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas,

859 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 130.013,89
861 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 399.407,23
Total desta Atividade R\$ 529.421,12

08.01.15.451.0106.2.035 – Manutenção da Frota Municipal

864 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 604.643,69
865 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 79.704,86
Total desta Atividade R\$ 684.348,55
Total do Órgão R\$ 1.213.769,67
Total da Anulação R\$ 1.765.539,15

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

TERMO ADITIVO Nº 090/2015-01 – PR 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 090/2015-01 – PR 036/2015 – Processo 110/2015 – Contratado: TRANSPORTES ÁVILA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL B S500 E ÓLEO DIESEL B S10, INCLUINDO FORNECIMENTO DE RESERVATÓRIOS (TANQUES) EM SISTEMA DE COMODATO, PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Reequilíbrio Econômico-Financeiro: ficam acrescido os seguintes percentuais de reajustes, com efeitos incidindo sobre os fornecimentos ocorridos a partir de 1º de outubro de 2015:

a) Item: Óleo Diesel B S500 – reajuste de 4,54%, passando a vigorar o valor de R\$ 2,76 (dois reais, setenta e seis centavos);
b) Item: Óleo Diesel B S10 – reajuste de 4,76%, passando a vigorar o valor de R\$ 2,86 (dois reais, oitenta e seis centavos). Data da assinatura: 04 de janeiro de 2016.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2016

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 004/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 001/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LIVROS DE LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, E DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO 2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A., CNPJ: 79.065.181/0001-94.

VALOR TOTAL: R\$ 377.507,56 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e sete reais, e cinquenta e seis centavos)

RECURSO ORÇAMENTARIO: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, com as seguintes rubricas orçamentárias:

D – 81/2016 - 08.01.12.36.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção das atividades do Ensino Infantil.

D – 56/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, incisos I, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2016

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 005/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 002/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LIVROS DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO 2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA, CNPJ: 79.719.613/0001-33;

VALOR TOTAL: R\$ 120.471,12 (cento e vinte mil quatrocentos e setenta e um reais e doze centavos).

RECURSO ORÇAMENTARIO: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, com as seguintes rubricas orçamentárias:

D – 56/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016 - TP Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/01/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 001/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE COBERTURA METÁLICA EM UM DOS ACESSOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO, COM ÁREA TOTAL DE 123,96M², DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016- TP Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/01/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 002/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE COBERTURA METÁLICA DO ACESSO DE PEDESTRE E MELHORIAS NA ÁREA EXTERNA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 989,79M², DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.873/0001-08, com sede administrativa na rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89.990-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor GERALDINO CARDOSO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS ESCRITAS E DE TÍTULOS, para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, pelas Leis Complementares Municipais nºs: 056/2005, 081/2007, 090/2007 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislações vigentes, bem como será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Dr. Maruri, nº 1.204, sala A, Centro, no Município de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. DOS CARGOS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com carga horária semanal, vencimento inicial e nível de escolaridade descritos nos mesmos.

1.2. As atribuições/condições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital.

2. DAS VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência 5% (cinco por cento) das vagas do cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações.

2.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos ao disposto nos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2016, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. imprimir o boleto bancário;

3.2.3. efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 15 de fevereiro de 2016, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato portador de deficiência deverá descrever as condições especiais de que necessita para realizar a prova quando do preenchimento de sua inscrição, via internet.

3.2.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital e até 15 de fevereiro de 2016, apresentar à Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso, através de requerimento protocolizado no Setor de Protocolo do Município de São Lourenço do Oeste/SC:

3.3.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID e a provável causa da mesma;

3.3.2. anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.4. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova objetiva deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo site www.assconpp.com.br e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

3.5.1. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, sem a presença do acompanhante.

3.5.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

3.5.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

3.6. O candidato doador de sangue que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997, do Estado de Santa Catarina, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste concurso público.

3.6.1. Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

3.6.2. O candidato deverá preencher o Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue, Anexo VII deste Edital, e entregá-lo pessoalmente ou por Procurador, impreterivelmente, até 3 de fevereiro de 2016, nas seguintes formas:

3.6.2.1. protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município; ou

3.6.2.2. enviá-lo pelo correio, com Aviso de Recebimento - AR (cuja data de postagem seja anterior ou igual à 3 de fevereiro de 2016), para a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, com sede administrativa na rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89.990-000.

3.6.2.3. O Requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente de:

3.6.2.3.1. cópia do requerimento de inscrição;

3.6.2.3.2. comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 3 (três) doações no período de um ano;

3.6.2.3.3. se for o caso, documento específico que comprove que o candidato integre associação de doadores de sangue, legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

3.6.3. O requerimento deverá ser entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
CPF DO CANDIDATO

3.7. O candidato hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, ou for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e preencher os requisitos do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste Edital de Concurso Público.

3.7.1. Somente fará jus à isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que declarar e comprovar hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto Federal nº 6.593/2008.

3.7.1.1. A isenção de que trata o item 3.7 deste Edital deverá ser solicitada através do preenchimento do Modelo de Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, objeto do Anexo VI deste Edital.

3.7.2. O Requerimento deverá ser entregue pessoalmente ou por Procurador, impreterivelmente, até 3 de fevereiro de 2016, nas seguintes formas:

3.7.2.1. protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município; ou

3.7.2.2. enviado pelo correio, com Aviso de Recebimento - AR (cuja data de postagem seja anterior ou igual à 3 de fevereiro de 2016), para a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, com sede administrativa na rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89.990-000.

3.7.2.3. O requerimento deverá ser entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
CPF DO CANDIDATO

3.7.3. O Requerimento de que trata o subitem 3.7.2 deste Edital deverá estar acompanhado obrigatoriamente:

3.7.3.1. pelo Número de Identificação Social - NIS do candidato, atribuído pelo CadÚnico; ou;

3.7.3.2. por Declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e de Comprovação de Renda Familiar devidamente preenchida, incluindo a renda do candidato;

3.7.3.3. pelo Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, devidamente preenchido, nos moldes do Anexo VI deste Edital (o Modelo de Requerimento contém espaço destinado para fornecimento das informações solicitadas pelos subitens 3.7.3.1 e 3.7.3.2 deste item);

3.7.3.4. por documento(s) que comprove(m) a renda familiar de todos os membros da família indicados na Declaração de Comprovação de Renda Familiar, incluindo a renda do candidato. Esta comprovação deverá ser realizada por meio do envio/entrega dos seguintes documentos, nos casos de:

a) empregados de empresas privadas: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente em branco;

b) servidores públicos: cópia do último contracheque;

c) autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia autenticada em cartório de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA) e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

d) desempregados: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

e) servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, além dos documentos

constantes na alínea "b" deste item;

f) pensionistas: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela instituição pagadora, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

g) estagiários: cópia do Contrato de Estágio; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

3.7.3.5. cópia do Documento de Identidade do candidato;

3.7.3.6. cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;

3.7.3.7. cópia das últimas 3 (três) contas de energia elétrica com o mesmo endereço do candidato, conforme indicado no ato de inscrição no site www.assconpp.com.br, as quais não deverão ultrapassar o consumo mensal de 100 Kwh.

3.7.4. A Declaração de Comprovação de Renda Familiar deve ser preenchida com os dados de todos os membros da família, os quais também deverão ter suas respectivas rendas comprovadas pelos documentos listados no subitem 3.7.3.4 deste Edital.

3.7.5. O Município de São Lourenço do Oeste/SC e a empresa ASSCON-PP verificarão a veracidade das informações prestadas pelo candidato no órgão gestor do CadÚnico e terão decisão terminativa sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de isenção.

3.8. As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.

3.8.1. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

3.9. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao candidato a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte do Município de São Lourenço do Oeste/SC e da empresa ASSCON-PP, conforme o caso.

3.10. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

3.10.1. omitir informações;

3.10.2. fraudar e/ou falsificar documentação;

3.10.3. pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou

3.10.4. entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto neste Edital.

3.11. Não serão aceitos, após a entrega do requerimento, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

3.12. A Comissão Especial de Acompanhamento avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no mural do Centro Administrativo Municipal e nos sites www.assconpp.com.br e www.saolourenco.sc.gov.br, no dia 5 de fevereiro de 2016.

3.13. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar deste Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 15 de fevereiro de 2016, conforme subitem 3.2.3.

3.14. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação.

3.14.1. O Município de São Lourenço do Oeste/SC, não efetuará a devolução do valor de inscrição em nenhuma hipótese.

3.14.2. As despesas relativas à participação neste Concurso Público são de inteira responsabilidade do candidato.

3.15. O Município de São Lourenço do Oeste/SC, não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no subitem 3.2.2 deste Edital.

3.16. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.17. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.18. A inscrição somente poderá ser efetuada para um único cargo deste Concurso Público.

3.19. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 22 de fevereiro de 2016, a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

3.19.1. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.20. Até o dia 26 de fevereiro de 2016, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Sr. Prefeito Municipal e publicada na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. O valor para inscrição neste Concurso Público será de:

4.1.1. R\$ 40,00 (quarenta reais) para os candidatos ao cargo que exige ensino fundamental completo;

4.1.2. R\$ 70,00 (setenta reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino médio completo;

4.1.3. R\$ 90,00 (noventa reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino superior ou licenciatura plena.

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas - Anexos II, III e IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. A 1ª fase compreende a prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, com apenas 1 (uma) alternativa correta, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. Serão considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem na Prova Escrita Objetiva nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

5.3. A 2ª fase compreende a Prova de títulos, de caráter classificatório, a ser aplicada aos candidatos dos cargos de Articulador de Atividades Culturais III, Professor de Artes, Professor de Ciências, Professor de Língua Estrangeira - Espanhol e Professor de Língua Estrangeira - Inglês.

5.3.2.1. A nota final dos cargos será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova de títulos.

5.3.2.2. A prova de títulos terá pontuação máxima de 1,00 (um) ponto.

5.3.2.3. O candidato que não obtiver, no mínimo, nota 5,00 (cinco) na prova escrita objetiva não terá sua prova de títulos avaliada.

5.4. As provas escritas terão pontuação a seguinte pontuação:

5.4.1. Para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Combate a Endemias, Assistente Técnico Pedagógico, Enfermeiro, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Especialista - Cardiologista, Médico Especialista - Ortopedista, Médico Especialista Saúde Mental ou Psiquiatria, Nutricionista, Odontólogo Especialista - Odontopediatra, Odontólogo Especialista - Periodontia, Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal de 0,00 a 10,00, utilizando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula;

5.4.2. Para os cargos de Articulador de Atividades Culturais III, Professor de Artes, Professor de Ciências, Professor de Língua Estrangeira - Espanhol e Professor de Língua Estrangeira - Inglês de 0,00 a 9,00, utilizando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. As provas serão realizadas no dia 28 de fevereiro de 2016 na forma abaixo:

6.1.1. Prova escrita: com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF) para todos os cargos;

6.1.2. Prova de títulos: com início às 9h30min e término previsto às 12h, (horário oficial de Brasília, DF), para os cargos de Articulador de Atividades Culturais III, Professor de Artes, Professor de Ciências, Professor de Língua Estrangeira - Espanhol e Professor de Língua Estrangeira - Inglês, devendo o candidato comparecer no local, acompanhado dos originais e cópias dos títulos que possui.

6.1.3. A empresa ASSCON-PP publicará o(s) local(is) de realização das provas escritas e de títulos no dia 22 de fevereiro de 2016, no mural interno da Prefeitura de São Lourenço do Oeste/SC e nos sites www.assconpp.com.br e www.saolourenco.sc.gov.br.

6.1.4. Não haverá encaminhamento de comunicação aos candidatos de forma individual.

6.2. A realização da prova escrita e a metodologia das provas de títulos estão descritos nos Anexos II, III e IV deste Edital.

6.3. O gabarito e o caderno de questões da prova escrita objetiva serão disponibilizados, no dia 28 de fevereiro de 2016, a partir das 19hs, nos sites www.assconpp.com.br e www.saolourenco.sc.gov.br.

6.4. No dia 7 de março de 2016 será publicado o gabarito definitivo, observado o disposto no item 11.1 deste Edital, e a lista dos classificados.

6.5. O conteúdo programático da prova escrita objetiva está descrito no Anexo II deste Edital.

6.6. A forma de classificação dos títulos será procedida nos termos do Anexo IV deste Edital.

6.6.1. Os títulos poderão ser apresentados por procuração, com firma reconhecida em Cartório.

6.7. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.7.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

6.7.2. que obtiver melhor nota na prova escrita;

6.7.3. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

6.7.4. que obtiver melhor nota nas questões de Língua Portuguesa;

6.7.5. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.7.6. que possuir maior número de dependentes.

6.8. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.9. O não comparecimento do candidato na prova escrita objetiva, na forma disposta no subitem 6.1.1, implicará sua desclassificação do Concurso.

6.10. As notas finais das provas escritas objetivas e de títulos, com a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia 3 de março de 2016.

6.11. A lista dos aprovados, homologada pelo Sr. Prefeito Municipal, será publicada no 11 de março de 2016, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os aprovados, habilitados e classificados neste Concurso Público serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço do Oeste e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. do presente Edital;
- 8.1.2. do indeferimento do requerimento de inscrição;
- 8.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. da classificação obtida na prova de título;
- 8.1.5. da classificação final.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, cuja decisão será publicada na forma do item 11.1 deste Edital, a partir do dia 15 de janeiro de 2016.

8.3. Os demais recursos deverão ser efetuados pelo site www.assconpp.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa.

9. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir, mediante fornecimento de cópias legíveis dos seguintes documentos, acompanhados dos originais quando necessário, observando o disposto no subitem 10.4 deste Edital:

- 9.1.1. comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);
- 9.1.2. comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo de direitos políticos;
- 9.1.3. comprovante da habilitação mínima exigida Anexo I deste Edital;
- 9.1.4. declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.112/1990 e na legislação correspondente ao Estado de Santa Catarina e ao Município de São Lourenço do Oeste;
- 9.1.5. declaração de bens;
- 9.1.6. declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;
- 9.1.7. laudo médico de saúde física e mental, a ser realizado por órgão credenciado, sob responsabilidade do candidato;
- 9.1.8. comprovante de residência atualizado;
- 9.1.9. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação;
- 9.1.10. ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 9.1.11. outros documentos que se fizerem necessários.

9.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 9 deste Edital serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

9.3. Os documentos previstos no item 9 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data publicação do ato de nomeação, sob pena de exclusão do concurso público.

9.4. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a posse do candidato.

9.5. Não será concedida posse ao candidato classificado que tenha sido demitido em razão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos últimos 5 (cinco) anos.

10. DA VALIDADE DO CONCURSO

10.1. O prazo de validade deste concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação do decreto de homologação do resultado, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério do Município de São Lourenço do Oeste/SC, devendo a prorrogação ser publicada em jornal de circulação local antes de expirado o prazo de vigência original.

10.2. A aprovação neste Concurso não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade do Município de São Lourenço do Oeste/SC, respeitada a classificação obtida.

10.3. Não poderão participar do Concurso Público os profissionais responsáveis ligados à empresa responsável pelo concurso, equipe responsável pela elaboração da prova escrita, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar na Gerência de Recursos Humanos e Capacitação do Município de São Lourenço do Oeste/SC, no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 9 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Concurso, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte, seguindo a ordem de classificação.

10.5. A convocação dos candidatos será feita pela Gerência de Recursos Humanos e Capacitação do Município de São Lourenço do Oeste, através de contato telefônico, via postal, imprensa ou e-mail, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados.

10.5.1. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Concurso, serão publicados no mural interno da Prefeitura de São Lourenço do Oeste/SC, nos sites www.assconpp.com.br, www.saolourenco.sc.gov.br.

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC e terá extrato publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de circulação regional.

11.1.2. Os gabaritos e os cadernos de questões das provas escritas objetivas serão publicados apenas nos sites www.assconpp.com.br e www.saolourenco.sc.gov.br.

11.2. À critério do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e mediante ato justificado, de interesse público, poderá ser chamado número maior de classificados do que as vagas contidas neste Edital.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado, na forma do item 11.1 deste Edital.

11.4. É de responsabilidade dos candidatos acompanhar as publicações relativas a este Concurso Público pelos sites www.assconpp.com.br e www.saolourenco.sc.gov.br.

11.5. Os casos não previstos, relativos à realização deste Concurso, serão resolvidos pela Comissão Especial de Acompanhamento, a ser designada pela Administração Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, através de Portaria a ser publicada nesta mesma data, juntamente com a Empresa ASSCON-PP.

11.6. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

11.7. O candidato ao tomar posse passará a receber seus vencimentos de acordo com a titulação que possui.

11.8. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- 11.8.1. Anexo I - Quadro de vagas a serem preenchidas e atribuições/condições de trabalho dos cargos;
- 11.8.2. Anexo II - Conteúdo programático da prova escrita;
- 11.8.3. Anexo III - Normas para realização das provas;
- 11.8.4. Anexo IV - Forma de classificação dos títulos;
- 11.8.5. Anexo V - Declaração para candidatos portadores de deficiência;
- 11.8.6. Anexo VI - Modelo de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para hipossuficientes;
- 11.8.7. Anexo VII - Modelo de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para doadores de sangue;
- 11.8.8. Anexo VIII - Cronograma.

São Lourenço do Oeste, SC, 12 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC

ANEXO I**Título I****QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS**

Cargo/Emprego	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial - R\$ ¹	Nível de Escolaridade ²
Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias	CR (apenas para as microáreas: distrito de Presidente Juscelino e bairro Santa Catarina)	40h	R\$ 1.079,00	Ensino Fundamental e comprovar a residência na área geográfica de atuação.
Articulador de Atividades Culturais III	1	20h	R\$ 1.314,07	Ensino Superior com cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação.
Assistente Técnico Pedagógico	CR	40h	R\$ 2.305,89	Licenciatura Plena na área educacional.
Enfermeiro	CR	40h	R\$ 2.672,71 + 20% adicional de insalubridade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Fonoaudiólogo	1	20h	R\$ 1.246,65	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Médico	5	40h	R\$ 8.672,85 + 20% de adicional de insalubridade + até 20% de adicional de produtividade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Médico Especialista - Cardiologista	1	20h	R\$ 5.001,27 + 20% de adicional de insalubridade + até 20% de adicional de produtividade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e especialização na área específica de atuação, bem como Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".

Cargo/Emprego	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial - R\$ ¹	Nível de Escolaridade ²
Médico Especialista - Ortopedista	1	20h	R\$ 5.001,27 + 20% adicional de insalubridade + até 20% de adicional de produtividade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e especialização na área específica de atuação, bem como Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Médico Especialista - Saúde Mental ou Psiquiatria	1	20h	R\$ 5.001,27 + 20% de adicional de insalubridade + até 20% de adicional de produtividade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e especialização na área específica de atuação, bem como Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Nutricionista	1	40h	R\$ 2.493,31	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Odontólogo Especialista - Odontopediatra	1	20h	R\$ 2.430,05 + adicional de periculosidade ou insalubridade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e especialização na área específica de atuação, bem como Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Odontólogo Especialista - Periodontia	1	20h	R\$ 2.430,05 + adicional de periculosidade ou insalubridade	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e especialização na área específica de atuação, bem como Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Professor de Artes	3	20h	R\$ 1.152,94	Licenciatura Plena em Artes.
Professor de Ciências	2	20h	R\$ 1.152,94	Licenciatura Plena em Ciências.
Professor de Língua Estrangeira - Espanhol	1	20h	R\$ 1.152,94	Licenciatura Plena em Espanhol.
Professor de Língua Estrangeira - Inglês	2	20h	R\$ 1.152,94	Licenciatura Plena em Inglês.
Técnico em Enfermagem	6	40h	R\$ 1.133,47 + 20% de adicional de insalubridade	Ensino médio completo e curso técnico profissionalizante, específico na área de atuação, registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".
Técnico em Saúde Bucal	CR	40h	R\$ 1.133,47 + 20% de adicional de insalubridade	Ensino médio completo e curso técnico profissionalizante, específico na área de atuação, registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".

1 Além do Vencimento Inicial dos cargos será acrescida a seguinte vantagem financeira: Vale Alimentação, no valor de R\$ 298,65 (duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com a Lei nº 1.978/2011.

² Todos os certificados apresentados deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC e/ou validados por instituição de ensino sediada no Brasil, reconhecida pelo MEC.

CR = Cadastro Reserva

Título II ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS

1. Exercer as seguintes atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e sob a supervisão do gestor municipal;
2. Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
3. Promover ações de educação para a saúde individual e coletiva;
4. Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
5. Estimular à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
6. Realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de riscos à família;
7. Participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam qualidade de vida;
8. Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
9. Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a microárea e manter os cadastros atualizados;
10. Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
11. Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
12. Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e
13. Cumprir com as determinações definidas para os Agentes Comunitários de Saúde em relação à prevenção e ao controle de epidemias e endemias;
14. Comprovar, anualmente, por meios considerados hábeis pela Administração Municipal, sua residência na área de atuação, cabendo à Secretaria de Saúde a fiscalização permanente.

ARTICULADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS III

Organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de sua área, breves ou permanentes, de dança, teatro e música compreendendo: instrumentos eletrônicos, canto, corda, sopro e percussão, reger banda e coral, de acordo com planejamento estabelecido pela Presidência da Autarquia.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

1. Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica, administrativa e pedagógica;
2. Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização do conhecimento;
3. Promover a articulação entre a escola, família e comunidade;
4. Participar com a comunidade na (re)construção e efetivação do projeto político pedagógico;
5. Garantir o acesso e permanência do aluno na escola;
6. Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
7. Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redimensionador permanente do currículo;
8. Contribuir para que aconteça a articulação teoria-prática;
9. Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao (re)planejamento;
10. Atuar no reforço escolar;
11. Possibilitar a participação dos pais e alunos no Conselho de Classe;
12. Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão do aluno economicamente carente;
13. Promover a articulação trabalho-escola;
14. Discutir alternativas com o Conselho Municipal de Educação para o redimensionamento da educação municipal;
15. Criar alternativas com o conselho de merenda escolar para a melhoria no atendimento das reais necessidades nutricionais dos alunos;
16. Garantir que o trabalho seja o princípio educativo na escola;
17. Estimular e promover iniciativas de participação e democratização da escola;
18. Estimular a reflexão coletiva de valores (ética, cidadania, liberdade, justiça e comprometimento social);
19. Buscar atualização permanente, socializando os conhecimentos;
20. Desenvolver o autoconceito positivo, visando a aprendizagem do aluno, bem como a construção de sua identidade pessoal e social;
21. Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;
22. Efetuar visitas às salas de aula para acompanhamento dos alunos;
23. Participar do Conselho de Classe tomando as decisões que favoreçam o crescimento do aluno;
24. Comprometer-se com o encaminhamento dos alunos com problemas de saúde física, mental e audiovisual, buscando a integração e interação dos mesmos no ensino regular;
25. Executar outras tarefas relativas à função de especialistas em educação;
26. Auxiliar na distribuição de recursos físicos e materiais disponíveis na escola;
27. Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
28. Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
29. Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;
30. Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

ENFERMEIRO

1. Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
2. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
3. Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
4. Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
5. Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
6. Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
7. Prestar assessoria quando solicitado;
8. Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
9. Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
10. Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
11. Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
12. Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
13. Fazer notificação de doenças transmissíveis;
14. Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
15. Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
16. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
17. Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade;
18. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
19. Elaborar informes técnicos para divulgação;
20. Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
21. Dirigir veículos oficiais para o exercício das atribuições específicas do cargo.

FONOAUDIÓLOGO

1. Efetuar atendimento de pacientes que necessitem de estimulação fonoaudiológica para possibilitar o desenvolvimento da comunicação oral e/ou escrita, bem como promover a reabilitação dos problemas de voz, fala, audição e linguagem;
2. Realizar triagem e anamnese completa dos casos inscritos para planejamento dos seus trabalhos de acompanhamento e tratamento dos mesmos;
3. Reencaminhar os pacientes aos profissionais envolvidos, posicionando-os sobre o diagnóstico e prognóstico de cada caso e orientando-os sobre a conduta a ser adotada;
4. Colaborar com equipes multiprofissionais em estudos que envolvam assuntos de sua competência;
5. Participar de reuniões com outros profissionais ou instituições escolares para troca de informações dos casos em andamento e conhecimento de outras experiências, visando obter subsídios ou parcerias para implantação ou melhoria dos serviços prestados;
6. Emitir pareceres sobre assuntos de sua especialização;
7. Participar de pesquisas relacionadas à área de fonoaudiologia;
8. Desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição;
9. Planejar e desenvolver treinamentos, palestras e outros eventos, sobre sua especialização, buscando favorecer a difusão de conhecimento;
10. Zelar pela guarda, conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos, instalações, instrumentos e materiais de trabalho;
11. Apoiar os docentes em suas atividades;
12. Executar outras tarefas correlatas conforme necessidade ou a critério de seu superior;
13. Participar do planejamento para aplicação de técnicas de trabalho visando à qualidade dos serviços prestados no setor de sua atuação;
14. Emitir boletins, relatórios e pareceres sobre assunto da sua especialidade;
15. Participar do treinamento de funcionários da área da educação e estagiários;
16. Orientar os serviços dos funcionários da área de educação, no que diz respeito a sua área de atuação;
17. Planejar, estabelecer e orientar a aplicação de técnicas de trabalho, visando à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários na sua área de atuação;
18. Preparar projetos dentro de sua área de atuação;
19. Redigir textos informativos sobre eventos, folders, catálogos, cartazes, relatórios e demais textos didáticos a respeito das atribuições inerentes ao cargo;
20. Dirigir veículos oficiais no desempenho das atribuições do seu cargo.

MÉDICO, MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA, MÉDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDISTA E MÉDICO ESPECIALISTA SAÚDE MENTAL OU PSIQUIATRIA

1. Realizar atendimento ambulatorial;
2. Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas;
3. Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e programas de saneamento;
4. Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
5. Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
6. Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;
7. Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
8. Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição;
9. Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
10. Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
11. Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
12. Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias;
13. Auxiliar nos programas de educação de saúde;
14. Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- 10.5.15. Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.

NUTRICIONISTA

1. Planejar e elaborar os cardápios, de acordo com as necessidades das escolas municipais;
2. Orientar o trabalho das Agentes de apoio operacional responsáveis pela merenda escolar, supervisionando o preparo, distribuição das refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;
3. Planejar e racionar a quantidade de gêneros alimentícios necessários, de acordo com o cardápio preestabelecido;
4. Estimar custo mensal das refeições, por meio de fichas de controle diário (saída de alimentos da despensa), cotação de preços e número de refeições servidas;
5. Elaborar periodicamente tabelas e quadros demonstrativos do consumo de gêneros alimentícios;
6. Elaborar escalas mensais de trabalho, prevendo a disponibilidade de recursos humanos no mês, para atendimento da demanda de consumo prevista;
7. Programar e desenvolver o treinamento do serviço das agentes de apoio operacional que atuam nas unidades escolares, objetivando racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços;
8. Controlar a qualidade e a quantidade de gêneros alimentícios recebidos;
9. Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas do local e instalações relacionadas com o serviço de alimentação, orientando e supervisionando o pessoal auxiliar, providenciando recursos adequados, para assegurar a confecção de alimentação sadia;
10. Planejar e desenvolver treinamentos, palestras e outros eventos, sobre sua especialização;
11. Participar de equipes multiprofissionais em estudos de sua competência;
12. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;
13. Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança.

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ODONTOPEDIATRA E ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - PERIODONTIA

1. Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;
2. Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;
3. Atender o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;
4. Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;
5. Fazer o encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado;
6. Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados;
7. Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo a população sobre métodos eficazes para evitá-las;
8. Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo;
9. Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
10. Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;
11. Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade;
12. Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
13. Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
14. Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
15. Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
16. Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária;
17. Desempenhar atividades correlatas a área de sua especialidade, com procedimentos de maior complexidade, buscando a eficácia nos serviços prestados;
18. Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.

PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL E PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

1. Ministrar aulas garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem;
2. Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
3. Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;
4. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino e orientações do Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação;
5. Cooperar com os serviços dos especialistas em Assuntos Educacionais;
6. Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
7. Promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentem dificuldade de aprendizagem;
8. Colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;
9. Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
10. Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;
11. Efetuar registros da atuação escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;
12. Zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;
13. Participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
14. Seguir as diretrizes do ensino emanadas dos órgãos superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação;
15. Desenvolver projetos educacionais e participar de atividades que visem ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional da rede municipal de ensino;
16. Realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;
17. Desempenhar outras tarefas relativas à docência.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a promoção, proteção e recuperação da saúde;
2. Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas;
3. Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela instituição;
4. Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade;
5. Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população;
6. Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas;
7. Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a normas técnicas;
8. Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela Secretaria da Saúde;
9. Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro;
10. Fazer notificação de doenças transmissíveis;
11. Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
12. Fazer visita domiciliar;
13. Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas;
14. Realizar cortes histológicos e inclusão;
15. Preparar peças anatômicas para serem examinadas e/ou conservadas;
16. Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades;
17. Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e acondicionamento;
18. Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas;
19. Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos auxiliares do setor;
20. Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis;
21. Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor;
22. Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios;
23. Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável;
24. Dirigir veículos oficiais, no exercício das atribuições do cargo.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

1. Sob a supervisão do cirurgião dentista, realizar procedimentos preventivos, individuais ou coletivos, nos usuários para o atendimento clínico, como escovação supervisionada, evidencição de placa bacteriana, aplicação tópica de flúor, selantes, raspagem, alisamento e polimento, bochechos com flúor, entre outros;
2. Realizar procedimentos reversíveis em atividades restauradoras, sob supervisão do cirurgião dentista;
3. Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
4. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal;
5. Dirigir veículos oficiais no exercício das atribuições do cargo.

ANEXO II**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA****CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS OS CARGOS**

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, análise e interpretação de texto e charge. Noções de fonética e fonologia, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, formação e classes das palavras, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, funções de linguagem, vícios de linguagem, figuras de linguagem, estrutura das palavras. Substantivo e adjetivo, sujeito e predicado. Advérbio, adjunto e locução adverbial. Classificação dos verbos, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal. Preposição, pronomes.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO: Conjuntos, noções de matemática financeira, juros simples e juros compostos, geometria, Trigonometria, progressão geométrica, progressão aritmética, análise combinatória, probabilidade, operações fundamentais (números inteiros e fracionários), potenciação e radiação, sistema de medidas (decimais e não decimais), conversão de unidades de medida; regra de três, porcentagem, equações de primeiro e segundo grau. Funções, matrizes e sistemas lineares.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Organização político-administrativa do Brasil; Agronegócios e a economia brasileira; Política, Economia, Contexto internacional; Neoliberalismo e globalização, Mercosul; Questões ambientais; História e atualidades relativas ao Mundo, ao País, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de São Lourenço do Oeste.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Políticas públicas, políticas sociais governamentais, em especial a política nacional de saúde. Sistema Único de Saúde (SUS) conceito, organização, princípios e diretrizes. Sistema Municipal de Saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Intersetorialidade: conceito e dinâmica político-administrativa do município. Processo de trabalho em saúde e suas características. Ética no trabalho em saúde. A Estratégia de Saúde da Família na atenção básica à saúde. O perfil social do técnico agente comunitário de saúde e seu papel no âmbito da equipe multiprofissional da rede básica do SUS. Processo saúde-doença, seus determinantes e condicionantes. Promoção da saúde: conceito e estratégia. Conceito de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: integralidade, acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento destes problemas. Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependências. Cultura popular e sua relação com os processos educativos. Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB): conceito, finalidades, fluxo, preenchimento dos formulários e análise dos dados. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, nutrição, ausência ou insuficiência de infraestrutura básica. Mapeamento sócio-político e ambiental: finalidades e técnicas. Interpretação demográfica. Conceito de territorialização, micro área e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos. Indicadores de saúde. Estratégias de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas. Conceito de ambiente saudável, enfoque de risco e poluente. Vigilância em saúde: conceitos e aplicações. Saneamento ambiental. Medidas de prevenção de riscos ambientais e sanitários. Doenças prevalentes na micro-área (por sexo, grupo etário, étnico, inserção social e distribuição geográfica) relacionadas aos problemas sanitários e ambientais: mecanismo de transmissão e medidas de prevenção e controle. Doenças transmissíveis e não transmissíveis: conceitos, sinais, sintomas e fatores de risco. Cadeia de transmissão de doenças: agentes infecciosos, hospedeiros e mecanismos de transmissão. O processo de resistência e imunidade do hospedeiro e suas diversas respostas à agressão do agente infeccioso. Medidas de prevenção individual e coletiva das principais doenças transmissíveis e não-transmissíveis. Doenças de notificação compulsória. Medidas de monitoramento das enfermidades segundo protocolos de a saúde pública. Condições de risco ambiental: poluição sonora, do ar, da água e do solo, queimadas, desmatamentos, calamidades. Riscos e agravos de saúde associados ao trabalho. Medidas de prevenção de acidentes domésticos. Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Doenças prevalentes da infância: identificação dos sinais de risco, medidas de prevenção, encaminhamento e acompanhamento. Cartão da criança: finalidade, leitura dos vários campos, interpretação dos dados. Esquema vacinal. Características da criança na fase escolar: nutrição, detecção de fatores indicativos de baixa acuidade visual e auditiva, problemas posturais, cuidados preventivos às doenças bucais e dermatoses, prevenção de acidentes. Características físicas e necessidades, psicológicas e sociais do adolescente. Crescimento e desenvolvimento do adolescente. Redes de apoio familiar e social. Cuidados preventivos em relação à gravidez precoce. Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. Uso de Drogas e à Violência. Saúde sexual e reprodutiva: sexualidade e reprodução humana. Direitos sexuais e reprodutivos: métodos de planejamento familiar e paternidade responsável; vantagens, desvantagens, indicações e contraindicações dos métodos contraceptivos, formas de acompanhamento, aspectos culturais relacionados e promoção da autonomia. Direitos constitucionais relativos à licença maternidade, paternidade, planejamento familiar e aborto. Saúde da mulher nos ciclos gravídico-puerperal e no climatério. Cartão da gestante: finalidade, leitura dos vários tipos e interpretação dos dados. Aleitamento materno: importância, anatomia e fisiologia da mama: mitos e técnicas de amamentação; cuidados gerais com a mama. Desmame: período e a introdução de alimentos. Características físicas, psicológicas e sociais do adulto. Programa de Hipertensão e Diabetes. Programa Nacional de Saúde do Homem. Assistência e internação domiciliar: conceitos, finalidades, implementação e avaliação dos resultados. Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais do idoso. Estatuto do Idoso. Programa Nacional de Saúde do Idoso: princípios e diretrizes. Cuidados preventivos em relação a acidentes e doenças prevalentes; uso de medicamentos; situações e sinais de risco. Redes de apoio familiar e social. Pessoas com deficiência e portador de sofrimento mental: abordagem, medidas facilitadoras da inclusão social e direitos legais. Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e o modelo assistencial em saúde mental.

ARTICULADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS III (Música)

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria da música. História da música: principais gêneros, estilos e compositores. História da arte universal e da arte brasileira. Arte e comunicação, arte e expressão. As artes visuais e suas linguagens. Teatro. Dança. Música. Cinema. Museus. Pluralidade cultural: códigos estético e artístico de diferentes culturas. As novas tecnologias de ensino da arte. Ensino da arte: interdisciplinaridade e interculturalidade. Conhecimento, sensibilidade e cultura. Imaginação e linguagem. Intuição e inspiração. O ensino da música na prática escolar. Noções básicas Intervalos; Síncopa e Contratempo; Quiálteras; Acordes alterado e acorde de 3, 4 e 5 sons; Funções tonais; O folclore brasileiro e a música popular brasileira: História Escrita de partituras; clave de sol; clave de fá; transposição de claves; sustenido, bemol, duplo-sustenido e duplo-bemol e bequadro; notas enarmônicas; elementos básicos da escrita rítmica. Estudo das escalas. Intervalos. Música. Melodia. Estética musical. Instrumentos musicais. Principais Musicistas.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projeto político-pedagógico; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; A organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; O processo de ensino e suas relações. A didática e a formação do educador. Objetivos e conteúdos de ensino. Avaliação do processo ensino; didática da alfabetização. Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A produção histórica e social da igualdade, da diferença e da deficiência. O trabalho pedagógico com a diversidade. Metodologia de ensino na educação infantil; Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Processos de alfabetização e alternativas metodológicas. A função social da escrita em uma sociedade letrada. Escrita e desenvolvimento humano. Aquisição e desenvolvimento da escrita. Produção e apropriação da leitura e da escrita na escola: uma metodologia de alfabetização a partir do texto. Didática da alfabetização. Atribuições do cargo de assistente técnico pedagógico.

ENFERMEIRO

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Leis e órgãos que regem o exercício profissional; Enfermagem em Saúde Pública; Exames de rotina; curativos; Técnicas de administração de medicamentos; Noções de farmacologia; Tipos de medicamentos; Vacinas; Parada cardiorrespiratórias; Queimaduras de 1º, 2º e 3º graus; Envenenamentos. Afecções gastrointestinais; Afecções respiratórias; Afecções cardiovasculares; Afecções hematológicas; Distúrbios metabólicos e endócrinos; Afecções renais; Problemas neurológicos; Neoplasias; Assistência em ortopedia; Doenças transmissíveis e imunizáveis; Doenças sexualmente transmissíveis; Exame físico céfalo-caudal (incluindo peso e altura e, sinais vitais); Cuidados de enfermagem a indivíduos com problemas crônico degenerativos (hipertensão, diabete, câncer, problemas respiratórios e insuficiência renal crônica); SUS - Sistema Único de Saúde; PSF - Programa Saúde da Família; Assistência a Mulher: Pré-natal, Puerpério e Gravidez; Enfermagem Neonatal e o cuidar nos diferentes níveis de complexidade, DST/AIDS; Saúde da Criança; Saúde do Adolescente; Saúde do Idoso; Organização e gestão dos serviços de saúde; Epidemiologia, prevenção e controle das infecções hospitalares; Processos de desinfecção e esterilização de artigos médicos hospitalares; Assistência de enfermagem à mulher e ao recém-nascido; Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente; Assistência de enfermagem ao adulto e idoso; Estrutura de Saúde da Cidade; Vigilância Epidemiológica e Sanitária. Instrumentos cirúrgicos, Hepatites. Código de Ética atualizado.

FONOAUDIÓLOGO

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Anatomia, Sistema Tegumentar. Aparelho do movimento (Osteologia, Artrologia, Miologia). Neuroanatomia. Sistema circulatório. Sistema digestório. Aparelho urogenital. Sistema endócrino. Sistema respiratório. Biologia Celular, Bioquímica, Embriologia. Fisiologia, Histologia, Processos vocais, de audição e de fala presentes na comunicação humana. Músculos da expressão facial. Músculos da mastigação. Músculos supra e infra-hioideos. Nervos relacionados à Fonoaudiologia: Trigêmeo, Facial, Vestíbulo-coclear, Glossofaríngeo, Vago e Hipoglosso. Sistema respiratório (cavidade nasal, seios paranasais, faringe, laringe, traqueia, pulmões, musculatura envolvida na respiração). Cavidade bucal (dentes e denticões, língua, palato, glândulas salivares, demais estruturas). Sistema sensorial (audição, olfação, gustação e visão). Desenvolvimento do sistema respiratório e digestório superiores. Desenvolvimento do aparelho faríngeo e do órgão vestibulo-coclear. Sistemas sensoriais especiais, controle neural do sistema digestório, mecânica ventilatória e regulação da respiração. Cavidades nasais, seios paranasais, laringe. Cavidade Bucal. Órgão vestibulo-coclear. Acústica e Psicoacústica. Bases de Fonética Acústica. Transcrição fonética e fonológica. Teorias de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Relações da linguagem com a cognição. Desenvolvimento do sistema auditivo e das habilidades auditivas. Desenvolvimento neuropsicomotor. A Psicologia do Desenvolvimento e suas contribuições à Fonoaudiologia. Alterações da linguagem oral, audição, leitura e escrita. As alterações neurológicas e psicoafetivas e suas implicações para as alterações fonoaudiológicas. Bases teóricas do planejamento em saúde. Planejamento em saúde para o SUS. Programação e avaliação de saúde. Gestão pública no SUS. Noções básicas de epidemiologia e bioestatística. Avaliação audiológica. Achados audiológicos nas principais doenças que acometem o sistema auditivo. Alterações morfológicas, psíquicas e funcionais envolvidas nas doenças relacionadas aos transtornos da fala, do sistema estomatognático, da deglutição e da voz. Políticas públicas em saúde auditiva. Triage Auditiva. Políticas públicas em saúde do trabalhador, no campo fonoaudiológico, e programas de prevenção de perdas auditivas e de saúde vocal. Abordagens terapêuticas no atendimento fonoaudiológico voltado às alterações da linguagem oral, escrita e da audição.

MÉDICO

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Doenças Causadas por Bactérias; Doenças Causadas por Protozoários; Doenças Causadas por Vírus; Princípios Gerais do Uso dos Antimicrobianos; Micoses superficiais e profundas. Fisiologia renal. Hipertensão arterial; Insuficiência renal; Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Fraturas expostas. Lesões ortopédicas traumáticas em crianças e adolescentes. Dor lombar. Cálculos renais. Tumores renais. Doenças do ureter – obstrução e tumores. Nefrostomia. Doenças da bexiga, ovário, próstata, uretra, pênis; Patologia da gestação. Puerpério. Reprodução humana: planejamento familiar, sexualidade, infertilidade. Gestação de alto risco. Oncologia ginecológica. Puericultura: Conceitos, ações e perspectivas. Crescimento: fatores promovedores. Crescimento fetal. Crescimento pós-natal. Desenvolvimento. Particularidades digestivas do lactente. Necessidades nutricionais. Amamentação materna. O leite humano. Amamentação artificial. O esquema de amamentação. Higiene anti-infecciosa. Higiene mental. Distúrbios do crescimento. Desidratação. Hidratação oral. Desnutrição. Diarreia aguda. Parasitose. Icterícia Neonatal. Obstrução aguda das vias aéreas. Bronquiolite. Alergia respiratória. Asma. Tuberculose. Mecanismos gerais de ação das drogas. Principais grupos farmacológicos. Fármacos naturais e sintéticos. Farmacodinâmica dos principais compostos de cada grupo farmacológico. Mecanismos de ação e efeitos farmacológicos dos principais compostos. Farmacocinética e as principais indicações terapêuticas, os efeitos tóxicos mais importantes e as principais interações farmacológicas. Avaliação pré-anestésica. Medicação pré-anestésica. Monitoração do paciente anestesiado. Manutenção de vias aéreas. Anestésicos locais. Anestésias espinhais. Anestesia geral. Instrumentos teóricos componentes do Sistema Único de Saúde e da formulação dos Modelos de Atenção à saúde. Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.

MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Doenças Causadas por Bactérias; Doenças Causadas por Protozoários; Doenças Causadas por Vírus; Princípios Gerais do Uso dos Antimicrobianos; Micoses superficiais e profundas. Fisiologia renal. Hipertensão arterial; Insuficiência renal; Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Fraturas expostas. Lesões ortopédicas traumáticas em crianças e adolescentes. Dor lombar. Cálculos renais. Tumores renais. Doenças do ureter – obstrução e tumores. Nefrostomia. Doenças da bexiga, ovário, próstata, uretra, pênis; Patologia da gestação. Puerpério. Reprodução humana: planejamento familiar, sexualidade, infertilidade. Gestação de alto risco. Oncologia ginecológica. Puericultura: Conceitos, ações e perspectivas. Crescimento: fatores promovedores. Crescimento fetal. Crescimento pós-natal. Desenvolvimento. Particularidades digestivas do lactente. Necessidades nutricionais. Amamentação materna. O leite humano. Amamentação artificial. O esquema de amamentação. Higiene anti-infecciosa. Higiene mental. Distúrbios do crescimento. Desidratação. Hidratação oral. Desnutrição. Diarreia aguda. Parasitose. Icterícia Neonatal. Obstrução aguda das vias aéreas. Bronquiolite. Alergia respiratória. Asma. Tuberculose. Mecanismos gerais de ação das drogas. Principais grupos farmacológicos. Fármacos naturais e sintéticos. Farmacodinâmica dos principais compostos de cada grupo farmacológico. Mecanismos de ação e efeitos farmacológicos dos principais compostos. Farmacocinética e as principais indicações terapêuticas, os efeitos tóxicos mais importantes e as principais interações farmacológicas. Avaliação pré-anestésica. Medicação pré-anestésica. Monitoração do paciente anestesiado. Manutenção de vias aéreas. Anestésicos locais. Anestésias espinhais. Anestesia geral. Instrumentos teóricos componentes do Sistema Único de Saúde e da formulação dos Modelos de Atenção à saúde. Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária. Eletrocardiografia e Bioimagem Cardiovascular (Radiologia, Ecocardiografia, Medicina nuclear e cinangiocoronariografia) Insuficiência Cardíaca; Aterosclerose; Miocardiopatias; Doença reumática do coração; Pericardites; Embolia pulmonar; Endocardite Infecciosa.

MÉDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDISTA

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Doenças Causadas por Bactérias; Doenças Causadas por Protozoários; Doenças Causadas por Vírus; Princípios Gerais do Uso dos Antimicrobianos; Micose superficiais e profundas. Fisiologia renal. Hipertensão arterial; Insuficiência renal; Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Fraturas expostas. Lesões ortopédicas traumáticas em crianças e adolescentes. Dor lombar. Cálculos renais. Tumores renais. Doenças do ureter - obstrução e tumores. Nefrostomia. Doenças da bexiga, ovário, próstata, uretra, pênis; Patologia da gestação. Puerpério. Reprodução humana: planejamento familiar, sexualidade, infertilidade. Gestação de alto risco. Oncologia ginecológica. Puericultura: Conceitos, ações e perspectivas. Crescimento: fatores promovedores. Crescimento fetal. Crescimento pós-natal. Desenvolvimento. Particularidades digestivas do lactente. Necessidades nutricionais. Amamentação materna. O leite humano. Amamentação artificial. O esquema de amamentação. Higiene anti-infecciosa. Higiene mental. Distúrbios do crescimento. Desidratação. Hidratação oral. Desnutrição. Diarreia aguda. Parasitose. Icterícia Neonatal. Obstrução aguda das vias aéreas. Bronquiólite. Alergia respiratória. Asma. Tuberculose. Mecanismos gerais de ação das drogas. Principais grupos farmacológicos. Fármacos naturais e sintéticos. Farmacodinâmica dos principais compostos de cada grupo farmacológico. Mecanismos de ação e efeitos farmacológicos dos principais compostos. Farmacocinética e as principais indicações terapêuticas, os efeitos tóxicos mais importantes e as principais interações farmacológicas. Avaliação pré-anestésica. Medicação pré-anestésica. Monitoração do paciente anestesiado. Manutenção de vias aéreas. Anestésicos locais. Anestésias espinhais. Anestesia geral. Instrumentos teóricos componentes do Sistema Único de Saúde e da formulação dos Modelos de Atenção à saúde. Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária; Sistema músculo esquelético; Traumatologia; Afecções do Sistema Ósteo-Articular; Reumatologia; Patologias (membros superiores, coluna e membros inferiores); amputações; próteses e órteses; tumores ósseos; Radiologia em ortopedia.

MÉDICO ESPECIALISTA SAÚDE MENTAL OU PSIQUIATRIA

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Doenças Causadas por Bactérias; Doenças Causadas por Protozoários; Doenças Causadas por Vírus; Princípios Gerais do Uso dos Antimicrobianos; Micose superficiais e profundas. Fisiologia renal. Hipertensão arterial; Insuficiência renal; Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Fraturas expostas. Lesões ortopédicas traumáticas em crianças e adolescentes. Dor lombar. Cálculos renais. Tumores renais. Doenças do ureter - obstrução e tumores. Nefrostomia. Doenças da bexiga, ovário, próstata, uretra, pênis; Patologia da gestação. Puerpério. Reprodução humana: planejamento familiar, sexualidade, infertilidade. Gestação de alto risco. Oncologia ginecológica. Puericultura: Conceitos, ações e perspectivas. Crescimento: fatores promovedores. Crescimento fetal. Crescimento pós-natal. Desenvolvimento. Particularidades digestivas do lactente. Necessidades nutricionais. Amamentação materna. O leite humano. Amamentação artificial. O esquema de amamentação. Higiene anti-infecciosa. Higiene mental. Distúrbios do crescimento. Desidratação. Hidratação oral. Desnutrição. Diarreia aguda. Parasitose. Icterícia Neonatal. Obstrução aguda das vias aéreas. Bronquiólite. Alergia respiratória. Asma. Tuberculose. Mecanismos gerais de ação das drogas. Principais grupos farmacológicos. Fármacos naturais e sintéticos. Farmacodinâmica dos principais compostos de cada grupo farmacológico. Mecanismos de ação e efeitos farmacológicos dos principais compostos. Farmacocinética e as principais indicações terapêuticas, os efeitos tóxicos mais importantes e as principais interações farmacológicas. Avaliação pré-anestésica. Medicação pré-anestésica. Monitoração do paciente anestesiado. Manutenção de vias aéreas. Anestésicos locais. Anestésias espinhais. Anestesia geral. Instrumentos teóricos componentes do Sistema Único de Saúde e da formulação dos Modelos de Atenção à saúde. Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária. Epidemiologia Psiquiátrica; Genética Psiquiátrica; Neurociências e Psicofisiologia; neuroimagem em Psiquiatria; Psiquiatria Clínica e Psicopatologia; Psicofarmacologia Clínica e Outros Tratamentos Biológicos; Psicoterapia; Alcoolismo e Farmacodependências; Psiquiatria da Infância e Adolescência; Psiquiatria Geriátrica.

NUTRICIONISTA

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Anatomia humana; Fisiologia humana; Bioquímica; Genética humana e molecular; Imunologia; Microbiologia dos alimentos; Nutrição humana e metabolismo; Parasitologia e saneamento; Patologia; Composição de alimentos; avaliação nutricional; Nutrição materno-infantil; Nutrição e saúde pública; Doenças Infecciosas e Parasitárias do Aparelho Digestivo; Educação Nutricional; Interação entre Fármacos e Nutrientes; Nutrição Clínica; Alimentos e nutrientes. Guia alimentar para a População Brasileira; Fisiologia e metabolismo da nutrição. Fundamentos básicos em nutrição humana. Microbiologia dos alimentos, saúde pública e legislação. Critérios para elaboração de cardápios. Saneamento e segurança na produção de alimentos e refeições. Atenção nutricional ao idoso. Ética profissional.

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ODONTOPEDIATRA

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Saúde Bucal Níveis de Prevenção. Cariologia: etiologia, prevenção e tratamento da cárie dental. Dentística: semiologia, diagnóstico e tratamento das doenças do complexo dentinorradicular; materiais restauradores; técnicas de restauração. Urgências em Odontologia: trauma dental; hemorragia; pericoronarite, abscessos dento-alveolares; pulpite; alveolite; Estomatologia: semiologia, semiotécnica, diagnóstico, tratamento e prevenção das afecções de tecidos moles e duros; Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais. Atendimento de pacientes com doenças sistêmicas crônicas. Atendimento de pacientes com coagulopatias hereditárias. Atendimento de pacientes grávidas. Prótese: diagnóstico, planejamento e tratamento. Cirurgia: princípios cirúrgicos, planejamento e técnicas cirúrgicas. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra□ bucais; anatomia aplicada a anestesiologia; farmacologia dos anestésicos locais; Prevenção: Fluoroterapia; toxologia do flúor; Fluorose: diagnóstico e tratamento. Farmacologia odontológica: Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa. Ética Odontológica. Código de Ética Odontológica atual. Odontopediatria: Práticas Preventivas em Odontopediatria; Dentística voltada para a Odontopediatria.

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - PERIODONTIA

Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Saúde Bucal Níveis de Prevenção. Cariologia: etiologia, prevenção e tratamento da cárie dental. Dentística: semiologia, diagnóstico e tratamento das doenças do complexo dentinorradicular; materiais restauradores; técnicas de restauração. Urgências em Odontologia: trauma dental; hemorragia; pericoronarite, abscessos dento-alveolares; pulpite; alveolite; Estomatologia: semiologia, semiotécnica, diagnóstico, tratamento e prevenção das afecções de tecidos moles e duros; Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais. Atendimento de pacientes com doenças sistêmicas crônicas. Atendimento de pacientes com coagulopatias hereditárias. Atendimento de pacientes grávidas. Prótese: diagnóstico, planejamento e tratamento. Cirurgia: princípios cirúrgicos, planejamento e técnicas cirúrgicas. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra□ bucais; anatomia aplicada a anestesiologia; farmacologia dos anestésicos locais; Prevenção: Fluoroterapia; toxologia do flúor; Fluorose: diagnóstico e tratamento. Farmacologia odontológica: Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa. Ética Odontológica. Código de Ética Odontológica atual. Periodontia: histologia, fisiologia, anatomia, microbiologia oral, farmacologia e radiologia voltados à Periodontia. Diagnóstico e Plano de Tratamento Periodontal. Procedimentos Clínicos em Periodontia.

PROFESSOR DE ARTES

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projeto político-pedagógico; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; A organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; O processo de ensino e suas relações. A didática e a formação do educador. Objetivos e conteúdos de ensino. Avaliação do processo ensino; didática da alfabetização. Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A produção histórica e social da igualdade, da diferença e da deficiência. O trabalho pedagógico com a diversidade. História da arte universal e da arte brasileira. Arte e comunicação, arte e expressão. As artes visuais e suas linguagens. Teatro. Dança. Música. Cinema. Museus. Pluralidade cultural: códigos estético e artístico de diferentes culturas. As novas tecnologias de ensino da arte. Ensino da arte: interdisciplinaridade e interculturalidade.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projeto político-pedagógico; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; A organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; O processo de ensino e suas relações. A didática e a formação do educador. Objetivos e conteúdos de ensino. Avaliação do processo ensino; didática da alfabetização. Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A produção histórica e social da igualdade, da diferença e da deficiência. O trabalho pedagógico com a diversidade. Terra e Universo. Dinâmica do movimento dos corpos. Matéria: organização e transformações. Luz e ondas eletromagnéticas. Evolução das Ciências: natureza dos conhecimentos científico, filosófico e do senso comum. Atmosfera: composição e propriedades; ar e vida; perturbações e ação humana. Hidrosfera: Composição e propriedades; fonte de recursos; perturbações e ação humana; ciclos; modelos físicos. Geosfera: composição e propriedades. Ser vivo características gerais: biomoléculas e funções vitais. Diversidade dos organismos: grupos de animais e plantas. Ciclos da natureza; Fotossíntese e cadeia alimentar. A distribuição da vida no planeta; biomas; biodiversidade. Bioenergética: transformações de energia nos seres vivos. O Ser Humano e o Meio Ambiente. O Organismo Humano: grandes sistemas de integração e controle do meio interno: sistema nervoso, sistema endócrino e sistema imunitário. O Ser Humano e a Ontogênese: reprodução, desenvolvimento, crescimento, manutenção, envelhecimento e morte. Alimentação e nutrição. Ser Humano, Saúde e Sociedade. Distribuição de doenças e de seus condicionantes em populações humanas. Apropriação e transformação de recursos minerais, animais, vegetais pela sociedade, causas e consequências.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projeto político-pedagógico; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; A organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; O processo de ensino e suas relações. A didática e a formação do educador. Objetivos e conteúdos de ensino. Avaliação do processo ensino; didática da alfabetização. Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A produção histórica e social da igualdade, da diferença e da deficiência. O trabalho pedagógico com a diversidade. Compreensão de textos; estruturas gramaticais; substantivo (gênero e número), adjetivo (grau comparativo e superlativo), artigo definido e indefinido; pronome; frase verbal: verbo (modo, tempo, aspecto), o auxiliar, modal; advérbio e locução verbal, voz ativa e passiva; conjunção: coordenação, subordinação; discurso indireto; frase declarativa e frase interrogativa; preposição e locução prepositiva; formação de palavras: composição e derivação; numerais cardinais e ordinais.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projeto político-pedagógico; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; A organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; O processo de ensino e suas relações. A didática e a formação do educador. Objetivos e conteúdos de ensino. Avaliação do processo ensino; didática da alfabetização. Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A produção histórica e social da igualdade, da diferença e da deficiência. O trabalho pedagógico com a diversidade. Compreensão de textos; estruturas gramaticais; substantivo (gênero e número), adjetivo (grau comparativo e superlativo), artigo definido e indefinido; pronome; frase verbal: verbo (modo, tempo, aspecto), o auxiliar, modal; advérbio e locução verbal, voz ativa e passiva; conjunção: coordenação, subordinação; discurso indireto; frase declarativa e frase interrogativa; preposição e locução prepositiva; formação de palavras: composição e derivação; numerais cardinais e ordinais.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Curativos: potencial de contaminação, técnicas de curativos. Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia. Condutas do Técnico de Enfermagem na saúde mental: intervenções, sinais e sintomas. Doenças Sexualmente Transmissíveis: AIDS/SIDA, sífilis, gonorréia, uretrites, condiloma acuminado, linfo granuloma venéreo, cancro mole – Prevenção. Imunização: vacinas, acondicionamento, cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, calendário de vacinação. Esterilização de material. Saneamento básico: esgoto sanitário, destino do lixo. Saúde da mulher: planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas. Enfermagem materno infantil: assistência de enfermagem no pré parto, parto e puerpério e nas emergências obstétricas, e assistência de enfermagem em pediatria. Ética: princípios básicos de ética. Regulamentação do exercício profissional e relações humanas.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Legislação Municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Educação e saúde bucal; Políticas de Saúde pública e bucal; Biossegurança; Microbiologia; Anatomia e da Fisiologia Orodental; Epidemiologia; Instrumental Odontológica (Materiais, Instrumentos e Equipamentos Odontológicos); recuperação e manutenção da saúde bucal; anatomia bucal e noções de semiologia; especialidades odontológicas: endodontia, urgência odontológica e cirurgia oral menor; prótese dentária e implantodontia; ortodontia e ortopedia funcional dos maxilares; noções de anatomia, fisiologia e primeiros socorros.

ANEXO III**DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS****Título I****NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA**

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de ser desclassificado no certame:

1. A prova escrita será realizada no dia 28 de fevereiro de 2016, com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF).

1.1. A abertura dos portões acontecerá às 7h30min.

1.2. O fechamento dos portões acontecerá às 8h20min.

1.3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e mínima de 1 (uma) hora.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta.

2.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova será composta por questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

3.1. Para os candidatos aos cargos de para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, Assistente Técnico Pedagógico, Enfermeiro, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Especialista - Cardiologista, Médico Especialista - Ortopedista, Médico Especialista - Saúde Mental ou Psiquiatria, Nutricionista, Odontólogo Especialista - Odontopediatra, Odontólogo Especialista - Periodontia, Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais e atualidades	10	0,25	2,50
Língua Portuguesa	5	0,25	1,25
Matemática e Raciocínio Lógico	5	0,25	1,25
Conhecimentos Específicos	20	0,25	5,00
Total:	40	-	10,00

3.2. Para os candidatos aos cargos de Articulador de Atividades Culturais III, Professor de Artes, Professor de Ciências, Professor de Língua Estrangeira - Espanhol e Professor de Língua Estrangeira - Inglês:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais e atualidades	10	0,22	2,20
Língua Portuguesa	5	0,22	1,10
Matemática e Raciocínio Lógico	5	0,22	1,10
Conhecimentos Específicos	20	0,23	4,60
Total:	40	-	9,00

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso:

4.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso, bem como consultar livros ou apontamentos;

4.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

4.3. portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta.

- 7.1. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.
9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.
10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido.
- 10.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente deste Concurso Público.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.
12. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.
- 12.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do Concurso Público.
- ANEXO IV

FORMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

A apresentação de títulos tem como objetivo apurar a experiência e o aperfeiçoamento profissional do candidato, e servirá na ordem de classificação.

1. Orientações para entrega dos títulos:
- 1.1. O candidato deverá comparecer no local de entrega dos títulos, portando cópias dos títulos que possui, acompanhados dos originais ou cópias autenticadas em cartório.
- 1.2. O candidato que estiver portando cópias dos títulos, acompanhados dos documentos originais, terá seus títulos validados por representante da Empresa ASSCON-PP, no ato de entrega.
- 1.3. Os títulos que não antederem ao disposto neste item não serão contabilizados.
- 1.4. Os títulos serão juntados e relacionados em formulário próprio, colocados em envelope com a identificação externa do nome e número de inscrição do candidato, o qual será fechado e rubricado pelo candidato e representante da Empresa ASSCON-PP. A segunda via da relação dos títulos será entregue ao candidato, que servirá como comprovante de apresentação dos mesmos.
- 1.5. Comprovada, em qualquer tempo, a ocorrência de irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, será anulada a respectiva pontuação do candidato e, comprovada a culpabilidade do mesmo, será excluído do Concurso Público ou demitido do cargo que venha a ocupar em decorrência deste certame.
- 1.6. Só serão válidos os títulos apresentados no dia estabelecido no subitem 6.1.2 deste Edital.
2. Requisitos para a classificação por títulos:
- 2.1. A prova de títulos terá pontuação máxima de 1,00 (um) ponto.
- 2.2. Serão considerados como títulos os certificados de cursos, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, concluídos até a data da prova, na área da educação, sendo que não serão consideradas declarações ou similares, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na forma abaixo:
- 2.2.1. Para cada título apresentado será atribuída uma pontuação. Será considerado apenas um título de cada tipo (pós-graduação, mestrado ou doutorado), cuja pontuação será somada até atingir a pontuação máxima - 1,00 (um) ponto.

Título	Pontuação
Pós-graduação	0,15
Mestrado	0,35
Doutorado	0,50

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
Nº da Inscrição:	
Cédula de Identidade:	
Cargo Pretendido:	
Tipo de deficiência:	

CID correspondente:	
Nome do médico:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2016, do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo descrito acima;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

São Lourenço do Oeste, SC, ____ de ____ de 2016.

ASSINATURA DO CANDIDATO**ANEXO VI****MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA HIPOSSUFICIENTES**

À
Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público
do Município São Lourenço do Oeste/SC

Nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2016 do Município de São Lourenço do Oeste, SC, venho requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição:

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome:	
Cargo pretendido:	
CPF:	
Número de Identificação Social - NIS:	

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem sua condição de hipossuficiente financeiramente.
2. Somente o preenchimento do requerimento de isenção não implica na efetivação da inscrição. O candidato requerente deverá apresentar todos os documentos que comprovem sua condição de hipossuficiente, bem como deverá executar todos os procedimentos exigidos no Edital de Concurso Público nº 001/2016.

DECLARAÇÃO

Para fins de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do Edital de Concurso Público nº 001/2016 do Município de São Lourenço do Oeste/SC, DECLARO:

I - que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II - estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do(s) Governo(s), com o nº _____;

III - que apresento condição de hipossuficiência financeira e que atendo ao estabelecido no Edital de Concurso Público nº 001/2016, em especial ao item que se refere à isenção da taxa de inscrição;

IV - declaro que residem no mesmo endereço que eu as pessoas abaixo relacionadas:

Nome	RG	Grau de parentesco	Renda mensal

V - estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente à eliminação do Concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

São Lourenço do Oeste, SC, ____ de ____ de 2016.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO VII

MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob nº _____, Cédula de Identidade nº _____, residente na Rua _____,
nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado _____, telefones
_____, venho requerer isenção do pagamento da taxa de inscrição ao cargo de _____,
do Edital de Concurso Público nº 001/2016, de São Lourenço do Oeste/SC, na condição de doador de sangue, pois preencho os
requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997, do Estado de Santa Catarina.

Data: ____/____/2016.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO VIII

CRONOGRAMA (sujeito a alterações)

DATA	ATO
12/01/2016	Publicação do Edital do Concurso Público.
13 e 14/01/2016	Prazo para impugnações ao Edital.
15/01/2016	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital.
15/01 a 15/02/2016	Período de Inscrições.
03/02/2016	Data limite para solicitar isenção da taxa de inscrição.
05/02/2016	Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição.
15/02/2016	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário.
22/02/2016	Publicação da lista dos inscritos e do(s) local(is) de realização da(s) prova(s).
23 e 24/02/2016	Prazo para recurso do indeferimento dos pedidos de inscrição.
Até 26/02/2016	Homologação da lista de inscritos.
28/02/2016, a partir das 8h30min	Realização das provas escritas.
28/02/2016, a partir das 9h30min	Apresentação dos títulos.
28/02/2016, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos da prova escrita e dos cadernos de provas.
29/02 e 1º/03/2016	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva.
07/03/2016	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita, pontuação da prova de títulos e da lista de classificados.
08 e 09/03/2016	Prazo de recurso lista de classificados e pontuação da prova de títulos.
11/03/2016	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

NOTA DE ANULAÇÃO, PROCESSO LICITATÓRIO 73/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, a ANULAÇÃO do processo licitatório em epigrafe para aquisição de cortinas persiana e EPIs para Municipalidade, por não haver interessados no certame (deserto). Maiores informações poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas.

São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 012/2016

Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ALDO ERHARDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 812.337.019-31, residente a Rua Geral Campo de Demonstração, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/01/2016, findando no dia 08/07/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

ALDO ERHARDT
CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 013/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOAO PAULO DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 521.111.999-15, residente a Rua Augusto Nicolau Deschamps, nº. 370, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àquelles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/01/2016, findando no dia 08/07/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

JOÃO PAULO DOS SANTOS

CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 014/2016

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita KAMILA SANTOS TRIERVEILER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 088.248.409-57, residente e domiciliada a Rua Celio Weber, nº. 193 – Kobrasol – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de ENFERMEIRA DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/01/2016, findando no dia 08/07/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa

renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

KAMILA SANTOS TRIERVEILER

CONTRATADA

Testemunhas:

DISPENSA DE LICITAÇÃO 104.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@

pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 104/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. X, da Lei nº. 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a pessoa física o Senhor JOSÉ NILTON STAHELIN, para o aluguel do Imóvel localizado no bairro Boa Parada afim de guardar os veículos da Prefeitura, da Secretária de Educação, Obras e os Materiais da Secretaria de Obras.

1.1 - JUSTIFICATIVA: A presente dispensa para locação do imóvel com área coberta e não coberta de aproximadamente 3.000m², dentro de uma área total de 239.802,96m², justifica-se em virtude do Município não dispor de imóveis, nem haver outros no município com a estrutura e dimensões adequadas para atender as necessidades da Prefeitura afim de guardar os veículos da Prefeitura, da Secretária de Educação, Obras e os Materiais da Secretaria de Obras.

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei nº. 8.666/1993, expõe-se o que segue:

2.1- O valor global dos serviços contratados é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) até 31/12/2016.

2.2 - Os pagamentos da presente licitação dar-se-ão no último dia útil de cada mês, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

2.3- Para a assinatura do contrato o contratado deverá apresentar:

a) cópia da cédula de identidade e CPF

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943.”

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº. 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 105.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.223
www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 105.2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos nº 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, é dispensável é a licitação com a empresa BETHA SISTEMAS LTDA CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67 para implantação de um software de apoio ao Controle Interno, objetivando oferecer aos Cidadãos em tempo real a TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais) divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) até o dia 31/12/2016.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contratam-se a Empresa acima descrita para a contratação do Sistema Transparência Fly, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa 134, 1º andar, Criciúma/SC CEP: 88801-530.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

c.1) A certidão a que se refere a alínea anterior abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em Dívida Ativa da União (DAU).

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica.

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 106.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.223
www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 106/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos nº 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, X, da Lei nº 8.666/1993, dispensável é a licitação para a locação de um edifício de alvenaria com dois pavimentos, o qual encontra-se edificado sobre um terreno de 435,00 m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), situado na Rua Vereador Paulino Clasen, nº 158, Centro, São Pedro de Alcântara/SC. O citado imóvel encontra-se inscrito na Matrícula 27.258 do Livro nº 2, fls. 0184.

JUSTIFICATIVA: Atendendo o disposto no Artigo 26 da Lei 8.666/93, justifico a dispensa de licitação, em favor de LANDER KREMER CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.183.589/0001-26, para a locação do imóvel destinado ao funcionamento da Coordenadoria da Agricultura e Meio Ambiente; Ponto de informações turísticas, históricas e culturais; Arquivo Público Municipal, Epagri, CIDASC, Junta Militar, por atender as necessidades da administração, posto que possui um bom estado de conservação e infra-estrutura, localização privilegiada e preço condizente ao praticado no mercado.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, além da justificativa supracitada, expõe-se o que segue:

Contratam-se a Locação do Imóvel acima descrito com LANDER KREMER CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.183.589/0001-26, estabelecida na Rua Domingos André Zanini, 277 – Sala 816 Edifício Emp. Terra Firme, Campinas, São José/SC;

O preço a ser pago pela execução total do objeto deste Edital de locação é de R\$ 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais), até 31/12/2016, não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

(CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
h) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
i) certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede da licitante. Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica. 06.01.2.044.3.3.9 0.00.00.00.00.0000 (60); 10.10.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.0 000 (106)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 107.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202
www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 107/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. X, da Lei n.º 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a pessoa física o Senhor LONGINO CLASEN, para o aluguel do Imóvel localizado no centro de São Pedro de Alcântara, afim de utilização do Conselho Tutelar do Município para o ano de 2016.

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993 expõe-se o que segue:

2.1- O valor anual dos serviços contratados é de R\$ 6.508,56 (seis mil quinhentos e oito reais e cinquenta e seis centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 542,38 (quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos), por ter sido o menor valor apresentado dentre os orçamentos apresentados à Administração Municipal.

2.2 - Os pagamentos da presente licitação dar-se-ão no último dia útil de cada mês, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

2.3- Para a assinatura do contrato o contratado deverá apresentar:

a) cópia da cédula de identidade e CPF
b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);
d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);
e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 022/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 022/2016
Admite em Caráter Temporário ALDO ERHARDT para o cargo de Trabalhador Braçal.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALDO ERHARDT para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho n.º. 012/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 023/2016

Nomeia RICARDO KRETZER para o cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade

com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear RICARDO KRETZER para o cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 024/2016

Admite em Caráter Temporário JOÃO PAULO DOS SANTOS para o cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JOÃO PAULO DOS SANTOS para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 013/2016.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 025/2016

Admite em Caráter Temporário KAMILA SANTOS TRIERVEILER para o cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, KAMILA SANTOS TRIERVEILER para o cargo de Enfermeira

do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 014/2016.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 026/2016

Concede Função Gratificada a Servidora KAMILA SANTOS TRIERVEILER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 635/2011,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora KAMILA SANTOS TRIERVEILER ocupante do cargo de enfermeira do Programa Estratégia Saúde da Família, a gratificação de R\$ 678,43 (seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) mensais.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 027/2016

Admite em Caráter Temporário ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 015/2016.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de janeiro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

TERMO DE POSSE DO SR. RICARDO KRETZER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE OBRAS

TERMO DE POSSE do Sr. RICARDO KRETZER para o cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e.e. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. RICARDO KRETZER, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Coordenador de Obras, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 11 de janeiro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

RICARDO KRETZER
Empossado

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 09.01.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Fone/Fax: (048) 32770122
CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC.

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Pelo presente tomam posse solenemente, os Conselheiros Tutelares eleitos no pleito eleitoral realizado em 04/10/2015, Edital nº 002/CMDCA/2015, para mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020.

Foram eleitos na condição de Conselheiro Tutelar titular:

IANNY SILVA LUCIANO
DANIEL BATISTA STAHELIN
MARIANA NALOVAIKO

Na condição de Conselheiro Tutelar suplente: Não Possui
Os membros abaixo discriminados e firmados, ao assumir suas funções, o fazem sob o compromisso de respeitar fielmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as legislações afins. Por ser expressão da verdade, assinam a seguir:

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

IANNY SILVA LUCIANO

DANIEL BATISTA STAHELIN

MARIANA NALOVAIKO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015-PMS SEQUENCIA 09

A comissão reuniu-se, para retificar a Ata 199/2015, sequência 04, onde se lê: 15 de outubro de 2015, leia-se: 06 de novembro de 2015, conforme consta na Ata 197/2015, sequência 03, de 04 de novembro de 2015, onde estava determinado para o dia 06 de novembro de 2015, às 13h30min, a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas.

Seara**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº151/2015 - RP - HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 151/2015 – REGISTRO DE PREÇO

HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS

Objeto: seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material escolar.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS APROVADAS
01	BORRACHA ESCOLAR BRANCA 40/40 MACIA. APAGA SEM AGREDIR O PAPEL.	MERCUR; ACRILEX.
02	CADERNO CAPA DURA COSTURADO, 1/4, 96 FLS BRANCAS PAUTADAS, BROCHURA.	JANDAIA; TILIBRA; FORONI; PANAMERICANA.
03	CADERNO DE DESENHO GRANDE, ESPIRAL, 48 FOLHAS SEM SEDA.	CREDEAL; FORONI; TILIBRA; PANAMERICANA.
04	CADERNO UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA, 200 FLS BRANCAS PAUTADAS, ESPIRAL - 10 MATÉRIAS.	FORONI; CREDEAL; PANAMERICANA.
05	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL 1.0 MM. RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA A BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO.	FABER CASTELL; COMPACTOR; BIC.
06	COLA ESCOLAR BRANCA COM TAMPA ROSQUEADA - 90GR.	FRAMA MAXI COLA; ACRILEX.
07	GIZ DE CERA, CURTO, REDONDO, 15 CORES. CERAS, CARGAS MINERAIS INERTES E PIGMENTOS. FORMATO ANATÔMICO. NÃO MANCHA AS MÃOS.	ACRILEX
08	LÁPIS DE COR LONGO COM 12 CORES SORTIDAS BRILHANTES INCLUIDO COR PRATA. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, PONTAS RESISTENTES E COM SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO CONSTANTE NA EMBALAGEM E ABNT/NBR 15236/05.	FABER CASTEL ECOLÁPIS KIT ACOMPANHA 02 LÁPIS, 01 BORRACHA E 01 APONTADOR.
09	LÁPIS HEXAGONAL ULTRA RESISTENTE HB Nº 02 EMBORRACHADO. COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS.	BIC – FABER CASTELL
10	REGUA DE PLASTICO TRANSPARENTE - 30 CM DE COMPRIMENTO E 3,5 CM DE LARGURA – REFORÇADA.	WALEU
11	APONTADOR PARA LÁPIS SEM DEPÓSITO, COM LÂMINA EM AÇO TEMPERADO.	FABER CASTELL

Seara, 08 de Janeiro de 2016.

Gabriela Carraro

Marlene Manorov

Juliane Marcia Biondo Sandrin

Mairu dos Santos

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2016

DECRETO Nº 002/2016 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho Tutelar de Serra Alta/SC, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a eleição realizada em 04 de outubro de 2015, na Sala Anexa a Secretaria Municipal da Assistência Social, para o mandato de Conselheiro Tutelar, referente ao período 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor o Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC, os conselheiros abaixo relacionados.

- NEUSA GIRELLI GHIDINI
- ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN
- EDILANA PAULA DE BARROS TRINDADE
- JUCIELI HANAUER
- DANIELI JÚLIA STRAPAZZON.

Art. 2º - Os membros do Conselho, empossados pelo CMDCA do Município de Serra Alta/SC, e ora nomeados, observarão as competências que lhe são atribuídas, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 605/2003 e alterações, atendendo a Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Registro de Preços para a possível Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas, incluindo o fornecimento dos equipamentos/materiais e mão de obra, para a perfeita execução do referido serviço, no Município de Serra Alta, conforme a necessidade. Objetivando a extração de material para a manutenção e conservação da rede viária.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 26 de Janeiro de 2016.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA/SC, 12 de janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis

PREFEITURA

02/2016 AVISO PREGÃO DESTINAÇÃO FINAL

MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 22/01/2016, às 09:00 horas no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final de resíduos de saúde em aterro devidamente licenciado durante o exercício de 2016. O edital está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Siderópolis ou no site: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser sanadas através do telefone (48) 3435 3188 ou e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 11 de janeiro de 2016.

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 015/2016

DECRETO Nº. 15 DE 11 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARINILZE CECATO OCUPANTE DO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada Marinilze Cecato, portadora do CPF nº031.977.169-57 e RG 4.181.205, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de janeiro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 016/2016

DECRETO Nº. 16 DE 11 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZILEI FAVIN DE VARGAS OCUPANTE DO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada Rozilei Favin de Vargas, portadora do CPF nº 068.782.489-30 e RG 5117895, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de janeiro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 017/2016

DECRETO Nº. 17 DE 11 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDRESSA VIAL PROVENCIO OCUPANTE DO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada Andressa Vial Provencio, portadora do CPF nº 055.296.569-35 e RG 5839605, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de janeiro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº.013/2016

DECRETO Nº. 013 DE 11 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELESTIA BARON OCUPANTE DO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada Celestia Baron , portadora do CPF nº 425.093.199-49 e RG 3R 1395.577, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º.As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº.014/2016

DECRETO Nº. 14 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA BOTH REZENDE OCUPANTE DO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada Teresinha Both Rezende , portadora do CPF nº430.420.749-00 e RG 12R 1012.536, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º.As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA Nº.006/2016

PORTARIA Nº 006, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, com lotação no Gabinete do Prefeito de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.01.2015 a 07.01.2016, a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 30.01.2016.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal TATIANA TONEL, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2014 a 13.10.2015 a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 30.01.2016.

Art. 3º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal DAIANE KLUGE, ocupante do cargo de Psicóloga, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.05.2014 a 02.05.2015 a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 09.02.2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
06 de janeiro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Timbé do Sul

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO 08/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2015

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Renato Becker Nicoladelli

Objeto: Prorroga o prazo de vigência e reajusta valor do Contrato nº 08/2015

Prazo: 01/01/2016 a 31/12/2016

Valor: O valor mensal será de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

Timbé do Sul/SC, 22/12/2015

2º TA AO CONTRATO 08/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2014

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Sérgio Dal Pont

Objeto: Prorroga o prazo de vigência e reajusta valor do Contrato nº 08/2014

Prazo: 01/01/2016 a 31/12/2016

Valor: O valor mensal será de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais).

Timbé do Sul/SC, 22/12/2015

1º TA AO CONTRATO 36/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2015

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: RAC Saneamento e Tecnologia Ambiental para Disposição e Tratamento de Resíduos Ltda

Objeto: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 08/2014

Prazo: 01/01/2016 a 31/12/2016

Timbé do Sul/SC, 15/12/2015

2º TA AO CONTRATO 09/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2014

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Selito Luiz Savio

Objeto: Prorroga o prazo de vigência e reajusta valor do Contrato nº 09/2014

Prazo: 01/01/2016 a 31/12/2016

Valor: O valor mensal será de R\$ 1.772,00 (um mil, setecentos e setenta e dois reais)

Timbé do Sul/SC, 22/12/2015

2º TA AO CONTRATO 06/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2014

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Dilú José Biléssimo

Objeto: Prorroga o prazo de vigência e reajusta valor do Contrato nº 06/2014

Prazo: 01/01/2016 a 31/12/2016

Valor: O valor mensal será de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

Timbé do Sul/SC, 22/12/2015

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016
MODALIDADE Pregão Presencial N 01/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir combustível, lubrificantes e filtros, necessário para manutenção da frota de veículos maquinas da prefeitura Municipal. Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 22 de janeiro de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Ou 49- 84373822

Timbó Grande, 11 de janeiro de 2016.

ALMIR FERNANDES
Prefeito Municipal

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N. 259

ATA N. 259 FLS 752

Ata da centésima quinquagésima sexta reunião extraordinária da décima quarta Legislatura, correspondente a primeira Sessão Legislativa do primeiro período da Câmara de Vereadores de Três Barras. Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesesseis, às dezenove horas no prédio provisório da Câmara Municipal, sito à Avenida Rigesa, número novecentos e quarenta e nove, compareceram os seguintes Vereadores: Abrahão Mussi, Dionice Mercês Guimarães, Ernani Wogeinaki Júnior, Fabiano José Mendes, Gilson Hideaki Nagano, João Francisco Canani, Joel da Cruz, Laudecir José Gonçalves, Mara Carla Eufrásio Shimoguiiri, Renilce Correa Palhano Adriano de Oliveira e Siomara Mühlmann Correa. A reunião foi presidida pelo Vereadores Gilson Hideaki Nagano e Joel da Cruz e, secretariada pelas Vereadoras Mara Carla Eufrásio Shimoguiiri e Renilce Correa Palhano Adriano de Oliveira. Verificado o quórum e invocando o nome de Deus, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A Vereadora Renilce Correa Palhano Adriano de Oliveira procedeu à leitura de um breve trecho bíblico. EXPEDIENTE: Do Senhor Elói José Quege, Prefeito Municipal: Do Senhor Eloi José Quege Prefeito Municipal: Ofício gab. 642/2015 encaminhando o projeto de Lei n. 58/2015. Da Presidencia da Casa Edital n. 6/2015. A propositura foi encaminhada às respectivas comissões técnicas para análise e parecer. O Vereador Gilson Hideaki Nagano, Presidente da Câmara de Vereadores solicitou à Assessoria da Casa que protocolasse ofício de sua autoria datado de seis de janeiro de dois e dezesesseis e, em seguida solicitou à Senhora 1ª Secretária que procedesse a leitura do mesmo. Diante da renúncia do cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, o Vereador Gilson Hideaki Nagano convidou o Vereador Joel da Cruz para tomar posse no cargo de Presidente da Câmara de Vereadores e assentar-se na cadeira que lhe é de direito. Assumindo a Presidência da Câmara de Vereadores o Vereador Joel da Cruz deu prosseguimento à sessão informando que a Ordem do Dia está restrita à eleição dos membros das Comissões Técnicas para o exercício de 2016, esclarecendo que a eleição para os cargos de membros das Comissões Técnicas far-se-á por voto direto e secreto, com votação separada para cada uma das comissões, contendo a cédula o nome de todos os Vereadores desimpedidos, devendo ser marcado, em cada votação, o nome de até três Vereadores. Em seguida, solicitou à Senhora Primeira Secretária para que procedesse

ATA N. 259 FLS 753

à chamada nominal dos Senhores Vereadores para a eleição dos membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Encerrada a votação, o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores Gilson Hideaki Nagano e Dionice Mercês Guimarães para proceder à apuração dos votos. Procedida à apuração, verificou-se que os Vereadores Gilson Hideaki Nagano, João Francisco Canani e Mara Carla Eufrásio Shimoguiiri foram eleitos, sendo automaticamente empossados para o cargo de membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Senhora Primeira Secretária para que procedesse à chamada nominal dos Senhores Vereadores para a eleição dos membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município. Encerrada a votação, o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores Ernani Wogeinaki Jr. e Siomara Mühlmann Correa para proceder à apuração dos votos. Procedida à apuração, verificou-se que os Vereadores Abrahão Mussi, Ernani Wogeinaki Jr. e Fabiano José Mendes, foram eleitos, sendo automaticamente empossados para o cargo de membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a Senhora Primeira Secretária para que procedesse à chamada nominal dos

Senhores Vereadores para a eleição dos membros da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Transportes, Comunicação e Ecologia. Encerrada a votação, o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores Fabiano José Mendes e Abrahão Mussi para proceder à apuração dos votos. Procedida à apuração, verificou-se que os Vereadores Ernani Wogeinaki Jr., Fabiano José Mendes e Mara Carla Eufrásio Shimoguiiri foram eleitos, sendo declarados eleitos e automaticamente empossados para o cargo de membros da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Transporte, Comunicação e Ecologia. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou à Senhora Primeira Secretária para que procedesse à chamada nominal dos Senhores Vereadores para a eleição dos membros da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social. Encerrada a votação, o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores Laudecir José Gonçalves e João Francisco Canani para proceder à apuração dos votos. Procedida à apuração, verificou-se que os Vereadores Abrahão Mussi, João Francisco Canani e Renilce Correa Palhano Adriano de Oliveira foram eleitos por unanimidade, sendo declarados

ATA N. 259 FLS 754

eleitos e automaticamente empossados para o cargo de membros da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente recomendou aos membros das comissões que, observados os prazos regimentais, procedessem à eleição dos respectivos órgãos diretivos. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando uma reunião Extraordinária para esta mesma data às vinte horas e quarenta minutos para eleição do cargo de Vice-Presidente da Mesa Diretora que se encontra vago, solicitando aos interessados em concorrerem ao cargo que oficializem suas candidaturas junto à Assessoria da Casa. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que depois de lida, discutida e aprovada vai assinada pela Mesa Diretora e referendada pelos demais Vereadores.

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

PORTARIA 513

PORTARIA N. 513, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS E LICENÇA PARA O SERVIDOR JOEL DA CRUZ

Gilson Hideaki Nagano, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor Joel da Cruz, ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio e Informática, Matrícula n. 3026, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 16 (dezesesseis) dias de férias regulamentares, referente ao período de aquisição de 2013/2014, a partir de 11 de janeiro de 2016; 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período de 2014/2015, a partir de 1º de fevereiro de 2016; 60 (sessenta) dias de licença prêmio, a partir de 2 de março de 2016 e 8 (oito) meses de licença para tratar de assuntos de interesses particulares, iniciando-se em 2 de maio de 2016 e encerrando-se em 31 de dezembro de 2016, tudo de acordo com o solicitado no requerimento protocolado sob

o n. 001/2016, com data de 5 de janeiro de 2016, com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, e no § 1º do artigo 70, § 3º do art. 73 e art. 80, todos da Lei Complementar n.138/2009, respectivamente.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 06 de Janeiro de 2016.

Gilson Hideaki Nagano
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel da Cruz
Gerente de Informática e Patrimônio

PORTARIA 514

PORTARIA N. 514, DE 7 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR ATOS ADMINISTRATIVOS.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOEL ANTONIO VOIGT, ocupante do cargo de Gestor Legislativo e Contábil, Matrícula 60-2, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, para assinar juntamente com o Senhor Presidente, os atos administrativos do Poder Legislativo, quando necessário.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 7 de Janeiro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA 515

PORTARIA N. 515 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE TESOUREIRO.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Joel Antonio Voigt, ocupante do cargo de Gestor Legislativo e Contábil, Matrícula 60-2, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, na Função Gratificada de Tesoureiro, com 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar n. 182/2013, ficando revogada a Portaria n. 482, de 8 de Setembro de 2014.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 7 de Janeiro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA 516

PORTARIA N. 516, DE 7 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS PARA O SERVIDOR GERSON EDUARDO DE SOUZA

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor Gerson Eduardo de Souza, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, Matrícula n. 43-1, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período de aquisição de 2015/2016, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, acrescido do abono de férias de 1/3 (um terço), com período de gozo a partir de 11 de janeiro de 2016, de acordo com o solicitado no requerimento protocolado sob o n. 5./2016, com data de 7 de janeiro de 2016, com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, no § 3º do art. 19 da Lei Orgânica Municipal e no § 1º, do art. 70, da Lei Complementar n.138/2009, respectivamente.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 7 de Janeiro de 2016.

Joel da Cruz
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA 517

PORTARIA N. 517, DE 7 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE PERÍODO REMANESCENTE DE FÉRIAS PARA O SERVIDOR ERNANI WOGGINAKI JÚNIOR

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor Ernani Wogginaki Júnior, ocupante do cargo de Técnico Legislativo e Controle Interno, Padrão CM-04, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, 14 (quatorze) dias de férias regulamentares, a partir de 15 de janeiro de 2016, remanescentes do período de aquisição de 26/06/2013 a 25/06/2014, conforme Portaria n. 501, de 20 de julho de 2015.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 7 de Janeiro de 2016.

Joel da Cruz
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA 518

PORTARIA N. 518, DE 8 DE JANEIRO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DURANTE O RECESSO.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

ESTABELECEER horário especial de expediente durante o período de recesso da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, de 11 a 31 de janeiro de 2016, de segunda a sexta-feira, das 7 (sete) às 13 (treze) horas.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 8 de Janeiro de 2016.

Joel da Cruz
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 512

PORTARIA N. 512 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR

Gilson Hideaki Nagano, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor, Max Marcial Müller, brasileiro ocupante do cargo Motorista Oficial Legislativo, Padrão CM-07 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 20(vinte) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2015/2016, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 266/2015, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, a contar do dia 11 de Janeiro de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 06 de Janeiro de 2016.

Gilson Hideaki Nagano
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra.

Joel da Cruz
Gerente de Informática e Patrimônio

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2119

DECRETO Nº 2.119/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL, POR SUPERÁVIT, NO VALOR DE R\$ 70.362,28 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 70.362,28 (setenta mil, trezentos e sessenta e dois reais, e vinte e oito centavos), por superávit financeiro do exercício de 2015, para seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação

02 – Ensino Fundamental

Atividade: 2.403 – Construção escola municipal

Suplementa:

(116) Modalidade de aplicação: 44.90.00.00.00.00.00.03.0062
..... R\$ 70.362,28

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de janeiro de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 09/2016

PORTARIA Nº 009/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, a partir desta data, com a finalidade específica de receber, analisar e julgar as propostas para fornecimento de materiais e serviços.

Presidente e pregoeiro: Vinícius Schirmann Mendes

Membros: Werydiana Falchetti

Matheus José Brandalise

Liana Lucietti Holzmman

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 10/2016

PORTARIA Nº 010/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido, o Sr. VALENTIN CONRADO FRANK LARENTIS, CPF nº 518.190.829-20 e identidade nº 1.881.269, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - 40HS, conforme portaria de nomeação nº 161/13 de 02 de outubro de 2013.

Art. 2º - NOMEAR o senhor VALENTIN CONRADO FRANK LARENTIS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 1.881.269, inscrito no CPF sob o N.º 518.190.829-20, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 11/2016

PORTARIA Nº 011/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor PAULO CESAR GEUSTER, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 3.154.166, inscrito no CPF sob o N.º 947.435.769-20, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 12/2016

PORTARIA Nº 012/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor LEONARDO DE OLIVEIRA BELLO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 5.619.509, inscrito no CPF sob o N.º 071.260.209-70, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 13/2016

PORTARIA Nº 013/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor WAGNER FRANCISCO DA SILVA COUSEN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 5051268737, inscrito no CPF sob o N.º 001.534.100-35, residente e domiciliado na cidade de Ibicaré/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 14/2016

PORTARIA Nº 014/16 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor ELISANDRO LUIS BERWIG DA SILVA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 10/C-3.283.170, inscrito no CPF sob o N.º 924.228.619-20, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de

novembro de 2015, para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 15/2016

PORTARIA Nº 015/16 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Peter Hans Huber	01/10/2015 a 30/09/2016	10/01/2016 a 19/01/2016	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 08 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 16/2016

PORTARIA Nº 016/16 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 11 de janeiro de 2016, a Sra. MANUELA APARECIDA RODRIGUES, CPF nº 047.896.699-71, residente e domiciliada neste município, do cargo em comissão de DIRETOR(A) DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS, conforme Portaria de nomeação nº 023/13 de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 08 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 17/2016

PORTARIA Nº 017/16 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 11 de janeiro de 2016, o Sr. WILSON ZANATTO, CPF nº 422.792.679-34, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, conforme Portaria de nomeação nº 060/15 de 03 de julho de 2015.

Artigo 2º - NOMEAR no dia 12 de janeiro de 2016 o Sr. WILSON ZANATTO, CPF nº 422.792.679-34, residente e domiciliado neste município ao cargo em comissão de DIRETOR DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 08 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

003/2016

DECRETO 003/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL 014/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada classificação final do Processo Seletivo 014/2015, conforme anexo descrito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

AUXILIAR DE SALA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	229568	Viviane Regina Eidt	06/03/1989	5,20	0,80	0,80	6,80	6,00	2,50	6,21
2	230908	Nilza Luzia Lemos Da Cruz Gazaniga	19/07/1982	6,00	1,20	0,00	7,20	5,30	0,50	6,15
3	239851	Joelma Antunes Dos Santos	07/12/1986	5,60	1,20	1,60	8,40	0,00	0,00	5,88
4	233708	Marcia Caetano Avi	02/08/1978	5,20	0,80	1,60	7,60	2,00	1,00	5,82
5	231038	Marcondes Silveira De Souza Carvalho	05/01/1977	4,80	1,20	0,80	6,80	4,50	1,00	5,76
6	237857	Rosangela Dias De Quadra	16/02/1977	4,80	0,80	0,80	6,40	5,60	1,50	5,75
7	236035	Ana Paula Matteussi	02/03/1985	3,60	1,20	0,80	5,60	8,00	0,00	5,52
8	240713	Marcio De Souza	12/04/1989	4,80	0,80	0,40	6,00	4,00	2,50	5,25
9	231676	Juliana Barchfeld	08/08/1990	4,40	0,80	1,20	6,40	1,00	1,00	4,78
10	236607	Daniela Franzoi	29/08/1994	4,00	0,80	1,20	6,00	1,30	0,00	4,46
11	238847	Elida Glauciane Andrade	27/11/1989	4,40	0,80	0,80	6,00	1,00	0,00	4,40
12	237019	Juliana Andiarra Maciel	10/12/1996	5,20	0,40	0,40	6,00	0,00	0,00	4,20
13	239727	LIZ ANDREA RODRIGUES	08/04/1995	4,80	0,40	0,80	6,00	0,00	0,00	4,20
14	230943	Marise Wuerges	29/03/1971	4,00	1,20	0,40	5,60	1,40	0,00	4,20
15	229253	Camila Da Silva Edinger	29/04/1993	4,40	0,00	1,20	5,60	1,00	0,00	4,12
16	236379	Sandra Mara Matteussi	10/04/1975	4,00	0,80	0,80	5,60	0,00	0,00	3,92
17	228588	Prisciane Gomes De Oliveira	18/09/1984	3,20	0,80	0,40	4,40	1,00	0,00	3,28
18	230366	Francieli Aparecida Lorencini Pereira	03/01/1985	2,80	0,40	0,00	3,20	4,00	1,00	3,14
19	232290	Dilma Correa	07/02/1945	2,80	0,40	0,80	4,00	1,00	0,00	3,00
20	236791	Suelin Bormanieri	18/06/1991	3,20	0,40	0,00	3,60	1,00	1,00	2,82
21	239722	Tamarafloiriani	10/11/1990	3,60	0,40	0,00	4,00	0,00	0,00	2,80
22	237218	Tainara Sandrini Russi	10/06/1997	3,60	0,40	0,00	4,00	0,00	0,00	2,80
23	240154	Loredana Priscila Costa	22/04/1994	2,80	0,40	0,80	4,00	0,00	0,00	2,80
24	237036	Maria Helena Da Silva Maciel	10/05/1966	1,60	0,00	0,40	2,00	0,00	0,00	1,40

AUXILIAR DE SALA / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
229133	Regiane Dalmolin Waltrick	27/01/1995

MERENDEIRA/FAXINEIRA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE
1	235665	Simara Verdi Ewald	08/12/1979	5,20	0,80	0,80	6,80
2	230648	Rosenilda Maciel Dos Santos	29/08/1984	4,00	1,20	0,80	6,00
3	231568	Maria De Lourdes Miles	05/02/1971	4,00	0,40	0,80	5,20
4	229713	Suely Cardoso Noveletto	30/05/1980	2,80	1,20	0,40	4,40
5	230046	Nilza Ribeiro Gomes	26/07/1969	2,40	1,20	0,80	4,40
6	231197	Elaine Ramos Dos Santos	19/08/1982	2,80	0,80	0,40	4,00
7	230634	Chalana Santiago	24/03/1986	2,80	0,80	0,40	4,00
8	235441	Aladir Hastrit Mohr	18/12/1968	2,40	0,40	1,20	4,00
9	235862	Eliane Ella Kruger	07/11/1974	2,40	0,40	0,40	3,20
10	230444	Lucimara Bilk Kroenke	20/07/1985	2,00	0,40	0,80	3,20
11	228437	Tatiane Rodrigues	23/06/1983	0,80	0,00	0,80	1,60

PROFESSOR ANOS INICIAIS / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	237772	Schirley Marileia Bell	24/11/1961	5,20	1,20	2,00	8,40	8,00	3,00	7,78
2	232335	Luciane Gambeta Passig	26/03/1978	5,60	1,60	0,80	8,00	8,00	1,50	7,35
3	233042	Sirlange Esser Rosa	05/11/1980	5,20	1,20	0,80	7,20	8,00	4,50	7,09
4	238364	Silvana Jordina Goedert De Souza	21/12/1987	5,20	0,80	1,60	7,60	6,00	4,00	6,92
5	232150	Carla Rosane Henn Tholl	03/08/1973	5,20	0,80	1,20	7,20	8,00	1,50	6,79
6	236734	Joelma Gazaniga Mafei	31/01/1986	4,40	1,60	1,60	7,60	6,00	1,50	6,67
7	231215	Mayara Gabrielle Meriz	08/01/1988	4,00	1,20	1,60	6,80	8,00	3,00	6,66
8	233936	Josiane Venancio	10/02/1988	5,20	0,80	0,80	6,80	8,00	1,50	6,51
9	230782	Danieli Duarte Da Silva	06/03/1984	4,80	1,60	0,80	7,20	6,00	1,50	6,39
10	232443	Marines Steuck	11/02/1974	4,80	1,20	0,80	6,80	6,00	0,50	6,01
11	238434	Rosiani De Lourenzi	28/11/1989	4,80	0,40	1,20	6,40	6,00	1,50	5,83
12	233016	Tatiana Da Silva Zwicker	12/06/1984	4,80	0,40	0,40	5,60	8,00	3,00	5,82
13	235973	Elqui Grahl	18/10/1985	4,40	0,40	1,20	6,00	6,00	2,50	5,65
14	229474	Debora De Souza Klaumann	25/06/1982	4,00	0,40	0,80	5,20	8,00	3,50	5,59
15	229293	Roberta Joelma Lofhagen	14/06/1983	4,80	0,80	0,40	6,00	6,00	0,50	5,45
16	228309	Daiane De Souza Machado	03/09/1985	4,40	0,40	1,20	6,00	4,00	2,00	5,20
17	231779	Vania Mariuza Heinz De Souza	24/01/1971	3,60	1,20	0,80	5,60	6,00	0,00	5,12
18	233002	Kelin Pereira	20/02/1989	4,00	0,40	0,80	5,20	6,00	2,50	5,09
19	237070	Regiane Neumannn	25/10/1982	4,00	0,40	0,80	5,20	6,00	2,00	5,04
20	235852	Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos	08/11/1987	4,40	0,00	0,00	4,40	8,00	2,50	4,93
21	235695	Rosemery Eger Cachoeira	29/08/1967	2,40	0,00	0,40	2,80	6,00	2,00	3,36

PROFESSOR ANOS INICIAIS / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	236007	Cristiane Valente Fuck	06/07/1986	6,00	1,60	0,40	8,00	3,00	0,05	6,21
2	230591	Katia Regina Jeremias Krambeck	03/07/1972	4,80	0,40	1,60	6,80	3,60	1,50	5,63
3	228634	Regiane Santos Stinghen	26/08/1990	4,40	1,60	1,60	7,60	0,60	1,50	5,59
4	229628	Simone Suelen Meurer Tavares	17/03/1990	5,60	0,40	0,80	6,80	2,20	1,00	5,30
5	237840	Diuvana Dilmara Boll	13/09/1982	4,40	0,00	1,20	5,60	4,00	5,50	5,27
6	230283	Crislaini Carla Valente Fuck	03/07/1989	4,80	0,80	0,80	6,40	3,20	0,00	5,12
7	237732	Soraia Schmidt	15/08/1972	4,00	1,60	0,80	6,40	2,20	1,50	5,07
8	229815	Lais Hübner	17/07/1995	4,40	0,80	1,20	6,40	2,20	0,50	4,97
9	228998	Ana Paula Augusto Da Silva	27/06/1980	4,00	0,80	1,20	6,00	2,20	1,00	4,74
10	229827	Bruna Morais Bilk	03/05/1997	4,40	0,80	1,20	6,40	0,40	0,00	4,56

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
11	229029	Marina Pesenti	17/09/1993	3,60	1,20	1,20	6,00	1,20	0,00	4,44
12	238881	Juliete Noihaus	23/05/1989	4,40	1,20	0,40	6,00	0,00	0,00	4,20
13	232424	Patricia Francisconi Walzburger	06/03/1985	4,40	0,40	0,80	5,60	0,00	0,00	3,92
14	230942	Marise Wuerges	29/03/1971	3,60	1,20	0,40	5,20	0,60	0,00	3,76
15	228723	Camila Eigen	28/11/1994	3,60	1,20	0,40	5,20	0,00	0,00	3,64
16	237217	Tainara Sandrini Russi	10/06/1997	2,40	0,40	0,00	2,80	0,00	0,00	1,96

PROFESSOR ANOS INICIAIS / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
238758	Teresinha Passaura Lima	29/06/1958
236404	Susana Nicolau Da Mota	18/03/1970

PROFESSOR ARTES / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
240125	Beatriz Maximiano	22/11/1979

PROFESSOR CIÊNCIAS / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	230235	Luana Aparecida Hermann	09/10/1985	4,80	2,00	1,20	8,00	4,00	0,00	6,40
2	240086	Marcos Vinicius Hendges	03/03/1985	2,80	2,00	1,60	6,40	8,00	1,00	6,18

PROFESSOR CIÊNCIAS / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	229863	Lucimara Wiessner	04/06/1992	3,60	1,20	1,60	6,40	0,00	0,00	4,48
2	230331	Diogo De Oliveira Brod	18/12/1977	2,40	1,20	2,00	5,60	1,66	0,50	4,30
3	232246	Andyara Formonte Vignola	11/06/1980	3,60	0,80	0,80	5,20	0,80	0,00	3,80

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	230269	Cinthia Karolina Vargas Martello	08/09/1984	4,00	1,60	0,80	6,40	9,00	2,00	6,48
2	234386	Angelica Schmitt Schell	07/04/1993	3,60	0,80	0,00	4,40	9,00	2,00	5,08
3	236663	Luan Gustavo Bogo	02/03/1990	4,40	0,40	0,00	4,80	4,40	0,00	4,24
4	229064	Nilvo Da Silva	03/05/1974	1,20	1,20	0,00	2,40	9,00	5,50	4,03

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	237492	Rafael Campestrini	29/10/1993	4,80	0,80	1,20	6,80	2,20	0,00	5,20
2	229892	Cledson Miranda	29/05/1993	4,00	0,40	1,60	6,00	1,00	0,00	4,40
3	235982	Regiane Carolina Valente De Liz	27/04/1995	3,60	0,40	0,80	4,80	1,20	0,00	3,60
4	229645	Roseli Debarba	30/08/1989	4,00	0,40	0,00	4,40	0,80	0,00	3,24

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
230464	Tiago Roberto Moraes	23/09/1988
237931	Thais Letticia Schwinder	09/09/1991
239900	Vitor Henrique Kniess	06/04/1993

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	232336	Luciane Gambeta Passig	26/03/1978	5,60	1,60	1,20	8,40	8,00	1,50	7,63
2	231216	Mayara Gabrielle Meriz	08/01/1988	5,20	1,20	1,60	8,00	8,00	3,00	7,50
3	233043	Sirlange Esser Rosa	05/11/1980	5,20	1,20	0,80	7,20	8,00	4,50	7,09
4	231831	Aline Weiers	28/05/1989	5,20	1,20	0,80	7,20	8,00	1,00	6,74
5	232444	Marines Steuck	11/02/1974	5,60	1,20	0,80	7,60	6,00	0,50	6,57
6	238365	Silvana Jordina Goedert De Souza	21/12/1987	4,40	0,80	1,60	6,80	6,00	4,00	6,36
7	232151	Carla Rosane Henn Tholl	03/08/1973	4,40	0,80	1,20	6,40	8,00	1,50	6,23
8	231703	Taina Küster	27/01/1993	5,20	0,40	1,20	6,80	6,00	2,00	6,16
9	230783	Danieli Duarte Da Silva	06/03/1984	4,40	1,60	0,80	6,80	6,00	1,50	6,11
10	233017	Tatiana Da Silva Zwicker	12/06/1984	4,80	0,40	0,80	6,00	8,00	3,00	6,10
11	231780	Vania Mariuza Heinz De Souza	24/01/1971	4,00	1,60	1,20	6,80	6,00	0,00	5,96
12	237841	Diuvana Dilmara Boll	13/09/1982	4,80	0,00	1,20	6,00	6,00	5,50	5,95
13	233003	Kelin Pereira	20/02/1989	5,20	0,40	0,80	6,40	6,00	2,50	5,93
14	229475	Debora De Souza Klaumann	25/06/1982	4,80	0,40	0,40	5,60	8,00	3,50	5,87
15	228542	Kerolin Duane Bilk	23/02/1982	4,40	0,40	0,40	5,20	8,00	5,50	5,79
16	235853	Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos	08/11/1987	5,20	0,00	0,40	5,60	8,00	2,50	5,77
17	229294	Roberta Joelma Lofhagen	14/06/1983	5,20	0,80	0,40	6,40	6,00	0,50	5,73
18	233937	Josiane Venancio	10/02/1988	4,00	0,80	0,80	5,60	8,00	1,50	5,67
19	230093	Katiani De Brito	21/02/1986	4,40	1,20	0,40	6,00	6,00	2,00	5,60
20	232270	Diuvana Correa	05/12/1980	4,00	1,20	0,40	5,60	6,00	4,50	5,57
21	232011	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	07/08/1993	4,80	0,40	0,80	6,00	6,00	1,50	5,55
22	235974	Elqui Grahl	18/10/1985	4,00	0,40	1,20	5,60	6,00	2,50	5,37
23	231810	Monica Machado	13/11/1972	4,40	0,80	1,20	6,40	4,00	0,00	5,28
24	229564	Leoni Schuster De Deus	14/05/1963	4,00	1,20	0,40	5,60	4,70	1,50	5,01
25	230907	Nilza Luzia Lemos Da Cruz Gazaniga	19/07/1982	3,60	1,20	0,40	5,20	5,30	0,50	4,75
26	238592	Dayana Arndt	22/08/1985	2,40	1,20	0,80	4,40	6,00	1,50	4,43
27	238435	Rosiani De Lourenzi	28/11/1989	2,40	0,80	1,20	4,40	6,00	1,50	4,43
28	235130	Jucelia Dos Santos Da Silva	29/06/1971	3,20	0,80	0,40	4,40	6,00	0,00	4,28
29	228310	Daiane De Souza Machado	03/09/1985	2,40	0,40	1,20	4,00	4,00	2,00	3,80
30	235157	Sueli Dos Santos	28/07/1958	2,00	0,80	0,00	2,80	6,00	0,00	3,16
31	235696	Rosemery Eger Cachoeira	29/08/1967	1,60	0,40	0,40	2,40	6,00	2,00	3,08

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	236008	Cristiane Valente Fuck	06/07/1986	5,60	1,60	0,40	7,60	3,00	0,50	5,97
2	237733	Soraia Schmidt	15/08/1972	5,20	1,60	0,80	7,60	2,20	1,50	5,91
3	232048	Diani Grasieli Galvani	22/11/1989	5,20	1,20	0,80	7,20	3,60	0,00	5,76
4	230284	Crislaini Carla Valente Fuck	03/07/1989	5,60	0,80	0,80	7,20	3,20	0,00	5,68
5	230592	Katia Regina Jeremias Krambeck	03/07/1972	4,80	0,40	1,60	6,80	3,60	1,50	5,63
6	229816	Lais Hübner	17/07/1995	5,20	0,80	1,20	7,20	2,20	0,50	5,53
7	228349	Ana Carolina Borgonha	09/08/1991	4,80	1,20	1,20	7,20	1,40	0,00	5,32
8	231604	Lariza Da Silva	05/05/1988	5,60	0,40	0,40	6,40	3,00	0,50	5,13
9	232710	Mateus Peyerl	01/12/1986	5,60	0,40	0,80	6,80	0,20	0,00	4,80
10	238806	Elisangela De Oliveira	11/03/1982	4,00	1,20	0,40	5,60	3,00	2,00	4,72
11	228999	Ana Paula Augusto Da Silva	27/06/1980	3,60	0,80	1,20	5,60	2,20	1,00	4,46
12	229468	Paloma Aparecida Vieira	08/11/1995	4,80	0,80	0,40	6,00	0,80	0,00	4,36
13	230670	Gabriela Dos Santos Alberton	03/02/2015	3,60	0,80	1,20	5,60	2,10	0,00	4,34

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
14	231906	Taise Regina Barbosa	26/08/1991	4,40	0,40	0,40	5,20	3,40	0,00	4,32
15	238882	Juliete Noihaus	23/05/1989	4,80	1,20	0,00	6,00	0,00	0,00	4,20
16	236378	Sandra Mara Matteussi	10/04/1975	4,40	0,80	0,80	6,00	0,00	0,00	4,20
17	236606	Daniela Franzoi	29/08/1994	3,60	0,80	1,20	5,60	0,50	0,00	4,02
18	229567	Viviane Regina Eidt	06/03/1989	3,20	0,40	0,80	4,40	3,00	2,50	3,93
19	229030	Marina Pesenti	17/09/1993	2,80	1,20	1,20	5,20	1,20	0,00	3,88
20	231350	Scheila Almeida Ferreira	27/05/1992	4,80	0,00	0,40	5,20	0,80	0,00	3,80
21	228724	Camila Eigen	28/11/1994	3,60	1,20	0,40	5,20	0,00	0,00	3,64
22	231348	Edinara Machado	18/05/1988	2,80	0,40	1,60	4,80	0,80	0,00	3,52
23	240153	Loredana Priscila Costa	22/04/1994	3,60	0,40	0,80	4,80	0,00	0,00	3,36
24	237018	Juliana Andiaraci Maciel	10/12/1996	3,20	0,40	0,40	4,00	0,80	0,00	2,96
25	238796	Lucelia Da Silva	24/11/1974	2,00	0,40	0,00	2,40	3,00	0,50	2,33

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
239837	Indianara Bini Buss	22/01/1992

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	232247	Andyara Formonte Vignola	11/06/1980	4,40	0,80	0,80	6,00	0,00	0,00	4,20
2	232711	Mateus Peyerl	01/12/1986	3,20	0,40	0,80	4,40	0,00	0,00	3,08

PROFESSOR GEOGRAFIA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	238711	Fabio Macedo De Castro Faria	17/07/1983	4,00	2,00	2,00	8,00	8,00	0,00	7,20

PROFESSOR HISTÓRIA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	238965	Bianca Schultz	03/06/1980	3,60	0,40	1,60	5,60	6,00	1,50	5,27

PROFESSOR LÍNGUA INGLESA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	229939	Andreas Trainotti	28/05/1990	4,80	1,60	2,00	8,40	2,00	0,50	6,33
2	240413	Amanda Tainara Treinatti	05/04/1995	3,20	1,60	1,20	6,00	0,00	0,00	4,20

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	240414	Amanda Tainara Treinatti	05/04/1995	3,20	1,60	1,20	6,00	0,20	0,00	4,24

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
234874	Maguio Jeceler Correia	16/05/1975

PROFESSOR MATEMÁTICA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP	LP	MAT	PE	PT	TS	NF
1	235353	Mirian Kranz	13/07/1986	6,00	1,60	1,60	9,20	0,80	0,00	6,60
2	228635	Regiane Santos Stinghen	26/08/1990	3,60	1,60	1,60	6,80	1,20	1,50	5,15
3	232012	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	07/08/1993	4,40	0,40	0,80	5,60	3,20	1,50	4,71
4	230332	Diogo De Oliveira Brod	18/12/1977	2,40	1,20	2,00	5,60	1,46	0,50	4,26

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;
*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;
*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;
*PT = Nota da Prova de Títulos;
*TS = Nota do Tempo de Serviço;
*NF = Nota Final;

Trombudo Central, 11 de Janeiro de 2016

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 02/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 02/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO E COMBATE AO BORRACHUDO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:00h. do dia 22 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 11 de janeiro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 03/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 03/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h. do dia 22 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 11 de janeiro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016
Edital de Pregão Presencial nº 04/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviço de Consultoria, para o exercício de 2016.

Entrega dos envelopes até às 9h30min do dia 26/01/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 11 de janeiro de 2016.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2016
Edital de Pregão Presencial nº 05/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, serviços inerentes para os pacientes do Programa específico Brasil Sorridente.

Entrega dos envelopes até às 13h30min do dia 26 de janeiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 11 de janeiro de 2016.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2016
Edital de Pregão Presencial nº 03/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE PASSAGENS RODOVIARIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM LINHAS E HORARIOS DIVERSIFICADOS, DESTINADOS AOS PACIENTES DO SUS E QUE

NECESSITAM DE ACOMPANHANTE QUANDO NECESSÁRIO E PARA SERVIDORES MUNICIPAIS, PARA O ANO 2016.

Entrega e abertura dos envelopes das propostas no dia 26 de janeiro de 2016 as 8h15min.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC 11 de janeiro de 2016

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2016
Edital de Pregão Presencial nº 09/2016.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de Link de internet para esta Municipalidade, para o ano de 2016.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 26 de janeiro de 2016, às 14h45min.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 11 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016
Edital de Pregão Presencial nº 10/2016.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA, NAS ESCOLAS, SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO E GINÁSIOS MUNICIPAIS.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 9h do dia 27 de janeiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 12 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 01/2016

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica na Rua Santa Cruz com recursos próprios.

Entrega das propostas até as 13:45 horas, do dia 29/01/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 12 de janeiro de 2016

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 02/2016

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS CAARÓ E SANTO CRISTO DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 814654/2014 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1022146-18/2014, E PROPRIOS E DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA).

Entrega das propostas até as 15 horas, do dia 29/01/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 12 de janeiro de 2016

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LANÇAMENTO N.º 001/2016 TRIBUTOS SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA - EXERCÍCIO 2016**EDITAL DE LANÇAMENTO n.º 001/2016
TRIBUTOS SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA**

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, dos Artigos 32 a 34 da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, artigos 9º à 31 do Código Tributário Municipal de Tunápolis – Lei n.º 097/1990 de 14 de dezembro de 1990, divulga o presente Edital, demonstrando os lançamentos da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento; Taxa de Fiscalização e Vistoria; Taxa de Alvará Sanitário; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Fixo; Taxa para Funcionamento em Horário Especial para o exercício financeiro de 2016.

1 Do Fato Gerador

O fato gerador é a fiscalização e/ou vistoria ao ordenamento público, ao zoneamento, a higiene, a segurança e ao sossego público, bem como as diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando ao exame das condições iniciais de concessão de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de qualquer natureza localizados no perímetro urbano e rural do município, em face da legislação em vigor.

2 Sujeito Passivo

Contribuinte dos tributos sobre atividade econômica é por pessoa física ou jurídica que tenha se instalado no município para exercer as atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços de caráter permanente, eventual ou transitório.

3 Relação de cadastros econômicos, com respectivo valor lançado

Os tributos serão lançados em nome do contribuinte que constar do cadastro econômico municipal, levando em conta a situação da unidade econômica, a atividade desenvolvida conforme o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal do Brasil.

Para tributos lançados para pessoa física, é levado em conta o cadastro efetuado junto ao Setor de Tributos, bem como a vistoria e fiscalização anual.

Inscrição Municipal	Nome / Razão Social	Atividade Principal	Parcela	Receita	Valor Gerado
659	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA - EPP	211-Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 952,68
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
800	ACADEMIA REMPEL LTDA - ME	100604-Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 252,75
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
990	AÇOUGUE E EMBUTIDOS NAUE LTDA - ME	1076-Comércio varejista de carnes - açougues	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	R\$ 121,52
557	ACRESP - Associação Cultural Recreativa Esportiva e Beneficente São Pedro	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
383	ADEMIR NICODEM	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1005	AFONSO ANTÔNIO NICODEM	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
712	AGOSTINHO SCHMITT	953-Taxista autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
350	AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA ME	1113-Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52

1059	AGRO TRANSPORTES PIÁ LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
956	AGROPEPERI LTDA - ME	935-Comercio varejista de produtos veterinários, maquinas e implementos para a agricultura - material d	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
638	AGROTUNAS LTDA - ME	1100-Comércio varejista de medicamentos veterinários	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
705	AIRTON LUIS STRIEDER	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
629	AIRTON SEHN	101714-Advocacia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
266	ALCIDES LUIS HOFER	911-SERVIÇOS DE DESPACHANTE	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
945		101714-Advocacia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
996	ALCIONE BOTH - ME	1088-Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
12	ALOISIO WELCHEN - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
970	ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA - EPP	1065-Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
947	ARCÁDIO LUIS ORTH	100501-Medicina veterinária e zootecnia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
1001	ARLEI CLEM	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
865	ARLEI JOSÉ MATTHES	955-Engenheiro(a) Agrônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	ISS Fixo	R\$ 291,64
276	ARLINDO FRANZEN - ME	1082-Comércio varejista de artigos de colchoaria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
23	ARMARINHOS E CONFECÇÕES BECKER LTDA -ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
741	ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA ME	968-Fabricação de artefatos de cimento	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
163	ASSOC.ESP.CULT.REC.ASSIST.BENE F. 19 DE SETEMBRO	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
385	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	222- Produtos artesanais, jantas, cafés	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
844	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNÁPOLIS	1020-Rádio difusão comunitária	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
161	ASSOCIACAO CULTURAL ASSISTENCIAL CINQUENTENARIO L. SAO JORGE	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
165	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA SÃO PEDRO	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
159	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA RAIGÃO BAIXO	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
156	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E ESPORTIVA TREZE DE MAIO	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
164	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA ESPORTIVA AIMORÉ	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30

1007	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COOPER A1	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 267,33
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
652	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA HELENA E TUNÁPOLIS	81-Associações profissionais e entidades de classe	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
640	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA ALTO DA SERRA	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
166	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA AVANTE DE LINHA BONITA	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
157	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREAT E CULTURAL DE LINHA PITANGUEIRA	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
160	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA NACIONAL LINHA SETE TOMBOS	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
597	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL BAUMGRATZ	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
162	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL 25 DE JULHO	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
549	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS	925-FARMÁCIA INTERNA	Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
634	ASSOCIAÇÃO RECANTO DO SOSSEGO	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
		68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
170	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
764	AUDREI DELAZERI	100501-Medicina veterinária e zootecnia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
625	AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA ME	101401- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
250	AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA - ME	221-Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 481,20
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
11	AUTO POSTO CANARINHO LTDA - EPP	211-Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 884,63
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
419	AUTO POSTO PITANGA LTDA EPP	211-Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 816,58
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
891	BANCO BRADESCO S.A.	42-Bancos e Estabelecimentos Similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 437,45
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
33	BANCO DO BRASIL S.A.	42-Bancos e Estabelecimentos Similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 437,45
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
845	BAR E LANCHONETE SCHROER LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
441	BAUMGRATZ CONFECÇÕES E UTILIDADES LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
36	BERNARDO NICOLAU SPIES	100412-Odontologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
836	BLÁSIO LUIS STÜLP	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
749	BRASIL TELECOM S/A	981-Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 340,24
953	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TUNÁPOLIS-SC	81-Associações profissionais e entidades de classe	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
628	CANÍSIO CARLOS REICHERT	959-Mecânico/Chapeador Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
593	CAROLINE WERLANG KIST	100412-Odontologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85

			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
765	CDA PRESENTES E DECORAÇÕES LTDA ME	989-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
794	CECILIA SCHMIDT - ME	14- Aparelhamento de Placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
661	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	918-Distribuição de Energia elétrica	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
756	CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS ULTIMA PORTEIRA	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
989	CHAPEAÇÃO STÜLP LTDA - ME	101405-Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 349,96
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
1034	CLEITON SULZBACH - ME	1065-Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
653	CLÉRIA MARIA SCHNEIDERS FLACH - ME	227-Com. Varej. de Carnes e Produtos de Padaria e Confeitaria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	121,52
854	CLÍNICA FISIOCORPUS S/S LTDA	100408-Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
388	CLÍNICA SANTA MARIA S/S LTDA - EPP	100401-Medicina e biomedicina	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
158	CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SORAST	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
55	CLUBE ESP. RECREATIVO DE ASSIST. SOCIAL E CULTURAL REAL	68-Clubes sociais, esportivos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
463	COLETADORA DE AVES MANNRICH EIRELI - EPP	101104-Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
739	COMERCIAL E MERCADO PITANGA LTDA - ME	936-Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios: minimercados, mercearias e armazéns	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
347	COMERCIAL MÜLLER LTDA - ME	23-Armazens e Generos Alimentícios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 349,96
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
52	COMERCIAL SPIES LTDA	967-Com. varej de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Supermercados	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 641,60
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
348	COMÉRCIO DE BEBIDAS PORÃO LTDA - ME	213-Com. de Bebidas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	R\$ 121,52
778	COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES NEDEL LTDA	987-Comércio varej especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
606	COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS NAVITAN LTDA	219-Farmacia e Drograria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
734	CONFECÇÕES MARIA MODAS LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 340,24
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
218	CONFECÇÕES TUNAPOLITANA LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
284	CONFEITARIA GOSTINHO BOM LTDA - EPP	225-Padaria e Confeitaria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 267,33
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	R\$ 121,52

600	COOP. PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA LAJEADO PERAU COOMILP	1018-Fabricação de Laticínios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
43	COOPERATIVA A1	1089-Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 884,63
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 194,42
458	COOPERATIVA A1 - GRANJA	26-Com. de Produtos Agropecuários	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
353	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS ITAPI	42-Bancos e Estabelecimentos Similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 437,45
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
1093	COPEL - INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	1125-Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 758,25
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
45	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	12-Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação p/ uso industrial e comercial	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 641,60
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1084	DARCI PAULO WINTER	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
435	DÉCIO EIDT	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 4.860,60
360	DECORAÇÕES E JARDINAGENS FÁVERO & SPIES LTDA - ME	1085-Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1055	DELEI SPIES 06115820901	101405-Restauração, condicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
883	DESPACHANTE QUATRO RODAS LTDA	911-SERVIÇOS DE DESPACHANTE	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
827	DO SUL ALIMENTOS LTDA - ME	1010-Fabricação de açúcar em bruto	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
684	ECOS COMERCIAL LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
979	EDERSON DA CRUZ DE LIMA	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1010	EDINEI SOETHE	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1089	EDUARDO LAUSCHNER	100720-Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
743	ELETRÔNICA FLACH LTDA	1079-Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 349,96
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
207	ELOI FREY	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
169	ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA - ME	100702-Obras de terraplenagem	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
658	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
337	ERNANI GAUER & CIA LTDA - ME	34-Tornearias, Eletrônicas, Manutenção Elétrica, Tipografias, Oficinas Mecânicas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
404	ERNO ULRICH	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1020	ESCOLA DE IDIOMAS & BAZAR LUCAS LTDA - ME	100802-Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
338	ESCRITORIO CONTABIL OESTE LTDA	101719-Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	1	ISS Fixo	R\$ 48,67
			2	ISS Fixo	R\$ 48,60
			3	ISS Fixo	R\$ 48,60
			4	ISS Fixo	R\$ 48,60

			5	ISS Fixo	R\$ 48,60
			6	ISS Fixo	R\$ 48,60
			7	ISS Fixo	R\$ 48,60
			8	ISS Fixo	R\$ 48,60
			9	ISS Fixo	R\$ 48,60
			10	ISS Fixo	R\$ 48,60
			11	ISS Fixo	R\$ 48,60
			12	ISS Fixo	R\$ 48,60
			Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
726	ESCRIVANIA DE PAZ DE TUNÁPOLIS	102101-Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
811	ESTAMPARIA E TEXTURIZAÇÃO N. S. LTDA ME	101405-Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 349,96
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1079	ESTÚDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA	1122-Atividades de rádio	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 486,06
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
874	EVANDRO JOSÉ GEISEL	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1023	EVIDENCE ALIMENTAÇÃO LTDA - ME	1104-Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
821	FARMÁCIA ESSÊNCIA SCHNEIDER LTDA ME	219-Farmacia e Drograria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
933	FERNANDO AUGUSTO MÜLLER	100412-Odontologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
1065	FERNANDO PREIS	1003-Serviços de inseminação artificial	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
485	FERRARIA E FUNILARIA JUNGES LTDA ME	1093-Produção de artefatos estampados de metal	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 349,96
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
418	FLACH & VOGT LTDA -ME	31-Transporte Rodoviário de Passageiros	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
471	FLÁVIO SCHNORRENBURGER	99-Profissional Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
254	FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME	969-Comércio varejista de materiais de construção em geral	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
415	FUNERARIA REMPEL LTDA - ME	102501-Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embal	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
943	GALA ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA - ME	968-Fabricação de artefatos de cimento	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1041	GENÉSIO FRANCENER	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1031	GILBERTO SCHONARTH	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
752	HCL LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA ME	984-Laboratórios Clínicos	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
922	HENTZ COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E CURSOS LTDA - ME	100802-Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30

1008	HILÁRIA BECKENKAMP HIPPLER	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
869	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	1031-Igrejas, Cultos e Reuniões	Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
814	INÁCIO REMPEL	99-Profissional Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1044	INDIANARA FOLLMANN	100701-Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
715	INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE MÓVEIS EIDT LTDA - ME	954-Fabricação de móveis com predominância de madeira	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 252,75
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
872	IVO ALOISIO HERRSCHAFT	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
747	JACÓ LUÍS TOILLIER	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1085	JAYNE GRASEL	100408-Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
973	JEAN CARLO BERWANGER	100501-Medicina veterinária e zootecnia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
1068	JEFERSON & FILHO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME	101009-Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
259	JORGE EIDT	101719-Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	1	ISS Fixo	R\$ 48,67
			2	ISS Fixo	R\$ 48,60
			3	ISS Fixo	R\$ 48,60
			4	ISS Fixo	R\$ 48,60
			5	ISS Fixo	R\$ 48,60
			6	ISS Fixo	R\$ 48,60
			7	ISS Fixo	R\$ 48,60
			8	ISS Fixo	R\$ 48,60
			9	ISS Fixo	R\$ 48,60
			10	ISS Fixo	R\$ 48,60
			11	ISS Fixo	R\$ 48,60
			12	ISS Fixo	R\$ 48,60
			Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
718	JOSÉ KIRCHNER	957-Serviços de sapataria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
887	JOSÉ NEDEL	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1024	KLEIN & MAZZARDO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME	38-Transportes Rodoviários de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
957	L.W. EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME	101211-Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
596	LARI ROQUE STAUB	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
115	LAUDELINO LENCINA DA SILVA- ME	1077-Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
841	LAURINDO BECKER	1009-Auxiliar de Pedreiro	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 48,61
			Única	ISS Fixo	R\$ 31,59

1067	LEANDRO BORTOLINI EIRELI - ME	1080-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
911	LÍRIA GOSSLER RECKTENVALD	949-Vendedor(a) Autônomo(a)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 4.860,60
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
35	LOJA SCHOENBERGER EPP	1039-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
662	LUCIA BOURSHEID STAUB	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
809	LÚCIA SCHNEIDER	920-Costureira Autônoma	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
1056	LÚCIO WOLF	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
785	M&M ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME	101701-Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 349,96
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
38	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	1106-Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 544,39
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
129	MADEIREIRA MACACO BRANCO LTDA	14-Desdobramento de madeiras	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
984	MAGDA STRIEDER	97-Profissionais de Nível Superior	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
966	MAIKON ODILON BISCHOFF	100412-Odontologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
664	MARAVALHA SCHMITT LTDA	915-DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
895	MÁRCIO PIVATTO CALÇADOS - ME	215-Com. de Calçados	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
289	MARIA DE LURDES FRAGOSO	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
680	MÁRIO BAUMGRATZ	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
768	MARIO GASPAR SCHEREN	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
127	MARIO LUIZ BIEGER	953-Taxista autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
451	MARLENE STAUB HOCHSCHEID	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
1048	MATHEUS VINICIUS SODER	100412-Odontologia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
122	MECÂNICA AGRÍCOLA BAUMGRATZ LTDA - ME	1129-Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 816,58
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
822	MECÂNICA AGRÍCOLA NEI LTDA - ME	101401- Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
119	MERCADO DANI LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03

			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	R\$ 121,52
793	MERCADO E LANCHONETE ANGELS LTDA	22-Bares , lanchonetes e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 243,03
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
7	METALÚRGICA FREIBERGER LTDA ME	101413-Carpintaria e serralheria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1098	METALÚRGICA N R EIRELI - ME	1043-Fabricação de esquadrias de metal	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
352	MILTON WINK - ME	31-Transporte Rodoviário de Passageiros	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 466,62
746	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ Paróquia Santíssima Trindade	978-Atividades de organizações religiosas	Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
112	MOVEIS GABRIELI LTDA - EPP	28-Comércio de Móveis	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 437,45
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
482	N.J.S. COMÉRCIO & TRANSPORTES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
343	NEUSA MARIA NEISS HAHN - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1078	NEWMAR KONRAD	1109-Motorista autônomo(a)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
426	NILSON ANSCHAU	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1013	NIMFA MARLI SÖTHE WEBER	920-Costureira Autônoma	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
838	NOELI JUSTEN SPECHT	1005-Comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, tecidos, artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
651	NOVA ELETRONICA LTDA - ME	1080-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
141	OLARIA TUNENSE LTDA	12-Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 583,27
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
796	ORLANDO INACIO HOFER	101702- Outras atividades de serviços prestados principalmente à empresas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
926	PAULO CESAR LOEBENS	101714-Advocacia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 388,85
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
			Única	ISS Fixo	R\$ 116,65
987	PEDREIRA E METALÚRGICA GELLER LTDA - ME	1074-Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
738	PIZZARIA VIANINI LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 315,94
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
200	PONTINHO ELETROELETRÔNICOS LTDA - ME	1103-Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
839	PORTALTEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	987-Comércio varej especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
823	RENATO JOSÉ SCHEREN	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
130	RENATO PEDRO DILL	99-Profissional Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
1035	REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PALELIH LTDA - ME	101009-Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42

565	RESTAURANTE E CHURRASCARIA FLACH LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 267,33
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
708	RESTAURANTE PAULI LTDA - ME	22-Bares , lanchonetes e similares	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
1006	ROSALVO GEISEL	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
761	ROSELI STAUB KERKHOFF - ME	986-Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	121,52
155	SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP	970-Fabricação de estruturas metálicas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
916			Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 233,31
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
812	SÉRGIO PREIS	1003-Serviços de inseminação artificial	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
464	SIRIA LUCIA KESSLER	919-Cabeleireira(o) Autônoma(o)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 60,76
983	SLA TRANSPORTES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
682	SUELI TEREZINHA GOSSLER FREIBERGER ME	225-Padaria e Confeitaria	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	R\$ 121,52
48	SUPERMERCADO VENEZA LTDA	25-Com. varej de mercadorias em geral, com pred produtos alimentícios - Supermercados	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 884,63
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
			Única	Taxa de Funcionamento em Horário Especial	R\$ 121,52
763	TARCÍSIO MATIAS BAUMGRATZ	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
171	TASI CONFECÇÕES LTDA - ME	27-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
679	TELEFÔNICA BRASIL S/A	932-Telefonia móvel celular	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 340,24
770	THOMAS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - ME	993-Fabricação e comércio varejista de maravalha	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
1094	TIAGO MULLER 06263706988	100702-Instalação e manutenção elétrica	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
881	TIM CELULAR S/A	932-Telefonia móvel celular	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 340,24
630	TOP SERVICE, INDUSTRIA, COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	1036-Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 252,75
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
619	TP TRANSPORTES LTDA ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
567	TRANSPORTES BOHNNI LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 213,87
227	TRANSPORTES E MADEIREIRA CAARÓ LTDA - ME	13-Serraria com desdobramento de madeiras	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 466,62
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
587	TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 252,75
714	TRANSPORTES FLACH LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
484	TRANSPORTES HENCAR LTDA ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
546	TRANSPORTES IRMÃOS SPIES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
855	TRANSPORTES JUVER LTDA	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
654	TRANSPORTES MATHEUS LTDA - ME	917-TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPAL	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
830	TRANSPORTES RAMILE LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73

489	TUNÁPOLIS TUR LTDA ME	31-Transporte Rodoviário de Passageiros	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
1103	TUNAS AGROCOMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME	1072-Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 121,52
733	TUNAS LOTERIAS LTDA ME	101901-Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 379,13
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
172	URBANO REMPEL	926-Pedreiro Autônomo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
856	VALDECIR BETTIO - ME	100702-Serviços de Pintura de Edifícios em Geral	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 272,19
175	VALDENOR FLACH - EPP	13- Frigorífico - abate de bovinos	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 427,73
580	VALDIR KAPPAUN	926-Pedreiro Autônomo; Oficina - borracharia	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
968	VALDOIR ROQUE ANSCHAU	1009-Auxiliar de Pedreiro	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 48,61
			Única	ISS Fixo	R\$ 31,59
1037	VALMOR FRANTZ	1109-Motorista autônomo(a)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
396	VANDER KERKHOFF - ME	1132 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 320,80
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
1014	VICENTE PAULO RAUCH	912-Massagista autônomo(a)	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 97,21
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
			Única	ISS Fixo	R\$ 58,33
560	VIDRAÇARIA BAUMGRATZ LTDA - ME	224-Com. de Vidros e Molduras	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 24,30
686	VIVEIRO TUNENSE LTDA - ME	938-Com Varejista e Plantas e Flores Naturais	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
660	WEBER MAQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA - ME	1039-Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 408,29
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91
1095	WMJT TRANSPORTES LTDA - ME	38-Transportes Rodoviário de Cargas	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 194,42
685	ZOELENE TEREZINHA ZANONI - ME	937-Comércio atacadista de embalagens, brinquedos e Artigos Recreativos	Única	Taxa de Fiscalização e Vistoria	R\$ 291,64
			Única	Taxa de Alvará Sanitário	R\$ 72,91

4 Dos prazos e condições de pagamento

Conforme Decreto 1.746/2016 de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o reajuste anual das taxas e tributos Municipais, e seus respectivos vencimentos:

Os impostos e taxas constantes no presente Edital têm vencimento conforme segue:

Taxa de Fiscalização e Vistoria em 29/02/2016 – cota única.

Taxa de Alvará Sanitário em 31/03/2016 – cota única.

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza alíquota Fixa: 31/03/2016 – cota única.

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza alíquota Fixa – Serviços Contábeis: 10/02/2016; 10/03/2016; 11/04/2016; 10/05/2016; 10/06/2016; 11/07/2016; 10/08/2016; 12/09/2016; 10/10/2016; 10/11/2016; 12/12/2016 e 10/01/2017.

Taxa de Funcionamento em Horário Especial: 29/04/2016 – cota única.

5 Classificação contábil de receita

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança da Taxa de Fiscalização e Vistoria serão classificadas, contabilmente 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00; Taxa de Alvará Sanitário: 4.1.1.2.1.17.00.00.00.00; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: 4.1.1.1.3.05.00.00.00.00;

Taxa de Funcionamento em Horário Especial: 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

6 Impugnação do lançamento

O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital de lançamento, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o sócio administrador e/ou profissional autônomo poderá reclamar contra eventuais erros de cálculo sobre a atividade econômica, endereço de localização e funcionamento da atividade, e não terá efeito suspensivo da cobrança dos Tributos sobre a Atividade Econômica.

7 Da entrega das guias para respectivo pagamento

As guias para pagamento poderão ser emitidas no site do Município www.tunapolis.sc.gov.br, na opção *Serviços ao Cidadão* ou retiradas pelo contribuinte junto ao Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizado na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis – SC.

8 Do local de pagamento

O pagamento dos Tributos sobre Atividade Econômica – Exercício 2016, até o vencimento poderá ser realizado em qualquer Instituição Financeira. Após o vencimento o pagamento é exclusivo no Banco Sicoob Creditapiranga, Agência de Tunápolis, localizado na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis – SC.

9 Da inadimplência

O contribuinte que não efetuar o pagamento no prazo especificado, fica sujeito a incidência de juro e multa conforme Art 185 do Código Tributário Municipal Lei n.º 097/1990 de 14/12/1990 como também desde já notificado do débito que a partir do vencimento do tributo sendo Inscrito em Dívida Ativa conforme Art 186 e posterior cobrança judicial conforme Art 244.

Podendo o Poder Público Municipal realizar o protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa (CDA), sendo este autorizado pela Lei Municipal n.º 1.206/2014 de 15/12/2014, como também pela Lei Federal n.º 9.492/97 alterada pela Lei Federal n.º 12.767/2012.

10 Da Emissão do Alvará de Fiscalização e Vistoria para Licença e Funcionamento

Após o pagamento dos tributos inerentes a atividade econômica o contribuinte deverá protocolar requerimento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, solicitando a emissão do Alvará de Licença e Funcionamento para o Exercício de 2016, anexando o Atestado de Vistoria para Funcionamento válido para o Exercício 2016, emitido pelo Corpo de Bombeiros – Unidade de Iporã do Oeste.

A cobrança da taxa independente da concessão da licença.

11 Dos Microempreendedores Individuais

Conforme Lei Complementar Federal 147/2014, de 07 de agosto de 2014 na qual altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências, especialmente em seu artigo 4º § 3º “ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas”.

Os Microempreendedores Individuais deverão protocolar requerimento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, solicitando a emissão do Alvará de Licença e Funcionamento para o Exercício de 2016, anexando o Atestado de Vistoria para Funcionamento válido para o Exercício 2016, emitido pelo Corpo de Bombeiros – Unidade de Iporã do Oeste, para os casos em que a atividade assim o exigir.

12 Disposições Finais

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento no Centro Administrativo Municipal, Setor de Tributos.

Tunápolis, 11 de janeiro de 2016.

Lílian Maria Ritter Eidt
Fiscal de Tributos
Portaria n.º 1.965/2007

**ELISABETH INÊS HEBERLE
SCHERER**
Secretária de Administração
Finanças e Planejamento

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

O presente Edital foi publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna
Portaria n.º 1.062/2002

Turvo

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 01/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Prefeitura de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Proposta: 80.991.094/0001-13004

Processo: 25000156722201533

Objeto: Incentivo para Construção de Pólos de Academia da Saúde - Básica (PI)

Origem dos Recursos: Ministério da Saúde/Fundo Nacional da Saúde

Valor da 3ª parcela: R\$ 16.000,00

Data do repasse: 5 de janeiro de 2016.

Turvo/SC, 5 de janeiro de 2016.

NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 22/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Prefeitura de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de Repasse: 801375/2014

Processo Nº: 2624.1014550-87/2014

Proposta SICONV: 022540/2014

Objeto: Implantação de passeios públicos e passarela no Município de Turvo

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da 1ª Parcela: R\$ 122.925,00

Data do repasse: 30 de dezembro de 2015.

Turvo/SC, 30 de dezembro de 2015.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 004/2016 PR 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Objeto: Registro de Preço para Aquisição, de forma parcelada, de Material Escolar para distribuição gratuita a todos os Alunos do Município.
Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até às 08h30min do dia 27 de Janeiro de 2016.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 27 de janeiro de 2016 a partir das 09h00min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 11 de janeiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2016 - PEDIATRA

EDITAL nº. 01/2016

Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, LAERCIO DA CRUZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas com início 11/01/2016, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro - Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, para realização de Consultas Médicas Básicas e Especializadas, Atendimentos de Outros Profissionais de Saúde de nível superior na Atenção Especializada; com pagamento à pessoas jurídicas ou físicas, conforme relação de serviços: 01 - Pediatria

Vidal Ramos, 11 de janeiro de 2016.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CREDENCIAMENTO Nº. 03/2016 - VIGAS EUCALIPTO

EDITAL nº. 03/2016

Chamamento público CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO PARA USO EM PONTES NAS ZONAS RURAIS DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, HELMUT STOLTENBERG, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas com início 11/01/2016, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro - Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO PARA USO EM PONTES NAS ZONAS RURAIS - conforme a necessidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, EM DIVERSAS COMUNIDADES DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS

Vidal Ramos, 11 de janeiro de 2016.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 01/2016 - PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA VIDAL RAMOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação 01/2016

PROCESSO DE DISPENSA DE A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE AUTORIA DO SESC, 05 ETAPAS DO PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS - 10 apresentações, 03 ETAPAS DO PROJETO EMCENACATARINA, 03 CIRCUITOS SESC DE MÚSICA E 03 ETAPAS DO PROJETO SONORA BRASIL PARA 2016.

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de

Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE AUTORIA DO SESC, 05 ETAPAS DO PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS - 10 apresentações, 03 ETAPAS DO PROJETO EMCENACATARINA, 03 CIRCUITOS SESC DE MÚSICA E 03 ETAPAS DO PROJETO SONORA BRASIL PARA 2016.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

Justificamos A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE AUTORIA DO SESC, 05 ETAPAS DO PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS - 10 apresentações, 03 ETAPAS DO PROJETO EMCENACATARINA, 03 CIRCUITOS SESC DE MÚSICA E 03 ETAPAS DO PROJETO SONORA BRASIL PARA 2016, através de Dispensa de Licitação visto o mesmo atender as necessidades do setor de Educação. O referido projeto é muito importante para os munícipes, visando à cultura, lazer/entretenimento. Assim, demonstra-se a utilidade, viabilidade e relevância do projeto em nossa comunidade escolar.

DO PREÇO

O valor será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), divididos em 07 parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser pago com recursos oriundos da educação.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MOTIVO DA ESCOLHA

O preço acordado está compatível com os demais de sua categoria.

FUNDAMENTO LEGAL

O presente procedimento está cristalizado nas recomendações prescritas com fulcro no artigo 24, inciso XIII, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores e também no DECRETO-LEI Nº 9.853, DE 13 DE SETEMBRO DE 1946.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, EDUARDO THECHRIN, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso XIII, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores e também no DECRETO-LEI Nº 9.853, DE 13 DE SETEMBRO DE 1946, em favor da empresa: CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC AR/SC, estabelecida na RUA FELIPE SCHIMITZ, 117, EDIFÍCIO SOARES GLAVILA - CENTRO - FLORIANÓPOLIS - SC, CEP 88010-002, inscrita no CNPJ sob o número 03.603.595/0001-68. Para A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE AUTORIA DO SESC, 05 ETAPAS DO PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS - 10 apresentações, 03 ETAPAS DO PROJETO EMCENACATARINA, 03 CIRCUITOS SESC DE MÚSICA E 03 ETAPAS DO PROJETO SONORA BRASIL PARA 2016

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Secretário Municipal da Educação, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 11 de janeiro de 2016.

EDUARDO THECHRIN

Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2016 - AGRICULTURA FAMILIAR PRIMEIRO SEMESTRE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2016

"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL".

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos localizada na Avenida Jorge Lacerda – Nº. 1180 – Centro – Vidal Ramos(SC), atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 realiza chamada pública para "Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para Escolas da Rede Municipal de Ensino".

A abertura da sessão será às 11:00 no dia 18/01/2016, Avenida Jorge Lacerda– Nº. 1180 – Centro – Vidal Ramos(SC), quando serão recebidos a documentação exigida abaixo de acordo com o Grupo e o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 11 de janeiro de 2016
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÁREA TRIBUTAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 22/01/2016 ÀS 09:00 HORAS
ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/01/2016 ÀS 09:00 HORAS

O Município de Vidal Ramos, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Laercio da Cruz, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Vidal Ramos/SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento na área tributária municipal e da fiscalização de obras e posturas, visando ao aperfeiçoamento de servidores públicos do município com a finalidade de aprimorar a aplicação da legislação e a consultoria conforme determinado no Termo de Referência (Anexo II) em 18 (dezoito) horas semanais de trabalho "in loco". Anexo I.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações do órgão licitante, sito no endereço mencionado no preâmbulo, até o horário estipulado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes e processamento do pregão que se dará na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Vidal Ramos, 11 de janeiro de 2016
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ATA 2016

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016-2020

Aos dez dias do mês de janeiro de 2016, às 10h00min, no CEVI, centro, no município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se para cerimônia de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no processo de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias de outubro de 2015, Excelentíssimo Prefeito de Videira Sr. Wilmar Carelli, o Presidente do CMDA Sr. Ricardo Buratto, a Secretária de Saúde Sra. Maria Eneida FurlinDresch, a Diretora do Departamento de Ação Social Sra. Justina Fruet de Lima e convidados, conforme a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 170/14 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, a Lei Municipal nº 3215/15e suas alterações, bem como Edital publicado por este Conselho em oito de abril de dois mil e quinzeque regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares em Videira. Deu-se início a solenidade de diplomação e posse dos novos conselheiros tutelares municipais. Foram convidados para compor a mesa, Excelentíssimo Prefeito de Videira Sr. Wilmar Carelli, Presidente do CMDCA Sr. Ricardo Buratto, a Secretária de Saúde Sra. Maria Eneida FurlinDresch, a Diretora do Departamento de Ação Social Sra. Justina Fruet de Lima. A Cerimônia de Diplomação e Posse iniciou com a fala da Secretária Executiva deste Conselho a qual cumprimentou todos os presentes e deu início ao ato solene, logo após foi composta a mesa de honra, com as autoridades presentes, em seguida passou a palavra ao Prefeito de Videira Sr. Wilmar Carelli, o qual saudou o presidente do CMDA Sr. Ricardo Buratto, a Sra. Maria Eneida FurlinDresch, a todos os familiares e presentes e em especial aos conselheiros hoje empossados, explanou sobre a importância do trabalho dos conselheiros em nosso município, desejou sorte, sucesso a todos os conselheiros tutelares, concluiu dizendo que o trabalho desempenhado pelos conselheiros irá contribuir para solucionar os problemas das famílias do município de Videira. Posteriormente a Secretária de Saúde Sra. Maria Eneida FurlinDresch cumprimentou a mesa de honra e a todos os presentes, comentou que o Conselho Tutelar é um órgão autônomo, mas regido e vistoriado pelas normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e sua administração está vinculada ao Departamento de Ação Social, falou também da importância de exercer com responsabilidade o cargo que lhe foi empossado, defendendo os interesses das crianças e dos adolescentes. Em seguida o Sr. Ricardo Buratto presidente do CMDCA, saudou as todas as autoridades da mesa de honra, e em especial ao prefeito do município de Videira por confiar a nomeação para ocupar o cargo de presidente do CMDCA, em seguida deu início ao ato de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares do Município de Videira. Ressaltou que conforme deliberação da plenária do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 06 de janeiro do corrente ano, ficou deliberado que nesta solenidade também será empossada a 6ª candidata eleita como suplente, em virtude do afastamento da Conselheira Zeli do Prado reeleita em 5º lugar, a presente deliberação do conselho é com intuito de cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da ação civil pública n. 0001310-38.2012.8.24.0079, a qual determina no item A que a conselheira Zeli deve ficar afastada das funções de conselheira tutelar até o trânsito e julgado da citada sentença. Ante a Deliberação do Conselho a referida conselheira foi notificada de seu afastamento. Em seguida foi dado início a Diplomação e Posse dos conselheiros, a qual foi realizada pelo Prefeito Municipal de Videira juntamente com a mesa de honra, os Conselheiros Tutelares Titulares foram empossados para a gestão 2016-2020, foram chamados nominalmente os conselheiros Luiz Carlos

Spanholi - 371 votos, Miriane Batista - 364 votos, Silvana Toccolini - 299 votos, Juliana Weber - 281 votos, Zeli do Prado - 267 votos para tomar posse como conselheiros titulares, sendo neste ato empossada como suplente a Conselheira Juliana Rostirola com 233 votos, em substituição a Conselheira Zeli afastada por deliberação do CMDCA, os demais conselheiros eleitos considerados como suplentes podendo vir a assumir o cargo em caso de vacância. Após a entrega do Diploma e da assinatura do termo de posse, a solenidade foi encerrada às (10h39min), sendo que essa ata foi redigida por mim, Sonia Gheller, Secretária Executiva e será assinada pelos presentes, conforme lista de presença.

ATA Nº 207

ATA – 207 – Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Inicialmente o Presidente Sr. Ricardo Buratto cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a presença. Logo após a secretária executiva realizou a leitura do processo administrativo nº 21957/2015, procedente do Ministério Público desta comarca, para os membros do conselho aos quais deliberaram a cerca dos fatos narrados no referido processo. Ante a requisição apresentada pelo Ilustre Ministério Público o presente conselho deliberou pela abertura de procedimento administrativo e sindicância para apurar os fatos narrados no processo citado acima. O presidente Sr. Ricardo Buratto nomeou a comissão de sindicância que será formada por três membros do CMDCA, composta por: Sr. Rodolfo Pires Filho, Sra. Aline Zago Reolon e Sra. Lindamir Lenieski, a presente comissão será presidida pelo Sr. Rodolfo. Conforme previsão da lei 3215/15 a comissão de sindicância terá o prazo de trinta dias para averiguar os fatos e emitir o relatório final. Dando sequência o presidente do CMDCA convidou a todos os membros do conselho para participarem do ato solene de posse dos conselheiros tutelares que se realizará no dia dez de janeiro de dois mil e dezesseis às dez horas da manhã nas dependências do Centro de Eventos Vitoria. Os membros do CMDCA deliberaram que no ato de diplomação e posse seriam empossados cinco conselheiros tutelares, outrossim, em face da decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0001310-38.2012.8.240079 a qual menciona o afastamento de um dos conselheiros eleitos será empossado também um suplente, que totalizará seis conselheiros empossados no ato solene, a deliberação do CMDCA vai ao encontro da decisão judicial supra citada. Nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença de todos e declaramos encerrada a reunião, da qual eu, Sônia, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SER UTILIZADA NA ELABORAÇÃO DE BASE PREPARATÓRIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13h00min do dia 27/01/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 13h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 11 de janeiro 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002/16

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

Dispõe sobre o afastamento da Conselheira Tutelar Zeli do Prado e nomeação de suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar o afastamento da Conselheira Tutelar Zeli do Prado e nomeação de suplente, classificada em 6º lugar no processo eleitoral das eleições unificadas.

Paragrafo Unico - Fica afastada Zeli do Prado do cargo de Conselheira Tutelar em virtude da decisão judicial proferida nos autos da ação civil pública nº 0001310-38.2012.8.24.0079.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 11/01/2016

Ricardo Buratto

Presidente do CMDCA

TERMO ADITIVO Nº 03/2016

Termo Aditivo nº 03/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 192/2013

Processo: PR nº 95/2013-PMV

Contratado: VIAÇÃO PETRÓPOLIS LTDA. - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 1.009.889,50.

Data: 11/01/2016.

TERMO ADITIVO Nº 04/2016

Termo Aditivo nº 04/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 175/2013

Processo: PR nº 96/2013-PMV

Contratado: VIAÇÃO PETRÓPOLIS LTDA. - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 227.898,62.

Data: 11/01/2016.

Xanxerê

PREFEITURA

CONVÊNIO 002/2016 - HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC

Extrato do Convênio nº 002/2016

Conveniente: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Conveniada: Associação Educacional e Caritativa – Hospital Regional São Paulo.

Objeto: Transferência financeira exclusivamente para pagamento de serviços prestados no atendimento médico a população de Xanxerê, no serviço de Urgência/Emergência e sobreaviso médico de 09 (nove) especialidades médicas, ambos com funcionamento integral (24h). Valor: R\$ 1.440,000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil reais) repassados em 12 parcelas mensais de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Prazo: até 31/12/2016.

Xanxerê-SC, 11/01/2016

Gelson Saibo – Prefeito Municipal em Exercício

CONVÊNIO 003/2016 - HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC

Extrato do Convênio nº 003/2016

Conveniente: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Conveniada: Associação Educacional e Caritativa – Hospital Regional São Paulo.

Objeto: Transferência financeiros a fim de viabilizar a realização de cirurgias eletivas repesadas no Município de Xanxerê, nas áreas de cirurgia geral, vascular, ortopédica e ginecológica, a título de complementação da tabela AIH/SUS, o valor de R\$ 300,00 por cirurgia eletiva para o médico cirurgião e o valor de R\$ 150,00 para o médico anestesista, nas especialidades de cirurgia ortopédica, cirurgia vascular e cirurgia geral, na quantidade de até 40 (quarenta) procedimentos cirúrgicos mês. Nos procedimentos cirúrgicos ginecológicos o valor a ser repassado, por cirurgia eletiva será de R\$ 460,00 para o médico cirurgião ginecológico e de R\$ 150,00 para o médico anestesista, na quantidade de até 06 (seis) procedimentos mês. Valor: R\$ 86.640,00 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais) de acordo com a demanda. Prazo: até 04/05/2016.

Xanxerê-SC, 11/01/2016

Gelson Saibo

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº GS 007/2015

DECRETO Nº GS 007/2016

ALTERA REPRESENTATES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GELSON SAIBO, Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a representatividade da entidade de classe UXAN e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, art. 1º, incisos III e VI, do decreto nº AJG 070/2013, de 05.02.2013, alterado pelos decretos nº AJG 254/2014, nº AJG 129/2015 e nº AJG 179/2015, passando a ter a seguinte representação:

III – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

ROSANGELA APARECIDA CAMPOS DA CRUZ - Titular

ARLETE TEREZINHA HERTTAL - Suplente

VI – Associações Comunitárias/Entidades de Interesse do Consumidor – UXAN

POLIANE APARECIDA DA SILVA - Titular

SIDINEI MESNEROVICZ - Suplente

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº AJG 070/2013, de 05.02.2013, Decreto nº AJG 254/2014, de 06.10.2014, Decreto nº AJG 129/2015, de 1º.07.2015 e Decreto nº AJG 179/2015, de 25.08.2015

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 11 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2016

Processo nº 0005/2016 – Dispensa de Licitação nº 0003/2016

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Gelson Saibo, justifica a Dispensa de Licitação para a Locação de uma Casa em alvenaria destinada ao Acolhimento Institucional Casulo (abrigo), no valor mensal de R\$ 1.847,00 (um mil oitocentos e quarenta e sete reais) com a Imobiliária Xancasa Ltda e a Locação de uma Casa em alvenaria destinada a Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor mensal de R\$ 3.212,00 (três mil e duzentos e doze reais), com a Sra Seni Terezinha Sgarbossa Dalasen. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X.

Xanxerê/SC, 07 de janeiro de 2016

Gelson Saibo

Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0005/2016

Extrato do Contrato de Locação nº 0005/2016

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social

Locador: Imobiliária Xancasa Ltda

Objeto: Locação de uma Casa de alvenaria destinada ao Acolhimento Institucional Casulo.

Valor: R\$ 1.847,00 por mês. Prazo de locação: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de janeiro de 2016.

Gelson Saibo

Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0006/2016

Extrato do Contrato de Locação nº 0006/2016

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social

Locador: Seni Terezinha Sgarbossa Dalasen

Objeto: Locação de uma Casa de alvenaria destinada a acomodar a Secretaria de Assistência Social.

Valor: R\$ 3.212,00 por mês. Prazo de locação: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de janeiro de 2016.

Gelson Saibo

Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA Nº RH-GS 011/2016

PORTARIA Nº RH-GS 011/2016

EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2907/06 e no Edital/CMDCA nº 001/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 10.01.2016 o Sr. IVAIR ALVES DOS SANTOS, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 1.788.582 e inscrito no CPF sob o nº 756.616.249-72, nomeado (a) conforme Portaria nº RH-AJG 060/2015 na função de Conselheiro Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal de Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 012/2016

PORTARIA Nº RH-GS 012/2016

EXONERA CONSELHEIRA TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2907/06 e no Edital/CMDCA nº 001/2011 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 10.01.2016 a Sra. ROSELI NUNES DE OLIVEIRA, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 4.035.399 e inscrito (a) no CPF sob o nº 045.848.019-32, nomeado (a) conforme Portaria nº RH-BLB 121/2012 na função de Conselheira Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado(a) na Secretaria Municipal

de Assistência Social, com mandato prorrogado pela Portaria nº RH-AJG 024/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal de Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 013/2016

PORTARIA Nº RH-GS 013/2016

EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2907/06 e no Edital/CMDCA nº 001/2011 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 10.01.2016 o Sr. VALDECI ANTONIO CANANI, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 17/R-1.785.128 e CPF nº 614.720.779-20, nomeado(a) conforme Portaria nº RH-BLB 117/2012 na função de Conselheiro Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, com mandato prorrogado pela Portaria nº RH-AJG 025/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal de Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 014/2016

PORTARIA Nº RH-GS 014/2016

EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2907/06 e no Edital/CMDCA nº 001/2011 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 10.01.2016 o Sr. CLAUDEMIR JOSE FERRAZO, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 2.723.239-5 e CPF nº 665.486.329-15, nomeado(a) conforme Portaria nº RH-BLB

119/2012 na função de Conselheiro Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, com mandato prorrogado pela Portaria nº RH-AJG 026/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal de Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 015/2016

PORTARIA Nº RH-GS 015/2016

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, em Exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Lei BLB 3112/09, Lei AJG 3524/13, e

CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para conselheiros tutelares temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014,

RESOLVE

NOMEAR a partir de 10 de janeiro de 2016 o (a) Sr(a). IVAIR ALVES DOS SANTOS, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 1.788.582 e inscrito no CPF sob o nº 756.616.249-72, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta nomeação vigore no período de 10/01/2016 a 10/01/2020, conforme disposto no Edital CMDCA nº 02/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta nomeação, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal da Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 016/2016

PORTARIA Nº RH-GS 016/2016

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, em Exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Lei BLB 3112/09, Lei AJG 3524/13, e

CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para conselheiros tutelares temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014,

RESOLVE

NOMEAR a partir de 10 de janeiro de 2016 o (a) Sr(a). ROSELI NUNES DE OLIVEIRA, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 4.035.399 e inscrito (a) no CPF sob o nº 045.848.019-32, na função de CONSELHEIRA TUTELAR, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta nomeação vigore no período de 10/01/2016 a 10/01/2020, conforme disposto no Edital CMDCA nº 02/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta nomeação, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal da Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 017/2016

PORTARIA Nº RH-GS 017/2016

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, em Exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Lei BLB 3112/09, Lei AJG 3524/13, e

CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para conselheiros tutelares temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014,

RESOLVE

NOMEAR a partir de 10 de janeiro de 2016 o Sr. LUCAS ALVES DE MELLO ROSA, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 5.458.247 e inscrito no CPF sob o nº 092.240.519-01, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta nomeação vigore no período de 10/01/2016 a 10/01/2020, conforme disposto no Edital CMDCA nº 02/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta nomeação, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal da Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 018/2016

PORTARIA Nº RH-GS 018/2016

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, em Exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Lei BLB 3112/09, Lei AJG 3524/13, e

CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para conselheiros tutelares temporários e Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014,

RESOLVE

NOMEAR a partir de 10 de janeiro de 2016 o (a) Sr(a). MARLETE APARECIDA ALVES, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 2.692.738 e inscrito (a) no CPF sob o nº 022.354.619-48, na função de CONSELHEIRA TUTELAR, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta nomeação vigore no período de 10/01/2016 a 10/01/2020, conforme disposto no Edital CMDCA nº 02/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta nomeação, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal da Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 019/2016

PORTARIA Nº RH-GS 019/2016

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, em Exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Lei BLB 3112/09, Lei AJG 3524/13, e

CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para conselheiros tutelares temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014,

RESOLVE

NOMEAR a partir de 10 de janeiro de 2016 o (a) Sr(a). ALVAIR ALVES, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 2.079.963 e inscrito (a) no CPF sob o nº 933.442.879-15, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta nomeação vigore no período de 10/01/2016 a 10/01/2020, conforme disposto no Edital CMDCA nº 02/2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta nomeação, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Fundo Municipal da Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 020/2016

PORTARIA Nº RH-GS 020/2016

EXONERAR A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 06.01.2016, o (a) Servidor (a) Público (a) Municipal, o (a) Sr(a) EDNA PAULA CRUZ COSTA, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado(a) na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 3.867.268-5, CPF nº 008.175.559-78, nomeado (a) conforme Decreto nº LJV 153/2012, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0077/2016 datado de 11.01.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a partir do dia 06.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº LJV 153/2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 11 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO
Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO ELETRÔNICO 0001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, tendo como objeto a Aquisição de Medicamentos e materiais de enfermagem para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, O recebimento das propostas será das 08h00min do dia 13 de janeiro de 2016 às 08h00min do dia 27 de janeiro de 2016, e o início da disputa às 08h30min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.bll.org.br.

Xanxerê-SC, 12 de janeiro de 2016.

Gelso Saibo
Prefeito Municipal em Exercício.

PREGÃO Nº 0001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0001/2016, tendo como objeto: Contratação de Horas de Trator Agrícola de Pneu equipado com ensiladeira e carreto basculante para prestação de serviços de Ensilagem para o Gado Leiteiro. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 25/01/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2016.

Gelson Saibo
Prefeito Municipal em exercício.

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 003/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ELIS REGINA BETTO.

Contrato nº: 003/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE COM ESTRUTURA DE CONCRETO MISTA.

Data da Assinatura: 11/01/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais).

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PAR INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC, Nº 001/2016 PMXV.

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PAR INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC, Nº 001/2016 PMXV.

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina – SC, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que está aberta a inscrição para os novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

1 – DO OBJETO

O Presente Edital destina-se as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados, dos fornecedores já cadastrados, no cadastro de Fornecedores do Município de Xavantina - SC, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

2 – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Para fins do cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores;

b) Comprovante de registro na Junta Comercial do Estado (JCE);
c) Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;

d) Certidões negativas: INSS, FGTS, Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Tributos Municipais, Estaduais, Conjunta da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

2.1.1 – Para as empresas que se cadastrarem para obras ou serviços de engenharia, além dos documentos acima mencionados, também serão exigidos:

a) Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia – CREA, bem como comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços;

b) Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa e registrado no CREA, com o respectivo acervo técnico.

2.2 – Todos os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada em Tabelionato de Notas ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Xavantina - SC.

2.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou entrelinhas.

3 – DA VALIDADE

3.1 – O interessado que providenciar sua inscrição e ou atualização receberá um Certificado de Registro Cadastral que terá validade até 03 (três) meses, contados da data de protocolo do mesmo.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados.

4.2 – Os casos omissos ao presente Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.3 – O Certificado de Registro Cadastral, não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.4 – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Xavantina – SC, em 04 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

PP 003/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 FMS

Objeto: Contratação Exclusiva de Micro e/ou Pequena Empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, controle, avaliação, auditoria, auxiliar na elaboração de projetos, auxiliar na gestão dos serviços de saúde e orientar na aplicação dos recursos financeiros das transferências Fundo a Fundo e convênios para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina – SC, conforme especificações constantes nos anexos deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 22/01/2016.

Abertura: dia 22/01/2016, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 12 de janeiro de 2016.

OSMAR DERVANOSKI,
Gestor do FMS.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA Nº 01/2016

AVISO DE DISPENSA 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 01/2016

Processo Licitatório N. 02/2016

Homologação:12/01/2016

Fornecedor: Info Digitalle – Soluções Tecnológicas

Cnpj: 86.731.494/0001-08

Objeto: Locação de sistema de informática destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos, hospedagem de legislação no portal de propriedade da contratada com link para pagina da Prefeitura do Município.

Vigência: 31/12/2016

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 12 de janeiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE DISPENSA Nº 02/2016

AVISO DE DISPENSA 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 02/2016

Processo Licitatório N. 03/2016

Homologação:12/01/2016

Fornecedor: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA -ME

Cnpj: 23.299.477/0001-15

Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de sistemas informatizado de movimento econômico para Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Vigência: 31/12/2016

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 12 de janeiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

DECRETO 016

DECRETO Nº 016/2016

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio, para atuarem em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de XAXIM - SC, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA

Art. 1º Fica Designado para o exercício de 2016, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de Xaxim - SC, a servidora FABRÍCIA ANTUNES PAZ – CPF 032.949.419-86.

Parágrafo único – Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro titular, o mesmo será substituído pelo servidor Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72 - (Membro da Equipe de Apoio) o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Xaxim, os servidores:

Juvenal Martinazzo, CPF: 048.785.719-42 - Secretário

Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF: 006.466.089-32 - Membro Titular

Igomar Bortoncello 701.463.739-87 - Membro Titular

Taiane Aparecida Baggio 064.988.789-16 - Membro Suplente.

Parágrafo único - Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 3º O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

DECRETO 009

DECRETO Nº. 009/2016.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada pelo presente Decreto, a Sra. NATANY BETINELLE BERNARDON, CPF: 099.059.409-28, a partir de 04 de janeiro de 2016, no cargo comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais,

Art. 4º Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, com atribuições que incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante às alterações que lhe forem dadas e Lei Federal 8.666 de 12 de junho de 1993.

Art. 5º O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio, servidores especificados neste Decreto, desempenharão as atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, durante o ano de 2016.

Art. 6º O mandato do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de janeiro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

LUÍS ANTONIO CIPRIANI

Procurador Geral do Município

Decreto 022

DECRETO Nº. 022/2016.

Nomeia Secretário Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, o Sr. EDUARDO RONCAGLIO, CPF: 576.677.809-00, a partir de 06 de janeiro de 2016, no cargo de Secretário Municipal de Esporte e Lazer, deste município de Xaxim – SC, percebendo os subsídios constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 023

DECRETO Nº. 023/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 06 de janeiro de 2016, a servidora municipal ROSANGELA ZANCO FONTANA, ocupante do cargo comissionado de Diretora de Programas da Mulher, portadora da matrícula 5998, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Mulher, Juventude e Terceira Idade, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 024

DECRETO Nº. 024/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, ALEXANDRE FERNANDO PICOLOTO, CPF: 067.397.809-51, para exercer o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, código 038, Categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTIFICO), nível 029, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 11 de janeiro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 025

DECRETO Nº. 025/2016.

Nomeia temporariamente servidor municipal para atuar como Diretor de Licitações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada temporariamente a servidora municipal FABRICIA ANTUNES PAZ, matrícula 7217, para a partir 11 de janeiro de 2016 até 06 de setembro de 2016, atuar no cargo comissionado de DIRETORA DE LICITAÇÕES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente, em substituição da servidora Marinilse de Freitas Fin que encontra-se em licença maternidade e posterior gozo de férias.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de janeiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretário Municipal de Administração

Zortéa

PREFEITURA

ATA Nº 01/2015 - CMDCA - POSSE CONSELHEIROS TUTELARES

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016-2020

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às 10h00min, na Câmara Municipal de Vereadores de Zortéa, situada na Rua Otaviano Franceschi, nº 53, centro, neste município de Zortéa - Santa Catarina, reuniram-se para cerimônia de posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no processo de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias de outubro de 2015, conforme a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, a Lei Municipal nº 442/2013, bem como Edital publicado por este Conselho em 02 de abril de 2015 que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares em Zortéa. Em atendimento ao que determina o artigo 139º, §2º do ECA, deu-se início a solenidade de diplomação e posse dos novos conselheiros tutelares municipais. Foram convidados para compor a mesa a Presidente do CMDCA Zeli Terezinha Dariva, Paulo José Franceschi Prefeito Municipal, Valdir Vieira Sarmento, presidente da Câmara de Vereadores e a Vice-Prefeita Municipal Marcia Aparecida da Silva Jung. A Cerimônia de Diploma e Posse foi iniciada pela Presidente do CMDCA que fez a abertura da solenidade, destacando a importância do Conselho Tutelar, posteriormente passou a palavra ao presidente da Câmara de Vereadores, que a seguir transferiu a continuidade do ato para o prefeito Municipal que empossou os conselheiros tutelares eleitos, e a Presidente do CMDCA diplomou-os. Estando o Conselho Tutelar de Zortéa assim constituído, por ordem de votação: Conselheiros Tutelares Titulares 2016-2020, Jane Paula Sonego Romani, Juliano Moreira dos Santos, Maria Bernardete Pieri Andreoni, Mara Aliny Terra Valindolfo e Felipe Pelizzaro que não compareceu ao Ato de Posse. Após a entrega do Diploma e da assinatura do termo de posse, a solenidade foi encerrada às (10h30min), sendo que essa ata foi redigida por mim, Alesandra Carneiro Magrinelli, membro do CMDCA e será assinada pelos presentes.

ATA Nº 02/2015 - CMDCA

ATA Nº 02 - POSSE CONSELHEIRO TUTELAR 2016-2020

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às 9h40min, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Zortéa, situada na Rua Otaviano Franceschi, nº 53, centro, neste município de Zortéa - Santa Catarina, reunidos os conselheiros tutelares eleitos no processo de escolha em data unificada ocorrido aos quatro dias de outubro de 2015, conforme a Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, a Lei Municipal nº 442/2013, bem como Edital publicado por este Conselho em 02 de abril de 2015 que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada de Conselheiros Tutelares em Zortéa e em atendimento ao que determina o artigo 139º, §2º do ECA, bem como o Prefeito municipal e dois membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (Alesandra Carneiro Magrinelli e Zeli Terezinha Dariva), deu-se início a reunião para deliberar sobre assuntos diversos relativos ao funcionamento do Conselho Tutelar, ocasião em que foi dado posse e diplomado o conselheiro tutelar Felipe Pelizzaro, o qual não compareceu ao ato no dia 10/01/2016, diante da apresentação de atestado médico. Tudo conforme prevê o art. 66 da Resolução nº 02/2015 do CMDCA. Ata que foi redigida por mim, Alesandra Carneiro Magrinelli, membro do CMDCA e será assinada pelos presentes.

Associações

AMAI

EDITAL 01/2016 DE LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS

EDITAL DE LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS Nº 001/2016

PROCESSO - 001/2016.

1 – DO PREÂMBULO

A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor IVANDRE BOCALON, Prefeito municipal de Passos Maia, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 1.510.145, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 625.625.769-34, TORNA PÚBLICO que, realizará a venda de ativos inservíveis – bens móveis, os quais serão arrematados pelo maior lance oferecido ao final deste edital discriminado, por igual ou maior valor da avaliação ora proposta. O presente edital será acompanhado pela Comissão nomeada pela Resolução Nº 002, de 05 de Janeiro de 2016.

2- DO OBJETO

Constitui objeto do presente Edital a alienação de Bens Móveis, inclusive veículo e máquina sem aproveitamento, pertencentes a AMAI, relacionados no ANEXO I.

3 – DO LOCAL, DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

3.1 – O leilão será realizado em uma única etapa e acontecerá de forma presencial, conforme abaixo:

3.1.1 – O leilão acontecerá no dia 26 de janeiro de 2016 e terá início às 14 horas, no Auditório da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), com sede à Rua Floriano Peixoto, Nº 100, Centro, Xanxerê, SC.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar as pessoas físicas ou jurídicas munidas dos seguintes documentos: PESSOA FÍSICA: Identidade e CPF (originais); PESSOA JURÍDICA: CNPJ e Inscrição Estadual. O participante, representante da empresa deverá portar PROCURAÇÃO, com firma reconhecida em cartório, caso não seja proprietário da empresa;

4.2 Menores de 18 (dezoito) anos não serão admitidos a participar do leilão;

4.3 Não poderão adquirir os bens ora objeto da venda, quaisquer dos funcionários da AMAI;

4.4 Não serão permitidas bebidas alcoólicas e fumantes no ambiente, nem tumultos nem o uso abusivo e perturbador de telefones celulares.

4.5 A participação no presente leilão público implica, na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital de Venda, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes.

5 - DOS BENS

5.1. Os bens apreçados estão relacionados no Anexo I do presente edital e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se a AMAI o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer, bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade. As fotos divulgadas no site na internet: www.amaisc.org.br são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para

demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

5.2. O interessado declara ter pleno conhecimento do presente Edital e é seu dever vistoriar os bens com antecipação, isentando o atual proprietário de quaisquer vícios existentes no bem adquirido. As despesas com multas, taxas e impostos geradas até a data da venda, correrão por conta da AMAI; as demais despesas como, por exemplo: transferências, empenhamento, fretes, serão pagos por conta do (a) COMPRADOR(a).

6 - DA VISITAÇÃO

6.1. Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem vendidos, entre os dias 06/01/2016 a 25/01/2016, das 09h às 11h e das 14h às 17h, durante o expediente da AMAI;

6.2. Os interessados deverão entrar em contato com a Secretária da AMAI, através do telefone 49.3441.6600, para agendamento de visita, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;

6.3. Os lotes a serem apreçados estão devidamente descritos e caracterizados no Anexo I do presente Edital.

7 - DOS LANCES E DO PAGAMENTO

7.1. Os bens, objetos da presente venda, serão arrematados pelo maior lance oferecido à vista. Os participantes que assim o desejarem deverão proferir seus lances, em moeda corrente nacional - Real (R\$), em voz alta, sempre em valor crescente;

7.2. O lance que não for sucedido de outro de maior valor, será considerado vencedor, cabendo ao VENDEDOR, assim declará-lo, anotando seu nome;

7.3. Os bens serão entregues somente após o pagamento integral do valor ofertado, seja em espécie, depósito bancário ou cheque, estes considerados após compensação bancária;

7.4. Não havendo a compensação pecuniária no prazo de até 48 horas após a arrematação, o bem arrematado e o lote voltarão imediatamente ao VENDEDOR;

7.5. Não serão aceitos cheques de terceiros, somente do titular arrematante, ou seja, do comprador;

7.6. Após o apreçoamento normal, repassado duas vezes pelo VENDEDOR, havendo lances inferiores ao mínimo do valor avaliado, estes poderão ser analisados, mas a venda somente será aprovada com concordância da Comissão de Avaliação que estará presente ao leilão e poderá fazer a aprovação na hora do Leilão;

7.7. Os lances ofertados são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS. O comprador(a) é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese. O comprador(a) poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado;

7.8. Após a comprovação do pagamento, a AMAI – VENDEDORA, efetuará a transferência efetiva ao COMPRADOR(a), entregando a este, toda documentação necessária e pertinente a cada Lote.

8. DO CANCELAMENTO DE COMPRA, DESISTÊNCIA OU DEVOLUÇÃO:

8.1. Em nenhuma hipótese e sob qualquer alegação serão aceitos cancelamentos, desistências ou devoluções dos lotes arrematados. Se, após a arrematação na hasta, o COMPRADOR (A) não efetivar o pagamento, arcará com uma multa penitencial no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor de sua oferta;

8.2. Todo participante reconhece a íntegra deste Edital, bem como

reconhece o valor ofertado e as despesas ou multas penitenciais (caso haja), como líquido, certo e exigível, desde já dando seu ciente e ordem para protesto e acionamento judicial pelo boleto bancário a ser emitido, através de execução por quantia certa; 8.3. O não cumprimento dos dispostos neste Edital, sujeitará ao COMPRADOR(a) a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do bem arrematado, mais despesas processuais e honorários advocatícios, bem como demais despesas oriundas do processo.

9 - DA RETIRADA DOS BENS

- 9.1. O PRAZO PARA RETIRADA DOS BENS É DE 20 (vinte) DIAS. Após o prazo, o COMPRADOR(a) perderá todos os direitos em relação à presente venda, inclusive o valor pago. Por conseguinte, a venda será considerada nula, e o(s) bem(ns) serão revertido(s) ao patrimônio da AMAI, sem que caiba qualquer indenização;
- 9.2. Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados;
- 9.3. O bem poderá ser retirado pelo próprio comprador ou por Procurador por ele nomeado, desde que apresente Procuração com firma reconhecida;
- 9.4. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), acaso não seja feito no dia, o comprador deverá agendar data e horário junto a AMAI, cujo contato será oportunamente informado;
- 9.5. No ato da retirada do(s) bem (ns) arrematado(s), o comprador deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em));
- 9.6. Não poderá o comprador alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns);
- 9.7. O comprador deverá descaracterizar toda e qualquer identificação da AMAI, constante do bem arrematado;
- 9.8. O comprador no ato da retirada do veículo deverá de imediato proceder à transferência do mesmo, pelo qual, a AMAI cientificará o DETRAN/SC sobre a venda do veículo;
- 9.9. Da retirada do bem será emitida uma Declaração, conforme anexo III, devendo ser reconhecida em cartório.

10 - DA MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO EDITAL

10.1. Fica reservado ao Presidente da AMAI, o direito de revogar, anular, retirar ou incluir partes ou lotes, ou suspender a presente venda, bem como adiar horários de início do leilão, ou antes, da emissão do documento adjudicatório, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. As dúvidas que surgirem durante a venda serão analisadas pela comissão;
- 11.2. A Comissão de Venda poderá, ainda, desde que devidamente justificados os motivos, retirar da venda qualquer um dos itens descritos neste Edital, bem como de avaliar novas ofertas em posterior momento acaso os bens não sejam arrematados;
- 11.3. Quaisquer informações a respeito dos bens serão prestadas pela Secretária da AMAI, através do telefone 49.3441.6600, e-mail: secretaria@amaisc.org.br e site www.amaisc.org.br ou na sede administrativa, sito a Rua Floriano Peixoto, 100, centro da cidade de Xanxerê, SC.

12 - ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I – LISTAGEM DOS BENS A SEREM VENDIDOS;
ANEXO II – LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS;
ANEXO III – RECIBO DE ENTREGA.

Xanxerê, SC, 06 de janeiro de 2016.

ANEXO I

DOS BENS

LOTE 01

- 01(UM) VEÍCULO FIAT UNO MILE/FIRE FLEX, COR VERMELHA, PLACAS MFA 6274, ANO/MODELO 2008, EM CONDIÇÕES DE USO, COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS).

LOTE 02

- 01 (UM) PLOTTER, MARCA XEROX, EM CONDIÇÕES DE USO, COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

LOTE 03

- 01(UM) ESTAÇÃO TOTAL TOPCON GPT – 3207N, SÉRIE T5092, COM LICENÇA DE USO DE SE ET-LINK-I, EM CONDIÇÕES DE USO, COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

ANEXO II

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Aos cinco dias do mês de Janeiro do ano de 2016, por convocação do Presidente da AMAI, Exmo. Sr. IVANDRE BOCALON, reuniram-se os membros da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO VENDA DE BENS da Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, nomeada pela Resolução Nº 002/2016, tendo como local a sala de reuniões da AMAI, para avaliar os bens ora tido como inservíveis para a Associação. Para fixação da avaliação, foi observado o valor de mercado, o estado que o bem se encontra e colhidas informações com pessoas idôneas do ramo. Não havendo mais nada a tratar, foi declarada encerrada a presente sessão, da qual foi lavrada a competente ata, que é assinada pelos demais membros ficando definido os seguintes bens a serem vendidos, conforme segue os lotes e valores:

LOTE 01

- 01(UM) VEÍCULO FIAT UNO MILE/FIRE FLEX, COR VERMELHA, PLACAS MFA 6274, ANO/MODELO 2008, AVALIADO EM R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS), EM CONDIÇÕES DE USO.

LOTE 02

- 01 (UM) PLOTTER, MARCA XEROX, IMPRESSÃO A ZERO, EM CONDIÇÕES DE USO, AVALIADO EM R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), EM CONDIÇÕES DE USO.

LOTE 03

- 01(UMA) ESTAÇÃO TOTAL TOPCON GPT – 3207N, SÉRIE T5092, COM LICENÇA DE USO DE SE ET-LINK-I, AVALIADO EM R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), EM CONDIÇÕES DE USO.

Xanxerê, SC, em 06 de janeiro de 2016.

Membros da Comissão:

ANDREZA GALLAS - ALEXANDRE BEE LONGHI - FERNANDO KMOU-BLAUCH - INGRID ALINE PIOVESAN

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE BEM MÓVEL

Eu,, declaro que, na data abaixo subscrita, recebi da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, o bem, constante do Lote, do Edital 001/2016, Venda de Bens Móveis 001/2016.

Declaro que possuo total conhecimento do edital acima citado, bem como de suas cláusulas, sendo que, o bem ora descrito estava em conformidade com as condições estabelecidas, nada mais tendo a reclamar ou exigir.

Era o que tinha a declarar.

Xanxerê, SC, de 2016

Assinatura

Consórcios

AGIR

ERRATA À DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015

ERRATA À DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 002/2015, e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público, fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, RETIFICA a publicação da Decisão Final do Procedimento Administrativo nº 012/2015, de 22 de dezembro de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1.900 de 30 de dezembro de 2015, p. 651, mais precisamente quanto ao parágrafo da Decisão, o qual passa a constar com a seguinte redação:

Como bem fundamento no Parecer Administrativo nº 007/2015, INDEFERE-SE, nessa oportunidade, a aplicação de eventual diferença de custos em relação aos aumentos da energia elétrica, uma vez que tal situação se apresenta, em tese, como uma revisão extraordinária, merecendo por isso toda uma metodologia diversa daquela no caso em tela, onde considerou-se tão somente o reajuste do IPCA.

Ficando inalteradas as demais argumentações e razões constantes da referida Decisão.

Blumenau (SC), em 11 de janeiro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIS-AMAVI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ/SC - CIS-AMAVI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016 - PREGÃO Nº 001/2016

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIS-AMAVI, no Estado de Santa Catarina, Torna Público que fará realizar licitação do tipo menor preço por item, no sistema registro de preços na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET através do sistema “CIDADE COMPRAS”, para aquisição de MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 23:59 horas do dia 25 de janeiro de 2016. ABERTURA E DIVULGAÇÃO DE PROPOSTAS: 09:00 horas do dia 26 de janeiro de 2016. INÍCIO DA SESSÃO/DISPUTA DE LANCES: Após análise das propostas. O Edital Completo encontra-se à disposição dos interessados na sede do Consórcio à Rua XV de Novembro 737, Bairro Laranjeiras, na cidade de Rio do Sul, no horário compreendido entre 8:00h e 12:00h e 14:00h e 17:00h, através da internet, no link: <http://www.amavi.org.br/cisamavi> ou através do telefone (47) 3531-4242. Rio do Sul (SC) 08 de janeiro de 2016. SILVIO VENTURI Presidente do CIS-AMAVI

CIS/AMOSC

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 01/2016

Processo: Inexigibilidade de Licitação

Objeto: Prestação de serviços especializados de saúde para a população dos municípios consorciados ao CIS-AMOSC através do sistema de credenciamento dos interessados.

Prestadores: Aqueles discriminados no arquivo “Guia_medico.pdf” contido no site www.amosc.org.br.

Preço dos Procedimentos de Saúde: prefixados pelo CIS-AMOSC, discriminados no arquivo “Tabela_de_preço_2016.pdf”, contido no site www.amosc.org.br, totalizando no ano de 2016 o valor estimado de R\$ 11.854.000,00 (onze milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil de reais).

Justificativa da Inexigibilidade de Licitação: Inviabilidade de competição – art. 25, “caput” da Lei Federal nº 8.666/93.

Obs.: Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, 571-S, Salas 13 e 14, Chapecó-SC, das segundas às sextas-feiras, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, telefone 49-3319-3205 e site www.amosc.org.br.

VILMAR FOPPA

Presidente do CIS-AMOSC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE
CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 1/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Do Cis-amosc, Danilo Daga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2015
b) Licitação Nr.: 1/2015-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 29/12/2015
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS PELOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS, DA QUANTIDADE ESTIMADA NO ANEXO I DO EDITAL

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

A G KIENEN & CIA LTDA (1552)

9	ACICLOVIR 200 MG FRACIONAVEL OU BLISTER COM 5 E 15 COMPRIMIDOS - Marca: U. QUIMICA	CPR	88.070,00	0,0000	0,11	9.687,70
15	ACIDO MEFENAMICO 500 MG - Marca: GERMED	CPR	9.020,00	0,0000	0,175	1.578,50
33	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	41.660,00	0,0000	0,0599	2.495,43
35	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML - Marca: TEUTO	AMP	3.265,00	0,0000	0,6999	2.285,17
62	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: HYPOFARMA	AMP	1.395,00	0,0000	0,73	1.018,35
81	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA - Marca: CRISTALIA	AMP	33.700,00	0,0000	3,714	125.161,80
98	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG - Marca: EMS	CPR	10.000,00	0,0000	0,19	1.900,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA		PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC		Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	
			Folha: 2/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A G KIENEN & CIA LTDA (1552)

101	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG - Marca: EMS	CPR	26.200,00	0,0000	0,19	4.978,00
106	BROMAZEPAM 6 MG - Marca: SANVAL	CPR	59.320,00	0,0000	0,0439	2.604,15
108	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML - Marca: MARIOL	FR	5.800,00	0,0000	0,8236	4.776,88
133	CARBONATO DE LITIO 300 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	463.400,00	0,0000	0,108	50.047,20
160	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS - Marca: MERCK	AMP	11.950,00	0,0000	7,42	88.669,00
167	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML - Marca: HYPOFARMA	AMP	3.180,00	0,0000	0,80	2.544,00
234	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA A BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML - Marca: BRAINFARMA	FR	3.950,00	0,0000	2,89	11.415,50
249	DIMENDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM - Marca: U. QUIMICA	AMP	9.420,00	0,0000	1,19	11.209,80
252	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG - Marca: U. QUIMICA	CPR	110.000,00	0,0000	0,1559	17.149,00
274	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML - Marca: BRAINFARMA	FR	4.950,00	0,0000	2,83	14.008,50
275	DULOXETINA 30 MG - Marca: NOVAQUIMICA	CPR	46.080,00	0,0000	1,14	52.531,20
276	DULOXETINA 60 MG - Marca: NOVAQUIMICA	CPR	71.780,00	0,0000	2,16	155.044,80
288	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS - Marca: HIPOLABOR	FR	9.280,00	0,0000	5,40	50.112,00
289	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	9.230,00	0,0000	0,78	7.199,40
296	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - Marca: PFIZER	CPR	12.800,00	0,0000	1,00	12.800,00
333	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	1.352,00	0,0000	1,99	2.690,48
347	FLUOXETINA 10 MG - Marca: GERMED	CPR	3.200,00	0,0000	0,2468	789,76
367	GLICOSAMINA 1,5 G PO ORAL SACHE 3,95 G - Marca: EMS	SCH	63.900,00	0,0000	1,20	76.680,00
374	GLIMEPIRIDA 6 MG - Marca: SANOFI	CPR	2.000,00	0,0000	2,223	4.446,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA		PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC		Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	
			Folha: 3/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A G KIENEN & CIA LTDA (1552)

407	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL - Marca: GERMED	CPR	4.760,00	0,0000	0,085	404,60
419	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG - Marca: BIOLAB	CPR	3.500,00	0,0000	1,0908	3.817,80
422	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CAPSULA BD - Marca: ROCHE	CPR	53.900,00	0,0000	1,0504	56.616,56
423	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CAPSULA COM LIBERACAO PROLONGADA HBS - Marca: ROCHE	CPR	35.790,00	0,0000	1,5588	55.789,45
427	LEVOFLOXACINO 250 MG BLISTER FRACIONAVEL - Marca: APSEN	CPR	300,00	0,0000	4,00	1.200,00
428	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL - Marca: GERMED	CPR	83.200,00	0,0000	0,68	56.576,00
432	LEVOMEPRIMAZINA 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - Marca: U. QUIMICA	AMP	200,00	0,0000	1,50	300,00
462	MANITOL 20% SOLUCAO INJETAVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 250 ML - Marca: JP	FR	1.860,00	0,0000	4,10	7.626,00
466	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG - Marca: EMS	CPR	754.850,00	0,0000	0,65	490.652,50
470	MELOXICAM 15 MG - Marca: PHARLAB	CPR	345.500,00	0,0000	0,09	31.095,00
475	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG ACAO PROLONGADA - Marca: MERCK	CPR	8.720,00	0,0000	0,09	784,80
481	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 1 ML - Marca: U. QUIMICA	AMP	256,00	0,0000	1,20	307,20
502	NAPROXENO SODICO 250 MG - Marca: TEUTO	CPR	2.000,00	0,0000	0,28	560,00
554	PENTOXIFILINA 400 MG - Marca: GERMED	CPR	15.700,00	0,0000	0,43	6.751,00
561	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML - Marca: PFIZER	AMP	2.300,00	0,0000	10,40	23.920,00
609	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG CAPSULAS - Marca: LEGRAND	CP	10.200,00	0,0000	1,50	15.300,00
646	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG - Marca: BIOSINTETICA	CPR	14.200,00	0,0000	0,65	9.230,00
673	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	1.825,00	0,0000	1,50	2.737,50
686	TIORIDAZINA 25 MG - Marca: U. QUIMICA	CPR	4.000,00	0,0000	0,25	1.000,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 4/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A G KIENEN & CIA LTDA (1552)

688	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG - Marca: U. QUIMICA	CPR	34.900,00	0,0000	0,65	22.685,00
Total do Fornecedor:						1.501.176,03

ADISUL COMERCIAL LTDA - EPP (1553)

139	CEFACLOX 500 MG - Marca: GERMED	CPR	10.500,00	0,0000	1,89	19.845,00
473	METFORMINA, CLORIDRATO 1 G - Marca: MERCK	CPR	5.000,00	0,0000	0,19	950,00
551	PAROXETINA CLORIDRATO 12,5 MG - Marca: glaxo	CPR	1.000,00	0,0000	1,68	1.680,00
699	TRAMADOL, CLORIDRATO 325MG + PARACETAMOL 37,5 MG - Marca: ache	CPR	1.500,00	0,0000	1,96	2.940,00
Total do Fornecedor:						25.415,00

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (1554)

20	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL - Marca: GENÉRICO	CPR	79.980,00	0,0000	0,6989	55.898,02
115	CANDESARTANA 8 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	3.100,00	0,0000	0,5504	1.706,24
116	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	2.600,00	0,0000	0,6654	1.730,04
117	CANDESARTANA, CILEXETILA ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 16MG + 12,5 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	12.380,00	0,0000	0,598	7.403,24
118	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG - Marca: GENÉRICO	CPR	2.000,00	0,0000	0,532	1.064,00
150	CELECOXIBE 200 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	66.860,00	0,0000	1,439	96.211,54
155	CETOPROFENO 150 MG - Marca: PROFENID	CPR	9.500,00	0,0000	3,69	35.055,00
163	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	104.100,00	0,0000	0,1325	13.793,25
220	DESLOXATADINA 5MG - Marca: GENERICO	CPR	11.150,00	0,0000	0,7715	8.602,23
277	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG - Marca: COMBODART	CPR	16.680,00	0,0000	2,3499	39.196,33
281	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	6.000,00	0,0000	0,3494	2.096,40
324	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINAVASTATINA 10 MG + 10 MG - Marca: ZETSIM	CPR	3.000,00	0,0000	1,669	5.007,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 5/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (1554)

325	EZETIMBA ASSOCIADO A SINVASTATINA 10 MG + 20 MG - Marca: ZETSIM	CPR	6.000,00	0,0000	1,669	10.014,00
337	FENOFIBRATO 200 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	20.600,00	0,0000	0,559	11.515,40
345	FLUNITRAZEPAN 2 MG - Marca: ROHYDORM	CPR	800,00	0,0000	0,8715	697,20
398	INDACETEROL, MELEATO 150 MCG PO CX COM 30 CAPSULAS + INALADORA - Marca: ONBRIZE	FR	250,00	0,0000	87,44	21.860,00
447	LISINOPRIL 10 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	73.100,00	0,0000	0,219	16.008,90
483	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG - Marca: RITALINA	CPR	52.700,00	0,0000	0,89	46.903,00
579	PROPATILNITRATO 10 MG - Marca: SUSTRATE	CPR	223.600,00	0,0000	0,3576	79.959,36
591	RAMIPRIL 2,5 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	14.560,00	0,0000	0,599	8.721,44
592	RAMIPRIL 5 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	50.580,00	0,0000	0,7199	36.412,54
599	RISEDRONATO SODICO 35 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	9.250,00	0,0000	3,00	27.750,00
604	RIVAROXABANA 10 MG - Marca: XARELTO	CPR	8.100,00	0,0000	5,929	48.024,90
605	RIVAROXABANA 15 MG - Marca: XARELTO	CPR	15.880,00	0,0000	5,927	94.120,76
606	RIVAROXABANA 20 MG - Marca: XARELTO	CPR	17.000,00	0,0000	5,929	100.793,00
607	RIVASTIGMINA 3 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	600,00	0,0000	2,72	1.632,00
663	TELMISARTANA 40 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	2.000,00	0,0000	0,89	1.780,00
Total do Fornecedor:						773.955,79

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (1555)

7	ACETILCISTEINA 20MG/ML XAROPE FRASCO COM 120 ML - Marca: Brainfarma	FR	2.850,00	0,0000	3,50	9.975,00
11	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG - Marca: Imec	CPR	.955.000,00	0,0000	0,0175	34.212,50
46	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSAO FRASCO 100 ML - Marca: GlaxoSmithKline	FR	13.950,00	0,0000	11,48	160.146,00
51	ANESTESICO DE MEPIVACAINA 30MG/ML SEM VASO CARPULES DE 1,8 ML CADA - Marca: Dentsply	UN	610,00	0,0000	1,377	839,97

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 6/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (1555)

65	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG - Marca: Phartab	FR	18.960,00	0,0000	2,20	41.712,00
70	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50 MCG COM 200 DOSES AEROSOL INALATORIO ORAL - Marca: GlaxoSmithKline	FR	370,00	0,0000	26,98	9.982,60
119	CAPTOPRIL 12,5 MG - Marca: Mariol	CPR	11.800,00	0,0000	0,0267	315,06
124	CARBAMAZEPINA 400 MG - Marca: Teuto	CPR	100.200,00	0,0000	0,099	9.919,80
129	CARBONATO DE CALCIO 500 MG ELEMENTAR - Marca: Imec	CPR	288.720,00	0,0000	0,035	10.105,20
131	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + VITAMINA D 200 UI - Marca: Imec	CPR	39.000,00	0,0000	0,0835	3.256,50
132	CARBONATO DE CALCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI - Marca: Imec	CPR	811.000,00	0,0000	0,16	129.760,00
135	CARVEDILOL 12,5 MG - Marca: Torrent	CPR	274.900,00	0,0000	0,11	30.239,00
136	CARVEDILOL 25 MG - Marca: Torrent	CPR	269.950,00	0,0000	0,13	35.093,50
137	CARVEDILOL 3,125 MG, CARTELA - Marca: Torrent	CPR	223.600,00	0,0000	0,0706	15.786,16
138	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA - Marca: Torrent	CPR	348.750,00	0,0000	0,099	34.526,25
175	CIPROTERONA, ACETATO ASSOCIADA A ETINILESTRADIOL 2 MG + 0,035 MG CX COM 21 DRAGEA - Marca: Cifarma	UN	14.750,00	0,0000	2,40	35.400,00
197	CLORETO DE SODIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML - Marca: Samtec	AMP	1.760,00	0,0000	0,218	383,68
263	DIVALPROATO DE SODIO 250 MG - Marca: Zydus	CPR	10.600,00	0,0000	0,24	2.544,00
269	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG - Marca: E.M.S	CPR	740.000,00	0,0000	0,0933	69.042,00
285	ESCITALOPRAM 10 MG - Marca: Torrent	CPR	112.200,00	0,0000	0,219	24.571,80
339	FENOTEROL, BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML - Marca: Hipolabor	FR	11.440,00	0,0000	1,60	18.304,00
343	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG - Marca: Vitapan	CPR	227.800,00	0,0000	0,0507	11.549,46
360	GENTAMICINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: Santisa	AMP	400,00	0,0000	0,4655	186,20
365	GLICAZIDA 30 MG - Marca: Torrent	CPR	66.100,00	0,0000	0,30	19.830,00
371	GLIMEPIRIDA 1 MG - Marca: Brainfarma	CPR	2.500,00	0,0000	0,12	300,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

399	INDAPAMIDA SR 1,5 MG - Marca: Torrent	CPR	5.700,00	0,0000	0,326	1.858,20
406	ISOSSORBIDA 10MG/MLO AMPOLAS DE 5 ML - Marca: Biolab	AMP	290,00	0,0000	2,35	681,50
417	LAMOTRIGINA 25 MG - Marca: Torrent	CPR	17.000,00	0,0000	0,12	2.040,00
418	LAMOTRIGINA 50 MG - Marca: Torrent	CPR	19.200,00	0,0000	0,225	4.320,00
448	LISINOPRIL 20 MG - Marca: E.M.S	CPR	26.220,00	0,0000	0,20	5.244,00
456	LORAZEPAM 2 MG - Marca: Teuto	CPR	43.000,00	0,0000	0,078	3.354,00
458	LOSARTANA POTASSICA 25 MG - Marca: Torrent	CPR	97.140,00	0,0000	0,12	11.656,80
461	LOSARTANA POTASSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG - Marca: Torrent	CPR	150.550,00	0,0000	0,1082	16.289,51
498	MONTELUCASTE SODICO 10 MG - Marca: Zydus	CPR	8.760,00	0,0000	0,56	4.905,60
503	NAPROXENO SODICO 500 MG - Marca: União Química	CPR	9.800,00	0,0000	0,32	3.136,00
520	NITRENDIPINO 10 MG - Marca: Brainfarma	CPR	5.720,00	0,0000	0,37	2.116,40
521	NITRENDIPINO 20 MG - Marca: Brainfarma	CPR	4.100,00	0,0000	0,75	3.075,00
530	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG - Marca: Hipolabor	CPR	24.200,00	0,0000	0,20	4.840,00
531	OLEO MINERAL 100 ML - Marca: Mariol	FR	9.220,00	0,0000	1,667	15.369,74
543	PARACETAMOL 100MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO COM 15 ML - Marca: Sobral	FR	2.200,00	0,0000	3,568	7.849,60
549	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEINA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG - Marca: E.M.S	CPR	541.500,00	0,0000	0,138	74.727,00
550	PAROXETINA 25 MG - Marca: GlaxoSmithKline	CPR	4.800,00	0,0000	2,84	13.632,00
585	PROTETOR SOLAR FPS 50 FRASCO COM 120 ML - Marca: Cosmoderma	FR	1.510,00	0,0000	14,00	21.140,00
597	RANITIDINA, CLORIDRATO, 300 MG - Marca: Teuto	CPR	5.000,00	0,0000	0,27	1.350,00
613	SALBUTAMOL 0,5MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1 ML - Marca: Hipolabor	AMP	30,00	0,0000	2,12	63,60
615	SALBUTAMOL 120 MCG/DOSE AEROSOL ORAL COM 200 DOSES - Marca: GlaxoSmithKline	FR	1.500,00	0,0000	6,875	10.312,50

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 8/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (1555)

616	SALBUTAMOL 2 MG - Marca: GlaxoSmithKline	CPR	8.900,00	0,0000	0,153	1.361,70
644	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SODIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO - Marca: Basa	FR	4.960,00	0,0000	2,62	12.995,20
645	SOLUCAO RINGER COM LACTATO 500 ML - Marca: Segmenta-Eurofarma	FR	1.300,00	0,0000	2,782	3.616,60
655	SULFATO DE MAGNESIO 10% FRASCO DE 10 ML - Marca: Isofarma	FR	110,00	0,0000	0,95	104,50
656	SULFATO DE MAGNESIO 50% (500MG/ML) SOLUCAO INJETAVEL AMP 10 ML - Marca: Isofarma	AMP	140,00	0,0000	0,88	123,20
706	VALPROATO DE SODIO 300 MG - Marca: Torrent	CPR	29.000,00	0,0000	0,471	13.659,00
711	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 500 MG - Marca: Torrent	CPR	199.720,00	0,0000	0,4118	82.244,70
712	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO CR 500 MG - Marca: Torrent	CPR	77.960,00	0,0000	1,10	85.756,00
719	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG - Marca: E.M.S	CPR	14.100,00	0,0000	0,615	8.671,50
733	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERACAO CONTROLADA - Marca: Torrent	CPR	134.450,00	0,0000	0,893	120.063,85
734	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERACAO CONTROLADA - Marca: Torrent	CPR	299.500,00	0,0000	0,646	193.477,00
735	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO 37,5 MG - Marca: Torrent	CPR	30.100,00	0,0000	0,38	11.438,00
742	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP GOTAS FRASCO DE 30 ML - Marca: Belfar	FR	3.500,00	0,0000	1,36	4.760,00
748	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 5 MG - Marca: Baldacci	CPR	300,00	0,0000	0,374	112,20
Total do Fornecedor:						1.454.325,58

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (1556)

205	CLORTALIDONA 50 MG - Marca: VITAPAN	CPR	17.920,00	0,0000	0,1108	1.985,54
315	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG - Marca: PRATI	CP	47.620,00	0,0000	0,2094	9.971,63
471	MELOXICAM 7,5 MG - Marca: PHARLAB	CPR	34.000,00	0,0000	0,0839	2.852,60
512	NIMESULIDA 100 MG - Marca: VITAPAN	CPR	.037.000,00	0,0000	0,0478	49.568,60

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

4	ACECLOFENACO 100 MG - Marca: GENERICO	CPR	36.400,00	0,0000	0,34	12.376,00
182	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG - Marca: CLO	CPR	59.610,00	0,0000	0,59	35.169,90
215	COLCHICINA 0,5 MG - Marca: COLCHIN	CPR	14.500,00	0,0000	0,188	2.726,00
232	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO - Marca: HYSTIN	CPR	274.500,00	0,0000	0,048	13.176,00
253	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 10 ML - Marca: DRAMIN B6 DL	AMP	6.380,00	0,0000	2,30	14.674,00
255	DIPIRONA 350 MG + DIIDROERGOTAMINA 1MG + CAFEINA 100MG - Marca: ENXAK	CPR	14.596,00	0,0000	0,40	5.838,40
261	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG - Marca: FENAFLEX	CPR	43.000,00	0,0000	0,076	3.268,00
310	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L. - Marca: BELFAR	CP	51.000,00	0,0000	0,115	5.865,00
311	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 500 MG COMPOSTA - Marca: MAKROFARMA	CP	70.500,00	0,0000	0,25	17.625,00
314	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTOM PROCUMBENS) - Marca: A E C	CP	30.000,00	0,0000	0,60	18.000,00
319	EXTRATO DE PLANTAS, PASSIFLORA INCARNATA 300 MG - Marca: ACHE	CP	33.500,00	0,0000	0,45	15.075,00
320	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG - Marca: VALYANNE	CP	91.000,00	0,0000	0,25	22.750,00
331	FENITOINA 100 MG - Marca: GENERICO	CPR	287.600,00	0,0000	0,27	77.652,00
352	FOSFATO DE CALCIO TRIBASICO ASSOCIADO A COLECALCIFEROL 600 MG + 400 MG - Marca: BONECAL D	CPR	69.000,00	0,0000	0,32	22.080,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 10/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1557)

451	LOPERAMIDA 2MG CP - Marca: GENERICO	CPR	36.100,00	0,0000	0,08	2.888,00
536	ORFENADRINA 35MG + DIPIRONA SODICA 300MG + CAFEINA 50MG COMPRIMIDO - Marca: FENAFLEX	CPR	33.000,00	0,0000	0,08	2.640,00
552	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG - Marca: GENERICO	CPR	520.500,00	0,0000	0,135	70.267,50
595	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 120 ML - Marca: GENERICO	FR	2.775,00	0,0000	2,95	8.186,25
Total do Fornecedor:						350.257,05

ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI (1558)

177	CLARITROMICINA 500 MG - Marca: EMS	CPR	29.420,00	0,0000	3,25	95.615,00
Total do Fornecedor:						95.615,00

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1559)

21	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 10 ML - Marca: prati d.	FR	22.200,00	0,0000	0,9487	21.061,14
25	ALOPURINOL 300 MG - Marca: prati d.	CPR	94.750,00	0,0000	0,119	11.275,25
42	AMOXICILINA 50MG/ML PO PARA SUSPENSAO ORAL FR 150 ML - Marca: prati d.	FR	8.000,00	0,0000	3,8939	31.151,20
48	AMPICILINA 500 MG - Marca: prati d.	CPR	69.000,00	0,0000	0,157	10.833,00
50	AMPICILINA SUSPENSAO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML - Marca: prati d.	FR	1.505,00	0,0000	7,00	10.535,00
74	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSAO TOPICA C 80 ML - Marca: ifal	FR	1.660,00	0,0000	1,99	3.303,40
75	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML - Marca: prati d.	FR	2.795,00	0,0000	1,699	4.748,71
92	BIMATOPROSTA 0,3 MG/ML SOLUCAO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML - Marca: medley	FR	145,00	0,0000	35,00	5.075,00
127	CARBOCISTEINA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML - Marca: nativita	FR	9.150,00	0,0000	1,789	16.369,35
128	CARBOCISTEINA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML - Marca: nativita	FR	11.810,00	0,0000	1,929	22.781,49
166	CIMETIDINA 200 MG - Marca: prati d.	CPR	106.500,00	0,0000	0,072	7.668,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 11/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1559)

168	CINARIZINA 25 MG - Marca: brainfarma	CPR	57.200,00	0,0000	0,0719	4.112,68
192	CLORAFENICOL 500 MG - Marca: neo química	CPR	15.200,00	0,0000	0,505	7.676,00
204	CLORTALIDONA 25 MG - Marca: vitapan	CPR	146.516,00	0,0000	0,065	9.523,54
207	CLOTRIMAZOL 10MG/G BISNAGA COM 20 G + APLICADOR - Marca: teuto	BNG	250,00	0,0000	3,53	882,50
208	CLOTRIMAZOL 20MG/G BISNAGA COM 20 G + APLICADOR - Marca: teuto	BNG	50,00	0,0000	4,50	225,00
257	DIPIRONA SODICA 500 MG - Marca: prati d.	CPR	676.000,00	0,0000	0,0599	40.492,40
270	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG - Marca: sandoz	CPR	231.500,00	0,0000	0,3499	81.001,85
284	ERITROMICINA ESTEARATO 50MG/ML FRASCO DE 60 ML - Marca: prati d.	FR	885,00	0,0000	4,39	3.885,15
302	ESTRIOL 1 MG - Marca: SUPERA RX	CPR	3.000,00	0,0000	0,54	1.620,00
305	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG - Marca: CIFARMA	CPR	160.560,00	0,0000	0,2996	48.103,78
357	GABAPENTINA 600 MG - Marca: gemed	CPR	29.200,00	0,0000	1,247	36.412,40
364	GLIBENCLAMIDA 5 MG - Marca: geolab	CPR	553.320,00	0,0000	0,02	11.066,40
388	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSAO ORAL FRSC 100 ML - Marca: ifal	FR	7.350,00	0,0000	1,619	11.899,65
389	HIDROXIDO DE ALUMINIO 150MG/ML FRASCO COM 100 ML - Marca: ifal	FR	5.750,00	0,0000	1,733	9.964,75
457	LOSARTANA POTASSICA 100 MG - Marca: PRATI D.	CPR	139.720,00	0,0000	0,1943	27.147,60
465	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSAO ORAL - Marca: SOBRAL	FR	7.250,00	0,0000	0,76	5.510,00
496	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G - Marca: prati d.	BNG	4.210,00	0,0000	1,3799	5.809,38
497	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G - Marca: prati d.	BNG	6.165,00	0,0000	4,3199	26.632,18
519	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G - Marca: PHARLA	BNG	3.430,00	0,0000	4,7999	16.463,66
523	NORETISTERONA 0,35 MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES - Marca: BIOLAB	CPR	43.605,00	0,0000	0,18	7.848,90

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 12/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1559)

537	OXCARBAMAZEPINA 300 MG - Marca: UNIÃO QUÍMICA	CPR	39.840,00	0,0000	0,359	14.302,56
546	PARACETAMOL 750 MG - Marca: ZYDUS	CPR	986.000,00	0,0000	0,047	46.342,00
547	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM CLORFENIRAMINA E FENILEFRINA, 400 MG + 4 MG + 4 MG - Marca: MED QUÍMICA	CPR	65.000,00	0,0000	0,19	12.350,00
556	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML - Marca: IFAL	FR	6.240,00	0,0000	1,199	7.481,76
568	PREDNISOLONA 20 MG - Marca: PRATI D.	CPR	16.000,00	0,0000	0,14	2.240,00
570	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 100 ML - Marca: prAIT D.	FR	10.940,00	0,0000	5,9488	65.079,87
581	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 10 MG - Marca: MEDLEY	CPR	19.860,00	0,0000	0,0446	885,76
583	PROPRANOLOL, CLORIDRATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 40 MG + 25 MG - Marca: SIGMA	CPR	28.000,00	0,0000	0,26	7.280,00
598	RETINOL (VIT. A) 5000 UI, COLECALCIFEROL (VIT. D3) 400 UI, CONFORME DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO COMPLETA NO ANEXO DO EDITAL - Marca: VITAMED	CPR	96.400,00	0,0000	0,12	11.568,00
628	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML - Marca: HIPOLABOR	FR	13.600,00	0,0000	0,85	11.560,00
630	SINVASTATINA 10 MG - Marca: SANDOZ	CPR	44.260,00	0,0000	0,065	2.876,90
636	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	10.500,00	0,0000	1,75	18.375,00
672	TERBUTALINA 0,3 MG/ML XAROPE FRASCO COM 100 ML - Marca: astrazeneca	FR	300,00	0,0000	12,98	3.894,00
675	TETRACICLINA 500 MG - Marca: prati d.	CPR	23.400,00	0,0000	0,152	3.556,80
717	VALSARTANA 80 MG - Marca: ems	CPR	20.200,00	0,0000	0,329	6.645,80
739	VITAMINA B1 300 MG - Marca: natulab	CPR	18.500,00	0,0000	0,084	1.554,00
743	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP - 20 MG - Marca: vitamed	CPR	301.220,00	0,0000	0,037	11.145,14
Total do Fornecedor:						728.216,95

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (1560)

16	ACIDO VALPROICO 250 MG - Marca: ABBOTT	CPR	107.400,00	0,0000	0,18	19.332,00
----	--	-----	------------	--------	------	-----------

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 13/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (1560)

17	ACIDO VALPROICO 500 MG - Marca: ABBOTT	CPR	147.300,00	0,0000	0,565	83.224,50
34	AMINOFILINA 100 MG - Marca: VITAPAN	CPR	184.800,00	0,0000	0,034	6.283,20
41	AMOXICILINA 500 MG BLISTER FRACIONÁVEL OU COM 7 OU 15 CAPSULAS - Marca: AUROBINDO	CPR	601.900,00	0,0000	0,14	84.266,00
170	CIPROFIBRATO 100 MG - Marca: BIOLAB	CPR	146.650,00	0,0000	0,358	52.500,70
174	CIPROTERONA, ACETATO ASSOCIADA A ESTRADIOL 1MG + 2 MG COM 28 CP - Marca: BAYER	UN	100,00	0,0000	20,00	2.000,00
214	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G - Marca: ABBOTT	BNG	3.240,00	0,0000	7,00	22.680,00
216	COLCHICINA 1 MG - Marca: APSEN	CPR	7.000,00	0,0000	1,32	9.240,00
265	DIVALPROATO DE SODIO ER 500 MG - Marca: ABBOTT	CPR	11.360,00	0,0000	2,00	22.720,00
271	DOXAZOZINA, MESILATO 1 MG - Marca: APSEN	CPR	1.000,00	0,0000	1,43	1.430,00
524	NORESTISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP - Marca: BAYER	UN	12.230,00	0,0000	20,00	244.600,00
657	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUCAO ORAL GTS FRSC 30 ML - Marca: NATULAB	FR	3.940,00	0,0000	0,69	2.718,60
659	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML - Marca: NATULAB	FR	2.180,00	0,0000	1,05	2.289,00
668	TEOFILINA 100 MG - Marca: ABBOTT	CPR	8.000,00	0,0000	0,37	2.960,00
669	TEOFILINA 200 MG - Marca: ABBOTT	CPR	18.720,00	0,0000	0,59	11.044,80
676	TIAMAZOL 10 MG - Marca: BIOLAB	CPR	20.900,00	0,0000	0,33	6.897,00
677	TIAMAZOL 5 MG - Marca: BIOLAB	CPR	15.260,00	0,0000	0,17	2.594,20
Total do Fornecedor:						576.780,00

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (1561)

18	ADENOSINA 3 MG/ML AMPOLAS COM 2 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	456,00	0,0000	6,93	3.160,08
54	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG - Marca: TEUTO	CPR	583.500,00	0,0000	0,0174	10.152,90
109	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML - Marca: WASSER FARMA	AMP	1.630,00	0,0000	0,693	1.129,59

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 14/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (1561)

122	CARBAMAZEPINA 200 MG - Marca: TEUTO	CPR	649.500,00	0,0000	0,0679	44.101,05
194	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUCAO INJETAVEL 10 ML - Marca: ISO FARMA	AMP	2.120,00	0,0000	0,2184	463,01
195	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOLUCAO INJETAVEL 10 ML - Marca: ISO FARMA	AMP	1.750,00	0,0000	0,22	385,00
198	CLORETO DE SODIO 20% SOLUCAO INJETAVEL 10 ML - Marca: ISO FARMA	AMP	1.310,00	0,0000	0,1925	252,18
287	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG - Marca: UNIAO QUIMICA	CPR	261.000,00	0,0000	0,3589	93.672,90
293	ESPIRONOLACTONA 100 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	37.620,00	0,0000	0,2279	8.573,60
361	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML - Marca: HYPO FARMA	AMP	2.400,00	0,0000	0,5034	1.208,16
370	GLICOSE 50% SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 10 ML - Marca: ISO FARMA	AMP	4.070,00	0,0000	0,22	895,40
415	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML - Marca: NATULAB	FR	3.230,00	0,0000	6,35	20.510,50
484	METOCLOPRAMIDA 10 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	278.500,00	0,0000	0,0465	12.950,25
486	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML - Marca: ISO FARMA	AMP	20.850,00	0,0000	0,2299	4.793,42
508	NIFEDIPINO 20 MG - Marca: BRAINFARMA/ NEO QUIM	CPR	200.000,00	0,0000	0,027	5.400,00
539	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO - Marca: GENOM/ UNIAO QUIMICA	FR	780,00	0,0000	21,20	16.536,00
542	PANTOPRAZOL 40 MG - Marca: VITAPAN	CPR	181.500,00	0,0000	0,2393	43.432,95
594	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG - Marca: TEUTO	CPR	292.000,00	0,0000	0,06	17.520,00
708	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VALPROICO 250 MG - Marca: BIOLAB	CPR	65.000,00	0,0000	0,22	14.300,00

Total do Fornecedor: 299.436,99

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (1562)

10	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR - Marca: ACICLOVIR 50MG/G	BNG	6.010,00	0,0000	2,15	12.921,50
37	AMIODARONA 200 MG - Marca: AMIORON 200MG	CPR	224.300,00	0,0000	0,235	52.710,50

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA		PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC		Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	
			Folha: 15/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (1562)

107	BROMOPRIDA 10 MG - Marca: BROMOPRIDA 10MG	CPR	46.800,00	0,0000	0,1085	5.077,80
254	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG - Marca: FLAVONID 500MG	CPR	406.100,00	0,0000	0,265	107.616,50
272	DOXICICLINA 100 MG - Marca: DOXICLIN 100MG	CPR	31.850,00	0,0000	0,114	3.630,90
280	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG - Marca: RENOPRIL 5MG	CPR	263.600,00	0,0000	0,04	10.544,00
301	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: NOREGYNA	AMP	3.150,00	0,0000	4,9855	15.704,33
402	IODOPOVIDONA 100MG/ML SOLUCAO TOPICA DE 100 ML - Marca: PVPI TOPICO 100ML	FR	709,00	0,0000	1,90	1.347,10
453	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML - Marca: LORATADINA XPE	FR	10.100,00	0,0000	1,66	16.766,00
474	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG - Marca: FORMYN 500MG	CPR	644.100,00	0,0000	0,054	34.781,40
544	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 15 ML - Marca: PARACETAMOL 200MG/ML	FR	45.900,00	0,0000	0,4915	22.559,85
560	PIROXICAM 20 MG - Marca: FELDANAX 20MG	CPR	146.500,00	0,0000	0,0811	11.881,15
707	VALPROATO DE SODIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML - Marca: VALPROATO DE SODIO	FR	4.320,00	0,0000	1,899	8.203,68
709	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VALPROICO 250 MG/5ML FRASCO COM 100 ML - Marca: VALPROATO DE SODIO	FR	3.030,00	0,0000	1,825	5.529,75
745	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUCAO INJETAVEL AMPOLAS 2 ML - Marca: HYPLEX B	AMP	12.170,00	0,0000	0,648	7.886,16

Total do Fornecedor: 317.160,62

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (1563)

40	AMITRIPTILINA 75 MG - Marca: CRISTALIA/AMYTRIL	CPR	22.860,00	0,0000	0,15	3.429,00
63	AZATIOPRINA 50 MG - Marca: CRISTALIA/IMUNEN	CPR	4.500,00	0,0000	1,26	5.670,00
93	BIPERIDENO 2 MG - Marca: CRISTALIA/CINETOL	CPR	327.300,00	0,0000	0,17	55.641,00
94	BIPERIDENO, LACTATO 5MG/ML SOLUCAO INJETAVEL IM/IV AMP 1ML - Marca: CRISTALIA/CINETOL	AMP	298,00	0,0000	1,53	455,94
156	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML - Marca: CRISTALIA/CETOPROFEN	AMP	27.250,00	0,0000	1,09	29.702,50

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

184	CLONAZEPAM 0,5 MG - Marca: CRISTALIA/CLOPAM	CPR	35.360,00	0,0000	0,05	1.768,00
199	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUCAO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML - Marca: CRISTALIA/LONGACTIL	FR	410,00	0,0000	4,25	1.742,50
201	CLORPROMAZINA 25 MG - Marca: CRISTALIA/LONGACTIL	CPR	61.800,00	0,0000	0,18	11.124,00
212	CODEINA 30 MG - Marca: CRISTALIA/CODEIN	CPR	85.400,00	0,0000	0,61	52.094,00
213	CODEINA, FOSFATO 3MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO DE 120 ML - Marca: CRISTALIA/CODEIN	FR	650,00	0,0000	21,08	13.702,00
334	FENOBARBITAL 100 MG - Marca: CRISTALIA/FENOCRIS	CPR	410.200,00	0,0000	0,07	28.714,00
335	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 2 ML - Marca: CRISTALIA/FENOCRIS	AMP	1.550,00	0,0000	1,37	2.123,50
375	HALOPERIDOL 1 MG - Marca: CRISTALIA/HALO	CPR	26.900,00	0,0000	0,10	2.690,00
376	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML - Marca: CRISTALIA/HALO	FR	730,00	0,0000	2,14	1.562,20
377	HALOPERIDOL 5 MG - Marca: CRISTALIA/HALO	CPR	266.400,00	0,0000	0,079	21.045,60
379	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 70,52 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML - Marca: CRISTALIA/HALO	AMP	6.825,00	0,0000	6,06	41.359,50
397	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG - Marca: CRISTALIA/IMIPRA	CPR	350.150,00	0,0000	0,187	65.478,05
416	LAMOTRIGINA 100 MG - Marca: CRISTALIA/NEURAL	CPR	39.220,00	0,0000	0,21	8.236,20
429	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG - Marca: CRISTALIA/LEVOZINE	CPR	78.160,00	0,0000	0,58	45.332,80
430	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG - Marca: CRISTALIA/LEVOZINE	CPR	58.100,00	0,0000	0,235	13.653,50
431	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML, SOLUCAO ORAL FRASCO 20 ML - Marca: CRISTALIA/LEVOZINE	FR	2.100,00	0,0000	6,50	13.650,00
499	MORFINA 10 MG - Marca: CRISTALIA/DIMORF	CPR	10.800,00	0,0000	0,31	3.348,00
500	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: CRISTALIA/DIMORF	AMP	3.140,00	0,0000	1,50	4.710,00
501	MORFINA 30 MG - Marca: CRISTALIA/DIMORF	CPR	11.000,00	0,0000	0,839	9.229,00
553	PAROXETINA CLORIDRATO 30 MG - Marca: CRISTALIA/ROXETIN	CPR	8.900,00	0,0000	0,75	6.675,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 17/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (1563)

569	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENSAO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML - Marca: CRISTALIA/OFTPRED	FR	650,00	0,0000	6,00	3.900,00
573	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL - Marca: CRISTALIA/CRISPRED	CPR	214.500,00	0,0000	0,07	15.015,00
577	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL - Marca: CRISTALIA/PAMERGAN	CPR	95.400,00	0,0000	0,09	8.586,00
578	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML - Marca: CRISTALIA/PAMERGAN	AMP	7.040,00	0,0000	0,97	6.828,80
600	RISPERIDONA 1 MG - Marca: CRISTALIA/RISPERIDON	CPR	141.400,00	0,0000	0,12	16.968,00
601	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML - Marca: CRISTALIA/RISPERIDON	FR	500,00	0,0000	12,00	6.000,00
602	RISPERIDONA 2 MG - Marca: CRISTALIA/RISPERIDON	CPR	321.500,00	0,0000	0,10	32.150,00
603	RISPERIDONA 3 MG - Marca: CRISTALIA/RISPERIDON	CPR	21.700,00	0,0000	0,15	3.255,00
690	TOBRAMICINA 3MG + DEXAMETASONA 1MG COLIRIO FRASCO 5ML - Marca: CRISTALIA/TOBRACIN	FR	260,00	0,0000	6,00	1.560,00
691	TOBRAMICINA 3 MG/G + DEXAMETASONA 1MG/G POMADA OFTALMICA COM 3,5 G - Marca: CRISTALIA/TOBRACIN	BNG	350,00	0,0000	15,00	5.250,00
695	TRAMADOL 100 MG - Marca: CRISTALIA/TRAMADON	CPR	10.800,00	0,0000	2,00	21.600,00
697	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML - Marca: CRISTALIA/TRAMADON	FR	1.960,00	0,0000	12,00	23.520,00

Total do Fornecedor: 587.769,09

DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP (1564)

36	AMIODARONA 100 MG - Marca: RAMBAXY	CPR	35.200,00	0,0000	0,35	12.320,00
151	CETOCONAZOL 200 MG - Marca: GEOLAB	CPR	74.000,00	0,0000	0,098	7.252,00
176	CITALOPRAM 20 MG - Marca: ZYDUS	CPR	631.480,00	0,0000	0,129	81.460,92
485	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 10 ML - Marca: HIPOLABOR	FR	14.730,00	0,0000	0,489	7.202,97
506	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS - Marca: P.DONADUZZI	BNG	28.700,00	0,0000	0,799	22.931,30
584	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML - Marca: COSMODERMA	FR	2.350,00	0,0000	7,999	18.797,65

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 18/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP (1564)

626	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG - Marca: ZYDUS	CPR	.199.000,00	0,0000	0,124	148.676,00
Total do Fornecedor:						298.640,84

DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (1565)

32	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG - Marca: SUPERA	CPR	37.900,00	0,0000	0,735	27.856,50
53	ANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG - Marca: BIOLAB	CPR	26.500,00	0,0000	0,549	14.548,50
73	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - Marca: TEUTO	AMP	30.700,00	0,0000	8,475	260.182,50
82	BETAMETASONA, DIPROPIONATO 0,64MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 10 G - Marca: PRATI	BNG	50,00	0,0000	5,19	259,50
97	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 6,25 MG - Marca: MERCK	CPR	1.000,00	0,0000	2,415	2.415,00
100	BISOPROLOL, FUMARATO 2,5MG + HIDROCLOROTIAZIDA 6,25 MG - Marca: MERCK	CPR	1.000,00	0,0000	1,93	1.930,00
102	BISOPROLOL, FUMARATO 5MG + HIDROCLOROTIAZIDA 6,25MG - Marca: MERCK	CPR	1.500,00	0,0000	2,399	3.598,50
147	CEFTRIAXONA SODICA 500MG ENDOVENOSA + DILUENTE - Marca: EMS	AMP	1.640,00	0,0000	18,72	30.700,80
178	CLARITROMICINA SUSP 250MG/5ML GRANILADO PARA SOLUCAO ORAL COM DILUENTE FRASCO DE 60 ML - Marca: EMS	FR	335,00	0,0000	41,38	13.862,30
211	CLOXAZOLAM 4 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	600,00	0,0000	2,15	1.290,00
223	DEXAMETASONA 0,5 MG - Marca: ACHE	CPR	27.500,00	0,0000	0,297	8.167,50
299	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR - Marca: BIOLAB	BNG	902,00	0,0000	33,45	30.171,90
300	ESTRADIOL 2 MG - Marca: BAYER	CPR	2.500,00	0,0000	1,89	4.725,00
330	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ML FRASCO DE 120 ML - Marca: ACHE	FR	630,00	0,0000	12,525	7.890,75
344	FLUNITRAZEPAM 1 MG - Marca: GERMED	CPR	1.720,00	0,0000	0,488	839,36
405	ISOFLAVONA DE SOJA 60 MG - Marca: VITAMED	CP	8.000,00	0,0000	0,43	3.440,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 19/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (1565)

410	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL - Marca: EMS	CPR	7.080,00	0,0000	0,28	1.982,40
424	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP - Marca: HYPERMARCAS	CPR	21.200,00	0,0000	2,98	63.176,00
425	LEVODROPROPIZINA 3MG/ML (30MG/ML) XRP PEDIATRICO 120ML - Marca: ACHE	FR	850,00	0,0000	21,70	18.445,00
434	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG B - Marca: SCHERINGER	UN	41.700,00	0,0000	5,89	245.613,00
436	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRAGEA B + DRAGEA C, BLISTER CALENDARIO COM 21 DRAGEAS - Marca: BAYER	UN	36.920,00	0,0000	6,69	246.994,80
468	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: PFIZER	AMP	4.120,00	0,0000	31,54	129.944,80
510	NIFEDIPINO 30 MG RETARD - Marca: BAYER	CPR	500,00	0,0000	4,28	2.140,00
528	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 2 MG/ML SOLUCAO ORAL DE 100 ML - Marca: NOVARTIS	FR	110,00	0,0000	24,99	2.748,90
562	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG + 10MG/ML, SOLUCAO OTOLOGICA FR 10 ML - Marca: FARMOQUIMICA	FR	680,00	0,0000	9,19	6.249,20
571	PREDNISONA 1% OFTALMICO COM 10 ML - Marca: NOVARTIS	FR	65,00	0,0000	18,79	1.221,35
580	PROPILOTIURACIL 100 MG - Marca: BIOLAB	CPR	10.500,00	0,0000	0,53	5.565,00
618	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES - Marca: GLAXO	FR	2.396,00	0,0000	78,35	187.726,60
619	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES - Marca: GLAXO	FR	1.087,00	0,0000	125,28	136.179,36
648	SOTALOL CLORIDRATO 80 MG - Marca: AVERT	CPR	8.000,00	0,0000	2,19	17.520,00
683	TIMOLOL, MALEATO + TARTARATO DE BRIMONIDINA 5MG/ML + 2 MG/ML COLIRIO DE 5 ML - Marca: ALLERGAM	FR	100,00	0,0000	64,98	6.498,00
698	TRAMADOL, CLORIDRATO 30 MG + PARACETAMOL 500 MG - Marca: ZODIAC	CPR	12.000,00	0,0000	2,97	35.640,00
721	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+10MG - Marca: NOVARTIS	CPR	5.000,00	0,0000	3,685	18.425,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	Folha: 20/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (1565)

722	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+5MG - Marca: EMS	CPR	8.600,00	0,0000	1,07	9.202,00
724	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+10MG - Marca: EMS	CPR	6.000,00	0,0000	1,183	7.098,00
736	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO 50 MG - Marca: BIOSINTETICA	CPR	7.000,00	0,0000	2,12	14.840,00
746	ZOPICLONA 7,5 MG - Marca: SANOFI	CPR	7.000,00	0,0000	2,35	16.450,00
Total do Fornecedor:						1.585.537,52

DENTAL OESTE EIRELI (1566)

161	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5000 MG + 100 MG + 100 MG - Marca: Merck	CPR	10.170,00	0,0000	1,8283	18.593,81
218	DABIGATRANA, ETEXILATO 110 MG - Marca: Boehringer	CPR	18.680,00	0,0000	2,9489	55.085,45
307	EXTRATO DE PLANTAS, ARNICA MONTANA L. GEL 200 MG/G EMBALAGEM 50 GR - Marca: Vidora	BNG	300,00	0,0000	14,9999	4.499,97
313	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA (MAYTENUS ILICIFOLIA) SOLUÇÃO ORAL 1ML/ML FRASCO 120 ML - Marca: Vidora	FR	700,00	0,0000	7,9999	5.599,93
464	MEBENDAZOL 100 MG + TIABENDAZOL 166 MG - Marca: Eurofarma	CPR	200,00	0,0000	6,00	1.200,00
557	PERMITRINA 1% LOCAO TOPICO FRASCO DE 100 ML - Marca: Nativita	FR	550,00	0,0000	1,3198	725,89
730	VARFARINA SODICA 1 MG - Marca: Bristol-Myers Squibb	CPR	3.000,00	0,0000	0,55	1.650,00
Total do Fornecedor:						87.355,05

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (1567)

14	ACIDO FOLICO 5 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	366.000,00	0,0000	0,03	10.980,00
22	ALENDRONATO SODICO 70 MG CARTELAS COM 4 COMP - Marca: DELTA	UN	140.320,00	0,0000	0,27	37.886,40
24	ALOPURINOL 100 MG - Marca: SANVAL	CPR	103.950,00	0,0000	0,03	3.118,50
105	BROMAZEPAM 3 MG - Marca: TEUTO	CPR	161.100,00	0,0000	0,04	6.444,00
142	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS - Marca: TEUTO	CPR	588.000,00	0,0000	0,19	111.720,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

152	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS - Marca: HIPOLABOR	BNG	8.380,00	0,0000	1,10	9.218,00
158	CETOTIFENO, FUMARATO ACIDO, 0,2 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML - Marca: PRATI	FR	150,00	0,0000	3,45	517,50
185	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML - Marca: HIPOLABOR	FR	36.630,00	0,0000	1,22	44.688,60
202	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML - Marca: HYPOFARMA	AMP	1.105,00	0,0000	0,73	806,65
228	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS - Marca: SANVAL	BNG	28.720,00	0,0000	0,53	15.221,60
236	DIAZEPAM 10 MG - Marca: SANTISA	CPR	562.000,00	0,0000	0,03	16.860,00
237	DIAZEPAM 5 MG - Marca: SANTISA	CPR	73.800,00	0,0000	0,03	2.214,00
278	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG - Marca: SANVAL	CPR	713.800,00	0,0000	0,03	21.414,00
279	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG - Marca: TEUTO	CPR	842.300,00	0,0000	0,04	33.692,00
282	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	3.765,00	0,0000	1,30	4.894,50
294	ESPIRONOLACTONA 25 MG - Marca: ASPEN	CPR	468.350,00	0,0000	0,0899	42.104,67
303	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS - Marca: BRAINFARMA	BNG	1.646,00	0,0000	5,20	8.559,20
336	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20 ML - Marca: SANVAL	FR	4.140,00	0,0000	1,35	5.589,00
353	FUROSEMIDA 40 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	839.000,00	0,0000	0,02	16.780,00
355	GABAPENTINA 300 MG - Marca: ACTAVIS	CPR	131.140,00	0,0000	0,28	36.719,20
356	GABAPENTINA 400 MG - Marca: ACTAVIS	CPR	14.500,00	0,0000	0,35	5.075,00
378	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML - Marca: TEUTO	AMP	1.963,00	0,0000	0,85	1.668,55
383	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG - Marca: TEUTO	CPR	833.000,00	0,0000	0,01	18.330,00
386	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SODICO, PO PARA SOL INJETAVEL - Marca: TEUTO	AMP	10.250,00	0,0000	5,15	52.787,50
395	IBUPROFENO 600 MG - Marca: TEUTO	CPR	719.000,00	0,0000	0,058	41.702,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 22/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (1567)

404	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUCAO P/ INALACAO FR 20 ML - Marca: HIPOLABOR	FR	10.470,00	0,0000	0,5399	5.652,75
421	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG - Marca: TEUTO	CPR	78.980,00	0,0000	0,15	11.847,00
435	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS - Marca: MABRA	UN	234.867,00	0,0000	0,40	93.946,80
452	LORATADINA 10 MG - Marca: GEOLAB	CPR	238.700,00	0,0000	0,037	8.831,90
472	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO - Marca: ACTAVIS	CPR	41.200,00	0,0000	0,3499	14.415,88
478	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG - Marca: PRATI	CPR	818.000,00	0,0000	0,045	36.810,00
509	NIFEDIPINO 20 MG RETARD - Marca: MEDQUIMICA	CPR	53.100,00	0,0000	0,05	2.655,00
534	OMEPRAZOL 40 MG - Marca: PRATI	CPR	165.000,00	0,0000	0,13	21.450,00
545	PARACETAMOL 500 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	.055.000,00	0,0000	0,039	41.145,00
564	PRAMIPEXOL 0,125 MG - Marca: ACTAVIS	CPR	1.780,00	0,0000	0,28	498,40
565	PRAMIPEXOL 0,25MG - Marca: ACTAVIS	CPR	6.000,00	0,0000	0,31	1.860,00
566	PRAMIPEXOL 1 MG - Marca: ACTAVIS	CPR	1.000,00	0,0000	0,99	990,00
582	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG - Marca: SANVAL	CPR	392.300,00	0,0000	0,01	3.923,00
631	SINVASTATINA 20 MG - Marca: SANVAL	CPR	.124.500,00	0,0000	0,055	61.847,50
632	SINVASTATINA 40 MG - Marca: SANVAL	CPR	581.500,00	0,0000	0,12	69.780,00
643	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SODIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO - Marca: SANBIOL	FR	4.655,00	0,0000	2,55	11.870,25
658	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II - Marca: PRATI	CPR	406.500,00	0,0000	0,03	12.195,00
696	TRAMADOL 50 MG - Marca: TEUTO	CPR	163.000,00	0,0000	0,08	13.040,00
738	VERAPAMIL, CLORIDRATO, 80 MG - Marca: TEUTO	CPR	177.600,00	0,0000	0,045	7.992,00
Total do Fornecedor:						969.741,35

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Total do Fornecedor: 264.217,70

76	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO A NISTATINA E CLORETO DE BENZALCONIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS - Marca: MEDLEY	BNG	730,00	0,0000	9,59	7.000,70
123	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO COM 100 ML - Marca: MEDLEY	FR	5.995,00	0,0000	3,7798	22.659,90
141	CEFACLOR 75 MG/ML FRASCO COM 80 ML - Marca: MEDLEY	FR	600,00	0,0000	22,5359	13.521,54
154	CETOPROFENO 100 MG - Marca: MEDLEY	CPR	50.000,00	0,0000	0,4378	21.890,00
193	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML - Marca: ALLERGAN	FR	996,00	0,0000	7,6079	7.577,47
210	CLOXAZOLAM 2 MG - Marca: EUROFARMA	CPR	22.520,00	0,0000	0,3099	6.978,95
235	DIACEREINA 50 MG - Marca: TRB PHARMA	CPR	33.000,00	0,0000	3,3999	112.196,70
241	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTASSICO, GEL BISNAGA 60 G - Marca: GERMED	BNG	16.330,00	0,0000	3,05	49.806,50
248	DILTIAZEM, CLORIDRATO 90 MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	11.500,00	0,0000	1,2243	14.079,45
298	ESTRADIOL 1 MG - Marca: BIOLAB	CPR	16.900,00	0,0000	0,7295	12.328,55
322	EXTRATO SECO DE PNUS PINASTER 50 MG - Marca: FARMOQUIMICA	CP	8.200,00	0,0000	1,4099	11.561,18
326	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINVASTATINA 10 MG + 40 MG - Marca: SUPERA	CPR	1.360,00	0,0000	2,8949	3.937,06

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

327	FEMPROCUMONA 3 MG - Marca: MEDA PHARMA	CPR	29.875,00	0,0000	0,2917	8.714,54
328	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA A BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUCAO ORAL FRASCO 20 ML - Marca: ELOFAR	FR	2.450,00	0,0000	8,00	19.600,00
329	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG - Marca: ELOFAR	CPR	71.300,00	0,0000	0,25	17.825,00
358	GENFIBROZILA 600 MG - Marca: MEDLEY	CPR	3.300,00	0,0000	0,8375	2.763,75
359	GENFIBROZILA 900 MG - Marca: MEDLEY	CPR	3.000,00	0,0000	1,1858	3.557,40
381	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 25 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	33.940,00	0,0000	0,249	8.451,06
382	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	21.500,00	0,0000	0,328	7.052,00
403	IPRATROPIO BROMETO 0,02 MG/DOSE AEROSSOL ORAL 200 DOSES - Marca: BOEHRINGER	FR	142,00	0,0000	18,731	2.659,80
526	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 10 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	500,00	0,0000	0,6445	322,25
529	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG - Marca: MEDLEY	CPR	28.900,00	0,0000	0,3287	9.499,43
555	PERMANGANATO DE POTASSIO 100 MG - Marca: FARMAX	CPR	10.850,00	0,0000	0,0549	595,67
563	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAINA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUCAO OTOLOGICA FRASCO 5 ML - Marca: ELOFAR	FR	1.560,00	0,0000	2,0419	3.185,36
593	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO - Marca: LIBBS	CPR	4.360,00	0,0000	1,22	5.319,20
661	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLIRIO FRASCO DE 5 ML - Marca: ALLERGAN	FR	340,00	0,0000	69,99	23.796,60
674	TETRACAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML - Marca: ALLERGAN	FR	340,00	0,0000	6,54	2.223,60
678	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML - Marca: BIOSINTETICA	FR	50,00	0,0000	2,8919	144,60
684	TINIDAZOL 500 MG - Marca: MEDLEY	CPR	2.000,00	0,0000	0,4989	997,80
713	VALSARTA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG - Marca: NOVA QUIMICA	CPR	6.500,00	0,0000	0,6282	4.083,30

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 25/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (1569)

728	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+12,5+5 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	4.000,00	0,0000	3,59	14.360,00
729	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	1.000,00	0,0000	3,5232	3.523,20
Total do Fornecedor:						422.212,56

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (1570)

650	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS - Marca: DERMazine	BNG	4.390,00	0,0000	3,73	16.374,70
651	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR - Marca: DERMazine	FR	571,00	0,0000	24,40	13.932,40
Total do Fornecedor:						30.307,10

FARMA VISION DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - (1571)

144	CEFTRIAXONA SODICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE - Marca: Ceftriaxon	AMP	9.190,00	0,0000	2,29	21.045,10
145	CEFTRIAXONA SODICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE - Marca: Genérico	AMP	24.590,00	0,0000	3,90	95.901,00
227	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2,5 ML - Marca: Genérico	AMP	15.300,00	0,0000	0,60	9.180,00
238	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML - Marca: Genérico	AMP	5.400,00	0,0000	0,53	2.862,00
243	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 3 ML - Marca: Genérico	AMP	15.450,00	0,0000	0,37	5.716,50
258	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2 ML - Marca: Dipifarma	AMP	50.400,00	0,0000	0,34	17.136,00
268	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML - Marca: Genérico	AMP	14.875,00	0,0000	1,10	16.362,50
291	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 5 ML - Marca: Hypocina Composta	AMP	27.600,00	0,0000	1,28	35.328,00
380	HEPARINA SODICA 5.000 UI/0,25 ML INJETAVEL AMPOLA 0,25 ML - Marca: Hemofol	AMP	1.175,00	0,0000	3,54	4.159,50
385	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SODICO, PO PARA SOL INJETAVEL - Marca: Androcortil	AMP	5.080,00	0,0000	2,94	14.935,20

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 26/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

FARMA VISION DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - (1571)

535	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML - Marca: Genérico	AMP	1.700,00	0,0000	4,19	7.123,00
596	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML - Marca: Genérico	AMP	11.150,00	0,0000	0,40	4.460,00
Total do Fornecedor:						234.208,80

GRAMS & GRAMS LTDA - ME (1572)

8	ACETILCISTEINA 40MG/ML XAROPE FRASCO COM 150 ML - Marca: EMS	FR	1.600,00	0,0000	9,7399	15.583,84
12	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG TAMPONADO - Marca: EMS	CPR	177.404,00	0,0000	0,4485	79.565,69
26	ALPRAZOLAM 0,5 MG - Marca: EMS	CPR	66.300,00	0,0000	0,0784	5.197,92
27	ALPRAZOLAM 2 MG - Marca: EMS	CPR	32.000,00	0,0000	0,1199	3.836,80
44	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO 80 MG + 11,5 MG/ML PO PARA SUSPENCAO ORAL FRASCO COM 75 ML - Marca: SANDOZ	FR	3.680,00	0,0000	10,12	37.241,60
47	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 875 MG + 125 MG - Marca: GERMED	CPR	44.260,00	0,0000	1,5798	69.921,95
58	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG - Marca: EMS	CPR	18.900,00	0,0000	0,2439	4.609,71
59	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG - Marca: EMS	CPR	141.300,00	0,0000	0,1189	16.800,57
68	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 100 MCG/DOSE PO PARA INALACAO COM 100 DOSES - Marca: CHIESI	FR	300,00	0,0000	55,6299	16.688,97
69	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE PO PARA INALACAO COM 100 DOSES - Marca: CHIESI	FR	300,00	0,0000	30,0999	9.029,97
84	BETAMETASONA DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM CETOCONAZOL 0,5 MG + 20 MG/G BISNAGA DE 30 G - Marca: EMS	BNG	1.330,00	0,0000	4,4759	5.952,95
85	BETAMETASONA, DIPROPIONATO + SULFATO DE GENTAMICINA 0,5/1 MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G - Marca: EMS	BNG	320,00	0,0000	4,5899	1.468,77
87	BETAMETASONA, VALERATO 0,5MG/G + SULFATO DE GENTAMICINA 1 MG/G + TOLNAFTATO 10 MG/G + CLIQUINOL 10 MG/G BISNAGA CREME DERMATOLOGICO COM 20 G - Marca: EMS	BNG	380,00	0,0000	4,3086	1.637,27

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 27/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAMS & GRAMS LTDA. - ME (1572)

88	BETAMETASONA, VALERATO + SULFATO DE NEOMICINA 1MG/G + 5MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G - Marca: EMS	BNG	210,00	0,0000	7,8799	1.654,78
96	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG - Marca: EMS	CPR	5.000,00	0,0000	0,2999	1.499,50
99	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG - Marca: EMS	CPR	14.560,00	0,0000	0,1999	2.910,54
113	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO - Marca: EMS	CPR	253.200,00	0,0000	0,2956	74.845,92
125	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERACAO CONTROLADA - Marca: NOVARTIS	CPR	22.220,00	0,0000	0,7013	15.582,89
126	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERACAO CONTROLADA - Marca: NOVARTIS	CPR	28.040,00	0,0000	1,6789	47.076,36
148	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE - Marca: TEUTO	AMP	10.665,00	0,0000	18,64	198.795,60
149	CELECOXIBE 100 MG - Marca: TEUTO	CPR	2.000,00	0,0000	0,7781	1.556,20
233	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA A BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG COMPRIMIDO - Marca: EMS	CPR	3.600,00	0,0000	0,1259	453,24
286	ESCITALOPRAM 20 MG - Marca: EMS	CPR	44.000,00	0,0000	0,3609	15.879,60
323	EZETIMIBA 10 MG - Marca: ALTHAIA	CPR	2.000,00	0,0000	1,25	2.500,00
349	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS - Marca: MEDLEY	FR	1.250,00	0,0000	8,5199	10.649,88
362	GENTAMICINA 5 MG/ML SOLUCAO OFTALMICA FRASCO COM 5 ML - Marca: ALLERGAM	FR	440,00	0,0000	6,6095	2.908,18
392	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO + DIMETICONA 80MG + 80 MG + 6 MG /ML FRASCO COM 240 ML - Marca: EMS	FR	2.150,00	0,0000	7,0379	15.131,49
396	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	6.200,00	0,0000	0,3905	2.421,10
400	INSULINA ASPARE 100 UI/ML - Marca: NOVO NORDISK	FR	500,00	0,0000	86,7239	43.361,95
411	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG - Marca: GERMED	CPR	17.600,00	0,0000	0,0959	1.687,84
412	ISSOSORBIDA, MONONITRATO RETARD 50 MG - Marca: BIOSINTETICA	CPR	1.300,00	0,0000	1,4257	1.853,41

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 28/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAMS & GRAMS LTDA. - ME (1572)

420	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG - Marca: ACHE	CPR	142.800,00	0,0000	1,50	214.200,00
438	LEVOTIROXINA SODICA 112 MCG - Marca: MERCK	CPR	24.800,00	0,0000	0,2147	5.324,56
455	LORAZEPAM 1 MG - Marca: WYEHT	CPR	4.100,00	0,0000	0,5651	2.316,91
460	LOSARTANA POTASSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG - Marca: EMS	CPR	76.400,00	0,0000	0,2387	18.236,68
469	MELOXICAM 10MG/ML AMPOLAS DE 2 ML - Marca: EUROFARMA	AMP	2.450,00	0,0000	1,4465	3.543,93
476	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG + GLIBENCLAMIDA 2,5 MG - Marca: MERCK	CPR	1.000,00	0,0000	0,6493	649,30
504	NAPROXENO SODICO 550 MG - Marca: TEUTO	CPR	4.000,00	0,0000	0,3893	1.557,20
587	QUETIAPINA, FUMARATO 200 MG - Marca: EMS	CPR	3.000,00	0,0000	0,6666	1.999,80
588	QUETIAPINA, FUMARATO 25 MG - Marca: EMS	CPR	28.000,00	0,0000	0,1779	4.981,20
589	QUETIAPINA, FUMARATO 50 MG - Marca: EMS	CPR	5.500,00	0,0000	5,149	28.319,50
590	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO - Marca: EMS	CPR	12.500,00	0,0000	0,4452	5.565,00
624	SERTRALINA, CLORIDRATO 100 MG - Marca: EUROFARMA	CPR	21.600,00	0,0000	0,5999	12.957,84
625	SERTRALINA CLORIDRATO 25 MG - Marca: EMS	CPR	6.160,00	0,0000	0,3899	2.401,78
662	TEGASERODE, MALEATO 6 MG - Marca: NOVARTIS	CPR	1.500,00	0,0000	4,6599	6.989,85
682	TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML + TRAVAPROSTA 0,04MG/ML SOLUCAO OFTALMICA FRASCO DE 2,5 ML - Marca: ALCON	FR	235,00	0,0000	80,9229	19.016,88
692	TOPIRAMATO 100 MG - Marca: EMS	CPR	32.600,00	0,0000	0,2574	8.391,24
693	TOPIRAMATO 25 MG - Marca: EMS	CPR	56.900,00	0,0000	0,1199	6.822,31
705	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G - Marca: GERMED	BNG	2.170,00	0,0000	2,7599	5.988,98
716	VALSARTANA 320 MG - Marca: EMS	CPR	25.500,00	0,0000	0,3923	10.003,65
718	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG - Marca: EMS	CPR	47.060,00	0,0000	0,3618	17.026,31

Total do Fornecedor: 1.084.597,41

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 29/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1573)

28	ALPRAZOLAM XR 1 MG - Marca: PFIZER	CPR	53.200,00	0,0000	0,8341	44.374,12
188	CLONIDINA 0,100 MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	22.500,00	0,0000	0,1497	3.368,25
189	CLONIDINA 0,150 MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	10.330,00	0,0000	0,186	1.921,38
190	CLONIDINA 0,200 MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	17.000,00	0,0000	0,2307	3.921,90
304	ESTROGENIO CONJUGADO 0,325 MG - Marca: WYETH	CPR	1.600,00	0,0000	0,4534	725,44
665	TELMISARTANA +ANLODIPINO 80MG/5MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	2.500,00	0,0000	2,5422	6.355,50
666	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	3.290,00	0,0000	2,995	9.853,55
667	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 80MG + 12,5 MG - Marca: BOEHRINGER	CPR	1.300,00	0,0000	3,3427	4.345,51
Total do Fornecedor:						74.865,65

IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI - (1574)

66	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG - Marca: PRATI DONADUZZI	FR	2.460,00	0,0000	3,6989	9.099,29
203	CLORTALIDONA 12,5 MG - Marca: EMS	CPR	15.200,00	0,0000	0,0764	1.161,28
209	CLOXAZOLAM 1 MG - Marca: EUROFARMA	CPR	11.460,00	0,0000	0,2073	2.375,66
426	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML - Marca: ANTUX	FR	1.500,00	0,0000	21,1599	31.739,85
495	METRONIDAZOL ASSOCIADO A NISTATINA 100MG/G + 20000UI/G CREME VAGINAL COM 30 G - Marca: PRATI DONADUZZI	BNG	880,00	0,0000	6,6977	5.893,98
572	PREDNISONA 20 MG FRACIONAVEL - Marca: PRATI DONADUZZI	CPR	280.000,00	0,0000	0,1279	35.812,00
653	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG - Marca: PRATI DONADUZZI	CPR	25.000,00	0,0000	0,1991	4.977,50
Total do Fornecedor:						91.059,56

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (1575)

3	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML - Marca: PRATI	FR	8.950,00	0,0000	2,3495	21.028,03
---	--	----	----------	--------	--------	-----------

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 30/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (1575)

23	ALGESTONA ACETONIDA, ASSOCIADA COM ESTRADIOL ENANTATO, 150 MG + 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLAS DE 1 ML - Marca: PREGNOLAN	AMP	50,00	0,0000	3,61	180,50
77	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	45.360,00	0,0000	0,1937	8.786,23
78	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	27.360,00	0,0000	0,2374	6.495,26
79	BETAISTINA, DICLORIDRATO 8 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	6.500,00	0,0000	0,17	1.105,00
162	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 10 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	374.500,00	0,0000	0,1639	61.380,55
164	CILOSTAZOL 100 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	102.500,00	0,0000	0,358	36.695,00
165	CILOSTAZOL 50 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	59.700,00	0,0000	0,22	13.134,00
217	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG - Marca: VARICOSS	CPR	149.300,00	0,0000	0,1267	18.916,31
221	DESOGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,2 MG CAIXA COM 21 CP - Marca: EUOFARMA	UN	268,00	0,0000	11,80	3.162,40
240	DICLOFENACO POTÁSSICO 50 MG - Marca: POLTAX	CPR	255.000,00	0,0000	0,043	10.965,00
247	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG - Marca: CORDIL	CPR	70.700,00	0,0000	0,1199	8.476,93
251	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML - Marca: NAUSILON	FR	5.830,00	0,0000	2,3499	13.699,92
264	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG - Marca: ZYDUS	CPR	15.500,00	0,0000	0,466	7.223,00
342	FLUCONAZOL 150 MG - Marca: FLUCOVIL	CPR	107.200,00	0,0000	0,1779	19.070,88
408	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO - Marca: ZYDUS	CPR	132.710,00	0,0000	0,061	8.095,31
437	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG - Marca: MERCK	CPR	292.020,00	0,0000	0,091	26.573,82
439	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG - Marca: MERCK	CPR	111.500,00	0,0000	0,1469	16.379,35
440	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG - Marca: MERCK	CPR	334.420,00	0,0000	0,091	30.432,22
441	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG - Marca: MERCK	CPR	400.500,00	0,0000	0,094	37.647,00
442	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG - Marca: MERCK	CPR	219.800,00	0,0000	0,1282	28.178,36
450	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML - Marca: DERMAEX	FR	1.610,00	0,0000	2,30	3.703,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 31/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (1575)

527	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG - Marca: EUOFARMA	CPR	79.700,00	0,0000	0,225	17.932,50
548	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEINA 500 MG + 30 MG - Marca: GEOLAB	CPR	296.200,00	0,0000	0,3072	90.992,64
610	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PO SACHE 1G - Marca: FLORENT	SCH	10.800,00	0,0000	0,864	9.331,20
647	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG - Marca: MERCK	CPR	15.960,00	0,0000	0,48	7.660,80
694	TOPIRAMATO 50 MG - Marca: ZYDUS	CPR	206.900,00	0,0000	0,1099	22.738,31
Total do Fornecedor:						529.983,52

KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (1576)

443	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG - Marca: GENÉRICO	CPR	52.660,00	0,0000	0,16	8.425,60
444	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG - Marca: GENÉRICO	CPR	63.400,00	0,0000	0,158	10.017,20
445	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG - Marca: GENÉRICO	CPR	31.500,00	0,0000	0,19	5.985,00
446	LEVOTIROXINA SODICA DE 200 MCG - Marca: GENÉRICO	CPR	11.780,00	0,0000	0,34	4.005,20
463	MEBENDAZOL 100 MG - Marca: MENTELMIN	CPR	50.310,00	0,0000	0,03	1.509,30
710	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA - Marca: TORVAL CR	CPR	41.760,00	0,0000	0,75	31.320,00
727	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 80MG+5MG - Marca: DIOVAN AMLO FIX	CPR	1.500,00	0,0000	3,30	4.950,00
Total do Fornecedor:						66.212,30

KLIMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (1577)

80	BETAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR ORAL 120 ML - Marca: GERMED	FR	700,00	0,0000	3,67	2.569,00
83	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA A CETOCONAZOL E NEOMICINA 0,5 MG + 20 MG + 2,5 MG/G CREME BISNAGA 30 GRAMAS - Marca: PHARLAB	BNG	5.410,00	0,0000	3,3755	18.261,46
91	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTAMICO - Marca: GERMED	FR	286,00	0,0000	75,65	21.635,90

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Total do Fornecedor: 132.264,36

Total do Fornecedor: 971.366,10

30	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 100 ML - Marca: NATULAB	FR	10.500,00	0,0000	1,3699	14.383,95
31	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 100 ML - Marca: NATULAB	FR	11.300,00	0,0000	1,3199	14.914,87

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA		PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC		Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	
		Folha: 33/43	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENT (1579)

38	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 MLa - Marca: HIPOLABOR	AMP	1.346,00	0,0000	1,4296	1.924,24
120	CAPTOPRIL 25 MG - Marca: SANVAL	CPR	.515.000,00	0,0000	0,0139	21.058,50
225	DEXAMETASONA 2 MG SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 1 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	12.420,00	0,0000	0,6399	7.947,56
363	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML AMPOLAS DE 2 ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	5.950,00	0,0000	0,897	5.337,15
369	GLICOSE 25% SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 10 ML - Marca: FARMACE	AMP	970,00	0,0000	0,2399	232,70
611	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR - Marca: NATULAB	SCH	30.650,00	0,0000	0,4259	13.053,84
612	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML - Marca: NATULAB	FR	5.610,00	0,0000	0,9629	5.401,87
649	SULFADIAZINA 500 MG - Marca: SOBRAL	CPR	14.000,00	0,0000	0,1355	1.897,00
Total do Fornecedor:						86.151,68

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (1580)

13	ACIDO FOLICO 0,2 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML - Marca: Afolic Infantil	FR	430,00	0,0000	4,40	1.892,00
55	ATENOLOL 100 MG - Marca: Generico	CPR	117.200,00	0,0000	0,0474	5.555,28
64	AZITROMICINA 500 MG BLISTER C/ 3 COMP. - Marca: Azitrophar	CPR	260.700,00	0,0000	0,3826	99.743,82
121	CAPTOPRIL 50 MG - Marca: Captosen	CPR	826.000,00	0,0000	0,032	26.432,00
153	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML - Marca: Generico	FR	3.120,00	0,0000	3,739	11.665,68
200	CLORPROMAZINA 100 MG - Marca: Clorpromaz	CPR	221.000,00	0,0000	0,179	39.559,00
226	DEXAMETASONA 4 MG - Marca: Genérico	CPR	73.300,00	0,0000	0,0844	6.186,52
283	ERITROMICINA 500 MG - Marca: Generico	CPR	16.200,00	0,0000	0,6137	9.941,94

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 34/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (1580)

290	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS - Marca: Escopen Composto	CPR	374.500,00	0,0000	0,279	104.485,50
384	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - Marca: hidroless	CPR	480.500,00	0,0000	0,033	15.856,50
387	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G - Marca: cortisonal	BNG	630,00	0,0000	6,94	4.372,20
393	IBUPROFENO 100MG/ML FRASCO DE 20 ML - Marca: ibuprotrat	FR	22.300,00	0,0000	1,84	41.032,00
394	IBUPROFENO 300 MG - Marca: ibupril	CPR	359.000,00	0,0000	0,036	12.924,00
414	IVERMECTINA 6 MG - Marca: generico	CPR	42.578,00	0,0000	0,2896	12.330,59
517	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 50 ML - Marca: nistamax	FR	5.650,00	0,0000	2,329	13.158,85
525	NORFLOXACINO 400 MG - Marca: floxamed	CPR	163.300,00	0,0000	0,136	22.208,80
533	OMEPRAZOL 20 MG - Marca: elprazol	CPR	1.851.000,00	0,0000	0,0349	99.499,90
567	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 100 ML - Marca: generico	FR	3.850,00	0,0000	5,449	20.978,65
623	SECNIDAZOL 1000 MG - Marca: deznazol	CPR	28.050,00	0,0000	0,4198	11.775,39
687	TIORIDAZINA 50MG COMP - Marca: unitidazin	CPR	29.100,00	0,0000	0,345	10.039,50
Total do Fornecedor:						569.638,12

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (1581)

71	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50 MCG + SALBUTAMOL 100 MCG SPRAY ORAL COM 200 DOSES - Marca: chiesi	FR	400,00	0,0000	28,00	11.200,00
72	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES - Marca: chiesi	FR	1.825,00	0,0000	41,00	74.825,00
140	CEFACLOX 50MG/ML FRASCO COM 80 ML - Marca: medley	FR	230,00	0,0000	18,99	4.367,70
260	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG - Marca: brainfarma	CPR	55.000,00	0,0000	0,165	9.075,00
273	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML - Marca: brainfarma	FR	3.700,00	0,0000	2,50	9.250,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 35/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (1581)

309	EXTRATO DE PLANTAS, CASSIA ANGUSTIFOLIA + ASSOCIACOES GELEIA LAX POTE COM 250 G - Marca: BRAINFARMA	PT	50,00	0,0000	18,80	940,00
338	FENOFIBRATO 250 MG LIBERACAO RETARDADA - Marca: BRAINFARMA	CPR	1.220,00	0,0000	1,60	1.952,00
346	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11.000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUCAO OTOLOGICA FRS 5ML GTS - Marca: ELOTIN	FR	4.310,00	0,0000	1,60	6.896,00
409	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO - Marca: ZYDUS	CPR	41.060,00	0,0000	0,105	4.311,30
454	LORATADINA + SULFATO DE PSEUDOEFDRIINA 10MG + 240 MG - Marca: UNIAO QUIMICA	CPR	1.500,00	0,0000	1,90	2.850,00
516	NISTATINA 100.000 UI/4G CREME VAGINAL COM 60 G + APLICADORES - Marca: TEUTO	BNG	7.300,00	0,0000	2,73	19.929,00
540	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG - Marca: APSEN	CPR	51.110,00	0,0000	0,49	25.043,90
702	TRAZADONA 50 MG - Marca: apsen	CPR	82.300,00	0,0000	0,845	69.543,50
703	TRAZODONA 100 MG - Marca: apsen	CPR	19.360,00	0,0000	1,69	32.718,40
704	TRAZODONA 150 MG RETARD - Marca: apsen	CPR	9.000,00	0,0000	2,54	22.860,00
741	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUCAO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML - Marca: brainfarma	FR	4.230,00	0,0000	10,00	42.300,00
Total do Fornecedor:						338.061,80

MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI (1582)

19	AGUA BIDESTILADA PARA INJECAO DE 5 ML - Marca: Isofarma	FR	61.900,00	0,0000	0,186	11.513,40
292	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUCAO ORAL FRASCO 20 ML - Marca: Farmace	FR	17.300,00	0,0000	2,58	44.634,00
308	EXTRATO DE PLANTAS, CASCARA SAGRADA CAPSULAS - Marca: Bionatus	CP	1.360,00	0,0000	0,54	734,40
354	FUROSEMIDA 40MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA COM 2 ML - Marca: Farmace	AMP	9.565,00	0,0000	0,39	3.730,35
467	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUCAO INJETAVEL APOLA DE 1 ML - Marca: União Química	AMP	7.750,00	0,0000	7,85	60.837,50

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 36/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI (1582)

635	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO - Marca: Basa	FR	18.600,00	0,0000	1,99	37.014,00
Total do Fornecedor:						158.463,65

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA (1583)

186	CLONAZEPAM 2 MG - Marca: CLONAZEPAM	CPR	391.050,00	0,0000	0,039	15.250,95
479	METILDOPA 250 MG - Marca: VENOPRESSIN	CPR	214.500,00	0,0000	0,09	19.305,00
480	METILDOPA 500 MG - Marca: VENOPRESSIN	CPR	204.000,00	0,0000	0,17	34.680,00
Total do Fornecedor:						69.235,95

NOVARTIS BIOCIENTIAS SA (1584)

1	8-HIDROXIQUINOLINA BORATO 0,04 MG ASSOCIADA COM TRIETANOLAMINA 140 MG/ML SOLUCAO OTOLOGICA, FRASCO C/8 ML - Marca: CERUMIN/ALCON	FR	8.240,00	0,0000	7,90	65.096,00
104	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSAO OFTALMICA FRASCO 5 ML - Marca: AZORGA/ALCON	FR	191,00	0,0000	48,16	9.198,56
222	DEXAMETASONA 0,1% SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 5 ML - Marca: MAXIDEX/ALCON	FR	2.100,00	0,0000	3,70	7.770,00
224	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLIRIO FRASCO COM 5 ML - Marca: MAXITROL/ALCON	FR	1.870,00	0,0000	2,49	4.656,30
586	PROXIMETACAINA, CLORIDRATO 5MG/ML FRASCO COM 5 ML (COLIRIO ANESTESICO) - Marca: ANESTALCON/ALCON	FR	166,00	0,0000	5,60	929,60
701	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML - Marca: TRAVATAN/ALCON	FR	200,00	0,0000	30,00	6.000,00
Total do Fornecedor:						93.650,46

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - M (1585)

60	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	50.940,00	0,0000	0,3123	15.908,56
266	DOMPERIDONA 10 MG - Marca: MEDLEY	CPR	124.500,00	0,0000	0,0638	7.943,10
295	ESPIRONOLACTONA 50 MG - Marca: HIPOLABOR	CPR	89.500,00	0,0000	0,126	11.277,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 37/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - M (1585)

317	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO 81,5 MG/ML (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO, FRASCO C/100 ML - Marca: NATULAB	FR	4.610,00	0,0000	1,8448	8.504,53
413	ITRACONAZOL 100 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	41.700,00	0,0000	0,4663	19.444,71
Total do Fornecedor:						63.077,90

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (1586)

2	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML - Marca: GENÉRICO	FR	10.900,00	0,0000	3,7199	40.546,91
45	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 500+125 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	274.700,00	0,0000	0,7449	204.624,03
52	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	152.250,00	0,0000	0,0469	7.140,53
89	BETAMETASONA, VALEREATO 1 MG/G CREME DERMATOLOGICO TB 30 GR - Marca: BETSONA	BNG	250,00	0,0000	2,6519	662,98
103	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLIRO FRASCO 5 ML - Marca: GENÉRICO	FR	727,00	0,0000	4,3199	3.140,57
169	CINARIZINA 75 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	245.700,00	0,0000	0,1959	48.132,63
180	CLOBETASOL, SAL PROPIONATO 0,05% CREME BISNAGA 30 GRAMAS - Marca: GENÉRICO	BNG	520,00	0,0000	2,5829	1.343,11
191	CLOPIDOGREL 75 MG - Marca: GENÉRICO	CPR	252.200,00	0,0000	0,329	82.973,80
244	DICLOFENACO SODICO 50 MG - Marca: RESODIC	CPR	673.000,00	0,0000	0,0199	13.392,70
312	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA 380 MG MAYTENUS ILICIFOLIA - Marca: ESPINHEIRA SANTA - N	CP	7.000,00	0,0000	0,1769	1.238,30
318	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG - Marca: ISOVIT	CP	55.160,00	0,0000	0,3144	17.342,30
Total do Fornecedor:						420.537,86

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1587)

43	AMOXICILINA 50MG/ML PO PARA SUSPENSAO ORAL FR 60 ML - Marca: TEUTO	FR	28.350,00	0,0000	1,98	56.133,00
57	ATENOLOL 50 MG - Marca: TEUTO	CPR	744.000,00	0,0000	0,028	20.832,00
229	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML - Marca: SOBRAL	FR	13.150,00	0,0000	1,09	14.333,50

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

230	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML - Marca: TEUTO	FR	29.950,00	0,0000	0,82	24.559,00
259	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML - Marca: FARMACE	FR	49.350,00	0,0000	0,85	41.947,50
391	HIDROXIDO DE ALUMINIO+HIDROXIDO DE MAGNESIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML - Marca: MARIOL	FR	4.450,00	0,0000	1,70	7.565,00
514	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML - Marca: VITAPAN	FR	16.130,00	0,0000	0,815	13.145,95
518	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS - Marca: TEUTO	BNG	4.850,00	0,0000	2,30	11.155,00
634	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	7.505,00	0,0000	3,69	27.693,45
637	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	21.900,00	0,0000	2,019	44.216,10
638	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	18.400,00	0,0000	2,289	42.117,60
639	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	3.300,00	0,0000	3,99	13.167,00
640	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	6.100,00	0,0000	2,38	14.518,00
641	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	7.940,00	0,0000	2,759	21.906,46
642	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SODIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO - Marca: BASA	FR	900,00	0,0000	4,75	4.275,00
652	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG - Marca: TEUTO	CPR	133.500,00	0,0000	0,0799	10.666,65
700	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1 ML - Marca: TEUTO	AMP	12.810,00	0,0000	0,699	8.954,19

Total do Fornecedor: 377.185,40

5	ACETAZOLAMIDA 250 MG - Marca: UNIÃO QUÍMICA	CPR	5.875,00	0,0000	0,4186	2.459,28
6	ACETILCISTEINA 200 MG GRANULADOS ENVELOPES COM 5 G - Marca: PRATI	ENV	2.000,00	0,0000	0,482	964,00

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 39/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1588)

56	ATENOLOL 25 MG - Marca: VITAPAN	CPR	277.800,00	0,0000	0,0213	5.917,14
61	ATROPINA COLIRIO 1% FRASCO DE 10 ML - Marca: ALLERGAN	FR	10,00	0,0000	7,162	71,62
67	BACLOFENO 10 MG - Marca: TEUTO	CPR	63.500,00	0,0000	0,0854	5.422,90
86	BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO + SULFATO DE GENTAMICINA 1 MG/ML + 3 MG/ML SOLUCAO OCULAR COM 10 ML - Marca: BRAINFARMA	FR	200,00	0,0000	7,836	1.567,20
90	BICARBONATO DE SODIO 500 MG - Marca: MANIPULADO	CPR	4.160,00	0,0000	0,89	3.702,40
95	BISACODIL 5 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	34.800,00	0,0000	0,1044	3.633,12
114	CALAMINA, ASSOCIADA COM DIFENIDRAMINA, CANFORA E GLICEROL 80 MG + 10 MG + 1 MG + 0,02 MG/ML LOCAO FRASCO 100 ML - Marca: CIMED	FR	770,00	0,0000	5,685	4.377,45
157	CETOPROFENO GTS 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML - Marca: TEUTO	FR	190,00	0,0000	4,274	812,06
159	CETOTIFENO, FUMARATO ACIDO, 1 MG COMPRIMIDO - Marca: VALEANTE	CPR	1.000,00	0,0000	2,58	2.580,00
171	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 250 MG - Marca: PRATI	CPR	200,00	0,0000	0,2053	41,06
173	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5 MG + 1 MG/ML SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 5 ML - Marca: LEGRAND	FR	1.120,00	0,0000	7,352	8.234,24
181	CLOBETASOL, SAL PROPIONATO 0,05% POMADA BISNAGA 30 GRAMAS - Marca: BRAINFARMA	BNG	150,00	0,0000	2,8497	427,46
206	CLOTRIMAZOL 10MG/G + ACETATO DE DEXAMETASONA 0,4MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G - Marca: GERMED	BNG	150,00	0,0000	6,212	931,80
219	DESLOXATADINA 0,5MG/ML FXAROPE FRASCO DE 60 ML - Marca: PRATI	FR	750,00	0,0000	7,523	5.642,25
231	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 10MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G - Marca: GERMED	BNG	180,00	0,0000	3,866	695,88
239	DICLOFENACO POTASSICO 25MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 3 ML - Marca: TEUTO	AMP	26.100,00	0,0000	0,7599	19.833,39
246	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG - Marca: NOVA QUIMICA	CPR	53.700,00	0,0000	0,0788	4.231,56

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

250	FDIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL - Marca: BRAINFARMA	CPR	9.800,00	0,0000	0,14	1.372,00
256	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG - Marca: BELFAR	CPR	98.000,00	0,0000	0,1187	11.632,60
262	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG/ML FRASCO COM 20 ML - Marca: EMS	FR	100,00	0,0000	3,99	399,00
267	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSAO ORAL FRASCO 100 ML - Marca: MEDLEY	FR	1.380,00	0,0000	6,16	8.500,80
297	ESTRADIOL 0,02MG + GESTODENO 0,075 MG - Marca: LEGRAND	CPR	24.400,00	0,0000	0,392	9.564,80
306	EXTRATO DE PLANTAS, ALCACHOFRA (CYNARA SCOLYMUS L.) 200 MG - Marca: VITAMED	CPR	4.000,00	0,0000	0,1424	569,60
316	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG - Marca: CIMED	CP	127.500,00	0,0000	0,1393	17.760,75
321	EXTRATO SECO DE PIPER METHYSTICUM - Marca: HERBARIUM	CP	5.000,00	0,0000	0,6524	3.262,00
340	FINASTERIDA 1 MG - Marca: UCI	CPR	6.000,00	0,0000	0,345	2.070,00
350	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PO INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS - Marca: BIOSINTETICA	FR	2.034,00	0,0000	62,87	127.877,58
351	FORMOTEROL, FUMARATO DIIDRATADO 12 MCG CAPSULAS PARA INALACAO - Marca: MANTECORP	CP	1.212,00	0,0000	0,6554	794,34
372	GLIMEPIRIDA 2 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	150.500,00	0,0000	0,0797	11.994,85
390	HIDROXIDO DE ALUMINIO 300 MG - Marca: CIFARM	CPR	1.000,00	0,0000	0,32	320,00
433	LEVONOGESTREL 1,5 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	325,00	0,0000	3,00	975,00
449	LISINOPRIL 5 MG - Marca: GERMED	CPR	9.660,00	0,0000	0,263	2.540,58
477	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG ACAA PROLONGADA - Marca: MERCK	CPR	15.400,00	0,0000	0,5138	7.912,52
490	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG - Marca: MULTILAB	CPR	45.100,00	0,0000	0,207	9.335,70
492	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G - Marca: TEUTO	BNG	9.450,00	0,0000	3,33	31.468,50

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA		PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE	
CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC		Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015	
			Folha: 41/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1588)

493	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONAVEL - Marca: BRAINFARMA	CPR	127.100,00	0,0000	0,09	11.439,00
494	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL - Marca: TEUTO	CPR	119.500,00	0,0000	0,34	40.630,00
505	NEOMICINA 5MG/G POMADA BISNAGA 10 G - Marca: BELFAR	BNG	600,00	0,0000	2,516	1.509,60
507	NIFEDIPINO 10 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	60.360,00	0,0000	0,0247	1.490,89
511	NIFEDIPINO SUBLINGUAL 10 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	2.830,00	0,0000	0,05	141,50
513	NIMESULIDA 20MG/G BISNAGA COM 40 G - Marca: BRAINFARMA	BNG	850,00	0,0000	4,512	3.835,20
515	NIMODIPINO 30 MG - Marca: BRAINFARMA	CPR	182.780,00	0,0000	0,0787	14.384,79
522	NITROFURANTOINA 100 MG FRACIONAVEL - Marca: TEUTO	CPR	69.900,00	0,0000	0,188	13.141,20
532	OMEPRAZOL 10 MG - Marca: NOVA QUIMICA	CPR	11.200,00	0,0000	0,2564	2.871,68
541	PANTOPRAZOL 20 MG - Marca: SANDOZ	CPR	119.500,00	0,0000	0,1864	22.274,80
558	PINAVERIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO - Marca: teuto	CPR	19.820,00	0,0000	0,4939	9.789,10
576	PROMETAZINA, CLORIDRATO 20MG/G CREME BISNAGA COM 30 G - Marca: BELFAR	BNG	560,00	0,0000	3,0919	1.731,46
617	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES - Marca: GLAXO	FR	386,00	0,0000	65,79	25.394,94
620	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES - Marca: GLAXO	FR	465,00	0,0000	69,36	32.252,40
621	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES - Marca: GLAXO	FR	266,00	0,0000	113,34	30.148,44
622	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES - Marca: GLAXO	FR	106,00	0,0000	62,474	6.622,24
627	SIMETICONA 40 MG - Marca: BELFAR	CPR	126.000,00	0,0000	0,0735	9.261,00
629	SIMETICONA 80 MG/ML + HOMATROPINA 2,5 MG/ML FRASCO DE 20 ML - Marca: GERMED	FR	1.080,00	0,0000	3,66	3.952,80
633	SINVASTATINA 80 MG - Marca: MULTILAB	CPR	3.360,00	0,0000	0,798	2.681,28

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEG.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getúlio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 42/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1588)

664	TELMISARTANA 80 MG - Marca: RANBAXY	CPR	2.000,00	0,0000	0,8207	1.641,40
679	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML - Marca: TEUTO	FR	525,00	0,0000	0,984	516,60
680	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML - Marca: TEUTO	FR	355,00	0,0000	1,1088	393,62
681	TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML + CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 20MG/ML FRASCO COM 5 ML - Marca: BRAINFARMA	FR	25,00	0,0000	16,148	403,70
685	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR - Marca: BRAINFARMA	BNG	920,00	0,0000	6,105	5.616,60
689	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML - Marca: BRAINFARMA	FR	1.210,00	0,0000	2,773	3.355,33
714	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG - Marca: GERMED	CPR	8.600,00	0,0000	0,39	3.354,00
720	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG - Marca: GERMED	CPR	3.200,00	0,0000	0,39	1.248,00
723	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320/5 MG - Marca: EMS	CPR	5.000,00	0,0000	0,964	4.820,00
725	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+12,5MG - Marca: NOVA QUIMICA	CPR	600,00	0,0000	0,908	544,80
726	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 80MG+12,5MG - Marca: GERMED	CPR	1.000,00	0,0000	0,39	390,00
731	VARFARINA SODICA 2,5 MG - Marca: FARMOQUIMICA	CPR	9.220,00	0,0000	0,2892	2.666,42
732	VARFARINA SODICA 5 MG - Marca: TEUTO	CPR	169.960,00	0,0000	0,0797	13.545,81
737	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG - Marca: SANDOZ	CPR	10.460,00	0,0000	0,33	3.451,80
740	VITAMINA D3 25000 UI (FRASCO COM 1 CAPSULA) - Marca: MANIPULADO	FR	3.015,00	0,0000	20,00	60.300,00
744	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP XAROPE FRASCO DE 100 ML - Marca: MEDQUIMICA	FR	4.500,00	0,0000	1,428	6.426,00
Total do Fornecedor:						662.121,83

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. (1589)

39	AMITRIPTILINA 25 MG - Marca: TEUTO	CPR	.415.000,00	0,0000	0,0308	43.582,00
----	------------------------------------	-----	-------------	--------	--------	-----------

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 01.336.261/0001-40 Av. Getulio Vargas C.E.P.: 89804-000 - Chapecó - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 1/2015 - PE Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 43/43

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. (1589)

183	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG - Marca: EMS	CPR	33.740,00	0,0000	0,99	33.402,60
348	FLUOXETINA 20 MG - Marca: TEUTO	CPR	.599.000,00	0,0000	0,041	65.559,00
Total do Fornecedor:						142.543,60

VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1590)

401	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL - Marca: Lantus	FR	450,00	0,0000	83,41	37.534,50
487	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERACAO CONTROLADA - Marca: Selozok	CPR	97.660,00	0,0000	1,816	177.350,56
488	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERACAO CONTROLADA - Marca: Selozok	CPR	141.400,00	0,0000	0,55	77.770,00
489	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERACAO CONTROLADA - Marca: Selozok	CPR	248.300,00	0,0000	1,09	270.647,00
Total do Fornecedor:						563.302,06

WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1591)

179	CLINDAMICINA 300 MG - Marca: TEUTO	CPR	10.450,00	0,0000	0,75	7.837,50
245	DIGOXINA 0,25 MG - Marca: TEUTO	CPR	352.500,00	0,0000	0,028	9.870,00
Total do Fornecedor:						17.707,50
Total Geral:						17.240.498,55

Chapecó, 29 de Dezembro de 2015.

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 01/2016 - RIO FORTUNA**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Rateio nº. 01/2016

Município: Rio Fortuna

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel.

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: Lourivaldo Schuelter e Ilso Nack pelo Município, e Antonio Felipe Sobrinho pelo Consórcio.

CIRSURES

II TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO – CPLJ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 017/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2014

II TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATADO: CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 01.961.633/0001-29

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO EM TODO O SEU PERÍMETRO.

VIGÊNCIA: 29.02.2016